



DIADORIM

23
NÚMERO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Aniela Improta França

Vice-diretora

Profa. Dra. Ana Calindro

Coordenadora do Programa de Letras Vernáculas

Profa. Dra. Maria Eugênia Lammoglia Duarte

Substituto Eventual do Coordenador

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

**Comissão Deliberativa
Representantes Docentes**

Língua Portuguesa

Profa. Dra. Célia Regina dos Santos Lopes

Profa. Dra. Silvia Figueiredo Brandão

Prof. Dr. Leonardo Lennertz Marcotulio (suplente)

Literatura Brasileira

Prof. Dr. Aduari Silva Bastos

Profa. Dra. Maria Lucia Guimarães de Faria

Profa. Dra. Anélia Montechiari Pietrani (suplente)

Literaturas Portuguesa e Africanas

Profa. Dra. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco

Profa. Dra. Luci Pereira Ruas

Profa. Dra. Sofia Maria de Sousa Silva

Prof. Dr. Rafael Santana Gomes (suplente)

Representantes Discentes

Antônio Anderson Marques de Sousa (Doutorando em Língua Portuguesa)

Matthews Carvalho Rocha Cirne (Doutorando em Literatura Portuguesa)

Secretaria do Programa de Pós-Graduação

Renato Martins

Cynthia Horn

Diretora da Faculdade de Letras

Profa. Dra. Sonia Cristina Reis

Vice-Diretor da Faculdade de Letras

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Cultura e Extensão

Prof. Dr. Roberto de Freitas Junior

Diretor Adjunto de Administração e Finanças

Victor Hugo C. dos Santos

CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)

Decania do Centro de Letras e Artes

Decana: Profa. Dra. Cristina Grafanassi Tranjan

Vice: Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Souza Silva

Reitora:

Profa. Dra. Denise Pires de Carvalho

Vice-decano:

Prof. Dr. Carlos Frederico Leão Rocha

Sobre o segundo número do volume 23 (2021)

Editora Chefe:

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editoras Adjuntas:

Profa. Dra. Danielle Kely Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Assistentes de Literatura:

Prof. Dr. Nazir Ahmed Can, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Sofia Maria de Sousa Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editoras Assistentes de Língua:

Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Leonor Werneck dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Coordenação de Revisão:

Profa. Dra. Ana Paula Victoriano Belchor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe de Revisão:

Língua Portuguesa

Carlos Alexandre Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Danielle Kely Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

João Carlos Tavares, Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Rodrigo Xavier, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Língua Inglesa

Carlos Alexandre Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Danielle Kely Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

João Carlos Tavares, Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Rodrigo Xavier, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe Técnica:

Rafael Laplace de Andrade, Agoodigital, Rio de Janeiro, Brasil

Miguel R. Amorim Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Design e Diagramação:

Rafael Laplace de Andrade, Agoobook, Rio de Janeiro, Brasil

Gustavo Fernandes Gusmão, Rio de Janeiro, Brasil

Redação:

Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas - Faculdade de Letras da UFRJ

Av. Horácio de Macedo, 2151 - sala F321, Ilha do Fundão, Cidade Universitária

CEP 21941-917 - Rio de Janeiro/RJ

E-mail: posvernaculas@letras.ufrj.br; revdiadorim@letras.ufrj.br

<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim>

Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários - Volume 23, número 2. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, v.23, n.2, 2021.

Organizadores da edição (v.23, n.2, 2021):

Dossiê de Literatura

Rodrigo Xavier (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Jerónimo Pizarro (Universidad de los Andes)

Isabel Soler (Universitat de Barcelona)

Dossiê de Língua

Carlos Alexandre Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)

João Carlos Tavares (UERJ/CEDERJ)

ISSN: 1980-2552.

E-ISSN: 2675-1216.



Sumário

- 10** **Prefácio**
Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ); Danielly Kely Gomes (UFRJ); Eliete Figueira Batista da Silveira (UFRJ)

- 12** **Preface**
Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ); Danielly Kely Gomes (UFRJ); Eliete Figueira Batista da Silveira (UFRJ)

DOSSIÊ DE LITERATURA / LITERATURE DOSSIER

Apresentação / Presentation

- 14** **FRONTEIRAS DE TRÊS OCEANOS**
Isabel Soler (Universitat de Barcelona); Jerónimo Pizarro (Universidad de los Andes); Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier (UFRJ)

- 17** **THREE OCEAN'S BORDERS**
Isabel Soler (Universitat de Barcelona); Jerónimo Pizarro (Universidad de los Andes); Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier (UFRJ)

Artigo(s) / Article(s)

- 20** **MAGELLAN'S MAP**
Rui Manuel Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes/ Universidade Nova de Lisboa)

- 32** **ESCRITURAS CARTOGRÁFICAS: IMAGINARIOS GEOGRÁFICOS Y REPRESENTACIONES PORTUGUESAS DEL ESPACIO ASIÁTICO**
Zoltan Biedermann (University College London)

- 50** **“NA TERRA TANTA GUERRA, TANTO ENGANO”:
ENCONTROS, AVORRECIMENTOS E GOZOS N’OS LUSÍADAS”**
Luis Maffei (UFF)

- 68** **GASPAR FRUTUOSO, UM ESPÍRITO MODERNO VOLTADO PARA A EXPERIÊNCIA. A SUA CRÍTICA DE PLATÃO**
Onésimo Teotónio Almeida (Brown University)

- 78** **HANS STADEN, O OUTRO DO OUTRO**
Fernando Arantes Ferrão (UERJ)

100 OS RELATOS DE NAUFRÁGIO E A RETÓRICA DA PRUDÊNCIA
Cleber Vinícius do Amaral Felipe (UFU)

118 DEIXO TODAS AS CAPITANIAS DE PAZ, MUITAS DELAS
CONQUISTEI POR GUERRA: HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO
EM UM MANUSCRITO DE MEM DE SÁ
Elizama Almeida (PUC/Rio; Universidade de Coimbra)

135 “EU JÁ ERA OUTRA.”: O CADERNO E AS METAMORFOSES
DA VIAGEM
Inês Espada Vieira (Universidade Católica Portuguesa)

DOSSIÊ DE LÍNGUA/LANGUAGE DOSSIER

Apresentação/Presentation

147 ESTUDOS MORFOLÓGICOS DO PORTUGUÊS: UMA
AMOSTRA REPRESENTATIVA DENTRO E FORA DO BRASIL
*Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ); Graça Rio-Torto (Universidade
de Coimbra), João Carlos Tavares (UERJ/CEDERJ)*

153 MORPHOLOGICAL STUDIES ON PORTUGUESE: A
REPRESENTATIVE SAMPLE IN BRAZIL AND PORTUGAL
*Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ); Graça Rio-Torto (Universidade
de Coimbra), João Carlos Tavares (UERJ/CEDERJ)*

Texto clássico / Classical paper

159 SAUSSURE E AS ESTRUTURAS LEXICAIS
Margarida Basilio (PUC-Rio)

Seção Especial / Special Section

167 A MORFOLOGIA NO SIGNIFICADO DO SIGNO LINGUÍSTICO
Mário Eduardo Viaro (USP)

Entrevistas / Interviews

191 CONSTRUCTION MORPHOLOGY: AN INTERVIEW WITH
GEERT BOOIJ
*Geert Booij (University of Leiden); Nival Almeida Simões Neto
(UEFS); Juliana Soledade (UEFS); Carlos Alexandre Gonçalves
(UFRJ)*

203 RELATIONAL MORPHOLOGY: AN INTERVIEW WITH JENNY AUDRING

Jenny Audring (University of Leiden); *Carlos Alexandre Gonçalves* (UFRJ); *Juliana Soledade* (UEFS); *Natival Almeida Simões Neto* (UEFS)

Artigo(s) / Article(s)

210 A MORFOLOGIA DOS DESVIOS DE GÉNERO GRAMATICAL EM PLNM

Tânia Santos Ferreira (Universidade de Coimbra)

227 CONSTRUÇÃO DE FORMAS FLEXIONAIS: O PLURAL DOS NOMES TERMINADOS EM -ÃO

Rui Abel Pereira (Universidade de Coimbra)

249 A ALTERNÂNCIA DOS SUFIXOS [X-INHO] E [X-ZINHO] NOS DIMINUTIVOS: QUESTÃO ESTRUTURAL E DIALETAL

Bruno Felipe Marques Pinheiro (UFS)

266 OS PADRÕES SUFIXAIS LATINOS [X_{Ni}-ĪTĪA]_{Sj} E [X_{Ni}-ĪTĪĒS]_{Sj} E OS DESENVOLVIMENTOS [X_{Ai}-IÇA]_{Sj}, [X_i-ICE]_{Sj}, [X_i-EZ]_{Sj} E [X_{Ai}-EZA]_{Sj} NO PORTUGUÊS ARCAICO (SÉCULOS XIII-XVI), UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL

Natival Almeida Simões Neto (UEFS)

288 CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA DAS LÍNGUAS: DA TIPOLOGIA HOLÍSTICA ÀS DEFINIÇÕES CIRCULARES

Eudes Barletta Mattos (UFBA); *João Paulo Lazzarini Cyrino* (UFBA)

313 PAGAR O PATO É O MESMO QUE PAGÁ-LO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO EM FRASEOLOGISMOS

Davi Pereira de Souza (UFPA); *Abdelhak Razky* (UFPA/UnB – CNPq); *Carlene Ferreira Nunes Salvador* (UFRA)

330 CONSTRUÇÕES NOMINAIS E NOMINALIZAÇÃO EM MAWÉ (TUPI)

Raynice Geraldine Pereira Silva (UFAM)

349 A ICONICIDADE EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE SINAIS DA LIBRAS

André Nogueira Xavier (UFPR); *Daiane Ferreira* (UFPR)

- 383** TRUNCAMENTO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO UM ESTUDO DE FREQUÊNCIA COM DADOS DO TWITTER
Débora Heineck (UFRGS)
- 401** BEBÊS NÃO LEXICALISTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DE PALAVRA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM
Maurício Resende (USP)
- 421** O COMPORTAMENTO CATEGORIAL AMBÍGUO DOS GERÚNDIOS: GERÚNDIOS VERBAIS E NOMINAIS
Paulo Ângelo de Araújo-Adriano (UNICAMP)
- 439** O “NÃO” EM FORMAÇÕES NOMINAIS NO CONTINUUM RADICAL-AFIXO
Pâmella Alves Pereira (UFVJM/UFRJ)
- 456** “SI YO TUVIERA” OU “SI YO TUVIESE”: A VARIAÇÃO NA REALIZAÇÃO DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO ESPANHOL
Leonardo Lennertz Marcotulio (UFRJ); David Batista de Jesus Travassos (UFRJ)
- 483** FENÔMENOS DA INTERFACE MORFOLOGIA E FONOLOGIA NO PORTUGUÊS DO BRASIL: EVIDÊNCIAS PARA A NOÇÃO DE CICLO DERIVACIONAL
Jaqueline dos Santos Peixoto (UFRJ)
- 509** ANÁLISE DE EMPRÉSTIMOS SOB A ÓTICA DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA
Isabella Lopes Pederneira (UFRJ); Rafaela do Nascimento Melo Aquino (UFRJ); Miriam Lemle (in memoriam - UFRJ)
- 530** O ENSINO DE MORFOLOGIA – UMA ABORDAGEM 3C: CRÍTICA, CRIATIVA E CONTEXTUALIZADA
Tiago Vieira de Souza (UFRJ)
- 550** A MORFOLOGIA FAZ SENTIDO: INTEGRAÇÃO ENTRE TEXTO, LEITURA E ANÁLISE MORFOLÓGICA
Vitor de Moura Vivas (IFRJ); Margareth Andrade Morais (IFRJ)



PREFÁCIO

A comissão editorial da *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários* (periódico de acesso aberto) tem a honra de apresentar mais um volume, composto por dois dossiês: literatura e língua.

O **segundo número do volume 23 da *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*** é publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os dois dossiês trazem textos que se articulam em torno de temáticas definidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, convidados para atuarem como editores do número que se apresenta. As contribuições, sob a forma de artigos avaliados por pares, artigos de convidados e entrevistas, refletem a multiplicidade de olhares sobre os temas propostos no número, a partir da perspectiva de pesquisadores associados a instituições no Brasil e no exterior.

Seguindo as diretrizes editoriais recomendadas, os editores do número assumiram a função de, recebidos os artigos, submetê-los ao processo de avaliação duplo cego entre pesquisadores que se vinculam às áreas temáticas dos dossiês. Dessa prática, resultou este volume que reúne, ao todo: 2 entrevistas com pesquisadores atuantes nas áreas relacionadas neste número, 27 artigos – 24 submetidos ao processo de *peer review* e 03 textos de convidados. O volume também conta com os textos de apresentação dos dois dossiês.

O **dossiê temático de estudos literários do segundo número do volume 23 da *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*** reúne textos sobre as viagens portuguesas e os encontros e desencontros das aventuras transoceânicas. O dossiê é organizado por **Rodrigo Alexandre Carvalho Xavier (Universidade Federal do Rio de Janeiro)**, **Jerónimo Pizarro (Universidad de los Andes)** e **Isabel Soler (Universitat de Barcelona)**.

O **dossiê temático de estudos linguísticos do segundo número do volume 23 da *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*** reúne pesquisas que se debruçam sobre



a interface entre a Morfologia e diversas perspectivas de análise. O dossiê é organizado por **Carlos Alexandre Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)**, **Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)** e **João Carlos Tavares da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro)**.

Devemos nossos agradecimentos aos editores convidados deste número. Estendemos nossos cumprimentos aos pesquisadores pareceristas, que – em meio a tantas questões a administrar – contribuíram, com sua expertise, para a avaliação dos textos submetidos aos dois dossiês que compõem o segundo número do volume 23.

Temos a alegria em apresentar à comunidade científica mais um número em que reflexões sobre questões literárias e linguísticas se somam. Temos a expectativa de que esta publicação proporcione ao leitor um panorama amplo das questões que giram em torno das temáticas propostas. Esperamos que os interessados aproveitem os debates aqui reunidos!

Fazemos votos de uma boa leitura a todos! E ficamos na torcida para que este número possa contribuir para a circulação de saberes e para a promoção de novos debates.

Editoras da Diadorim

Marcia dos Santos Machado Vieira (editora-chefe)

Danielle Kely Gomes (editora adjunta)

Eliete Figueira Batista da Silveira (editora adjunta)



PREFACE

The editorial board of *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários* (open access journal) is honoured to present another volume, composed of two dossiers: literature and language.

The *second issue of volume 23 of Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários* is published by the Postgraduate Program in Vernacular Letters of the Faculty of Letters of the Federal University of Rio de Janeiro. The two dossiers bring texts that are articulated around themes defined by Brazilian and foreign researchers, invited to act as editors of the issue that is presented. The contributions, in the form of peer-reviewed articles, guest articles and interviews, reflect the multiplicity of perspectives on the themes proposed in the issue, from the perspective of researchers associated with institutions in Brazil and abroad.

Following the recommended editorial guidelines, the editors of the issue assumed the function of, upon receipt of the articles, submitting them to the process of double-blind review among researchers who are linked to the thematic areas of the dossiers. The result of this practice is this volume which brings together: 2 interviews with researchers working in the areas listed in this issue, 27 articles - 24 submitted to the peer review process and 3 guest texts. The volume also includes the presentation texts of the two dossiers.

The **thematic dossier of literary studies in the second issue of volume 23 of *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*** brings together texts on Portuguese voyages and the encounters and mismatches of transoceanic adventures. The dossier is organized by **Rodrigo Alexandre Carvalho Xavier (Federal University of Rio de Janeiro)**, **Jerónimo Pizarro (Universidad de los Andes)** and **Isabel Soler (Universitat de Barcelona)**.

The **thematic dossier on linguistic studies in the second issue of volume 23 of *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*** brings together research that focuses on the connection between Morphology and various perspectives of analysis. The dossier is



organized by **Carlos Alexandre Gonçalves (Federal University of Rio de Janeiro), Graça Rio-Torto (University of Coimbra) and João Carlos Tavares da Silva (State University of Rio de Janeiro/ Centre for Science and Distance Higher Education of the State of Rio de Janeiro).**

We owe our thanks to the guest editors of this issue. We extend our regards to the researchers who - in the midst of so many issues to manage - contributed with their expertise to the evaluation of the texts submitted to the two dossiers that make up the second issue of volume 23.

We are happy to present to the scientific community another issue in which reflections on literary and linguistic issues come together. We expect that this publication will offer the reader with a broad overview of the issues that revolve around the proposed themes. We hope that those interested will enjoy the debates gathered here!

We wish you all good reading! And we hope that this issue can contribute to the circulation of knowledge and the promotion of new debates.

Diadorim's Editors

Marcia dos Santos Machado Vieira (editor-in-chief)

Danielle Kely Gomes (associate editor)

Eliete Figueira Batista da Silveira (associate editor)



FRONTEIRAS DE TRÊS OCEANOS

Isabel Soler¹

Jerónimo Pizarro²

Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier³

Os portugueses ousaram cometer o grande mar oceano», escrevia o matemático Pedro Nunes no seu *Tratado em Defençam da Carta de Marear* de 1537, e culminava a frase: descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, e o que mais é: novo céu, novas estrelas». Na extensa literatura de viagens marítimas portuguesa dos séculos renascentistas há muitas frases tentadoras que exprimem com contundência aquilo que foram as longas décadas de navegação pelos oceanos do mundo. Mas se há uma que concentra nela própria a sensação de estupor e pasmo que no pensamento ocidental causaram essas viagens é esta do experimentado Pedro Nunes. O reconhecido cosmógrafo fala de «o grande mar oceano» como um só oceano unido e comunicador de novidades — ilhas, terras, mares, povos — e, ao pé dessa imensidade global, oferece Nunes «o que mais é»: uma nova imensidade celeste. Fala essa frase da aprendizagem do mundo e do universo que contém e o envolta.

Se no percurso da história de Europa é possível entender o Renascimento como o grande período de construção de um novo espaço do saber — matemático, cosmológico, artístico, anatómico, político, filosófico, teológico... —, a viagem renascentista pode definir-se como uma grande escola de aprendizagem da realidade do mundo e dos seus conteúdos. Nesta perspetiva, inevitavelmente, conceitos como a própria viagem, o navegador ou mesmo o termo *descobrimento* aumentam a sua complexidade e também a sua ambiguidade, pelo fato de responder com precisão a uma ideia plenamente identificável, embora essa ideia seja também plural e heterogênea, híbrida e miscelânea, como caleidoscópico e revolucionário é o próprio Renascimento.

1 Professora Doutora do Departament de Llengües i Literatures da Universitat de Barcelona.; isabelsolerq@gmail.com.

2 Professor Doutor do Departamento de Humanidades y Literatura da Universidad de los Andes.; jeronimopizarro@gmail.com.

3 Professor Doutor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro; rodrigoaxavier@letras.ufrj.br.

A experiência trioceânica portuguesa — a grande contribuição lusa à revolução renascentista — é, neste sentido, um símbolo representativo, porque entendemos que foi imprescindível para o processo intelectual ocidental construir as bases do mundo moderno. Se Ocidente transformou-se irreversivelmente por causa da vigem marítima, esta viagem também transformou nem tanto o Oriente como a imagem ocidental do Oriente. No mesmo sentido, fez evoluir a antiga ideia de África e, partindo do assombro e o desconcerto, o pensamento ocidental foi vagarosamente construindo uma imagem de América. Aparecem então termos igualmente ambíguos, e muito recorrentes entre o discurso historiográfico sobre as relações continentais renascentistas, tais como *encontro*, *diálogo*, *contato*, sinónimos que neles próprios acarretam os seus antónimos. E tão importantes são esses antónimos como os seus sinónimos, porque as crónicas oceânicas portuguesas exprimem a evidente complexidade do *encontro* junto à presença constante do *desencontro*; recolhem a dificuldade de compreensão da realidade do Outro achado desde o conflituoso diálogo com essa realidade; anotam com pormenor os contactos procurados e atingidos juntamente com os desejados e jamais consumados. Seja como for, esse jogo de contrastes conseguiu que o *encontro* e os seus antónimos criaram no Ocidente um novo modelo de leitura do mundo baseado num olhar múltiplo sobre uma realidade plural.

Para o pensamento ocidental o desafio foi de uma enorme envergadura, porque conhecer e tentar compreender outros pensamentos, outras filosofias, outras religiões, outras condutas, outras ciências e outras políticas obrigou a Ocidente a tentar compreender o mundo nos parâmetros da diversidade. Esse exercício deu início a um caminho de compreensão muito dificultoso que ainda perdura na atualidade e que no percurso destes mais de quinhentos anos tem passado por períodos quer de extremo dramatismo quer de rara afinidade.

Quais foram esses paços do mundo? De que maneira se transformaram os espaços através do encontro? Quais foram os âmbitos do saber ocidental nos que se conseguiu estabelecer verdadeiros diálogos? E finalmente, que tipologias de navegadores, dentre a pluralidade deles, conseguiram entender a viagem como frutífera fonte de conhecimento da realidade do mundo?

Os ensaios que contém este monográfico *as viagens portuguesas: fronteira de três oceanos* (*Portuguese voyage's: three ocean's borders*) do segundo número do volume 23 da *Revista Diadorim* abordam algumas destas questões da perspetiva dos diferentes âmbitos do saber que foram fundamentais nos séculos renascentistas para compreender progressivamente a realidade do mundo. Mas é importante salientar que a ideia que percorre este dossiê é antiga: nasceu de uma das muitas atividades que se levaram a cabo na Feria Internacional del Libro de Bogotá (FilBo) no ano 2013, cujo país convidado foi naquela ocasião Portugal e os seus oceanos. Na Universidad de los Andes celebramos o colóquio «Los viajes portugueses: fronteras de três océanos» e debatemos sobre os dilemas da *imagem* e as *imagens* do mundo, as retóricas do relato da realidade, a ficção e a verdade do Outro, o conflito das coisas sabidas perante as ignoradas no marco do espaço trioceânico renascentista. Uma parte importante daquele debate tem presença neste volume que abre Rui Manuel Loureiro com o estudo da inovadora cartografia

portuguesa que mostrou Fernão de Magalhães perante o rei Carlos e os seus conselheiros na Cancillería Real de Valladolid para defender não apenas o seu projeto de viagem até as Ilhas da Especiaria mesmo a pertença dessas lucrativas ilhas à Coroa de Castela. Zoltan Biedermann procura e deteta na literatura de viagens portuguesa do século XVI a presença de uma forma de escrita que responde a uma conceição cartográfica de organização do relato descritivo. Segue Luis Maffei com o seu estudo dos *encontros com o Outro* que o grande poeta-aventureiro Luís Vaz de Camões quis salientar nalguns dos Cantos da sua epopeia lusíada. Onésimo Almeida exemplifica o novo espírito empírico que as novidades das viagens marítimas contribuíram a criar a partir do caso dos Açores que conheceu Gaspar Frutuoso. Cleber Vinicius do Amaral dedica o seu estudo ao capítulo mais escuro e dramático das viagens portuguesas que é a densa *história trágico-marítima*, rica em imagens e formas da retórica, que relata a pior das circunstâncias marítimas, a experiência do naufrágio. Passa o dossiê a salientar dois estudos que meditam sobre o contacto com o Outro achado no Brasil: Fernando Arantes Ferrão analisa a difícil experiência do bombardeiro Hans Staden na comunidade tupinambá para demonstrar o processo de construção da imagem do índio antropófago no imaginário europeu; e pela sua vez, Elizama Almeida concentra-se nos encontros e desencontros entre europeus e tupinambás no momento da constituição da cidade de Rio de Janeiro. Fecha este monográfico Inês Espada Vieira com uma meditação sobre uma das derivas estilísticas nas que tem evoluído o género literário da chamada literatura de viagens, que é o caderno pessoal de viagem e o seu hibridismo documental.

Todos estes estudos, de cada uma das suas perspetivas, confluem num ponto em comum que é possível sintetizar na pluralidade de cenários de aprendizagem desse novo paradigma espaço-temporal que pouco a pouco, no percurso dos séculos renascentistas, estava a construir a base da modernidade. Esses cenários, embora alguns muito distantes uns dos outros, embora radicalmente diferentes uns dos outros, tinham um fio marítimo de união, um rumo, uma singradura transoceânica. Da novidade dos conteúdos desse espaço trioceânico, e do seu impacto intelectual e emocional, fala a célebre frase do matemático e cosmógrafo Pedro Nunes.



THREE OCEAN'S BORDERS

*Isabel Soler*¹

*Jerónimo Pizarro*²

*Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier*³

The Portuguese dared to commit the great ocean sea», wrote the mathematician Pedro Nunes in his book: *Tratado em Defeção da Carta de Marear* (1537), and culminated the sentence: «they discovered new islands, new lands, new seas, new peoples, and what more it is: new sky, new stars». In the extensive Portuguese maritime travel literature of the Renaissance, there are many tempting sentences in which we can see expressed in a powerful style what the long decades of navigation through the world's oceans were like. But if there is one that concentrates the feeling of astonishment and amazement that these trips caused in Western thought, it is that of the experienced Pedro Nunes. The renowned cosmographer speaks of “o grande mar-oceano” as a single united ocean and communicator of novelties - islands, lands, seas, peoples - and, at the foot of this global immensity, he offers Nunes “what else is”: a new celestial immensity. He speaks this sentence of learning the world and the universe that contains and surrounds it.

Hence the trajectory of European history it is possible to understand the Renaissance as the great period of construction of a new perspective of knowledge — mathematical, cosmological, artistic, anatomical, political, philosophical, theological... —, the Renaissance voyages can be defined as a great school for grasping the reality of the world and its contents. In this perspective, inevitably, concepts such as the voyage itself, the navigator or even the term “discoveries” increase its complexity and its ambiguity, as it precisely responds to a fully identifiable idea, although this idea is also plural and heterogeneous, hybrid and miscellany, as kaleidoscopic and revolutionary is the Renaissance itself.

1 Department of Languages and Literature of Universitat de Barcelona; isabelsolerq@gmail.com.

2 Department of Humanities and Literature of Universidad de los Andes; jeronimopizarro@gmail.com

3 Department of Vernacular Letters of Federal University of Rio de Janeiro; rodrigoaxavier@letras.ufrj.br .

The three-oceanic Portuguese experience — the great Portuguese contribution to the Renaissance revolution — is, in this sense, a representative symbol, because we understand that it was essential for the Western intellectual process to build the foundations of the modern world. If the West was irreversibly transformed because of the maritime voyage, this voyage also transformed not so much the Orient as the Western image of the Orient. Similarly, did evolve the old idea of Africa and, starting from the astonishment and bewilderment, Western thought was gradually constructing a kind of America's epistemological landscape. Then, equally ambiguous terms appear, and very recurrent in the historiographical discourse on the Renaissance continental relations, such as encounter, dialogue, contact, synonyms that in themselves bring their antonyms. And as important are these antonyms as their synonyms, once the Portuguese oceanic chronicles express the evident complexity of the encounter together with the constant presence of the mismatch; they collect the difficulty of understanding the reality of the Other found from the conflicting dialogue with that reality; they note in detail the contacts sought and achieved along with those desired and never consummated. In any case, this game of contrasts made the meeting, and its antonyms create in the West a new model of reading the world based on a multiple glance at a plural reality.

For Western thought, the challenge was enormous, since knowing and trying to understand other thoughts, other philosophies, other religions, other behaviors, other sciences and other policies forced the Western civilization to understand the world within the parameters of diversity. This exercise began a very difficult path of comprehension that persists today and that during these more than five hundred years has passed through periods of extreme drama or rare affinity.

What were these plateaus in the world? How were spaces transformed through the interconnection? What were the areas of Western knowledge in which true dialogues have been established? And finally, which types of voyagers, among the plurality of seaman, managed to understand the trip as a fruitful source of acquaintance about the reality of the world?

The essays contained in this issue are addressed from the perspective of the different areas of knowledge, fundamental in the Renaissance context to understand the reality of the world from the perspective of progression. But it is important to emphasize that the idea that runs through this dossier is antique: it was born from one of the many activities that took place at the FERIA Internacional del Libro de Bogota (FilBo) in 2013, whose guest country was Portugal.

At the Universidad de los Andes we celebrate the colloquium «Los viajes portugueses: fronteras de three océanos» and debate on the dilemmas of the image and the images of the world, the rhetoric of reality reporting, the fiction and the truth of the Other, the conflict of things known to those ignored within the framework of the three oceanic spaces. An important part of that colloquium is present in this volume that opens Rui Manuel Loureiro with the study of the innovative Portuguese cartography that showed Fernão de Magalhães before King

Carlos and his advisers at the Cancillería Real de Valladolid to defend not only his project of traveling to the Spice Islands even belong to these lucrative islands to the Crown of Castile. Zoltan Biedermann demand and detects the Portuguese travel literature of the sixteenth century the presence of a form of writing that responds to a cartographic conception of the descriptive account organization. Luis Maffei follows with his study, focused on the dialogues with the Other that the great poet-adventurer Luís Vaz de Camões wanted to highlight in some of the Cantos of his Portuguese epic, *Os Lusíadas*. Onésimo Almeida exemplifies the new empirical spirit that the novelties of sea voyages helped to create based on the case of the Azores where he met Gaspar Frutuoso. Cleber Vinicius do Amaral dedicates his study to the darkest and most dramatic chapter of Portuguese voyages, which is the dense tragic maritime history, rich in images and forms of rhetoric, which recounts the worst of maritime circumstances, the experience of the shipwreck. The dossier highlights two studies that reflect on contact with the Other found in Brazil: Fernando Arantes Ferrão analyzes the difficult experience of the bomber Hans Staden in the Tupinambá community to demonstrate the process of building the image of the anthropophagous Indian in the European imagination; and, in turn, Elizama Almeida focuses on the encounters and disagreements between Europeans and Tupinambás at the time of the constitution of the city of Rio de Janeiro. The text that closes the present volume is signed by Inês Espada Vieira, proposing a meditation on one of the stylistic drifts in which the literary genre of so-called “travel literature” has evolved, which is the personal travel notebook and its hybridity as a genre.

All these studies, each of their perspectives, converge in a common point which could be summarized in the plurality of learning scenarios of this new paradigm that little by little, during the Renaissance period, was building the foundation of modernity. These scenarios, although some very distant from each other, although radically different from each other, had a maritime wire union, a path, a transoceanic odyssey. About the novelty of the contents of three oceanic space, and its intellectual and emotional impact, speaks for itself the famous phrase of the mathematician and cosmographer Pedro Nunes, already presented at the beginning of this introduction: «they discovered new islands, new lands, new seas, new peoples, and what more it is: new sky, new stars».



MAGELLAN'S MAP

OS MAPAS DE MAGALHÃES

Rui Manuel Loureiro¹

RESUMO

Em agosto de 1519, cinco navios partiram de Sevilha, sob o comando do navegador português Fernão de Magalhães. A expedição tinha como destino as ilhas orientais da Indonésia, as lendárias Ilhas das Especiarias. Magalhães havia apresentado à Coroa espanhola o projeto de navegar até o arquipélago de Maluco por uma rota ocidental, evitando assim a rota do cabo da Boa Esperança, então controlada pelos portugueses. Para conceber e realizar o seu projeto de navegação, Magalhães utilizou uma série de mapas inovadores, produzidos por cartógrafos portugueses, com base nas mais recentes viagens de exploração na América e na Ásia. O objectivo do presente texto é identificar devidamente os mapas de Magalhães.

Palavras-chave: Fernão de Magalhães; Pedro Reinel; Jorge Reinel; circumnavegação; cartografia; história moderna.

ABSTRACT

In August 1519, five ships departed from the Seville, under the command of the Portuguese navigator Fernão de Magalhães (known as Magellan). The expedition was bound for the eastern islands of Indonesia, the fabled *Spice Islands*. Magellan had presented to the Spanish Crown the project of sailing to the Maluku archipelago by a western route, thus avoiding the route of the Cape of Good Hope, which was then controlled by the Portuguese. To devise and accomplish his sailing project, Magellan used a series of innovative maps, produced by Portuguese cartographers, based on the most recent voyages of exploration in America and in Asia. The purpose of this text is to identify Magellan's maps

Keywords: Ferdinand Magellan; Pedro Reinel; Jorge Reinel; circumnavigation; cartography; early modern history.

¹ Professor Associado do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Investigador do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (CHAM - NOVA FCSH), Membro da Academia de Marinha Portuguesa, descobrimentos@gmail.com.



In August 1519, five hundred years ago, five small ships departed from the port of Seville, in southern Spain, under the command of the Portuguese navigator Fernão de Magalhães (better known as Ferdinand Magellan). The expedition was bound for the eastern islands of Indonesia, the fabled *Spice Islands*. Magellan had presented to the Spanish Crown the project of sailing to the Maluku archipelago by a western route, thus avoiding the route of the Cape of Good Hope, which was then controlled by the Portuguese. Portugal and Spain were then in a process of maritime expansion, trying to set up new trade routes and to occupy territorial spaces overseas. Since 1494, and the signing of the Treaty of Tordesillas, both Crowns – with the benediction of the Roman Pope – had agreed to divide the Atlantic Ocean in two parts, along a semi-meridian line that passed 370 leagues west of the Cape Verde islands. To the west of the demarcation line stood the Spanish area of influence, while the Portuguese area of influence extended to the east of the line. No one thought, then, about the so-called ‘anti-meridian’, that is, the demarcation line on the other side of the globe. While the Spanish established regular routes across the Atlantic into the New World discovered by Christopher Columbus in 1492, the Portuguese, with the voyage of Vasco da Gama in 1498, opened a direct maritime route between southwestern Europe and India.

Magellan, a member of the lower service nobility of northern Portugal, was among the many Portuguese that in the early years of the sixteenth century sailed all the way to the Indian Ocean and participated in the construction of what was later to be called the Portuguese *Estado da Índia* (that is, the Portuguese State of India).² The *Estado da Índia* was built as a large group of factories and fortified coastal bases, established by Portuguese military force or by peaceful alliances with local oriental rulers, and these extended from Mozambique Island, in the east coast of Africa, all the way to the Maluku Islands, in the furthest corner of Indonesia. The *Estado da Índia* was controlled by the Portuguese Crown and was connected and protected by permanent Portuguese fleets that regularly sailed across the Indian Ocean and the western part of the Pacific Ocean. Magellan, enrolled for eight years in Portuguese battle ships, saw military action on the Swahili Coast, in the Indian subcontinent, and namely at Goa and Diu, and in Malacca, in the Malayan Peninsula (LOUREIRO, 2017).

The port-city of Malacca was controlled by the Portuguese in 1511, and from there they immediately set about exploring the commercial potentialities of the Indonesian archipelago and the South China Sea region. An expedition of three ships was sent to the Maluku islands, under the command of António de Abreu, which sailed as far as the island of Banda in 1512. These were the fabled Spice Islands, from where came such valuable commodities as cloves and nutmegs. Some Portuguese sixteenth century sources suggest that Magellan took part in this expedition to the eastern islands of Indonesia. At least two chroniclers state that he sailed with António de Abreu in search of the Spices. And it is an established fact that Magellan

² About Magellan’s life, see JOYNER, 1992 and GARCIA, 2007; regarding the foundation of the *Estado da Índia*, see BARRETO, 2000.

and António de Abreu, one year later, traveled together from Malacca to the southern ports of India, and from there they embarked on a ship bound for Portugal. As it happens, Abreu died during this homeward bound voyage, but Magellan arrived safely at the port of Lisbon in 1513.

While he lived in Asia, for eight years, Magellan collected valuable experience as a sailor, traveling repeatedly across the Indian Ocean, as a warrior, taking part in numerous military campaigns, and as a leader of men, for we find him more than once in commanding positions. But he also collected a vast amount of information about the Asian world, and probably got his hands on important geographical and cartographical descriptions prepared by other Portuguese. In Malacca, for instance, he crossed paths with Tomé Pires, the author of the *Suma Oriental*, the first modern geographical treatise about Asia (PIRES, 2018), and with Francisco Rodrigues, the cartographer who drew the first modern maps of the Indonesian archipelago (GARCIA, 2008). Magellan certainly came back to Portugal in possession of priceless expertise on Oriental matters.

After arriving in Lisbon in 1513, Magellan immediately embarked on a large naval expedition that was being organized to conquer the Moroccan port-city of Azemour, on the Atlantic coast. For the past hundred years, the Portuguese Crown had been controlling several coastal areas in Morocco. It is possible that during this expedition Magellan met João de Lisboa, a well-known Portuguese pilot who was also in Azemour, and who had sailed in the previous years to the Rio de la Plata region, in the southern parts of America. Following a short period in Morocco, Magellan settled in Lisbon in 1514, where he appears to have lived for the next three years. This is certainly the most enigmatic and less known period in his career. No references to Magellan appear in the contemporary sources, except for some documents testifying to his involvement in commercial dealings with Asia. In these dealings, it is probable that Magellan established close relations with one Cristóbal de Haro, a wealthy Spanish merchant who was the representative in Lisbon of the Fuggers, the Augsburg bankers.³

Curiously enough, Cristóbal de Haro had been one of the sponsors of the Portuguese exploration voyage to the Rio de la Plata. And in 1515, probably under his sponsorship, a short booklet entitled *Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt*, describing the expedition, was published in Nuremberg. This anonymous account explained, at a certain point, that the pilot João de Lisboa believed the distance from the southern coast of Brazil to Malacca was only 600 miles, traveling by a western route, and the voyage would be much faster than through the eastern route, by way of the Cape of Good Hope. It seems obvious that Magellan's project of sailing westwards to Asia was developed in Lisbon, in the circle of Cristóbal de Haro, which included not only merchants, but also ship's captains and masters, pilots, cosmographers and cartographers. After all, the Spanish financier had been doing business with his ships, for more than a decade, in Africa, Asia and Brazil, in the wake of the Portuguese voyages of discovery

³ Regarding Haro, an understudied but very important character, see BÉNAT-TACHOT, 2011.

and exploration. Furthermore, in a few years' time, in Spain, Cristóbal de Haro would be one of the main sponsors of Magellan's enterprise.

In Lisbon, Magellan was also trying to gather information from the officials of the *Casa da Guiné e Índia*, the House of Guinea and India, the Portuguese Crown's department responsible for the organization of all overseas affairs. A Portuguese chronicler, João de Barros, in his *Terceira Década da Ásia*, published in Lisbon in 1563, claimed that Magellan was «always dealing with pilots [and] sailing charts». And when he traveled to Spain in late 1517, after breaking up with King Manuel I of Portugal and intent on offering his services to King Carlos I of Spain, Magellan carried in his luggage some «cartas e pomas de marear» («sailing charts and spheres», BARROS, 1973: vol. V, pp. 627-629). These cartographic items would have been based on the most recent explorations and speculations of Portuguese cartography.⁴ After all, during the 1510's several Portuguese expeditions had explored both the easternmost regions of Indonesia, with the contribution of Magellan himself, and the southernmost parts of the American continent. And there would surely be sailing charts in Portugal that recorded these exploratory voyages. It seems almost certain that Magellan would have in his possession maps prepared by Pedro Reinel and his son Jorge Reinel, two of the most active and prominent Portuguese cartographers at the time of his departure from Portugal.⁵ But let us first look at some textual evidence referring to Magellan's maps.

The most puzzling reference is found in the account of the first circum-navigation by Antonio Pigafetta, one of the survivors of the first voyage of circumnavigation (1519-1522). The relation of this Italian traveler was published a few years later in Paris, somewhere between 1526 and 1536, in a French condensed translation, with the title *La voyage et nauigation, faict par les Espaignolz es Isles de Mollucques*. But there are several manuscripts, in French and Italian, more complete than the printed version.⁶ Pigafetta, at a certain point in his narration, when the expedition searched for the passage from the Atlantic to the maritime space which soon became known as the «Pacific», reports that Magellan «knew that he had to navigate a very hidden strait, which he had seen in a nautical chart of the king of Portugal, that had been made by a great pilot and navigator named Martin of Bohemia».⁷ Martin Behaim is a somewhat controversial figure, who between the 1480's and 1500's lived intermittently in Portugal, where he was connected to the maritime and mercantile Portuguese circles.⁸ He collaborated in the design of the famous globe dating from 1492, which is associated with his name, and which is still extant in Nuremberg, and on the basis of which would have been a planisphere designed by

4 For previous approaches to the cartography of Magellan's expedition, see SANDMAN, 2007; and also SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2009.

5 About the Reinel, see AMARAL, 1995; and also MOREIRA, 2015.

6 Regarding the printed accounts of Magellan's voyage, see FARIA, 1975; on Pigafetta and his work, see PIGAFETTA, 1999; and also the recent edition in CASTRO *et al.*, 2007: vol. I, pp. 77-261.

7 CASTRO *et al.* 2007: vol. I, p. 106.

8 On Behaim, see RAVENSTEIN, 1908; POHLE, 2007; and also LOUREIRO, 2019a.

the German cartographer Henricus Martellus.⁹ But other cartographic productions of Behaim are not known, so it is difficult to accept the statement of Antonio Pigafetta.

Was the Italian traveler, who usually is a rather reliable informer, referring to a cartographic specimen that has since been lost, effectively produced by Martin Behaim during his years of residence in Portugal? Pigafetta certainly received this information from Magellan himself, since they travelled in the same ship for many months. Thus, it seems difficult to attribute to error or misconception the mention of a German cosmographer. Magellan could indeed have consulted in Portugal, in the nautical and cosmographic circles connected with the court of King Manuel I, a cartographic specimen that had been prepared by Behaim, or based on his geographical speculations. And after 1492 Martin Behaim's cartographic ideas might have evolved, as information arrived in Lisbon about new lands visited or discovered by the many sea expeditions dispatched from Portugal and Spain to distant destinations.

Or would Pigafetta have made a mistake in the name of the cartographer, wanting to refer to Martin Waldseemüller? This German cartographer had recently produced his monumental world map, where the name of «America» was registered for the first time, in a tribute to the Italian navigator Amerigo Vespucci.¹⁰ The large planisphere of 1507, entitled *Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes*, was published in Saint-Dié-des-Vosges, near Starsbourg, in an edition of one thousand copies, and it is highly probable that one of them arrived at the court of King Manuel I. This could be the world map that was in the possession of the Portuguese monarch, to which a number of sixteenth-century accounts allude, and in that case, Magellan could have seen it in Lisbon before moving to Spain. This world map, which on the southernmost coast of America registers the toponym «Rio de Cananerũ», could somehow suggest the existence of a maritime passage to the west.

Several later Spanish chroniclers take up Pigafetta's reference. The Dominican Bartolomé de las Casas, who in 1518 met Magellan in Valladolid, will later write in his *Historia de las Indias*, completed in the 1560's but only published in modern times, that the Portuguese navigator had seen the sailing charts of «one Martin of Bohemia, great pilot and cosmographer, which was in the treasure house of the King of Portugal». He was copying Pigafetta's account, of course. But he added that Magellan, in order to convince Carlos I of the correctness of his cosmographic ideas, had brought with him from Portugal «a well-painted globe in which the whole earth was represented, and there he pointed out the route he was to follow, except that, on purpose, he left a blank space in the region of the strait, so that no one knew about it» («un Martin de Bohemia, gran piloto ó cosmógrafo, que estaba en la Tesorería del rey de Portugal»; «un globo bien pintado, en que toda la tierra estaba, y allí señaló el camino que habia de llevar,

9 Regarding Martellus, see VAN DUZER, 2019.

10 On Waldseemüller, see LEÓN-PORTILLA ed., 2007; and LESTER, 2009.

salvo que el estrecho dejá, de industria, en blanco, porque alguno no se lo saltease», Las Casas, 1875-1876: vol. IV, p. 377). The word «globe» used by Las Casas would not necessarily mean a terrestrial globe, for it is unlikely that Magellan carried with him such an artifact, at that time extremely rare and valuable. Possibly the Dominican chronicler would refer to a planisphere, a planned terrestrial globe, or perhaps even a globe represented in a double polar projection, to which the Portuguese cartographers of the time used the designation of ‘poma e carta’ (sphere and chart).

Pigafetta’s reference to the alleged world map of Martin Behaim is repeated by other Spanish chroniclers, such as Francisco López de Gómara, in his *Historia general de Indias*, published in Zaragoza in 1552, and by Antonio de Herrera y Tordesillas, in his *Historia general de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra firme del mar océano*, published in Madrid in 1601.¹¹ But another Spanish author writing in the early years of the seventeenth century introduced a curious remark about the map that Magellan had with him during his interview in Valladolid with the Spanish monarch. Bartolomé Leonardo de Argensola, in his *Conquista de las islas Malucas*, a work first printed in Madrid in 1609, states that the Portuguese navigator, on his way to Spain, carried with him «a Planisphere devised by Pedro Reynel» («un Planisferio dibuxado por Pedro Reynel», Argensola, 1609: p. 16).

This is the most plausible hypothesis, which seems to be confirmed by documentation from the time of the preparation of the Magellan expedition. Magellan, during the years immediately prior to 1517, would have made acquaintance with Pedro Reinel, who in Lisbon served as a cartographer in the *Casa da Mina e da India* (House of Mina and India). Somehow, he would have been able to obtain from Reinel a planisphere, which could be very similar to a work attributed to this cartographer and his son Jorge Reinel, dated from about 1519, today known as *Kunstmann IV*, whose original disappeared, but of which a trustworthy copy is preserved. This large world map represents the Atlantic coast of South America in order to suggest a sea passage to the «Sea seen by the Castilians», placing the Maluku archipelago in the westernmost part of this wide open sea, in a location that could be interpreted as belonging to the area of Spanish influence.¹² The Reinel world map was the blueprint for Magellan’s Plan A: to reach the Spices sailing continuously on a westward rhumb, thus totally avoiding the maritime areas controlled by the Portuguese.

11 Regarding these references, see LOUREIRO, 2019b.

12 See reproduction and comments in KUPČIK, 2000: pp. 41-47.

Map 1: World map by Pedro / Jorge Reinel, 1518-1519¹³



A letter written by Sebastião Álvares, representative of the Portuguese monarch in Seville, dated July 1519, on the eve of the departure of Magellan's ships from that port-city, confirms the involvement of Pedro Reinel and his son Jorge in the preparation of the charts and maps used during the expedition. Álvares wrote to King Manuel I that in a meeting with the Portuguese navigator he had seen the islands of Maluku represented in a «spherical chart that the son of Reinel made here, which was not completed when his father arrived to fetch him; and his father completed the chart; and he represented these islands of Maluku» (« poma carta que ca fez o filho de Reynell, a qual nom era acabada quando caa seu pay veo por ele; e seu pay acabou tudo; e pos estas terras de Maluco», RAMOS-COELHO ed., 1892: p. 434). From this standard map produced by both Reinel, father and son, Magellan had commissioned two other cartographers, the Portuguese Diogo Ribeiro and the Spanish Nuño García de Torenó, to produce all the charts necessary for the journey that was about to begin, and at least 24 maps were drawn by both.¹⁴

Sebastião Álvares's information is somewhat puzzling. Apparently young Jorge Reinel was in Seville working for Magellan, drawing charts for the expedition that was being prepared. The expression «poma carta» will certainly refer to a planisphere. It makes sense that the youngest Reinel was attracted to Seville by the news that Magellan would be recruiting specialists who could contribute to his project. The father, Pedro Reinel, had come to Seville in search of his son to take him back to Portugal. But in the meantime, he completed one of the maps that was being prepared, adding to it the Spice Islands. Which seems to make less sense, since it would be to collaborate in an enterprise that manifestly harmed the overseas interests of the Portuguese crown. The only possible explanation for this attitude of Pedro Reinel would be the existence of strong bonds of friendship and solidarity with Magellan.

¹³ Source: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59055673/f1.item> (accessed 19-01-2021); Gallica, Bibliothèque Nationale de France. Regarding this planisphere, see also SANZ-HERMIDA, 2019

¹⁴ Concerning Ribeiro, see VIGNERAS, 1962; about Torenó, see SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2013, and SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2014.

A few years later, in 1522, the navigational materials that were on board the *Trinidad*, Magellan's own ship, were captured by António de Brito, the Portuguese captain dispatched to the Maluku islands to intercept the Spanish expedition. These materials were later sent to Lisbon, and the chronicler Fernão Lopes de Castanheda, in his *Historia do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, published in Coimbra between 1551 and 1561, mentions that they included «two planispheres of Ferdinand Magellan made by Pedro Reinel» («dous planispherios [...] feytos por Pero Reynel», CASTANHEDA, 1979: vol. II, p. 218). Pedro and Jorge Reinel were undoubtedly the essential cartographers of the Magellan voyage. They designed the world map with which the Portuguese navigator managed to convince King Carlos I to support his proposal to sail to the Spice Islands following a western route, and which would be similar to the *Kunstmann IV*. And at least two other cartographic works of the Reinel can be associated with Magellan's project.

On the one hand, a chart of the Indian Ocean dating from around 1517, attributed to Pedro Reinel, that has disappeared, but of which a reliable copy is preserved in Paris. In this cartographic item a very detailed representation of the islands of Indonesia appears, reflecting the most recent Portuguese voyages of exploration in those Asian regions.¹⁵ This map, it seems evident, was supposed to be of use only if Magellan had to opt for his Plan B: in case he could not find a passage to the *Mar del Sur* (or Pacific ocean) in the southern parts of America, he would try to reach the Maluku islands sailing across the Indian ocean, on an eastward rhumb, directly from the Cape of Good Hope to the Indonesian archipelago.¹⁶ As it happened, this map, or some copy of it, was certainly used on the return voyage by Juan Sebastián Elcano and his crew, that sailed directly from Timor, across the Indian Ocean, to the Cape of Good Hope and beyond, into the Atlantic Ocean.

Map 2: Map of the Indian Ocean by Pedro / Jorge Reinel, 1517¹⁷



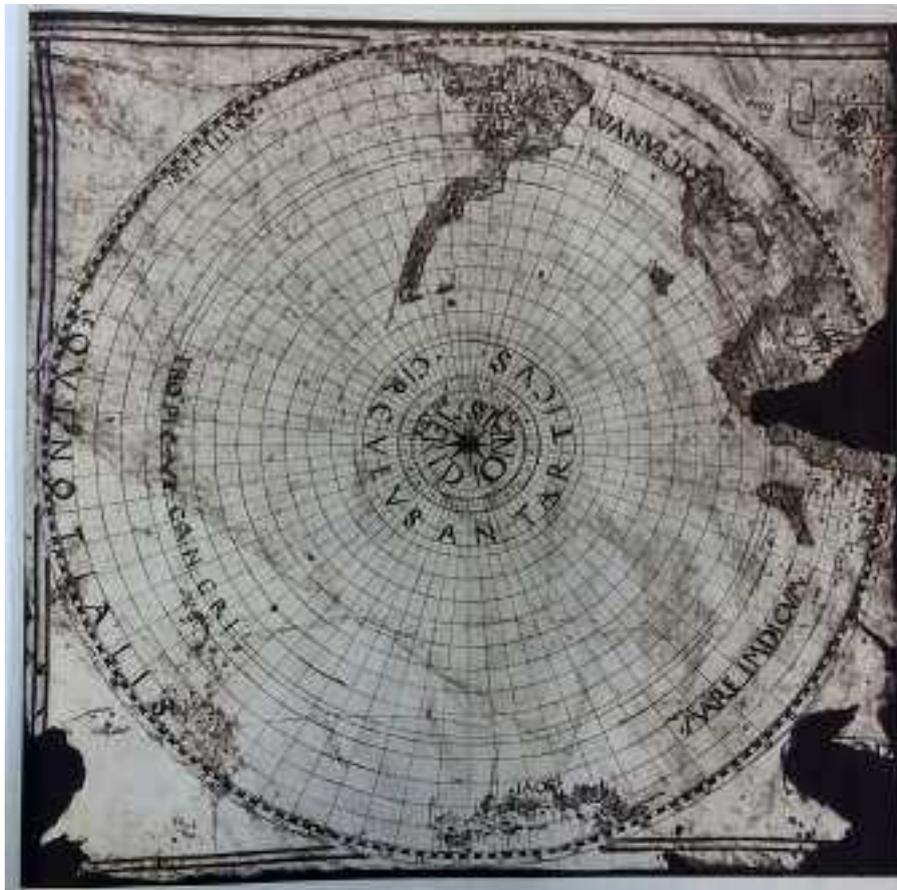
15 See reproduction and comments in KUPČIK, 2000: pp. 130-135.

16 Regarding this secondary plan, see RAMOS PÉREZ, 1975.

17 Source: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5905566p/f1.item.r=reinel> (accessed 19-01-2021); Gallica, Bibliothèque Nationale de France.

On the other hand, a polar projection chart, representing the southern hemisphere, which is kept in an Istanbul archive, is also attributed to Pedro Reinel and his son Jorge, being dated to about 1522. This type of chart would clearly reveal the possibility of reaching the Maluku islands by the western route, bypassing the southern tip of the American continent. This could be a *poma e carta* (spherical chart) copied from one of the planispheres produced in Seville by the Reinel for Magellan.¹⁸ The map was probably produced in Seville around 1519, and it was later completed with the reference «Hesta terra descobrio Fernão de Magalhães» («This land was discovered by Ferdinand Magellan»), written along the southern tip of America. This last detail was certainly added in 1522, when the only surviving ship of Magellan's expedition returned to Seville under the command of Juan Sebastián Elcano. Later, someone, probably Antonio Pigafetta, was responsible for taking this map to Istanbul, where he appears to have resided after his European tour accomplished between 1522 and 1525 (COUTO, 2019).

Map 3: Polar projection of the southern hemisphere by Pedro / Jorge Reinel, 1519-1522¹⁹



The Reinel, the father Pedro and the son Jorge, were undoubtedly the main cartographers of Magellan's projected voyage to the Spice Islands. They were the cartographers of Magellan's maps. Drawing on the most recent Portuguese voyages of exploration, in the southern parts of America, in the Indian Ocean and in the easternmost parts of Asia, the two Portuguese technicians provided the navigator with the most updated maps then available in Europe, which were essential to the

18 About this map, see DESTOMBES, 1955; and also COUTO, 2019.

19 Source: LOUREIRO, 2019b: p. 153.

success of the epic voyage of maritime exploration carried out by Magellan and his multinational crew. But the vexing question remains: How to explain in what manner Magellan managed to get the assistance of two top Portuguese cartographers then working for King Manuel I of Portugal, in a project that was directed against the overseas interests of the same monarch and against his explicit imperial policy? So far as it is known, after Magellan's departure from Seville in August 1519, the Reinel returned to Portugal and continued to draw maps and charts in the Portuguese cartographic workshop, located in Lisbon and functioning under royal patronage and royal surveillance. The problem still deserves further inquiries. And the explanation to this unnatural alliance, between the royal Portuguese cartographers and the estranged Portuguese navigator must certainly be searched in the obscure period between 1515 and 1517, when Ferdinand Magellan lived in Lisbon and was gathering intelligence for his project of sailing to the Maluku islands.

REFERENCES

AMARAL, J. F. “*Pedro Reinel me fez*”. *À Volta de um Mapa dos Descobrimentos*. Lisbon: Quetzal Editores, 1995.

ARGENSOLA, B. L. *Conquista de las islas de Maluco*. Madrid: Alonso Martín, 1609.

BARRETO, L.F. *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*. Lisbon: CNCDP, 2000.

BARROS, J. *Da Ásia*, ed. Nicolau Pagliarini, 8 vols. Lisbon: Livraria Sam Carlos, 1973.

BÉNAT-TACHOT, L. Cristóbal de Haro, un marchand judéo-convers entre trois mondes au XVI^e siècle ou le défi d'une 'globalisation' avant l'heure. In: BENBASSA, E. (ed.). *Les Sépharades: Histoire et culture du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2011, pp. 135-160.

CASTANHEDA, F. L. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 2 vols. Oporto: Lello & Irmão, 1979.

CASTRO, X ; HAMON, J.; THOMAZ, L.F. (eds.). *Le voyage de Magellan: La relation d'Antonio Pigafetta et autres témoignages*, 2 vols. Paris: Éditions Chandeigne, 2007.

COUTO, D. Em torno do globo: Magalhães, Pigafetta e a carta Hazine 1825. In: LOUREIRO, R.M. *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães*. Lisbon: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019b, pp. 183-205.

DESTOMBES, M.. The Chart of Magellan. *Imago Mundi*, vol. 12, n. 1, 1955, pp. 65-88.

FARIA, F. L. Primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães. In: MOTA, A. T. (ed.). *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1975, pp. 471-518.

GARCIA, J. M. *A viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*. Lisbon: Editorial Presença, 2007.

GARCIA, J. M. *O Livro de Francisco Rodrigues: O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*. Oporto: Editora da Universidade do Porto, 2008.

JOYNER, T. *Magellan*. Camden, ME: International Marine Publishing, 1992.

KUPČIK, I. *Münchener Portolankarten: Kunstmann I-XII und zehn weitere Portolankarten / Munich Portolan Charts: Kunstmann I-XII and Ten Further Portolan Charts*. Munich / Berlin: Deutscher Kunstverlag, 2000.

LAS CASAS, B. *Historia de las Indias*, ed. Marqués de la Fuensanta del Valle & José Sancho Rayon, 5 vols. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875-1876.

LEÓN-PORTILLA, Miguel (ed.), *Cosmographiae introductio; Introducción a la Cosmografía y las quatro Navegaciones de Américo Vespucio*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

LESTER, Toby. *The fourth part of the world: the race to the ends of the earth and the epic story of the map that gave America its name*. London: Profile Books, 2009.

LOUREIRO, Rui Manuel. Fernão de Magalhães em Portugal. In: PARODI ÁLVAREZ, Manuel J. (ed.). *In Medio Orbe (II): Personajes y avatares de la I Vuelta al Mundo*. Seville: Junta de Andalucía / Ayuntamiento de Sanlúcar de Barrameda, 2017, pp. 19-29.

LOUREIRO, R. M. Buscar el levante por el poniente: Martin Behaim revisitado. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 824, 2019a, pp. 41-58.

LOUREIRO, R. M. *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães*. Lisbon: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019b.

MOREIRA, R. Pedro e Jorge Reinel (at. 1504-60): Dois cartógrafos negros na cõrte de D. Manuel de Portugal (1495-1521). *Terra Brasilis* [on-line], n. 4, 2015, <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209> [accessed 19-01-2021].

PIGAFETTA, A. *Relazione del primo viaggio attorno al mondo*, ed. Andrea Canova. Padova: Editrice Antenore, 1999.

PIRES, T. *Suma Oriental*, ed. Rui Manuel Loureiro. Lisbon: Centro Científico e Cultural de Macau, 2018.

POHLE, J. *Martin Behaim (Martinho da Boémia): Factos, lendas e controvérsias*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007.

RAMOS-CELHO, J. (ed.), *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*. Lisbon: Imprensa Nacional, 1892.

RAVENSTEIN, E. G. *Martin Behaim: His Life and his Globe*. London: George Philip & Son, Ltd., 1908.

RAMOS PÉREZ, D. Magallanes em Valladolid: La Capitulación. In: MOTA, A. T. (ed.), *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1975, pp. 179-241.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, A. De la ‘cartografía oficial’ a la ‘cartografía jurídica’: la querrela de las Molucas reconsiderada, 1479-1529. *Nuevo Mundo / Mundos Nuevos* [on-line], 2009, <http://nuevomundo.revues.org/56899> [accessed 19-01-2021].

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, A. *La espada, la cruz y el Padrón: Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica, 1503-1598*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, A. An Official Image of the World for the Hispanic Monarchy. *Nuncius*, vol. 29, n. 2, 2014, pp. 389-438.

SANDMAN, A. Spanish Nautical Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD, David (ed.), *History of Cartography - Volume Three: Cartography in the European Renaissance (Part I)*, 2 vols. Chicago / London: The University of Chicago Press, 2007, pp. 1111-1116.

SANZ-HERMIDA, J.M. Un portulano para el rey Carlos I. In RAVINDA, M. *et al. La Primera Vuelta al Mundo: Edición conmemorativa del V centenario del viaje de Magallanes y Elcano, 1519-2019*. San Lorenzo de El Escorial: Taberna Libraria, 2019, pp. 177-191.

VAN DUZER, C. *Henricus Martellus's World Map at Yale (c. 1491)*. Cham, Switzerland: Springer, 2019.

VIGNERAS, L. The cartographer Diogo Ribeiro. *Imago Mundi*, vol. 16, n. 1, 1962, pp. 76-83.



ESCRITURAS CARTOGRÁFICAS: IMAGINARIOS GEOGRÁFICOS Y REPRESENTACIONES PORTUGUESAS DEL ESPACIO ASIÁTICO¹

CARTOGRAPHIC WRITING: GEOGRAPHICAL IMAGINARIES AND PORTUGUESE REPRESENTATIONS OF SPACE IN ASIA

*Zoltán Biedermann*²

RESUMO

Al escribir sobre sus viajes y los de otros, los autores portugueses del siglo XVI no sólo describieron el mundo, como también contribuyeron a su forma. Este artículo explora las estructuras cartográficas de la escritura de viajes, presentando una interpretación preliminar de las principales prácticas de la representación de los espacios (globales, del imperio y más allá de ello) en los textos escritos. Tocamos, entre otros aspectos, en el contraste entre una escritura más pegada a la realidad de los viajeros, y otra más cercana de ciertas prácticas cartográficas en desarrollo durante el Renacimiento – eso es, entre perspectivas horizontales y verticales en la percepción y representación del espacio por autores lusófonos de la primera modernidad. Se propone con esto una malla interpretativa aplicable a otros textos y contextos.

Palavras-chave: Literatura de viajes; Cartografía; Imágenes.

ABSTRACT

Portuguese authors set out in the sixteenth century not just to describe the world, but also to shape it as they wrote about their own travels and those of others. This article explores the cartographic structures of travel writing and offers a preliminary interpretation of the key representational practices regarding terrestrial space (globally, within the Empire and beyond) in written works. One aspect explored is the contrast between writing practices that followed the experiential realities of the travellers, on the one hand, and others more closely associated with new cartographical conventions of the Renaissance – in other words, a contrast between horizontal and vertical perspectives in the perception and representation of space by Lusophone authors of the early modern period. The interpretive tools thus presented are applicable to other texts and in other contexts.

Keywords: Travel literature.; Cartography; Images.

1 Es este un texto exploratorio redactado originalmente para presentación en la conferencia *Los Viajes Portugueses: Fronteras de Tres Océanos*, en Bogotá, el 25 de abril de 2013, y que sirve actualmente de base para nuestro proyecto *Cartographic Writing in the Renaissance: Worldmaking and the Traveller's Eye*. Véase también nuestro breve estudio “Global Navigations and the Challenge of World-Making: Introducing the Study of Spatiality in the Portuguese Empire”, in *Transnational Portuguese Studies*, ed. by Hilary Owen and Claire Williams, Liverpool, Liverpool University Press, 2020, pp. 23-41. Agradecemos a Jerónimo Pizarro todo el apoyo que ha posibilitado la escritura y publicación de éste artículo.

2 Profesor Catedrático de Historia Moderna en el Departamento de Estudios Hispánicos y Lusófonos de University College London. z.biedermann@ucl.ac.uk

Introducción

Tal como los libros de viaje, los mapas son emblemáticos en el proceso expansionista portugués. Lo son tanto por representar lo más positivo de la expansión europea —la *curiositas*, la apertura de nuevos horizontes—, como por su articulación con el poder político y las fuerzas que tan violentamente transformaron el mundo en el alba de la primera modernidad (ese *lado oscuro del Renacimiento*, por usar las palabras del historiador Walter Mignolo (MIGNOLO, 2003). Sin embargo, a pesar de su evidente importancia, no por ello los comprendemos particularmente bien. De hecho, ¿qué sabemos sobre los varios tipos o *modos* (concepto recién propuesto por Matthew Edney) de cartografía que existieron durante la expansión portuguesa, y qué sobre las relaciones que se daban entre esa(s) cartografía(s) y los textos escritos (EDNEY, 2019)? Al estudiar el proceso de la expansión portuguesa por el mundo, ¿cómo debemos evaluar la importancia relativa de los mapas —abundantes y no pocas veces famosos, como el *Planisferio de Cantino* o el *Atlas Miller*— frente a otros artefactos culturales que, sin el recurso de la imagen, también describen los espacios del globo?³ O bien, invirtiendo la pregunta, ¿cuánto de lo que leemos en crónicas y relatos de viaje firmemente establecidos en nuestro imaginario histórico como canónicos textos de la literatura imperial —las *Décadas da Ásia* de João de Barros, la *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto— está radicado o en conexión con mapas?⁴ El problema está, en parte, en que la historia cartográfica y la historia literaria raramente se han unido en el pasado, y por lo general, han sido disciplinas practicadas por círculos académicos distintos. El presente ensayo propone reconectar ambas esferas.

Los mapas y la escritura

Los mapas se definen en general como imágenes que representan, según ciertas convenciones gráficas, una extensión del espacio terrestre sobre una superficie más pequeña,

por ejemplo, una hoja de papel.⁵ Evidentemente, el espacio representado puede no ser terrestre. Puede ser cósmico, puede ser el espacio de los órganos del cuerpo humano, puede ser hasta el espacio de las emociones (cabe recordar la famosa *Carte du Tendre*) o de las instituciones que rigen nuestras vidas (los llamados organigramas). Asimismo, el soporte material sobre el que se dibuja

3 La gran mayoría de los mapas producidos por cartógrafos portugueses durante los siglos XVI y XVII se encuentran recogidos en CORTESÃO y MOTA, 1960. El planisferio dicho “de Cantino” (Lisboa, 1502) puede consultarse en <http://bibliotecaestense.beniculturali.it/info/img/geo/i-mo-beu-c.g.a.2.html>. El “Atlas Miller” (Lisboa, 1519) es accesible en <http://expositions.bnf.fr/marine/albums/miller/index.htm> (últimas consultas el 17.06.2021).

4 Pueden consultarse las siguientes ediciones: BARROS 1988; PINTO 2010. En versión española cabe destacar PINTO, 2009 y PINTO 1982.

5 El *Diccionario de la Real Academia Española* define el mapa como una “representación geográfica de la Tierra o parte de ella en una superficie plana” (véase online en <https://www.rae.es>). El *Oxford English Dictionary* describe “a drawing or other representation of the earth’s surface or a part of it made on a flat surface” (véase online en <https://www.oed.com>; últimas consultas el 17.06.2021).

un mapa puede igualmente variar. En vez de una hoja de papel o un pergamino, puede tratarse de una pared, una piedra, o incluso la arena de una plaza pública. A un nivel más profundo, puede también variar el tipo de representación que los mapas ofrecen del mundo. Durante mucho tiempo, para que un mapa fuera bueno, su definición se mantuvo estrechamente ligada a la idea de que también debía ser fiel a lo que representaba. El problema aquí está en cómo definimos la fidelidad. Mientras los historiadores del arte hace mucho que han superado ese malentendido fundamental —el fantasma del realismo—, los historiadores de la cartografía hace relativamente poco tiempo que han conseguido librarse de él, si no es que muchos de ellos todavía siguen insistiendo en ello.

Con la nueva historia cartográfica iniciada durante las décadas de 1980 y 1990 el estudio de los mapas se emancipó, abriéndose simultáneamente a las dimensiones sociales y políticas de los objetos estudiados, y reconociendo que el proceso comunicativo cartográfico, más que en un vacío histórico dominado por principios científicos rígidos, debía ser entendido en esos mismos contextos.⁶ En un ensayo ya clásico sobre las técnicas de la pintura, Ernst Gombrich decía que «el retrato correcto, tal como el mapa útil [...] no es un registro fiel de una experiencia visual; es una construcción fiel de un modelo relacional [...] tal modelo puede construirse con cualquier grado de precisión [*accuracy*] exigido. El aspecto decisivo de esto está, claramente, en la palabra “exigido”». ⁷ Como es evidente, las exigencias —o las “intenciones” que subyacen en la operación pragmática que es la cartografía, como propone el historiador y filósofo de la ciencia Jean-Marc Besse, siguiendo a Nicolas Goodman— las formula la sociedad que produce los mapas (BESSE, 2008, pp. 20-21). En este sentido, muchos mapas “malos” se revelan como siendo bastante “buenos” en relación con las exigencias de su tiempo y lugar de origen, o incluso en los contextos variables de su recepción. Visto así, el cuadro se torna complejo y abierto, por su vez, a reflexiones históricas complejas.

Actualmente, por tanto, se ha ampliado considerablemente la definición de lo que es un mapa, y tendemos a operar a partir de un enunciado más dilatado que permita incluir en la categoría de *mapa* prácticamente todo lo que, en la construcción humana de itinerarios y territorios, se advierte como un diagrama. Los diagramas son imágenes relacionales —“dibujos”, según el *Diccionario de la Real Academia*— que demuestran cómo varias cosas (por ejemplo, lugares) se disponen en el espacio unos en relación con otros.⁸ Esta relación no tiene que ser realista en sentido estricto, pero sí reflejar de alguna forma inteligible la disposición de las cosas en el mundo. El énfasis puede estar en la distancia entre puntos, en su relación en términos de

6 Entre los varios ensayos que introducen los principales aspectos de la nueva historia cartográfica, cabe destacar a COSGROVE, 1999 y a HARLEY, 2001.

7 “The correct portrait, like the useful map [...] is not a faithful record of a visual experience, but the faithful construction of a relational model [...] such a model can be constructed to any required degree of accuracy. What is decisive here is clearly the word ‘required’ [...]” GOMBRICH, 1960, p. 90.

8 El *Diccionario de la Real Academia* define el diagrama como un “dibujo en el que se muestran las relaciones entre las diferentes partes de un conjunto o sistema” (véase online en <https://www.rae.es>; última consulta el 17.06.2021).

direcciones cardinales, o cualquier otro aspecto considerado relevante. El famoso mapa del metro de Londres, creado por Harry Beck en 1931, prueba cada día a millones de viajeros que no hace falta seguir una escala unitaria, ni respetar las direcciones cardinales de forma estricta, ni usar una simbología figurativa para cartografiar un espacio de manera útil. Hasta una simple constelación de letras como la que aparece a continuación, dada como ejemplo de una “imagen locacional” (*locational image*) por el historiador de la cartografía David Buisseret (2003, pp. xi-xii), podrá ser leída por (casi) cualquiera como un mapa:

WA	NY
CO	
CA	FL

Cabe señalar que este mapa/diagrama de Estados Unidos participa de la lógica representativa de lo que algunos, cómo el artista colombiano Nicolás Consuegra, han

denominado *cartografías textuales*, es decir, cartografías que funcionan a base de palabras, pero dentro de un universo esencialmente dominado por la imagen.⁹ No son estas *cartografías textuales* lo mismo que los *textos cartográficos*, pues aquellas no dejan de funcionar cómo imágenes (o dibujos, o diagramas) al disponer palabras sobre el papel como si, simplemente, se les hubiesen retirado las líneas del mapa pictórico que normalmente les sirve de soporte. Así, el diagrama de Estados Unidos que acabamos de contemplar funciona fundamentalmente de la misma manera que un mapa “normal”; y, de hecho, en buena parte es tan fácilmente legible para nosotros porque conocemos esos mapas. Los hemos visto tantas veces que al retirárseles casi todos los elementos pictóricos y dejar apenas algunas letras aproximadamente en su posición original, siguen siendo inteligibles en cuanto mapas.

Esto sugiere que las *cartografías textuales* pueden no ser más que cartografías convencionales en las que el elemento textual juega un rol casi-pictórico (geométrico, posicional). Siguen siendo mapas que usan una lógica de imagen para representar relaciones espaciales, y asimismo usan el espacio de su soporte —por ejemplo, el de una hoja de papel— para representar otro espacio más amplio. En el ejemplo del mapa de Estados Unidos elaborado por Buisseret, donde todo lo que contiene el papel son letras, aquello que contemplamos no deja de ser una imagen: las letras se constituyen sobre la hoja en una constelación espacial, como un diagrama, que no requiere las construcciones frásticas de un texto (por ejemplo, “California está al oeste de Florida”) para ser inteligible. En la hoja, las letras que representan estados (re-) construyen —o, mejor diciendo, hacen eco de—, por la posición relativa de unos frente a los otros, un espacio que *retoma* las relaciones del espacio real. Es ese un espacio que permite al ojo deambular por el papel en varias direcciones, le deja establecer un itinerario propio e incluso captar las relaciones espaciales con una sola mirada. Es cierto que estas relaciones se encuentran

⁹ Véase el proyecto de Consuegra en <http://nicolasconsuegra.com/en/projects/cartografia-textual2/>

codificadas al corresponder los puntos cardinales, por convención, a ciertas direcciones en la hoja: el Norte está en la parte superior del papel y el Sur en la parte inferior. Pero la misma codificación se inscribe enteramente en un universo espacial. De ahí el argumento de David Buisseret por el que los mapas *stricto sensu* siguen una lógica representativa analógica.¹⁰ Representan en el espacio cosas (o relaciones entre cosas) que se sitúan ellas mismas también en el espacio. Así, desde el punto de vista cognitivo, los mapas juegan directamente con la capacidad del cerebro humano para analizar relaciones espaciales, más que con su capacidad de analizar fenómenos secuenciales, aunque naturalmente las dos lógicas están conectadas (BUISSERET, 2003, pp. xi-xii).

Pero entonces, ¿cómo puede un texto propiamente dicho —y no solo algunas letras distribuidas sobre una hoja de papel— ser cartográfico? ¿Cuáles son las posibilidades de producir algo que, por oposición a las *cartografías textuales* ya mencionadas, se base propiamente en la palabra — eso es, en palabras puestas en secuencia sintáctica para, por intermedio de un lenguaje cómo el portugués, el castellano u otro, expresar relaciones espaciales? Lo que buscamos aquí es la posibilidad de que ciertos textos tengan un carácter cartográfico, suficientemente perceptible para que hablemos de *escrituras cartográficas*. Por contraste con los mapas analógicos, los textos propiamente dichos operan a través del encadenamiento sintáctico de palabras que ganan sentido porque, juntas, componen frases. En general, un texto no juega con el espacio de la hoja en la que se sitúa (aunque sí lo puede hacer en algunos casos, como los *Caligramas* de Guillaume Apollinaire), sino que construye relaciones espaciales en la mente del lector mediante el lenguaje. Para representar espacios, los textos tienen que recurrir a palabras que forman predicados, y este hecho implica un desvío considerable entre la percepción de un espacio y su representación. Ahora bien, la representación textual sigue siendo un tema de gran interés en la historia cultural y los estudios literarios, aunque llevemos ya varias décadas estudiando sus mecanismos. Las prácticas de la representación reflejan tendencias intelectuales, pero también constelaciones de poder en las sociedades al largo de la historia. Dentro de esta lógica, las representaciones textuales del espacio son, por tanto, de gran significado para la comprensión de las dinámicas de poder.

Por lo que se nos plantea la pregunta: ¿para qué describir un espacio textualmente, si podemos hacerlo más directamente mediante la imagen? ¿Para qué querría alguien poner, por ejemplo, el mapa del metro de Londres en palabras? Sería fácil argumentar, basándonos en el carácter analógico de los mapas, que tal operación supondría un error estratégico, dado que los textos se adecúan menos que los mapas a la representación del espacio. Sin embargo, cabe otra posible respuesta. Si con un texto se puede recrear de forma relativamente eficaz un espacio dado —es decir, de una forma *suficientemente* eficaz según los criterios de la sociedad en cuestión, siguiendo la definición de Gombrich—, esa recreación tarde o temprano se llevará a cabo sin que se cree con ello ningún problema de legitimidad. Además de los

10 BUISSERET, 2003, p. xii. Para una crítica, poco convincente en nuestra opinión, de esta posición, véase EDNEY, 2019.

mapas, otros medios “cartográficos” (en un sentido amplio) son posibles, e incluso plausibles, aunque puedan parecer menos prácticos desde un punto de vista puramente lógico. De hecho, aunque en general parezcan menos prácticos, en ciertas situaciones los textos se constituyen como una alternativa viable e incluso preferible a los mapas para representar relaciones espaciales. Pueden recrear mapas o incluso sustituirlos. Por ejemplo, cuando nos preguntan en la calle por el camino más corto hacia cierto lugar, en vez de dibujar un mapa damos muchas veces indicaciones verbales (“segunda puerta en el lado izquierdo”; “primera calle a la derecha, segunda a la izquierda, ya lo verás”; “coge el metro hasta Mar de Cristal y vuelve a preguntar”). A veces, escribir un texto con características cartográficas es más fácil y más práctico que elaborar un mapa. En esa constatación se basa la existencia —abundante, aunque no siempre reconocida por los historiadores— de las escrituras cartográficas, probablemente en cualquier época y cualquier lugar.¹¹

Escrituras cartográficas en el Portugal renacentista

La escritura cartográfica es, en general, una práctica cultivada por escritores, más que por cartógrafos. En este hecho evidente —tan evidente que puede parecer de Pero Grullo— se basa la existencia de muchos de los artefactos que nos interesan en el presente contexto. Cada uno hace lo que puede. De la Lisboa de mediados del siglo XVI nos llega un ejemplo interesante de escritura cartográfica en un sentido relativamente sencillo del término: hablamos de fragmentos de texto que tratan de reemplazar con palabras los mapas que el autor no ha podido incluir en su obra. Véase el siguiente pasaje de las *Décadas da Ásia* del humanista portugués João de Barros, una crónica casi oficial de las hazañas portuguesas en Oriente. En él, Barros describe lo que se llamaba las “Indias” de Oriente: en el siglo XVI, era ese un espacio vasto y confuso que se extendía para los observadores en Occidente desde las afueras de Persia hacia China y Japón.¹² Para dar a entender mejor este espacio a sus lectores, Barros sugiere el siguiente ejercicio de visualización:

“Quem na mente quizer receber a terra destes Reynos, vire a mão esquerda com a palma pera baixo, & aparte o dedo polegar do segundo chamado index [...] & depois aparte este index dos tres seguintes, os quaes cerrem, & encurte, pelo primeiro nô [...]. E depois que tiuer asi a mão, olhe que a costa da India lhe fica ao longo do dedo polegar da banda de fóra [...] e na ponta delle he o Cabo Comorij, que está em altura do polo Arctico sette graos, & meyo. E na ponta do segundo dedo index, que está ao Leuante, antes de chegar ao fim delle [...] fica [...] a cidade de Malaca. Figure mais, que defronte de primeiro dedo polegar quasi da banda de dentro está a ilha Ceilão [...] Todo aquelle vão assi largo, como fica entre estes dous dedos, he o mar da enseada de Bengalla [...] E no meio do dedo polegar onde ele tem o nó, apartada da costa obra de settecentas legoas: ali pôde situar a cidade Bisnaga.” (Década 3, libro 2, capítulo 5)

11 Véase, para el caso hispanoamericano moderno, PADRÓN, 2007. Para Francia, CONLEY, 1996. Para Portugal, SAFIER y SANTOS, 2007.

12 Sobre la cuestión de las metageografías de Asia y sus regiones en la época moderna, véase BIEDERMANN, 2013.

Conviene, evidentemente, leer y releer este pasaje siguiendo con la mano izquierda las instrucciones del autor: póngase la mano con la palma hacia abajo; apártese el pulgar del índice, y luego el índice de los tres siguientes; dóblense estos en el primer nudo; mírese por fin el resultado (apuntando hacia uno mismo): el pulgar representará el subcontinente indiano, el índice la península malaya, y los otros tres dedos, doblados, el resto de Asia Suroriental (Siam, Vietnam etc.). Aunque el mapa parece esquemático, es ingenioso. Pero ¿para qué tal artificio si por aquellos mismos años los portugueses producían la cartografía técnicamente más avanzada del mundo? La razón salta a la vista de quien abre cualquiera de los voluminosos tomos de las *Décadas* de Barros: en estos libros, reina la más total falta de material pictórico. En el Portugal del XVI la imprenta de imágenes en general estaba poco desarrollada, y la imprenta cartográfica simplemente no existía. Las *Décadas* de Barros son miles de páginas sin apenas una sola imagen, pero al mismo tiempo rebosantes de historias que exigen ser ubicadas en el espacio del planeta que los portugueses iban, desde su perspectiva, abriendo. Con generosidad, Barros nos ofrece entonces su ubicación, no con imágenes, sino con textos que, entre largos capítulos dedicados a las proezas de unos u otros nobles portugueses, permiten al lector vislumbrar los espacios asiáticos y africanos recién “descubiertos” por la vía de la palabra. De hecho, Barros trabajó durante muchos años en una *Geografia* que, como él mismo prometía, suplantaría la obra homónima de Ptolomeo —otro libro que mantuvo durante siglos una relación muy ambigua con los mapas— a partir de los nuevos descubrimientos de los portugueses. Él, que no era cartógrafo, pretendía dar una descripción precisa y verdadera del mundo nuevamente descubierto, ese mismo mundo del que los portugueses decían que, si más hubiese, también lo hubieran navegado. Lamentablemente, la nueva *Geografia* de Barros se perdió, y de hecho ni siquiera sabemos si el autor la llegó a terminar. Pero en las *Décadas da Ásia*, numerosos capítulos describen las varias partes de Oriente, su ubicación y su forma, la morfología de su terreno y de sus ríos, la calidad de sus aires y de sus habitantes, desde el recurso textual.¹³

El pasaje que acabamos de ver es el más icónico de toda la obra, pero existen muchos otros que construyen relaciones espaciales de forma bastante explícita para instruir al lector curioso. Sirve de ejemplo este fragmento de la *Década Primeira*, donde se introduce la India a la que llegó Vasco da Gama:

“pela situaçam desta entre as correntes dos notauées Jndo e Gange [...] bem lhe podemos chamar a gram Mesopotamia [...] a qual regiã as correntes destes dous rios per huma parte, e o grãde oceano Indico per outra: a cércam de maneira, que quasy fica huma chersoneso entre térras de figura delijonja, a que os géometras chamã rhombos, *que* é de iguaes ládos e nã de angulos rectos [...] o angulo desta parte do sul faz o câbo Comorij, e o da parte do nórté, as fontes dos mesmos rios [...] a distãcia destas fontes ao câbo Comorij aellas opposito, será pouco mais ou menos pero linha directa, quátro centas leguoas: e os outros dous angulos, *que* per cõtraira linha jãzem de leuãte a ponente per distãcia de trezentas leguoas, fazem as bocas dos mesmos rios Jndo e Gange, ambos muy soberbos.” (Década 1, libro 3, capítulo 7)

13 No existe un estudio del conjunto de las descripciones geográficas y etnológicas de Barros, de las que preparamos actualmente una edición. Puede consultarse BIEDERMANN, 2003.

La India aparece aquí cómo una figura geométrica, un romboide definido por sus litorales en la mitad meridional, y por los ríos Indo y Ganges en la mitad septentrional. Una vez más, lo que se ambiciona es *re-crear* de forma eficiente, en la mente del lector, una imagen cartográfica que el propio autor habría contemplado, probablemente en uno de los mapas manuscritos que se encontraban en real en el que trabajaba, la *Casa da Índia*. Se puede por tanto decir de esta descripción que es ecfástica *stricto sensu*, eso es, ofrece la representación verbal de una representación original que era de tipo pictórico. Es de hecho posible, dígame de paso, que los propios lectores, idealmente pertenecientes a una élite educada, tuviesen también acceso a mapas por lo menos ocasionalmente, en cuyo caso el texto no haría más que *evocar* imágenes ya conocidas, sirviendo de soporte a una memoria visual; sin embargo, por ahora nos faltan elementos para probar tal hipótesis. Lo que sí podemos observar son los mecanismos utilizados por Barros para mediar entre esa cartografía pictórica que él conocía, pero que permanecía ausente en su obra, y las imágenes mentales de sus lectores. En primer lugar, se movilizan elementos morfológicos —de *forma* geográfica—, como por ejemplo la referencia a los contornos romboidales de la India. Aquí, una única palabra tomada del mundo de las formas geométricas ofrece una imagen abstracta y elegante acercándose a lo que sería el *Industão* en un mapa renacentista (y quien sabe a descripciones que circulaban en la misma región). En conjunción con esta forma, otro dispositivo textual permite situar en el espacio los lugares mencionados. Se trata de elementos relacionales, aunque suspensos en un campo de fuerzas bastante abstracto y dominado por apenas dos (o cuatro) direcciones fundamentales: entre los ángulos del rombo que es la India, se trazan líneas imaginarias que corren de Norte a Sur (desde las fuentes de los dos grandes ríos hacia el Cabo Comorin) o de Poniente a Levante (desde la boca del Indo hacia la boca del Ganges). Juntas, estas dos líneas permiten la construcción de una imagen fundamentalmente relacional, eso es, de un diagrama. Y cómo vimos, los mapas, fundamentalmente, son diagramas.

Hemos examinado hasta aquí un único autor y una única estrategia de escritura cartográfica. Pero si queremos hablar de cartografías textuales y nos interesa entender cómo los textos imitan (o emulan, o invocan) a los mapas, importa evidentemente recordar que existen varios tipos (Edney habla de “modos”) de mapas susceptibles de imitación (EDNEY, 2019). No todos los mapas funcionan de la misma manera, por lo que se torna necesario preguntar cómo pueden los textos adaptarse a distintos lenguajes cartográficos. Uno de los géneros textuales que surgió cuando los portugueses costearon África occidental y, en los últimos años del siglo XV, entraron en los mares de Oriente, es el *roteiro*. Los *roteiros* ofrecen una descripción muy minuciosa de las características físicas de los litorales con sus puertos y otros aspectos relevantes para la navegación y el comercio, incluyendo notas sobre corrientes y vientos, y aún mediciones de profundidad, distancia, y latitud.¹⁴ En relación estrecha con el género del *roteiro*, se produjeron luego geografías comerciales como la *Summa Oriental* de Tomé Pires (c.1510), o el más complejo, por más etnográfico, *Livro de Duarte Barbosa*, del

14 Véase por ejemplo los *roteiros* en ANON 1940 y ANON 1898.

que existen varias versiones, la primera terminada en 1516.¹⁵ En estos textos, el lector recorre los litorales de África oriental, Arabia, Persia, India y el Sureste Asiático como si siguiera esos mismos litorales navegando. La identificación del lector con el viajero, y la incorporación de la mirada del viajero en la del autor y la del lector, son particularmente evidentes en un *roteiro* conocido como *Livro de Francisco Rodrigues* (c.1513), dónde se encuentran muchos pasajes como este:

“Este he o camynho que fizemos sayndo da ylha de çeybam para dalaqa. Fomos demandar ceynam aloeste & de çeybam aloeste quinze legoas ou dezeseis fomos dar em hum baixo que ha nelle tres ou quatro legoas [...] e em meo deste camynho topamos outro bamquo que he comprido mea legoa [...] Esta ylha primeira tem por marca huma mata darvores tamanha como huma nao & a par das aruores ha huma emseada asy como a de camaram [...]” (PIRES, 1978, p. 106).

El orden del texto es el orden del mismo viaje que permitió “descubrir” los espacios descritos. Sigue los contornos de los continentes o, para ser más correcto, el contorno terrestre del océano que los portugueses —que por lo general, preferían la circulación naval antes que la terrestre— se aprestaban a dominar. No está totalmente claro, una vez más, hasta qué punto estos textos se leían acompañados por mapas. Es difícil imaginar que alguien leyese la *Summa Oriental* de Pires sin haber visto nunca un mapa de Oriente, aunque, de hecho, sabemos muy poco sobre el uso de los mapas en el imperio portugués durante el siglo XVI. Lo que sí se puede decir es que, de existir una correspondencia epistemológica entre el lenguaje cartográfico de los *roteiros* y el lenguaje de cierto tipo de mapas, el tipo de mapas en cuestión se podrá identificar como siendo náutico o, para usar otra designación frecuente, de tipo portulano.¹⁶

Simplificando un asunto del que no disponemos aquí de espacio para extendernos, cabe destacar que las cartas náuticas de esta época seguían una lógica relacional tan sencilla como eficiente en la descripción de los espacios marítimos: se parte de un punto A y, navegando en línea recta durante cierto tiempo y en cierta dirección, se llega al punto B. Luego, de B se va a C, D, E etc. Con el conjunto de estos datos de dirección y distancia se puede construir un mapa marítimo sorprendentemente correcto sin necesariamente usar una red de latitudes y longitudes (aunque el cálculo de latitudes y longitudes se impuso gradualmente en los océanos más amplios, como veremos). De hecho, se trata de una técnica que se basa en una lógica originalmente secuencial («fuimos de A a B, navegando hacia el sur durante tres días») para construir imágenes relacionales en las que el espacio adquiere, al final, una calidad casi abstracta porque los mensajes secuenciales se multiplican casi *ad infinitum* (PADRÓN, 2007).

15 Véanse PIRES, 1978 y BARBOSA, 1996-2000.

16 Sobre los portulanos, véase CAMPBELL, 1988; y, más recientemente, HOFMANN, RICHARD y VAGNON, 2012.

De hecho, bajo textos como la *Summa Oriental* o los *roteiros* subyace la lógica portulana: se sale de un puerto, se va avanzando cierta distancia en determinada dirección, y se encuentra otro puerto. De ahí se avanza otro tanto hasta encontrar el lugar siguiente, y por ahí adelante. Hay que añadir, no obstante, que los portulanos y los *roteiros* sufrían, en el XVI, un problema considerable: con el avance del tiempo, su lenguaje y su técnica empezaron a parecer obsoletos. La técnica portulana, originalmente aplicada en el Mediterráneo desde el siglo XII, sufrió alteraciones cuando los portugueses empezaron a cartografiar el Atlántico durante el siglo XV. En los océanos, el sistema portulano tradicional no funcionaba por sí sólo porque el principal utensilio con el que se determina la dirección que lleva un barco —la brújula— resulta impreciso a causa de la llamada declinación magnética. El polo Norte magnético no corresponde exactamente al punto del polo Norte geográfico, y el mismo campo magnético no es uniforme. De ahí que los portugueses empezasen a añadir otro tipo de información, buscando obtener datos absolutos de latitud y, dentro de lo que era posible en su momento, también de longitud. El proceso fue largo, y de hecho, el historiador portugués Joaquim Alves Gaspar, en un importante y reciente trabajo de investigación técnica sobre los mapas de los siglos XV y XVI, habla de una «revolución silenciosa» (GASPAR, 2013). Mientras se buscaban nuevas maneras de calcular la latitud y la longitud, la lógica de los mapas náuticos se hibridizó. La verdadera modernidad se ubicaba cada vez más en una cartografía todavía imposible, enteramente basada en coordenadas absolutas. En esta nueva cartografía, que iba infiltrándose gradualmente en la técnica portulana, cada lugar sería idealmente independiente de los demás. Su ubicación dependería no de sus relaciones con otros lugares en la tierra, sino de su posición absoluta en un espacio global (y astronómico) dotado de cualidades matemáticas más que topográficas. Es esta una cartografía que supone la extensión por todo el globo de una red uniforme de latitudes y longitudes: una innovación metodológica basada en las teorías de Ptolomeo, aunque en la época de los viajes portugueses todavía no disponía de los medios para generar todos esos datos (BESSE, 2003).

¿Qué podía, entonces, hacer un cartógrafo del siglo XVI para dar impresión de modernidad y rigor según los nuevos criterios que emergían? Algunos empezaron a añadir escalas latitudinales a sus mapas para subrayar que al menos *algunas* de sus informaciones se basaban en coordenadas absolutas, y demostrar, por tanto, que seguían la vanguardia tecnológica de su tiempo.¹⁷ Lo que quizás sea aún más interesante es cómo esta dificultad en practicar la nueva cartografía volvió a empujar a algunos hacia el uso de la palabra: de hecho, ya hemos visto que João de Barros daba coordenadas en sus viñetas cartográficas, y seguía una lógica muy distinta de la de los portulanos. La India romboidal con sus cuatro puntos de referencia claramente dispuestos sobre el papel se acerca ya más a la nueva lógica de inspiración ptolemaica que a la lógica puramente portulana. Las relaciones entre puntos se dan en referencia a una forma geométrica, alejándose decididamente del universo palpable de los viajeros. Y la imagen se contempla, como también la de la mano que representa a las Indias Orientales, desde arriba. De hecho, una lectura más

17 Exploramos la dimensión simbólica de esta nueva ética en BIEDERMANN, 2020.

atenta de las *Décadas da Ásia* revela que Barros practicó de forma bastante sistemática una escritura cartográfica de inspiración específicamente neoptolemaica. En sus descripciones, el geógrafo lisboeta recurre sistemáticamente a la red global de las latitudes y longitudes y a abstracciones geométricas, no sólo para dar a sus lectores información de tipo matemático o numérico, sino también para reforzar esa mirada vertical, omnisciente, de un lector que puede identificarse con el cartógrafo, más que con la realidad física de los viajeros. Con eso se integra en el texto el espacio cartográfico abstracto que iba cubriendo el globo, tornando la superficie de la tierra cualitativamente homogénea en todos los lugares, sustituyendo las líneas de rumbo de los portulanos por la red de coordenadas de los mapas modernos de inspiración ptolemaica.

En sus descripciones de China o de Ceilán, por ejemplo, Barros evoca y construye conscientemente y con notable énfasis ese espacio homogéneo de la nueva red. Par Ceilán, empieza con la situación de la isla frente al Cabo Comorin, pero no para hablar de viajes entre este punto y la isla: lo que hace situarla en relación con el romboide descrito en otra parte del texto, y que hemos visto ya. Luego, no hesita en dar coordenadas, y con ello logra encuadrar la región en el espacio global. Nos ofrece también medidas, pero no el tipo de medida con utilidad náutica que domina en los *roteiros*. Aquí, el tamaño de la isla y su distancia de la tierra firme son elementos que ayudan a componer una imagen de la región vista desde arriba, con los ojos del cartógrafo (y, por supuesto, de Dios):

“A ilha a que geralmente chamamos Ceilão [...] está situada defronte do Cabo Comori, que é a terra mais austral de toda a Índia, que jaz entre os dous illustres rios Indo e Gange. A qual ilha é quási em figura oval, e o seu lançamento fica ao longo desta costa da Índia per o rumo a que os mareantes chamam Nordeste, cuja ponta, a que jaz mais ao Sul, está em altura de seis graus, e a do Norte quási em dez, com que o comprimento dela será setenta e oito léguas, e a largura até quarenta e quatro; e a ponta mais vezinha à terra firme distará dela pouco mais ou menos dezasseis léguas.” (Década 3, libro 2, capítulo 1, fol. 25)

La descripción de China es más compleja, pero juega también sistemáticamente con coordenadas geográficas, medidas de distancia (occidentales y orientales) y referencias visuales para alcanzar el mismo objetivo: inserir el país en un *continuum* espacial con Europa, un espacio cubierto por la red de latitudes y longitudes que venía dominando la cartografía de su tiempo, y dar de ello una imagen cartográfica en el sentido nuevo que se iba imponiendo.¹⁸ Aunque la descripción sea demasiado larga para ser reproducida aquí, el orden por el que se presentan las informaciones es suficiente para indicar cómo el texto se distingue de la lógica de los *roteiros*:

18 Véase sobre este asunto BIEDERMANN, 2004.

Informaciones sobre China en la *Ásia* de João de Barros (década III, libro 2, cap. 7)

Situación geográfica da China — delimitación general de la forma de China por el litoral, como un espejo de Europa — grandeza de la tierra — frontera con Tartaria y Gran Muralla, descrita como una línea sobre un mapa chino que Barros ha obtenido — fuentes escritas chinas para la geografía — medidas de distancia y su equiparación con las de Europa — red de latitudes y longitudes que cubre el globo — división interna de China en 15 *governanças* — el sufijo *fu*, equivalente al griego *-polis* — jerarquía ciudades-villas-pueblos — administración — visitantes reales en las provincias — sentido de superioridad de los chinos, ‘como los Griegos’ — perfección en todos los dominios de la vida social — pasado de conquistas y expansión imperial — artillería — embajadas — fin de la expansión marítima — estado precario de la presencia lusa en China — descripción de Cantón — relaciones Norte-Sur en China — carácter de los cantoneses — fundición y artillería — aspecto de las mujeres — culinaria y banquetes — habitación — ríos e navegación fluvial — aspecto físico de Cantón — templos, fortificaciones — puertas de la ciudad — orden y control — refiere la *Geographia*.

Es cierto que Barros, como cualquier otro autor, se veía obligado a elaborar descripciones regionales —por ejemplo de China— y a veces locales, “corográficas” y “topográficas”, dentro de la lógica clásica —por ejemplo de Cantón. Así siendo, cada descripción lleva una especie de «marco» propio (revelando un acto de *découpage*) que amenaza la continuidad del espacio global. El *topos* es, por inherencia, un enemigo potencial del *cosmos*, cuyas leyes universales va minando con sus particularidades.¹⁹ Para contrarrestar esta tendencia y el riesgo de ruptura o incoherencia que supone, Barros hace un uso sistemático de referencias textuales a la red de latitudes y longitudes y de comparaciones que postulan la equivalencia de los espacios en Occidente y Oriente. Así, da homogeneidad al espacio planetario, conectando los espacios de Asia con el espacio del lector (en principio ubicado en Portugal), y también con otros (por ejemplo, entre China, Tartaria y Europa). Se puede argumentar, de hecho, que el espacio cartográfico de los textos de Barros participa muy decididamente de, al menos, dos de las tres características principales del emergente espacio cartográfico moderno identificadas para el siglo XVI por el historiador de la cartografía David Woodward. Según este, los mapas de la época moderna aspiraban a representar a) un espacio isotrópico, es decir, un espacio que tiene la misma cualidad en cualquier lugar del mundo; b) un espacio descrito en cada uno de sus puntos desde una perspectiva ortogonal, lo que presupone una infinitud de puntos de vista cenitales; y c) lo que Woodward llama *cosynchronicity*, eso es, la noción de que un mapa sólo debe contener información sobre el espacio terrestre en un único momento de la historia, en principio el tiempo presente en el que el mapa se produce (WOODWARD, 2007, pp. 12-13).²⁰

Con su insistencia en la red global de latitudes y longitudes, Barros juega la carta de la isotropía. Para emular el ideal de la ortogonía, Barros recurre a varios tipos de solución, siempre

19 Véase TUAN, 1996.

20 Sobre este asunto, y en particular sobre el problema del tercer aspecto, que no discutimos aquí, véase con más detalle BIEDERMANN, 2017.

obligando al ojo imaginario del lector a tomar una posición elevada para permitir miradas verticales. Esto es ya visible en las varias descripciones regionales que hemos ido leyendo, pero es particularmente fuerte e ingenioso en la descripción de la ciudad de Guangzhou —*Cantão*— en la tercera *Década da Ásia*:

“A cidade Cantão, onde Fernão Peres esteve, não somente pela informação que tivemos dele e de outros que foram em sua companhia, mas per um debuxo do natural dele, que nos de lá trouxeram, sabemos estar situada [...] em campo chão e gracioso [...] O circuito do muro dela parece que será mais de três milhas, não tanto per estimação de vista, quanto per conta; porque um António Fernandes, homem curioso [...] correu per cima do muro toda a cidade, e contou noventa torres. Em cada uma das quais torres há uma maneira de guarita [...] O que faz esta situação da cidade mais fermosa na ordem das casas é ter duas ruas feitas em cruz [...] e assi estão direitas e compassadas, que quem se põe em uma porta pode ver a outra defronte.”²¹

Aquí, Barros combina una serie de elementos textuales que juntos crean una estructura muy firme para permitir miradas —verticales y horizontales— rigurosamente estructuradas, de inspiración cartográfica. La ciudad se sitúa en un llano; en su entorno, el llano está libre de construcciones humanas, casi como si estuviera sobre una hoja blanca de papel; la ciudad se encuentra cercada por una muralla circular, que protege un espacio urbano construido con precisión geométrica sobre dos ejes que se cruzan en un ángulo recto en su centro. Barros introduce entonces el testimonio de un viajero portugués, pero no lo hace para dar a la descripción una lógica de tipo *roteiro*: explica sí que cierta noche este hombre recorrió toda la muralla por su cumbre para medir con sus pasos la circunferencia de la ciudad, creando mientras se movía una abstracción de su propio movimiento, una forma y medida transferibles hacia el espacio abstracto de la nueva cartografía. No sólo el viajero ha mirado la ciudad desde arriba, mientras seguía y medía con sus pasos el círculo perfecto del recinto; el texto refiere también la existencia de noventa torres de vigía, con guardias en cada una de ellas posando su mirada sobre la ciudad. Es evidente que no se puede crear textualmente una infinidad de puntos de vista cenitales, conforme pide la cartografía basada puramente en medidas de latitud y longitud (el mapa moderno perfecto mira cada punto de la tierra desde una perspectiva cenital), pero esta descripción se acerca al nuevo ideal cartográfico lo suficiente como para llamar nuestra atención. El viajero, la muralla y los guardias chinos constituyen juntos un aparato textual que difícilmente podría ser más evidente en su esfuerzo de reproducir el espacio cartográfico moderno.

Es importante también destacar cómo Barros hace referencia a textos y dibujos para contrarrestar la importancia de los testimonios de viajeros particulares. Ya en la descripción de Guangzhou, se afirma que, en parte, la información se basa en un «debuxo», eso es, un dibujo. Lo mismo pasa en la descripción general que Barros ofrece de China. Después de lanzar su

21 *Década 3, libro 2, capítulo 7, fols. 47v-48.*

red ptolemaica sobre el país y, así, anclarlo en un espacio homogéneo que se extiende por toda Eurasia, Barros describe la Gran Muralla. Pero contrariamente al viajero Fernão Mendes Pinto, que en su *Peregrinação* hablaría de cómo tocó con sus manos la muralla e incluso llegó a participar, durante su cautiverio, en su construcción, Barros insiste en presentarla una vez más ecfrásticamente, como si fuera un elemento pictórico estudiado por él en los mapas, más que un elemento tangible de la realidad de los viajeros:

“Somente diremos aqui uma maravilhosa cousa que tem esta região da China na travessa da sua largura, que é a longura ao respeito de como contamos a gradação da terra: que entre quarenta e três e quarenta e cinco graus vai lançado um muro, que corre de Ponente de uma cidade per nome Ochioi [...] pera o Oriente [...] Este muro vem lançado em uma carta de geografia de toda aquela terra, feita pelos mesmos Chins, onde vem situados todos os montes, rios, cidades, vilas, com seus nomes escritos na letra deles, a qual mandámos vir de lá com um chim pera a interpretação dela e de alguns livros seus, que também houvemos.”²²

Una vez más, Barros refiere una fuente documental, en este caso un mapa chino que le había llegado hasta Lisboa, sobre el cual la Muralla se extendía como una línea. A través de la écfrasis de un mapa chino, Barros logra eliminarle a la Muralla su calidad corpórea y tangible, transformándola así en un elemento puramente gráfico, colocado sobre una hoja de papel que el lector nunca llegará a ver, pero que, sin embargo, el texto puede invocar para construir un tipo de espacio desconectado de los cuerpos concretos y de los sentidos de los viajeros. Es irónico advertir que Barros, funcionario de la *Casa da Índia* en Lisboa y, por tanto, con acceso a una enorme cantidad de testimonios oculares sobre los descubrimientos portugueses, en realidad huyera de la experiencia concreta de los viajeros y de sus relatos a menudo confusos, siempre intensos, para ir en busca de una geografía más abstracta, contenida en libros y mapas.

No se trata aquí, subráyese, de identificar las señales de una modernización lineal de las estrategias de representación del espacio en la Iberia imperial. Unos cincuenta años después de Barros, otro autor —este sí, un viajero que no se quedó por Lisboa— declaró su profunda desconfianza frente a los mapas. En los *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa, embajador de Felipe III al Shah Abbas de Persia, no se le permite nunca al ojo mental del lector que abandone el lugar ocupado por lo que se presenta en el texto como siendo los ojos del propio viajero.²³ Todo en el texto, desde las calles de Goa o las fortificaciones portuguesas de Mascate hasta las huertas de la ciudad de Isfahán en Persia, se presenta como si la única información fiable y necesaria fuera la que pudo comprobar el viajero con sus propios ojos. El contraste respecto a lo que hiciera Barros —el famoso y respetadísimo Barros— no podría ser más profundo. Al describir la llegada de la comitiva ibérica a las afueras de Isfahán, Figueroa no permite ni por un momento que el lector mire la ciudad desde la altura de las montañas que

22 Década 3, libro 2, capítulo 7, fol. 44v.

23 Véase BIEDERMANN, 2011. El texto completo de los *Comentarios* de Figueroa se encuentra publicado SILVA Y FIGUEROA, 2011.

acaba de atravesar. Exige que el lector baje con el viajero hacia el nivel del camino que pisan sus pies cuando este entra en los llanos de Isfahán, y de ahí mire el panorama siguiente:

“Acabadas de andar todas aquellas baxas collinas, se descubrio una anchissima vega que ocupaua muchas leguas alderredor, con grandissimo número de huertas y jardines, que aunque de parte eminente, ocupauan la vista á la çidad, no pareçiendose más de alguna parte de los alcoranes de las mezquitas.” (*Comentarios*, libro 5, capítulo 1)

La vista está más de acuerdo con la perspectiva de las pinturas de paisaje holandesas del XVII que con los mapas neoptolemaicos que Barros evocaba. ¿Retroceso histórico, confirmación de la espectacular modernidad de Barros en comparación con las prácticas pedantes de un embajador castellano más tardío, o señal de que en la historia cultural de la expansión portuguesa ocurren cosas complejas, a veces contradictorias, sobre las que no hemos siquiera empezado a pensar? ¿En qué consiste, exactamente, la modernidad de uno y de otro autor? ¿Dónde se ubican sus estrategias textuales en el complejo panorama de las varias formas de representar —o *describir*, para retomar una expresión controvertida de Svetlana Alpers en su trabajo sobre la pintura neerlandesa (ALPERS, 1983)— el espacio en la Europa del XVI y XVII? Y ¿dónde debemos situarlas cuando contemplamos, como cada vez más lo hacemos, la dimensión inter o transcultural de la producción del saber en la época moderna, en contextos donde se cruzan miradas, cartografías y escrituras europeas, asiáticas, y otras? La verdad es que no lo sabemos, y apenas hemos empezado a formular las cuestiones que un día nos podrán permitir comprender mejor las tramas de la cartografía ibérica moderna y su relación con la literatura de viajes.²⁴

Conclusión

Son estas apenas algunas de las muchas tensiones inherentes a la historia que nos ocupa. Los pasajes textuales aquí presentados permiten conectar la historia de la literatura y de la cartografía portuguesas con lo que otros han escrito sobre tensiones semejantes en el contexto español, especialmente los trabajos de Ricardo Padrón sobre las estrategias textuales en las representaciones imperiales de Chile, o de Tom Conley sobre las escrituras cartográficas en la Francia del siglo XVI. Aunque todavía no sepamos mucho sobre el tema en el contexto portugués, está claro que el estudio de las escrituras cartográficas puede ayudar a abrir perspectivas nuevas sobre la historia de una de las literaturas geográficas y de viajes más ricas de la época moderna. Es esta una literatura densa y multiforme que sigue manteniendo su capacidad de sorprendernos a cada paso, incluso en sus textos más conocidos, y que, de hecho, sigue muy lejos de estar domesticada.

24 De hecho, colócase también el problema de las descripciones geográficas que contrarrestan abiertamente cualquier lógica espacial, transformando el mundo en una manifestación mística de su historia sagrada: véase BIEDERMANN, 2016.

REFERÊNCIAS

ALPERS, S. *The Art of Describing. Dutch Art in the Seventeenth Century*. Londres: John Murray, 1983.

ANON. *Roteiros Portugueses da Viagem de Lisboa à Índia nos séculos XVI e XVII*. [Ed. Gabriel Pereira]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

ANON. *Roteiros portugueses inéditos da carreira da Índia do século XVI*. [Prefaciados y anotados por A. Fontoura da Costa]. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

BARBOSA, D. *O Livro de Duarte Barbosa (Edição crítica e anotada)*. [Ed. Maria Augusta Veiga e Sousa], 2 vols. Lisboa: IICT, 1996-2000.

BARROS, J. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 4a ed. según la edición princeps, iniciada por António Baião y continuada por Luís F. Lindley Sintra [Coimbra, 1932], reimpressão facsímil. Lisboa: IN-CM, 1988.

BESSE, J.-M. Cartographie et pensée visuelle. Réflexions sur la schematisation graphique. In: LABOULAIS, I. (ed.), *L'usage des cartes (17e-19e siècle)*. Strasburgo: Presses Universitaires de Strasbourg, 2008, pp. 19-32.

BESSE, J.-M. *Les grandeurs de la terre. Aspects du savoir géographique à la Renaissance*. Lyon: École Normale Supérieure, 2003.

BIEDERMANN, Z. Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros. *Anais de História de Além-Mar*, 4 (2003), pp. 29-61.

BIEDERMANN, Z. De regresso ao Quarto Império: a China de João de Barros e o imaginário imperial joanino. In: MATOS, T; CARNEIRO, R. (eds.), *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: CEPCEP/CHAM, 2004, pp. 103-120.

BIEDERMANN, Z. Um viajante sem mapas? Figueroa e a cartografia da Pérsia. In: LOUREIRO, R; RESENDE, V. (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os "Comentarios" da embaixada à Pérsia (1614-1624)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2011, vol. 4, pp. 367-393.

BIEDERMANN, Z. Imagining Asia from the Margins: Early Portuguese Mappings of the Continent's Architecture and Space. In: HAHN, H. et al. (eds.), *Architecturalized Asia: Mapping a Continent through History*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2013, pp. 35-51.

BIEDERMANN, Z. The Temporal Politics of Spiritual Conquest: History, Geography and the Logics of Franciscan Orientalism in the Work of Friar Paulo da Trindade. *Culture and History Digital Journal*, 5, 2 (2016). Publicación en línea en <http://cultureandhistory.revistas.csic.es/index.php/cultureandhistory/article/view/101/345>

BIEDERMANN, Z. Imperial Reflections: China, Rome and the Logics of Global History in the Work of João de Barros. In: COUTO, D; LACHAUD, F. (eds.), *Empires en marche*. Paris: École Française d'Extrême-Orient, 2017, pp. 23-47.

BIEDERMANN, Z. Global Navigations and the Challenge of World-Making: Introducing the Study of Spatiality in the Portuguese Empire. In: OWEN, H; WILLIAMS, C. (eds.), *Transnational Portuguese Studies*. Liverpool: Liverpool University Press, 2020, pp. 23-41.

BIEDERMANN, Z. Le jardin aux cartes qui bifurquent. La mer Caspienne vue de Venise et de Goa au XVI^e siècle. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 75, 2 (2020), pp. 157-188.

BUISSERET, D. *The Mapmaker's Quest. Depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CAMPBELL, T.. Portolan Charts from the Late Thirteenth Century to 1500 In: HARLEY, J.B.; WOODWARD, D. (eds.), *History of Cartography*, vol. 1. Chicago: University of Chicago Press, 1988, pp. 361-463.

CASTRO, D. J. *Roteiros de D. João de Castro*. [Ed. A. Fontoura da Costa]. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

CONLEY, T. *The Self-Made Map: Cartographic Writing in Early Modern France*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

CORTESÃO, J. y A. T. Mota. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 5 vols. Lisboa: PMC, 1960.

COSGROVE, D. Introduction: Mapping Meanings. In COSGROVE, D. (ed.), *Mappings*. Londres: Reaktion Books, 1999, pp. 1-23.

EDNEY, M. *Cartography. The Ideal and Its History*. Chicago: Chicago University Press, 2019.

GASPAR, J. A. From the Portolan to the Latitude Chart: the silent cartographic revolution. *Bulletin du Comité Français de Cartographie*, 216 (junio 2013), pp. 67-77.

GOMBRICH, E. *Art and Illusion. A Study in the Psychology of Pictorial Representation..* Londres y Nueva York: Phaidon / Pantheon Books, 1960.

HARLEY, J. B. Text and Contexts in the Interpretation of Early Maps. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore y Londres: The John Hopkins University Press, 2001, pp. 34-49.

HOFMANN, C., H. RICHARD y E. Vagnon (eds.). *L'âge d'or des cartes marines : quand l'Europe découvrait le monde*. Paris: Seuil, 2012.

MIGNOLO, W. D. *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*, 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003

PADRÓN, R. *The Spacious Word. Cartography, Literature, and Empire in Early Modern Spain*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

PINTO, F. M., *Historia oriental de las peregrinaciones de Fernán Méndez Pinto*, ed. Iván Teruel Cáceres. In: Bernardino de Escalante; Juan González Mendoza, Fernán Méndez Pinto, Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro, eds. M. J. Vega et al.. Córdoba: Fundación Biblioteca de Literatura Universal / Almuzara, 2009, pp. 235-1341.

PINTO, F. M. *Las peregrinaciones*. [Ed. José Agustín Mahieu]. Madrid: Alfaguara, 1982.

PINTO, F. M. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored Portuguese text, notes and indexes*. [Ed. Jorge Santos Alves], 4 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2010.

PIRES, T. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. [Ed. Armando Cortesão]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1978.

SAFIER, N. y I. M. Santos. Mapping Maritime Triumph and the Enchantment of Empire: Portuguese Literature of the Renaissance. In: WOODWARD, D. (ed.), *The History of Cartography*, vol. 3. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, pp. 461-468.

SILVA Y FIGUEROA, G. *Comentarios de la embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)*. [Ed. Rui Manuel Loureiro, Ana Cristina Costa Gomes y Vasco Resende], 4 vols. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2011.

TUAN, Y.-F. *Cosmos and Hearth: a Cosmopolite's Viewpoint*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1996.

WOODWARD, D. Cartography and the Renaissance: Continuity and Change. In: WOODWARD, D. (ed.). *The History of Cartography*, vol. 3. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 3-24.



**“NA TERRA TANTA GUERRA, TANTO ENGANO”: ENCONTROS,
AVORRECIMENTOS E GOZOS N’OS LUSÍADAS**

**“IN GROUND, SO MUCH WAR, MANY MISTAKES”: MEETINGS,
ANNOYANCES AND JOYS AT OS LUSÍADAS**

Luis Maffei¹

RESUMO

Os Lusíadas é poema cheio de encontros entre gente de distintas crenças. Um deles, justo o primeiro, que ocorre em Moçambique, opõe cristãos muito bem armados a mouros frágeis militarmente. O Canto I, a partir desse episódio, ganha aspectos de grande ambigüidade, até ser finalizado com uma estrofe que apenas lamenta a guerra e uma condição humana fundada no abandono. A estância 106 do Canto I, que apresenta mesmo um problema de fixação textual, questiona agudamente qualquer ideia de guerra justa ou santa, e chega, inclusive, a polemizar a relação do ser humano com o que chama de “Céu sereno”, ou seja, a fé e Deus. Este ensaio que se valerá do pensamento de Carl Schmitt e visitará o texto bíblico, procurará entender algumas dimensões que o primeiro encontro do poema dá a ver, pondo-o também em perspectiva com dois outros que têm lugar n’*Os Lusíadas* – o do Gama com o rei de Melinde, no Canto II, e o que reúne o capitão ao samorim de Calecute, no VIII.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*; Encontro; Guerra; Fé; Colonização.

RESUMÉN

Os Lusíadas es un poema lleno de encuentros entre gente de diferentes creencias. Uno de ellos, el primero, que ocurre en Mozambique, opone cristianos muy bien armados a moros militarmente frágiles. El Canto I, a partir de ese episodio, gana aspectos de gran ambigüedad, hasta que se concluye con una estrofa que tan solo lamenta la guerra y una condición humana basada en el abandono. La 106 del Canto I, que incluso presenta un problema de crítica textual, cuestiona agudamente cualquier idea de guerra justa o santa, llegando a polemizar la relación del ser humano con lo que llama de “Céu sereno” (cielo sereno), o sea, la fe y Dios. Este ensayo, que recurrirá al pensamiento de Carl Schmitt y visitará el texto bíblico, buscará comprender algunas dimensiones que el primer encuentro del poema muestra, y lo pondrá en perspectiva con dos otros: lo que reúne Vasco da Gama al rey de Melinde, en el Canto II, y aquel del capitán con el zamorín de Calicut, en el VIII.

Palabras llave: *Os Lusíadas*; Encuentro; Guerra; Fe; Colonización.

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal Fluminense. iamanegra123@gmail.com

Algumas palavras da primeira estrofe d’*Os Lusíadas* são assinaláveis, talvez todas, semas que possivelmente não se pode contornar na leitura do poema inteiro, ainda que o poema inteiro não seja sua abertura, a proposição, que dura apenas três estrofes. Mas lá está a proposição, criadora de continuidades e ambivalências, que não o seriam não estivessem em tensão, relação, consonância, dissonância com a primeira estrofe, ou as três primeiras. Da primeira, tenho em mente algumas palavras, chave, e quero agora, sabendo de minha arbitragem e sabendo, acima de tudo, que arbitrar é inevitável, citar duas: “passaram” e “guerras”. A estrofe, todos conhecemos, e as palavras que me saltam agora aos olhos vêm nos versos 4 e 5, meiuca da estância: eles, os barões, “Passaram ainda além da Taprobana,/ Em perigos e guerras esforçados” (CAMÕES, 1978, I, 1, 4-5).

Jorge de Sena realizou alguns dos mais importantes estudos que Camões mereceu no século XX, seu século – fique, não passe, a ambiguidade. Um deles, *Estudos sobre o vocabulário de Os Lusíadas*, me ensina que *passar* é o 21º verbo mais presente no poema, e sua primeira ocorrência é a que citei. Em rigor, é o primeiro verbo, descontados os participípios, de todos os 8.816 versos. Passar “ainda além da Taprobana” é efetiva ultrapassagem, histórica e simbólica, ou seja, geográfica e temporal: estará aberto um mundo, fora do poema porque no poema e no poema porque fora dele, e este mundo é novo em virtude de uma passagem. Esta passagem, ultrapassagem, diz-se geograficamente no quarto verso, sendo a Taprobana, o atual Ceilão, um dos limites que já nada limitarão, em virtude da ação dos barões assinalados. O quinto verso, ao predicar os barões, predica sua ação, sua ultrapassagem, dizendo-os “esforçados” em “perigos e guerras”, sem os quais, sem as quais, não haveria o esforço que vale a passagem e a consequente predicação.

O Canto I fará o leitor esperar um bocado pela primeira cena de guerra, que é também a primeira cena de encontro – no universo do poema, daquele tempo, daquela prática, encontro pode implicar guerra.² O encontro entre o Gama e rei de Melinde, no Canto II, do qual me ocuparei mais para o final deste texto, é um contraexemplo, pois nada tem de animosidade, portanto o encontro pode significar algo distinto da guerra. Mas também pode implicar guerra, o que acusa, por sua vez, como Baco indicará, e recolherei aqui, que os encontros que têm lugar no poema cometem outra ultrapassagem: a de limites que nunca foram negociados entre os encontrantes. Começo a pensar numa ideia importante no pensamento de Carl Schmitt³ sobre

2 Uso o vocábulo “guerra” de maneira ampla, inclusive em virtude do entendimento largo que esse vocábulo recebe na estrofe final do Canto I, importante para esta reflexão, como se verá. Recorrerei ao entendimento de guerra num pensamento como o de Carl Schmitt justo por essa largueza de entendimento. Mas cabe ressaltar que a cena do Canto I que motiva este ensaio é um confronto breve e localizado que opõe forças desproporcionais, não uma guerra organizada entre exércitos equivalentes ligados a Estados nacionais.

3 Como se sabe, esse jurista e filósofo teve uma forte vinculação com o nazismo, o que torna, para mim, um pouco desconfortável dialogar com ele. Por outro lado, pode ser ilustrativo considerar a dinâmica da guerra a partir de alguém que aderiu a um modo de pensar que não repugna a destruição de certos tipos de alteridade. Ou seja, é como se ler Schmitt nos oferecesse um olhar sobre a guerra que não questiona, eticamente, o haver guerra, ou, por exemplo, os desequilíbrios que possa haver entre atores que venham a guerrear.

a guerra, que é “inimizade”. Segundo ele, a guerra só é uma possibilidade enquanto o conceito de inimigo se mantém atual. Ressalte-se que “inimigo”, nessa concepção de Schmitt, é sempre “público”, ou seja, refere-se a um agrupamento de pessoas, não, por exemplo, “a um adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia”. (2009, p. 30).

Seja como for, o primeiro encontro, a primeira guerra, não chega imediatamente ao poema que já tem a palavra “guerras” em seu quinto verso. Há uma espécie de guerra retórica no consílio dos deuses, mas é mitigada, pois Júpiter decide rapidamente a contenda. Situação bélica só se anuncia na estância 66, o que, desde logo, apresenta uma curiosidade, pois o 66 e o 666 são números importantes para *Os Lusíadas*, e números são, como nos ensinaram Jorge de Sena, Vasco Graça Moura e outros, importantíssimos na simbologia do poema. Nesse primeiro momento semidiabólico do épico (já explico), a estrofe começa com Jesus Cristo, “Deus-Homem, alto e infinito” (CAMÕES, 1978, I, 66, 1), dito por um Vasco da Gama que precisa de tradução para ser entendido por seu anfitrião Mouro na “pequena Ilha: Moçambique” (Idem I, 54, 8), homem que quer conhecê-lo, em livros e armas. O que começa com Cristo termina com uma ameaça, e não perco a ironia da estrofe:

Deste Deus-Homem, alto e infinito,
Os Livros que tu pedes não trazia,
Que bem posso escusar trazer escrito
Em papel o que na alma andar devia.
Se as armas queres ver, como tens dito,
Comprido esse desejo te seria:
Como amigo as verás, porque eu me obrigo
Que nunca as queiras ver como inimigo.
(Idem I, 66).

Na estância que esboça o primeiro conflito militar do poema inteiro, Jesus divide espaço com material bélico. A sintaxe nem é assim tão estranha, posto que estão em expansão, como bem diz a segunda estrofe do Canto I, “A Fé e o Império” (Idem I, 2, 3); nesse caso, há guerra, e é uma guerra com tonalidade santa. Aliás, como reação a um recrudescimento brutal da relação entre religiosidade cristã e violência em nosso tempo, muitos argumentos procuram salientar o predomínio do amor sobre a guerra na palavra de Jesus – o que desarmaria a justificação da violência pela fé. Esse tipo de argumento, entre outros esquecimentos, se esquece de que, antes de Jesus, há um conjunto de livros, dentro dos quais terá havido a profecia da vinda do Cristo, em que Deus é, ele próprio, um agente da guerra. Esses livros ainda participam da fé cristã, ainda que o advento do Cristo seja uma das mais profundas rupturas da história das religiões.

Mas o encontro entre Jesus e a guerra é um pouco desencontrado no contexto dessa batalha d’*Os Lusíadas*, a inicial. Jesus ocupa os quatro primeiros versos da estância 66, enquanto “as armas” surgem no quinto, sem que Cristo reapareça – a própria organização da estrofe como

que separa os livros das armas. Jesus retornará, por epíteto, na 71, quando a suposta motivação dos moçambicanos para atacar os portugueses é estes serem “*sequazes da Verdade*,/ Que o filho de David nos ensinou.” (Idem I, 71, 3-4). Na 66, a divisão simétrica pode ser lida, contudo, não como separação, ou divisão, mas como uma justaposição entre livros e armas cujo epítome é o vocábulo “inimigo”: o mouro pode se revelar, ao mesmo tempo, inimigo da fé e das armas, o que, afinal, não é assim tão diferente. Eis que surge explicitamente a inimidade, ideia-chave para Schmitt, que pode ser lida, nesse poema, entre o político e o religioso – se a fé não se opõe à guerra, há certa hibridação entre o político e o religioso que aparece algumas vezes n’*Os Lusíadas*, tendo, em geral, Vasco da Gama como agente.

É preciso voltar à ameaça que encerra a estrofe 66, que, por ser 66, intuo estar ligada ao diabólico no poema, e por isso usei a expressão semidiabólico para esse momento – o semi se deve ao fato de a estrofe realmente diabólica do poema ser a 666^a, a primeira do Canto VII, que participa de toda uma zona da qual ela é o eixo; o Canto IV também tem uma zona desse tipo, por volta da estrofe 75, a 666^a se contarmos do fim para o início, em torno do sonho de D. Manuel. Pista do diabolismo na 66 do I é a própria palavra inimigo, que, por si só, abre um território da ordem do diabólico. No livro de Jó, por exemplo, a figura que vai ao encontro de Iahweh e que algumas traduções chamam Satã é identificada, no original, por vocábulo que significa justamente adversário, inimigo. Posso imaginar então que o Gama indica ao mouro que não se satanize, por assim dizer. É claro que a ética soldadesca veterotestamentária se encontra em muitos movimentos ligados à Igreja de Cristo, as Cruzadas, por exemplo, e não percamos de vista que Camões escreve em plena Contrarreforma, ainda que Vasco da Gama não a tenha vivido.

Pois bem, o Gama, em discurso direto entre aspas (ele ainda não é o narrador), diz ao mouro não ter trazido a Bíblia, mas vir cheio de armas. Entendo que trazer a coisa amada, mesmo a religiosa, “na alma pintada” (2005, p. 44) (a expressão vem de uma redondilha camoniana) é sinal de comprometimento, sobretudo para uma dicção próxima a valores neoplatônicos. Além disso, obviamente, numa altura em que não se podia traduzir a Bíblia, era preciso conhecer latim ou grego para lê-la – a primeira tradução portuguesa de revelo só virá no XVII, com o famoso trabalho de João Ferreira de Almeida –, e não tenho certeza de que o capitão nem tão culto assim soubesse a língua de Homero ou a de Virgílio. É claro que Vasco da Gama poderia ter trazido o livro santo como um ícone, talvez a Vulgata de São Jerônimo, mesmo que não o pudesse ler, mas não sei se isso faria lá muito sentido – quiçá não fosse sequer possível ao capitão recuperar um exemplar da Vulgata para levá-lo ao Oriente de forma iconoflica.⁴

No entanto, *Os Lusíadas* é um poema que cultua o livro, entendendo-o como objeto dotado de valor formativo, erótico e, no limite, revolucionário. Tendo isso em mente, noto que

4 Não deixa de ser irônico que a velha prática da Igreja Católica de afastar o crente da letra, discutida fundamente pela Reforma, caracterize, hoje, prática de certas seitas neopentecostais.

o Gama apenas refere não ter trazido os livros relacionados ao “Deus-Homem, alto e infinito”, pois tinha tudo aquilo na alma. O comandante da viagem, digo de passagem, usa “Livros”, no plural, acorde à pergunta do Regedor das Ilhas, que quer saber dos “livros da sua Lei, preceito ou fé” (CAMÕES, 1978, I, 63, 2), já intuindo que sejam “dos de Cristo” (Idem I, 63, 4). Será isso apenas adequação de número (pergunta no plural, resposta no plural) ou uma consciência de Vasco da Gama da pluralidade, mesmo da heterogeneidade, do conjunto que entendemos como Bíblia – palavra cujo significado, aliás, é precisamente “livros”?

Mas eu dizia que o Gama tinha a sua fé impressa na alma. Tudo bem. Ele não diz, porém, que a Igreja não fazia nenhuma questão de aproximar o fiel do livro, tampouco que era preciso haver uma tradução para que um militar do século XV pudesse conhecer o texto – e não diz nada disso logo num contexto em que só pode dialogar com o local em virtude justamente da tradução. Outro dado me sabe interessante: nessa estrofe, Vasco da Gama sequer parafraseia algo vindo da Bíblia. Ou seja, se aqueles livros estavam em sua alma, lá ficaram, num silêncio talvez muito eloquente.

O não haver livro na estrofe 66 (e o não haver explicação do não haver livro, nem paráfrase do livro etc.) não abole a hibridação entre política e religião, posto que a política está sendo tocada naquele diálogo, ainda de maneira pré-bélica, e a religião como instituição, sobretudo se aliada do poder, por vezes prescinde de fundamentação teológica. Mas a presença de nada do livro, nem uma mera citação, me parece muito militar e pouco poética, muito Gama e pouco Camões, o que se complica ainda mais pelo excesso armígero em contraste com o vazio livresco – isto tem a ver com o que entendo como irônico na estrofe. Ou seja, mostra-se talvez falhada, ao menos desarmônica, o balanço entre fé, quer dizer, os livros da fé, e as armas. Mesmo certo acordo que o Velho Testamento cultivava entre fé e guerra não é nada alheio à palavra de um Iahweh que, independente de livros, falava diretamente com alguns dos seus. Já a Contrarreforma, sabemos, é mais armamento que letra, pois esta, a letra, era especialidade justamente da Reforma.

A estrofe, de fato, se conclui com uma ameaça – caso o mouro se satanizasse, os portugueses fariam com ele o que Miguel fez com a serpente. Logo depois, na 67, os portugueses fazem um desfile de seu poderio, com mostras de armas variadas que os locais desconheciam por completo, e a parada lusa se segue à fala do comandante: “Isto dizendo, manda os diligentes/ Ministros amostrar as armaduras” (Idem I, 67, 1-2), ou seja, da fala à bazófia há uma relação de continuidade. Não é interessante perceber que os dois melhores Vascos da Gama d’*Os Lusíadas* mais ouvem do que falam? Preciso reconhecer que, no Canto III, a apresentação que ele faz de Inês é tão bonita que muitas leituras entendem que aquela voz é a de Camões. De todo modo, quando se cala para ouvir a amada de Pedro, o militar se alça a invulgar nobreza. De modo ainda mais radical, no Canto V, o Gama só faz uma pergunta ao Adamastor, e, com isso, além de conseguir atravessar o cabo, nos dá a ouvir uma história de luta contra o poder e de amor errado que só um monstro poderia contar.

“Isto dizendo” o capitão o diz depois de uma ameaça: “Como amigo as verás,” as armas, “porque eu me obrigo/ Que nunca as queiras ver como inimigo”. Cabe uma paráfrase, torpe, mas talvez útil para o entendimento dos versos: “eu me obrigo” de um desejo teu, pois o poderio me pertence, não a ti, inclusive o poderio do desejo – capturo teu desejo, assim como o inconsciente de D. Manuel captura o desejo (ou a projeção do rei do que seria o desejo) do Ganges e do Indo, no sonho (diabólico) do Canto IV. Logo, caso queiras ver estas armas como inimigo, eu te destruo, de modo semelhante ao que Deus, ou meu entendimento Dele, poderia fazer a qualquer momento com Satã, adversário, inimigo, por excelência.

Só então o desfile do armamento, excessivo especialmente para quem tudo aquilo é pavorosamente novo: “malhas”, “lâminas”, “espingardas”, “partasanas”, “chuças”, “arneses”, “peitos”, “escudos” e “arcos” (Idem I, 67, 3-8), “bombas” que “*vem de fogo e juntamente/ As painelas sulfúreas, tão danosas*” (Idem I, 68, 1-2). Paro no penúltimo adjetivo, pois vejo nele uma significação importante. É claro que se pode fazer uma analogia entre o “fogo” destruidor das armas e o fogo que é o próprio Amor, “fogo”, todos sabemos de cor, “que arde sem se ver” (2005, p. 158). Isso pode provocar um choque, pois arma e amor se opõem, ainda que esse choque possa ter alguma consonância – Amor também destrói, Inês que o diga, Camões que o diga etc.

Em ensaio que parte da semelhança gráfica entre os vocábulos *arma* e *amar*, anagramas um do outro, e muitas variantes que se podem desdobrar disso – *armar*, *amor*, *ramo* etc. –, Mariana Caser escreve sobre a possibilidade de reunir “arma, em sua referência à história bélica portuguesa, amor, que diz respeito ao sentimento sublimado, enfim, na ilha que leva o nome do sentimento, e, finalmente, o ato de armar a cena, o artifício proporcionado pela arte”. Entendendo a prática da metamorfose como um éthos dos mais fortes n’*Os Lusíadas* (de fato, só um monstro como o Adamastor poderia autobiografar-se daquele jeito), Caser considera a potência camoniana de “trazer a história ao plano do discutível, do maleável: a arma de Amor é a poesia.” (CASER, 2019, p. 32).

Portanto, eis uma das ambivalências mais fortes do poema: Amor se arma contra o humano, mas, desembainhando a poesia, afirma também a humanidade da pessoa humana. Já as armas, meramente as armas, guardam um adjetivo ligado a fogo que jamais apareceu, apareceria, num contexto camoniano de fogo amoroso: as “painelas” “danosas” são sulfúreas. Bem, estamos numa zona semidiabólica do poema: sulfúreo é adjetivo ligado a enxofre, e enxofre é substância ligada a morte e destruição. Onde? Na Bíblia. No Antigo Testamento, claro, desde a destruição de Sodoma e Gomorra, no Gênesis, até a desolação em Isaías e Jó. A adoção do enxofre por livros bíblico se origina de o elemento, altamente inflamável, ser expelido pelos vulcões em erupção. É curioso que, no verso seguinte, alguns dos portugueses, decerto os artilheiros, sejam identificados como os “de Vulcano”, como se aquela gente estivesse ligada não apenas a fogo, mas a um tipo de justiciamento que não deixaria Iahweh desapontado.

Mas o enxofre também aparece no Novo Testamento, agora associado a inferno, destruição final e salvação, pois, além de uma passagem de Lucas que cita Isaías, apenas no Apocalipse é nomeado esse elemento químico. É nele que a besta é arremessada: “E a besta foi capturada, e com ela o falso profeta – aquele que fizera prodígios diante dele, pelos quais enganara os que tinham recebido a marca da besta e os que adoraram a imagem dela. Vivos, foram lançados os dois para o lago de fogo ardendo com enxofre.” (Ap, 19: 20). Sinto-me agora provocado a suspeitar de um caráter apocalíptico na viagem de Vasco da Gama, mostrado logo no primeiro encontro, que circunstancia o que será a primeira cena de guerra do poema camoniano. Voltarei a isso, em breve.

Por se tratar de uma mostra, “aos de Vulcano”, enfim, não consente/ Que *dem* fogo às bombardas temerosas” (CAMÕES, 1978, I, 68, 3-4), ou seja, como as armas não são disparadas, o narrador diz que foi pouco o que se exibiu: “Porque o generoso ânimo e valente,/ Entre gentes tão poucas e medrosas,/ Não mostra quanto pode; e com razão:/ Que é fraqueza entre ovelhas ser leão.” (Idem 68, 5-8). Ora, está bastante claro que o “leão” português se mostra sobejamente, e o narrador nega o que ele mesmo deu a ver. Outra ironia? Fato é que entender o ódio dos moçambicanos como má vontade contra os visitantes fica difícil depois da estância 67. A propósito, há não muitas linhas grafei que um dos dois melhores Vascos da Gama do poema é o que chama o Adamastor à fala. Esse Gama é o que confessa abertamente terem, ele e o seus, sentido medo: “Arrepiam-se as carnes e o cabelo,/ A *mi* e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo!” (Idem V, 40, 7-8). Isso me ajuda a ler “as gentes” “poucas” (em Ourique, narrado no Canto III, poucos são os portugueses) e “medrosas” que assistem às armas dos barões: essas qualidades não se encontram com algumas das mais virtuosas dos lusos?

Volto, agora, à sutil participação de Jesus Cristo nessa passagem d'*Os Lusíadas*, que prepara a primeira das muitas batalhas que terão lugar no épico, pois é o cristianismo dos portugueses, insisto, a razão apontada pelo narrador, na estância 71, para os locais, agora na posição do “inimigo” – satânica palavra-chave da 66 –, lhes armarem uma cilada. No entanto, antes, logo após a demonstração vaidosa do armamento ocidental, lemos:

Porém disto que o Mouro aqui notou
E de tudo o que viu, com olho atento,
Um ódio certo na alma lhe ficou,
Hũa vontade má de pensamento.
Nas mostras e no gesto o não mostrou,
Mas, com risonho e ledó fingimento,
Tratá-los brandamente determina,
Até que mostrar possa o que imagina.
(Idem I, 69).

Então o problema não é religioso, não é a cristandade, mas a profunda antipatia que a encenação bélica dos portugueses provoca – eles, inclusive, ameaçam os mouros, chegando a performatizar uma apropriação do desejo do interlocutor. O político, num entendimento moderno, e o religioso, de fato, se hibridizam no que toca à guerra nesse poema. Rodrigo Duque Estrada Campos, conversando com a genealogia dos conflitos bélicos estabelecida por Carl Schmitt, afirma que “o Estado soberano absolutista (...) teria sido capaz de superar o *justum bellum* (guerra justa, isto é, a moralização da guerra) da cristandade medieval ao introduzir o conceito de *justus hostis* (inimigo justo, isto é, a desmoralização da guerra)” (CAMPOS, 2020, p. 9). A guerra na viagem ainda guarda muito da noção medieval de *justum bellum*, pois o final do século XV naquele Portugal tão avançado tecnologicamente ainda precisava de uma clara justificação religiosa para qualquer empresa externa. A proposição indicar, primeiro a “Fé”, depois o “Império” (CAMÕES, 1978, I, 2, 3), como itens a se expandir, é evidência disso.

Por outro lado, pensando ainda em amizade e inimizade, encontrar em outrem uma fé que não seja cristã não obsta que ele seja potencial parceiro comercial, logo, amigo. Não estranha que, em sua apresentação ao Samorim, no Canto VIII, Vasco da Gama refira-se à troca comercial como intercâmbio amistoso: “Um grande Rei, de lá das partes onde/ O Céu *volubil*, com perpétua roda,/ Da terra a luz solar *co* a Terra esconde” (Idem VII, 60, 1-3) “Vínculo quer contigo de amizade” (VII, 60, 8). Ou seja, havendo guerra entre portugueses e indianos – e a ninfa cantora do X nos dirá de muitas delas –, não virá ao caso a moralização, a crença, mas terá lugar a *justus hostis*; nesse caso, o bélico e a irrupção da inimizade terão a função, diz Campos, de “acumulação de capital e centralização coercitiva no âmbito do processo de construção dos Estados nacionais.” (CAMPOS, 2020, p. 8). De qualquer modo, no Canto I, como eu comecei a dizer, o problema é a antipatia, palavra que Schmitt afasta da dinâmica da guerra. Não seria possível, porém, saindo um bocado do terreno desapaixonado do pensamento schmittiano, falarmos numa espécie de antipatia pública?

Há outro aspecto nesse conflito que precisa ser considerado. Segundo Jonh Keegan, em diálogo com o Clausewitz segundo o qual as guerras entre Estados são menos cruéis que as que envolvem o que ele chama de selvagens, “a guerra” pode ser muito “diferente em sociedades nas quais tanto Estado como regimento são conceitos alienígenas” (KEEGAN apud CAMPOS, 2020, p. 10). Além da antipatia, posso cogitar também outra desarmonia a caracterizar o confronto entre portugueses e moçambicanos: o completo desequilíbrio de forças, especialmente no sentido político. Um dos mais conhecidos postulados de Carl Schmitt indica a imbricação entre política e guerra. Segundo o jurista, se a guerra não equivale à política, tampouco é sua finalidade, é uma constante possibilidade real de seu exercício. Portanto, a guerra não é o contrário da política, pois esta, como afirma Duque Estrada Campos, “permanece central à compreensão da guerra” (CAMPOS, 2020, p. 5). O desequilíbrio entre europeus e africanos, logo, se mostra já na completa diferença de perspectiva política – se é que essa palavra, ao menos em seu sentido ocidentalmente elaborado ao longo de muito tempo, faz sentido para os de Moçambique. A autodescrição destes merece atenção:

Esta Ilha pequena que habitamos
É em toda esta terra certa escala
De todos os que as ondas navegamos,
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala.
E, por ser necessária, procuramos,
Como próprios da terra, de habitá-la;
E, *por* que tudo enfim vos notifique,
Chama-se a pequena Ilha: Moçambique.
(I, 54)

De fato, a Ilha de Moçambique, antes da chegada dos portugueses, era “certa escala” para as navegações de toda a região, cenário que não se alterou radicalmente após o começo do processo da colonização. Não obstante, não havia ali uma ideia de Estado que fosse equivalente à que servia de princípio e estrutura para a viagem do Gama. Portanto, era evidente um desequilíbrio político entre os vindouros e os locais, não apenas no armamento, mas na própria razão de ser para a eclosão de uma guerra: de um lado, razões de Estado (ainda que os portugueses possam alegar, no caso do Canto I, legítima defesa); do outro, o que me parece adequado chamar de antipatia pública. Esse extremo desequilíbrio é um dos motivos por que Vasco da Gama, como escrevi há alguns parágrafos, se obriga, capturando-o, de um desejo do outro.

Essa antipatia e esse desequilíbrio fazem surgir, no poema, uma ideia central em toda a poesia de Camões, não apenas no épico: o “fingimento”, que o poeta, a meu ver, eleva à dimensão de arte poética. É na estrofe há pouco citada, a 69, que “fingimento” surge, como substantivo, pela primeira vez, ainda que já tivessem aparecido o participio e o pretérito perfeito de fingir. Na economia desse momento do Canto I, um Baco oportunista ganha, enfim, voz em primeira pessoa, num solilóquio que ocupa as estâncias 74, 75 e 76. O solilóquio dá lugar a um peculiar diálogo, do qual só se ouve a voz do deus, para o qual ele aparece metamorfoseado num “Mouro, em Moçambique conhecido,/ Velho, sábio e *co* xeque mui valido” (I, 77, 7-8), a fim de insuflar o ânimo do local contra os portugueses. É então que Baco diz uma fala dotada de espantosa consciência histórica, que em nada favorece o projeto português. E fica de novo claro que não é contra a cristandade que se põem os mouros, ainda mais porque eles sempre supuseram que os visitantes fossem cristãos. Os moçambicanos repugnam é uma guerra desequilibrada e fraudulentamente imposta, algo não tão distinto do que podemos entrever hoje como uma etapa de um projeto colonizador:

E, entrando *assi* a falar-lhe, a tempo e horas
 A sua falsidade acomodadas
 Lhe diz como eram gentes roubadoras
 Estas que ora de novo são chegadas;
 Que, das nações na costa moradoras,
 Correndo a fama veio que roubadas
 Foram por estes homens que passavam,
 Que com pactos de paz sempre ancoravam.

“E sabe mais (lhe diz) como entendido
 Tenho destes cristãos sanguinolentos,
 Que quase todo o mar *tem* destruído
 Com roubos, com incêndios violentos;
 E trazem já de longe engano urdido
 Contra nós; e que todos seus intentos
 São *pera* nos matarem e roubarem,
 E mulheres e filhos cativarem.

(...)”

(I, 78-79).

A única referência que um Baco maurificado faz à fé dos portugueses está na expressão “cristãos sanguinolentos”, que também me soa um pouco irônica, mas em diapasão melancólico. Esse pedaço do poema, cujo começo é o começo do encontro com os moçambicanos e que só vai se concluir já no Canto II, realmente tem, em certos materiais, uma grande potência significativa no terreno da religião. Antes o enxofre, agora o sangue – e, tanto lá como cá, não os substantivos, mas adjetivos relacionados aos substantivos, “sulfúreas” e “sanguinolentos”. Sangue é um vocábulo com incontáveis ocorrências nos livros bíblicos, mas a que me interessa aqui diz respeito ao estabelecimento da Eucaristia: nos três evangelhos sinópticos, Jesus estabelece o sangue da aliança; cito Mateus:

Estando eles a comer, tomando pão e proferindo a bênção, partiu e, dando aos discípulos, disse: “Tomai e comei, isto é o meu corpo”. E, tomando um cálice e dando graças, deu-lhe, dizendo: ‘Bebei todos deste, pois isto é o meu sangue da aliança, sangue derramado por muitos para libertação dos erros. (Mt 26: 26-28).

Diz Baco que os cristãos são “sanguinolentos”. O sangue a que Jesus se refere na Ceia foi “derramado por muitos para libertação dos erros”, e a palavra grega que Frederico Lourenço

traduz por “erros”, outros traduzem por “pecados”. É uma referência a esse sangue aquele outro, dos “santos e testemunhas de Jesus” (Ap 17: 6), do Apocalipse, e eis de volta o livro escatológico do cristianismo: é o sangue dos justos, o do próprio Cristo, que escorre do corpo do Filho da Humanidade durante a agonia da sua crucificação. Os cristãos, logo, têm um trato com o sangue, já que sua religião se baseia numa aliança sanguínea. No entanto, o sangue que vem sendo corrido pelos “roubos” e “incêndios violentos” não é cristão, é mouro, e, obviamente, o derramar do sangue de Cristo não é permissão de longo prazo para o derramamento do sangue alheio. Nesse caso, a ética sacrificial que marca a mais escandalosa diferença entre o Novo e o Antigo Testamento não se impõe a uma guerra santa que, historicamente, é cristã, mas, por princípio, é profundamente veterotestamentária.

Ao fingimento dos mouros, aos quais Baco está aliado por razões históricas e ideológicas, o deus responde acusando o “engano urdido” pelos seus descendentes e rivais, engano no sentido de “pactos de paz” falsos, mentirosos. Ressalto que só no Canto VIII essa promessa será posta em questão, no segundo diálogo entre o samorim e Vasco da Gama. O primeiro, celebrado na pintura de Veloso Salgado, pertencente hoje à Sociedade Portuguesa de Geografia, foi preparado e antecipado por um ritual solene, que é narrado no poema de modo lento e progressivo – Salgado imagina um Gama nobilíssimo, alçado, tendo a carta do rei na mão direita e desenhando um trejeito retórico-diplomático com a esquerda.

Contudo, é mais instigante o segundo diálogo entre os dois homens, que tem entre suas motivações a previsão dos “arúspices famosos/ na falsa opinião” (VIII, 45, 1-2); eles veem nas estranhas de animais mortos que “a nova gente lhe seria/ Jugo perpétuo, eterno cativo,/ Destruição de gente e de valia.” (VIII, 46, 2-4). Há duas ocorrências, entre a 45 e a 46, da ordem do diabólico: os sinais das vísceras são efetivamente “diabólicos” (VIII, 45, 4) e o “Sinal” é mostrado pelo “Demo, verdadeiro” (VIII, 46, 1). Logo depois, como não poderia deixar de ser, Baco reforça, ainda que já bastante enfraquecido, o desgosto do ânimo dos indianos contra os portugueses. Essa circunstância, à qual se acrescenta um Gama que nota a crescente antipatia que o cerca em Calecute, leva o capitão a querer se reunir mais uma vez com o samorim. E é nesse diálogo que Vasco da Gama, diante de questões, postas pelo “Rei gentio” (VIII, 58, 1), que ameaçam a narrativa dos “pactos de paz” e comércio, precisa defender-se a todo custo. Para isso, não se acanha, senão em mentir, ao menos em dizer meias verdades, como “Eu não vim mais que achar o estranho clima/ Onde a Natura pôs teu Reino antigo” (VIII, 68, 3-4). Astucioso como Ulisses, Gama se desembaraça da suspeita do samorim, ainda que não se desembarace do casual. Mas isso é outra história.

No Canto I, nenhuma voz se levantou contra o Gama, questionando-lhe acerca do projeto estranho que ele tentava levar a cabo. A reação dos mouros à antipatia ameaçadora dos visitantes é tão somente atacá-los, mas o contragolpe luso é brutal: a estância 90 é recheada de sugestiva crueldade:

Não se contenta a gente portuguesa,
 Mas, seguindo a vitória, *estruê* e mata;
 A povoação sem muro e sem defesa
 Esbombardeia, acende e desbarata.
 Da cavalgada ao Mouro já lhe pesa,
 Que bem cuidou comprá-la mais barata;
 Já blasfema da guerra, e maldizia,
 O velho inerte e a mãe que o filho cria.
 (I, 90).

Um Apocalipse, com “panelas sulfúreas” e tudo. As armas, antes apenas mostradas, agora são usadas, num juízo que, apesar de seu caráter apocalíptico, nada tem de salvador nem de revelador – a palavra grega apocalipse significa revelação –, a não ser a comprovação do poder daquelas armas (revelação, revelação mesmo n’ *Os Lusíadas*, está no Canto X, e é a Máquina do Mundo; para vê-la, o Gama precisou ser posto na Ilha do Amor, concebida, engendrada e realizada por Vênus). É esse massacre, indicativo precoce de que o projeto português por África e Ásia, Atlântico e Índico, não dizia respeito necessariamente a se entender com qualquer alteridade, o primeiro clímax do encontro inaugural do poema.

Claro que um dos alicerces da guerra santa cristã, e, com efeito, há algo da *justum bellum* em jogo, necessita de uma retórica antimoura – Campos, em seu diálogo com Schmitt, entende que a “guerra, colocada no horizonte político como possibilidade, representa a negação existencial de um ‘outro’ que, paradoxalmente, confere sentido à nossa própria existência enquanto unidade política.” (2020, p. 7). Mesmo a voz de Camões pôde cair nessa retórica, como na proposta de invasão ao Norte da África que encerra o poema – em verdade, o que o encerra é a promessa de novo épico, que seria motivado, digamos, por um Alçácer Quibir bem sucedido. Segundo Helder Macedo, “a retórica da ‘guerra justa’ ” era “útil, considerando que, no tempo em que Camões escreveu *Os Lusíadas*, os inimigos islâmicos à porta do reino eram uma realidade concreta, ameaçadora e não menos militante em opostas ‘guerras justas’ ” (2016, p. 108), o que não permitiu que Portugal sequer pensasse em adotar plenamente o conceito de *justus hostis*. Mas a proximidade era aspecto tão importante quanto a justiça, e o problema era ao menos tão econômico quanto ideológico, ou religioso.

Na costa africana, no Canto I, o inimigo estava longe da pequena casa portuguesa, assim como os cristãos que *estruem* e matam em terra distante. Na condição de narrador, Vasco da Gama relatará as batalhas de Ourique, Salado e Aljubarrota, com mais ou menos gosto de sangue na boca. É o Gama quem indica a presença messiânica e justificadora de Jesus Cristo na primeira das três, episódio fundador de Portugal como Estado nacional. Cleonice Berardinelli escreveu um ensaio sobre essas três batalhas no poema, no qual se apercebe de um aspecto

importante: ao contrário do Salado e de Aljubarrota, à “batalha de Ourique, nada a justifica”, ainda que “em nenhum momento Camões” escreva que essa contenda, “em que se fundamenta a primeira dinastia (...), “foi menos lícita que as outras” (BERNARDINELLI, 2000). O mouro estava nas suas terras, “além do claro Tejo deleitoso” (III, 41, 4), e não pretendia tomar nada de ninguém. Certa justificação forja-se na aparição de Jesus Cristo, “o Filho de Maria”, que, se amostrando “a Afonso, o animava” (III, 45, 4-3): a aparição do crucificado, no delírio de Afonso Henriques (ou no que a lenda canta como delírio de Afonso Henriques), clama pela batalha.

Como já ficou claro, a ideia de “guerra justa” é colada à de “guerra santa”, posto que as religiosidades sempre estiveram em aliança com as nacionalidades, sobretudo até o XVI e sua Contrarreforma – nas palavras de Schmitt, sabemos, “guerra justa” é praticamente sinônimo de “guerra santa”. Ou seja, por mais que o cristianismo não seja, precipuamente, uma religião belicosa, há mais na associação da cristandade com a guerra que motivações veterotestamentárias ou espírito cruzadístico, ou mesmo contrarreformista: há uma imbricação funda entre as ideias de Estado e a necessária delimitação de um território que fosse também delimitado por gente que professasse distintas fés. Por isso, mesmo num fim de século XV tão distinto de meados do século XII, essa retórica do inimigo ímpio se mantinha, o que explica a hibridação entre a política tornada guerra e a religião. A questão que gera certo curto-circuito na viagem de Vasco da Gama é que os praticantes de outras religiões em nada ameaçavam a terra portuguesa; além disso, como já não estranhemos, outra fé não impediria troca comercial. Ou seja, mesmo que os ismaelitas à porta de Portugal fossem uma realidade, não estavam eles tão longe como os moçambicanos para que se justificasse o massacre da estância 90 do Canto I. O que gera também enorme curto-circuito, sabemos há muito tempo, é haver, no Camões que escreveu *Os Lusíadas*, imensos motivos para juntar-se a quem “blasfema da guerra”.

Esse tipo de blasfêmia jamais poderia vir do Gama. Pensando junto com Cleonice Berardinelli, entendo as razões que a levam a subjetivar seu texto em Camões, indicando o papel do capitão apenas num parêntesis: “(...) o poeta (pela voz de Vasco da Gama, que é o narrador de toda a história de Portugal) (...)” (2000): a insigne ensaísta está interessada em motivações históricas camonianas. Se eu quiser, todavia, ir além disso, posso entender que as falas do Gama atendem a um éthos do próprio Gama, o que, em tópico marcial, se torna ainda mais evidente que em outros. O capitão não proferiria qualquer relato bélico esparzindo-o de ironia ou ambiguidade, traços próprios da linguagem, ou seja, do canto, não do cantado, e de canto, como indica o final do V, Vasco da Gama nada sabe. Mas o Canto I é dito pelo narrador, não pelo militar e não necessariamente por Camões, que aparece apenas no começo, ao propor a matéria do poema e, sobretudo, ao dedicá-lo a D. Sebastião. O aparente predomínio do éthos de Vasco da Gama no canto de abertura d’*Os Lusíadas*, dados os gozos bélicos que ali têm lugar, fica relativizado por um éthos camoniano especialmente pela presença da ironia. E por Baco, claro, nem era preciso dizer.⁵

5 Não entendo, contudo, que os princípios que norteiam a ação do Gama sejam sempre inconciliáveis com os de Camões. Pensar num éthos para cada um é uma estratégia mais ou menos esquemática, com os benefícios e riscos que estratégias desse tipo guardam.

E no final do Canto I, é Camões quem fala? *Stricto sensu*, não, mas vejo ali uma reflexão que ecoa, por exemplo, no momento mais radicalmente camonianiano de todo o épico, que é o final do Canto VII. As palavras-chave que recolhi do começo d’*Os Lusíadas* podem agora voltar. A palavra “guerra”, no singular ou no plural, tem nove ocorrências nas 106 primeiras estâncias; o verbo passar, doze. Na última estrofe, enquanto os portugueses passam pela costa africana e, na costa africana, sofrem os primeiros perigos que o leitor os vê passar no poema, a reflexão do narrador é sobre como se passa a experiência da guerra, entendendo a existência humana como um elenco ilimitado de perigos:

No mar tanta tormenta, e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida;
Na terra, tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade *avorrecida!*
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme, e se indigne o Céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno? (I, 106).

Se o “mar” é palco de “tormenta”, a “terra” é onde a “guerra” avorrece tanta necessidade humana – a ambiência da primeira batalha d’*Os Lusíadas* é litorânea, entre mar e terra. A estância que encerra o Canto I se encontra a meio do caminho entre dois momentos-chave da excêntrica presença de Cristo no começo d’*Os Lusíadas*. O primeiro é a estrofe 66. O outro são as estâncias 10 e 11 do Canto II. Já em Quíloa, para onde tinham partido de Moçambique, Gama se encontra com um rei que fora animado a atacar o visitante. O ardil industriado pelo soberano passa por convencer os europeus da presença de cristãos na ilha. Baco, de volta ao poema, forja um altar cristão a fim de iludir os dois portugueses – “(...) de alguns que trazia condenados/ Por culpas e por feitos vergonhosos,/ Por que pudessem ser aventurados/ Em casos desta sorte duvidosos” (II, 7, 1-4) – enviados à terra pelo Gama. Em resumo, porque não posso me deter muito nesse momento do poema, Baco “Estava numa casa da cidade,/ Com rosto humano e hábito fingido,/ Mostrando-se Cristão, e fabricava/ Um altar sumptuoso, que adorava.” (II, 10, 5-8).

O que me chama a atenção é haver, entre a referência aos livros da fé, não trazidos nem citados por Vasco da Gama, e a fabricação de um altar falso por um deus não cristão, uma estrofe como a 106 do Canto I, que lamenta a guerra e se conclui com uma referência nada “segura” a “Céu”. Após toda a ironia que tem lugar a partir da estrofe 66 e antes da que virá com o altar cristão construído por um deus pagão, encerra-se a estrofe com a ação suspendida, e isso dá o que pensar. No poema, esse tipo de corte se dá apenas nas transições do Canto I para o II, do VII para o VIII e do VIII para o IX. Sem dúvida que essa é uma estratégia nada

incomum para a criação de suspense narrativo, inclusive em poemas épicos. Não obstante, por ser relativamente infrequente n' *Os Lusíadas*, merecem atenção especial esses encerramentos de cantos. Penso, antes de tudo, numa imposição que se faz ao narrado, ou seja, numa inadiabilidade do comentário em detrimento da peripécia. No caso da passagem do I para o II, foi forçoso interromper a narrativa em nome de uma reflexão que, além de tudo, exige o silêncio do fim do canto para atuar na digestão do leitor, enquanto a armadilha preparada pelos de Quíloa aos portugueses, e suas consequências, deve aguardar.

E a guerra dá lugar a uma reflexão sobre a guerra, que a entende como contraditória à condição humana, posto que avorrece muitas necessidades – já que estamos em Camões, talvez nestes versos esteja entredito que a guerra avorrece o amor, necessidade precípua da existência na mirada camoniana – “a arma de Amor é a poesia”, já lemos com Mariana Caser. O Canto I é o ciclo inaugural d' *Os Lusíadas*. Seu começo é entusiasmado – ainda que eu veja nele aspectos que esbatem a “fúria grande e sonora” (I, 5, 1), mas não é hora de tratar disso –, seu final, disfórico e amedrontado. O princípio do canto de abertura do épico lança mão de valores caros ao projeto: além de guerra e passagem, armas, esforço, memórias etc., tudo aquilo que sabemos desde antes de podermos ler bem o poema. Mas o final das primeiras cento e poucas estrofes não aciona nada disso, tampouco associa qualquer “veneno” à etnia ou religiosidade dos mouros: essa disforia entende o desalento da uma existência dedicada à guerra como mais fundo que qualquer projeto bélico.

Esta estrofe apresenta um antigo problema de fixação do texto. Maurício Matos retorna às primeiras edições para afirmar: “em todos os 29 exemplares da *princeps* reproduzidos por K. David Jackson, bem como nas sete edições (...) imediatamente subsequentes à de 1572, ou não há pontuação alguma (1613, único caso), ou a interrogação permanece no sexto verso.” (2008, p. 157). Maurício lê as duas versões da estrofe: “Em 1572, depois da expressiva e extensa enumeração dos perigos a que se expunha o homem (...), havia (...) uma súplica ao *Ceo* (por metonímia, a Deus), para que Este não Se armasse e Se indignasse contra o homem”, que não dispõe de lugar seguro nem em mar, nem em terra, nem em praia. Na outra hipótese, presente a partir da edição preparada por Augusto Epiphanyo da Silva Dias em 1916, não se vê “uma súplica a Deus (*Ceo*), mas sim a inclusão deste, como o mais terrível dos perigos já enfrentados e daqueles ainda por enfrentar. Este Deus não se aproxima em nada da ideia difundida e defendida pelo cristianismo, que prega um Deus misericordioso.” (2008, p. 158).

Na segunda hipótese, a pergunta é sem resposta (mesmo misericordioso, o Deus cristão é incognoscível) porque embute a noção de que não há sítio de abrigo para o homem não passar tormenta ou guerra. Além disso, como já sugeri, a continuidade, mesmo tendo sofrido a extrema cesura que é Jesus, entre o Deus vetero e o neotestamentário não permite que a invenção do Pai por um Filho piedoso, cheio de amor e dado ao sacrifício, apague toda uma história que pode ser resumida na expressão “Deus dos exércitos”, espalhada por vários livros do Antigo Testamento. Já na primeira hipótese, a partir da mesma impossibilidade de resposta (traço, agora, do Novo

Testamento, pois Iahweh tem tonitruante voz), a boca de alguém que é “fraco humano” e “bicho da terra tão pequeno” faz um pedido desesperado, e pode falar pelos que também são também fracos e pequenos, bichos, enfim.

Em qualquer das duas hipóteses, o “bicho” é pequeno, o que desconcerta o desfile glorioso e arrogante das armas dos portugueses, acrescentando-lhe até nova gota de ironia. O Canto I se encerra com uma referência religiosa ao Céu cristão, ou seja, a Deus. Talvez eu abra a leitura para uma hipótese mitológica, gregamente trágica, na qual o Céu pudesse ganhar uma ambivalência também olímpica. Mas, por ora, fico na cristandade, mesmo porque essa é a condição que permeia tudo o que diz respeito a guerra no Canto I (exceto a salvífica intervenção de Vênus), cujo fecho lamenta que à fragilidade da condição humana, vulnerável ao que desconhece e ao que a supera, se acrescentem perigos e guerras. Essas duas últimas palavras figuram no meio da primeira estância, seus versos 4 e 5: “Passaram ainda além da Taprobana,/ Em perigos e guerras esforçados”. De acordo com o elegíaco final do Canto I, guerras são portas abertas para “tanto engano”, parecido com o urdido pelos portugueses, segundo o que Baco disse na estrofe 79, não com o fingimento que baseia a construção poética – ainda que haja, entre os dois, uma perigosa tangência, que chega ao amor, chamado pelo Gama mais lírico de todo o poema, o que cantou Inês, de “engano d’alma, ledo e cego/ Que a Fortuna não deixa durar muito” (III, 120, 3-4).

É essa reflexão sem muita fé que se vê posta entre a estrofe 66 do I e as 10 e 11 do II, lugares do poema em que a presença de Cristo é um pouco estranha.⁶ Penso agora no encontro mais proveitoso do poema, e começo a encerrar este texto pensando no Gama que, no final do Canto II, encontra o rei de Melinde. Eles estabelecem uma relação que tem doses de diplomacia, amor à linguagem, elogio da tradução e desejo, quase sexual, que se mostra, inclusive, no vestuário que cada um escolhe, e ao qual o narrador do poema oferece dezenas de versos. É desejante também a entrada do rei no batel luso, pois lembra o modo com um casal recém-casado entra em casa: “Já no batel entrou do Capitão/ O Rei, que nos seus braços o levava” (II, 101, 1-2). O enjambement é instigante, pois desloca o possessivo, que passa materialmente a estar entre os dois homens: “do Capitão o Rei”, numa cena em que um leva o outro “nos seus braços”.

Esse novo encontro, ao qual não me dedicarei agora, e que refiro apenas para estabelecer, com o de Moçambique, um inevitável contraponto, é também entre um cristão e um mouro. Por que não há a guerra santa? Por que tanto espaço para o desejo e para a concretização de uma fala? Porque a religião nada oblitera então? Parte das razões está no fato de o encontro ter sido movido, olímpicamente, por Júpiter, e antecipado por um sonho do Gama em que Mercúrio livra o militar da armadilha que Mombaça lhe preparava. A cena do fecundo encontro do Canto II remonta, inclusive, à sedução a que Júpiter foi submetido por Vênus, pois foi ali que o deus dos deuses prometeu à filha amante proteção aos seus (dela) amados portugueses.

6 A primeira ação salvífica de Vênus acontece também nesse intervalo. Isso reforça minha vontade, por enquanto adiada, de entender “Céu” como um alcance também mitológico.

Como nem pretendo esconder, tenho mais perguntas que respostas acerca da fecundidade quase erótica que embala o encontro entre o rei de Melinde e Vasco da Gama, logo antes de este contar uma história de Portugal, ela própria, cheia de (des)encontros com gosto de sangue. Mas noto um aspecto. Melinde recebeu os portugueses de braços abertos graças ao trabalho feito pela Fama, que Mercúrio (mandado, por sua vez, pelo Júpiter que ama Vênus) enviou àquela parte africana “*por que diga / Do Lusitano o preço, grande e raro,/ Que o nome ilustre a um certo amor obriga,/ E faz, a quem o tem, amado e caro*” (II, 58, 1-4). Assim, o desejo começa já antes da chegada dos europeus, apenas pela *fama* dos portugueses: “*Já Melinde em desejos arde todo/ De ver da gente forte o gesto e modo*” (II, 58, 7-8).

Noto também que o primeiro português a descer em Melinde, “elegante” “na prática” (II, 78, 1), ou seja, na retórica, endereça ao rei um discurso que ocupa exatos 48 versos. A única referência que faz a algo celeste é ao “Olimpo puro” (II, 79, 1), logo no começo da sua fala, e pronto. A maior parte de suas palavras lamenta a maneira agressiva com que os seus foram recebidos em África, contradiz, sem os conhecer, argumentos de Baco em I,79 e louva que o melindano haja como “Alcino”, rei dos feácios que acolheu “o perdido Ítaco” (II, 82, 4) na *Odisseia*. Após outra referência mitológica, a Mercúrio, e a explicação de que seu comandante, o Gama, não podia sair da embarcação por ordem do réu D. Manuel, fecham-se as asas. Que noto eu, enfim? Que o ambiente benfazejo para o encontro só guarda relação com a mitologia e com um épico homérico cheio de mitologia e sem cristandade alguma, lógico.

O primeiro (e único?) encontro entre homens plenamente profícuo e belo em todo o poema se assenta na ausência de qualquer referência religiosa: nada de fé, nada de livros da fé, nada de Cristo etc. Mauricio Matos entende que o Deus a que remete o final do Canto I “não se aproxima em nada da ideia difundida e defendida pelo cristianismo, que prega um Deus misericordioso”. Não discordo. Mas, pensando nesses dois encontros que o poema dá a ver nos seus dois primeiros cantos, começo a cogitar que a aliança de sabor veterotestamentário, cruzadístico, contrarreformista, entre Deus e exércitos, quase sempre com localização, não mitológica, mas na hibridação entre política e religião oficial (ou seja, em torrão histórico), tem certo sabor, vide o número 66 a marcar a primeira batalha do poema, mais diabólico que divino.

REFERÊNCIAS

BERARDINELLI, C. Ourique, Salado e Aljubarrota. In. _____. *Estudos camonianos*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000. Disponível em: <<http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/livropub/camoes03.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Bíblia de Jerusalém. Dir. P. Bazaglia, Coor. J. Bortolini, G. S. Gorgulho, I. Storniolo, A. F. Anderson. São Paulo: Paulus, 2002.

Bíblia – Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse. Trad. F. Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Ed. E. P. Ramos. Porto: Porto Editora, 1978.

CAMÕES, L. *Rimas*. Edição de Á. J. C. Pimpão. Coimbra: Almedina, 2005.

CASER DA COSTA, M. Das metamorfoses do amor n' *Os Lusíadas*: arma-amar. *Abril*, v. 11, pp. 29-41, 2019.

DUQUE ESTRADA CAMPOS, R. Outras inimizades: o problema da guerra para Carl Schmitt e Pierre Clastres. *Cadernos de Relações Internacionais e Defesa*, v. 2, n. 2, 2020/1, pp. 1-22.

MATOS, M. Uma interrogação n' *Os Lusíadas*. *Letras* v. 1/2, pp. 153-161, 2008.

SCHIMITT, C. *O conceito do político – Teoria do partisan*. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SENA, J. *Estudos sobre o vocabulário de Os Lusíadas com notas sobre o humanismo e o exotismo de Camões*. Lisboa: Edições 70, 1982.



GASPAR FRUTUOSO, UM ESPÍRITO MODERNO VOLTADO PARA A EXPERIÊNCIA. A SUA CRÍTICA DE PLATÃO¹

GASPAR FRUTUOSO, A MODERN SPIRIT AIMED AT EXPERIENCE. HIS CRITICISM OF PLATO

Onésimo Teotónio Almeida²

RESUMO

Os navegadores portugueses dos séculos XV e XVI produziram um conjunto de escritos que revelam uma atitude nova para a época pois exalta o conhecimento adquirido pela sua experiência como superior ao herdado dos autores clássicos. Gaspar Frutuoso, não sendo um navegador, nasceu nos Açores e experimentou uma realidade geográfica que lhe permitiu olhar criticamente para Platão, que havia localizado esse Continente precisamente naquela região do globo. A crítica desenvolvida por Frutuoso baseia-se em argumentos de ordem empírica ditada pelos conhecimentos por ele adquiridos no contacto directo com a realidade insular.

Palavras-chave: Empírico; Experiência; Platão; Atlântida; Geografia

ABSTRACT

The Portuguese navigators of the 15th and 16th centuries produced a set of writings that reveal a new attitude for their period because it exalts the knowledge acquired by their experience as superior to that inherited from the classic authors. Gaspar Frutuoso, not being a navigator, was born in the Azores and experienced a geographical reality that allowed him to look critically at Plato, who had located this Continent precisely in that region of the globe. The criticism developed by Frutuoso is based on empirical arguments dictated by the knowledge acquired by him in direct contact with island reality.

Keywords: Empirical; Experience; Plato; Atlantis; Geography.

1 [Nota dos Editores] O artigo não foi submetido ao processo de *peer review*.

2 Professor Catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros e no Center for the Study of the Early Modern World, Brown University. onesimo_almeida@brown.edu

No meu recente livro *O Século dos Prodígios* (ALMEIDA, 2018), procurei demonstrar que os descobrimentos portugueses foram possíveis porque uma plêiade de homens com uma mentalidade voltada para a experiência como fulcral no processo de conhecimento do mundo esteve na base desse colossal empreendimento. Essa atitude foi alimentada pela confirmação, ao longo dos anos, de que a observação e a colecção de dados, e não os livros dos clássicos, são o primeiro e mais vital passo para a aquisição de conhecimento empírico e que é isso que permite depois o aperfeiçoamento tecnológico.

Entre os autores que nesse período marcaram mais significativamente essa etapa, a mais criativa de sempre da história portuguesa, contam-se Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta e Fernando Oliveira. Referi também entre eles o nome de Gaspar Frutuoso, se bem que não tivesse estudado o seu caso específico. Antes que me acusem de um anacronismo histórico, explico: é óbvio que Gaspar Frutuoso não faz parte do grupo de figuras que influenciou o rumo dos descobrimentos, mas ele insere-se na tradição criada por esse grupo. Foi nesse sentido que inseri Luís de Camões, contemporâneo de Frutuoso, e mesmo Garcia de Orta. Foram autores que se deixaram imbuir do novo espírito empírico e se entregaram à cata de elementos que lhes ajudassem a entender o mundo em que viviam, sobretudo o mundo físico. Gaspar Frutuoso nasce precisamente num espaço novo do mundo descoberto pelos marinheiros portugueses, escreve quando já um século e meio decorria sobre a chegada dos primeiros habitantes ao arquipélago dos Açores e herdou naturalmente o novo espírito que então se difundia entre os espíritos mais atentos. No meu referido livro estudei dois exemplos: o de Camões e o de Francisco Sanches, ambos contemporâneos de Gaspar Frutuoso.

São dois os aspectos importantes que Frutuoso revela nas suas *Saudades da Terra* e que o fazem merecer ser integrado neste conjunto de autores: a sua crítica a Platão sobre a existência da Atlântida e a curiosidade científica que o levou a estudar os fenómenos geológicos e, sobretudo, os vulcânicos nos Açores.

Frutuoso estudou em Salamanca, como é bem sabido, mas não me parece que tenha advindo daí a inspiração para essa sua postura e interesses. Por um lado, Salamanca não era, ao tempo, uma universidade voltada para a ciência então nascente aqui e ali, em momentos e lugares dispersos; por outro, os clássicos eram nessa famosa universidade ainda venerados e atentamente comentados, não propriamente objectos de crítica.

Em Portugal, sim, os navegadores portugueses há quase um século vinham criticando os clássicos. Há, todavia, poucos registos escritos de tais críticas e as que nos chegaram surgiram em regra em escritos que só mais tarde foram impressos e viram divulgação, como é o caso de Duarte Pacheco Pereira e de D. João de Castro. Aconteceu o mesmo com a obra de Gaspar Frutuoso, só divulgada duzentos anos após a sua morte. Contudo, aqui importa apenas apontar o facto de as críticas feitas em Portugal aos clássicos, sobretudo os gregos, circularem apenas entre um grupo restrito de figuras ligadas aos descobrimentos. Se Frutuoso teve acesso a elas ou não, desconhecemos;

que tenha estudado Platão em Salamanca, isso parece normalíssimo, se bem que nessa altura fosse Aristóteles o filósofo mais estudado e respeitado. Todavia, ao ler em terras de Espanha sobre a sua República descrita nos Diálogos *Timeu e Critias* terá eventualmente reagido com base na sua experiência insular e ter-se-á interrogado: como é que pode ser possível ter existido ali, naquelas ilhas onde nasci e conheço muito bem, esse continente de que fala Platão? É natural que Frutuoso, durante os seus estudos em Salamanca, tenha sido exposto a algumas críticas feitas ao mestre grego, em particular pelos estudiosos espanhóis que achavam estranho ter havido uma tão grande extensão de terra apegada à península ibérica. Mas Frutuoso deve ter-se sentido na posse de muito mais fortes argumentos, pois conhecia a geologia e a vulcanologia das terras que supostamente ficariam no centro da Atlântida. Por isso, ao lermos os argumentos contra a existência de tal continente elaborados por Frutuoso, pressentimos que vários foram herdados, isto é, aprendidos noutros autores; mas alguns, e dos mais importantes, são de sua lavra e construídos com base em evidência empírica por ele coligida, sobretudo nos anos posteriores à sua vida universitária, pois toda a vida, como se pode ver na sua obra, ele se dedicou à observação e à recolha de elementos empíricos sobre a geologia e vulcanologia das suas ilhas, mormente a de S. Miguel.

Antes de prosseguirmos, acho importante deixar claro que não estou a descobrir a pólvora; apenas a integrar a obra de Frutuoso no conjunto de escritos que ajudam a redireccionar os interesses do mundo ocidental face ao mundo material, uma ao tempo novel atitude que irá permitir o aparecimento da ciência moderna.

Muito antes de mim, alguns autores já se dedicaram ao estudo da obra de Frutuoso neste domínio da crítica a Platão e do seu interesse pela geologia e vulcanologia. Será por isso importante referir aqui esses nomes. O primeiro parece ter sido o intelectual, naturalista e político Eugénio Pacheco Canto e Castro, já em 1890 e depois em 1899 (1888; 1890; 1899). Mas foi sobretudo Manuel Serrano Pinto, professor no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, quem se dedicou a uma análise quase exaustiva deste tema, sobretudo no artigo «Gaspar Frutuoso, os Açores e a Atlântida de Platão», publicado em versão portuguesa e inglesa primeiro no *Boletim do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência e da Técnica*, da Universidade de Aveiro, em 1998, e republicado cinco anos mais tarde na revista *Açoreana* (2003). O professor Serrano Pinto publicou ainda outros artigos sobre esta temática em revistas portuguesas e estrangeiras, nalguns casos de colaboração com outros autores. Infelizmente o Professor Serrano Pinto já faleceu, como soube quando recentemente procurava contactá-lo a indagar se por acaso tinha escrito mais algum artigo sobre o tema. Penitencio-me pelo facto de não ter procurado contactá-lo mais cedo. No entanto encetei já uma investigação do seu espólio a saber da existência de trabalhos adicionais que eventualmente tivesse em preparação.

Voltemos a Platão: mais uma vez, no contexto internacional, não são os portugueses quem surge como o seu principal crítico. No mundo francófono e anglo-saxónico, o herói é Montaigne, por sinal também contemporâneo de Frutuoso. Montaigne criticou Platão a propósito da existência de canibais (KELLERMANN, 1956; MARCH, 1993).

Não é de crer que Frutuoso tenha conhecido os ensaios de Montaigne. Se o fez, não nos deu disso qualquer sinal. Acrescento, entretanto, que muito embora Montaigne seja considerado um moderno (mais precisamente um pré-moderno), tanto pela sua mundividência como pela sua criação do gênero “ensaio”, decididamente um avanço moderno, em termos da ideia de experiência ele está mais próximo do uso então tradicional do que no sentido empírico dos navegadores portugueses (ALMEIDA, 2018, p. 129-148). Em relação à Atlântida e à crítica a Platão, a de Frutuoso vai imensamente mais longe precisamente por ser feita a partir da sua experiência de habitante do meio do Atlântico. Para o demonstrar, nada como enfrentar então aos argumentos de Frutuoso, começando pelos históricos:

Serrano Pinto resume-os perfeitamente e cinjo-me apenas a uma paráfrase abreviada, muito embora prefira agrupá-los de forma diferente da por ele elaborada:

1. Na história da Península Ibérica não há memória de qualquer derrota infringida pelos reis da Atlanta;
2. Mais nenhum historiador grego refere a Atlanta. Frutuoso faz um inventário das viagens levadas a cabo por vários navegadores ao longo dos séculos.
3. Não há nenhum registo em qualquer parte do cataclismo que teria destruído esse continente. Certamente haveríamos de encontrar algum documento um registo dessa tragédia.

Os argumentos geográficos sintetizados por Serrano Pinto têm ainda a ver com a história:

1. Navegadores antigos cruzaram o Atlântico e nunca encontraram nenhuma Atlanta. Os navegadores cartagineses, por exemplo, chegaram supostamente à Hispaniola e é possível que tivessem estado no Corvo e não encontraram a Atlanta.³

Antes de prosseguirmos, convém lembrar que não há qualquer prova de os cartagineses terem chegado a Hispaniola e a história do Corvo, apesar da referência do cronista Rui de Pina à suposta estátua do Corvo, está muito longe de ser confirmada. Mas adiante. Ouçamos Frutuoso sobre esta questão:

Logo no ano de quatrocentos e quarenta e cinco antes do nascimento de Nosso Senhor, por mandado dos cartagineses, partiu o capitão Himilcon [...]; tornou a Andaluzia [...] sem achar ilhas dos Açores pegadas com Portugal, nem sinal disso, nem ver ilha Atlanta, nem ciscalho que ficasse junto do estreito donde havia partido (FRUTUOSO, 1966, p. 274-5);

³ Serrano Pinto acrescenta mais um: «o nome de oceano Atlântico deriva de Atlas e não de Atlantida». Ora essa afirmação requer uma análise mais minuciosa.

Hanon [...] fez viagem mais comprida [...]. Ele tornou a Espanha no ano de quatrocentos e quarenta antes do nascimento de Nosso Senhor, que são dez anos depois que disse que Platão florescia, sem achar junto do estreito, nem de toda aquela costa, ilha Atlanta, nem sinal onde ela estivesse, nem ciscalho que em aquele mar dela ficasse, com diz Platão, por onde parece que não leva razão o que ele desta ilha Atlanta conta (FRUTUOSO, 1966, p. 275).

[...] E no ano de duzentos, antes da Encarnação de Cristo Nosso Deus, dizem que os romanos mandaram uma armada à Índia [...] e se tornaram sem achar estas ilhas dos Açores pegadas com a costa de Portugal ou de Europa, rodeando-a toda até ao cabo de Finisterre, sem fazer tão longo rodeio como fora, se pelas ditas ilhas dos Açores foram (FRUTUOSO, 1966, p. 280).

Daí que Frutuoso conclua peremptório apelando para a evidência com base na experiência:

Pelo que, do que tenho contado, se segue que nunca estas ilhas dos Açores foram pegadas com Portugal, como tem a primeira opinião, nem com ilha Atlanta, que não houve antes nem depois de Platão (como ele diz) que é a segunda opinião, como, pelas histórias contadas atrás e pela experiência que dos mais tempos já tão conhecidos e lembrados temos, tão claro parece (FRUTUOSO, 1966, p. 280).

Passemos então os argumentos que mais nos interessam aqui, os geográficos. O facto de uma Atlântida com as dimensões descritas por Platão não caberem no Atlântico é o primeiro dos argumentos geográficos. Convém, todavia, aqui, dar a voz ao próprio Frutuoso e seguir o seu raciocínio. O nosso autor exprime-se sempre em linguagem muito clara e frontal, todavia faz questão de se declarar respeitoso das afirmações de tão importantes autores como Platão:

Mas se me é lícito entre tão delicados pareceres, opiniões estranhas e tão graves autores, cidadãos de Atenas, em meio do suave canto dos brancos cisnes sair eu ao terreiro com rouca voz de negro corvo, e com a minha grosseira e ruda cantiga de pobre e tosca aldeia, e de engenho pouco limado pera altos pontos, e muito moderno e novo pera coisas tão antigas, afirmo que nenhuma cousa destas duas opiniões me pode bem caber nele, nem no entendimento (FRUTUOSO, 1966, p. 248).

De seguida avança afirmando sem rodeios:

Mas o meu parecer é (salvo o melhor juízo) que nunca estas ilhas foram apegadas com a terra firme de Portugal, nem, tão pouco, são parte ou pedaços daquela ilha Atlanta subvertida, ou de Platão fingida, ou mal dele entendida, porque se eu contar, desde o primeiro, todos os reis e governadores que em Espanha foram até ao tempo de Platão, sem se saber nem escrever que algum deles fosse em algum tempo vencido de reis de Atlanta (como Platão conta), bem se seguirá e crerá que, pois, o colhem no que não é, nem foi, nem, como ele diz, houve tal Atlanta, e, mostrando eu que nos mesmos tempos foi navegada a costa de Espanha toda, como agora é pela parte do Ocidente, claro fica destas ilhas dos Açores não haverem sido em algum tempo pegados nela (FRUTUOSO, 1966, p. 248).

Seguem-se duas dúzias de páginas em que o argumento histórico é desenvolvido, terminando com uma afirmação que repete fundamentalmente esse enunciado acima transcrito:

[...] nunca se soube parte de ilha Atlanta, nem escreve nenhum autor dela, nem que reis dela vencessem alguns reis de Espanha, nem que estas ilhas dos Açores estivessem pegadas com a Rocha de Cintra, pois navegavam aquelas nações, acima ditas, a costa de Espanha, da boca do estreito de Gibraltar até Lisboa, e até Cantábria, segundo tenho referido e notado no acima dito dos reis e guerras e sucessos de Espanha, coligido e abreviado do universal e doctíssimo e diligentíssimo cronista, Estêvão de Garibai Cantabro. E não rodeavam tão longo caminho, como fora, se estas ilhas dos Açores estiveram pegadas com a terra de Portugal, como diz a primeira opinião. Nem viam ilha Atlanta junto das Colunas de Hércules, por onde eles passavam, donde começava a mesma Atlanta, de quem dizem ser parte estas ilhas, segundo tem a opinião, fundada no que Platão refere, pelo que nenhuma destas duas opiniões parece verdadeira, nem por si fundamento firme, nem razão provável (FRUTUOSO, 1966, p. 272).

Frutuoso desenvolve depois o seu argumento aplicando a lógica e cálculos matemáticos para, com base no conhecimento que tem da experiência e da informação colhida por navegadores que conheciam por experiência o terreno (neste caso, os oceanos). Quer dizer: o ponto de vista de Frutuoso face a Platão é estritamente científico no sentido moderno do termo. Ouçamo-lo:

E se me disserem que estas ilhas são, ou parecem, pedaços de terra, quebrados de outra terra grande (que poderia ser Atlanta), pelas altas rochas que têm em muitas partes como quebradas, a isso respondo que está claro (como se vê nesta ilha de S. Miguel) que, de princípio, junto do mar, eram as fraldas das rochas rasas e quase ao nível (*sic*) com o mesmo mar e, depois, por incêndios [incêndios são vulcões] que, antigamente, em diversos tempos aconteceram, com que muitos ou quase todos os montes que, então, arrebentaram deitando uns de si pedra de diversas maneiras e terra e cinza e areia e pedra pómes por diversas vezes, se alevantaram e engrossaram as fraldas baixas da terra e fizeram a altura que agora têm, indo quebrando, às vezes, ou com o mar que as comia ou com o peso da pedra e da terra, pela pouca liga que faz antre si a pedra pómes, e, às vezes, com os grandes tremores (que muitos em vários tempos houve nelas), sacudiram de si a pedraria e pedra pomes e cinza e terra que nos cabos, junto ao mar, estava mal grudada e, quebrando e caindo no mar, ficaram as rochas íngremes e talhadas, como agora estão. (FRUTUOSO, 1966, p. 290-291).

Frutuoso prossegue escrevendo em linguagem de geólogo, lembrando ao leitor que se apoia em dados empíricos:

E é de tudo isto bom sinal e testemunho o que se vê claramente nesta ilha de S. Miguel [...] E afora estas rochas, que desta dita maneira se fizeram altas e talhadas (e não por se quebrarem de ilha Atlanta, nem de terra firme) [...] E como nesta [ilha] se fizeram as rochas altas, íngremes e talhadas, assi se fizeram nas outras ilhas (FRUTUOSO, 1966, p. 291).

Mas vamos então ao núcleo central do argumento de Frutuoso:

Diz mais Platão que tão grande era a ilha Atlanta como África e Ásia juntas. E claro está que das Colunas de Hércules, onde ele diz que começava, até a ilha de S. Domingos, onde acabava, é muito menos espaço e mais pequeno que das mesmas Colunas de Hércules, ou da costa ocidental de África, ao cabo da China, que é o fim da Ásia, lá no Oriente, pelo que se vê claramente o contrário de sua opinião, que não pode ser como ele afirma, porque do estreito de Gibraltar, onde estão as Colunas de Hércules, donde ele diz que começava a Atlanta, até a ilha de S. Domingos, onde acabava, são ao mais mil e duzentas; porque de Espanha até Gran Canária há, aí, duzentas e cinquenta, e de Canária até a ilha que se chama Desejada, há, aí, setecentas e cinquenta, e da Desejada até chegar à cidade de S. Domingos são cento e cinquenta; por todas mil e cento e cinquenta ou mil e duzentas léguas, segundo as cartas de marear que agora se têm por melhores e mais emendadas. Mas África e Ásia têm muito mais léguas, porque de Portugal a Goa, que é o nosso porto principal da Índia, há cinco mil léguas, e dali à China há mil e duzentas, e até ao cabo da Terra devem ser muito mais, e ainda que não se conte o caminho, costeando senão por linha direita, é muito mais comprido caminho o de Portugal até à China que mil e duzentas léguas, que ao mais não há do estreito de Gibraltar até a ilha de S Domingos (FRUTUOSO, 1966, p. 286).

O argumento prossegue contra aqueles que diziam que a extensão da grande Atlanta era de Norte a Sul, da terra dos Bacalhaus ao estreito de Magalhães, e, portanto, dando razão a Platão, Frutuoso reage sempre argumentando com base no conhecimento empírico de que dispõe:

a isto respondo que a terra dos Bacalhaus, que está da banda do nosso Norte, que é o polo Ártico, e a grande terra Austral. Que dizem estar, ou ilhas que estão além do estreito de Magalhães, da parte do polo Antártico, impedem que pudesse ser esta ilha tão grande como Platão afirma. E se ele isto quere dizer e não se houver de entender o que diz em outro algum sentido alegórico ou metafórico, pois não há tanta compridão nem largura neste meio mar como África e Ásia juntas, claro que se vê não ser verdade no sentido literal o que diz Platão. E quem diz e conta, afirmativamente, uma cousa que não se acha ser assi, como esta, também dirá outras do mesmo teor e põem pouco crédito em quantas depois da mesma cousa conta (FRUTUOSO, 1966, p. 287).

A justificação das suas posições é sempre a mesma: a evidência empírica é que conduz à verdade. O oposto é a mentira.

Noutra passagem, ele afirma também: «se um cego me ensinar e mostrar caminho certo, tomarei e seguirei de boa vontade (como diz Horácio) seu conselho» (FRUTUOSO, 1966, p. 309).

Vejamos ainda mais esta passagem onde por sinal –e estranhamente– Frutuoso revela não ter conhecimento directo pelo menos dessas referências de Platão às dimensões da Atlântida:

E se Platão literalmente afirma (o que eu duvido) que era tão grande a Atlanta como África e Ásia juntas, e não houve tal ilha, ou não podia ser tão grande como ele diz, como pelas razões ditas claramente se colige, sendo mentira o que a Platão disseram (entendido no sentido literal), como parece ser, eu não vi nunca mentira tamanha, pois é uma mentira tão grande como África e Ásia (FRUTUOSO, 1966, p. 287).

Gaspar Frutuoso compreende que antes ninguém tinha dados seguros para contrariar Platão. Escreve em tom conciliador:

Ainda se Platão não tivera que o Mundo teve princípio e cuidara, como cuidou Aristóteles, que era *ab eterno*, deste erro pudera persuadir que houvera em algum tempo atrás (de que não houve memória de homens) a ilha Atlanta, porque ninguém, então, lho pudera nem soubera contrariar, pela infinidade de anos em que atrás pudera haver sido o que contara ele e qualquer outro que quisesse fingir histórias muito antigas (FRUTUOSO, 1966, p. 281).

Frutuoso entrevê a possibilidade de “fingimento” e de criação metafórica da parte de Platão (e nisto segue autores que tinham levantado essa hipótese) que teria criado a Atlântida por razões que têm a ver com as suas ideias filosóficas:

Não quero nisto dizer que Platão quisesse fingir esta história da Atlanta, senão que a contou como a ouviu a alguns, a que deu mais crédito do necessário, donde parece que a veio fingir, como as suas ideias (que dele dizem), ou quis dar, debaixo desta história da Atlanta e do sentido analógico dela, alguma doutrina e entender outra coisa, como também dá a entender Marsílio Fiscino, florentino, no argumento que faz ao mesmo Diálogo, de Platão, da Atlanta (FRUTUOSO, 1966, p. 282).

Hoje o consenso geral é que de facto Platão imaginou uma república perfeita (se acreditou nela ou não, é outro assunto) para dar aos gregos um exemplo vivo de como deveria ser governada uma sociedade. E Gaspar Frutuoso ama a verdade com base na evidência empírica e defende-a com garra, mas mantém ao mesmo tempo uma atitude notavelmente tolerante. Escreve ele depois de resumir ainda uma vez mais sua tese:

Mas nem com isso quero obrigar os entendimentos doutros (pois Deus os fez livres) a que entendam o mesmo e digam o que eu digo. Entenda e diga cada um o que quiser, que eu isto entendo e afirmo, enquanto não vejo outras melhores razões que me convençam meu entendimento no que agora disto alcanço saber (FRUTUOSO, 1966, p. 295).

Apesar disso, Frutuoso cuida de se proteger de uma eventual reacção da Igreja:

Mas sometendo-me no dito e por dizer (como obediente filho) à correição, censura, amparo e protecção da Santa Igreja, nossa piedosa Mãe e verdadeira Mestra, e de seus católicos ministros, e a qualquer parecer que, melhor que eu, acertar pode, digo também o meu, que não valha nada, se não presta (FRUTUOSO, 1966, p. 299).

Frutuoso estava longe de ter a coragem que Galileu iria demonstrar três décadas mais tarde proclamando impiedosamente *E pur si muove!*, desafiando os cardeais da toda-poderosa Cúria Romana e aceitando a condenação sem vacilar na sua firmeza apoiada em dados empíricos com o auxílio do seu telescópio.

Poderíamos prosseguir na nossa viagem pela obra de Gaspar Frutuoso em cata de passagens que revelam um espírito moderno (ele usa o termo) no pensar e no agir, pois nem chegámos a entrar no domínio da vulcanologia, essa área em que ele regista observações pela primeira vez escritas em toda a história da ciência. A recolha do essencial desses dados já foi feita pelo referido professor Manuel Serrano Pinto, contudo acrescentarei aqui apenas uma referência específica à atitude experimental de Frutuoso, que por sua vez refere idêntico posicionamento da parte de contemporâneos seus ilhéus que procuraram resolver problemas práticos impostos pela actividade vulcânica na ilha, como se pode ver nesta passagem em que relata um experimento em agricultura:

o dito Manuel Vieira, o primeiro ano seguinte de 1564, depois do terramoto, semeou todas as cousas que pôde, trigo cevada, centeio, abóboras, junça, chúcaros, lentilhas e todos os mais legumes sobre cinzeiro e pedra pómes, e tudo nasceu bem; mas vindo o tempo quente, se tornou amarelo e secou, por ser a pedra pómes sêca e não ter virtude para poder crear, por lhe faltar humor. O que vendo êle, determinou de lavrar a terra, onde havia mais pouca altura de pedra pómes e cinzeiro, e rompel-a bem alta, calabreada com o arado grande e três juntas de bois, para que chegasse á terra boa, por vêr se envôlta com a cinza e pedra pómes podia frutificar. A qual experiência, que fez o terceiro ano seguinte, de sessenta e cinco, lhe aproveitou, porque onde chegava o arado á terra boa deu muito pão, onde viu que a raiz do trigo ia abaixo, pela pedra pómes demovida com o arado, três palmos e meio buscar a terra bôa e por isso frutificava; e houve bom pão n'aquêlo ano (FRUTUOSO, 1981, p. 276-7).

Frutuoso relata de seguida outras experiências no domínio da agricultura que provocaram diálogos em cata de soluções, concluindo sempre no mesmo tom de louvor da experiência:

O que tudo se deve ao dito Manuel Vieira, primeiro inventor e executor d'este bem e proveito, porque se ele não dera este remédio que Deus lhe ensinou, não sei qual houvera de ter toda a gente d'esta ilha, da banda do norte, senão despovoar-se esta parte toda de terras, onde caiu a pedra pómes e cinzeiro, e irem todos viver da banda do sul, ou desterrar-se a outras terras (FRUTUOSO, 1981, p. 277).

Fica mais do que claro que Gaspar Frutuoso se insere na plêiade de autores portugueses dos séculos XV e XVI que se abriram ao mundo com um novo olhar procurando entendê-lo seguindo as luzes que vêm, pelos olhos sobretudo, que recebem a informação colhida ao seu redor e provocam diálogos com a razão em busca do sentido e significado desses dados coligidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. T. *O século dos prodígios: A ciência no Portugal da expansão*. Lisboa: Quetzal Editores, 2018.

FRUTUOSO, G. *Saudades da Terra*, Livro I. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1966.

FRUTUOSO, G. *Saudades da Terra*, Livro IV, Volume II. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1981.

KELLERMANN, F. Montaigne, Reader of Plato. *Comparative Literature*, v. 8, n. 4, p. 307-322, 1956.

MARCHI, D. M. Montaigne and the New World: The Cannibalism of Cultural Production. *Modern Language Studies*, vol. 23, n. 4, p. 35-54, 1993.

PACHECO DE CANTO E CASTRO, E. Vaz. *Recherches micrographiques sur quelques roches de l'Île de San Miguel*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

PACHECO DE CANTO E CASTRO, E. Ensaio critico sôbre a bibliographia geológica dos Açores e nomeadamente de S. Miguel. Separata do *Arquivo dos Açores*, v. 11, p. 268-303, 1890.

PACHECO DE CANTO E CASTRO, E. *Dos impossíveis em philosophia natural*. Ponta Delgada: Imp. de Eugénio Pacheco, 1899.

PINTO, M. S. Gaspar Frutuoso, os Açores e a Atlântida de Platão. *Boletim do centro de estudos de história e filosofia da ciência e da técnica*, n. 1, ano 2, 1998.

PINTO, M. S. *Açoreana*, n. 10, v. 1, p. 193-206, 2003.



HANS STADEN, O OUTRO DO OUTRO

HANS STADEN, THE OTHER'S OTHER

Fernando Arantes Ferrão¹

RESUMO

Baseado na relevância das narrativas de viajantes europeus do século XVI para os estudos históricos de literatura brasileira, o presente artigo se ocupa da problemática do peculiar encontro entre Hans Staden, o mercenário alemão que guardava a entrada da Baía de São Vicente e seus eventuais captos, os índios Tupinambás. Assinalando preliminarmente a pregnância, em constructos literários brasileiros dos séculos XIX e XX, do “Outro” antropófago, tal conformado no testemunho do aventureiro, o trabalho se propõe a entender as razões da recorrência de tal imagem. À luz de uma proposição de Michel de Certeau, a propósito da função da pessoa de quem se fala em certa cultura - mas que nela não tem voz -, bem como da inaudita percepção *si-mesmo*, que, consoante Tzvetan Todorov, alcança-se quando se encontra o Outro, procede-se uma reflexão acerca do diálogo de Staden com esse Outro, e da compreensão que alcança de sua diversa realidade. Empregando o método denominado por Todorov de “tipologia das relações com outrém”, realiza-se então uma análise epistemológica, que coteja as figuras do narrador com a do narrado, em tal texto. Conclui-se este artigo, demonstrando-se que *Dois Viagens ao Brasil* expõe, por um lado, o alto grau de conhecimento do Outro alcançado pelo homem de armas alemão, e por outro, sua total inépcia para traduzir a cultura Tupinambá em termos da europeia, e vice-e-versa, não obstante se instaurar como estudo etnográfico fundador.

Palavras-chave: Narrativas de viagem; Imagens do selvagem; Antropofagia; Outro; Staden.

ABSTRACT

Based on the significance of the narratives of European travelers of the 16th century for the historical studies of Brazilian literature, this article deals with the problem of the peculiar encounter between Hans Staden, the German mercenary who guarded the entrance to the Bay of São Vicente and his captors, the Tupinambá Indians. Preliminarily pointing the presence, in Brazilian literary constructs of the 19th and 20th centuries, of the anthropophagic “Other”, as conformed in the adventurer’s testimony, the work aims to understand the reasons for the recurrence of such an image. In the light of a proposition by Michel de Certeau, regarding the role of the person of whom one speaks in a certain culture - but who has no voice in it - as well as the unprecedented self-perception, which, according to Tzvetan Todorov, is achieved when the Other is met, a reflection is made about Staden’s dialogue with that Other, and the understanding that he achieves of his diverse reality. Using the method called by Todorov “typology of relations with others”, an epistemological analysis is then carried out, which compares the figures of the narrator with that of the narrated, in such a text. This article concludes by demonstrating that Hans Staden: The True History Of His Captivity, 1557, exposes, on the one hand, the high degree of knowledge of the Other achieved by the German man-at-arms, and on the other hand, his total ineptitude to translate the Tupinambá culture in terms of the European, and vice-versa, despite establishing itself as a founding ethnographic study

Keywords: Travel narratives; Images of the native indians; Anthropophagy; Other; Staden

¹ Pesquisador independente, Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fferrao@rocketmail.com.



[...] Cunhambebe tinha à sua frente um grande cesto cheio de carne humana. Comia de uma perna, segurou-a diante da boca e perguntou-me se também queria comer. Respondi: “Um animal irracional não come um outro parceiro, e um homem deve devorar um outro homem?” Mordeu-a então e disse: “Jauára ichê”. “Sou um jaguar. Está gostoso”. Retirei-me dele, à vista disto. (STADEN, 2008, pp. 173-174).

O excerto acima transcrito do Livro II de *Duas Viagens ao Brasil*, no qual Hans Staden descreve a antropofagia tupinambá em ato - ao mesmo tempo que, em *diálogo* com o guerreiro maior, declina de sua comensalidade e coloca em questão a peculiar racionalidade de uma humanidade canibal -, parece-nos constituir um bom exemplo a propósito da exploração de um dos tópicos propostos pela presente edição da Revista Diadorim, qual seja, o da “dificuldade de compreensão da realidade do Outro encontrado e sobre o conflituoso diálogo com essa realidade”. Neste trabalho, será a partir da narrativa de Staden que investigaremos os sentidos atribuídos a esse Outro – e, por decorrência, as noções de *si-mesmo*, de *encontro*, de *diálogo* e de *compreensão da realidade*, nela subliminarmente configuradas.

Para isto, começaremos com um breve resumo desta narrativa, de modo a, em seguida, procurar justificar a relevância que, no âmbito da história da literatura brasileira, confere-se ao relato de aventuras vivenciadas por antigos viajantes em nossas terras. Antes de iniciarmos, porém, cabe uma breve ressalva a ser feita, a propósito da abrangência de uma possível tipificação das relações entre o *si-mesmo* europeu e o *outro* americano, a partir do exemplo específico escolhido para este estudo. Com efeito, trataremos de apenas uma, dentre as cerca de trinta e seis crônicas quinhentistas e seiscentistas (Cf. PEIRANO, 1984, p. 20) que nos falam das venturas e desventuras de narradores europeus, vivenciadas por eles entre certa etnia ameríndia, então hegemonicamente assentada na costa da América Portuguesa, local por excelência desse *encontro*. A despeito das variadas - e por vezes discordantes - informações fornecidas por estes cronistas acerca de tal *alteridade*, é de maneira sistemática que a literatura histórica a ela tem se referido como civilização Tupi-guarani, porquanto encontre nestas mesmas fontes descrições de numerosos grupamentos, cujas características culturais e linguísticas são deveras semelhantes.

Contudo, como afirma o antropólogo Carlos Fausto, “este *continuum* Tupi-guarani”, que dominava quase toda a costa da América Portuguesa encontrava, no entanto, tal hegemonia territorial do *si-mesmo* interrompida por seus peculiares *outros*: “próximo ao estuário do Prata pelos Charrua, na foz do rio Paraíba pelos Goitacá, pelos Aimoré no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e pelos Tremembé na faixa entre o Ceará e Maranhão” (FAUSTO, 1992, p. 382), genericamente chamados por eles tapuias, isto é, gente não Tupi. A despeito de o relato de Staden não mencionar (direta e indiretamente) mais do que quatro nações indígenas, todas elas pertencentes ao mesmo grupo Tupi, com o aporte das referências apresentadas por Fausto, não pretendemos mais do que recordar o que não esteve presente ao *encontro* tematizado na presente análise, isto é, toda a diversidade étnica, política e linguística dos povos originários², da qual a parcela representada pelos Tupinambás, a mais brava das “nações de gentios” de língua Tupi, apenas foi a primeira a desaparecer.

2 Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Socioambiental, encontram-se atualmente no território brasileiro 256 etnias indígenas, falantes de mais de 160 línguas e dialetos. Contudo, estimam as pesquisas etnolinguísticas que, antes da chegada dos portugueses, tal número deveria corresponder a cerca de mil.

Hans Staden, um homem de armas alemão não propriamente letrado, deixou-nos, em um modesto volume, que originalmente denominou *Verdadeira História dos selvagens nus e ferozes devoradores de homens encontrados no Novo Mundo, a América...* (*Wahrhaftige Historia und Beschreibung einer Landschaft der wilden, nackten, grimmigen Menschenfresser, in der Neuen Welt Amerika gelegen...*), o relato de seu engajamento em navegações ibéricas e presença na América Portuguesa (Livro I), acrescido de uma descrição da vida e dos costumes dos índios Tupinambá, que os capturaram e mantiveram-no cativo durante nove meses e meio (Livro II). Sob a chancela de Philipp I, Senhor de Hécssia, a obra teve sua *princeps* apresentada aos leitores pelo editor Andreas Kolbe, de Marburgo, durante o carnaval de 1557. A inaudita recepção de tal obra por parte de um público interessado em “histórias exemplares”, que a religião reformada (e os mestres gráficos) começava a configurar, rapidamente transformaria este “livrinho” no que hoje se conhece pelo termo *best-seller*³.

Staden inicia seu relato, contando-nos que, por ocasião de sua primeira travessia atlântica, esteve empregado como artilheiro na frotilha de certo capitão Penteado - cujo alvará emitido pelo Rei de Portugal o autorizava ao traslado de degredados, ao comércio de produtos coloniais, à prática da pirataria e ao combate a embarcações francesas e seus aliados indígenas. Tripulando a nau capitãna, o aventureiro alemão partiria de Lisboa, em junho de 1547, rumo às possessões portuguesas nas costas norte da África e, depois, à Capitania de Pernambuco. Embora esta viagem se mostre plena de aventuras que, provavelmente, inspirariam profícuos desenvolvimentos ficcionais em vindouras obras literárias, Staden não se estende demasiado em seu relato.

Com efeito, a partida de Lisboa, a visita à Ilha da Madeira, a captura de uma embarcação árabe na costa do Marrocos, as calmarias e tempestades da linha do Equador, os “fogos de Santelmo” e peixes voadores da corrente do Atlântico Sul, a chegada a Olinda e a entrega dos expatriados ao capitão-mor Duarte Coelho, o socorro da expedição ao povoamento de Igaracú sob cerco dos indígenas Caetés, o assalto mal sucedido a um navio francês encontrado na costa da Paraíba, a má navegação de retorno, um novo ataque, desta vez bem sucedido, perpetrado contra um navio corsário, assim como a chegada são e salvo em Portugal, não lhe suscitaram o desejo de redigir mais do que doze páginas e apor cinco pranchas xilográficas ao volume.

Acerca da segunda viagem, o arcabuzeiro tedesco relata ter zarpado de Sevilha, no quarto dia depois da Páscoa de 1549⁴, tendo como destino as Novas Províncias (espanholas) do Rio da Prata, onde pretendia fazer fortuna, caso os sucessivos revéses da navegação não tivessem

3 Embora tal fenômeno não seja de interesse para o presente trabalho, cabe assinalar que, somente as primeiras dez edições da *Wahrhaftige Historia* tiradas entre 1557 e 1595, nas línguas alemã, flamenga, holandesa e latina, alcançam tiragens suficientes para assinalar a gênese do empreendimento editorial no mundo europeu.

4 Na edição brasileira de *Dois Viagens ao Brasil* utilizada neste trabalho, o historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, a partir dos estudos de Luis Roque Gondra e Roberto Lehmann-Nitsche, corrige a data informada por Staden, para o dia 10 de abril de 1550.

arrastado, uma a uma, das três embarcações da armada que equipava, direto para o fundo do Mar Oceano. De acordo com a lacônica e confusa notícia que Staden nos oferece acerca desta desventurada Expedição Sanabria, teria sido após o naufrágio da segunda nave, ocorrido ao largo da Ilha de Santa Catarina, que ele, assim como o cerca de oitenta sobreviventes de um contingente original de quase trezentos passageiros e tripulantes, deliberaram se dividir em dois pequenos grupos: um maior, que intentou alcançar por terra a Vila de Assunção, sede do aludido vice-reinado espanhol, e outro menor, formado por membros da família patrocinadora da viagem e por experientes marinheiros, entre os quais se encontrava o arcabuzeiro tedesco. Conta-nos este que, sob as ordens do capitão Salazar, tais marujos buscariam alcançar a Vila de São Vicente a bordo do pequeno veleiro remanescente, a fim de neste povoado fretarem um bom navio português, com o qual pudessem levar, depois de dez meses de atribuladas navegações e quase dois anos de perigos e privações em terra, seus nobres passageiros a bom destino, e com alguma segurança.

E assim, o pequeno grupo partiria do porto de *Imbeaçã-pe* (Viaçá), costeando o litoral rumo ao norte. Todavia, depois de quatro dias de jornada e faltando apenas duas milhas para chegar ao povoado português, também este navio iria a pique. Todavia, Staden informa a seu leitor que, afortunadamente, todos sobreviveram a mais este naufrágio, que foram acolhidos pelos colonos de Itanhaém, sendo depois de alguns dias, guiados por estes para a vila de São Vicente, onde também foram bem recebidos e mantidos pelos habitantes, até que cada um encontrasse “para si um trabalho qualquer, a fim de ganhar o seu sustento.” (STADEN, 2008, p. 71)

Embora o restante do texto ocupe a maioria das páginas do Livro I, tanto a aventura que se segue, que é bastante conhecida dos leitores brasileiros, como as histórias que não nos chegaram a ser contadas, aparecem assim sumarizadas pelo próprio autor-narrador-personagem, que singelamente se dirige a seu leitor, na conclusão:

Querido leitor! Descrevi minha viagem marítima tão laconicamente porque queria contar apenas o início, como caí em poder da cruel gente selvagem. Quis mostrar com isso, como o Salvador de todos os males, nosso Senhor e Deus, de modo patente, e sem que eu pudesse esperar, me livrou do poder dos gentios. Cada qual deve ouvir que o Deus todo poderoso preserva e conduz, ainda agora, tão maravilhosamente, seus cristãos fiéis, entre o povo ímpio dos pagãos, como sempre o fez, desde o começo. Cada qual deve, portanto, igualmente ser grato a Deus e nele confiar no tempo da provação. Pois Deus mesmo falou: Chama por mim na desgraça, assim te salvarei, e tu hás de louvar-me.

Poderá alguém dizer que eu devia talvez fazer imprimir tudo quanto conheci e vi. Precisava então escrever um livro grosso. Decerto tinha eu também muito mais para escrever, se para tanto me esforçasse, mas meu intuito não era esse. Expus aqui e ali, suficientemente, o pensamento que me levou a escrever este livrinho, a saber, como todos nós devemos a Deus louvor e gratidão, por ter nos protegido desde o nascimento, desde a primeira hora, até as presentes, em nossa vida. (STADEN, 2006, p. 196)

Uma vez lembrada, em termos gerais, a “verdadeira história” do aventureiro tedesco, que outrora teria escapado, à francesa⁵, do banquete tupinambá para o qual estava convidado -

5 Ironicamente, foram os franceses, antes inimigos, que livraram o cativo alemão de seus apuros. Segundo Staden, no último dia de outubro de 1554, Guilherme de Moner, capitão da nau Catherine de Vetteville, zarparia da Baía da Guanabara, levando-o a bordo

relato que, talvez, pudesse ser melhor definido pelo gênero *captivity narratives*, assim designado pelos estudos literários anglo-saxões⁶, do que como uma narrativa de viagens -, passaremos então à justificativa da escolha do texto alemão, perante o contexto temático proposto.

Na avaliação de Alfredo Bosi (2013), as primeiras *informações* sobre a Terra do Brasil e seus habitantes se constituem em documentos cujo valor não se afirma somente pela condição histórica de “testemunhos do tempo”, mas também por plasmarem, nos entendimentos de mundo e modos de linguagem pelos quais pioneiros viajantes e missionários os retrataram em suas crônicas, os condicionantes fundamentais de “uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte”.(BOSI, 2013, p.13) Ressaltando a relevância das “tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes”, conforme oferecidas nos relatos de viagens, o historiador brasileiro sugere que tais *textos de informação* representam a “pré-história das nossas letras”.(BOSI, 2013, p.13) Embora não lhe confira de valor propriamente literário, Bosi assinala o “interesse obliquamente estético” no manancial de temas e formas oferecido por tais narrativas, ao qual, para o uso em constructos literários, viriam a acorrer não apenas “um Alencar romântico e saudosista”, mas também “um Mário ou um Oswald de Andrade modernistas.”(BOSI, 2013, p. 13)

Todavia, para além da condição de documento histórico e modelo narrativo-descritivo, ao qual se interpõe a complexidade do imaginário ocidental, cabe-nos ressaltar que *Duas Viagens ao Brasil* igualmente se expõe sob uma perspectiva autodiegética, o que acerca ao âmbito da responsabilidade de um sujeito narrativo - que funde a identidade do autor às do narrador e a do herói -, o problema de um *encontro* inaudito, para o qual o mercenário alemão não se encontrava nem um pouco preparado. A despeito da “dificuldade de compreensão da realidade do Outro encontrado e sobre o conflituoso diálogo com essa realidade”, problemática para a qual a epígrafe com que iniciamos este artigo aparenta ser um bom exemplo, verifica-se que, de veras, em grande parte do mencionado manancial de textos, sejam seus autores, exploradores, traficantes, degredados, piratas, clérigos ou mercenários, antes ocuparam-se de relatar as picardias e astúcias com as quais se enredaram e se desenredaram de seus *encontros* com o *Outro*, que de procurar “conhecer e entender (?) *outros* pensamentos, *outras* filosofias, *outras* religiões, *outras* condutas, *outras* ciências e *outras* políticas”, através dos quais, virtualmente e através dos tempos, desvelariam a diversidade do mundo para seus leitores ocidentais.

Cabe-nos igualmente assinalar que, a julgar pelo que relatam Knivet, Léry, Gandavo e Staden, entre outros, ao menos em um primeiro momento, não lhes pareceram propriamente mal sucedidos os *encontros* havidos entre *perôs* (portugueses) e tupiniquins, e *maírs* (franceses)

6 Na base de dados *online* da *Oxford Bibliographies*, verifica-se que o verbete “*captivity narratives*” designa relatos que, originalmente, têm como tema a captura (ou o rapto) de exploradores e colonizadores europeus pelos povos nativos das Américas, motivo pelo qual, os estudos de literatura norte-americana simplesmente o incorporam à sua história. Tal gênero textual caracteriza-se, classicamente, pelo emprego da fórmula autodiegética, por meio da qual o autor-narrador-personagem relata suas verídicas experiências de cativo, fuga, resgate, ou, mais raramente, sua assimilação e integração a certa comunidade indígena.

e tupinambás. Porquanto tais alianças viabilizassem, em favor dos europeus, o regular fornecimento de pau-brasil, papagaios e outros bens de interesse comercial, aproveitando-se por sua vez os indígenas dos artefatos utilizáveis em suas atividades agrícolas, pesqueiras e guerreiras, que lhes eram oferecidos em troca, a rigor, o mero conhecimento da língua por parte de “lançados” e *truchements*⁷ parecia dar conta do recado, ou “consumar” os “contatos procurados e alcançados” junto a esse Outro, que não tardaria a desaparecer de seu lugar no mundo, não chegando sequer a conhecer tal “espaço transformado por meio do encontro.”

Alfredo Bosi (2013) parece igualmente sugerir, ao aproximar dois conflitantes exemplos de escolas literárias brasileiras - que em momentos também diversos viriam a adotar a semelhante estratégia de ficcionalizar as origens de nossa nacionalidade, buscando-as em vetustas narrativas de viagens estrangeiras -, que o fenômeno sócio-histórico conformador da gênese de uma literatura brasileira não teria sido determinado rigorosamente por conjunturas culturais europeias. No entendimento desse notável historiador e crítico, tal gênese teria antes se sucedido “a partir da assimilação de um *complexo colonial* de vida e de pensamento”, no qual a colônia cumpria originalmente o papel de “objeto de uma cultura, o ‘outro’ em relação a metrópole.”(BOSI, 2013, p.11) Dessarte, no decurso do processo de se tornar sujeito da própria cultura, implicar-se-ia a justa reivindicação de uma ancestralidade, ou da busca de sua genealogia, que, assim como nos casos de outras literaturas americanas, encontrava-se convenientemente *informada* em textos estrangeiros (ZIEBELL, 2002, p. 9).

Com efeito, a problemática de uma guerra interminável (que se baseava na necessidade de vingar o parente abatido no assalto anterior), de uma religião mais vinculada à imagem espiritual do ancestral que à da divindade (o que explicava a necessidade da guerra) e do sacrifício antropofágico (que se relacionava com ambas) (FERNANDES apud PEIRANO, 1984), que o sociólogo Florestan Fernandes mostraria estar implícita nestes relatos, não parece ter despertado propriamente a curiosidade de tais cronistas, tendo sido igualmente preterida pelos autores citados por Bosi, em favor do “efeito antropofágico” apontado no parágrafo anterior. Dessarte, podemos encontrar certa semelhança entre o juízo valorativo emitido por Staden, acerca de Cunhambebe, e a imagem que o nobre Peri fazia, segundo Alencar, da nação Aimoré:

Ora, o índio conhecia a ferocidade desse povo sem pátria e sem religião, que se alimentava de carne humana e vivia como feras, no chão e pelas grutas e cavernas; estremecia só com a ideia de que pudesse vir assaltar a casa de D. Antônio de Mariz.(ALENCAR, 1999, p. 115)

7 Os termos “lançados”, em língua portuguesa, e “*truchements*”, em língua francesa, designam os intérpretes, intermediários, ou operadores do tráfico europeu de produtos da floresta que, tendo a aprendido o idioma tupi-guarani, quedavam-se em território americano, a habitar em aldeias de indígenas aliados (ou próximos a elas), a fim de organizar a coleta e a estocagem de pau-brasil, peles, tabaco etc.

A imagem que o “índio bom”, configurado por Alencar como abstêmio do vício da antropofagia, faz acerca de seu “Outro”, confirma-se como um saber prático quando aquele se deixa capturar por este, como parte de certo estratagema que preparou:

A sua previsão porém não o iludiu; tendo conseguido o que desejava, tendo excitado a raiva dos aimorés, quebrou a sua arma, e suplicou a vida ao inimigo; foi de todo o sacrifício o que mais lhe custou. [...]O costume dos selvagens, de não matar na guerra o inimigo e de cativá-lo para servir ao festim da vingança, era para Peri uma garantia e uma condição favorável à execução de seu projeto. [...]

Segundo as leis tradicionais do povo bárbaro, toda a tribo devia tomar parte no festim, as mulheres moças tocavam apenas a carne do prisioneiro; mas os guerreiros a saboreavam como um manjar delicado, adubado pelo prazer da vingança; e as velhas com a gula feroz das harpias que se cevam no sangue de suas vítimas. (ALENCAR, 1999, p. 362)

Embora com mais humor, Mário de Andrade igualmente faz o antropófago se manifestar no “Outro” de Macunaíma, qual seja, o capitalista Venceslau Pietro Pietra. Conferimos na seguinte passagem, o resgate do “herói sem nenhum caráter”, depois de seu irmão feiticeiro ter embriagado o “gigante comedor de gente”, que o havia caçado:

Então Maanape entrou na outra sala da adega. O gigante estava aí com a companheira, uma caopora velha sempre cachimbando que se chamava Ceiuci e era muito gulosa. Maanape deu as garrafas pra Venceslau Pietro Pietra, um naco de fumo do Acará pra caopora e o casal esqueceram que havia mundo.

O herói picado em vinte vezes trinta torresminhos bubuiava na polenta fervendo. Maanape catou os pedacinhos e os ossos e estendeu tudo no cimento pra refrescar. Quando esfriaram a sarará Cambgique derramou por cima o sangue sugado. Então Maanape embrulhou todos os pedacinhos sangrando em folhas de bananeira, jogou o embrulho num sapiquá e tocou pra pensão. (ANDRADE, M., 1986, p. 35)

Oswald de Andrade, que também vincula a antropofagia ao Outro, diferentemente dos dois primeiros autores a reivindica, assim como a outridade para si:

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. [...]

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago. [...]

Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o. [...] (ANDRADE, O., 1975, p. 3)

Todavia, uma vez apontada a pregnância da qualidade canibal à figuração do Outro, cuja incidência em relatos e crônicas dos séculos XVI e XVII ganha sobrevida nas literaturas

brasileiras dos séculos XIX e XX, ora convém buscar os sentidos implicados no emprego referencial de tal pronome indefinido.

Michel de Certeau (2006) sugere que, tendo sido concebidos como produtos da experiência, da observação, ou mesmo da pesquisa, relatos de viagens combinados a quadros etnográficos⁸ nunca deixarão de ser as narrativas que certa esfera social preparou para contar para si. Segundo o historiador francês, nelas não devemos procurar a fala do Outro, senão aquilo que “o escrito diz da palavra” traduzida e instituída no lugar de uma enunciação *outra* cujo destino será ser atribuída de uma significação diferente daquela intentada por seu falante estrangeiro. (CERTEAU, 2006, pp. 212-214)

Transformadas em “objetos exóticos” e conferidas do estatuto escritural, tais palavras tornar-se-ão conhecidas graças à enunciação indireta do narrador, a fim de adjudicar legitimidade às novas experiências trazidas à economia cultural de uma dada sociedade de leitores. Dessa maneira, a incorporação do conhecimento do Outro por tal comunidade dar-se-á sob a forma de um repertório de textos coligido “segundo as leis de uma representação científica própria da época”, a etnografia, que, no contexto de sua análise, Certeau denomina “ciência dos sonhos”. “Indicando a um grupo de letrados o que ‘devem ler’, recompondo as representações que eles se dão, estas ‘lendas’ simbolizam as alterações provocadas numa cultura pelo seu encontro com uma outra”.(CERTEAU, 2006, p.213)

Baseado em tal consideração, deveria o Outro, por exemplo, o selvagem dos textos de Staden, ser configurado não pela “verdade” que transparece desse texto, senão por sua relação com a linguagem que trata dele como objeto de um discurso que o “torna a palavra insensata que encanta o discurso ocidental, mas que, por causa disto mesmo, faz escrever indefinidamente a ciência produtora de sentido e de objetos” que busca explicá-la.(CERTEAU, 2006, p.235)

No entanto, se Michel de Certeau aponta para a variedade de sentidos ficcionais que se podem atribuir à “pessoa” sempre ausente dos discursos que a cultura, que a reifica, costuma repetir para si, ainda resta refletir sobre a instância do *encontro*, sempre anterior ao estatuto escritural, ocasião em que o Outro é propriamente configurado como objeto de *um si-mesmo* narrador. Porquanto se verifiquem vínculos fortes entre certa investigação de Tzvetan Todorov (2019) e a questão sobre a qual buscamos refletir, recorreremos a seus estudos para tentar encontrar, para além das interposições dos sujeitos, vestígios das pessoas com quem e de quem este nosso viajante fala. Na obra *A conquista da América* (2019), o teórico búlgaro situa no momento histórico assinalado como a Era das Grandes Navegações (ou Era dos Descobrimentos) o marco originário das noções de *subjetividade e alteridade*, relacionando tais ideias à descoberta que o *eu* – o sujeito narrador europeu -, faz de *si-mesmo*, a partir do encontro antinômico com o Outro – o objeto narrado ameríndio.

8 *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden, por dividir-se formalmente em “história”(Livro I) e “descrição” (Livro II), corresponde exatamente ao modelo destacado por Certeau.

Para Todorov, certas diferenças entre a “terra incógnita” – que viria a ser conhecida pelo nome de “América” –, e o “mundo conhecido” – a Europa –, encontravam-se configuradas no imaginário ocidental muito antes da própria “descoberta” daquele continente. E o Outro antípoda, maravilhoso habitante humano destes amaldiçoados ou edênicos territórios, evidentemente constituía parte significativa de tal ficção.

Parece-nos ser entendimento consensual entre os historiadores que, teria sido Cristóvão Colombo aquele que primeiro buscou plasmar idealizações antigas e medievais acerca de terras e seres ignotos – cujas evidências julgou encontrar em suas navegações conduzidas ao ocidente – em novos estereótipos, que não tardariam a ser assimilados à Modernidade. Todavia, conforme assinala Todorov na obra mencionada, especificamente no capítulo denominado “Colombo Hermeuta”, tais noções pré-concebidas necessariamente viriam a afetar a percepção das efetivas *diferenças* vivenciadas pelo navegador, nas extraordinárias viagens que empreendeu (TODOROV, 2019, pp. 19-46).

Configuraram o núcleo do problema da incompreensão, no qual Todorov inicia a investigação da questão do *eu* e do *outro*, não apenas a exposição das interpretações inferidas por Colombo de seus diálogos com os índios – balizadas por uma barreira linguística original quase sempre subestimada –, como também o exame de certos termos que expressam, por exemplo, juízos de valores positivos ou negativos, através dos quais o navegador informou o complexo ideológico, cultural e hierárquico que constitui a mentalidade do Ocidente acerca das diferenças daquelas humanidades “selvagens”, com as quais se confrontara.

Segundo a leitura que o filósofo e linguista búlgaro faz dos relatos e documentos deixados pelo navegador⁹, verifica-se que este teria contemplado os habitantes dos territórios encontrados como meros objetos, como seres vivos que faziam parte das peculiares e encantadoras paisagens naturais, que se sucediam no decurso de suas navegações; ademais, observa Todorov que, à medida que se precipitavam os bons e maus sucessos da aventura do descobrimento, variavam os adjetivos atribuídos aos habitantes do Caribe, ou seja, as “pessoas mais generosas do mundo” que “não cobiçam os bens de outrem” não tardam a passar à condição de “ladrões, covardes e medrosos”. (COLOMBO, *apud* TODOROV, 2019, p. 54)¹⁰ Em resumo, para o autor de *A Conquista da América*, Colombo não lograria compreender os índios, e tampouco faria qualquer esforço para isso.

Na instância desse encontro extremo e exemplar, sucedeu-se de o primeiro conquistador não só lançar o seu olhar ao objeto a ser explorado, como se espelhar na presumida ótica deste objeto¹¹, vislumbre que, a um só tempo, revelaria e recusaria o descobrimento da *alteridade*.

9 Diários da Descoberta da América, Livro das Profecias, Cartas dirigidas aos Reis de Espanha e aos amigos etc

10 Segundo Todorov, expressões transcritas dos diários e das cartas de Colombo, tais como tais como as acima mencionadas, teriam contribuído fortemente para construção do mito do “bom selvagem”.

11 “É possível, como diz Colombo, que os índios tenham considerado a possibilidade de os espanhóis serem seres de origem divina; o que daria uma boa explicação para o medo inicial, e seu desaparecimento diante do comportamento humano dos espanhóis.” (TODOROV, 2019, p.57)

Consoante a proposição de Todorov, define-se a partir desse modo de enxergar o estrangeiro em seu próprio território – contemplação que se mescla à imaginação de um simultâneo refletir-se na desconhecida mirada –, uma moderna (e paradoxalmente medieval) mentalidade do Outro, de que somos legatários: “Somos todos descendentes de Colombo, é nele que começa nossa genealogia – se é que a palavra começo tem um sentido. [...] Os homens descobriram [com ele] a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo”.(TODOROV, 2019, p.7)

Podemos então depreender da leitura da primeira seção da obra de Todorov, a que denomina “Descobrir” que, embora a confiança depositada por Colombo nos ensinamentos de Esdras, Plínio e Santo Agostinho, e do mesmo modo, nas referências apresentadas nos códices *Imago Mundi*, de Pierre d’Ailly, e *Geografia*, de Ptolomeu, tenha se mostrado eficaz a seu intento de encontrar um caminho para as Índias¹²; sob outros aspectos, esses mesmos conhecimentos de matriz antiga e canônica não puderam se prestar, pelo menos no que diz respeito à estranha humanidade com que teria o Almirante se defrontado nas Antilhas, à confirmação de verdades aprioristicamente determinadas por analogias com páginas bíblicas.

Segundo o entendimento do teórico búlgaro, a despeito da relevância dos equívocos e contingências, que se evidenciam nas navegações de Colombo, não desabonarem o fato histórico que lhe adjudica o título de Descobridor das Américas, porque de seu encontro fracassado com os índios não tenha restado mais do que uma má acepção da alteridade, não podemos estender o seu triunfo à distinção de descobridor dos americanos.(TODOROV, 2019, p.69)

Todavia, em *A Conquista da América*, Todorov não restringe sua investigação apenas às descrições e juízos que fizeram Cristóvão e Fernando Colombo a propósito dos indígenas caribenhos, antes estende sua análise à vasta documentação produzida acerca do tema da conquista do território aos americanos, por Hernán Cortez, Bartolomé de Las Casas, Diego Durán, Bernardino de Sahagún, assim como a diversos outros redatores. Fundamentando sua análise nas modalidades de enunciações desenvolvidas em crônicas, testemunhos, memórias, histórias, querelas teológicas, cartas e testamentos redigidos entre o final do século XV e o final do XVI, o teórico búlgaro constrói uma tipologia das relações estabelecidas entre os conquistadores e os nativos americanos.

Com efeito, tal “tipologia das relações com outrem” se apresenta estruturada a partir de três eixos: o primeiro de caráter axiológico, viés pelo qual se expressam os julgamentos de valor e a disposição do *outro*, no âmbito de certa hierarquização implicada por juízos morais enunciados pelos redatores; o segundo, de natureza pragmática, ou praxiológica, manifesta-se

12 Renegando a inferência de Américo Vespúcio, segundo a qual as terras descobertas à borda oeste do Oceano Atlântico não seriam parte da Ásia, senão de um continente desconhecido da antiga ciência europeia (*Mundus Novus*, 1504), Colombo, até a data de sua morte (20 de maio de 1506), encontrava-se ainda convencido de que as suas navegações tinham alcançado a costa oriental da Ásia.

textualmente através de evidências da proximidade, do distanciamento, ou ainda, da indiferença do escritor, em sua relação com o outro narrado e/ou descrito nesses documentos; e o último, cuja natureza é epistêmica, revela o grau de interação estabelecido por tais escritores com as culturas (línguas, modos de organização social, religiosidades) caribenhas, asteca, tlaxcalteca, maia etc por eles tematizadas nesses antigos documentos.(TODOROV, 2019, pp. 269-70)

Desse modo, consoante o método de leitura de Todorov, os objetos de sua investigação refletiriam não apenas o outrem, segundo as impressões causadas nos relatores europeus, senão as singulares feições dos próprios descobridores, conquistadores, evangelizadores, naufragos ou cativos, configuradas nas qualidades dos vínculos que teriam estabelecido com aquele. Tendo examinado os documentos pelo viés axiológico, ressalta o filósofo e linguista que os cronistas ora figuraram o homem mesoamericano como portador de boas qualidades, ora como mau elemento, ora como dócil e confiável, ora como dissimulado e trapaceiro, quase sempre como um inferior, poucas vezes como um igual.

Como decorrência da prática de um método comparativo primário que ensejaria tais juízos, nos textos escolhidos se evidencia um entendimento comum a indicar, ao menos no contexto do debate teológico então vigente, o endosso dado por estes redatores à tese afirmativa do pertencimento, inferido pela semelhança, do nativo americano à espécie humana. Contudo, segundo Todorov, as enumerações textuais das diferenças verificadas entre esta estranha humanidade e o homem europeu buscariam associar, em geral, este outrem a certo *topoi* mítico, ou ainda, sob a perspectiva teleológica ocidental, ao estágio de uma humanidade anterior e inferior àquele já alcançado pelo conquistador.

Segundo tais relatos, dentre as inúmeras evidências com as quais se poderiam comprovar a “selvageria” dos povos americanos, apenas três seriam as que a indiscutível proeminência dos valores do Ocidente não poderia telerar: as práticas do canibalismo, as dos sacrifícios rituais e a ignorância da fé “verdadeira”. Ao empregarem tal argumento de força, recorrente em documentos tais como, *Cartas de la Relación*, de Cortez, *Historia Verdadera de la conquista de la Nueva España*, de Bernal Díaz, e *Historia de la conquista de México*, de Lopez de Gomara, os redatores visavam explicitar para seus leitores as insígnias da racionalidade, nos atos de conquista, da compaixão, nas ações evangelizadoras e do sentido moral, na “guerra justa” movida contra os Astecas. Destarte, a despeito de nesses textos os fatos consumados se encontrarem disfarçados sob um tipo de discurso valorativo da moral, da fé e da razão do “mais forte”, sua leitura deveras nos revela, sob a arbitrariedade do pressuposto, a retórica dos genocídios, escravizações, torturas, pilhagem de riquezas e territórios, interdição às práticas religiosas autóctones, enfim, a expressividade dos atos de violência cometidos contra o Outro. (TODOROV, 2019, pp.73-86)

Apresentado um sumário da proposição de um método investigativo das relações havidas entre redatores e os objetos de seus textos, propomo-nos a concluir o presente artigo com um

breve exame, realizado sob o eixo epistemológico, da maneira peculiar pela qual a narração de Staden expõe seu aprendizado da cultura Tupinambá. Tal escolha se explica pela excepcional condição que se configura para o conhecimento da identidade do Outro – o domínio que Staden demonstra ter da língua geral tupi-guarani (condição que se depreende de seu próprio relato), a relativa liberdade e a participação ativa nas atividades rotineiras das aldeias, proporcionadas pelos Tupis a seus cativos (informação reiterada em todos os textos referentes a tais nações indígenas).

Consoante Todorov, sob o eixo epistemológico da narração se verifica, primeiramente, a habilidade manifestada pelo narrador nos contatos e interações em língua estrangeira; depois disso, busca-se a demonstração de sua intenção de compreensão intrínseca às concepções expressadas pela alteridade, em detrimento de preconceitos etnocêntricos; e, por fim, as evidências do desenvolvimento da certa capacidade de tradução, legitimado por um ponto de possível intercâmbio, de uma cultura pela outra. (TODOROV, 2019, pp. 269-353).

A propósito de contatos e interações em terras estranhas, apontaremos aqui não apenas a capacidade de comunicação com indígenas, uma vez que, em apenas duas passagens de *Duas Viagens ao Brasil*, o autor-narrador-personagem menciona impedimentos à comunicação linguageira imediata. A primeira delas se refere à circunstância em que, recém-chegado à Lisboa, necessita do auxílio de seu anfitrião, que “já conhecia a língua do país” (STADEN, 2008, p.39), para obter o emprego na armada do capitão Penteado. Quanto à segunda, alude ao encontro de Staden, recém capturado pelos indígenas, com o *truchement* francês. Relembramos que, nesta ocasião, os Tupinambás o tinham levado à presença de seu cativo - que afirmava proceder da França, e não de Portugal - a fim de verificar se este dizia a verdade. Caruatá-uará, como assim o denominavam os guerreiros, dirige então perguntas em língua francesa a Staden, que deveras não conhecia o idioma, e por não conseguir compreendê-lo, contesta-lhe então, utilizando-se da língua indígena. (STADEN, 2008, p.95).

Exceto nas ocasiões acima apontadas, os demais intercursos apresentados no relato não evidenciam qualquer embaraço nas práticas interativas desenvolvidas entre o autor-narrador-personagem e as outras figuras apresentadas no relato - tenham elas se realizado nos idiomas português, espanhol ou tupi-guarani, tenham elas se cumprido através do uso de alguma modalidade de *pidgin* que facultasse ao alemão interações satisfatórias com os índios, os colonos ou os navegantes, hipótese essa que nos parece a mais provável. Dessarte, não cabem dúvidas quanto à alta capacidade de interlocução com o Outro demonstrada por Staden, relativamente ao exame do tópico que, sob a perspectiva epistemológica, engloba a manifestação do conhecimento do redator da linguagem estrangeira, bem como da representação da relevância de interações comunicativas no documento redigido.

Postas à parte as primeiras notícias de sua captura – nas quais o arcabuzeiro alemão apenas procura enunciar a assombrosa situação em que se envolvera, eximindo-se, porém, de esboçar

qualquer interferência em tal cenário –, será tão somente a partir do capítulo 28 do Livro I, (trecho transcrito adiante), que este retomará a instância protagonista, revertendo a condição de interpelado, temporariamente assumida em sua própria narrativa. Segundo nosso entendimento, tal segmento do texto marcaria efetivamente a entrada do autor-narrador-personagem em um perigoso jogo com seus interlocutores, cujo risco implicado no blefe, aparentava ser menor do que, simplesmente, dispor-se a comparecer ao fatal banquete para o qual se achava convidado. Contudo, para o bom sucesso de tal estratégia, deveriam concorrer tanto o significativo desenvolvimento de suas habilidades tradutivas, quanto o manejo *in crescendo* que Staden delas vem a fazer. Conforme Todorov (2019), tratam-se estas capacidades interpretativas, assim como o efeito que as interações delas decorrentes produzem na narração em si, dos outros dois critérios de aferição do grau de conhecimento do *outro* manifestado pelo narrador. Passemos então à maneira como este processo se evidencia, *in crescendo*, na leitura de cinco episódios de *Duas Viagens ao Brasil*.

1 Conta-nos o mercenário tedesco que, poucos dias depois de sua captura, os guerreiros de Ubatuba se deslocaram para a aldeia de Ariró, levando-o consigo para mostrá-lo a Cunhambebe, “o mais nobre dos chefes” dos vários clãs tupinambás dispersos pela região (atual baía da Ilha Grande). Levado à presença do maioral que, por seus ornatos, se destacava entre os líderes reunidos na choça, ousa o ex-mestre canhoneiro de Bertioga antecipar-se a ele, rendendo-lhe homenagens à maneira tupi:

“És tu Cunhambebe? Ainda vives?” “Sim”, respondeu ele, “ainda vivo.” “Pois bem”, disse eu então, “muito ouvi falar de ti e que és homem de grande fama.” Levantou-se ele então, passando por mim empavonado e muito lisonjeado. Segundo o costume, trazia uma pedra redonda, de cor verde, enfiada ao lábio. Além disso tinha um colar branco de conchas de mariscos[...]. Sentou-se após de novo e perguntou-me qual o plano de ataque de seus inimigos, os tupiniquins e os portugueses. E a seguir perguntou por que eu tinha querido atirar sobre eles na região de Bertioga, pois tinha sabido que eu estava empregado como artilheiro contra eles. Respondi que os portugueses me haviam lá posto e eu tinha que fazer o meu serviço, ao que me replicou que eu próprio era um português. Ao francês que me procurara, chamou então de filho. Este lhe havia dito que eu não pudera entendê-lo e era legítimo português. Eu repliquei então: “Sim, é verdade; há muito que saí da terra francesa, e esqueci a língua”. Disse ele, a propósito, que já tinha ajudado a aprisionar e a comer cinco portugueses; estes todos haviam pretextado que eram franceses, e tinham assim mentido.” (STADEN, 2008, p.98)

Não obstante o desejo de conquistar-lhe a simpatia, todavia, embaraçava-se o prisioneiro nas insidiosas perguntas que o grande chefe então lhe dirigia. De modo que, intentando reverter o rumo da conversação em seu favor, não hesita o prisioneiro em lhe oferecer certa informação estratégica, conhecida desde antes de seu aprisionamento. Staden declara então a Cunhambebe: “Teus verdadeiros inimigos, os tupiniquins, preparam vinte e cinco canoas, e virão logo atacar tua terra”. (STADEN, 2008, p. 99)

Visto que, mesmo em resposta a essa notícia, Cunhambebe não faz mais do que seguir com a enumeração dos inimigos, tupiniquins e portugueses, que já havia comido, aparentemente tal insídia, cometida contra os antigos amigos e ora manifestada aos presentes como um tipo de augúrio, não pareceu surtir o efeito de aplacar a inclemência dos indígenas com relação ao cativo estrangeiro. E tampouco de inspirar-lhes amizade, porquanto, uma vez encerrada a entrevista, levanta-se o líder Tupinambá e sai da choça, deixando aos demais inventarem um novo folguedo com Staden:

O filho do chefe Cunhambebe amarrou-me as pernas em três lugares, e eu devia assim, com os pés ligados, saltar pela choça. Com isso riam e exclamavam: “Aí vem pulando o nosso manjar!” Perguntei então ao meu amo que para aí me tinha conduzido, se me havia trazido para matar-me. Respondeu que não, mas que apenas era costume tratar assim aos escravos estrangeiros. E desataram-me as cordas das pernas. Aproximaram-se de mim então e apalpam-me a carne. Um dizia que o couro da cabeça lhe pertencia, outro, que a coxa lhe cabia. Tive que cantar-lhes alguma cousa, e entoei cantos religiosos, que precisei explicar-lhes em sua língua. Disse: “Cantei sobre o meu Deus”. Responderam-me que o meu Deus era uma imundície, em sua língua: teõuira. As palavras me doeram, e pensei comigo: “Ó tu, bom Deus, tens às vezes que tolerar muito!” (STADEN, 2008, p.100)

No dia seguinte, por ordens expressas de Cunhambebe, os guerreiros reconduziriam o prisioneiro para Ubatuba, onde este, de acordo com o que nos informa, deveria aguardar para breve a sua imolação.

Na sequência, Staden noticia ao leitor que sua predição, pouco antes anunciada, deveras se cumpriu, embora não em Ariró, senão exatamente na aldeia para onde acabara de regressar. Segundo relata, sucedeu-se que, em certo alvorecer, arribaram silenciosamente à praia de Ubatuba as exatas vinte e cinco canoas previstas, levando em seus bojos quatro centenas de guerreiros inimigos, que cercaram e despertaram os Tupinambás com uma carga de flechas atirada contra sua aldeia. Conta-nos então o arcabuzeiro alemão que ,

como atacassem as choças e começassem a atirar todos juntos, encheram-se os assaltados de grande pânico, e as mulheres quiseram fugir. Então lhes disse: “Vós me tendes por um português, por vosso inimigo. Dai-me agora um arco e flechas e desatai-me as amarras. Então eu vos ajudarei a defender as choças”. Deram também a mim um arco e flechas; gritei e atirei à sua moda, tão bem quanto me era possível, e dizia-lhes que precisavam ser corajosos; não haveria perigo nenhum. Era minha intenção com isso, escapar através da estacada que rodeava as cabanas, e desertar para os atacantes, pois estes me conheciam bem, e sabiam também que eu estava na aldeia. Continuava porém guardado demais. (STADEN, 2008, pp. 101-102)

Apesar do estratagema, ou seja, da valorosa colaboração que nosso viajante oferecera na defesa do sítio Tupinambá, tão logo os Tupiniquins “bateram em retirada”, este voltou a ser posto sob amarras.

A noite que se seguiu àquele mal sucedido cerco, informa-nos Staden, reuniram-se os “mais nobres” no pátio da aldeia, a fim de deliberar sobre a ocasião mais adequada para a consumação de seu sacrifício, conferência para a qual, naturalmente, estes não se esqueceram de convidá-lo. Perturbado com o assunto da palestra, bem como com o escárnio de que era alvo, suplicava silenciosamente a proteção de seu Deus. E como ora dirigisse olhares desalentados para o clarão da lua, vieram os indígenas lhe perguntar por que motivo fitava daquele modo o corpo celeste. Reproduzindo a resposta de Staden, destacamos sua adequação enunciativa à perspectiva cosmológica de seus captores, como sinal do primeiro lance do jogo a que nos referimos anteriormente:

“Vejo que ela está zangada”. Pois a cara da lua parecia estar tão terrível que – Deus mo perdoe! - eu mesmo supunha que Deus e todas as criaturas deviam estar enfurecidas comigo. Nisto perguntou-me Nhaêpepô-oaçu, um dos chefes, e também aquele que me queria fazer matar: “Com quem está a lua enfurecida?” Respondi: “Ela olha para a tua cabana.” Com isso excitou-se e tratou-me com palavras ásperas. Para consertar o erro, disse: “Talvez não seja a tua cabana. Está enfurecida com os carijós escravos.” Também uma tribo dos índios chama-se carijó. “Sim”, disse ele então, “sobre eles caia toda a desgraça. Assim seja.” Esforcei-me por não mais pensar nisto.(STADEN, 2008, pp. 102-103)

2 Consoante a narração desenvolvida no capítulo 31, no dia que se seguiu ao frustrado assalto à Ubatuba, soube-se nesta aldeia, que os mesmos inimigos que dali foram rechaçados teriam navegado direto para Mambucaba, a fim de atacar esse outro povoado Tupinambá; contudo, ao que parece, não puderam os tupiniquins surpreender os índios daquela aldeia, pois estes lograram avistar o enorme contingente inimigo que se aproximava, a tempo de escapar-lhes ao cerco. Por conta da dupla desdita deste dia, vingaram-se os Tupiniquins daqueles fujões, ateando fogo às suas cabanas. Assim que soube de tal notícia, Nhaêpepô-oaçu deliberou partir para a aldeia destruída, pois desejava ajudar os parentes na reconstrução suas choças. Levando consigo todos os guerreiros que com ele habitavam, despediu-se dos que ficavam, prometendo trazer na volta o barro e a farinha para o banquete em que prepariam o moquém de Staden. (STADEN, 2008, p.104).

Conta-nos Staden que, depois da ausência de duas semanas, finalmente regressaram os indígenas à Ubatuba. Afirmo que, de início, imaginava ser sacrificado logo após o retorno dos guerreiros, entretanto, depois de sua chegada, notara que vários deles se achavam doentes, motivo pelo qual supôs que o prometido festim talvez viesse a ser adiado. Chamado à presença do chefe Nhaêpepô-oaçu, que também voltara enfermo, discorre este sobre a lembrança recente, de uma lua irada que mirava sua cabana, associando a enfermidade que atingira o grupo ao mau augúrio, que seu interlocutor soubera interpretar na ocasião. Ao ouvir tal declaração daquele que, até então, fora seu pior algoz, o prisioneiro alemão correlaciona o improvisado de sua fala na ocasião a uma manifestação da providência divina e, um pouco mais contente do que antes, cogita: “Hoje Deus está comigo.”(STADEN, 2008, p.107)

Dessarte, dá o relato a entender que, ainda que por um breve instante, permite-se o cativo alemão descurar da preocupação com sua iminente imolação, e resolve “avançar uma casa” no jogo de mistificações no qual, aos olhos de seus captores, buscava se figurar como o protegido dileto de um deus bem mais poderoso do que seus maracás. Então, arriscando a própria pele, responde a Nhaêpepô-oaçu: “É verdade. Ficastes todos doentes porque tu me querias comer, embora eu não seja teu inimigo. Disto vem tua infelicidade.”(STADEN, 2008, p.107).

O desdobramento do diálogo culmina na ordem dada pelo chefe da cabana aos companheiros: que não mais fizessem qualquer mal ao prisioneiro – pelo menos, até que conseguisse recuperar sua saúde. Staden, por sua vez, em atendimento ao pedido de seu antigo verdugo, faz-se de “pajé” e sai a aplicar unções a cada um dos índios da aldeia. Contudo, a despeito da farsa representada pelo curandeiro luterano, outros índios viriam a adoecer e vários faleceram depois disso. Por tal motivo, recorreram a ele as velhas mulheres da aldeia, a lhe suplicar pela intercessão junto a seu Deus; as mesmas que outrora, ressalta o autor-narrador-personagem, “com seus arranhões, pancadas e ameaças”, muitos sofrimentos lhe causaram, mas que, àquela hora, chamavam-lhe de “chê-raíra” (meu filho) :

Não nos deixes morrer. Tratamos desse modo a ti porque pensamos que eras português, contra os quais temos rancor. Já aprisionamos e comemos também alguns portugueses, porém o seu Deus não se irou tanto quanto o teu. Reconhecemos que tu não és português.(STADEN, 2008, p.109)

3 Dando continuação à sua *verdadeira história*, conta-nos Staden que, decorrido algum tempo após esse acontecimento, os de Ubatuba (ou Ubatiba¹³) teriam sido convidados para um moquéim oferecido por seus parentes da aldeia de Ticoaripe (igualmente localizada na baía da Ilha Grande). Então, aqueles que se haviam curado da misteriosa moléstia prepararam-se para partir e colocaram suas céleres canoas no mar, desta feita levando consigo o cativo alemão – tão somente para exibi-lo aos anfitriões –, e também um escravo Maracajá, que intentavam oferecer aos promotores do banquete.(STADEN, 2008, p.112)

Depois da chegada a Ticoaripe, Staden relata três dias de celebrações. Conquanto vários episódios singulares tenham se transcorrido durante tal festejo, em função do pretendido com este resumo, não caberia mais do que aludir ao ritual antropofágico tupi-guarani em si. Então, para cumprir a finalidade de explicar adequadamente as conjunturas que dão sentido às ações de nosso viajante face a seus captores, adaptamos, a seguir, as descrições contidas no capítulo denominado “Solenidades dos selvagens por ocasião da matança e devoramento dos seus inimigos. Como executam estes e como os tratam.”(Livro II), com a narração oferecida no capítulo “Como os selvagens devoraram um prisioneiro e levaram-me consigo à festa.”(Livro I)

13 Consoante o comentário de Wilhelm Kloster sobre os mapas anexados à edição de *Zwei Reisen nach Brasilien (Karte des Küstengebietes von São Vicente bis Bertioga und Karte zur 2. Reise)*, a designação empregada por Staden como Ubatuba, corresponderia efetivamente a Ubatiba, e assinalaria não o atual município do litoral paulista, senão um sítio localizado na Ilha Grande ou alguma praia do município fluminense de Mangaratiba.

Staden narra como os Tupinambás, conforme o seu costume, primeiramente desfrutaram do *cauim* feito das raízes do abatí¹⁴, beberagem da qual também libou o Maracajá; depois do que ouviram atentamente o discurso do carrasco, assim como a réplica do prisioneiro, que veio a ser abatido em seguida; após um único e certo golpe no crânio, tomaram as mulheres do corpo sacrificado, esfolaram-no e sapecaram sua pele contra o fogo brando, talharam-no então em grandes pedaços os homens, pegaram então as mulheres estes pedaços e correram “com eles em torno das cabanas, fazendo grande alarido, em sinal de alegria”(STADEN, 2008, p.183); após o que, vieram os homens novamente a reuni-los, para efetuar a segmentação de tais partes em porções menores e procederem a partilha dos bocados do Maracajá entre todos, cabendo as viandas aos homens; as vísceras e cabeça às mulheres e crianças; daí, tendo cada qual recebido o quinhão do inimigo que lhe cabia, voltaram todos às suas cabanas para o moquear e, por fim, devorá-lo.(STADEN, 2008, pp. 112-113, 179-188)

Voltando a acompanhar a narrativa, observamos que, uma vez terminado o banquete, os convidados manifestaram seus agradecimentos e despediram-se dos parentes de Ticoaripe, puseram seus barcos novamente na água e, sem se esquecerem de neles embarcar o cativo alemão, que ora remava ao lado de seus senhores, navegaram de retorno à aldeia. Entretanto, o relato destaca que, havia um curumin que não remava, porquanto entretinha-se em roer um osso da perna do finado Maracajá. Aborrecido com a persistência daquela pantomima macabra, o cativo alemão então pede ao menino para jogar seu quitute fora. Porém, por conta desta conduta culturalmente inadequada, todos a bordo passam a admoestar nosso viajante, dizendo-lhe que os resquícios de carne aderidos àquele osso constituíam excelente pasto e que ele, deveras, devia se dar por contente por aquele petisco que o menino mordiscava não provir de sua própria perna.(STADEN, 2008, pp. 112-113)

Passado o incidente do início da viagem, navegaram os de Ubatuba ainda por três dias, até que chegaram a certo ponto em que o mar se encontrava deveras bravio, a partir do qual, para não irem a pique, tiveram de embicar suas embarcações para a terra firme. Como o tempo estivesse nublado e as ondas muito altas, aportaram à praia, onde descansaram por um instante, comeram o repasto que traziam e decidiram seguir por terra o quarto de milha que os distava da aldeia, carregando nos ombros as canoas, as armas e os presentes recebidos no festim. Conta-nos Staden que, somente depois que os índios se puseram em marcha, o curumim jogou fora o resto de sua merenda, e que, coincidentemente depois de tê-lo feito, o tempo voltou a se aclarar. A insinuar que o câmbio climático refletisse a melhora de humor de seu onipotente Deus, censura o autor-narrador-personagem seus captores: “Vêde [...], não queríeis acreditar-me quando disse que meu Deus estava irado porque o menino comia a carne do osso.” Retrucaram-lhe então os índios: “Sim, mas se ele a tivesse comido sem que tu o houvesse visto, teríamos tido bom tempo, por certo.”(STADEN, 2008, p.114)

14 Denominação para milho, em tupi-guarani.

4 Já há seis meses vivia Staden entre seus captores, quando um outro cativo, que se achava na aldeia há mais tempo do que ele, veio a adoecer. Tratava-se de um índio Carijó que, tendo sido outrora escravo dos colonos portugueses, conseguira se evadir de São Vicente, indo buscar refúgio em Ubatuba. De acordo com o que informa o autor-narrador-personagem de *Duas Viagens ao Brasil*, os Tupinambás não costumavam matar indígenas que procuravam abrigo entre eles; conquanto não chegassem a ser propriamente adotados pela comunidade, em troca da proteção, estes eram por ela tornados serviçais. Sucede-se que este indígena, em especial, comportava-se de modo deveras hostil em relação ao cativo alemão e, amiúde, intrigava-o junto a seus senhores, acusando-o de ter sido o responsável pela morte do chefe de uma expedição guerreira Tupinambá, cujo disparo de mosquete presenciou nos tempos em que fora cativo dos portugueses. Todavia, em que pese os temores manifestados por Staden, os de Ubatuba não davam ouvidos às calúnias do escravo Carijó.(STADEN, 2008, p.119)

E porque, a essa altura da história, já tivessem as artes curandeiras do cativo alemão granjeado razoável prestígio entre seus senhores, fica o leitor sabendo que este é incumbido da tarefa de curar seu desafeto, cujas habilidades de caçador já começavam a fazer falta à choça a que servia. Contudo, uma vez frustrada a tentativa de aplicar uma sangria ao doente, Staden acaba por renunciar ao encargo, e por isso, aqueles que os rodeavam decidem-se por abater e devorar o Carijó, antes que este viesse a morrer da moléstia que o acometia. Apesar dos protestos do cativo alemão - que os adverte dos riscos de, ao consumirem a carne de um enfermo, exporem-se também à doença que então o acometia -, não tarda a chegar ao lugar o guerreiro incumbido do golpe de tacape. Repete-se então o mesmo cerimonial anteriormente descrito, culminando com a partilha, preparação e ingestão das partes corpo do escravo, à exceção, desta feita, da cabeça e das tripas, “das quais tiveram nojo, porque estava doente.”(STADEN, 2008, pp. 120-121)

E conclui-se assim o episódio destacado:

Andei por todas as choças. Numa assavam os pés, noutra as mãos, na terceira pedaços do corpo. Então lhes narrei como o Carijó – que aí assavam e iam comer – sempre me caluniara, e lhes havia dito que eu matara a tiro alguns dos seus amigos, enquanto eu estivera junto dos portugueses. Isto era mentira, e ele nunca lá me tinha visto. “Sabeis bem pois”, prossegui, “que ele havia estado alguns anos entre vós, e nunca estivera doente. Agora porém o meu Deus ficara irado por causa da calúnia que ele tinha espalhado contra mim. Fê-lo adoecer, e nascer em vosso espírito a ideia de matá-lo e comê-lo. Assim agirá o meu Deus com todos os maus que me fizeram ou me façam sofrer!” A estas palavras se atemorizaram muitos dos índios. E agradei ao Deus todo poderoso por mostrar-se para comigo, em tudo, tão grande e tão benigno.”(Staden, 2008, p.121)

5 Através da apresentação dessa sucessão de eventos, intentamos evidenciar o caráter lúdico da relação que, no âmbito narrativo, vem a ser instaurada entre os Tupinambás e Staden. Assinalamos que o autor-narrador-personagem, baseado em sua capacidade de interlocução

com os captores e numa gradual familiarização, ou experiência, com a inerente configuração de mundo destes indígenas, procederá uma apreciável interpretação da alteridade, o que, sem embargo, não ocorrerá em razão de seu improvável interesse em alcançar o ponto de extrapolação do jogo que define tal interação, senão da necessidade pragmática de evadir-se do lugar hostil, no qual ocorre tal encontro entre *si-mesmo* e o Outro. Com efeito, pode-se notar que, decorrem da observação atenta aos usos e costumes de seus captores – bem como do contínuo exame, que opera através dos diálogos, da maneira de exprimirem seus pensamentos e sentimentos – as mistificações que a cada momento improvisa, a fim de escapar ao destino que parecia lhe estar reservado.

Com efeito, as artimanhas do aventureiro alemão suscitariam uma crescente desorientação no universo referencial dos índios de Ubatuba, que, pouco a pouco, viram-se obrigados a reformular as bases do encontro cultural com seu *outro* inimigo – que não se parecia ao português -, ou com o *outro* aliado - pois tampouco aparentava ser francês. No lugar de lhes oferecer presentes, ou de lhes despertar o apetite, deliberadamente, tal cativo os confundia, inspirando-lhes antes hesitação e desassossego, no lugar da confiança ou do rancor que cabiam à figura do estranho. À diferença das “familiares” alteridades *perô* e *maír*, este parecia fruir da aliança com um Deus poderoso e vigilante, cujas inefáveis manifestações os Tupinambás não tardaram a temer.

Entretanto, cabe ainda destacar a circunstância em que a combinação entre as mistificações e a boa sorte alcançariam o paroxismo, após o qual, nosso autor-narrador-personagem não mais voltaria a temer por sua vida. Esta se sucede cerca de dois meses depois do adoecimento e sacrifício do escravo Carijó, e aparenta refletir bastante bem o momento de autoconfiança de Staden na condução dos comércios que mantinha tanto com seus captores, como com seu Deus:

Eu estava na pesca com Paraguá, um dos mais nobres selvagens – o que havia assado Jerônimo – e mais um outro índio. Ao começo do crepúsculo, levantou-se uma forte tempestade. Chovia não longe de nós, e o vento trazia-nos a borrasca. Pediram-me então os dois nativos que falasse com o meu Deus para que a chuva não nos atrapalhasse. Talvez apanhássemos mais peixe. Pois sabia eu bem que na cabana não tínhamos nada para comer.

Estas palavras me comoveram e pedi ao Senhor, de todo o coração, provar em mim o seu poder, desde que os selvagens de mim o exigiam, e para que vissem como o meu Deus sempre está comigo. Quando terminei a oração, veio rugindo o vento, com chuva, e choveu até cerca de seis passos de nós. Porém lá, onde estávamos, ficou seco, ao que Paraguá exclamou: “Agora vejo que falaste com o teu Deus.” Apanhamos também depois algum peixe.

De volta à choça contaram ambos que eu havia falado com o meu Deus, e o que então se passara. Com tal se admiravam os outros selvagens. (Staden, 2008, pp. 136-137)

Conta-nos Staden que, poucos dias depois da pescaria com Paraguá, seus senhores, os irmãos Nhaêpepô-oaçu e Alkidar-miri, que reclamavam a glória de sua captura, e seu tio, Ipirú-guaçú, a quem primeiro o ofereceram como regalo, levaram-no para Taquaraçú-tiba, a fim de o oferecer a um dos chefes daquela aldeia. Ao apresentarem o presente a Abatí-poçanga, os índios de Ubatuba – que depois de sete meses de observação, deliberaram ser aquela vianda rara eventualmente nociva para o consumo Tupinambá –, acharam por bem recomendar ao novo dono tratar bem do cativo – bem como de preservá-lo de outros parentes que pudessem lhe intentar algum mal –, porquanto tivessem eles mesmos a prova de que seu Deus fosse demasiado atento e vingativo. Ademais, consoante o que o próprio prisioneiro lhes informara, tal potesdade não tardaria a enviar seus irmãos e amigos, em uma nau repleta de presentes, que este imediatamente lhes daria, caso o conservassem bem tratado. Como a prenda e o conselho muito alegrassem Abatí-poçanga, este logo chamaria nosso viajante de filho e passaria a levá-lo à caça, em companhia de seus outros filhos. (STADEN, 2008, p.139)

Com a apresentação da sequência de excertos selecionados na obra *Duas Viagens ao Brasil*, além da evidente capacidade de comunicação manifestada pelo autor-narrador-personagem com o uso da língua tupi-guarani, buscamos assinalar a apreensão e o manejo feitos por este do complexo de ideias e sentimentos intrínsecos à alteridade indígena, que, em face das situações em que tais *performances* ocorrem, sucedem-se antes em proveito, que em detrimento dos preconceitos etnocêntricos os quais, idealmente, tenderiam a se enfraquecer em semelhantes experiências. Ademais, não o relato não deixa dúvidas quanto à competência desenvolvida por Staden, desde a experiência de seu *encontro* com a alteridade, para descrever a cultura Tupinambá, seja em termos inteligíveis para a circunscrição de luteranos alemães do século XVI, seja em termos que se atualizam nos vastos domínios espaçotemporais da assim chamada Civilização Ocidental. Tal comprovação, que pretendemos inferir dos fragmentos por nós apresentados, encontra, porém, sua melhor expressão nas informações compiladas no Livro II – pioneira fonte de referências etnológicas de que Claude Lévi-Strauss viria a se servir, por ocasião da redação de *Tristes Trópicos*. Todavia, o grau de conhecimento do Outro, conforme manifestado pelo homem de armas alemão, nem de longe alcança contemplar a problemática de uma improvável tradução da cultura Tupinambá pela europeia, para a qual carecia dos meios, dos conhecimentos e da tradição etnográfica que, ironicamente, estava a inaugurar com seu olhar enviesado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. *O Guarani*. São Paulo: Editora FTD, 1999.

ANDRADE, M. *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.

ANDRADE, O. “Manifesto Antropófago”. In: *Revista de Antropofagia (fac-símile)*. São Paulo: Editora Abril Cultural, ano 1, vol. 1, no. único. p. XIX.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2013.

BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

DUFFY, E. M. & METCALF, A. C. *The return of Hans Staden: a Go-between in the Atlantic World*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2012.

FAUSTO, C. “Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: ___*História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GIUCCI, G. *Viajantes do Maravilhoso*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

JOHNSON, K. “Captivity Narratives”. In: *Oxford Bibliographies* Disponível em: <<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199827251/obo-9780199827251-0115.xml>> Acesso em 09/01/2021.

KNIVET, A. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LÍNGUAS INDÍGENAS. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Linguas>> Acesso em 09/01/2021.

LESTRINGANT, F. *O Canibal: grandeza e decadência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MEYER, M. *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

PEIRANO, M. G. S. “A Antropologia Esquecida”. *Anuário Antropológico/82*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. Anual, 1984.

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Consultado em 20/04/2021, disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos

STADEN, H. *Duas Viagens ao Brasil*. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008.

STADEN, H. *Zwei Reisen nach Brasilien*. In die Sprache der Gegenwart übertragen von Karl Fouquet. São Paulo: Hans Staden-Gesellschaft, 1941.

TODOROV, T. *A Conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

ZIEBELL, Z. *Terra de canibais*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.



OS RELATOS DE NAUFRÁGIO E A RETÓRICA DA PRUDÊNCIA

THE SHIPWRECK REPORTS AND THE RHETORIC OF PRUDENCE

Cleber Vinicius do Amaral Felipe¹

RESUMO

Este artigo investiga a maneira como os relatos de naufrágio coletados por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima* se amparam em uma “retórica prudencial”. Para analisá-los historicamente, é preciso levar em conta seu caráter pedagógico e sua afinidade com a noção ciceroniana de *historia magistra vitae*. Logo, os narradores buscavam deleitar, mas também instruir seus leitores quanto aos perigos implicados em uma travessia marítima.

Palavras-chave: Relatos de naufrágio; Prudência; Retórica.

ABSTRACT

This article investigates how narratives of shipwreck collected by Bernardo Gomes de Brito in the *História Trágico-Marítima* are supported by a “prudential rhetoric”. To analyze this genre historically, it is necessary to consider their pedagogical character and its affinity with the Ciceronian notion of *historia magistra vitae*. The narrators sought to delight, but also to instruct their readers as to the dangers involved in a sea crossing.

Keywords: Narratives of shipwreck; Prudence; Rhetoric.

1 Docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, cleber.ufu@gmail.com.



Introdução

Este trabalho tem por objeto a *História Trágico-Marítima* (1735-1736), de Bernardo Gomes de Brito, e analisa de que maneira os relatos de naufrágio propõem o éthos do navegante português com base na virtude ético-política da prudência. Essa forma de proceder ajusta-se àquilo que chamamos de “retórica prudencial”, ou seja, de um comportamento racional supostamente capaz de impedir novos naufrágios. Para tanto, atendendo aos pressupostos da história mestra da vida, tópica ciceroniana duradoura que alcançou a era das grandes navegações, as relações figuraram um timoneiro habilidoso pela inversão: ao invés de retratar a conduta correta dos nautas, as narrativas costumavam censurar os homens desprovidos de bom senso que foram responsáveis pelos incidentes marítimos. Sendo assim, depois de um breve comentário sobre a *História* britânica, pretende-se elaborar uma reflexão sobre a virtude da prudência e analisar de que maneira os relatos de naufrágio a empregaram com o intuito de proporcionar orientações náuticas.

A História Trágico-Marítima

A *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1998), divide-se em dois tomos, publicados respectivamente em 1735 e 1736. No tomo I, com um total de 479 páginas, encontramos a dedicatória ao rei D. João V, as licenças (papal, episcopal e real), um index e seis relações de naufrágio. No tomo II, que soma 538 páginas, constam as licenças, o index e outras seis relações. São, portanto, doze relações de naufrágio escritas ao longo de 50 anos (1552-1602). Quatro delas (III, VI, VIII e XI) focalizam a viagem de ida e sete (I, II, IV, V, IX, X, XII) apresentam-nos a torna-viagem. O relato de número VII ocupa-se somente de uma parcela do retorno (Brasil-Portugal). A extensão das narrativas varia: o quarto relato, sendo o menor, soma 33 páginas. O sexto conta com um total de 128 páginas. Dois dos relatos (I, VII) apresentam um prólogo, e apenas um (XII) exhibe uma dedicatória. Três deles (VI, X, XI), embora destituídos de prólogo, delimitam bem o exórdio, com informações introdutórias.

As informações sobre os autores das relações, no geral, são escassas, mas alguns deles gozam de notoriedade, muitas vezes em razão de outros escritos: é o caso de Diogo de Couto, que continuou a escrita das *Décadas da Ásia* após a morte de João de Barros. João Batista Lavanha, por sua vez, foi cosmógrafo-mor de Portugal e, além de tratados sobre a arte da navegação, escreveu genealogias de reis. Manuel de Mesquita Perestrelo, que chegou a ser capitão da fortaleza de Maluco por três anos, deixou-nos, em 1576, um roteiro de viagem que orienta no trecho situado entre o Cabo da Boa Esperança e o Cabo das Correntes. Sobre outros narradores (caso de Henrique Dias, Manuel Rangel, Gaspar Afonso, Melchior Estácio do Amaral e Manuel Godinho Cardoso) pouco se sabe (MONIZ, 2001, p. 16-21).

Os relatos apresentam algumas características em comum: a adoção da narrativa *in ordo naturalis*, a moderação dos elogios às personagens, a opção por uma narrativa clara e

verossímil, a valorização do sentido da visão em detrimento da audição, o uso de digressões, exemplos, descrições e amplificações, a recorrência a um gênero humilde ou tênue, a retratação de uma história de caráter providencialista, o domínio de termos náuticos, latinos, astrológicos, a emulação de *auctores* consagrados pela tradição retórico-poética (HANSEN, 2004, p. 32). Eles devem ser lidos a partir das regras discursivas de seu tempo: quando são apreendidos como exteriores à sua própria história (reflexo da realidade, pessimismo, oposição ideológica à empresa descobrimentista, prenúncio do Barroco, originalidade estética e/ou ressentimento psicológico), normalmente se deixa de lado seu estilo, entendido como linguagem “fortemente regrada por prescrições de produção e de recepção” (HANSEN, 2004, p. 32). As tópicos retóricas não devem ser lidas como empiria, pois esta leitura desconsidera as particularidades histórico-retóricas do discurso e valoriza um vivido psicológico improvável.

O conceito de prudência

Desde o século IV a. C., com Aristóteles, a *phrónesis* é a virtude responsável pela determinação da justa medida. O homem prudente, capaz de fornecer um julgamento reto, consegue deliberar com eficácia tendo em vista uma ação contingente. Assim, não basta “saber o que é justo e nobilitante. É preciso, acima de tudo, *saber escolher o justo*, transformá-lo em ação e conduta”, o que é possível por meio da “ponderação de cada acidente, de cada lance fortuito a que os homens estão sujeitos” (TEIXEIRA, 2008, p. 60). O *phrónimos* deve se orientar de acordo com a reta razão, uma vez que a prudência é uma faculdade intelectual atrelada à parte calculadora da alma racional. O desejo de ser bom e de ocasionar o bem principia a resolução acertada e o cálculo a ser aplicado perante a contingência das coisas humanas. É de vital importância, portanto, a consideração das ocasiões e das oportunidades (*kairós*).

Tomás de Aquino (2005, p. 156-171) também buscou entender o conceito de prudência. Em 2005, Jean Lauand editou um tomo da *Suma Teológica* no qual o teólogo, em diálogo com Aristóteles, discorreu sobre o conceito em questão. Ele definiu essa virtude como *recta ratio agibilium* (reta razão aplicada ao agir), uma forma de razão prática que leva o homem a priorizar o bem comum em detrimento de suas vontades particulares. Esta premissa afina-se aos dizeres de Aristóteles (2009, p. 132-134) quando, em sua *Ética a Nicômaco*, afirmou que a sensatez corresponde à capacidade de agir com prudência e temperança, o que implica levar em consideração o bem estar geral. A valorização do bem comum, conceito que integra a matriz das reflexões de Aquino sobre a prudência, implica o abandono das vaidades, dos laços profanos e iníquos, e a total devoção ao corpo místico da Igreja que, em tese, deveria ser regido organicamente, de modo a unir todos os seus agregados/subordinados em torno de protocolos inteiramente cristãos. Tal como o corpo humano, que deve manter seus membros em harmonia para não haver prejuízos no seu funcionamento, também a Igreja deveria unir os fiéis e expurgar ou expulsar os contrários. Pode parecer contraditório, mas o livre-arbítrio, neste caso, deve servir à subordinação voluntária do sujeito à conformidade do bem-estar humano.

É preciso que a aproximação entre Aristóteles e Aquino não obscureça algumas reservas a serem feitas, pois o primeiro escreve sobre um modelo de ação voltado para a relativa suficiência do homem. A prudência em Aristóteles seria uma virtude intelectual que possibilitaria a orientação das ações humanas tendo em vista o seu teor incerto e, na maioria das vezes, imprevisível. Tomás de Aquino, por sua vez, afirma que a prudência é parte de um modelo de conduta inteiramente afinado à vontade da Providência. Este modelo reproduz os desígnios divinos ainda que pautado nas limitações humanas, tratando-se, portanto, de um atributo que se situa entre a virtude intelectual e a virtude moral. Embora ambos concordem com a definição da prudência como “reta razão aplicada ao agir”, é preciso quebrar com a noção anacrônica segundo a qual Tomás de Aquino se adequa inteiramente à doutrina aristotélica.

Em sua tese de doutoramento, Felipe Charbel Teixeira questiona o conceito de prudência em Maquiavel (1469-1527) e em Guicciardini (1483-1540), afirmando que, na acepção de ambos, essa virtude remonta a uma “reta razão”, ainda que sob novas vestes. No caso, a prudência traduz-se em uma maneira de lidar com o contingencial, com o incerto. Daí a metáfora que Teixeira faz alusão no título de sua tese: “timoneiros”, tópica que remonta à arte da navegação. Um bom navegante deveria ter bom juízo e ser capaz de examinar as transformações e sutilezas das coisas humanas e antever os acidentes. Convém lembrar, com Hansen (2005, p. 181), que Platão e os estoicos gregos “sistematizaram a alegoria do piloto que conduz o navio a um porto seguro através do mar tempestuoso, para significar o bom governante que conduz a cidade com segurança através das dificuldades políticas”.

A tomar pelos escritos de Maquiavel e Guicciardini, Teixeira destaca a possibilidade de conjugação entre o cálculo preciso e a boa administração das práticas letradas, que delineiam retoricamente categorias comuns e necessárias à preservação de um padrão de prudência. Em outras palavras, ser prudente implica poder estimar, conforme as circunstâncias e ocasiões, as possibilidades de agir com precisão e sucesso, sem esquecer ou desvalorizar as práticas letradas e os argumentos de outrora. Trata-se não mais da *phrónesis* aristotélica, tampouco da *prudentia* tomista, mas de um novo padrão de retidão: “uma *prudenzia* distanciada do quadro das virtudes cardeais e dos imperativos éticos que a atrelavam à justiça e às demais virtudes morais” (TEIXEIRA, 2008, p. 17).

Este atributo passa a ser concebido, então, como “disposição calculativa retoricamente vinculada ao decoro letrado dos gêneros discursivos e à produção de efeitos persuasivos” (TEIXEIRA, 2008, p. 17). Para Teixeira (2008, p. 82), portanto, a prudência em ambos os autores que estuda não deixa, em absoluto, de ser uma *recta ratio*. O que se modifica, assevera, é o que se concebe como “reta razão”, uma vez que Maquiavel e Guicciardini se distanciam da filosofia segundo a qual essa retidão se associa a um imperativo ético de justiça. Dessa forma, ambos se aproximam da filosofia aristotélica ao conceber a prudência como uma disposição prática, distanciando-se, por outro lado, de Cícero, que considera a interdependência entre prudência e justiça. Aproximam-se de Cícero, no entanto, ao atribuírem à prudência um caráter

de predição associada, sobretudo, aos assuntos políticos. Há, nesse aspecto, uma releitura das três dimensões da prudência ciceroniana: memória – releitura do passado – inteligência – compreensão do presente – e previsão – antecipação das ocorrências vindouras.

Além de se certificar da inconstância da natureza humana, Maquiavel assegura que o passado se repete insistentemente no futuro, com algumas variações relativas à contingência dos assuntos humanos. Por isso, a imitação dos bons exemplos possibilitaria o cálculo mais ou menos certo e a previsão de ocorrências futuras. Apesar de não chegar a ser um antídoto preciso contra a fortuna, a prudência é, ao menos, um paliativo que confere ao homem certa segurança, tornando-o menos vulnerável aos caprichos do acaso. Assim, Maquiavel adverte que o homem que não possui *virtù* pode aparentar tê-la, bastando repetir os passos de um arqueiro prudente que, ajustando a mira do arco, pode vencer os vários obstáculos dispostos entre o ponto de disparo e o alvo.

Uma das diferenças fundamentais entre a *prudentia* tomista e a *prudenzia* em Maquiavel é, portanto, a forma de se conceber a verdade: em Aquino, a verdade é inflexível, natural, porque associado à *sinderesis*; em Maquiavel, a *verità effettuale* é provisória. Essa última nos remete aos bons efeitos retóricos a serem causados em um auditório composto por homens prudentes (TEIXEIRA, 2008, p. 84-90). Esse detalhe, dentre outros, demonstra a pertinência da associação entre prudência e retórica, que se ampara, sobretudo, no domínio do provável. Sobre a *sinderesis*, por outro lado, Baltasar Gracián (1998, p. 60), em seu tratado sobre a prudência, afirma que se trata “do trono da razão, da base da prudência”, uma “inclinação conatural a tudo o que mais se conforma à razão”. É, por fim, uma “dádiva do céu”, o que pressupõe o caráter inflexível e natural que lhe é comum.

O conceito de prudência é fundamental quando se busca compreender a antiga concepção de história, que exercia uma função instrutiva ao catalogar atitudes e comportamentos exemplares e/ou censuráveis. A *historia magistra vitae*, não poderia prescindir da *prudentia*. Ambas, como veremos, amparam e orientam os relatos de naufrágio. Antes de partir para as narrativas portuguesas, no entanto, é preciso compreender melhor o que chamamos de “história exemplar”.

História mestra da vida

Tucídides tratou da guerra entre atenienses e peloponésios, assegurando a grandiosidade desse evento. Em seu proêmio, declara a ausência do teor mítico em detrimento de uma escrita clara e útil, que teria serventia duradoura: *ktema es aiei*, aquisição para sempre. Sua narrativa, baseada em indícios e no exame apurado, na autópsia, denota uma busca criteriosa pela verdade (HARTOG, 2011, p. 63). Quando registra, por exemplo, os sintomas e distúrbios causados pela peste que assolou Atenas, Tucídides zelava por “legar aos homens vindouros o conhecimento informativo preciso que lhes capacitasse reconhecer, no futuro, um eventual

surto daquela epidemia que atrozmente surpreendera seus contemporâneos” (PIRES, 2012, p. 503). Os remédios humanos se mostraram inúteis contra essa ocorrência: nota-se um estado de anormalidade no qual também o médico perece, por manter contato com os pacientes contaminados. É um fenômeno proteico, como indica Murari Pires, pois se manifesta de forma múltipla e contraditória, variando em rápidas sucessões e metamorfoses que se esquivam do entendimento humano. Mudança sutil do *kléos* épico ao *ktema* tucidideano, que permite a persistência da figura do herói: não mais por meio da *métis* de Ulisses ou da ira de Aquiles, mas da prudência de Péricles e da clarividência de Temístocles.

Políbio (HARTOG, 2001, p. 121), por sua vez, propõe uma história “pragmática”. Ele diz: “nós que não buscamos tanto o prazer do futuro leitor, mas a utilidade dos que desejam aprender, deixamos de lado todo o resto para consagrar-nos a esta parte”. Desse modo, ele segue os passos de Tucídides ao afirmar a centralidade da *utilitas* na escrita da história. A história pragmática, no caso, é composta por três partes: do estudo diligente de memórias e de outros documentos, da análise de eventos políticos e do reconhecimento de cidades, rios, lugares, lagos, distâncias, enfim, da geografia. Não por acaso, Políbio considera Ulisses o primeiro grande historiador, pois, em seu retorno a Ítaca, ele viu, conheceu pessoalmente e passou por aflições. Como afirma Hartog, a história, nesse caso, deveria oferecer uma “educação política mais eficaz”, “o melhor treino para a ação” e ensinar “a suportar dignamente os reveses da fortuna”.

Os historiadores romanos também retomam as discussões sobre a *utilitas*, implicada na tópica ciceroniana da história exemplar, que é bem conhecida entre os historiadores: “a história é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (HARTOG, 2008, p. 557). Por isso, cabia ao orador prudente narrar os eventos históricos, pois ele conhecia, simultaneamente, a matéria a ser tratada e a forma adequada de dizê-la.

Assim, se em Tucídides existe a pressuposição tácita de que o *phronimos* é potencialmente o melhor historiador, por ser capaz de observar e compreender com clareza as variações da realidade sem se deixar levar por simpatias e partidarismos diversos, conformando a fidúcia necessária à validação do procedimento da autópsia, em Cícero a unidade retórica entre *res* e *verba* só pode ser alcançada pelo prudente, um orador eloquente que seja ao mesmo tempo profundo conhecedor da matéria tratada (TEIXEIRA, 2008, p. 167).

Se em Tucídides era necessário ver para crer, em Cícero o ver se relacionava à elocução narrativa, ou seja, ele afirma que é por meio da palavra que se coloca a matéria histórica “diante dos olhos” dos leitores. Salústio, de forma parecida, busca produzir uma lição honesta a partir dos modelos de virtude que apresenta. Em *Guerra de Jugurta*, além de reforçar a utilidade da memória dos fatos passados, Salústio utiliza uma analogia que esclarece a forma como concebe esta utilidade: os retratos dos ancestrais.

Sem dúvida, aquela cera e argila não têm em si tanta força, mas a memória dos fatos passados faz crescer essa flama no peito dos homens excepcionais, não se apaziguando antes de sua virtude ter igualado sua reputação e sua glória. Ao contrário, pelos costumes de hoje, quem dentre todos não rivaliza com seus ancestrais pela riqueza e gastos, não pela probidade e atividade? (HARTOG, 2001, p. 173)

Já em *Conjuração de Catilina*, parece predominar um elogio à prudência, entendida como a principal das virtudes por articular a concórdia civil e o equilíbrio dos apetites, como afirma Felipe Charbel (2008, p. 175). Ao amplificar as virtudes de César e Catão e vituperar os vícios de Catilina, Salústio inventa um éthos virtuoso e outro vicioso. Tal como Cícero, Salústio detém conhecimentos políticos e militares. Além disso, ele insiste na centralidade do narrar, como afirma Sebastiani (2007, p. 80-81):

Se Salústio não vivenciou o período, conhecia todavia muito bem o ambiente senatorial e o jogo político romano, do qual participou sob auspícios de César, até retirar-se para escrever história. Muito mais do que uma forma de crítica indireta à sua própria época, o enfoque no passado remoto se baseia na convicção de que a experiência presente somada a algum outro instrumento teórico permitiria que o historiador se libertasse dos laços que o prendem ao presente. Esse instrumento teórico se fundamentava numa ideia comum entre Cícero e Salústio: a de que a história é tarefa de indivíduos capacitados para escrevê-la, mas que não necessitam especificamente de experiência direta dos fatos narrados, e sim do conhecimento da maneira apropriada de narrá-los.

No que se refere a Cícero, François Dosse (2012, p. 95-96) fala de uma “poética da história”, que “obedece ao horizonte de busca da verdade com o fito moral de formação do homem”. Cícero prioriza, segundo Dosse, um discurso que “deve permanecer num estilo fluente e amplo, conservar um ritmo regular, ampliando-se ao evitar as asperezas”. Em seguida, o autor afirma que esta poética da história tem, por princípios básicos, a prudência e a justiça.

Embora a tópica *Historia Magistra Vitae* tenha sido cunhada por Cícero, vimos que a ideia de a história ser um saber privilegiado na orientação do agir é virtualmente tão antiga quanto a invenção da historiografia grega. Marcelo Jasmin (2005, p. 17) recorda que “a suposição das potencialidades pragmáticas do conhecimento histórico era lugar comum na consciência historiadora anterior” a Cícero. Ele continua:

A empresa historiográfica original, verdadeira “operação contra o tempo”, cuja pretensão era “salvar do esquecimento” (Heródoto) as ações dignas por sua grandeza para transformá-las numa “aquisição para sempre” (Tucídides), sugeria entre suas finalidades primordiais conhecer no passado as bases adequadas para o agir presente. Conhecer a história, supunha-se, poderia levar os homens a repetirem os sucessos anteriores sem incorrerem novamente em antigos erros. Num contexto de pensamento em que a imitação da experiência alheia era prescrita como remédio para a ausência de experiência própria, e em que se considerava o sucesso anterior dos grandes homens como bom critério na avaliação do possível êxito das ações contemporâneas, a história ganhou o estatuto de saber indispensável à formação dos homens públicos. (JASMIN, 2005, p. 17)

Marcelo Jasmin destaca, ainda, a vocação pedagógica, pragmática e paradigmática da história mestra da vida: pedagógica porque orienta o agir no presente a partir de lições extraídas do passado; ela é também pragmática, com “seu conteúdo ético-político voltado para a ação individual à qual se creditava a força impulsionadora da política e se reservava o lugar primordial na narrativa”; por fim, ela é paradigmática porque “seu método de ensino se consubstanciava na difusão daquelas situações consideradas exemplares e que serviam, por isso mesmo, como verdadeiros modelos de conduta para todos os homens” (JASMIN, 2005, p. 19). Considerada em sua longa duração, esse *topos* não é concebido de forma homogênea: Heródoto investiu no relato dos costumes de gregos e “bárbaros” para entender as guerras médicas. Para Tucídides, a história deveria estar necessariamente ligada aos assuntos políticos para assegurar sua validade. Em Cícero, a história estava revestida de um teor moral, da mesma forma que a historiografia cristã medieval, que pretendia “apresentar a essência pecaminosa do homem e a alternativa paradigmática da santificação” (JASMIN, 2005, p. 20).

A história providencial portuguesa

Pensemos, agora, nas especificidades da história cristã portuguesa dos séculos XVI e XVII levando em conta as considerações de Hansen (2006, p. 58) sobre o assunto:

A principal dessas especificidades é o modo *qualitativo* pelo qual concebem a temporalidade como emanção ou criação de Deus que inclui a natureza e a história, subordinando-as providencialmente no projeto de salvação. A representação propõe que a natureza e a história são simultaneamente efeitos criados por essa Causa e signos reflexos dessa Coisa, ou seja, que ela mesma, representação de efeitos e signos, é signo e efeito. A história, incluída no tempo como uma de suas figuras proféticas, é concebida providencialmente, pois recebe do tempo, que é criado, sua participação na substância divina, que a aconselha e orienta para um fim superior. A concepção relaciona a experiência do passado e a expectativa do futuro como previsibilidade, pois afirma-se que a Identidade de Deus, Causa Primeira, repete-se em todas as diferenças históricas do tempo, tornando análogos ou semelhantes todos os seus momentos, desde a Criação até o presente dos intérpretes.

Raphael Bluteau (1712-1728, p. 39), por meio da autoridade de Santo Agostinho, lembra que a Sagrada Escritura é portadora de uma história irrefutável. Logo, o conteúdo dos relatos de naufrágio inclui, necessariamente, a presença de Deus, que se repete “em todas as diferenças históricas”. Não há punição que não Lhe diga respeito, não há acontecimento no qual Ele não esteja presente. Há, porém, limitação humana, pois o homem não entende com clareza os sentidos da justiça divina. Se todos os momentos históricos são análogos, justamente por implicarem a identidade de Deus, deduz-se que a história pode ensinar maneiras de agir conformadas à vontade da Providência. Nesse sentido, a história ensina a reta razão e demonstra como aplicá-la ao agir, a partir dos erros ou dos acertos alheios. Em outras palavras, ela ensina prudência.

Nos relatos de naufrágio existem duas grandes fórmulas em se tratando da exemplaridade da história: em uma delas, se busca ensinar prudência por meio do relato das viagens e dos erros/acertos dos homens de outrora. Na outra, pretende-se preservar a memória da intervenção providencial, única realmente capacitada a livrar os nautas dos grandes males ocorridos no decorrer da viagem.

Na carta dedicatória do relato de naufrágio da nau *Conceição* (1627), por exemplo, João Carvalho Mascarenhas declara a serventia de sua narrativa, que é fundada “sobre uma matéria de pouca estima e baixo sujeito, por serem sucessos acontecidos entre escravos e cativos”, o que não deixa de ter algum espírito e curiosidade, nem deixa de “ser exemplar em história”. Quanto aos trabalhos mencionados no relato, diz ele, “não perde nada sabê-los quem não os experimentou”. A utilidade da matéria tratada fica ainda mais evidente no trecho seguinte: “Não se isentando ninguém por mais próspero que seja, de cuidar que lhe pode acontecer o que tem acontecido a tantos, e o que tem notícia de coisas semelhantes já sabe se há-de haver nelas” (PERES, 1937, p. 25).

Padre Júlio Francisco, responsável pela licença do Ordinário presente no primeiro tomo da coletânea, afirma que Bernardo Gomes de Brito trata dos “lastimosos” e “infelices” sucessos das naus da Carreira, reunidas em um livro cuja lição, suave e agradável, não desagrada em nada os bons costumes da Santa Fé. Ele é utilíssimo “para que os que houverem de navegar, desenganados dos muitos e gravíssimos perigos de vida a que se expõem, concebam um santo temor da morte”, e para “os que ficarem em terra compadecendo-se dos navegantes os ajudem com fervorosas orações a escapar de tamanhos perigos: e todos nas calamidades de sucessos tão lamentáveis aprendam a miséria e inconstância deste mundo” (BRITO, 1735, s/p). Na licença do Paço, Frei Lucas de Santa Catharina é brevíssimo ao mencionar a dignidade do trabalho do compilador, “útil aos cultivadores da Historia” (BRITO, 1735, s/p). Frei Manoel de Sá, na licença do Santo Ofício, afirma tratar-se de um “teatro da História”, no qual é encenado um papel “verdadeiramente trágico” e exemplar.

Padre José Troyano, na licença do Santo Ofício do segundo tomo da coletânea, insiste na necessidade de se relatar as ocorrências do naufrágio como paga pela salvação providencial, citando a autoridade do Eclesiástico: “*Qui navigant mare, enarrent pericula*”. Trata-se de um fragmento da passagem bíblica que diz o seguinte: “Os que navegam sobre o mar contam os seus perigos; ouvindo-os, ficaremos arrebatados de admiração” (Ec 43: 26). Só experimentando a braveza do mar e a força da tormenta para “representar vivamente” uma tempestade desfeita. Dessa vez, o padre cita Virgílio para estabelecer uma analogia entre a prática antiga de pendurar no Zambujeiro (espécie de oliveira) os despojos do naufrágio e o livro de Brito, que dá a conhecer os naufrágios portugueses:

*Forte sacer Fauni foliis Oleaster amaris
Hic steterat, nautis olim venerabile lignum,
Servati ex undis ubi figere dona solebant
Laurenti divo et votas suspendere vestes.*

(BRITO, 1736, s/p)

Sagrado, acaso, a Fauno um zambujeiro
De amargas folhas nesse campo havia,
Lenho outrora dos nautas venerado,
Que ao naufrágio escapando, vinham nele
Dons pendurar ao Nume de Laurente
E as devotadas vestes.

(VÍRGILIO, 2004, p. 404)

A serventia do livro, portanto, é múltipla: é obra que comove e incentiva o “agradecimento a Deus Senhor Nosso” pelas misericórdias recebidas e é útil “aos que navegam às partes da Índia, e continuamente cursam aquela Carreira, para que no perigo alheio aprendam a evitar o próprio” (BRITO, 1736, s/p). A censura do Frei José da Assumpção, Qualificador do Santo Ofício, diz que o livro deve ser apreendido como

[...] espelho em que cada um dos que neste proceloso mar deste mundo vivem, todos os dias se contemplem: pois nada menos (proporcionadamente) em a terra se encontra, do que em mar acontece: certo para a terra, e mar he este livro útil, e proveitoso, porque dos infortúnios, que em hum e outro elemento se experimentam, e das misericórdias de Deus, que tanto em uma como em outra parte nos assistem, faz a expressam que basta para todos serem já mais não hão de faltar a quem souber animosamente depreca-las: lograram-na os invictos Varões dos quais esta presente história nos faz especial menção (BRITO, 1736, s/p).

O censor menciona a grandiosidade da história narrada e dos nautas que a protagonizaram, já que “as adversidades não puderam eximi-los do amor que à virtude tinham”. Ele cita Lucano, que diz “*Crevit in adversis virtus*” (Sua coragem cresceu com a adversidade) e um provérbio latino, “*Felix, quem faciunt aliena pericula cautum*” (Feliz daquele que aprende com os erros alheios), para conferir autoridade à seguinte assertiva: “são ditosos para o mundo aqueles a quem os perigos alheios fazem acautelados para em semelhantes não caírem”. Outra utilidade do livro é a possibilidade de “aprender nele o como se alcança de Deus a sua piedade, temendo a Divina justiça, avisados de outros, antes que de si mesmos se valham”. Frei José de Assumpção menciona o que disse Valerius Maximus: “*Lento gradu ad vindictam sui Divina procedit ira, tarditatemque supplicii gravitate compensat*” (A ira divina avança em passo lento para a vingança Sua, mas compensa com a gravidade o tardio do suplício), e Provérbios, “*Quem diligit Dominus*

corripit”, fragmento do versículo “Porque o Senhor repreende aquele a quem ama, assim como o pai ao filho a quem quer bem” (Pro 3: 12). Frei Xavier de Santa Tereza, responsável pela licença do Paço, emula o relato de naufrágio narrado pelo cosmógrafo João Baptista Lavanha ao dizer que o livro de Brito é o “melhor Roteiro a todos os navegantes dos mares da Índia”, no qual não se pode achar nada que se oponha ao espírito das “prudentes Reais Leis” (BRITO, 1736, s/p).

No exórdio no relato de naufrágio da nau *Santo Alberto*, o narrador menciona como a narrativa pode orientar a partir da prudência, pois o naufrágio

[...] ensina como se devem haver os navegantes em outro que lhes pode acontecer, de que remédios proveitosos usarão nele e quais são os aparentes e danosos de que devem fugir, que prevenções se farão para ser menor a perda no mar e mais segura a peregrinação por terra, como com menos perigo desembarcarão nela. E a causa da perdição desta nau (que é o quase de todas as que se perdem), a relação do caminho mostra qual devem seguir e deixar, que apercebimentos farão para a sua grandeza e dificuldade, como tratarão e comunicarão com os cafres, com que meios farão com eles o necessário comércio, e sua bárbara natureza e costumes (BRITO, 1998, p. 375).

Na sequência, ele complementa:

E para que de cousas tão importantes e novas se tenha o necessário conhecimento, escrevo este breve tratado, resumindo nele um largo cartapácio que desta viagem fez o piloto da dita nau, o qual emendei e verifiquei com a informação que depois me deu Nuno Velho Pereira, capitão-mor que foi dos portugueses nesta jornada (BRITO, 1998, p. 375).

O “cartapácio” é um livro de mão com anotações do piloto, que o narrador lê, confere e emenda com a ajuda de Nuno Velho Pereira, capitão de Sofala (Moçambique). A posição do narrador, na situação de “cosmógrafo-mor”, justifica a introdução e os apontamentos sobre a utilidade dos relatos de naufrágio.

O mesmo pode ser dito sobre a conclusão do tratado das batalhas que fecha a coletânea de Brito, que lega lição aos pósteros:

O verdadeiro partir de Lisboa há-de ser antes que o Sol passe a Equinocial; bem de experiência há disso; e porque isto se não previne a tempo, arribam tantas naus, como arribaram no ano de 1601, que de nove que partiram arribaram cinco; e também se arriscam a muito as naus que não partem da Índia dentro em dezembro, para passarem o cabo de Boa Esperança no verão daquele polo em que então está o Sol. E finalmente, a felicidade desta carreira, mediante Deus, está em as naus não serem feitas de madeira verde, senão muito seca e colhida na lua velha de janeiro, no último da minguante e na minguante de dia, porque é verdadeira sezão de ser cortada (como as uvas vindimadas em setembro); tem então a madeira madurez, tem menos humor, é leve, seca mais depressa, dura mais, e não revê nem empena; e não só as naus de tal madeira serão mais leves e mais duráveis, mas mais fortes e estanques, porque a pregadura nesta madeira colhida de vez, é fixa, e fixo o calafetado. Consiste em serem as naus varadas a monte, para que se enxuguem e não se conservem úmidas; e bom é o conserto não ser de empreitada, nem cortando, porque tudo se fará à provisão que nisto desarma, e não convém. E as naus a que não for necessário conserto é muito importante, em descarregando, serem mui bem lavadas por dentro e muito bem esgotadas, passado o lastro acima para isso, porque o lodo e as águas chocas que trazem lhes apodrecem as quilhas e picas. Consiste, finalmente, em partirem em março de Lisboa antes do equinócio e da Índia dentro em dezembro e com carga ordinária, e não sobrecarregada; e todas estas cousas são factíveis, e podendo-se fazer, podia ser que não houvesse tantas perdas, que magoam até as pedras (BRITO, 1998, p. 542-543).

Há um sentido providencial que orienta a história. Basta retomar a licença do padre José de Assunção, qualificador do Santo Ofício, quando diz que se aprende, com essas relações, “como se alcança de Deus a sua piedade, temendo a Divina justiça, avisados de outros, antes que de si mesmos se valham”. Ou seja, aprende-se a navegar, mas também a temer a justiça divina e os meios de se alcançar sua piedade. Na sequência, ele diz que os castigos de Deus, “ensaio da sua ira”, são também “prendas do seu amor”, e é nesse momento que as ideias de “pessimismo” ou de “decadência” se tornam ineficazes. Não que a opinião de um censor venha a dirigir a leitura de todos os relatos, mas essa é uma noção corrente, presente em Tomás de Aquino, que as retira da Bíblia para representar a justiça insondável de Deus, que nem sempre é inteligível para os homens. Deus testa o homem, como fica claro em algumas passagens do livro sagrado, e pune com a intenção de fazê-los aliviar o peso dos pecados e, assim, alcançar a salvação.

A ideia de que as tragédias marítimas figuram metonimicamente as penas do inferno não considera que as histórias trágico-marítimas não são meras transposições de fatos, como fica evidente em seus discursos preambulares. A hipótese de que o relato de naufrágio representa o lado mais “realista” da empresa ultramarina negligencia que a “verdade” histórica, nesse caso, é escrita a partir de um elenco de lugares-comuns que buscam assegurar um efeito de verdade, que é modelado retoricamente e, portanto, não conhece o realismo e subjetivismo românticos que surgem com a(s) literatura(s) do século XIX. Tomar o naufrágio como metonímia de uma decadência portuguesa é problemático, pois incidentes marítimos abundam em histórias e

epopeias desde a Antiguidade, e que a fragilidade humana foi representada já nas mitologias greco-romanas, não sendo atributo particular do que reconhecem como sendo o “Barroco”. Por fim, não se deve ler o relato de naufrágio como sendo o reverso da dimensão positiva da epopeia, pois epopeia não é apenas luz, e história não é somente penumbra. Para letrados católicos que creram em Deus e, portanto, na orientação providencialista da história, seria impossível apreender um mundo no qual só existissem labores e penúrias. Por isso mesmo, é difícil falar de “pessimismo” ou de “decadência”, pois há uma retórica prudencial que une os mais diversos gêneros em um mesmo projeto salvífico.

Os relatos de naufrágio e a retórica prudencial

Os relatos de naufrágio indicam alguns caminhos prudentes que poderiam impedir incidentes marítimos. De acordo com Manuel Severim de Faria, o que mais causava naufrágios era o tamanho da nau e o concerto mal feito com uso inadequado da querena. Na época de D. Manuel, diz ele, as naus não ultrapassavam 400 toneladas. No reinado de D. João, as naus atingiram 800, 900 toneladas, destinadas a atender ao comércio. Poupar em não colocar outros vasos (navios ou galés) e transportar mais pimenta, que pareciam dois benefícios, acabou se mostrando desvantajoso: a quantidade elevada de pessoas (700, 800 homens) acentuava a disseminação de doenças, ocasionando muitas baixas. Em segundo lugar, grandes carregamentos estimulava a sobrecarga, entulhando caixas e outros bens diversos. Faria fala, particularmente, dos anos de 1591 e 1592, em que partiram 22 embarcações do reino, e apenas duas voltaram, isso porque eram mais frágeis e vieram com pouco carregamento. De acordo com o autor, houve um crescente endividamento no reinado de D. João, e D. Sebastião busca remediar a situação, imprimindo um regimento em 1570, que limitava a tonelagem das naus em 450. No reinado de D. Filipe I que, talvez por ironia, foi chamado de o prudente, mais uma vez as naus são ampliadas. Como os custos eram exorbitantes em termos de manutenção, resolveram utilizar a querena italiana, que não era conveniente às naus da Carreira da Índia. De três naus que partiam, afirma Faria, raramente chegavam duas, havendo um agravamento dos naufrágios. Ele menciona o caso da relação de naufrágio da nau *S. Alberto*, atribuída a João Batista Lavanha, e afirma que as naus pequenas são mais ágeis, recepcionam melhor os ventos, se mostram mais eficazes em situações de peleja, pedem menos fundo, ao contrário das naus maiores, e não se conforma com a cobiça dos marinheiros portugueses, que excedem a carga e não se atentam para a disposição dela (FARIA, 1655, p. 241-246).

De acordo com João Batista Lavanha, as tormentas do cabo da Boa Esperança não causaram o naufrágio da nau *Santo Alberto*, mas sim a querena e a sobrecarga, resultado da “cobiça dos contratadores e navegantes”:

Os contratadores, porque como seja de muito menos gasto dar querena a uma nau que tirá-la a monte, folgam muito com a invenção italiana, a qual posto que serve para aquele mar de levante a cujas tormentas e tempestades podem parar galés e onde cada oito dias se toma porto, neste nosso oceano é o seu uso uma das causas da perdição das naus, porque além de se apodrecerem as madeiras (posto que sejam colhidas em sua sazão) com a contínua estância no mar, e desencadernarem-se com as voltas da querena e grande peso de tamanhas carracas, calafetando-as por este modo recebem mal a estopa, por estarem úmidas e pouco enxutas; e quando depois, navegando, são abaladas de grandes marés e combatidas de rijos ventos, despedem-na, e abertas dão entrada à água, que as soçobra. E assim tem mostrado a experiência que quando esta danosa invenção se não usava fazia uma nau dez ou doze viagens à Índia, e agora com ela não faz duas (BRITO, 1998, p. 279-280).

Os artífices podem, também, ser negligentes na construção e no reparo das naus:

Acrescentam este dano os oficiais que as fazem ou consertam de empreitada (que em toda a fábrica é prejudicial), os quais, por apoupar em o tempo (já que não podem as matérias), não acabam cousa alguma como convém e se requer em obra de tanta importância, e assim deixam tudo imperfeito; e descobrindo na nau velha eivas e faltas que se remendaram bem sem perda sua, dissimulam com elas e enfeitam o dano de maneira que pareça bem consertado, e debaixo dele fica a perdição escondida e certa (BRITO, 1998, p. 380).

O descuido em relação à madeira é outro fator que poderia provocar a perdição das naus portuguesas:

Cortam-se também as madeiras fora de seu tempo e sazão, a qual é na Lua minguante de janeiro, pelo que são pesadas, verdes e dessazonadas, como tais torcem, encolhem e fendem, e desencaixam-se do seu lugar, com que, despedindo a pregadora e estopa, abrem, e com a umidade da água de fora e grande quentura da pimenta e drogas de dentro, logo se apodrecem e corrompem na primeira viagem; e assim basta uma só tábuia colhida sem vez para causar a perdição de uma nau. Tal devia ser a madeira desta, pois a sua quilha (base e fundamento de todas as naus) era tão podre que depois que a fúria dos mares arrancou o seu fundo donde estava e deu com ele à costa (com algumas peças de artilharia que nele ficaram) com uma cana de bengala a desfez Nuno Velho Pereira em pequenos pedaços (BRITO, 1998, p. 380).

Os navegantes não são menos culpados, diz Lavanha,

[...] importando-lhes mais, pois aventuram as vidas na nau, a qual carregam sem a necessária distribuição das mercadorias, arrumando as leves na parte inferior e as pesadas na superior, devendo ser ao contrário. E por enriquecerem brevemente, de tal maneira a sobrecarregam que passam a devida proporção da carga da nau, a qual excedida, é forçado que fique incapaz de governo, e que precedendo qualquer das cousas apontadas abra e se vá a pique ao fundo. E é esta tão forçosa que sem ela quase não bastam as outras a perderem uma nau, e esta sem elas sim, mostrando a experiência que algumas naus velhas, remendadas e consertadas com querena, vêm da Índia, porque não trazem nem a carga com que podem, e as novas com a sobrecarga se perdem (BRITO, 1998, p. 380).

Em suma, a cobiça pode causar a perdição da nau: por intermédio dos contratadores, que, para poupar gastos, recorrem à querena italiana; dos artífices, que, na construção e conserto das naus, cortam a madeira em tempo inapropriado ou remendam superficialmente as rachaduras; dos próprios navegantes, que sobrecarregam a nau e/ou distribuem a carga de maneira indevida.

João Batista Lavanha escreve alguns textos sobre arquitetura naval, na tentativa de orientar os arquitetos por meio de uma arte criada a partir da “grosseira prática dos fabricantes de navios”, enumerando e discorrendo sobre preceitos que pudessem orientar a construção das naus. Vários conhecimentos são requisitados: sabedoria, prudência, habilidade e competência discursiva. Além disso, é preciso entender de astronomia, para que o corte da madeira respeite às influências do céu; aritmética, para calcular os gastos e utilizar os recursos necessários; geometria, para a projeção e a construção das partes da nau; mecânica, para a criação de máquinas e aparelhos necessários à navegação. Quanto à construção de uma nau, a ideia deve ser formulada, inicialmente, pela imaginação. O projeto, na sequência, deve ser aperfeiçoado pelo entendimento e transposto para a planta, por meio da qual se emenda as falhas da imaginação. Não basta saber as medidas, é preciso preparar um modelo, que possa servir de exemplo para as construções. De acordo com Lavanha, se engana aquele que acredita poder construir uma nau somente com conhecimento das medidas.

As melhores madeiras, afirma Lavanha, provém da teca e do angelim, naturais da costa do Malabar. Em Portugal, deve-se priorizar o azinho e o sobro. Convém que a madeira seja rija, para resistir ao ímpeto do mar; enxuta, para não apodrecer; de sumo amargo e resinato, para evitar o busano (molusco que ataca a madeira não apenas das naus, mas também dos cais e embarcadouros); e brandas, para não estalarem depois de lavradas. É preciso observar, ainda, os sinais da natureza: as folhas e frutos muito comunicam sobre o interior das árvores, sua natureza. Por isso, convém recorrer às árvores de casca áspera, folhas crespas e fruto duro, pois oferecem uma madeira densa e forte; às árvores que crescem devagar, pois são mais fortes. O corte deve ser realizado no momento certo, preferencialmente, depois que dão fruto. Além disso, se acreditava que a maior proximidade da lua com a terra acarretava o levantamento de vapores, umedecendo e amolecendo os corpos a ela sujeitos (MICELI, 2008, p. 59-65).

Quando trata da sobrecarga, Amaral cita várias naus (*S. Lourenço, Reis Magos, Salvador, S. Tomé, S. Francisco dos Anjos, S. Luís, Santo Alberto, Nazaré, S. Cristóvão, S. Paulo, Nossa Senhora do Rosário*) que naufragaram entre os anos de 1585 e 1595. Foram 38 naus perdidas num espaço de 20 anos (1582-1602). Algumas por desastres, outras devido à cobiça decorrente da sobrecarga. Apontam-se duas grandes causas: partida tardia de Lisboa, causa da arribada, e partida sobrecarregada da Índia, causa de perdição (ambas são remediáveis, alerta Amaral).

No caso da *História Trágico-Marítima*, menciona-se a partida tardia dos galeões *São João*, que parte de Cochim em fevereiro de 1552, e *São Bento*, que desamarra da barra de Cochim em fevereiro de 1554, e das naus *Águia* e *Garça*, que partem de Cochim em janeiro de

1559. Embora não seja a causa fundamental dos incidentes ocorridos com as naus *Santa Maria da Barca*, *São Tomé* e *Santo Alberto*, todas elas não conseguiram partir de Cochim no mês de dezembro, por isso não puderam dobrar o cabo de Boa Esperança.

A enumeração das negligências cometidas ao longo da travessia marítima coaduna-se num projeto prudencial e providencial, pois valorizam a reta razão (na mesma medida em que censuram a sua falta) enquanto caminho conveniente na concretização da “política do céu”. Sacrificar-se, tombar em campo de batalha por uma causa nobre, valorizar o bem comum em detrimento das vontades particulares, navegar com prudência pelos mares bravios, temer a Deus, crer em Sua divina misericórdia: estas são algumas das ações associadas ao éthos prudente sobre as quais os narradores discorreram, como forma de deixar entrever não somente a miserável condição em que o homem poderia se encontrar, mas também a possibilidade de se compreender as venturas e desventuras da expansão portuguesa nos quadros de uma história salvífica da qual os portugueses seriam coautores.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

AUBENQUE, P. *A prudência em Aristóteles*. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se fez em exercicio a Navegação da India. Tomo primeiro. Lisboa Ocidental: Officina da Congregação do Oratório, 1735.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se fez em exercicio a Navegação da India. Tomo segundo. Lisboa Ocidental: Officina da Congregação do Oratório, 1736.

CÍCERO, M. T. *Da República*. Tradução e notas de Amador Cisneiros. Livro primeiro, XVI. In: *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

COLEÇÃO DOS DOCUMENTOS, ESTATUTOS E MEMÓRIAS DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 216-235, 2009.

DOSSE, F. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

- FARIA, M. S. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.
- GRACIÁN, B. *A Arte da Prudência*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 1998.
- HANSEN, J. A. A máquina do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HANSEN, J. A. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo: Ateliê Editorial, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- HANSEN, J. A. Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas. *Floema Especial* (UESB), ano II, n. 2, 2006.
- HARTOG, F. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- JASMIN, M. G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KOYRÉ, A. Aristotelismo e Platonismo na Filosofia da Idade Média. *Estudos de História do Pensamento Científico*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 22-45, 1991.
- LANCIANI, G. *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Cronologica*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Hemus, 1996.
- MICELI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, século XV e XVI)*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- MONIZ, A. M. A. *A História Trágico-Marítima: Identidade e Condição Humana*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- PERES, D. (org.). *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. 1. Porto: Tipografia e Encadernação Alberto de Oliveira, 1937.
- PIRES, F.M.. Tucídides e Maquiavel: diálogos sobre a (in)utilidade e a (des)valia da história. In: SEIXAS, J.; CERASOLI, J.; NAXARA, M. (orgs.). *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- POLÍBIO. *História*. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SEBASTIANI, B.B. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a. C. In.: JOLY, F.D. *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

SENELLART, M. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SILVA, M. T. *História da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio Sylva, 1727.

SINKEVISQUE, E. Usos da ecfrase no gênero histórico seiscentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 45-62, 2013.

TEIXEIRA, F. C. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica de história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, 2008.

TEIXEIRA, F. C. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325-349, 2007.

TEIXEIRA, F.C. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. *A prudência: a virtude da decisão certa*. Tradução, introdução e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIRGÍLIO. *Eneida de Virgílio*. Tradução de José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



**DEIXO TODAS AS CAPITANIAS DE PAZ, MUITAS DELAS
CONQUISTEI POR GUERRA: HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO
EM UM MANUSCRITO DE MEM DE SÁ**

**I LEAVE ALL THE CAPTAINS IN PEACE, MANY OF THEM
I CONQUERED BY WAR: HISTORIOGRAPHY OF RIO DE
JANEIRO IN A MANUSCRIPT FROM MEM DE SÁ**

Elizama Almeida¹

RESUMO

A partir da transcrição e análise de um autógrafo de Mem de Sá, datado do ano de 1570 e atualmente sob a guarda da Biblioteca Joanina, o artigo se interessa em tratar da narrativa do lusitano sobre o Brasil daquele período e mais especialmente sobre o Rio de Janeiro. Considerado, até agora, como o único manuscrito de Sá de que se tem notícia, o texto pode ser dividido em duas temáticas principais. A primeira está situada na linha do combate: Sá comenta sobre os conflitos com os povos nativos de regiões do Nordeste e os sucessivos confrontos com os franceses alojados na Baía de Guanabara. Um segundo grupo temático presente no autógrafo trata da implementação de um quadro municipal no Morro do Castelo, à época chamado Morro do Descanso, como uma espécie de certidão de nascimento da cidade do Rio de Janeiro. Interessa-nos observar como, discursivamente, são descritos o encontro e os arranjos entre os europeus e os tupinambás, e como estão presentes, na formação carioca, a pacificação ao lado da batalha, a igreja ao lado do castigo, a prisão ao lado da casa dos padres. O documento de Sá, lido atualmente, permite perceber o que disso permaneceu, desapareceu ou se diluiu, seja do ponto de vista da memória cultural quanto da geografia, de que podem ser exemplos o Morro supracitado, a Ilha de Villegagnon (antiga Ilha Serigipe e atual Escola Naval) e os logradouros que homenageiam Sá e sua família, como Avenida Mem de Sá, Avenida Salvador de Sá e o bairro do Estácio, berço do samba. O artigo se vale de mapas e de fotografias a fim de materializar tal presença, ao mesmo tempo em ausência e em camadas.

Palavras-chave: Mem de Sá. Morro do Castelo. Historiografia. Cultura material. Memória.

ABSTRACT

Based on the transcription and analysis of an autograph by Mem de Sá, dated 1570 and currently under the care of the Joanina Library, the article is interested in dealing with the Portuguese narrative about Brazil in that period and especially about Rio de Janeiro. Considered, until now, as the only manuscript of Sá that is known, the text can be divided into two main themes. The first is situated in the line of combat: Sá comments on the conflicts with the native peoples of the Northeastern regions and the successive clashes with the French living in Guanabara Bay. A second thematic group present in the autograph deals with the implementation of a municipal framework in Morro do Castelo, at the time called Morro do Descanso, as a kind of birth certificate for the city of Rio de Janeiro. We are interested in observing how, discursively, the encounter and arrangements between the Europeans and the Tupinambás are found, and how pacification stands beside the battle, the church besides the punishment, the prison besides the house of the priests. Sá's document allows us to see what remained of this, disappeared or was diluted, whether from the point of view of cultural memory or geography, of which the aforementioned Morro, Ilha de Villegagnon (formerly Ilha Serigipe and the current Escola Naval) and the public places that honor Sá and his family, such as Avenida Mem de Sá, Avenida Salvador de Sá and the Estácio neighborhood, birthplace of samba. The article uses maps and photographs in order to materialize such presence, at the same time in absence and in layers.

Keywords: Mem de Sá. Morro do Castelo. Historiography. Culture material. Memory.

1 Doutoranda do programa Materialidades da Literatura, da Universidade de Coimbra, ruafrutapao@gmail.com.



Quando cheguei a esta capitania

A tela “Primeira Missa no Brasil” (1861), de Victor Meirelles, não apresenta exatamente novidade: o tema clássico de pintura histórica se espalha em 9 metros quadrados e ainda é um espanto. O grandioso quadro, que pediu dois anos de trabalho, foi a primeira obra brasileira apresentada no Salão Oficial de Paris, dando ao pintor uma lista de honras, entre as quais o grau de cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa e o cargo de professor honorário da Academia de Belas Artes.

Senão por ironia ou profecia, é curioso perceber como o primeiro gesto de fundação do país é uma manifestação coletiva ancorada em uma ambiguidade cultural. Na tela, há alguns binômios possíveis de leitura: homem e natureza, luz e penumbra, nudez e roupa, cheio e vazio. No entanto, em vez dos pares opostos, destaco uma complementação triangular: a cruz que aponta o céu, uma espada sobre o baú que toca a terra e outra espada em punho do soldado.

Fig. 1. *Primeira Missa no Brasil* (1861), de Victor Meirelles. Óleo sobre tela.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes

Esses objetos – cruz e espada – embora pareçam pertencer a dois campos simbólicos diferentes, na verdade, compartilham o mesmo espaço tanto no que se refere à sua estrutura (isto é, ambos são formados por uma linha horizontal, outra vertical) quanto à sua utilização (um protege o espírito, enquanto o outro ataca o inimigo). A guerra acontece em nome de Deus,

portanto, ela é qualificada como “santa”. Não seria este o próprio movimento da colonização em que destruição e colonização andam *pari passu* assim como o soldado e o padre na nova terra?

Nessa esteira, ressoam as linhas escritas do português Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil: “deixo todas as capitanias de paz, muitas delas conquistei por guerra”. Seu manuscrito data muito provavelmente de 1570, o que faz do texto, em termos de anos, um irmão próximo ao episódio pintado por Meirelles. Com código Ms. 506, f. 63-63vº, o documento original está sob a guarda da Biblioteca Joanina e a reprodução foi muito gentilmente cedida pelo Dr. António Eugénio Maia do Amaral, diretor-adjunto da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra desde 2007.

Em linhas gerais, o documento é uma magra prestação de contas em que Mem de Sá pontua, frente e verso, o que fez em terras brasileiras até então; ele que havia sido enviado de Coimbra para cá no final de abril de 1557. Embora não fosse militar, nem homem da Corte, era conhecido por ser um juiz “probo e enérgico” (VAINFAS, 2000, p. 387), característica que cairia bem na colônia em disputa com os franceses que, na corrida pela posse, estavam na frente, fincados na Baía de Guanabara, ainda amplamente habitada por indígenas. Sob o comando de Villegagnon, que instalara aqui a França Antártica em 1555, o confronto se estenderia por longos doze anos, dando vitória – como a história nos adianta – aos portugueses.

As ações de Mem de Sá não demoraram a ser reconhecidas e sua fama, espalhada. O padre jesuíta Antônio Blasquez, em 30 de abril de 1558, afirma que o governador imprimiu uma “outra maneira de proceder que até agora não se teve, que é por temor e sujeição; e pelas mostras que isto dá no princípio, conhecemos o fructo que adiante se seguirá, porque com isto todos temem e todos obedecem e se fazem aptos para receber a Fé”.² Essa maneira peculiar não se restringia ao domínio de povos indígenas, mas à própria organização da colônia.

Outro padre, José de Anchieta, elevaria Mem de Sá à categoria de Ulisses: a ele dedicou o poema “De Gestis Mendi de Saa” (c. 1562), todo escrito em hexâmetro dactílico, um esquema rítmico muito presente na poesia épica. Ali são louvados os feitos de Sá pela guerra cujo resultado não seria outro além de paz e civilização, de braços com a catequese e a glória de Deus (MIRANDA, 2007, p. 24). Essas ambivalentes nuances podem ser percebidas no pequeno trecho do poema a seguir:

O quão ditoso dia, Mem de Sá, aquele em que a terra brasílica
te pôde vislumbrar! Que vida salutar hás de conceder a esses povos
affitos! Ao teu combate, com que grande pavor, fugirá
o fero inimigo, que muitos impropérios vocifera, lançando-os
contra os cristãos, impellido por uma fúria mortal!³

2 Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brasil. Coleção Biblioteca Nacional. Extr. do vol. XXVII dos Annaes da Bibliotheca nacional. Edição de quatrocentos exemplares. Disponível em: <<https://archive.org/details/documentosrelat01unkngoog>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

3 Tradução de Aline Silva Cunha. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/caliope/article/view/7035>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

Na pena de Anchieta, o Brasil passa a louvar Mem de Sá antes mesmo de seus atos, bastando apenas que se entrevisse, que se vislumbrasse sua imagem durante a chegada. Na segunda linha, olhando a história à contrapelo, é possível realizar uma inversão dos adjetivos sem prejuízo algum da compreensão de seu conteúdo: Que vida *aflita* hás de conceder a esses povos *salutares*! Amparando essa nossa nova afirmação está o fato de que apenas em 1558 o próprio Mem de Sá escreve ao rei contando que havia destruído 130 aldeias tupinambás próximas ao rio Paraguaçu, na Bahia. (SILVA, 2020, p. 102) Certamente o objetivo de Sá não era garantir uma vida salutar aos povos aflitos, conforme conta o jesuíta Anchieta.

Atuando desde dezembro de 1557, quando aportou na Baía de Todos os Santos, travando guerras em Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro – combates nos quais perderia seu filho, Fernão, e o sobrinho, Estácio –, Mem de Sá, com quase 70 anos, deseja voltar para sua terra, segundo o manuscrito: “Peço a V.[ossa] A.[lteza] que em paga de meus serviços me mande ir para o Reino, e mande vir outro governador, porque afianço a V. Alteza que não sou para essa terra”. (CARVALHO, 1875, p. 404)

O governador sucessor seria dom Luiz de Vasconcelos que, enfim, daria a Sá o descanso que pediu. Parece ser ao próprio Dom Luiz que ele se dirige no autógrafo a seguir. No entanto, se um documento congela um evento na linha do tempo (como o quadro de Meirelles congela aquele encontro, como o manuscrito de Mem de Sá congela sua letra), nesse dia não saberiam – nem Sá nem dom Luiz – que a troca dos poderes jamais seria efetuada. Como vingança dos franceses, as caravelas de dom Luiz de Vasconcelos foram atacadas em alto mar a meio do caminho de Portugal para o Brasil. A contragosto, o já cansado governador fica aqui até morrer em março de 1572.

O manuscrito que está na Biblioteca Joanina, embora enxuto – uma página apenas –, apresenta inúmeros e interessantes desafios para a pesquisa. Um deles é o português escrito sem fixação ortográfica: há palavras grafadas de diferentes maneiras, como yndios (índios), higreijas (igrejas), hum/huma (um/uma), serquay (cerquei). Na transcrição que seguirá (e que seria impossível sem o dote paleográfico do Dr. Maia do Amaral) busquei uniformizar e atualizar a ortografia a fim de permitir certa fluidez na compreensão, mas não inseri pontuação, como vírgula, mesmo quando se fazia necessária. Por outro lado, essa situação é ela mesma representativa da história que conta: a transcrição lacunar do documento pode ser vista como uma espécie de alegoria da fundação também lacunar da cidade do Rio de Janeiro. Permanecerão no engasgo historiográfico episódios, encontros e confrontos que resultaram no desaparecimento de inúmeras tabas indígenas.

Fig. 2. Manuscrito de Mem de Sá [1570].



Fonte: Biblioteca Joanina / Universidade de Coimbra

Estas são as cousas que entrego ao Senhor
 Dom Luis Vasconcelos com a governança
 do estado do Brasil

quando cheguei a esta capitania a achei toda de guerra, tirando
 a cidade e seis ou sete léguas pelo sertão dentro []
 entrego toda de paz e pacífica. Com muitos engenhos de açúcar
 sobre quinze vinte léguas o longo [da bahia] e muitas e grandes
 fazendas pela terra dentro -- -- --.

Conquistei por guerra [] / o Serigipe / o Paraguaçu / Jaguaripe
 E até tinharé, / e da banda da cidade conquistei até Rio Reale
 que são quarenta léguas desta cidade aonde fiz [ajuntamentos]
 pauoaços [sic] de índios [] e igrejas em que [se ensinam]
 os padres da companhia lhes ensinam a doutrina cristã, e têm
 feitos [sic] muitos cristãos nelas assim grandes como pequenos.
 fiz a sé desta cidade, de três naves e de pedra e? qual []
 todos de cantaria. -- L// --

fiz a igreja da misericórdia e a espirital de pedra e cal.--

fiz a igreja do colégio [sic] de Jesus de uma nave mas quase tamanho
 como a Sé toda de pedra e cal, e forrada.--

fiz um engenho de açúcar de Sua Alteza que lhe rende 800 (arrobas) de
 arrendamento e quase outras tantas que lhe pagam do dízimo.

fiz nas casas [] de Sua Alteza em que pousam os governadores uma torre
 forte de pedra e cal com suas bombardeiras e seteiras para
 defesa da cidade. -- -- --

deixo todas as capitancias de paz muitas delas conquistei por guerra

[*Scilicet*, Isto é] os ilhéus / capitania do espírito santo e a de são Vicente as
 quais conquistei

e sujeitei ao [sic] gentio delas a Sua Alteza. --

/f. 1vº/

Entrego a capitania do Rio de Janeiro que tomei duas vezes

por guerra [sic] aos franceses e aos tamoios. tomando lhes muitas
 fortalezas fortíssimas []. E que ao parecer dos homens pareciam

inexpulsáveis. [*Scilicet*, Isto é] a fortaleza de Villegagnon capitão francês que
 estava em um alto pinhão [sic] de uma ilha que não tinha [] [] e [] .
 fortalezas pela terra firme aos pro-

prios franceses as quais torres tinham muita artilharia grossa []

E outra Mais miúda / e aos [] tomei e os tamoios outras muitas
Fortalezas, que também tinham artilharia e pus dessa [] a capital
toda em paz, a qual <ia> os tamoios çometeram. -- --
fiz no dito Rio a cidade de são Sebastião com muitos baluartes [sic]
e cerquei < e trasto de > 13 palmos de largo e outros tantos de altura, e fiz nela
uma sé grande telhada. Da igreja dos padres de Jesus umas casas
sobradadas e telhadas para a fazenda de Sua Alteza e uns armazéns
telhados, casas para a câmara grandes sobradadas e telhadas
e cadeia com todas as coisas necessárias para ela. E com []
da água [] muito boa, e outras fontes d'água que se depois
[descubrirão] e de tudo isto que entrego ao Senhor dom Luis governador do
estado do Brasil e capitão da baía de todos os santos. E do Espírito me dareis
uma certidão conforme ao que Sua Alteza manda, e peço a vós Officiais da
câmara que ma mandes dar. –

Embora Mem de Sá insista em usar os termos *pacífica* e *paz*, é curioso que, ao submeter o relatório ao método de nuvens de palavras, os destaques sejam outros: *sua* e *alteza* aparecem com igual peso para compor o pronomes de tratamento, junto de *cidade* e *guerra*, seguido por *entrego* e *conquistei* (Fig. 3). O mesmo procedimento de leitura foi aplicado ao poema épico de autoria do padre Anchieta, “De Gestis Mendi de Saa”, e gerou vocábulos que desmontam de alguma forma o discurso pacífico anteriormente anunciado, com ênfase em *chefe*, *sangue*, *inimigo*, *morte*, *terra*, *Cristo*, *guerra*, *mar*. (Fig. 4)

Fig. 3 e Fig. 4. Ferramenta de análise da nuvem de palavras aplicada, respectivamente, à transcrição do manuscrito de Mem de Sá e ao poema “De gestis Mendi de Saa”, de José de Anchieta



Muitas abordagens poderiam ser adotadas para tratar este documento. Uma proposta possível seria uma análise linguística que desse conta da estreita articulação entre o combate e a fé. Outra leitura do manuscrito poderia ser feita por um viés histórico-analítico que considerasse os diferentes efeitos das terras colonizadas pelos franceses e das terras colonizadas pelos portugueses. Como um recorte mais específico desse tema, daria ainda para desenvolver um estudo a respeito da participação de certos grupos indígenas no confronto quinhentista, seja pela filiação a um dos lados estrangeiros quanto pela defesa inegociável de seus espaços. O

texto manuscrito franquia ainda uma análise sobre a imposição da fé cristã no país por meio da catequização compulsória e a implantação de espaços sociais como cadeia, colégio, engenhos de açúcar em obediência a uma lógica econômica, punitiva e educacional tipicamente europeias.

Embora todas essas sejam leituras muito férteis em significação lítero-histórico-geográfica, legítimas e fundadas no manuscrito, opto pela leitura mais superficial, isto é, opto literalmente pela superfície.

O conteúdo não configura de todo uma surpresa, já que há outro conhecido “instrumento de serviço”, nome atribuído a essa espécie documental. Um desses relatórios, bem mais extenso do que o que aqui se transcreveu, está nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicado em 1906 no volume XXVI, sob o título “Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil”.⁴ A publicação tratava-se, na verdade, de um catálogo da coleção do diplomata Salvador de Mendonça que fora doada à instituição no final do século XIX. O primeiro texto publicado (precisamente “Instrumentos de serviço”) foi escrito por um terceiro, chamado João Pereira, muito provavelmente o escrivão. Ali há 23 trechos desenvolvidos do que, no manuscrito, havia sido apenas apontado:

7. Fui em pessoa sobre outro principal que se chamava a boca torta por estar de guerra e não querer deixar de comer carne humana que estava dezoito léguas da cidade / parti da cidade amanhecendo e naquele dia e noite cheguei à aldeia antes que amanhecesse e entrei a aldeia se queimou e mataram muitos dos gentios. os mais fugiram o que foi causa depois de Deus o gentio cometer pazes e Eu lhe dei com se fazerem cristãos e os ajuntei em grandes aldeias e mandei fazer igrejas onde os padres da companhia dizem missa e os mais ofícios divinos e lhes ensinam a doutrina e a lei e a escrever e outros bons costumes / esta gente é a que sempre me ajudou nas guerras que fiz nesta capitania e nas outras onde fui e foi depois de Deus das melhores ajudas que tive.

10. Fiz a sé desta cidade de pedra e cal e de três naves e de boa grandura.

11. Fiz a igreja da misericórdia de boa grandura e de pedra e cal.

12. Fiz a Igreja do mosteiro de Jesus de uma nave mas quase da compridão da Sé o que fiz a minha custa é de pedra e cal e forrada.

13. Fiz uma torre forte e de pedra e cal nas casas onde pousam os governadores.

Mas o diminuto par de páginas manuscritas ainda se distingue dos já conhecidos por ser, muito provavelmente, um autógrafo de Mem de Sá.

Parece que nos enganamos ao conceber um documento apartado de suas condições de produção. O engano permanece se afastamos os sujeitos que o produziu. Tentando não abraçar este equívoco, convoco um exercício de fabulação.

⁴ Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=22606>>. Acesso em 12 de jan. 2021.

As rasuras e emendas no texto fazem imaginar o gesto escritural de Mem de Sá já septuagenário, mãos envelhecidas segurando a pena. O movimento nos leva a perceber que enquanto escreve, ele lê o texto, a dúvida surge e logo corrige, como na palavra *Rertão*, depois alterada para *Sertão* (Fig. 5), ou em *cazas*, corrigida para *casas* (Fig. 6). (Fazendo uma ponte entre os séculos, a presença desse pensamento se fazendo, isto é, desse pensamento em ato, é o que Mário de Andrade iria se referir como “escrever com fogo” ou, em termos mais prosaicos, no calor da hora.)⁵

Fig. 5 e Fig. 6. Ampliações do manuscrito de Mem de Sá com marcas de correção.



Pelo nível de rasuras e manchas de tinta no manuscrito, dificilmente se trata de uma versão oficial apresentada à corte, podendo ser vinculada mais à categoria de um rascunho, esboço. Observa-se também que não traz assinatura ou identificação de quem a redigiu. Se, por um lado, esta ausência levanta dúvida de que a autoria seja mesmo de Mem de Sá, com a mesma força torna-se quase uma certeza quando pensamos na nossa própria prática: geralmente, costumamos assinar, por exemplo, uma lista de mercado, um bloco de notas ou uma anotação que seja mais uma relação de nossas lembranças?

O catálogo de manuscritos da Universidade de Coimbra a respeito do documento diz apenas que “o autor *anônimo* deste escrito, redigido em duas páginas, relata importantes serviços por ele prestados no Brasil, entre os quais a construção de vários edifícios no Rio de Janeiro (Sé, igreja do Colégio de Jesus etc)”.

Apesar da opacidade a que se vincula a existência desse original e que ele traga em si a ideia embrionária a ser desenvolvida posteriormente em um outro “instrumento de serviço”, é um inédito, de certo, e movimentada, em sua própria materialidade, a discussão sobre duas categorias: a do objeto histórico e a do documento histórico.

A primeira categoria caracteriza-se, quaisquer que sejam seus atributos intrínsecos, por um sentido prévio e imutável. A ela, pertencem objetos singulares e auráticos, na expressão benjaminiana, que poderiam ser substituídos por cópias ou por objetos de atributos equivalentes. Enquanto o conceito da segunda categoria, a de documento histórico, pode ser entendida como “um suporte de informação”. Para o teórico Ulpiano Bezerra de Menezes, o que faria de um objeto, documento, não seria, pois, uma carga latente que o objeto carrega em si, mas um conhecimento em torno do sistema documental.

⁵ Conferir artigo “Nas entranhas da invenção”, de Carlos Haag, publicado na Revista Pesquisa Fapesp, ed. 168, fev. 2010.

Nesse sentido, o item manuscrito de possível autoria de Mem de Sá foi concebido como um documento – um suporte de informação –, ainda que sua produção como documento propriamente dito tenha sido “involuntária”. Aquela folha em que Sá rascunhou seus feitos passa a ser considerado um “documento involuntário” na medida em que “não tenha como ação primária registrar e conservar informação, mas que, apesar disso, pode convenientemente também fornecer uma certa carga de informação”. (MENEZES, 1998, p. 3) No entanto, ao ser incorporada e tratada por uma instituição de guarda, essa mesma folha de ideias apenas rascunhadas torna-se igualmente um objeto histórico.

As condições de produção, circulação e conservação do manuscrito de Sá franquia igualmente à discussão no movediço terreno entre memória funcional (*working memory*) e memória de armazenamento (*reference memory*), de que fala Assmann (2011).

Mas qual seria o valor funcional direto do manuscrito? Pensemos nos documentos que estão em circulação dentro do seu projeto de ação. Por exemplo, uma nota fiscal serve à comprovação, a certidão de nascimento atesta uma nova vida, a folha de serviço, como é o caso de Mem de Sá, funciona como um relatório de trabalho. Tais objetos circulam dentro daquilo que deles se espera. São, portanto, objetos que se esgotam no *seu* presente. (MENEZES, 1998, p. 94)

No entanto, esses mesmos itens podem ser transferidos e fornecer “informações jamais previstas em sua programação” (1998, p. 95). E é aí que reside o desafio:

quando se perde o valor funcional direto dos documentos, deve haver uma interpretação crítica deles, caso se queira que o inventário de inventário de informações não se degenere à condição de mera memória de armazenamento ou de um repositório material. (ASSMANN, 2011, p. 368)

O manuscrito de Sá, ao perder seu valor funcional – ou seja, não tendo mais, *a priori*, o objetivo final ou a função de um instrumento de serviço –, abre para uma nova possibilidade de leitura crítica como memória potencial a partir do que chamamos de “herança cultural”. (2011, p. 369)

Meu interesse crítico a partir do texto de Mem de Sá é, portanto, na narrativa apontada sobre a construção do Rio de Janeiro, observando tanto como presença dele quanto a de Estácio de Sá foram diluídas e permaneceram nesta cidade sustentada por colunas ambivalentes como guerra/paz, armas/letras, construção/destruição. O documento manuscrito traz em si essa espécie de círculo sobre círculo, o Rio antes do Rio, uma cidade fundada em cima de outra já existente: nesse pedaço de terra, mar e montanha, havia no mínimo 80 mil tupinambás distribuídos cerca de 84 aldeias somente no entorno na Baía de Guanabara.⁶

6 Segundo Rafael da Silva, “o veneziano Américo Vespúcio, que participou da segunda expedição oficial portuguesa ao Brasil, e que muito provavelmente visitou a Baía de Guanabara nessa viagem, registrou em 4 de setembro de 1504: ‘Achamos com efeito a terra populosa’”. (2020, p. 96) Para mais informações demográficas, é importante consultar o capítulo “As tabas da Baía de Guanabara”, do livro *O Rio antes do Rio*.

Estar em contra

O manuscrito de Mem de Sá, sobretudo na parte que inicia em “Entrego a capitania do Rio de Janeiro”, pode ser dividido em duas abordagens. Uma delas se relaciona aos persistentes combates e armadilhas entre lusitanos, franceses e tupinambás na tentativa de demover a França Antártica alojada na Baía de Guanabara desde 1555. Franceses expulsos, a segunda parte que Mem de Sá anuncia é o aparelhamento da cidade visando a um repovoamento com baluartes, igreja, armazéns, câmara e cadeia.

Nas sintéticas linhas do terceiro governador-geral do Brasil está comprimida mais de uma década de encontros – encontros na derivação etimológica da própria palavra *incontrare*, cujo sentido literal é o de estar-em-contra, confrontar, como lembra Gumbrecht (2014, p. 13). Essa janela de tempo que vai culminar na fundação da cidade do Rio de Janeiro de São Sebastião tem três marcos (1560, 1565 e 1567) e encontra em Estácio de Sá, sobrinho de Mem, uma figura chave para sua realização decisiva.

É importante iluminar, historicamente, a passagem do manuscrito quando Mem de Sá se refere à tomada “duas vezes por guerras” da capitania do Rio de Janeiro, isto é, em 1560 e 1567. A Ilha de Serigipe, assim denominada pelos indígenas que habitavam a franja da Baía de Guanabara, foi também chamada pelos portugueses de Ilha das Palmeiras, assumindo depois e em definitivo o nome Ilha de Villegagnon, na qual foi erguido o Forte de Coligny.

A fortaleza parecia aos lusitanos “coisa impossível de entrar” (NÓBREGA apud SILVA, 2020, p. 424). Essa fala ecoa na descrição de Mem de Sá em seu manuscrito: os homens que o acompanhavam achavam que os franceses eram “inexpulsáveis”, até mesmo porque a própria geografia amparava tal impressão: “fortaleza de Villegagnon capitão francês estava em um alto pinhão de uma ilha” e bastante bem munida, com “artilharia de fogo grossa e miúda, espingardas e lanças e corpos d’armas”. (*Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*. Anais da Biblioteca Nacional, t. XXVIII, p. 183)

O combate demorou ainda um tempo a acontecer; o que deu a oportunidade aos portugueses de estudarem o lugar e encontrarem uma brecha em um monte próximo às palmeiras. Foi essa fenda desbloqueada que lhes permitiu avançar com flechas e balas (SILVA, 2020, p. 426).

O jesuíta Nóbrega dá notícias desse confronto:

depois de combatida dois dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos pólvora mais que a que tinham nas câmaras para atirar; e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia que havia posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta Franceses de peleja, e mais oitocentos Índios e que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande medo nos Franceses e nos Índios que com eles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar. (MIRANDA, 2008, p. 94)

O susto miraculoso que fez com que o montante de franceses e indígenas em número muito superior aos portugueses se encolhesse e fugisse foi obra, na verdade, de um soldado desajeitado. Ao tentar acender um pequeno canhão que havia trazido, o lusitano teria colocado fogo em toda a pólvora de uma das canoas, provocando grande barulho e abrupto incêndio. Fogo: o sinal dos deuses para que os *karaíbas* fugissem apressadamente – essa foi a interpretação de uma das mulheres que alardeou o recado sagrado entre seus 800 companheiros indígenas. (SILVA, 2020, p. 452)

Do ponto de vista dos jesuítas, esse evento também foi atribuído ao divino. Para o padre Simão de Vasconcellos, “o próprio São Sebastião teria aparecido para aquela índia em meio ao clarão do fogo”. (op. cit., p. 453)

Apesar de os portugueses terem conseguido tomar a fortaleza, destruindo ainda muitas aldeias próximas, o governador Mem de Sá precisou retornar a São Vicente para apaziguar novas revoltas entre o povo originário e os invasores; conflitos que se multiplicam na costa e no interior brasileiro. Era preciso que Sá exercesse aquela sua maneira de proceder pela via do “temor e sujeição”, deixando o Rio de Janeiro desguarnecido da presença portuguesa.

Fig. 7. Vista da Ilha de Villegagnon (1848). Quadro de Louis Le Breton.



Se valendo de tal ausência, uma segunda disputa entre os europeus aconteceria na Baía de Guanabara em janeiro de 1565 e essa se estenderia por longos dois anos, “debaixo de tiros e flechas ervadas” (MIRANDA, 2007, p. 89). Estácio de Sá – “Cavaleiro Fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, capitão da armada que veio fundar a cidade de São Sebastião, dela primeiro capitão, um dos poucos a contribuir com a vida e a morte, para as três etapas da conquista e povoamento do Rio de Janeiro” (op. cit., 2007, p. 79) – junto com outros duzentos homens, ficam imbuídos de uma dupla missão: não apenas dissolver a França Antártica, como povoar a cidade. Os homens de Sá aportaram no pé do Pão de Açúcar, em uma enseada próxima o Morro Cara de Cão, e

começaram a roçar em terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos tamoios nem dos franceses, mas como quem entrava em sua terra, e se foi logo o capitão-mor dormir em terra e dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, ocupado cada um em fazer o que lhe era ordenado por ele. (ANCHIETA, 1933, p. 245)

Nesses dois bélicos anos, foram incontáveis os números de mortos indígenas, franceses e portugueses, todos envolvidos em batalhas recorrentes, como a de Uruçumirim (atual região do outeiro da Glória) e Paranapecu (atual Ilha do Governador). Entre os que foram abatidos, estava Estácio de Sá, ferido por uma flecha certamente em algum ponto desprotegido de sua armadura, como a fresta da viseira (SILVA, 2020, p. 457).⁷ O jovem, considerado fundador do Rio, não morreria de imediato, sofrendo com a ferida infectada durante o mês de fevereiro. Mas quase de imediato passou a lhe ser atribuída uma aura de mártir: Estácio foi morto por flechas, assim como São Sebastião, o padroeiro eleito para a cidade em homenagem a Dom Sebastião.

Finda a longa guerra e expulsos os franceses, Mem de Sá transferiu o assentamento inicial de Estácio para um morro estrategicamente melhor posicionado – quase em frente à Ilha de Villegagnon – batizado, a princípio, de Morro do Descanso, e podemos imaginar a razão do nome. Ali, em um pico mais elevado na parte interior da Baía, “foi construído um Forte que se chamou de Forte de São Sebastião que possuía uma torre que o deixava parecido com um castelo medieval, por isto o morro passou a ser conhecido como Morro do Castelo”.

Como coroamento daquela região – “uma baía que parece ter sido pintada pelo supremo pintor e arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor, e é assim a coisa mais bela e mais agradável que existe em todo o Brasil”, segundo o Padre Fernão Cardim em 1584 –, o corpo de Estácio de Sá foi sepultado na Igreja de São Sebastião e se encerrava, assim, um primeiro ciclo da guerra em nome de Deus em solo carioca.

Outras providências foram tomadas, como Mem de Sá pontua no manuscrito. Há o estabelecimento de órgãos que servirão a uma aristocracia colonial: igreja, câmara e cadeia com seus respectivos funcionários envolvidos em distribuição de terras, arrecadação de taxas à Coroa, e permanente conversão, segundo Laura de Mello e Souza:

os bons cuidados da Providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; por outro lado, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do Criador para com os colonos. (1986, p. 34)

O jogo de equivalências entre o céu e a terra parece engendrar uma lógica da reciprocidade na qual o débito nunca se paga, pelo contrário, é permanente: se a terra é naturalmente rica, isso se deve ao zelo do divino, ao mesmo tempo em que os tesouros na terra se multiplicarão quanto mais almas se converterem ao divino.

⁷ Segundo Silva (2020), desde os 3 ou 4 anos era tradição dos tupinambás ensinar às crianças a manejar o arco e flecha começando por alvos como cabaças, passando depois a seres moventes como pássaro, peixe, lagarto, cobra, onça, e, por fim, no olho do inimigo. Não se pode afirmar, mas se pode imaginar que a flecha que alcançou Estácio de Sá tenha sido atirada por um tupinambá experimentado desde a infância, atento especialmente à região dos olhos.

Efeito de presença

Se Estácio finca a bandeira no Morro Cara de Cão, possuindo o Rio de Janeiro, digamos, geograficamente, pela terra, Mem de Sá é responsável por dar o pontapé na construção dos órgãos necessários para seu funcionamento. Mas a base e expansão social-colonial da cidade, com seus arranjos econômicos e políticos, se estruturará sob a governança de Salvador de Sá, outro sobrinho de Mem de Sá, governador do Rio por três vezes.

Damos à volta, assim, à redondeza da história: as duas abordagens do Rio de Janeiro no manuscrito de Mem de Sá – a guerra aos franceses e a institucionalização da cidade – continuam a reverberar, colocando às nossas vistas não apenas um estado, mas um processo (ou ainda um estado em permanente processo).

Do Morro do Castelo, para onde Mem de Sá transferiu a cidade depois da batalha definitiva contra os franceses, é conhecida a história de sua derrubada quase quatrocentos anos depois. O desmonte aconteceria em duas etapas, em 1904, no governo de Pereira Passos, e em 1921, por Carlos Sampaio. O Morro desmontado já não era mais aquele de modestas instalações descritas por Sá no manuscrito, com igreja, casa, cadeia, colégio, diocese – quase tudo no singular, de tão pouco.

Séculos depois, o Morro, que tinha “63 metros de altura e ocupava uma área de cento e oitenta e quatro mil metros quadrados”, estava abarrotado de cerca de 460 imóveis, entre vilas, casarões e cortiços, e simbolizava – para os desejos ditos modernos – “um símbolo degradado do passado colonial português” (WANDERLEY, 2019 falta página/o artigo está em uma página da internet). Condenado por engenheiros e médicos, o monolito passou a atrapalhar o desenvolvimento da cidade e influenciando nas condições sanitárias que impediam a circulação do ar, sendo responsável pela disseminação de doenças, como miasmas.

“À medida que o núcleo urbano crescia”, afirma a pesquisadora Cláudia Miriam Paixão (2008, p. 25), “moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual Praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água”. E às vésperas da Exposição Internacional do Centenário da Independência brasileira, não era de bom tom ter o povo em sua maioria pobre e negra circulando em uma área central.

Bem no coração da então capital federal, o morro é removido não sem muita polêmica e comoção pública. Comoção que passava também pela abertura do túmulo de Estácio de Sá, cujo corpo havia sido levado para o morro pelo seu tio, Mem de Sá, para descansar em definitivo na primeira Sé Catedral que ele construía e que consta de sua lista de obras no manuscrito.

Fig 8. Abertura do Túmulo de Estácio de Sá, 15/01/1922. Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Fig 9. Demolição do Morro do Castelo, 1922/10/09. Rio de Janeiro, Morro do Castelo, RJ, Brasil



Fonte: Instituto Moreira Salles

O morro, em cima do qual Sá constrói órgãos que organizariam a nova cidade e que ele dá notícias de suas benfeitorias no manuscrito aqui analisado, será colocado abaixo por um longo processo de dinamitações e golpes de jatos de água. Os restos de terra e pedra foram, então, redistribuídos pela borda da cidade, fazendo a orla avançar para dentro do mar, formando a Avenida Beira-Mar, o Aterro do Flamengo e o Aterro do Calabouço. Este último, cuja semântica de calabouço não pode ser definida exatamente como agradável, daria origem ao famigerado Aeroporto Santos Dumont, projeto que exigiu “a construção de uma muralha de contenção e o lançamento de mais de 2,7 milhões de m³ de areia ao mar”.⁸

⁸ Informação disponível em <<https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-do-rio-de-janeiro-santos-dumont/sobre-o-aeroporto/historico/>>. Acesso em 13 jan. 2021.

Localizada exatamente atrás do aeroporto, a Ilha de Villegagnon, por um gracejo histórico, acabou por ganhar a companhia lusitana através das sobras do Morro do Castelo, morro a partir do qual a cidade do Rio de Janeiro se fez e se desfez. Quanto ao forte francês, devido ao seu posicionamento estratégico bem na entrada da Baía de Guanabara, foi absorvido pela Marinha Brasileira e transformado na Escola Naval em 1822.

Fig 10 e Fig. 11. Vista aérea que compreende a Ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara, e a consolidação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. À esquerda, o mapa data de 1600. À direita, de 1968, já com o estabelecimento do aeroporto Santos Dumont e aterro.



Fonte: Projeto Imagine Rio.

A presença do clã dos Sá ainda é evidente em uma das ruas mais festivas do centro do Rio. A Avenida Mem de Sá liga essa orla que foi esticada para dentro do mar com os restos do Morro do Castelo, atravessa o movimentado bairro da Lapa e se estende até a região do Sambódromo, projeto arquitetônico construído especificamente para desfile das escolas de samba durante o Carnaval. No final da Avenida Mem de Sá surge outra avenida, a Salvador de Sá, que, por sua vez, desemboca no bairro Estácio – notadamente conhecido por ser o berço do samba, de onde são oriundos inúmeros e importantes músicos, como Luiz Melodia e Gonzaguinha. Se os Sá ainda estão presentes, mesmo que sejam apenas como logradouros, permanecem também traços históricos de subversão e sobrevivência do povo indígena e do povo negro no samba e na festa.

Ao mesmo tempo em que o autógrafa de Mem de Sá analisado nesse artigo congela essas relações ambivalentes no eixo do espaço –São Sebastião do Rio de Janeiro –, descongela, no eixo do tempo, o silêncio de uma cidade já acostumada a uma determinada geografia: mudo campo de batalha de onde partem diariamente voos. A cartografia da cidade torna-se, então, uma espécie de empilhamento de um círculo sobre outro, em que o avesso do encontro é menos o desencontro e mais o confronto entre os tantos pares anunciados no manuscrito de Mem de Sá há quinhentos anos: terra e mar, guerra e paz, cruz e espada.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, J. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1933.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BELCHIOR, E. de O. *Estácio de Sá e a Fundação do Rio de Janeiro*. História, v.27, n.1, p. 77-100, 2008.

CANCLINI, N. G. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARVALHO, A. de. *O Brasil - Colonização e emigração: Esboço histórico baseado no estudo dos sistemas e vantagens que oferecem os Estados Unidos*. Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa Editora. 1875.

GUMBRECHT, H. U. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

MENEZES, U. T. B. de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MIRANDA, D. S. *A Guerra em Nome de Deus: Uma Análise Crítica do De Gestis Mendi de Saa, de José de Anchieta*. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. 2007.

PAIXÃO, C. M. Q. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Niterói: UFF. Centro de Estudos Gerais- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Programa de Pós-Graduação em História Social. 2008.

RANCIÈRE, J. *A partilha do Sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA, M. B. N. (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, R. F. *O Rio antes do Rio*. 4ª ed. Minas Gerais; Relicário, 2020.

SOUZA, L. M. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENÂNCIO, G. M. "PINTANDO O BRASIL: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922)". Revista Eletrônica História em Reflexão, jun. de 2009. ISSN 1981-2434

WANDERLEY, A. C. "A demolição do Morro do Castelo", de Andréa Wanderley, publicado na Brasileira Fotográfica, em 30 de abril de 2019. Disponível em: < <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=14030>>. Acesso em 11 jan. 2021.



“EU JÁ ERA OUTRA.”: O CADERNO E AS METAMORFOSES DA VIAGEM

“I WAS SOMEONE ELSE ALREADY”: THE SKETCHBOOK AND THE METAMORPHOSES OF TRAVELLING

*Inês Espada Vieira*¹

A Eduardo Salavisa (1950-2020)

Vejo o diário gráfico como um terreno acidentado

que se percorre a diferentes velocidades,

não como um jardim de sebes aparadas.

António Jorge Gonçalves, “Viagem ao Cairo”

[...] perder-se também é caminho.

Clarice Lispector, *A Cidade Sitiada*.

RESUMO

O presente trabalho propõe olhar para os cadernos pessoais de registo de observação diária, maioritariamente desenhados, como testemunhos do quotidiano, entendido como viagem. Registo, repositório, listagem, o caderno gráfico não é, porém, uma entidade estática, espécie de armazém da viagem. Ele é, principalmente, trânsito, dinamismo, articulação de linguagens. Visto como uma proposta atrativa, urbana e moderna de guia de viagem, para lá do elenco de lugares e horários, o diário gráfico propõe ao leitor-observador, uma dupla metamorfose: aquela produzida em quem desenhou e escreveu, e aquela que pode ser experienciada por nós enquanto leitores.

Palavras-chave: Diário gráfico; Diário de viagem; Caderno; Viagem; Metamorfose.

ABSTRACT

This paper proposes a look into the personal sketchbooks, register of the daily observation, mostly drawn, as testimony of daily life, understood as journey. Register, repository, list, the sketchbook is not, however, a static entity, some sort of warehouse of the journey. It is mainly transit, dynamism, articulation of languages. Seen as an attractive, urban and modern proposal of a travel guide, beyond the cast of places and schedules, sketchbooks propose the reader-observer a double metamorphosis: the one produced in the sketchbook's artist and writer, and the one that can be experienced by us as readers.

Keywords: Sketchbook; Travel journal; Notebook; Travel guide; Travel.

¹ Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, iev@ucp.pt



“O fim da viagem deles parecer ser o início da dela” (MARQUES, 2012). Assim termina a recensão publicada na *Atual*, revista do semanário *Expresso*, ao livro *Tanto Mar*, de Pedro Adão e Silva (textos) e João Catarino (desenhos), editado em 2012 pelo Clube do Autor. Nesta frase, de ressonâncias saramaguianas,² vemos duas viagens: a “deles”, os autores, que termina; e a que começa, a viagem “dela”, da “miúda de cabelo castanho e calças de ganga”, também surfista, que lhes pede um autógrafo numa sessão de apresentação do livro. Entre as duas viagens, um verbo – “parece” – mostra a viagem como hipótese, deixando-lhe a ela a decisão de partir inspirada no livro, testemunho passado entre *uns* e *outra*, numa espécie de prova de estafetas demorada e sem equipas pré-definidas. Abre-se o livro que revela um itinerário através de um litoral concreto, tanto na geografia (a costa portuguesa) como nas páginas (texto e desenho).

Vamos usar a designação de Jacinto Lucas Pires, no texto de abertura do livro, e chamemos-lhe guia. Um guia para a viagem *dela*, que é a nossa, e que pode até fazer-se “sem levantar o rabo da cadeira” (PIRES, 2012, p. 9). Uma dessas maravilhosas “viagens sedentárias”, para usar o termo com que, em 1866, Machado de Assis distinguiu as viagens permitidas pela literatura. Identificar como guia este livro, nascido de uma encomenda de crónicas semanais para a revista *Atual*, é pensar na sua finalidade, mais do que na sua origem. Na origem, estão os dois viajantes; no destino, estará o livro como instrumento de orientação. Chamar-lhe guia não invalida os outros nomes que lhe podemos atribuir³ e a belíssima edição de *Tanto Mar* serve-nos aqui de catalisador de uma reflexão sobre os cadernos de viagem ilustrados, herdeiros (também) da tradição da literatura de viagens ou, melhor, da tentativa de relatar e partilhar (neste caso com preponderância do desenho) uma experiência de viagem que é, afinal, um modo de ver o mundo e de fazer mundo.

De fundamentação religiosa ou com objetivos comerciais, políticos ou familiares, independentemente das razões, desde a tradição clássica que muitas viagens foram relatadas na literatura ou através de itinerários ilustrados (nomeadamente na Idade Média),⁴ que serviam o duplo propósito de deixar constância do que acontecera para iluminar o caminho do viajante que lhes sucedesse. As múltiplas viagens de que se compõe a cultura ocidental dão forma a uma *poética da viagem* (no quadro da qual Portugal e as viagens dos portugueses têm um papel preponderante) que Maria Alzira Seixo sistematiza em três eixos:

2 Ressoa em subtexto o último capítulo de *Viagem a Portugal*, “A viagem não acaba nunca. [...] O fim da viagem é apenas o começo doutra.” (SARAMAGO, 1995, p.387).

3 O autor da recensão na revista do *Expresso* chama-lhe, “ao mesmo tempo, um livro de viagens, um catálogo de ilustrações, uma reflexão [...]” (MARQUES, 2012).

4 Os cadernos de Villard de Honnecourt (séc. XIII) destacam-se como “um dos primeiros exemplos de compilação de modelos e exemplos artísticos, com comentários ou textos do autor em língua vulgar, denotando a recolha um périplo ou uma viagem ao longo da qual os exemplos vão sendo registados” (cf. SAN PAYO, 2009, p. 106).

[a] viagem imaginária (que recobre mitos e textos lendários e alegóricos da Antiguidade e da Idade Média, assim como as utopias, e ainda todos os relatos de viagem da literatura mais recente sem referência de acontecimento circunstancial), a literatura de viagens (constituída por textos diretamente promovidos pelas viagens de relações comerciais e de descobrimentos, de exploração e de indagação científica, assim como pelas viagens de escritores que decidam exprimir por escrito as suas impressões referentes a percursos concretamente efetuados) e a viagem na literatura (na qual a problemática da viagem é utilizada como ingrediente literário, em termos de motivo, de imagem, de intertexto, de organização fabulativa, etc., e que está presente ao longo de toda a história da literatura, com particular acuidade para os séculos posteriores ao Renascimento) (SEIXO, 1998, p. 17).

Paralela a uma poética da viagem que se constrói literariamente ao longo da história e da cultura ocidental, há uma prática do registo gráfico que está presente (seguindo atrás ou lado a lado) de forma dinâmica na experiência do desconhecido, do novo. As viagens, a aventura do cartografar outros espaços, outras realidades, outras vivências, apelam a um exercício metódico e multifacetado do registo verbal e/ou visual. O caderno revela-se como o espaço ideal para esse exercício, simultaneamente memorialístico e ensaístico.

A palavra caderno vem do latim medieval, *quaternus*, que tem origem no latim *quaterni* “de quatro em quatro”. A passagem dos pergaminhos e papiros para o papel dobrado em quatro partes vem a ter um efeito prático de grande comodidade e versatilidade, pois permite o transporte, permite que o caderno acompanhe o proprietário a qualquer lugar. Intimamente ligado à educação, material comum no ensino desde o século XVI, ganha protagonismo a partir de meados do século XIX passando a ser testemunho, repositório e instrumento fundamental do trabalho pedagógico dentro e fora da sala de aula.⁵

Se na origem os cadernos estão ligados à educação, ao longo do tempo eles assumiram papéis em diferentes situações, adequados às necessidades do seu proprietário: folhas de anotações do observado, de organização de projetos, de registo de dados, de testemunha de memórias pessoais, relatos de viagens, entre outras funções. São bem conhecidos os cadernos de campo e os diários de investigação de Darwin, ou os cadernos de desenhos do Taiti, de Gauguin, ou ainda os cadernos de Delacroix, para citar apenas três exemplos. Ao longo dos séculos, a descida do preço do papel, a relativa simplicidade do seu fabrico industrial, a capacidade de adaptar a forma do quadrilátero a diferentes proporções de área e espessura, o espaço das capas dos cadernos como oportunidade estética para as tendências da moda aplicadas ao material de papelaria, tornaram o caderno também num objeto de consumo.

O caderno, porém, não é só o suporte, não tem só um valor instrumental; o autor estabelece com ele uma relação efetiva, física e emocional, estética e sensorial que pode chegar aos

5 Para uma breve história do uso do caderno escolar, propõe-se a leitura do trabalho de Jean Hébrard (2001) ou para um olhar mais completo a tese de doutoramento de Manuel San Payo (2009).

pormenores da escolha da marca, do tamanho, do material, do tipo de folhas.⁶ O caderno, escolar ou não, transforma-se nas mãos de quem o usa, deixa-se possuir e personalizar, tornando-se em algumas situações uma extensão do proprietário (cf. OLIVEIRA, 2008, p. 131).

Centremo-nos, pois, num caderno muito particular: o diário da viagem e vejamos em concreto o diário gráfico.⁷

A apropriação que cada utilizador, em cada contexto, faz do seu caderno permite estabelecer uma relação de que muitas vezes o proprietário não tem consciência plena.⁸ O relato do antropólogo e ilustrador, Manuel João Ramos, sobre a perda de um dos seus cadernos é exemplificativo desta realidade:

Perdi, há alguns anos, um caderno com apontamentos desenhados de várias viagens. Deixei-o, creio, nas ameias do castelo de Tavira, numa tarde de Verão. Procurei-o pela cidade algarvia, deixei notas várias em cafés e esplanadas de restaurantes, fui à esquadra de polícia e ao posto de turismo — mas o caderno não reapareceu. Em consequência, fiquei, por bastante tempo, sem vontade de desenhar em viagem.

Até àquele dia, eu nunca tinha prestado particular atenção ao destino dos meus cadernos de desenhos (RAMOS, 2010, p. 17).

Antes destas palavras, Manuel João Ramos partilhara que não tem por hábito folhear os cadernos das suas viagens e situa-os ao mesmo nível das cassetes de vídeo ou dos DVD, das cartas e das faturas, entre outros papéis da sala de trabalho (cf. *idem*, p. 13). O antropólogo escreve estas linhas na abertura de uma nova edição das suas *Histórias Etíopes* e coloca-se, então, a pergunta que também faríamos: “se não atribuo grande importância ao resultado material do ato de desenhar em viagem, porquê publicá-lo (mesmo que apenas parcialmente)?” (*idem*). A resposta é profundamente pessoal: essa publicação é “uma prova de vida” num contexto individual traumático (cf. *idem*, p. 14).

A relação dos desenhadores viajantes com o seu caderno e com o ato de desenhar é amiúde objeto de autorreflexão. Mais do que o resultado final do desenho, o que Manuel João Ramos valoriza é o próprio ato de desenhar (cf. *idem*, p. 17).⁹ E destaca duas razões por que desenha em

6 O tamanho dos cadernos é replicado na “natureza introvertida, portátil e ágil dos registos feitos em cadernos” (cf. GUARALDO, 2010, p. 2). A portabilidade dos cadernos é uma das características mais destacadas pelos seus adeptos que preferem “quase sempre [...] variações do padrão A5 ou A6” (cf. LANCHETA *et. al.* 2010, p. 7).

7 Neste trabalho, usaremos estes vários nomes para um mesmo conceito operativo: caderno pessoal de registos, maioritariamente desenhos. Não insistiremos na distinção entre os vários cadernos gráficos usados pelos estudantes, artistas e profissionais das artes gráficas (arquitetos, ilustradores, desenhadores, *designers*, entre outros) embora essa diferenciação possa ser feita e estudada.

8 Em espanhol, por exemplo, surge a palavra *cuadernista* (não incluída no dicionário da Real Academia de la Lengua, mas com mais de 15 milhares de ocorrências em resultados de pesquisa no Google), acrescentando ao nome, o sufixo que indica a noção de partidário de, que exprime também ofício ou especialidade.

9 Esta perspetiva insere-se numa valorização do ato criativo em detrimento de uma avaliação qualitativa do resultado.

viagem: “Quando viajo sozinho, gosto de sentir que tenho tempo e o desenho é uma forma algo autorreferencial de o despende. [...] Por outro lado, desenhar é uma forma benigna de averiguar comportamentos [...]” (*idem*, p. 17-18). Mais, Ramos entende o ato de desenhar como um modo de comunicar com os mundos por onde viaja (cf. *idem*).

O desenho é, portanto, um caminho para o outro e ao mesmo tempo uma forma de se mostrar *outro* num determinado contexto. Um modo de se representar através da representação do outro (cf. GONÇALVES, 2014, p. 49). Por momentos, ser outro, o que observa, que questiona, que tenta compreender, que quer comunicar. Com efeito, o ato de desenhar “é também algo mais: encerra em si, invisível, o testemunho de um olhar, a hipótese de uma memória e o sinal de uma osmose dos sentidos e do *Dasein*, entre quem desenhou e quem ou o quê foi desenhado.” (RAMOS, 2010, p. 19). Estamos perante um relato que nos situa face a uma (quase) inevitabilidade da viagem: o da transfiguração do viajante que se deixa tocar pelo que desenha, todos os sentidos alerta, e o *outro* ao alcance do olhar.

É esta vivência do viajante que Paul Bowles descreve como “desafio da identidade”, num famoso ensaio de 1958 com esse mesmo nome, em que define os livros de viagens como livros que descrevem, não já a viagem em si – listas de hotéis, estradas, frases úteis ou roupas adequadas – mas sim a história do que aconteceu ao sujeito em trânsito (cf. BOWLES, 2013).

Assim, a experiência do outro – âmago da própria experiência da viagem – tem uma dimensão *metamorfoseadora*. Nas palavras de Maria Alzira Seixo, “a viagem configura uma busca do sentido, que passa pela análise do percurso do sujeito no mundo, dos materiais de que vai munido para esse percurso, entre os quais se situa a dimensão do outro, simultaneamente alimento e elemento metamorfoseador.” (SEIXO, 1998, p. 33).

Os diários gráficos de viagem propõem ao leitor-observador, uma dupla metamorfose: aquela produzida em quem desenhou e escreveu, e aquela que pode ser experienciada por nós. Uma proposta que se insere na tradição dos relatos de viagem, mas que hoje se situa num contexto artístico e mental, cosmopolita e urbano, transnacional, com que se identifica a comunidade de *Urban Sketchers*.¹⁰

Desenhadores urbanos, ou do urbano. Artistas a tempo inteiro ou *part-timers* a dar vida às horas mortas, não são urbanos só pelo objeto da sua observação, mas sim pelo ponto de partida desse olhar: o lugar de onde veem o mundo, uma maneira de estar, moderna e cosmopolita que é, como a metrópole e como a própria modernidade, móvel e fragmentada, rápida e inusitada.

Le Corbusier, nome escolhido pelo arquiteto francês de origem suíça Charles-Édouard Jeanneret-Gris e pelo qual ficaria conhecido, caracterizava os seus desenhos em cadernos como “desenhos taquigráficos”, de taquigrafia (cf. SALAVISA, 2006, p. 1), sistema de escrita baseado

10 Os *urban sketchers* organizaram-se *online*, a partir de 2007. A Internet e os novos media tiveram um papel preponderante na divulgação do *movimento* como comunidade transnacional, com um mesmo lema “Ver o mundo, um desenho de cada vez” (Cf. <http://urbansketchers-portugal.blogspot.pt/> acesso em: 23 jan. 2021)

em abreviaturas. Este tipo de desenho permite um registo abreviado, rápido e simbólico da realidade que favorece a ligeireza (na sua dupla leitura de velocidade e leveza) do traço.

A velocidade é uma das características do desenho nos cadernos. É “a mão que corr[e] atrás da imprevisibilidade e descontinuidade do pensamento” (LANCHA *et. al.*, 2010, p. 13), construindo em conjunto – mão e intelecto – um discurso significativo sobre o quotidiano. Trata-se, ainda assim, de um discurso que, ganhando em reflexão, consequência do tempo de observação do desenho ser mais demorado do que o da fotografia, por exemplo, não perde em velocidade, fruto do deslizar do riscador sobre o papel e da síntese interpretativa que tantas vezes é o desenho.

O diário gráfico é “um instrumento de facto na constituição da perceção da cidade” (*idem*, p. 9). Assim, a identidade da cidade é uma identidade móvel, circulante, em construção a partir do diálogo – infinito – entre a metrópole e aquele que a olha. O caderno gráfico, diário ou temático, é “um meio para vermos para lá do visível” (SILVA, 2013, p. 86) e “a sua mobilidade corresponde a uma mobilidade mental, visual, de aventura do quotidiano e da viagem [...]” (SAN PAYO, 2009, p. 230).

Tal como escrever, “[d]esenhar é um ato interpretativo, é um produto da perceção, análise e criação da mente humana.” (LANCHA *et. al.*, 2010, p. 3). No caso do diário gráfico, desenhar o dia-a-dia da cidade, sem mediação, é uma proposta de liberdade que advém de um certo despojamento do peso das finalidades utilitárias: “Se há uma coisa libertadora nas páginas do meu caderno é a sua inutilidade” (GONÇALVES, 2014, p. 48).

Não quer isto dizer que o caderno não tenha várias funções práticas, já aqui referimos algumas das suas distintas utilidades (no âmbito da investigação ou do ensino, por exemplo), mas o caderno gráfico é um espaço único de liberdade individual: o sujeito escolhe o que desenha, como desenha, para quem desenha (o que escreve, como escreve, para quem escreve). Escolhe também o que risca e até se quer rasgar as páginas.¹¹ Eduardo Salavisa destaca essa sensação de liberdade na experiência gozosa do desenho do arquiteto Le Corbusier: “[...] para ele o mais importante de tudo é o gozo físico de se poder expressar livremente, de mover a mão à vontade sobre o papel” (SALAVISA, 2006, p. 4).

Esse movimento de liberdade e criação acompanha e é a expressão da viagem vital do quotidiano. Porque essa é a viagem: o quotidiano.¹² A chã realidade da vida diária vista com um misto de evidência – o que está à minha volta, o meio ao qual pertencço –, e de espanto – ao meu redor há uma vida intensa de que sou partícipe. Por isso, “[...] o bom da viagem é enfrentar

11 Nos cadernos de Le Corbusier, podemos encontrar páginas completamente riscadas e inutilizadas (cf. SALAVISA, 2006).

12 Salavisa, “desenhador do quotidiano”: “A Viagem entendida num sentido amplo, que tanto pode ser na nossa rua, como no nosso bairro, como até uma viagem interior. A Viagem como tempo propício de novas experiências, de encontros inesperados, de locais desconhecidos, mas sobretudo, um tempo em que nós estamos mais disponíveis [...]” (cf. <http://diariografico.com/htm/viagem00.htm> Acesso em: 23 de jan. 2021)

inocentemente um mundo novo e aprender sem preconceitos. Encher as páginas em branco sem saber qual será o resultado, de que tipo de coisas se terá enchido o caderno” (SÁNCHEZ, 2014, p. 174) No fundo, o diário gráfico é uma metáfora da vida: páginas em branco, dias em branco, que vamos preenchendo com a viagem do cotidiano.

Do latim, *quotidiānus*, de *quotidie*, diariamente, invocar o dia-a-dia não é uma reflexão abstrata e singular, mas concreta e plural: uma reflexão, isso sim, em construção, a partir da experiência de quem (se) observa em contexto e regista pessoalmente, em palavras e/ou em imagens.

Os registos diarísticos no caderno gráfico não são apenas um acumular de desenhos, um repositório de dias. Os desenhos e os textos estabelecem um diálogo, hetero-explicativo e por vezes necessário, em que ilustrar tem dois sentidos. Isso nos mostra Manuel João Ramos escrevendo sobre os textos das suas *Histórias Etíopes*: “A ilustrarem os meus desenhos, ou sendo ilustrados por eles, os textos deste livro procuram reter — selecionadas, claro está — memórias sensoriais, levemente racionalizadas, daquela minha primeira experiência da Etiópia:[...]” (RAMOS, 2010, p. 24).

Além dessa função explicativa, os textos encontram-se nas páginas dos cadernos, imbrincados nos desenhos, numa relação de continuidade, como se os traços coexistentes das letras e dos desenhos fossem prolongamentos uns dos outros, criando uma textura específica tal como apontam Lancha *et. al.*: “A escrita compõe o desenho, não é meramente um texto com significado lingüístico, ela pode tornar-se uma textura que dialoga graficamente com o desenho.” (LANCHA *et. al.*, 2010, p. 8).¹³

Já o exemplo dos cadernos de Le Corbusier apresentados por Eduardo Salavisa, a que nos referimos antes, mostra-nos que tanto os desenhos como os textos podem ser dois meios para a mesma estratégia de observação e comparação:

A escrita é usada profusamente, por vezes em páginas inteiras, e serve para chamar a atenção para partes essenciais do motivo analisado, para o seu modo de construção, para a cor, o material, as dimensões; faz, por vezes, a comparação, também por escrito e por desenho, com outros objetos já vistos e documentados anteriormente. (SALAVISA, 2006, p. 3).

Noutro local, o mesmo autor, que foi também um dos protagonistas do movimento de valorização do diário gráfico em Portugal, Eduardo Salavisa (1950-2020), não diminui a importância destacada do desenho, mas situa a escrita no mesmo plano caligráfico: o diário gráfico “[é] o risco inadiável em que o desenho é realmente prioritário, mas a palavra também

13 Exemplos da forma como o texto se constitui em desenho podem ser vistos no novíssimo *Lisboa por/by Urban Sketchers*, álbum de desenhos feitos por 45 desenhadores que fazem “um roteiro pessoal e íntimo de uma cidade ainda humana” (cf. texto de apresentação em <http://zestbooks.wix.com/lisboaurbansketchers> Acesso em: 23 jan. 2021).

aparece, porque tanto o desenho como a palavra escrita são caligrafias”,¹⁴ modos de escrever sobre a experiência da vida. Laís Guaraldo, referindo-se precisamente ao termo “diário gráfico” de Salavisa, salienta a ação de grafar como ato híbrido: “Esse aspeto da grafia, da anotação que passeia entre o texto verbal e o texto imagético (muitas vezes com a mesma caneta), pode ser considerado uma das características mais expressivas dos registros realizados e armazenados em cadernos.” (GUARALDO, 2010, p. 655).

Neste modo de caligrafar o mundo, de o (d)escrever belo e articulado, sem perder uma certa inocência tentativa na maneira de o olhar, o desenho costuma ser o ponto de partida de quem usa os cadernos para o registo diário, mas existe igualmente a experiência do caminho inverso. Da consciencialização de que a capacidade de desenhar é também uma capacidade aprendida naturalmente (se se nos permite o oximoro) e através da prática. O início do relato “Fina linha vermelha”, em que Alexandra Lucas Coelho partilha algumas reflexões sobre as suas viagens, que cruzam roteiros pessoais com os do jornalismo, testemunha esse caso:

1. Uma vez desenhei em vez de escrever. Foi há muitos anos, no porto de Essaouira, num caderno quadriculado de capa dura com a lombada de pano, tamanho A5. Desenhei a esferográfica azul: água, barcos, pássaros, turbantes. Depois escrevi nas páginas seguintes, mas aconteceu outra coisa inédita e sem esforço que, tal como o desenho, não se repetiu. Escrevi em francês, porque comecei a pensar em francês. *Eu já era outra* [sublinhado meu]. (COELHO, 2014, p. 13).

Neste excerto, reencontramos a exposição da metamorfose que a viagem envolve e de que já falámos antes. “Eu já era outra” mostra o sujeito que existe na sua alteridade, outra língua, o francês, outros hábitos, o desenho em vez da escrita. Ainda que a experiência tenha sido “coisa inédita”, que “não se repetiu”, é um exemplo vivo de como o viajante se muda e deixa tocar pelos sítios: “Há lugares que trespassamos e lugares que nos trespassam” (*idem*, p. 14).

Que lugares são esses?, podemos indagar. São lugares exóticos, estrangeiros de nós, dos nossos espaços e dos nossos hábitos, nem sempre longe na geografia exata dos quilómetros.

E o que acontece ao lugar “casa”? Para Alexandra Lucas Coelho, “[v]iajar é também a única forma de poder voltar a casa” (*idem*, p. 13), ainda que “a viagem [seja] uma forma de ainda não estar pronto para ficar. De não estar pronto, em geral” (*idem*, p. 14). O viajante respira nesta suave tensão entre a partida – “sair de casa” – e a chegada – “voltar a casa” – (abertura e fecho, por exemplo, do guia *Tanto Mar*), que amiúde são os capítulos intermédios da biografia dos viajantes. António Jorge Gonçalves escreve sobre “o ponto em que a viagem se esgota” e em que começa “a imaginar o regresso, a casa, os (re)confrontos”, a solidão, à sua espera (GONÇALVES, 2014, p. 48).¹⁵

14 cf. Eduardo Salavisa, “Lagoa Henriques”, <http://diariografico.com/htm/outrosautores.htm> (Acesso em: 23 jan. 2021).

15 O tópico do regresso a casa é sobejamente conhecido, e sempre propício a renovadas reflexões, desde que Ulisses iniciou o seu longo retorno a Ítaca.

Os dois textos acabados de citar fazem parte do livro *Diários de Viagem 2. Desenhadores Viajantes* (2014), de Eduardo Salavisa. Seguindo-se a *Diários de Viagem. Desenhos do Quotidiano* (2008), o livro reúne em edição bilingue (português e espanhol) o relato na primeira pessoa de 32 desenhadores, viajantes de 30 viagens. Exposto graficamente na contraguarda do livro, este roteiro coletivo representa o modo como cada viagem, experiência íntima e singular, se junta a outra, construindo um novo mapa de diversas longitudes e latitudes (nem sempre geograficamente distantes do ponto de partida), mas com um mesmo eixo comum: a experiência da observação do cotidiano. Olhando este mapa, ecoa de novo erguendo-se sobre outras, uma frase de Machado de Assis, do texto já aqui citado: “Viajar é multiplicar-se” (ASSIS, 1866). Coletivos ou individuais, os cadernos de viagens publicados estão “ao alcance de todos”, como sugere a cinta amarela que envolve *Tanto Mar*, e permitem-nos “folhear e observar como se viajássemos” (cf. contracapa de *Diários de Viagem*.)

Regressemos a mais uma viagem proposta por Salavisa. Os seus trabalhos são representativos de uma característica muito particular dos *Urban Sketchers*: a colaboração. Se, na partida, o diário gráfico é o espaço-tempo da intimidade do desenhador (podemos encontrá-lo em testemunhos diversos, vimo-lo em Manuel João Ramos, por exemplo), já quando o autor está inserido num coletivo, o diário é exposto, entregue à comunidade como contributo para uma maneira de estar na cidade e no mundo.¹⁶ Esta partilha pode ser, inclusivamente, feita *online*, no quase imediato, e parece sem filtros, numa encenação de sinceridade característica do âmbito confessional.

Como compaginar, então, estes dois eixos da função dos cadernos, a intimidade e a exposição? Que transmutações se operam na sua natureza? Mostrar um desenho é revelar o caderno todo?¹⁷ Como no caso dos diários publicados por tantos autores – poetas, narradores, ensaístas, políticos, diplomatas, investigadores –, os diários gráficos expõem exatamente aquilo que o autor quer expor, no momento em que escolhe fazê-lo. A revelação é, assim, uma opção programada pelo autor. No caso do diário gráfico, a sua partilha (seletiva) na Internet parece fazer parte de uma maneira de estar coletiva com que o grupo *Urban Sketchers* de que aqui temos vindo a falar se identifica.

Em que se distinguem o relato do diário escrito e o do diário gráfico? Que diferença têm as viagens desenhadas das viagens das viagens escritas? Além da evidência do tipo de registo (o traço que desenha figuras e o que desenha letras, ambos na construção de um discurso sobre a experiência e a realidade, sobre o sentimento e o concreto), a relação do sujeito com o seu diário não é diferente. O diário, qualquer que seja a sua expressão física, serve para organizar

16 Os oito pontos do manifesto internacional dos *Urban Sketchers* (em particular os pontos 6 e 7) comprovam a noção de comunidade: “[...] 6. Apoiamo-nos uns aos outros e desenhamos em grupo; 7. Partilhamos os nossos desenhos online [...]” (cf. <http://urbansketchers-portugal.blogspot.pt/> Acesso em: 23 jan. 2021).

17 “[D]eve ser levado em conta que a escolha de páginas avulsas isola a página de seu contexto e lhe retira o aspeto relacional e até rítmico, se levarmos em consideração a sequência de páginas [...] o que fica em evidência [...] é o aspeto da página como *portfolio* [...]” (GUARALDO, 2010, p. 659).

pensamentos, deixar constância dos dias, interrogar(-se), refletir sobre o mundo, olhar para o presente, desenhar um futuro, ensaiar a identidade: “O Diário Gráfico é um ensaio de identidade, uma narratividade pessoal plasticamente ilustrada” (RAMOS, 2012, p. 27). Só na segunda parte da frase de Filipa Ramos, no que se refere ao trabalho plástico, encontramos um contraste com o diário íntimo que é igualmente, no contexto do género diarístico e memorialístico, um ensaio de identidade, uma viagem à procura de si mesmo empreendida pelo sujeito através da escrita.

A viagem é metamorfose. Caminho iniciático, partida e destino, regresso. Anseio pelo regresso que é, afinal, uma maneira de começar de novo. Sem prefixo -re, começar mesmo, livro em branco, vida em aberto, rota desenhando-se sobre um mapa imaginado. Sim, mesmo a viagem preparada com a precisão do geógrafo sobre mapas físicos, irrigados com os vasos serpenteantes das estradas, é uma rota em construção, onde nos podemos perder, porque “perder-se também é caminho.” (cf. LISPECTOR, 1949, p. 186).

Companheiro fiel ou ocasional, objeto de partilha ou apenas instrumental, espaço íntimo ou de exposição, proposta de partida ou repositório memorialístico, os cadernos de que falámos – narração e desenho – servem também de novos guias turísticos, para lá do elenco de lugares e horários.

A leitura aqui proposta é dupla: é o desafio de uma sobreposição, ou melhor, o desafio de *compaginar*, de observar e de ler, do desenho e da palavra, do desenho com palavras e das palavras que desenhavam. Não é uma proposta nova, mas surge renovada, contemporânea, urbana, como forma de ver o mundo e de partilhar essa viagem.

A viagem é motivo fundamental da literatura, e Portugal é uma nação cuja identidade é construída em viagem (cf. LOPES, 2015). A ideia de viagem, implica uma ideia de deslocação, de trânsito, não só num determinado espaço, como considerando uma dimensão e tempo. Estes cadernos, publicados como partilha e convite, arrumados nas livrarias entre o desenho, a viagem e o guia turístico, abrem-se oferecendo uma dupla leitura: eles trazem a viagem, o movimento, o trânsito, mas são também instante, olhar suspenso e demorado, numa experiência, numa paisagem, *num mundo, em cada desenho*.

Abramos o caderno virtual que nos acompanhou até aqui, observemos de novo a “miúda de cabelo castanho e calças de ganga” diante dos autores de *Tanto Mar*, a viagem deles, passado, na mão; a dela, futuro, no sorriso. No momento da passagem do testemunho, parece que a ouvimos pensar as palavras de Alexandra Lucas Coelho: “Eu já era outra.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. “Uma excursão milagrosa”. *Jornal das Famílias*, abril a maio de 1866. Texto disponível online a partir da página de Internet criada e gerida pela Universidade Federal de Santa Catarina. <<http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/contos/avulsos/CONTO,%20Uma%20excursao%20milagrosa,%201866.html>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BOWLES, P. *Viagens. Compilação de escritos, 1950-1993*. (Trad. Jorge Pereirinha Peres). Lisboa: Quetzal Editores, 2013.

Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 2, p. 135-146, jul.-dez. 2021.

COELHO, A. L. Fina linha vermelha. In.: SALAVISA, E. (ed). *Diários de viagem 2. Desenhadores-viajantes. / Diarios de viaje 2. Cuadernistas-viajeros*. Lisboa: Quimera, 2014, p. 13-14.

GONÇALVES, A. J. Viagem ao Cairo (Egipto). In.: SALAVISA, E. (ed). *Diários de viagem 2. Desenhadores-viajantes. / Diarios de viaje 2. Cuadernistas-viajeros*. Lisboa: Quimera, 2014, p. 48-49.

GUARALDO, L. A diversidade de processos nos cadernos de criação. *Materialidade e Virtualidade no Processo de Criação*. X Congresso Internacional de Pesquisadores de Crítica Genética, EDIPUCRS, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010, p. 653-662.

HÉBRARD, J. Por uma Bibliografia Material das Escritas Ordinárias o espaço gráfico do caderno escolar (França – Séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 115-141, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38753>> Acesso em: 24 jan. 2021.

LANCHA, J.J., Vizioli, S.H.T., e Castral, P.C. O caderno de viagem, o ensino e a percepção da cidade. *Anais do XI Seminário História da Cidade e do Urbanismo*, vol.11, n.5, 2010, p. 1-15. Disponível em < https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/nelac/wp-content/uploads/2015/01/2010_SHCU_O-caderno-de-viagem-o-Ensino-e-a-Percep%C3%A7%C3%A3o-da-Cidade.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

LISPECTOR, C. *A Cidade Sitiada*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1949.

LOPES, M. S. *Identidade em viagem. Para uma História da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

MARQUES, R. Uma praia chamada Portugal. *Atual*, revista do *Expresso*, p.30, 5-9-2012.

OLIVEIRA, I. B. Aprendendo com os cadernos escolares: sujeitos, subjetividades e práticas sociais cotidianas na escola. In: MIGNOT, A. Ch. V. (org.) *Cadernos à vista: Escola, Memória e Cultura escrita*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

PIRES, J. L. A costa legível. In: SILVA, P. A.; CATARINO, J.. *Tanto Mar. À descoberta das melhores praias de Portugal*. Lisboa: Clube do Autor, 2012, p.9-11.

RAMOS, F. *O Diário Gráfico como Estratégia de Desenvolvimento das Competências de Desenho*. Relatório de prática de ensino supervisionada. Mestrado em Ensino de Artes Visuais. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2012.

RAMOS, M. J. *Histórias Etíopes*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SALAVISA, E. *Diários de viagem 2. Desenhadores-viajantes. / Diarios de viaje 2. Cuadernistas-viajeros*. Lisboa: Quimera, 2014.

- SALAVISA, E. *Diários de Viagem. Desenhos do Quotidiano*. Lisboa: Quimera, 2008.
- SALAVISA, E. Le Corbusier. Diário de viagem e arquitetura. Revista *BDJornal*, n. 9, janeiro de 2006. Artigo disponível a partir da página do autor em <<http://www.diariografico.com/htm/outrosautores/Corbusier/LeCorbusier.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2021.
- SANPAYO, M. *O desenho em viagem: álbum, caderno ou diário gráfico. O álbum de Domingos António de Sequeira*. Tese de doutoramento em Belas-Artes (Desenho). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2009.
- SÁNCHEZ, J. M. (2014). “Viagem ao Vietnam”. In.: SALAVISA, E. (ed). *Diários de viagem 2. Desenhadores-viajantes. / Diarios de viaje 2. Cuadernistas-viajeros*. Lisboa: Quimera, 2014, p.172-174.
- SARAMAGO, J. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Caminho, 1995.
- SEIXO, M. A. Poéticas da viagem na Literatura. *Poéticas da viagem na Literatura*. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 9-40.
- SILVA, A. D. *O desenho sobre cadernos. O caderno gráfico*. Dissertação de mestrado. Mestrado em Desenho. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2013.
- SILVA, P. A.; CATARINO, J. *Tanto Mar. À descoberta das melhores praias de Portugal*. Lisboa: Clube do Autor, 2012.
- URBAN SKETCHERS. *Lisboa por / by Urban Sketchers*. Lisboa: Zest, 2015.
- URBAN SKETCHERS. *Manifesto dos Urban Sketchers*. <<https://urbansketchers-portugal.blogspot.com/p/manifesto-dos-urban-sketchers.html>> Acesso em: 3 jul. 2021.



ESTUDOS MORFOLÓGICOS DO PORTUGUÊS: UMA AMOSTRA REPRESENTATIVA DENTRO E FORA DO BRASIL

Carlos Alexandre Gonçalves¹

Graça Rio-Torto²

João Carlos Tavares³

De Saussure a Martinet e de Bloomfield a Sapir, entre outros nomes, os estudos de cunho estruturalista investiram a fundo na descrição da morfologia enquanto “estudo da configuração formal da palavra e dos processos responsáveis pela formação de novas unidades lexicais” (CRYSTAL, 1997, p. 157). Ao lado da fonologia, a morfologia teve lugar de destaque no Estruturalismo, cujo legado ainda continua sendo grande para a identificação das unidades significativas mínimas e seu papel na gramática.

A morfologia, no entanto, teve seus altos e baixos na história da Linguística no século passado, entrando, muitas vezes, de carona ou de contrabando, parafraseando Cagliari (1992), nos estudos sintáticos ou fonológicos, que tomaram lugar de destaque tanto nas abordagens mais formais quanto nos estudos de orientação mais funcional. Discutiu-se até mesmo a (ir) relevância da morfologia e seu estatuto como módulo independente da gramática. Alguns artigos chegaram a questionar “onde está a morfologia?” (ANDERSON, 1982) e outros a sugerir que “morfologia é sintaxe cristalizada” (GIVÓN, 1971).

1 Professor Titular de Língua Portuguesa da UFRJ (Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro), carlexandre@bol.com.br.

2 Professora Catedrática de Linguística da Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras, FLUC) e membro do CELGA-ILTEC (Centro de Estudos em Linguística Geral e Aplicada) da Universidade de Coimbra, gracart@gmail.com.

3 Professor do CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), pós-doutorado em Linguística pela UERJ e doutor pelo PPGLEV, tavares.jct@gmail.com.

Desde a última década do século passado, a morfologia vem gozando de certo prestígio nos estudos linguísticos, formalistas ou não. Com os avanços da fonologia não linear, ganhou força a Morfologia Prosódica (McCARTHY, 1986), que forneceu inestimável contribuição para o tratamento de questões morfológicas nas línguas semíticas e tratamento original e muito bem sucedido para a reduplicação. Na Teoria da Otimalidade, respondeu por um dos principais avanços na área: a criação da Teoria da Correspondência (McCARTHY & PRINCE, 1995; BENUA, 1995) alavancou a descrição dos processos não concatenativos, como, no caso do português, a mutação vocálica a serviço da flexão (‘pode’, ‘pôde’, ‘pude’) e vários processos de formação de palavras até então tidos como “marginais”, a exemplo do cruzamento vocabular (‘familícia’ << ‘família’ + ‘milícia’) e do truncamento (‘presidente’ >> ‘presi’).

Ainda no âmbito das abordagens mais formalistas, são também enormes as contribuições de um modelo teórico que unifica a morfologia e a sintaxe: a Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993). Nesse paradigma, um único mecanismo é capaz de formar tanto palavras quanto sentenças complexas, o que elimina a distinção entre morfologia e sintaxe no processo da derivação. No âmbito da linguística cognitiva, é cada vez maior o interesse por questões morfológicas, até mesmo como forma de validar a teoria, predominantemente voltada para questões sintáticas.

Nas análises mais voltadas para o uso, a morfologia vem ganhando projeção no âmbito das abordagens construcionais, inicialmente criadas para o tratamento de fenômenos sintáticos. A ampla adesão aos estudos nessa linha culminou na criação da morfologia construcional (BOOIJ, 2010), que dialoga com modelos de construção gramatical, segundo os quais a língua constitui um inventário estruturado de unidades simbólicas (LANGACKER, 1987) que variam em extensão (desde as mais atômicas às mais complexas) e especificidade (desde os esquemas mais genéricos às instanciações de padrões específicos). Embora mais recente, também se posiciona no grande espectro de estudos construcionais a chamada Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2016), que vem se debruçando mais a fundo na construcionalização morfológica e na produtividade lexical.

No Brasil e em Portugal, os trabalhos em morfologia ainda são minoria frente aos estudos em sintaxe e, mais recentemente, em semântica. Ainda assim, são volumosos os resultados de pesquisas em morfologia no Rio de Janeiro, tanto no âmbito do NEMP (Núcleo de Estudos Morfológicos do Português), da UFRJ, quanto na PUC-Rio, nesta última com a firme liderança de uma das principais representantes da área: a professora Margarida Basilio, que assina o texto clássico deste dossiê. Também vêm se consolidando na UFRJ estudos em Morfologia Distribuída, desenvolvidos pelos professores Alessandro Boechat e Aniela França.

O NEMP, coordenado por Carlos Alexandre Gonçalves, é um grupo de pesquisa interinstitucional, sediado na UFRJ, que reúne pesquisadores de várias universidades do estado (UFRRJ, UERJ, UFF, IFRJ, CEDERJ) e se dedica ao estudo da morfologia do português e de suas interfaces, tendo produzido numerosos e relevantes estudos sobre a temática.

Em São Paulo, a morfologia se fortalece em três grandes frentes de trabalho: (a) com a Morfologia Distribuída, difundida a partir do pioneirismo da professora Ana Paula Scher, que criou o GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída) e formou doutores hoje em várias universidades, como a UNIFESP e a UFMG, por exemplo; (b) na perspectiva histórica, liderada pelo professor Mário Eduardo Viaro, que assina a Seção Especial deste dossiê e instituiu o GMHP (Grupo de Morfologia Histórica do Português); e, não menos importante, (c) através da Lexicologia, na figura da professora Ieda Maria Alves, responsável, por exemplo, pela criação do “Observatório de neologismos do português brasileiro contemporâneo”, importante fonte para estudos sobre formação de palavras e por dialogar com professores de várias instituições espalhadas pelo Brasil, como na região centro-oeste. O grupo liderado pela professora Ieda formou pesquisadores também espalhados pelo Brasil, como na UFGD.

Em Minas Gerais e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, são bastante representativos os estudos na interface morfologia-fonologia, conduzidos, respectivamente, pelos professores Seung Lee e Luiz Carlos Schwindt. O professor Schwindt lidera o grupo de estudo e pesquisa “Círculo Linguístico: Fonologia e Morfologia”, com membros espalhados por quase todo o Sul do Brasil.

Na região Nordeste, destacam-se estudos em duas grandes frentes de trabalho: (a) os de natureza histórica, inseridos no âmbito do ProhPor (Programa para a História da Língua Portuguesa), e (b) os voltados para a Morfologia Construcional, que integra uma parceria UnB-UFBA-UEFS, coordenado pela professora Juliana Soledade e conduzido por ela e seus ex-orientandos Mailson Lopes e Natival Simões Neto.

Em Portugal avultam os trabalhos sobre morfologia do Português, numa perspectiva essencialmente sincrónica, produzidos pela equipa coordenada pela professora Graça Rio-Torto na Universidade de Coimbra, no âmbito do CELGA-ILTEC. Um dos expoentes desse labor coletivo é a *Gramática derivacional do Português* (2016, 2ª ed.), de GraçaRio-Torto (coord.), Alexandra Soares Rodrigues, Isabel Pereira, Sílvia Ribeiro e Rui Pereira (cf. RIO-TORTO et al., 2016). Alguns estudos sobre a morfologia do Português numa perspectiva histórica foram realizados sob a orientação de Graça Rio-Torto (UC) e coorientação de Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA), de Mário Viaro (USP) ou de Juliana Soledad (UnB).

Na Universidade de Lisboa, destacam-se os estudos levados a cabo no âmbito do CLUL por Alina Villalva e por Maria Antónia Mota, ambas autoras de relevantes capítulos sobre morfologia e formação de palavras, como a *Gramática do Português* (vol.3), organizada por Raposo et al. (2015).

Neste dossiê, temos uma pequena amostra do que vem sendo abordado sobre a morfologia do português, nas variedades brasileira e europeia. Os artigos dão mostra da diversidade de temas e problemas investigados e da diversidade teórica empregada no tratamento de questões importantes para a área: flexão, formação de palavras, fronteiras internas e externas da morfologia, tipologia, morfologia de línguas indígenas e empréstimos, entre outros temas igualmente relevantes.

Compõem o presente dossiê um texto clássico, um trabalho para a Seção Especial, duas entrevistas e dezessete artigos, selecionados por um corpo de pareceristas *ad hoc* constituído por mais de cinquenta especialistas de quase todo o Brasil e Portugal. As quase trinta submissões evidenciam o crescente interesse pela área.

O texto clássico “Saussure e as estruturas lexicais” é um trabalho inédito da professora Margarida Basilio, apresentado na Mesa-Redonda “Os 80 anos de publicação do *Curso de Linguística Geral* de Saussure”, no II Encontro Nacional do CELSUL, realizado em Florianópolis, em 1997. Nele, a autora reflete sobre os ensinamentos do mestre genebrino sobre as estruturas lexicais, exemplificando sempre com dados do português.

Na Seção Especial, o professor Mário Eduardo Viaro discute os constituintes Significante, Significado e Referência no modelo tradicional de signo linguístico, com vistas à compreensão de onde nele se situaria a Morfologia: se no Significante ou no Significado. O texto de Viaro certamente dialoga com o de Basilio, uma vez que ambos perpassam pelas ideias de Saussure.

Na sequência, temos duas entrevistas, ambas feitas por Juliana Soledade, Nival Simões Neto e Carlos Alexandre Gonçalves. A primeira é com o ilustre e renomado morfólogo Geert Booij, que se debruça sobre questões de morfologia há mais de 40 anos e propôs o modelo de Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010), com ampla utilização inclusive no Brasil. A segunda foi feita com Jenny Audring, parceira de um dos principais linguistas vivos na atualidade: Ray Jackendoff. Nela, Audring fala da parceria com Booij e Jackendoff e elucida questões de um novo modelo, cunhado por ela e Jackendoff de *Morfologia Relacional*.

Logo após, vêm os dezessete artigos selecionados. São dois os autores portugueses, Tânia Santos Ferreira e Rui Abel Pereira, ambos da Universidade de Coimbra (FLUC e Celga-Iltec). Coincidentemente, os dois tratam de questões referentes à flexão: a primeira aborda o gênero e o último, o número. No seu estudo, Tânia Ferreira analisa um conjunto de desvios morfológicos detectados em produções escritas por aprendentes tardios de PLNM, tendo em vista identificar as estratégias por estes adotadas na atribuição de gênero nominal do português. O professor Rui Pereira, além de se analisar a informação de que o falante dispõe no momento da produção das formas de plural dos nomes em -ão, apresenta os resultados de um estudo empírico, que revelam as tendências de uso entre os falantes do Português Europeu quando estão em causa unidades lexicais com variantes opcionais de plural.

Os autores brasileiros são de instituições do norte ao sul do país. Do nordeste, temos Bruno Felipe Marques Pinheiro, da UFS, que estuda a alternância -inho/-zinho, analisando questões estruturais e dialetais; Nival Simões Alves, da UEFS, que aborda, numa perspectiva construcional, os padrões sufixais latinos [XNi-ĪTĪA]Sj e [XNi-ĪTĪĒS]Sj e os desenvolvimentos [XAi-IÇA]Sj, [Xi-ICE]Sj, [Xi-EZ]Sj e [XAi-EZA]Sj no português arcaico; e Eudes Barletta Mattos & João Paulo Lazzarini Cyrino, da UFBA, que realizam uma investigação teórico-histórica de duas grandes inconsistências na tipologia linguística, inseridas na interface morfologia/sintaxe: o uso da noção de palavra.

Dois trabalhos foram desenvolvidos no norte do Brasil: “Construções nominais e nominalização em Mawé (Tupi)”, de Raynice Geraldine Pereira Silva, da Universidade Federal do Amazonas; e “pagar o pato é o mesmo que pagá-lo? Considerações sobre o comportamento morfossintático em fraseologismos”, de Davi Pereira de Souza, Abdelhak Razky, Carlene Ferreira Nunes Salvador, os dois primeiros da Federal do Pará e o último, da Federal Rural da Amazônia.

Do sul do Brasil, temos trabalhos em diferentes línguas e perspectivas teóricas: um sobre LIBRAS e outro, sobre o fenômeno do truncamento. André Nogueira Xavier e Daiane Ferreira, da Federal do Paraná, analisam 108 formações lexicais da libras. Por sua vez, Débora Heineck, da UFRGS, verifica a frequência de uso de dados de truncamento e analisa se esse fator exerce influência no processo de truncamento no português brasileiro.

Duas instituições de São Paulo contribuem com trabalhos para esse dossiê. Da Unicamp, Paulo Ângelo de Araújo-Adriano desenvolve um estudo sobre formas nominais do verbo, gerúndio nominal, gerúndio verbal. Da USP, Maurício Resende analisa o estatuto da unidade “palavra” (morfológica) à luz de fenômenos relevantes para a aquisição da linguagem.

Representando Minas Gerais, mais especificamente, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Pâmella Alves Pereira, através da proposta de *continuum* radical-afixo (GONÇALVES; ANDRADE, 2016), retoma o estudo das formações portuguesas em que há anteposição do elemento *não* a um nome como ‘não fiel’, ‘não sócio’ e ‘não pagamento’.

Por fim, dos cinco trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro, quatro são da UFRJ. Tiago Vieira de Souza questiona “Por que estudar morfologia?” e reivindica um ensino 3C: crítico, criativo e contextualizado; Isabella Lopes Pederneira, Rafaela do Nascimento Melo Aquino & Miriam Lemle analisam e apresentam a maneira pela qual palavras e construções sintáticas da língua inglesa são integradas na gramática dos falantes do português do Brasil, considerando a análise construcionista de Gramática Gerativa da Morfologia Distribuída; Leonardo Lennertz Marcotulio & David Batista de Jesus Travassos descrevem a variação na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo em espanhol; e Jaqueline dos Santos Peixoto investiga fenômenos da interface morfologia e fonologia no português do Brasil, fornecendo evidências para a noção de ciclo derivacional. Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Vitor de Moura Vivas & Margareth Andrade Moraes propõem integração entre texto, leitura e análise morfológica.

Que este dossiê não apenas dê mostra de quão frutíferas e variadas são as pesquisas na área de morfologia, mas também possa servir de estímulo ao desenvolvimento de outros estudos nesse campo de investigação tão instigante e tão diverso.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. Where's Morphology? *Linguistic Inquiry*, Vol. 13, No. 4, p. 571-612, 1982
- BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (ed.). *Papers in Optimality Theory*, Massachusetts, 18 (1), p. 77-136, 1995.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CAGLIARI, L. C. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, vol. II, 1992, p. 39-64.
- CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 4ª ed., London: Copyright, 1997.
- GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: and archeologist's field trip. In: *Papers from the 7th Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago Press, p. 25-53, 1971.
- GONÇALVES, C. A. V.; ANDRADE, K. A instabilidade categorial dos constituintes morfológicos: evidência a favor do continuum composição-derivação. *DELTA*, São Paulo, 32 (2), 261-294, 2016.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K; KEYSER, S. J. (Eds.). *The View from Building 20*, MIT Press, Cambridge, 1993, p. 111-176.
- JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphological schemas: theoretical and psycholinguistic issues. *The Mental Lexicon*. v. 11, n. 4, p. 467-493, 2016.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. Faithfulness and reduplicative identity. In: BECKMAN, J.; DICKEY, L.; URBANCZYK S. (Org.). *Papers in Optimality Theory*. Amherst: GLSA, 1995. p. 333-379.
- McCARTHY, J. *Prosodic morphology*. Amherst: University of Massachusetts and Brandeis University, 1986.
- RAPOSO, E. et al. *Gramática do Português* (vol.3). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).
- RIO-TORTO, G. et al. *Gramática derivacional do Português*. 2ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.



MORPHOLOGICAL STUDIES ON PORTUGUESE: A REPRESENTATIVE SAMPLE IN BRAZIL AND PORTUGAL

Carlos Alexandre Gonçalves¹

Graça Rio-Torto²

João Carlos Tavares³

From Saussure to Martinet and from Bloomfield to Sapir, among other names, structuralist studies have deeply invested in the description of morphology as “a study of the formal configuration of the word and the processes responsible for the formation of new lexical units” (CRYSTAL, 1997, 157). Alongside phonology, morphology had a prominent place in Structuralism, whose legacy is still great for the identification of minimal significant units and their role in Grammar.

Morphology, however, had its ups and downs in the history of Linguistics in the last century, often hitchhiking or smuggling, paraphrasing Cagliari (1992), in syntactic or phonological studies, which took a prominent place in formal and functional approaches. The (ir)relevance of morphology and its status as an independent module of grammar was discussed. Some articles even asked “where is the morphology?” (ANDERSON, 1982) and others suggest that “morphology is crystallized syntax” (GIVÓN, 1971).

Since the last decade of the last century, morphology has enjoyed a certain prestige in linguistic studies, formalist or not. With advances in non-linear phonology, Prosodic Morphology gained strength (McCARTHY, 1986) providing an invaluable contribution to

1 Professor of Portuguese at UFRJ (Department of Vernacular Letters, Postgraduate Program in Vernacular Letters, Faculty of Letters, Federal University of Rio de Janeiro), carlexandre@bol.com.br.

2 Professor of Linguistics at the University of Coimbra (Faculty of Arts and Humanities, FLUC) and member of CELGA-ILTEC (Center for Studies in General and Applied Linguistics), gracart@gmail.com.

3 Professor of Portuguese at CEDERJ (Distance Higher Education Center of the State of Rio de Janeiro), doctor of Portuguese at PPGLEV, tavares.jct@gmail.com.

the treatment of morphological issues in Semitic languages and an original and very successful treatment for reduplication. In Optimality Theory, morphology accounted for one of the main advances in the area: the creation of the Correspondence Theory (McCARTHY & PRINCE, 1995; BENUA, 1995) leveraged the description of non-concatenative processes, such as, in the case of Portuguese, the vowel mutation in verbal inflection ('pode', 'pôde', 'pude') and several word formation process until then regarded as "marginals", like as lexical blend ('família' << 'família' + 'milícia') and clipping ('presidente' >> 'presi').

Still within the scope of more formalistic approaches, the contributions of a theoretical model that unifies morphology and syntax are also very important: the Distributed Morphology (HALLE; MARANTZ, 1993). In this paradigm, a single mechanism is capable of forming both complex words and sentences, and of eliminating the distinction between morphology and syntax in the derivation process.

In the field of Cognitive Linguistics (LANGACKER, 1987), there is an increasing interest in morphological issues, even as a way of validating the theory, predominantly focused on syntactic issues.

With the analyzes more focused on use, morphology has gained prominence within the scope of constructional approaches, initially created for the treatment of syntactic phenomena. The broad adherence to studies in this line culminated in the creation of constructional morphology (BOOIJ, 2010), which dialogues with grammatical construction models, according to which language constitutes a structured inventory of symbolic units (GOLDBERG, 1995) that vary in extension (since the most atomic to the most complex one) and specificity (from the most generic schemas to the instantiation of specific patterns). Although more recent, the so-called Relational Morphology (JACKENDOFF; AUDRING, 2016) is also positioned in the broad spectrum of constructional studies, which has been delving more deeply into morphological constructionalization and lexical productivity.

Both in Brazil and Portugal, works in morphology are still a minority, compared to studies in syntax and, more recently, in semantics. Even so, the results of research in morphology in Rio de Janeiro are voluminous, both within the scope of the NEMP (Nucleus for Morphological Studies of Portuguese), at UFRJ, and at PUC-Rio, in the latter with the firm leadership of one of the main representatives names from this area: Professor Margarida Basilio, who signs the classic text of this dossier. Studies in Distributed Morphology, developed by professors Alessandro Boechat and Aniela França, have also been consolidated at UFRJ.

In Rio de Janeiro, the NEMP, coordinated by Carlos Alexandre Gonçalves, is an inter-institutional research group, based at UFRJ, which brings together researchers from various universities (UFRJ, UERJ, UFF, IFRJ, CEDERJ) and is dedicated to the study of morphology of Portuguese and its interfaces, having produced numerous and relevant studies on the subject.

In São Paulo, morphology is strengthened in three major fronts: (a) with Distributed Morphology, disseminated from the pioneering spirit of Professor Ana Paula Scher, who created the GREMD (Group of Studies in Distributed Morphology) and graduated PhDs today at several universities, such as UNIFESP and UFMG, for example; (b) in the historical perspective, led by Professor Mário Eduardo Viaro, who signed the Special Section of this dossier, and created the GMHP (Group of Historical Morphology of Portuguese); and, not least, (c) through Lexicology, in the figure of Professor Ieda Maria Alves, responsible, for example, for the creation of the “Observatory of Neologisms of Contemporary Brazilian Portuguese”, an important source for studies on word formation and for dialoguing with professors from various institutions throughout Brazil, such as in the Midwest region. The group led by Professor Ieda trained researchers also spread across Brazil, such as at UFGD.

In Minas Gerais and, mainly, in Rio Grande do Sul, studies on the morphology-phonology interface, carried out, respectively, by professors Seung Lee and Luiz Carlos Schwindt are quite representative. Professor Schwindt leads the research group “Linguistic Circle: Phonology and Morphology”, with members of many southern cities.

In the Northeast, there are studies in two major fronts: (a) those of a historical nature, within the scope of ProHPor (Program for the History of the Portuguese Language), and (b) those focused on Constructional Morphology, which is part of an Unb-UFBA-UEFS partnership, coordinated by professor Juliana Soledade and conducted by her disciples Mailson Lopes and Natival Simões Neto.

In Portugal, there are many works on Portuguese morphology, in an essentially synchronic perspective, produced by the team coordinated by Professor Graça Rio-Torto at the University of Coimbra, within the scope of CELGA-ILTEC. One of the exponents of this collective work is the *Derivational Grammar of Portuguese*, by Graça Rio-Torto (coord.), Alexandra Soares Rodrigues, Isabel Pereira, Sílvia Ribeiro and Rui Pereira (cf. RIO-TORTO et al. , 2016). Some studies on the morphology of Portuguese from a historical perspective were carried out under the supervision of Graça Rio-Torto (UC) and co-supervision of Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA), Mário Viaro (USP) and Juliana Soledad (UnB).

At the University of Lisbon, we highlight the studies carried out within the scope of CLUL by Alina Villalva and Maria Antónia Mota, both authors of relevant chapters on morphology and word formation, such as the Grammar of Portuguese (vol.3), organized by Raposo *et al.* (2015).

In this dossier, we have a small sample of what has been discussed about the of Portuguese morphology, in Brazilian and European varieties. The articles show the diversity of themes and problems investigated and the theoretical diversity employed in the treatment of important issues for the area: inflection, word formation, internal and external borders of morphology, typology, morphology of indigenous languages and loans, among other themes equally relevant.

This dossier comprises a Classic Paper, a work for the Special Section, two interviews and seventeen articles, selected by a body of ad hoc reviewers made up of more than fifty specialists from Brazil and Portugal. The nearly thirty submissions evidence the growing interest in the area.

The classic paper “Saussure and lexical structures” is an unpublished work by professor Margarida Basilio, presented at the Roundtable “The 80 years of publication of Saussure’s General Linguistics Course”, at the II CELSUL National Meeting, held in Florianópolis, in 1997. In this paper, the author reflects on the teachings of the Genevan master about lexical structures, always giving examples from Portuguese.

In the Special Section, professor Mário Eduardo Viaro discusses the constituents Significant, Meaning and Reference in the traditional model of linguistic sign, with a view to understanding where Morphology would be located in it: whether in the Significant or in the Meaning. Viaro’s text certainly dialogues with Basilio one, since both permeate Saussure’s ideas.

Next, we have two interviews, both conducted by Juliana Soledade, Natival Simões Neto and Carlos Alexandre Gonçalves. The first one is with the distinguished and renowned morphologist Geert Booij, who has been working on morphology issues for over 40 years and proposed the Constructional Morphology model (BOOIJ, 2010), which is widely used even in Brazil. The second one was made with Jenny Audring, partner of one of the main linguists alive today: Ray Jackendoff. In this interview, Audring talks about the partnership with Booij and Jackendoff and elucidates issues of a new model, coined by her and Jackendoff from Relational Morphology.

Soon after, come the seventeen selected articles. There are two Portuguese authors, Tânia Santos Ferreira and Rui Abel Pereira, both from the University of Coimbra (FLUC and Celga-Iltec). Coincidentally, the two deal with issues related to inflection: the first one addresses gender and the last one, number. In her study, Tânia Ferreira analyzes a set of morphological deviations detected in productions written by late PLNM learners, in order to identify the strategies adopted by them in the attribution of nominal gender in (European) Portuguese. Professor Rui Pereira, analyzes the information available to the speaker during the production of the plural forms of nouns in *-ão* and presents the results of an empirical study, which reveal the trends in use among speakers of European Portuguese when it comes to lexical units with optional plural variants.

Brazilian authors are from institutions from the north to the south of our country. From the northeast, Bruno Felipe Marques Pinheiro, from UFS (Sergipe), studies the *-inho/-zinho* alternation, analyzing structural and dialectal issues; Natival Simões Alves, from UEFS (Bahia), addresses, from a constructional perspective, the Latin suffix patterns [XNi-ĪTĪA]Sj E [XNi-ĪTĪĒS]Sj and the developments [XAi-IÇA]Sj, [Xi-ICE]Sj, [Xi -EZ]Sj E [XAi-EZA]Sj in Old Portuguese; and Eudes Barletta Mattos & João Paulo Lazzarini Cyrino, from UFBA (Bahia), who carry out a theoretical-historical investigation of two major inconsistencies in linguistic typology, inserted in the morphology/syntax interface: the use of the notion of word.

Two works were developed in northern Brazil: “Nominal constructions and nominalization in Mawé (Tupi)”, by Raynice Geraldine Pereira Silva, from the Federal University of Amazonas; and “Is paying the duck the same as paying him?: Considerations on morphosyntactic behavior in phraseologisms”, by Davi Pereira de Souza, Abdelhak Razky, Carlene Ferreira Nunes Salvador, the first two from Federal do Pará and the last one from Federal Rural da Amazônia.

From southern Brazil, we have works in different languages and theoretical perspectives: one on LIBRAS and the other on the truncation phenomenon. André Nogueira Xavier and Daiane Ferreira, from Federal do Paraná, analyze 108 lexical formations of LIBRAS, a Brazilian’s sign language. In turn, Débora Heineck, from UFRGS, checks the frequency of use of truncation data and analyzes whether this factor influences the truncation process in Brazilian Portuguese.

Two universities in São Paulo contribute with works to this dossier. From Unicamp, Paulo Ângelo de Araújo-Adriano develops a study on the nominal forms of the verb, nominal gerund, verbal gerund. From USP, Maurício Resende analyzes the statute of the unit “word” (morphological) in the light of relevant phenomena for language acquisition.

Representing Minas Gerais, more specifically, the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, Pâmella Alves Pereira, through the proposal of a radical-affix *continuum* (GONÇALVES; ANDRADE, 2016), resumes the study of Portuguese formations in which there is prefixation of the non- element to a name, like as in ‘non-faithful’, ‘non-member’ and ‘non-payment’, for example.

Finally, of the five works developed in Rio de Janeiro, four are from UFRJ. Tiago Vieira de Souza asks “Why study morphology?” and claims a 3C teaching: critical, creative and contextualized; Isabella Lopes Pederneira, Rafaela do Nascimento Melo Aquino & Miriam Lemle analyze and present the way in which words and syntactic constructions of the English language are integrated in the Grammar of Brazilian Portuguese speakers, considering the constructionist analysis of Generative Grammar of Distributed Morphology; Leonardo Lennertz Marcotulio & David Batista de Jesus Travassos describe the variation in the realization of the imperfect past tense of the subjunctive in Spanish; and Jaqueline dos Santos Peixoto investigates phenomena of the morphology and phonology interface in Brazilian Portuguese, providing evidence for the notion of derivational cycle. From the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ), Vitor de Moura Vivas & Margareth Andrade Morais propose integration between text, reading and morphological analysis.

We hope that this dossier not only demonstrates how fruitful and varied research in the area of morphology is, but can also serve as a stimulus to the development of other studies in this exciting and diverse field of investigation.

Good reading!

References

- ANDERSON, S. Where's Morphology? *Linguistic Inquiry*, Vol. 13, No. 4, p. 571-612, 1982
- BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (ed.). *Papers in Optimality Theory*, Massachusetts, 18 (1), p. 77-136, 1995.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CAGLIARI, L. C. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, vol. II, 1992, p. 39-64.
- CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 4ª ed., London: Copyright, 1997.
- GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: and archeologist's field trip. In: *Papers from the 7th Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago Press, p. 25-53, 1971.
- GONÇALVES, C. A. V.; ANDRADE, K. A instabilidade categorial dos constituintes morfológicos: evidência a favor do continuum composição-derivação. *DELTA*, São Paulo, 32 (2), 261-294, 2016.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K; KEYSER, S. J. (Eds.). *The View from Building 20*, MIT Press, Cambridge, 1993, p. 111-176.
- JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphological schemas: theoretical and psycholinguistic issues. *The Mental Lexicon*. v. 11, n. 4, p. 467-493, 2016.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*: Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. Faithfulness and reduplicative identity. In: BECKMAN, J.; DICKEY, L.; URBANCZYK S. (Org.). *Papers in Optimality Theory*. Amherst: GLSA, 1995. p. 333-379.
- McCARTHY, J. *Prosodic morphology*. Amherst: University of Massachusetts and Brandeis University, 1986.
- RAPOSO, E. *et al. Gramática do Português* (vol.3). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).
- RIO-TORTO, G. *et al. Gramática derivacional do Português*. 2ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.



SAUSSURE E AS ESTRUTURAS LEXICAIS¹

SAUSSURE AND THE LEXICAL STRUCTURES

Margarida Basilio²

RESUMO

Neste artigo, pretende-se enfatizar a importância da contribuição de Saussure para a compreensão do léxico e sua relevância nas línguas naturais, comparando a abordagem de Saussure com uma proposta clássica para um modelo de relações lexicais na teoria gerativa. Finalmente, discute-se, em termos gerais, a controvérsia regras/analogia em relação ao léxico, ainda em curso nos dias de hoje.

Palavras-chave: Morfologia; Saussure; Analogia; Regra.

ABSTRACT

In this paper, we intend to emphasize the importance of Saussure's contribution to the understanding of the lexicon and its relevance in natural languages, comparing Saussure's approach with a classical proposal for a model of lexical relations in generative theory. Finally, it discusses, in general terms, the rules/analogy controversy in relation to the lexicon, still ongoing today.

Keywords: Morphology; Saussure; Analogy; Rule.

1 Trabalho apresentado na Mesa-Redonda “Os 80 anos de publicação do *Curso de Linguística Geral* de Saussure”. II Encontro Nacional do CELSUL, Florianópolis, 1997. Texto inédito, ainda não publicado.

2 Professora Emérita do Departamento de Letras da PUC-Rio e associada ao Programa de Pós-Graduação Letras da PUC-Rio, marbas@centroin.com.br

Certamente não foi por acaso que Saussure se absteve de publicar em forma escrita suas ideias sobre Linguística Geral. Além da preocupação com o rigor científico e a consciência de alguns problemas remanescentes em suas propostas, conforme atestam biógrafos e comentadores, é provável que ele conhecesse melhor do que ninguém as dificuldades da empreitada, já que a linearidade compulsória da fala virtualmente inviabiliza uma abordagem cabal das línguas como sistemas de valores.

Tendo desistido de dar solução a seus dilemas desde o início da década de 1890³, é com grande hesitação e escrúpulos que, diante de insistentes convites, Saussure finalmente aceita a incumbência de ministrar os cursos de Linguística Geral, dos quais a quase totalidade, no entanto, ainda vai incidir sobre Linguística Histórica. Na verdade, o imenso legado que Saussure nos deixou sobre Linguística Geral vem de notas correspondentes a um número diminuto de aulas, sobretudo a primeira do segundo curso e as duas últimas do terceiro curso. Assim, é de modo arrevesado, e por obra de seus discípulos, que o pensamento saussuriano permaneceu com a humanidade.

Felizes herdeiros desse legado, aqui nos reunimos para honrar sua memória, por ocasião da passagem dos oitenta anos de publicação do Curso de Linguística Geral. Felizes, sim, mas também conscientes da dificuldade da tarefa de falar sobre uma construção teórica para a qual formas entrecruzadas multidimensionais constituiriam meio bem mais adequado de abordagem do que a língua formal escrita e falada a que estamos circunscritos.

Não podemos falar ao mesmo tempo, em todos os seus entrecruzamentos e razões de ser e valer, das noções de valor como determinante de realidade e identidade; da noção de signo dando sentido à união de dois cortes arbitrários nas massas amorfas dos sons e sentidos e fazendo nascer a relação significante/significado; o corte da linha evolutiva instituindo o estado sincrônico, como condição de possibilidade para a abordagem estrutural; a noção de valor que emerge dos cortes arbitrários, estabelecendo os limites de identidade e realidade dos signos; a analogia constituindo a força produtiva virtual; e relações associativas definindo quaisquer possibilidades de relações sintagmáticas.

Esse entrecruzamento de princípios e oposições, de expressão incompatível com a forma linear, é, no entanto, perfeitamente adequado para se pensar o léxico. Isto, naturalmente, não é coincidência, porque Saussure, em grande parte, define a *langue*, a forma da língua, como o léxico: como inventário de signos, como o tesouro depositado na cabeça do falante; como o conjunto de formas pensadas e conhecidas pelo falante; como sistema de signos e valores. Neste trabalho, pretendo enfatizar a importância da contribuição de Saussure para a compreensão do léxico e sua relevância nas línguas naturais humanas.

3 De acordo com Godel (1957), Saussure já falava dos problemas encontrados em correspondência com Meillet datada de 1894. Saussure já tinha, portanto, todo o seu pensamento sobre Linguística Geral plenamente consolidado desde esta época, o que explica suas hesitações em publicar. É clara, portanto, a anterioridade da proposta saussureana em relação à proposta estruturalista de Bloomfield. Para mais detalhes, ver também De Mauro (1972).

De início, abordo a oposição *langue/parole* em relação ao tratamento dos fenômenos lexicais em Saussure. Em seguida, comparo a abordagem de Saussure com uma proposta clássica para um modelo de relações lexicais na teoria gerativa. Finalmente, discuto em termos gerais a controvérsia regras/analogia em relação ao léxico, ainda em curso nos dias de hoje.

I.

Na distinção *langue/parole* de Saussure, a *parole* corresponde à atividade livre e individual do falante na utilização da *langue*, enquanto a *langue* corresponde ao sistema de valores subjacente. Em outro ângulo, Saussure lida com a morfologia do léxico em termos do mecanismo de analogia, interpretada com a quarta proporcional. Diz ele, por exemplo, que *carteiro* não vem de *carta*, mas de um modelo do tipo *prisão :: prisioneiro*. Em referência a questões lexicais, diz Saussure que “a analogia supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é feita à imagem de outra ou outras, segundo uma regra determinada (...); supõe a consciência e a compreensão da relação que une as formas entre si” (SAUSSURE, 1916, p. 187). Assim, o mecanismo de analogia está na esfera da *langue*. Acrescenta ele, porém, que é necessário distinguir a compreensão da relação que une as formas geradoras entre si do resultado sugerido pela comparação, que corresponde à forma construída pelo falante, já que apenas esta última pertence à fala. Assim, conclui, a analogia nos ensina a separar a língua da fala, colocando esta como dependendo daquela⁴.

Uma formação lexical, portanto, não é uma cópia aleatória: a possibilidade de uma formação analógica depende da compreensão perfeita da simultaneidade das relações associativas e sintagmáticas. Em outras palavras, a formação analógica é inconcebível sem a prévia análise da relação sintagmática, a qual pressupõe pelo menos duas cadeias de relações associativas. No caso exemplificado anteriormente, a formação de *carteiro* pressupõe a percepção da relação *prisão/prisioneiro*, que inclui a disponibilidade do padrão S+eiro e a simultânea relação *prisão+Suf*, ou seja, a possibilidade de se antepor a -eiro um substantivo, assim como de se pospor a *prisão* outros sufixos derivacionais.

É bastante clara, portanto, a pertinência à *langue* do mecanismo subjacente a qualquer formação analógica. Mas, conforme Saussure nos alerta, o produto eventual deste mecanismo fica no âmbito da *parole*, na medida em que se trata de um ato individual do falante no processo de expressar seu pensamento. A situação, portanto, é clara. Até o momento em que nos damos conta de que, adicionalmente, a *langue* também é considerada como o “reservatório de formas pensadas ou conhecidas do pensamento” (GODEL, 1957, p. 23).

Esta última colocação nos encaminha para a singularidade do léxico: enquanto reservatório de formas pensadas ou conhecidas do pensamento, o léxico é certamente *langue*, o famoso

4 Todas as citações e referências deste parágrafo são do capítulo sobre Analogia do Curso de Linguística Geral.

“tesouro depositado no cérebro de cada falante”. Mas este reservatório de formas pensadas ou conhecidas do pensamento certamente conterà um enorme contingente de produtos de formações analógicas, as quais, enquanto criações individuais, pertence(ria)m ao âmbito da *parole*, mas enquanto formas pensadas ou conhecidas do pensamento passam à esfera da *langue*. Temos no léxico, portanto, algo como uma *parole* cristalizada ou *parole* se cristalizando em *langue*.

É de se ressaltar que, na produção de novas formas pelo mecanismo de analogia, enquanto ato individual, não temos apenas a concretização de uma possibilidade já previamente latente; mais do que isso, o uso que o falante faz de uma dada possibilidade, concretizando uma produção lexical, pode ser tanto uma formação que instaura uma alternativa a uma forma pré-existente consagrada pelo uso, quanto pode ser um uso que estabelece uma relação de denominação, a qual, embora não contradiga o valor das partes constituintes, passa a ser distinto delas.

Assim, em oposição a padrões que subjazem à formação e interpretação de palavras morfologicamente complexas, ou signos motivados, teríamos no léxico o fator do uso se incorporando a cada item lexical, dando como resultado uma situação em que “o impossível acontece” (BASILIO, 1987, p. 25), ou seja, em que é comum, ou mesmo esperado, ou banal, que encontremos no léxico formas com interpretação não prevista por padrões de associação lexical do tipo colocado por Saussure. Essas interpretações não previstas, e, de fato, imprevisíveis, naturalmente não podem estar no âmbito da *langue*, mas apenas no âmbito da *parole*, enquanto signos motivados. É neste sentido que teríamos no léxico a cristalização da *parole*. Estes mesmos signos devem, entretanto, ser considerados como pertinentes à *langue*, já que são formas conhecidas do pensamento; neste caso, porém, deverão ser considerados como signos arbitrários.

Deve ser mantida, portanto, esta oposição, esta aparente contradição na proposta saussuriana, porque ela dá conta de maneira ímpar da situação esdrúxula que se verifica no léxico, no sentido de encontrarmos, ao mesmo tempo, formações regulares com seus significados previstos ao lado não apenas de resultados imprevistos em formações irregulares, mas resultados imprevistos ao lado dos previstos em formações regulares, sendo esta última, possivelmente, a situação mais característica do léxico.

Um dos melhores exemplos nesse sentido ocorre com as nominalizações. Tomemos, por exemplo, o próprio termo *nominalização*. Do ponto de vista da *langue*, temos em *nominalização* uma formação analógica a partir de um modelo como *racionalizar/ racionalização*, e podemos considerar motivadamente *nominalização* como “ato ou efeito de nominalizar”. Entretanto, a acepção de “processo sintático ou morfológico de formar um substantivo deverbal” pertence ao âmbito não da *langue*, mas da *parole* cristalizada – ou seja, o uso que se fez de uma estrutura para fins específicos de designação conceitual. Do mesmo modo, *ocorrência* se refere à noção geral abstrata de ocorrer numa visão substantiva, mas pode designar quer algo como “enunciados”,

em Linguística, quer “possíveis crimes registrados numa delegacia policial”⁵. Outros casos corriqueiros incluem, por exemplo, nomes de agentes denominais, produzidos com o objetivo de designação ocupacional, como em *livreiro*, *sapateiro*, etc., em que a função específica é determinada pelo uso⁶.

A visão de Saussure é sincrônica: a incorporação de novas formações no léxico não altera o sistema, na medida em que novas formações são feitas a partir da percepção de relações que já vigoram no sistema. No exemplo anterior, como termo técnico introduzido num determinado momento, *nominalização* certamente mudará as oposições de valores numa linguagem técnica determinada, num subsistema terminológico específico, mas não na *langue* em si, em que continua correspondendo apenas a “ato ou efeito de nominalizar”⁷.

A visão do léxico como *parole* cristalizada, ainda que imperfeita a imagem, por parcial, enfatiza o mecanismo que Saussure propõe do funcionamento da língua, em termos de sincronia, de valor, de mudanças e *langue* relacionada à *parole*, sistema semiológico e fato social, além da oposição entre relações sintagmáticas e associativas e a analogia como princípio fundamental. Ou seja, temos no léxico um sistema de valores, em que cada elemento só pode ser definido em termos de suas relações com os demais. Essas relações se definem sincronicamente: a produção de uma nova forma a partir de um modelo analógico não interfere no sistema, realizando-se apenas no nível da *parole*. Como sistema semiológico e fato social, o léxico consubstancia o corte arbitrário simultâneo de massas amorfas de significado e som que dá identidade formal aos signos arbitrários; os signos motivados só podem sê-lo a partir da simultaneidade da percepção das relações associativas e sintagmáticas, constituindo-se a formação analógica como princípio fundamental nas relações lexicais.

II.

Tracemos agora um paralelo com modelos mais recentes do léxico, em abordagens gerativas. O modelo apresentado em Jackendoff (1975) foi escolhido para este paralelo pelo fato de ser o primeiro modelo mais elaborado de relações lexicais na teoria gerativa.

O modelo de Jackendoff está centrado na representação de relações lexicais. Jackendoff parte da “lista total” de entradas lexicais e procura definir relações lexicais em termos de

5 As nominalizações são grandemente utilizadas na nomenclatura científica, de modo que há inúmeros exemplos de cristalização nesse tipo de texto.

6 Ou seja, embora haja o significado geral “agente caracterizado pelo objeto expresso pela base nominal”, o tipo específico de ação, como *vender* (e não *produzir*, por exemplo), no caso de *livreiro*, e *consertar* (e não *vender* ou *produzir*), no caso de *sapateiro*, é determinado pelo uso.

7 Poderíamos talvez pensar que, na medida em que a formação entrasse no léxico, ela passasse a ser base de reforço ou, pelo menos, elemento disponível para criações analógicas de seu tipo, portanto cristalizando-se, em seu aspecto regular, na *langue*. Isto, entretanto, é de pouca relevância: admitindo um mecanismo de analogia, com seu entrecruzamento de relações sintagmáticas e associativas, devemos admitir apenas um par identificado do tipo [[X]Y], juntamente com uma associação X’. Como isto basta para a criação analógica, nada mais é necessário no nível da *langue*.

facilidade de aquisição de itens lexicais, a partir do critério de informação compartilhada. O modelo estabelece regras de redundância lexical, que representam as relações lexicais, as quais tornam mais fácil a aquisição de uma palavra a partir do conhecimento prévio de outra. Por exemplo, é mais simples adquirir o substantivo *carteiro* pelo conhecimento prévio de *carta*, dada a regra de redundância que relaciona o substantivo X de significado Z com um substantivo X-eiro de significado “indivíduo caracterizado profissionalmente por Z”. Jackendoff também propõe uma medida de generalidade para regras de redundância, calculada a partir do número de produtos atestados, em proporção ao número de produtos previstos.

O modelo de Jackendoff apresenta em comum com Saussure o fato de partir da totalidade do léxico: a lista completa de entradas lexicais para Jackendoff corresponderia a todo o tesouro depositado na cabeça do falante para Saussure. Adicionalmente, Jackendoff estabelece as regras de redundância da forma de que um X da categoria A se relaciona a um X+Suf da categoria B, desse modo se aproximando bastante da proposta saussuriana de relações associativas e sintagmáticas no nível analógico lexical.

A grande diferença entre os dois está no fato de que enquanto Saussure estabelece na *langue* apenas o princípio geral da quarta proporcional para lidar com relações lexicais, assim considerando qualquer aplicação do mecanismo analógico na produção de uma forma específica como um ato de fala, Jackendoff vai mais adiante e coloca uma especificação maior, fixando como fatos da língua as próprias regras de redundância específicas, do tipo [X]V↔[X-ção]S, [X]N↔[X-eiro]S/ag etc.

Esta última diferença pode ser vista de dois modos. Por um lado, podemos considerar que, do ponto de vista de uma língua em particular, a proposta de Jackendoff é mais adequada, mesmo em termos saussurianos, na medida em que concebe uma teia de relações lexicais, exatamente do tipo que Saussure preconiza como constituinte do léxico. Entretanto, é de se ressaltar que a proposta de Jackendoff prevê como possíveis não apenas formações como as exemplificadas acima, mas também formações como ?locajejo, ?joguedo etc., embora neste caso tenhamos a medida de generalidade acusando um teor mínimo. Nesse sentido, portanto, embora a maioria dos exemplos de Jackendoff seja de processos de teor de produção considerável, a medida de generalidade da proposta abarca toda e qualquer formação para a qual tenhamos um modelo do qual possamos extrair um X-. Ou seja, embora representando processos morfológicos específicos numa dada língua, a proposta de Jackendoff apresenta resultados empíricos equivalentes aos que teríamos na proposta analógica de Saussure.

Uma outra diferença entre as duas abordagens é que Jackendoff não se limita à redundância lexical, extrapolando o uso das regras de redundância para o tratamento da produtividade lexical. Neste ponto, divergem profundamente os dois autores, na medida em que o objetivo de Jackendoff, como gerativista, é o de determinar a classe das construções lexicais possíveis, enquanto Saussure estabelece que qualquer produção lexical a partir do uso do mecanismo analógico será um ato de fala.

Curiosamente, Saussure se aproxima mais do que Jackendoff da posição gerativista atual, na medida em que estabelece um princípio geral, que se poderia compreender como universal, segundo o qual o mecanismo de analogia está disponível para qualquer falante, sendo teoricamente irrelevante seu eventual uso, quer para a aquisição de itens de um léxico específico, quer para a fixação de padrões particulares. É de se ressaltar, no entanto, que a analogia proporcional é um mecanismo lógico geral, e não apenas linguístico, o que torna a proposição de Saussure mais próxima de uma visão cognitivista em seu tratamento do léxico.

III.

Passo, então, a examinar a controvérsia Regra/Analogia na teoria lexical. Existem duas possibilidades definidas de se representar o fenômeno da produtividade lexical. A primeira, em uso corrente a partir do trabalho pioneiro de Aronoff (1976) é considerar que temos no léxico uma série de Regras de Formação de Palavras, que podem ser aplicadas a palavras previamente existentes no léxico, assim formando novas palavras. Assim, por exemplo, a aplicação da regra de adição de *-eiro* a substantivos pode produzir palavras como *olheiro*, *doleiro*, etc.; a partir do modelo *Hegel/hegeliano* podemos formar *chomskiano*, *laboviano*, e assim por diante.

Ou seja, no primeiro caso, formamos palavras pela aplicação de regras que executam uma operação fonológica sobre uma base especificada, com um produto previsível em termos sintáticos e semânticos; no segundo caso, a partir da interpretação prévia do princípio de formação subjacente a um par de itens lexicalmente relacionados, construímos a forma que corresponde à incógnita da quarta proporcional. Qual seria, então, a diferença entre propor Regras de Formação de Palavras regulando as possibilidades de construção lexical e propor para este fim apenas o princípio da analogia?

Parece existir uma diferença empírica, mas esta, na realidade, vai depender do que considerarmos como base suficiente para a formulação de regras. No caso da analogia, é suficiente termos um par de signos motivados transparentes. Assim, de *prisão*, *prisioneiro* e *carta* formamos *carteiro*, como exemplificou Saussure. Isto prevê como viáveis formações como ?pedredo, a partir de *rocha*, *rochedo*, *pedra*; ?locajejo, já referido acima, a partir de *lugar*, *lugarejo*, *local*. Ora, a diferença empírica entre esta abordagem e a que estabelece regras específicas vai depender do que se considere suficiente para formular uma regra de formação de palavras: se considerarmos que basta uma relação transparente para estabelecer uma regra, então a diferença empírica desaparecerá. O que permanece como distinção entre as duas propostas é a formulação de um princípio geral em oposição à listagem de inúmeros casos específicos de aplicação.

A diferença entre uma proposta e outra, portanto, reside na superioridade teórica da formulação de um princípio geral, na proposta saussuriana, embora possa ser relevante a utilidade de especificação de processos na descrição de léxicos particulares.

Uma vantagem adicional na abordagem da analogia em comparação com a utilização de regras é que a analogia, pelo mesmo princípio, dá conta de formações esporádicas, quer de caráter regressivo, expressivo ou outros, que promovem o nascimento ou ressurreição de afixos e radicais, tais como nos exemplos clássicos de *cheeseburger* a partir da reanálise de *hamburger* ou *sarampo* a partir de *sarampão*.

Assim, vemos que, dada a relação indissolúvel entre relações sintagmáticas e relações associativas, o mecanismo de analogia pode funcionar em termos gerais, e é suficiente haver um par transparente para que o mecanismo possa ser aplicado. O essencial é reconhecermos pelos menos um signo como motivado, sem o que não se pode ter o mecanismo de analogia; mas esta motivação tanto pode existir previamente na língua quanto ser imaginada ou percebida pelo falante/artista, que vê o que está latente, o que os outros podem não ver imediatamente. Esta é a condição do sistema saussuriano de relações.

Em suma, depois de muitas décadas de pesquisa linguística, ainda temos muito a aprender com Saussure e agradecer a seus discípulos pelo legado que conseguiram recuperar para a humanidade.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. L.I. Monograph I. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

BASILIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo, São Paulo: Ática, 1987.

DE MAURO, T. *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure: Edição crítica. Paris: Payot, 1972.

GODEL, R. *Les Sources Manuscrites Du Cours de Linguistique Générale* de F. de Saussure. Genève: Librairie Droz, 1957.

JACKENDOFF, R. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language* 51 (1): 639-71, 1971.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1916.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de A. Chelini, J.P. Paes e I. Blindstein. São Paulo: Cultrix, 1972.



A MORFOLOGIA NO SIGNIFICADO DO SIGNO LINGUÍSTICO

MORPHOLOGY IN THE MEANING OF THE LINGUISTIC SIGN

Mário Eduardo Viaro¹

RESUMO

Discutem-se os três constituintes do Significante, Significado e Referência no modelo tradicional de signo linguístico, com vistas à compreensão de onde nele se situaria a Morfologia: se no Significante ou no Significado. Material historiográfico e dados empíricos de diversas línguas são trazidos à discussão, dando assim embasamento à compreensão de um posicionamento da Morfologia ao lado da Lexicologia no Significado e afastando-se da interpretação de que áreas interdisciplinares como a Morfossintaxe ou a Morfofonologia subsumiriam a Morfologia, que, desse modo, não seria uma configuração particular dessas grandes áreas. A afinidade com a Lexicologia revela que não há apenas uma Semântica do Significado, mas também uma Semântica da Referência e que a Morfologia se associa tanto à Referência, quanto ao Significante, ou seja, é uma área independente e não resultado de uma subsunção.

Palavras-chave: Morfologia; Morfossintaxe; Morfofonologia; Semântica; Signo linguístico.

ABSTRACT

This paper discusses the three components of the Signifier, the Meaning and the Reference in the traditional model of the linguistic sign, with a view to understanding where Morphology studies should be located: in the Meaning or in the Signifier. Historiographical information, as well as empirical data from languages, is brought up for discussion, providing thus a basis for understanding a position of Morphology alongside Lexicology in Meaning and moving away from the interpretation that interdisciplinary areas such as Morphosyntax or Morphophonology could subsume Morphology, which, from that point of view, is not a particular arrangement of those larger areas. Affinity with Lexicology reveals that there is not only a Semantics of Meaning, but also a Semantics of Reference and that Morphology is in fact associated with both Reference and Signifier, in other words, definitely an independent area and not the result of a subsumption.

Keywords: Morphology; Morfossyntaxis; Morphophonology; Semantics; Linguistic sign.

¹ Professor Livre Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, maeviaro@usp.br

Estrutura do modelo tradicional do signo linguístico

Desde que John Locke (1690) no livro IV, capítulo 21 de seu *An essay concerning human understanding* dividiu as ciências entre *Física* (o estudo da natureza das coisas como são em si mesmas, de suas relações e de suas maneiras de operação), *Prática* (o estudo do que o homem deve fazer como agente racional e voluntário para obtenção de algum objetivo, sobretudo a felicidade) e *Semiótica* (estudo dos caminhos e meios pelos quais o conhecimento de ambas as duas ciências anteriores é aprendido e comunicado), é possível indagar como a chamada “doutrina dos signos”, de origem na Antiguidade e discutida vez ou outra durante a Idade Média até chegar à Semiótica peirceana, nos revela tal “conhecimento do que é aprendido e do que é comunicado”. Para Locke, tal ciência semiótica consistiria em considerar a natureza dos signos utilizada pela mente para o entendimento das coisas e para a transmissão desse conhecimento a outros.

Séculos após a proposta de Locke, o signo linguístico volta à baila na Linguística com a publicação do *Cours de linguistique générale* (1916). Consagrada sua nova versão com apenas dois componentes (Significante e Significado) décadas depois pela Glossemática, entende-se, a partir da exegese dos célebres cursos de Saussure em Genebra expressos nessa obra compilada por seus alunos que o chamado “terceiro lado”, o da Referência, seria algo alheio ao interesse do Estruturalismo. A Referência, assim, retirada da discussão filosófica da Linguística, tornou-se, por assim dizer, um objeto negligenciado nos modelos. Na divisão de tarefas da segunda metade do século XX entre linguistas, filósofos e psicólogos, diversas interpretações desse “recorte” fez que se entendesse o Significado como um constituinte do signo que poderia ser descrito muito bem sem a Referência, por vezes, confundindo-se com ela. Uma leitura ainda mais apartada da Teoria do Conhecimento geraria, por vezes, entre os autores, uma confusão entre Referência e Realidade, muito embora, em Filosofia, pelo menos desde Pascal, não é mais possível confundi-las. Filtrada pela nossa percepção, a Realidade comporia justamente aquilo que tradicionalmente se chama Referência numa mente humana.

O signo se une sabidamente à Realidade por meio de dois processos: o da Percepção e o da Expressão, ambos unidirecionais. A Percepção é o caminho da Realidade à Referência. A Expressão é, inversamente, o caminho do Significante para a Realidade. O arranjo desses processos e constituintes sîgnicos foi diversas vezes representado por estruturas triangulares.

Imagem 1: percepção e expressão no signo linguístico



Diferente da unidirecionalidade dos processos entre a Realidade e o signo, há inúmeras provas de que entre alguns dos constituintes há bidirecionalidade: tanto no trajeto da Referência para o Significado, quanto no trajeto do Significado para a Referência. Igualmente há bidirecionalidade tanto no trajeto do Significado para o Significante, quanto do Significante para o Significado.

Exploraremos nas seções seguintes esses trajetos num esquema tradicional triádico de signo. Importa, por ora, deixar claro, que Referência *não* é Realidade. Enquanto se advoga aqui pela reintrodução da Referência na estrutura do signo linguístico, sobretudo para entendermos onde se situa a Morfologia nesses esquemas, entende-se que a Realidade, diferentemente da Referência, não é objeto de estudo da Linguística *stricto sensu*. A Realidade, contudo, aparece necessariamente em estudos interdisciplinares que envolvam a Percepção (como, por exemplo, os estudos sobre cognição ou a investigação do conteúdo de palavras dêiticas, como as que aparecem em definições ostensivas, cf. HEGENBERG, 1974) ou a Expressão (por exemplo, em investigações de Fonética Acústica ou em questões sobre a expressão em línguas de sinais, em língua escrita e também em diversas formas artísticas).

No signo, portanto, só existe a Referência e não a Realidade. E essa Referência é resultado de pelo menos três filtragens da Realidade durante a Percepção, que nos impedem de falar sobre a Realidade *in se* como fazem físicos e metafísicos. São elas: uma filtragem característica da espécie biológica *Homo sapiens*, uma filtragem social determinada, na qual o próprio sistema linguístico é adquirido e a uma filtragem embasada em nosso sistema cognitivo particular e na nossa ontogenia como indivíduo. De fato, a primeira filtragem nos mostra que só é possível referir-se a algo captável pelas dimensões, sentidos e cognição humanos, por mais que exercícios de ficção possam nos fazer descrições bastante convincentes de como enxergam ou sentem outras espécies de animais ou mesmo outras formas de vida. A segunda filtragem nos evidencia que só se pode escolher, interpretar ou traduzir qualquer fato da realidade a partir de uma determinada visão social, com os valores que lhe são próprios, mediante as inúmeras experiências sociais a que somos expostos perante um cardápio de opções de nossa vivência ou de que temos notícia. Por fim, a terceira filtragem nos faz concluir que só é possível refletir sobre tudo que for apresentado nas duas primeiras filtragens como indivíduo único dotado de uma consciência própria e com uma determinada vivência ou experiência de vida. Fora do indivíduo, da sociedade e da espécie humana não há Referência alguma. Opondo-se Realidade à Referência, nada mais se faz do que caracterizar a Realidade como algo que exclui o elemento mental: não havendo mente, não há signos e, portanto, não há quaisquer Referências.

Por fim, se entendemos por “estrutura” algum tipo de organização cognitiva que sustenta o próprio signo linguístico, entende-se que a Referência é uma espécie de estruturação possível da Realidade, mas não é só resultado das filtragens mencionadas, uma vez que a Referência se constrói também pela própria Linguagem. Por outro lado, o Significante e Significado são estruturações culturais, mais rígidas, fundadas sobre a Referência. Essa rigidez característica é necessária para fins comunicativos, como o esforço de compreensibilidade daquilo que é expresso, embora não seja tão óbvia a sua necessidade para outros fins que envolvam, por exemplo, o raciocínio, a intuição, a sensibilidade e diversas técnicas adquiridas ou inatas. Nesse modelo estrutural, diremos que todos os três constituintes se compõem de *paradigmas*. Haverá portanto, paradigmas do Significante, do Significado e da Referência e esses, por sua vez, se entrecruzam, tecidos por elementos de seus

constituintes. Por paradigmas se entendem nada mais que conjuntos de elementos mentais, com diferente cardinalidade, organização definida e rede relacional bastante complexa.

Morfologia entre as áreas da Linguística vinculadas ao signo

Depois de termos distinguido a Referência da Realidade, é possível ainda continuar em um exercício de *abstração* com os três constituintes definidores do signo.

Abstraindo a Referência sobram-nos o Significante e o Significado, ou seja, os constituintes responsáveis pela *estruturação da expressão* e nessa área atuam normalmente a Sintaxe e a Fonologia, assim como a Morfofonologia, Morfosintaxe e a Fonotaxe.

Por outro lado, fazendo o mesmo exercício, se abstraíssemos o Significante, lidaríamos apenas com o Significado juntamente com a Referência, ou seja, com outro tipo de estruturação, cuja gênese seria teoricamente a Percepção. Seria simplista entender que esse eixo Referência-Significado tem a mesma complexidade do eixo Significado-Significante, portanto, não diríamos que há aí apenas “estruturação da percepção”, antes chamaremos o que ocorre à direita do triângulo sógnico de *estruturação semântica*. É nesse eixo que se encontraria, conforme argumentaremos, a Morfologia, a Lexicologia e todo tipo de fenômenos que também englobariam combinações dos elementos tanto do Significado quanto da Referência. Nesse sentido, podemos livremente falar de fenômenos morfolexicais, morforreferenciais e a lexicorreferenciais.

Por Semântica, portanto, entende-se o estudo dos componentes no exercício de abstração do Significante, o qual teria como resultado imediato a corroboração da famosa *arbitrariedade do signo*, mencionada no *Cours de linguistique générale*. Por outro lado, é preciso observar que, assim procedendo, estaríamos não só diante de uma Semântica do Significado, mas também de uma pouco estudada Semântica da Referência, uma vez que, repita-se, a Referência não é incognoscível como o é a Realidade, embora ainda careça de modelos linguísticos rigorosos.

Nessa Semântica da Referência estariam todos os paradigmas socialmente construídos para tudo que é importante na expressão ou raciocínio individual. Por exemplo, os paradigmas sociais da noção de “tempo” podem ser de vários tipos:

1. Um *tempo retilíneo*, cuja referência impera no Ocidente em muitas culturas. Nesse tempo, haveria começo, meio e fim; também haveria passado, presente e futuro etc.
2. Um *tempo circular*, cuja referência está vinculada à repetição das estações e das datas oficiais, ou ainda a diversas teorias da metempsicose etc.
3. Um *tempo psicológico*, reconhecido como algo paralelo ao tempo retilíneo e com diferente duração em relação a ele;
4. Um *modelo de tempo real*, baseado em teorias científicas, teológicas ou filosóficas.

Sobre essas diversas noções de “tempo” presentes na Referência, por vezes antagônicas e conflitantes, e sobre as relações estabelecidas entre as partes que as compõem, a Morfologia, que estaria na Semântica do Significado e não na Semântica da Referência, portanto, tão estruturada quanto o Significante, por fazer parte das duas estruturas, estabeleceria, radicalmente, que, por exemplo, no sistema português, só haveria meia dúzia de tempos e modos verbais a partir dos quais poderia expressar-se ou refletir sobre tudo que envolvesse qualquer noção referencial de “tempo” (VIARO, 2018).

Segundo esse raciocínio, haveria, portanto, um grande número de elementos do Significado que apontariam para elementos da Referências, como:

- Paradigmas lexicológicos (como o significado de “casa” que apontaria para construtos mentais aplicáveis para a realidade daquilo que socialmente ou individualmente seria uma casa, incluindo-se aqui todo tipo de relação metafórica ou metonímica);
- Paradigmas morfológicos (como o significado de “gênero morfológico feminino” que *nem sempre* aponta para paradigmas referenciais, como seria o próprio gênero morfológico feminino da palavra “casa”).

A divisão entre elementos morfológicos e elementos lexicológicos é tradicional e costuma pautar-se numa falsa dicotomia que afirma, como no exemplo acima, que os elementos lexicológicos são “mais referenciais” que os morfológicos. No entanto, isso é um erro, pois não existe gradação na referencialidade: ou há algum Significado que aponta para a Referência ou há um Significado que não aponta. E ocorrem os dois processos no trajeto que unem os constituintes, a depender do item lexical ou morfológico envolvido. A diferença entre Lexicologia e Morfologia, contudo, não reside na presença ou na ausência desse processo. Por exemplo, um item morfológico específico de um paradigma como “gênero” pode percorrer ou não o trajeto entre Significado e Referência, o que torna imprecisa qualquer distinção entre Lexicologia e Morfologia, se essa dicotomia se baseasse exclusivamente nisso. Radicais opacos e até mesmo alguns itens lexicais também se comportam da mesma forma que obscuros elementos morfológicos. Por exemplo, qual é a referência da palavra “toa” ou da palavra “léu”?

Contudo, a despeito da ausência de Referência, é possível dizer sem errar muito que *algum significado* é sempre possível e que em língua, afirma-se algo que dogmaticamente, não há espaço para o assemântico, exceto no Significante. Como fundamento dessa tese, recorre-se a recursos argumentativos de difícil comprovação como a existência de “significados contextuais”. Estendendo a Referência do item lexical “significado” para o terreno sintagmático ou pragmático, contudo, não resolvemos o problema, antes o deixamos muito mais nebuloso.

Um exemplo, contudo, bastaria. Um item lexical substantivo como *chiqueiro* é composto de, no máximo, três elementos com algum tipo de Significado:

- *chiqu-*, que não tem referência direta, como não têm os chamados “morfemas neoclássicos” do tipo *zoo-*: só podemos dizer que *chiqu-* significa “porco” se o elemento morfológico do radical for *interpretado* como “porco” e isso só é possível se a Referência *porco* assumir o Significado de *chiqu-* por meio de uma *associação*, ou seja, uma relação indireta à maneira do que fazem figuras de linguagem, como as metáforas e metonímias. Conclui-se que radicais, apesar de serem considerados “morfemas lexicais” (ou “lexicais”), também são um problema de Morfologia e não de Lexicologia;
- *-eir-* tampouco tem referência direta, pois dizer que significa “local onde se guardam X” depende, na verdade, de paradigmas referenciais que incluem seres passíveis de serem guardados em “locais”. O que se entende por “locais” é algo elástico e depende da *abstração* de quem analisa, uma vez que por “locais” podemos entender tanto construções como galinheiros, com os quais os chiqueiros teriam afinidade referencial, quanto objetos onde se guardariam não seres vivos, mas substâncias úteis, e daí, açucareiros e paliteiros também poderiam ser entendidos como uma espécie (ou hipônimo) de “lugar”, segundo algumas análises (VIARO, 2007; SIMÕES NETO, 2016, 2020);
- *-o* por sua vez, índice de gênero, neste caso específico, sem qualquer vínculo referencial, o qual se associa a um paradigma puramente morfológico conhecido como “gênero masculino”.

Os três elementos de *chiqueiro* (radical, sufixo derivacional e vogal temática) formam paradigmas morfológicos e não lexicais: seu funcionamento e comportamento são, portanto, objeto de estudo da Morfologia e não da Lexicologia. Isso não impede que o arranjo dos três no item lexical *chiqueiro* não seja de interesse de uma Morfolexicologia, quando tratamos, por exemplo, do gênero desse substantivo. Também não impede que tenhamos considerações morfossintáticas entre a sequência radical-sufixo derivacional-vogal temática. Contudo, *chiqueiro* será do interesse exclusivamente da Lexicologia quando estudarmos um significado não composicional, cuja introdução no sistema como neologismo é datado historicamente, como prova a Etimologia. Também será somente do interesse da Sintaxe quando consideramos a classe dos substantivos à qual *chiqueiro* pertence como núcleo de sintagmas nominais. O que importa observar, com isso, é que existe um número de fenômenos no Significado que justifica a existência de uma Morfologia independente com a qual é possível estabelecer essas situações intermediárias.

O que se pode afirmar, contudo, é que o fato de paradigmas morfológicos muitas vezes *não dependerem* de paradigmas referenciais, assim como muitas vezes *não dependem* de paradigmas lexicais é prova de que há dois tipos de paradigmas no Significado. Se isso é algo fácil de admitir, dada a grande arbitrariedade existente em um paradigma morfológico como

“gênero morfológico feminino”, nem sempre essa independência em relação à referencialidade é facilmente perceptível quando se tratam de paradigmas lexicológicos.

Ou seja, a depender de questões tipológicas, no nível morfológico, entendido como o alicerce do lexical, é possível que haja vários signos vinculados entre si por uma sintaxe intravocabular e, sem qualquer paradoxo, podemos concluir, a partir de sua análise, que esses signos encadeados e comprometidos com a formação do vocábulo não têm necessariamente vínculos nem com o Significante nem com a Referência. Apesar disso, sobre eles a Semântica haverá de dizer algo, uma vez que não são elementos do Significante, como fonemas, sílabas ou estruturas sintáticas.

Em suma, não há Morfologia nem Lexicologia sem uma Semântica, por outro lado é imprescindível pensar em estruturas fonológicas ou sintáticas necessariamente sem ela. Mesmo morfemas *cranberry*, interfixos e morfemas neoclássicos fariam parte do Significado no sentido que a formação de paradigmas morfológicos de diferente cardinalidade é entendido *por definição* como Semântica, isto é, o oposto do Significante. Nesse sentido, a ausência de associação quer com algum elemento referencial não seria prerrogativa dos elementos do Significante, nem dos elementos morfológicos e, por vezes, dos elementos morfológicos que compõem os itens de uma língua.

Nesse sentido, trata-se de discussão ociosa questões como “afixos sem significado”, “esvaziamento de sentido” e “opacidade de radicais”. Se esses elementos não têm vinculação direta com nenhum elemento referencial, haverá ou alguma vinculação indireta ou a composição de um novo paradigma sem rótulo no Significado, desde que entendamos os paradigmas como elementos reais da cognição. O que podemos, por ora, concluir é que esse arrazoado nos conduz ao entendimento de que a Morfologia é uma área independente que, no nível teórico e epistemológico, se sustentaria sem a necessidade de *subsunção* a qualquer outra área mais consagrada, mais estudada ou mais prestigiada. Significa ainda que as diferenças entre Morfologia e Lexicologia no Significado são apenas de nível: se a Lexicologia só trabalhará com o nível vocabular ou com níveis lexicossintaticamente maiores (lexias, expressões fixas, verbos-suporte com diferentes graus de “esvaziamento semântico”, palavras com sentido contextual como a palavra “toa” na expressão “estar à toa”), já a Morfologia *stricto sensu*, quando não estiver interessada em questões morfolexicais ou morfossintáticas, tem condições suficientes, teóricas e empíricas, como área independente da Linguística, de trabalhar apenas com os paradigmas morfológicos e nada mais, uma vez que nenhuma outra área estaria em condição de fazê-lo.

As relações entre Significado e Referência

As conclusões das seções anteriores devem ser o ponto de partida para a reflexão que se segue. Há certa convicção geral de que a necessidade das definições é o ponto básico para

a continuidade de qualquer discussão, no entanto diversas correntes dispõem de conceitos extremamente ambíguos, como o de *morfema*. Soledade & Lopes (2015) revisam as várias definições desse termo à busca de alguma intersecção conceitual e observam que nem todo elemento segmentável num plano morfológico (por oposição a um plano fonológico) é dotado do que os autores chamam de “significação”. Esse “assemantismo” de tantas unidades morfológicas (vogais temáticas, vogais e consoantes de ligação, interfixos, morfemas antroponímicos como *Mari-* em unidades como “Marinalva”, “Marinês”, “Marineide” etc.) só teria em comum com o Significante, na verdade, a ausência de um vínculo referencial.

Essa característica, contudo, permeia também a Lexicologia em diversas expressões cristalizadas: palavras como “toa” ou “léu” têm uma etimologia, mas isso não importa muito ao falante ao empregar expressões como “estar à toa” e “estar ao léu”. A ausência do significado lexical *stricto sensu* justificaria desvios ortográficos como “atoa” ou “ao léu”, mas a percepção de uma pertinência a paradigmas morfológicos faria também com que outros falantes de português afirmassem que “toa” e “léu” são substantivos. Fundamentar-se-ia essa afirmação de base morfossintática com vários argumentos, até mesmo em defesa normativa do uso do à craseado, no caso do substantivo feminino “toa”. O caso de “à toa” e “ao léu” não é diferente do caso de *chiqu-* em *chiqueiro*, visto acima: simplesmente por serem unidades morfológicas ou lexicais, tais elementos não são “destituídos de relações semânticas” como seriam fonemas e estruturas sintáticas, elementos do Significante, a menos que se entre em contradição conceitual. No final das contas, novamente, o espanto provocado pela ausência de Referência no âmbito da Morfologia aparentemente ainda se mescla com o espanto de uma “ausência da Realidade”, mas os morfólogos já deveriam estar imunes a isso, depois de já terem comprovado a existência de tantos elementos segmentáveis só justificáveis no bojo dos próprios paradigmas morfológicos. Relembre-se que comprovar a ausência de relação com qualquer tipo de Referência não é o mesmo que constatar ausência de Significado: a Morfologia *cria* o Significado para o Significante: sem essa função não faria nem mesmo sentido separar os dois constituintes do signo. De fato, às vezes, para espanto de quem analisa os fatos, muitas relações morfofonológicas e morfolexicais peculiares parecem inclusive ultrapassar a zona proibida da arbitrariedade do signo (como mostram alguns tabuísmos, algumas etimologias obscuras, os *gitaigo* da língua japonesa e os moldes fônicos, cf. VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES-FILHO, 2013). Uma prova inversa de que no Significado só estão a Morfologia e a Lexicologia é justamente a dificuldade de se falar de fonemas ou de estruturas sintáticas sem referir-se a unidades lexicais, como mostram os exemplos presentes nas definições de oposição fonológica, de estrutura silábica e de forma superficial. A menos que a arbitrariedade do signo não se sustente com dados, não faz sequer sentido pensar em ausência de Significado para qualquer unidade morfológica ou lexical, muito embora sejam abundantes os exemplos sem conexão com a Referência. O Significado não é outra coisa senão o ponto intermediário entre a estruturação semântica e a estruturação da expressão, como vimos, e se essa *dupla estruturação* do Significado se faz às vezes mediante unidades sem Referência, abundantes na Morfologia, ela não é de modo algum malsucedida, a despeito das análises dos linguistas que as

expurgam da Morfologia, jogando-as para uma Lexicologia, que, por sua vez, não se interessará por elas. Relembre-se novamente que tais unidades consideradas “assemânticas” foram construídas ao longo do tempo e não são decorrentes de estruturas subjacentes fantasmagóricas, fruto da criatividade de quem as analisa. Não foram unidades criadas em um único dia ou por uma só pessoa, a menos que estejamos analisando logotomas ou línguas artificiais.

Desse modo, não há qualquer razão para espantar-se que não haja nada de referencialmente masculino num item lexical como *chiqueiro*. Por outro lado, dizer que o índice de gênero *-o* não passa de uma “vogal temática” (como ocorre com a declinação dos nomes ou com a conjugação verbal) é afirmar, inversamente, que há espaço na Fonologia para paradigmas não-fonológicos, o que seria outro contrassenso. Assim sendo, no esquema tripartido do signo só há espaço para problemas morfológicos como o gênero nominal ou para a conjugação verbal em um único constituinte: no Significado. Novamente, enquanto a Semântica lida com as relações entre o Significado e a Referência, a Morfologia é a parte do mesmo Significado preocupada com elementos que, vez ou outra, não têm referência alguma ou têm uma referência nebulosa cujas raízes se encontram no passado e não na sociedade atual. Confundir esse “assemantismo” ou essa falta de referência com algo exclusivo do Significante é criar aporias nas definições, introduzindo a contradição no seio da teoria linguística.

Outro erro, ainda mais grave, é imaginar que a Morfologia só deva lidar com o funcional e com o produtivo. Segundo essa visão, o estudo do improdutivo ou dos paradigmas com poucos elementos não é do escopo da Morfologia, mas tarefa da Lexicologia. A abdicação de estudos sobre o improdutivo só faz sentido quando se erige o fenômeno particular da alta produtividade como algo mais importante do que todos os outros fenômenos morfológicos igualmente importantes, como, por exemplo, o fenômeno da irregularidade formal.

Muitas vezes o fato de sufixos serem considerados sintaticamente subordinados aos radicais estabelece uma hierarquia valorativa entre Lexicologia e Morfologia, sem fundamentação objetiva. No entanto, como dito, na prática, os lexicólogos se ocupam de vocábulos e não de lexemas, outro objeto de estudo da Morfologia. Aliás, a suposta subordinação de morfemas gramaticais à base (ou ao radical) no caso de *chiqueiro* é ilusória e algo dogmática, uma vez que:

1. morfofonologicamente observa-se que o acento tônico desse item lexical está vinculado ao sufixo e não à base;
2. lexicalmente acontece o mesmo: o hiperônimo da palavra *chiqueiro* vincula-se ao significado do sufixo e não ao da base, que é sabidamente opaco.

Assim, se há alguma hierarquia, será do sufixo para a base e não o contrário. A análise inversa se alicerça apenas tradicionalmente, cuja argumentação favorável se sustentaria, quando muito, em bases não-opacas. Por fim, a relação semântica entre a base e o sufixo subordinador é indireta, tal como comprovam os elementos elípticos de uma paráfrase: um *pedreiro* não

trabalha só com pedras e um *motorista* encontra-se um tanto distanciado do motor do seu veículo, tão explícito na base vocabular. Por vezes nem mesmo a História consegue confirmar esses vínculos e o *terminus a quo* de inúmeras etimologias de vocábulos derivados não é nada mais que uma reconstrução hipotética.

Entender a Morfologia como independente da Lexicologia significa dizer que a Morfologia não está vinculada exclusivamente ao mecanismo sincrônico e gerativo da produtividade. As diferenças entre Morfologia e Lexicologia são muito mais profundas, uma vez que é sabido que o interesse da Lexicologia não se vincula necessariamente ao chamado significado composicional proveniente diretamente da junção dos elementos que compõem o vocábulo. Buscar o significado composicional é quase sempre algo útil como hipótese etimológica, quando o fenômeno da polissemia é flagrante, no entanto, nem sempre o significado composicional se revela mais estável do que um isótopo radiativo. Se mesmo em Química se lida com o comportamento errático dos elementos de uma Tabela Periódica, por que uma Linguística, que lida com construções humanas nascidas no bojo de contratos sociais, seria algo mais próximo da previsibilidade inexorável de uma Mecânica? Se isso for algum tipo de fetiche, tem prejudicado na prática algumas áreas da própria Linguística, como ocorre com a Morfologia, sempre suscetível ao perigo da subsunção por outras áreas.

As relações entre Significado e Significante

Se a Morfologia se sustenta como ciência linguística independente de uma necessária vinculação aos objetos de estudo da Lexicologia, da mesma forma que se sustenta por vezes sem vínculos com a Referência, mais ainda se sustentará com a porção asemântica por definição do signo, o Significante. Aliás, o que mais há são estudos morfossintáticos e morfofonológicos, mas isso pode ser nada mais do que uma tendência de ver os problemas alicerçados nas próprias estruturas das línguas europeias, consideradas como parâmetro fiel da balança em muitas questões.

As primeiras confusões parecem ter sido criadas pela Gramática Tradicional, quando passou a falar sobre as *classes de palavra*. Paradigmas mentais que equivalessem às “classes de palavra” são de diversos tipos e bastante heteróclitos. Neles se mesclam sem muito critério e sem definição rigorosa os constituintes do Significado e do Significante. Além disso, desde cedo se percebeu que não tinham validade universal: a classe dos artigos, definida por Dionísio Trácio para a gramática grega era desnecessária para falantes de latim. Tal confusão entre a busca de termos descritivos e sua validade universal ressurgiu na Linguística Comparativa pelo menos desde o século XVI, quando as adaptações gramaticais continuam: jesuítas viam casos e declinações no tupi em situações que não existiam; ainda hoje se vê equivalência entre o “grau superlativo” do sufixo *-issimus* do latim, de comportamento flexional com o *-íssimo* do “grau superlativo” do português, sufixo claramente derivacional; a “voz passiva” era assunto de Morfologia para a gramática latina, mas se converteu, de forma nem sempre muito clara, num assunto de Sintaxe para a gramática portuguesa. Tais

confusões talvez nos faça ainda hoje ver gênero morfológico onde só há plural nos substantivos alemães. Ou então ver gênero morfológico em pronomes pessoais do inglês, quando o que há é um fenômeno morforreferencial, muito diferente do que o anglo-saxão ou outras línguas germânicas entendiam por gênero morfológico. O arcaísmo de uma primeira pessoa do singular do presente do indicativo no verbo *to be* faz-nos crer que há uma primeira pessoa do singular em todos os verbos do inglês, inclusive no passado, onde sequer há a oposição entre terceira pessoa do singular e demais pessoas, típica do presente (exceto em alguns verbos auxiliares).

A tradição gramatical foi algo contra o qual o Estruturalismo se insurgiu, mas, mesmo após a inflação terminológica da Linguística no século XX, estamos longe de afirmar que a metalinguagem tradicional ainda não é o esperanto que faz as correntes linguísticas se entenderem. O maior problema, desde sempre, será sempre a falta de rigor associada às definições, que são frequentemente contextuais (HEGENBERG, 1974; SOLEDADE; LOPES, 2015).

Casos de extrema excepcionalidade morfológica também são responsáveis pela preferência da vitoriosa vertente analogista das Gramática, herdada pela Linguística. A representação tradicional por tabelas, forma cômoda de mascarar a anomalia dos paradigmas (por vezes conjuntos unitários, como a mencionada primeira pessoa do singular do verbo *to be* em inglês) por vezes acabou, paradoxalmente, tornando complexo o entendimento até mesmo de fenômenos legitimamente analógicos. Por exemplo, em romeno, os casos podem ser marcados por artigos definidos pospostos. Por vezes, há uma combinação morfossintática com o radical, de modo que há uma forma para o singular e outra para o plural nos substantivos masculinos e neutros; diferentemente, nos substantivos femininos, a forma do nominativo-acusativo-vocativo singular pode ser diferente da do genitivo-dativo singular, mas idêntica à do plural. Ou seja, uma palavra feminina como *zi* “dia” tem plural *zile* “dias” e esse *zile-* funciona tanto para marcar o genitivo-dativo singular *zilei* “do dia” quanto para marcar formas do plural como *zilele* “os dias”, *zilelor* “dos dias”. Outro exemplo: *sora* “a irmã”, *surorii* “da irmã”, *surorile* “as irmãs” e *surorilor* “das irmãs” (GÖNCZÖR-DAVIES, 2008). Assumir, contudo, que apenas o feminino, mas não o masculino e o neutro, tem esse comportamento, é algo que não só desconfiguraria a simetria das tabelas, que seria apenas uma consequência estética. Mais do que isso, a visão analogista na Gramática e na Linguística, ao preferir a simetria a uma modelização assimétrica dos paradigmas morfológicos parece preferir o ideal lógico do século XVII aos dados.

Decorrência imediata disso é que o intérprete da língua não se posicionará como o elemento passivo que foi durante a sua aquisição de linguagem, mas como um cientista que pretende, antes de tudo, descrever os fatos tais como são em sua *essência*, dando margem a todo tipo de pressupostos e prejulgamentos. É, contudo, muito difícil falar de essência quando estamos diante de construções históricas, como as línguas. De fato, nem toda língua teve uma atuação histórica tão forte da analogia quanto o romeno e o turco (UNDERHILL, 1976) e a valorização da analogia só beneficiaria o entendimento de algumas línguas. Nesse mesmo espírito analogista se enquadrará também as soluções do morfema-zero e o morfe-zero, discutido abaixo.

Em consonância com a vitória da analogia desde o surgimento da Gramática, a idealização ocidental, desde o século XVI, das chamadas línguas aglutinantes, isolantes, sobretudo das com grande regularidade e sem complicações das línguas flexivas, chamadas de “fusionantes” ou das línguas “simbólicas”, na nomenclatura tipológica de Sapir (1921) parece ter tido algum tipo de preponderância na modelização dos paradigmas morfológicos. Embora seja verdade que haja línguas tipologicamente classificadas como isolantes, como o mandarim, ou com considerável comportamento isolante, como o inglês, em que a Sintaxe parece suplantar a Morfologia (entendida exclusivamente como Morfossintaxe), não é possível afirmar que exista língua sem Morfologia. Dada a tradição da Gramática, por vezes é difícil aceitar que um item lexical como *stomach* em inglês se comporte como o gato de Schrödinger e às vezes seja substantivo, às vezes seja um verbo. É mais fácil entendê-lo como duas unidades do que como um só item lexical extremamente complexo.

No entanto, se isso ocorre é porque termos designadores de classes como “substantivo” ou “verbo” são interpretados ora como unidades morfossintáticas (que ocupam núcleos de sintagmas diferentes), ora como unidades morfológicas *stricto sensu* (com terminações morfológicas diferentes). Em nenhum dos dois casos será a Sintaxe *stricto sensu* que mostrará a diferença entre os supostos dois itens lexicais quando estão em construções como *the stomach* ou *to stomach*. De fato, além da função sintática de núcleo de sintagma nominal ou verbal, a dicotomia “verbo” vs “nome”, lexicalmente também se vincula frequentemente a uma distinção semântica do tipo “ação” vs “objeto”, que é uma dimensão diferente da de atender a combinações sintáticas ou morfossintáticas específicas (como a concordância, regência etc.). Seria confuso, pois, estipular que a diferença entre um *stomach* substantivo e um *stomach* verbo resida puramente nas combinações sintáticas, mas isso só ocorre porque há algum tipo de preferência arbitrária a favor do sintagma, quando o paradigma também muda: *stomaches* será terceira pessoa do singular do presente do indicativo se o item lexical se comportar como verbo, mas, comportando como substantivo, *stomaches* será a sua forma de plural. Dito de outro modo, a evocação da classe “substantivo” ou “verbo” ocorre simultaneamente tanto no sintagma quanto no paradigma; não só na Sintaxe, mas também na Morfologia. Não há razão alguma para, diante desse complexo emaranhado de relações, preferir-se a Sintaxe à Morfologia em intrincados problemas como o de “ser ou não ser” o mesmo item lexical.

Estranhamente, muitos exemplos de “sintaxe interna”, que envolve a relação entre radical e afixos, como a metafoia ou apofonia são desconsiderados pela Sintaxe e até mesmo pela Morfossintaxe, sendo considerados objetos de estudo tradicionais da Morfologia ou da Morfofonologia (ou ainda, quando muito imprevisíveis, da Lexicologia). Aparentemente, a Sintaxe intralexical não interessa à própria Sintaxe e acaba sendo assumida pela Morfologia nos capítulos sobre alomorfa. A própria preferência da língua por um determinado tipo de afixação em detrimento de outra (por exemplo, a exclusiva prefixação em khmer ou a exclusiva sufixação em turco) é algo que interessa mais à Tipologia Linguística, mas raramente é

entendido como um problema de Sintaxe *stricto sensu*. Chama mais à atenção, contudo, na pauta dos estudos morfossintáticos fenômenos como as amálgamas (por exemplo, entre preposição e artigo no português, entre preposição e pronome pessoal em irlandês, entre verbo auxiliar e negação em inglês), as concordâncias (por exemplo, de gênero, número, caso em latim; a chamada “polaridade” entre numeral e gênero no árabe, entre numeral e caso/número em russo, cf. MALTZOFF, 1984; THACKSTON, 1994) e as regências (tanto nominais, quanto verbais); partículas indicadoras de casos sintáticos (como no japonês, cf. ANDO, 1957).

Além de diversos fenômenos morfossintáticos, mencionam-se fenômenos morfofonológicos “assemânticos” nos trabalhos de Morfologia, como, por exemplo, a realização do morfema -s plural do inglês como [s] antes de consoante plosiva surda, [z] antes de vogal, ditongo decrescente, consoante soante (lateral, nasal, aproximante) ou consoante plosiva sonora, [ɪz] antes de fricativas e africadas. O mesmo se repete, nessa língua, nas mesmas condições preditivas, com o morfema de terceira pessoa do presente do indicativo. Algo similar, *mutatis mutandis*, ocorre em fenômenos menos previsíveis, por exemplo quando se discutem as vogais ou as consoantes de ligação (*cafe-z-al*, *rat-i-cida*) e os interfixos de Malkiel (como em *can-avi-al*). No entanto, conviria observar novamente que não é a Semântica que determinará sua situação particular de “vazios de sentido”, mas é o Significado.

A sistematicidade de um fenômeno é algo analógico e sincrônico, já a assistematicidade invariavelmente se fundamenta na diacronia. A presença ou não da consoante de ligação -z- após substantivos oxítonos é algo que, para além do sistema, fundamenta-se na história, de tal modo que é possível encontrar também tanto substantivos oxítonos sem o -z- de ligação (*cajual* vs. *cafezal*), quanto a existência de -z- após bases substantivas primitivamente não-oxítonas (*cafezal* vs. *manguezal*). As evidências diacrônicas mostram que esse -z- de presença não universal está, na verdade, a serviço do Significado e, portanto, na Morfologia, onde o excepcional é bem-vindo, diferentemente do que ocorre na Fonologia e na Sintaxe.

No Significante, fenômenos analógicos de fato sobrepujam os anômalos. A regularidade morfológica, porém, é variável entre as línguas: há as com grande propensão à harmonia vocálica (como ocorre entre o radical e os sufixos do turco), noutras a geração de alomorfes por apofonia (como na composição prefixal do latim) ou por metafonia (como no plural do alemão) é eivada de exceções. A regularidade morfofonológica de uma língua não é prova alguma de uma Morfofonologia estendida, que subsuma a Morfologia, uma vez que nos estudos tipológicos se observa a abundância da irregularidade. Há, inclusive, afora o comportamento típico das línguas “fusionantes” e das “simbólicas” (segundo a nomenclatura de Sapir, 1921), línguas como o húngaro, mais aglutinante que flexiva, que está numa situação bastante intermediária entre a regularidade de uma língua aglutinante como o turco, num dos extremos, e a abundância de exceções e a espetacular complexidade morfológica do russo, no outro (SZENDE; KASSAI, 2007)

A vasta quantidade de provas de independência da Fonologia, da Sintaxe e da Morfologia nas diversas línguas do mundo não parece ser o suficiente para convencer os que, a despeito da existência de fenômenos morfofonológicos e morfossintáticos, não creem que a Morfologia seja um estudo independente da Fonologia ou da Sintaxe. Isso se dá, aparentemente, devido a uma ambiguidade no entendimento do que seria “Morfossintaxe” ou “Morfofonologia”. Numa primeira definição de Morfossintaxe, observa-se que a Morfologia e a Sintaxe têm pontos de encontro, os quais, segundo alguns autores e linhas teóricas (provavelmente por uma hierarquização de valores de paradigmas científicos e não pela própria natureza dos fenômenos), justificariam uma relação de subordinação entre Morfologia e a Sintaxe. Normalmente, os fenômenos morfológicos são entendidos como subsumidos a uma espécie de Sintaxe estendida (e não o contrário, embora também fosse possível pensar, a partir dos mesmos pressupostos, em uma Sintaxe subsumida a uma Morfologia estendida). No entanto, por ambas participarem da estruturação da expressão e a Sintaxe não estar diretamente vinculada ao Significado, como a Morfologia, é válido admitir que nem a Morfologia subsume a Sintaxe, nem *vice versa* (como frequentemente ocorre com outras ciências interdisciplinares, como a Bioquímica). O mesmo poderíamos pensar acerca da Morfofonologia: pensá-la como resultado da subsunção da Morfologia a uma Fonologia estendida (ou inversamente numa Fonologia subsumida a uma Morfologia estendida) como, por exemplo, nos modelos que pressupõem formas subjacentes e etapas de transformações na expressão, revelou-se uma prática pouco rigorosa de ciência, haja vista a aplicação mais ostensiva de explicações *ad hoc* do que em qualquer outra área da Linguística. Muito diferente desse cenário, uma Morfofonologia cujo estudo seriam apenas os pontos de encontro entre a Morfologia e a Fonologia, os quais existiriam justamente, devido à combinação da estruturação semântica com a estruturação da expressão, revela-se muito mais razoável.

Exemplifiquemos, a fim de mostrar quão complexo pode ser esse imbricamento entre Fonologia, Sintaxe, Léxico e Morfologia. Em russo, há casos como o nominativo, o genitivo e o acusativo, relacionados a várias condições morfossintáticas. O caso nominativo está ligado ao sujeito e às vezes ao predicativo, que também pode ser expresso no caso instrumental ou genitivo, dependendo de concordâncias com o tempo verbal ou com a negação. O caso acusativo está ligado ao objeto indireto e à regência de algumas preposições (algumas com uma só regência, outras com mais de uma, muitas vezes, com implicações semânticas relativas à presença ou ausência de movimento). O genitivo pode estar associado a adjuntos adnominais com semântica de posse, a regências verbais, à regência de preposições diversas, à explicitação de um partitivo ou em associações com a negação. Em russo, um substantivo terminado em *-a* no nominativo singular terá um genitivo singular em *-y* e um acusativo singular em *-u*, independentemente de traços semânticos lexicais ou de gênero. O mesmo ocorre com substantivos neutros em *-e* ou em *-o*, com a exceção que, nesses casos, o nominativo e o acusativo são sempre iguais, no singular ou no plural. Um substantivo com nominativo terminado em consoante será necessariamente masculino ou feminino e, nesses

casos, o acusativo singular em *-a* será igual ao genitivo em *-a* se a palavra for masculina e animada, mas o mesmo não ocorre com palavras masculinas não animadas e com femininas, em que o nominativo singular e o acusativo singular são iguais. No plural, contudo, palavras animadas têm sempre genitivo e acusativo iguais, enquanto palavras não-animadas têm sempre nominativo e acusativo iguais e isso é verdadeiro para um grande número de terminações, que confere grande imprevisibilidade sobre a terminação adequada, que está vinculada ao substantivo em paradigmas morfolexicais. Aparentemente, o russo anula a diferença de gênero nos substantivos masculinos e femininos no plural, ao passo que o neutro tem terminações próprias. No entanto, o mesmo não pode ser dito dos adjetivos russos, nos quais, como nos substantivos alemães, não há qualquer traço de gênero no plural, muito embora a distinção semântica e referencial entre seres animados e não animados seja crucial para a opção correta da terminação dos casos em questão (MALTZOFF, 1984). Esse quadro basta para percebermos como uma Semântica da Referência se apresenta mesclada a uma Semântica do Significado em muitas línguas, tal como mostram os diversos (e sistemáticos) meandros que envolvem Léxico, Morfologia, Fonologia e Sintaxe. Preferir um tipo de fenômeno a outro sem justificativas claras para essa subsunção é algo aparentemente arbitrário, o que redundava, quase invariavelmente, no sacrifício da Morfologia. As razões para tal comportamento nem sempre são claras, mas serão discutidas no capítulo final deste artigo.

Por uma Morfologia *stricto sensu*

Para defender que há uma Morfofonologia e uma Morfossintaxe sem subsunção da Morfologia, é preciso que encontremos fenômenos morfológicos *stricto sensu* e, de fato, eles existem em abundância. Nesses fenômenos, não é possível falar de modelos sintáticos e fonológicos que os expliquem, do mesmo modo que não é possível vincular sempre o que é morfológico ao que é referencial. Citem-se três fenômenos: (a) a declinação; (b) o gênero não referencial; (c) a conjugação verbal.

A *declinação* é um fenômeno morfológico já observado pelos gramáticos desde a Antiguidade. Embora casos sejam fenômenos claramente morfossintáticos, os paradigmas de declinação não têm relação com a Sintaxe e sua vinculação com a Fonologia é tênue (por mais que se falem de vogais temáticas nominais, há grande número de exceções, do ponto de vista sincrônico). Línguas como o japonês, o húngaro, o turco ou o árabe clássico têm casos, mas não têm declinações. O número de declinações de uma língua é um tanto arbitrário e bastante tradicional: diz-se que o latim tem cinco declinações, mas ao menos uma delas (a terceira) tem uma quantidade muito grande de peculiaridades, quando se trata de casos particulares, por exemplo, a terminação do genitivo plural. Mesmo um paradigma morfológico menos problemático como a primeira declinação latina, tem várias peculiaridades: a terminação *-abus* no dativo e ablativo plurais em palavras como *dea* “deusa” (para distinguir de *deis* “deuses”, da segunda declinação), a terminação *-as* do

genitivo de alguns usos do item lexical *familia* etc. Isso tudo nos faz pensar que, com outros parâmetros diferentes do da terminação do genitivo singular, poderíamos falar de mais de cinco declinações em latim. Em alemão, também, os substantivos com genitivo distinto de *-s* ou *-es* de palavras masculinas e neutras formam a chamada “declinação forte”, no entanto, há diversas particularidades que mostram a sua heterogeneidade (a presença de *-en* ou *-ens* no genitivo singular, a presença de *-en* em todos os casos do singular, exceto o nominativo etc.). Segundo Pétursson (1992), o islandês teria sessenta declinações, mas uma análise rápida dos paradigmas didáticos permitiria reagrupar todas essas declinações em um número diferente, fundindo algumas com base em determinados casos e dividindo outras, com base nas chamadas “exceções”. Gramáticas do sânscrito e do russo mostram extensos conjuntos de declinações com o mesmo problema, sem informar com clareza quantos paradigmas estaríamos tratando.

Por outro lado, se entendemos por declinação *lato sensu* a existência de mais de um paradigma para a mesma flexão, sem que haja previsibilidade morfofonológica para essas formas (como ocorre, por exemplo, na harmonia vocálica do turco), o conceito abarcaria também fenômenos da alomorfia como (1) *mão/mãos*, (2) *pão/pães*, (3) *leão/leões*. De fato, essas formas não são essencialmente distintas do que as gramáticas chamam de “declinação”, o que nos faz pensar que o termo deveria ser usado para descrever o número mais ou menos definido de paradigmas morfológicos em que haveria alguma espécie de alomorfia no plano dos morfemas gramaticais. Se não se trata de um fenômeno morfofonológico, mas sim morfológico *stricto sensu*, tampouco seria um fenômeno morfolexical, a ponto de caracterizarmos como exceções, pois vários itens lexicais se agrupam nesses vários paradigmas morfológicos, a saber, no mesmo paradigma de *mão/mãos* estariam *irmão*, *cidadão* etc, no de *pão/pães* estaria, *cão*, *capitão*, *alemão* e no de *leão/leões* estariam *caminhão*, *paspalhão*, *redução* etc. Nenhum desses paradigmas tem qualquer vínculo com a Referência, com a Fonologia ou com a Sintaxe.

Num modelo cujos pressupostos não incluem nem formas subjacentes, nem transformações, tais declinações, seja no sentido estrito, seja no amplo, são uma das provas da existência de uma Morfologia *stricto sensu*. Como não existem paradigmas diacrônicos na mente do falante, a alta ou baixa cardinalidade desses conjuntos não é algo que se possa analisar *a priori*. Assim sendo, nem mesmo a produtividade de um deles em detrimento de outro afetaria a argumentação a favor da existência de paradigmas morfológicos *stricto sensu* independentes dos que caracterizam a Fonologia *stricto sensu*, a Morfologia *stricto sensu* ou a Lexicologia *stricto sensu*.

O gênero não referencial seria nossa segunda prova da existência de uma Morfologia *stricto sensu*. Palavras como *parede* são femininas embora não haja qualquer referência que as associem ao mesmo paradigma morforreferencial de *mulher*, *mãe* ou *avó*. Além disso, não tem índice *-a* que aponte para um paradigma morfofonológico feminino, como em: *menina*, *caneca*, *vítima*. Não tendo vinculação nem com a referência, nem um índice que aponte para o gênero

ao qual pertence o item lexical, conclui-se que o gênero morfológico de *parede* é intrínseco ao seu significado e pertence a um paradigma morfológico *stricto sensu* de itens lexicais femininos sem índice e sem referência tais como *luz, flor, mão, maré*. Tal comportamento, como vimos, está mais próximo de fenômenos do Significado do que do Significante, mas cumpre observar novamente que participar do Significado de um item lexical também não é subsumir a Morfologia à Lexicologia e há várias razões para não o fazer: embora *parede* seja um item lexical específico (com uma frequência de uso, uma etimologia própria etc.), pertence não só a paradigmas lexicais *stricto sensu*, mas também a paradigmas morfológicos *stricto sensu* (como os de gênero e de número), a paradigmas fonológicos *stricto sensu* (como o das trissílabas, das paroxítonas etc.), a paradigmas lexicais *stricto sensu* (que distinguiriam, por exemplo, uma “parede” de um “muro”) e, por fim, a paradigmas morfossintáticos (como o de, sendo um substantivo, poder ser virtualmente núcleo de sintagma nominal). Tendo tantos comportamentos, não é possível afirmar que apenas um deles seja mais importante do que outro. O que se observa, contudo, a partir da análise desses comportamentos é que *pelo menos* um é puramente morfológico, ou seja, não se subsume a qualquer outro.

A *conjugação* é o nome tradicional para um fenômeno semelhante ao da declinação das classes nominais, pois envolvem índices (conhecidos tradicionalmente como *vogais temáticas*). Trata-se também de um conjunto de paradigmas morfológicos *stricto sensu*. Não é fácil determinar quantas conjugações há em português. Numa perspectiva estruturalista, como a de Câmara Jr (1979), por exemplo, na qual se levam em conta morfemas-zero e morfes-zero, com base no Quadro 1 abaixo, poderíamos concluir que:

1. haveria de zero a quatro conjugações, na língua portuguesa, dependendo de uma flexão específica: a flexão lexicográfica utilizada em dicionários do português, o infinitivo impessoal, aponta quatro situações (uma vez que é totalmente anacrônica a afirmação de que o verbo *pôr* e seus derivados sejam da segunda declinação) e o mesmo número, com itens lexicais diferentes se chegaria analisando a terceira pessoa do singular do pretérito do indicativo (aliás, flexão adotada pela lexicografia árabe para indicação de verbos em dicionários, na sua flexão masculina) e a primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo, já a primeira pessoa do plural dos mesmos itens lexicais denunciaria a existência de três conjugações e a primeira pessoa do presente do indicativo (aliás, flexão lexicográfica dos dicionários latinos) não aponta para nenhuma conjugação;
2. considerando um conjunto de morfemas empregados na flexão total, exemplificado no Quadro 1, por uma escolha arbitrária de cinco flexões (infinitivo impessoal, primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo, primeira pessoa do singular do presente do indicativo e primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo), porém, haveria pelo menos nove situações, que configurariam nove conjugações distintas.

Quadro 1: Paradigmas de conjugação do português

cant:a-r	cant:o-Ø-u	cant:á-sse-mos	cant:Ø-Ø-o	cant:á-va-mos	1 {'a,'o,á,Ø,á}
beb:e-r	beb:e-Ø-u	beb:ê-sse-mos	beb:Ø-Ø-o	beb:í-a-mos	2 {'e,'e,ê,Ø,í}
part:i-r	part:i-Ø-u	part:í-sse-mos	part:Ø-Ø-o	part:í-a-mos	3 {'i,'i,í,Ø,í}
d:a-r	d:e-Ø-u	d:é-sse-mos	do:Ø-Ø-u	d:á-va-mos	4 {'a,'e,é,Ø,á}
v:e-r	v:i-Ø-u	v:í-sse-mos	vej:Ø-Ø-o	v:í-a-mos	5 {'e,'i,í,Ø,í}
traz:e-r	troux:Ø-Ø-e	troux:é-sse-mos	trag:Ø-Ø-o	traz:í-a-mos	6 {'e,Ø,é,Ø,í}
est:a-r	estiv:Ø-Ø-e	estiv:é-sse-mos	esto:Ø-Ø-u	est:á-va-mos	7 {'a,Ø,é,Ø,á}
v:i-r	vei-Ø-Ø-o	vi:é-sse-mos	venh:Ø-Ø-o	vinh:Ø-a-mos	8 {'i,Ø,é,Ø,Ø}
pô:Ø-r	pôs-Ø-Ø-Ø	pus:é-sse-mos	ponh:Ø-Ø-o	púnh:Ø-a-mos	9 {Ø,Ø,é,Ø,Ø}
4 {'a,'e,'i,Ø}	4 {'o,'e,'i, Ø}	4 {á,ê,í,é}	0 {Ø}	3 {á,í,Ø}	

A vogal temática verbal não é objeto de estudo da Fonologia *stricto sensu*, não carrega traços semânticos da Referência, mas no Significado funciona com vistas à construção de paradigmas morfológicos, como faz o gênero morfológico. Da mesma forma que um conjunto como {tribo, cadeira, parede} tem em comum um gênero feminino não-referencial, um conjunto como {trouxéssemos, estivéssemos, viéssemos} forma uma conjugação, a despeito do fato de os infinitivos impessoais desses verbos serem tradicionalmente considerados como de três outras conjugações distintas. Como na declinação, conviria perguntar, se por “conjugação” se entende o comportamento morfemático de uma flexão específica (por exemplo, infinitivo impessoal ou primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo) ou um feixe de comportamentos associados ao mesmo item lexical. Aparentemente, a vitória dos analogistas sobre os anomalistas na tradição gramatical dificulta a formação de modelos de Linguística que nos permita analisar apropriadamente o que se passa nas mentes dos falantes. Por causa do nosso viés analogista, a busca da simetria em tabelas parece ainda ser mais importante do que o estudo do próprio fenômeno linguístico.

Consequências da visão analogista em Morfologia

Como vimos, as irregularidades são entendidas como “meros resíduos históricos” e as exceções são vistas como um problema para o ideal analogista quando se afirma que tudo que é improdutivo e excepcional não é problema digno de uma ciência que busca a generalização e a previsibilidade. No entanto, esquece-se que os mesmos resíduos, abundantes nos paradigmas morfológicos, são mais bem esclarecidos quando o cientista não nega, como o usuário da língua, que há algo para além do funcionamento da língua, que é a sua herança, fruto de criação social e não biológica e muito menos um objeto de validade universal como ocorre com os objetos estudados pela Física. A própria tabela acima apresentada tem o viés analogista e o melhor exemplo para a vitória do discurso analogista sobre o anomalista é a presença de morfemas-zero e de morfemas-zero, os quais garantem a regularidade da estrutura, facilitando o entendimento.

No entanto, essa facilitação é puramente analítica e não verdadeiramente analógica como se imagina. A defesa da “ausência significativa” é muito cara aos estruturalistas, no

entanto, nela reside outra vez um óbice para o entendimento da irregularidade. O elemento irregular, no entanto, pode ser produtivo (embora não haja necessidade de sê-lo) e isso é mais um fator que deveria estimular para entendermos a irregularidade, embora o improdutivo também não deixe de ser um estímulo, uma vez que a irregularidade seja compreendida. Normalmente o irregular está amparado por uma *frequência de uso*: algo que seja irregular e infrequente está mais próximo da volatilidade das formas malsucedidas que não compõem a história de uma língua. Mas tanto o irregular quanto o paradigma representado por um conjunto unitário deve suplantar o estágio neológico ou da *parole*, para atingir algum tipo de tradição que justifique alguma medida para com ele. É nesse sentido que estão os interfixos de Malkiel: uma palavra como *canavieiro* tem o interfixo *-avi-* a menos que entendamos *canavi-* como um alomorfe de *can-* ou então *-avieiro* como um alomorfe de *-eiro*. Em qualquer uma das três soluções, flagra-nos o problema da exceção. A presença de *-avi-* tanto em *canavieiro* quanto em *canavial* mostra que sua improdutividade orbita desses dois itens de alta frequência, como se fossem as estrelas binárias Sirius ou Algol. Morfemas-zero e morfes-zero são caudatários de uma visão extremamente analógica de linguagem, mas não é só isso: suporia ademais uma língua de base totalmente ideal, ao estilo dos construtos da gramática pāniniana, que foi retomada no Ocidente pelos primeiros gramáticos histórico-comparatistas da Alemanha, como Bopp.

Os interfixos, em contrapartida, nos trazem uma luz ao problema: a produtividade estará vinculada não à irregularidade, mas à desvinculação da Morfologia de uma Morfossintaxe estendida. De fato, se uma exceção não é um problema que interessa à Lexicologia (que se preocuparia com a unidade lexical plenamente realizada e não com questões composicionais típicas da unidade neológica ou etimológica), será sem dúvida um problema de Morfologia. Questões de baixa ou alta cardinalidade dos paradigmas morfológicos são fenômenos legítimos de linguagem e em nada justifica a exclusão de dados, em nome de uma Morfologia mais científica. Ademais, observada de outro ângulo, a produtividade estará vinculada mais à ausência de concorrência do que a uma “virtude” do afixo ou do radical, ou seja, nada justificaria desprezar paradigmas com único elemento ou com poucos elementos, por serem “resíduos históricos”, sobretudo se esses itens lexicais são de alta frequência de uso.

Ainda em defesa da Morfologia no Significado e não no Significante, é importante lembrar que, embora haja línguas em que se possa afirmar que não ocorre a expressão de uma Morfologia *stricto sensu*, não é acertado dizer que essas línguas não tenham Morfologia, como provam fenômenos morfofonológicos, morfossintáticos, morfolexicais e/ou morforreferenciais que existirão necessariamente nelas. Analisando, por exemplo, um pronome possessivo da língua portuguesa como *nosso*, podemos dizer o seguinte, comparando diversas línguas:

1. A classe “pronome possessivo” não é universal, uma vez que há línguas que distinguem pronomes e adjetivos possessivos para um elemento equivalente (como o inglês *our* ~ *ours*); em outras línguas, porém, como o japonês (ANDO, 1957) e o mandarim (YIN; RIMMINGTON, 2004), não existe nada equivalente a um pronome possessivo (nessas duas línguas, usa-se somente o pronome pessoal seguido de um morfema equivalente ao “genitivo”, numa construção sintática literalmente traduzível por “de nós”, da mesma forma que o português usa *dele, dela, deles, delas, de você, de vocês* em vez de *seu*);
2. O item lexical *noss-* é invariável morfofonologicamente no português, ou seja, não atende a variações de sintaxe interna, no entanto, o mesmo não ocorre com o equivalente romeno (*nostr-* no masculino, *noastr-* no feminino-neutro plural, *noștr-* no masculino plural, cf. GÖNCZÖR-DAVIES, 2008) ou com o latino (que tem *noster* no nominativo singular masculino e *nostr-* em todos os demais casos e números);
3. O item lexical *noss-* é variável flexionalmente em gênero e número em português, mas é em gênero ou número em seu equivalente em alemão, dinamarquês e russo (BREDSORFF, 1958; MALTZOFF, 1984);
4. O item lexical *noss-* não é variável flexionalmente em caso em português, mas é em seu equivalente alemão e em russo. Em algumas línguas que têm distinção de gênero, número e caso, inclusive em outros pronomes possessivos, o equivalente ao *noss-* é invariável, como ocorre no islandês *okkar*, literalmente “de nós”, como no chinês e no japonês (PÉTURSSON, 1992);
5. Há línguas em que a possessividade é indicada por meio de afixação e não por uma classe independente de pronomes, como é o caso do turco (UNDERHILL, 1976) e do húngaro (SZENDE; KASSAI, 2007), ambas também com o fenômeno morfofonológico da harmonia vocálico; em outras línguas, como o árabe, a afixação de *-nā* “nosso” é morfofonologicamente imutável (THACKSTON, 1994);
6. Há línguas que distinguem, numa Morfologia *stricto sensu*, uma primeira pessoa do plural inclusiva e outra exclusiva, como o guarani (ñande “eu e ele”, ore “eu e você”), revelando mais explicitamente a conexão dêitica com a Referência, e há ainda as que incluem diferentes graus de polidez, de humildade, de deferência, de lugar de fala etc., como o japonês, que pode refletir a possessividade de modo lexical (*chichi* “meu pai” *vsotōsan* “teu pai” ou “o pai dele”), revelando de forma ainda mais evidente a existência dos elementos sociais da Referência, considerados por muitos como exclusivos de elementos lexicais (ANDO, 1957).

Assim sendo, como não há universalidade de classes como a de “pronome possessivo”, tampouco haverá quem defina Morfologia como o estudo de supostas universalidades dessas

mesmas classes tradicionais. Não é a presença ou ausência de fenômenos morfossintáticos que justificam a não-universalidade da Morfologia nas línguas (da mesma forma que a ausência de um mecanismo coesivo como a harmonia vocálica do turco não é universal). Mesmo o mandarim, que não dispõe nem de gênero nem de número, dispõe de morfolexicalidade nas concordâncias que envolvem o uso dos classificadores (YIN; RIMMINGTON, 2004). O mesmo se pode dizer sobre a estruturação morfolexical dos níveis de polidez e da negação na flexão verbal em japonês (ANDO, 1957). A divisão entre paradigmas morfológicos e lexicais no Significado do signo linguístico é universal e não tipológica. Não há língua sem Morfologia.

Conclusões

O problema da subsunção da Morfologia parece bem distante de questões legitimamente linguísticas, antes parece repousar em uma tendência histórica a idealizar as línguas isolantes ou as aglutinantes, desde o século XVII (como provam a tentativa de associação do chinês com a língua-mãe, por exemplo, em John Webb). A partir do contato de linguistas alemães com a gramática de Pāṇini no início do século XIX, tal idealização somente aumentou. Dois séculos antes, ainda, a idealização de uma língua apropriada à expressão da Lógica, desprovida de complicações e de repetições desnecessárias parece ter atingido os gramáticos franceses, desde Port Royal até Vaugelas. Essas complicações “desnecessárias”, exceções, redundâncias e outros supostos “defeitos” da linguagem natural encontraram nos elementos morfológicos uma área bastante propensa à desbastagem típica do *inutilia truncat* iluminista. Mesmo antes do surgimento do termo “Morfologia”, os fenômenos morfológicos sempre foram entendidos como algo que necessitava algum tipo de domesticação. Aparentemente somente autores que se dedicaram à Linguística Comparativa, inclusive com propostas tipológicas afastaram-se da influência do analogismo tradicional da Gramática Normativa, reforçado pela influência pāṇiniana, cuja transformacionalidade se encontrará ainda posteriormente influenciando modelos de estruturalistas norte-americanos e de gerativistas. Para além dessa tradição analítica, é patente que a vinculação do nome “Morfologia”, provindo da Botânica de Johann Wolfgang Goethe e da Medicina de Karl Friedrich Burdach, encontrará, por um lado, uma vertente fértil nas ideias de Schleicher, que introduzirá exitosamente esse termo oriundo das Ciências Naturais no seio dos estudos linguísticos na segunda metade do século XIX, a despeito da grande resistência dos que não comungavam das mesmas ideias positivistas, como Schuchardt. Abraçado pelos neogramáticos e rejeitado por filólogos, o termo “Morfologia” já se encontra presente na gramática de Júlio Ribeiro (1881) e nas obras de Eduardo Carlos Pereira (1907). Entendida inicialmente como mais próxima da Fonologia, com a qual formaria um conjunto chamado de Lexeologia (termo às vezes usado como alternativa para se evitar a ascendência neogramática), o termo “Morfologia” seria adotado universalmente por gramáticos, filólogos e linguistas a partir da década de 50 do século XX, uma vez que as duas Guerras Mundiais apagariam de uma vez por toda a vinculação original com as áreas da Biologia e da Medicina. Apesar desse esquecimento historiográfico, hoje em dia, no entanto, persiste a

sensação de superfluidade da Morfologia face à Fonologia e à Sintaxe, ainda que de maneira latente, nos pressupostos dos que ainda pretendem subsumi-la, quer à Fonologia no Estruturalismo, quer à Sintaxe no Gerativismo. A terceira via do Funcionalismo também acabou sendo bastante comprometida com a ideia quase teleológica do “esmaecimento” ou mesmo da “perda” do significado, trazendo novamente o perigo das considerações confusas sobre o “assemantismo”.

No entanto, a despeito das estratégias das linhas teóricas vigentes, o escopo desse texto foi justamente mostrar que a subsunção da Morfologia, consequência de vários equívocos, não é algo evidente e muito menos algo necessário ou desejável, sob pena de deixar muitos fenômenos sem qualquer área de investigação. Nesse sentido, buscou-se esclarecer à luz do modelo universalmente aceito do signo linguístico que a Semântica não é o único estudo do Significado. A Semântica se preocupa, como visto, tanto com o Significado, quanto com a Referência e o faz na prática das suas análises. Já o Significado compõe-se não só de uma Lexicologia, mas também de uma Morfologia, da mesma forma que o Significante não é só Fonologia, mas também Sintaxe. O problema da “ausência de significado” tampouco se confunde com a dicotomia Significado *vs* Significante presente desde o *Cours de linguistique générale*, antes reflete duas situações distintas:

1. não há, às vezes, nenhuma relação morforreferencial em um determinado item do Significado porque existe uma Morfologia *stricto sensu*, independente de relações morfossintáticas, morfofonológicas, morfolexicais ou morforreferenciais;
2. há, por vezes, uma *associação* entre os componentes do Significado e a Referência, ou seja uma relação indireta, assim como são indiretas relações como as metáforas e as metonímias.

Assim sendo, se o estudo do Significado não é sinônimo de Semântica, pelo menos duas áreas independentes (e às vezes interdependentes) também se ocupam do Significado do signo linguístico e essas áreas são a Morfologia e a Lexicologia. Dizer isso não é de modo algum negar a existência de Morfofonologia e de uma Morfossintaxe, dadas as numerosas evidências de fenômenos que muitas vezes se assemelhariam imgeticamente às dobradiças de uma porta, mas é na verdade negar veementemente, à luz de tantas evidências e de outras mais, que essas ciências interdisciplinares subsumam a Morfologia, como se fosse uma ciência menor.

REFERÊNCIAS

ANDO, Z. K. *Gramática da língua japonesa*. São Paulo: s/ed, 1957.

BRESDORFF, E. *Danish: an elementar grammar and reader*. Cambridge: University Press, 1958.

CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- GÖNCZÖR-DAVIES, R. *Romanian: an essential grammar*. London/ New York; Routledge, 2008.
- HEGENBERG, L. *Definições: termos teóricos e significado*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1974.
- LOCKE, John. *Essay concerning human understanding*. London: Thomas Tegg, 1690.
- MALTZOFF, Nicholas. *Essentials of Russian grammar*. Lincolnwood: NTC, 1984.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Irmãos Weiszflog, 1907.
- PÉTURSSON, M. *Lehrbuch der isländischen Sprache*. Hamburg: Helmut Buske, 1992.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.
- SAPIR, E. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Hancourt, Brace & Co, 1921.
- SAUSSURE, F. M. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.
- SIMÕES NETO, N. A. *Um enfoque construcional sobre as formações X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. Salvador: UFBA, 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2016.
- SIMÕES NETO, N. A. *O esquema -ari- do latim às línguas românicas: um estudo comparativo, cognitivo e construcional*. Salvador: UFBA, 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2020.
- SOLEDADE, J.; LOPES, M. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: COELHO, J. S. B.; ALMEIDA, A. A. D.; SANTANA, E. (org.). *Para a construção de saberes lexicais*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 127-159.
- SZENDE, T.; KASSAI, G. *Grammaire fondamentale du hongrois*. Paris: L'Asiathèque, 2007.
- THACKSTON, W. M. *An introduction to Koranic and Classical Arabic*. Bethesda, Maryland: Ibex, 1994.
- UNDERHILL, R. *Turkish grammar*. Cambridge, Mass./London: MIT, 1976.
- VIARO, M. E. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos-eiro/-eirana língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (org). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 45-84.
- VIARO, M. E. Onde se encontra a Morfologia no signo linguístico? *Estudos linguísticos e literários*, n. 61, p. 11-29, 2018.

VIARO, M. E.; FERREIRA, M. J.; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, M. E. *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 58-105.

YIN, P. C.; RIMMINGTON, D. *Chinese: a comprehensive grammar*. London/ New York: Routledge, 2004.



CONSTRUCTION MORPHOLOGY: AN INTERVIEW WITH GEERT BOOIJ

*Geert Booij*¹

*Natival Almeida Simões Neto*²

*Juliana Soledade*³

*Carlos Alexandre Gonçalves*⁴

RESUMO

Geert Booij (1947) é professor emérito de linguística na Universidade de Leiden, onde trabalhou de 2005 a 2012. De 1981 a 2005, foi professor de Linguística Geral da Universidade Livre de Amsterdam, e, de 1971 a 1981, professor assistente/associado da Universidade de Amsterdam, onde também obteve seu Ph.D. em linguística em 1977. Estudou holandês e linguística geral na Universidade de Groningen (1965-1971), onde obteve seu título de mestre (*cum laude*). Foi reitor da Faculdade de Letras da Universidade Livre (1988-1991, 1998-2002), vice-diretor da Universidade Livre (1999-2002), reitor da Faculdade de Letras da Universidade de Leiden (Setembro 2005- Outubro 2007) e membro (1997-2002) e presidente (2002-2004) do Conselho Holandês de Pesquisa para Humanidades da NWO (Organização holandesa para pesquisa científica). Atuou em uma série de comitês nacionais e internacionais para a avaliação das realizações de pesquisas linguísticas e em comitês de auditoria para a qualidade dos programas de línguas em várias universidades na Holanda. Geert Booij também lecionou na Universidade de Canterbury em Christchurch, Nova Zelândia (Erskine Fellow) em 2002, na Sociedade Linguística do America Institute da Universidade de Berkeley em 2009, na Universidade de Harvard (Erasmus professor de língua e cultura holandesas) em 2010, e na Universidade Livre de Berlin (Departamento de Germânicas, seção Holandês) em 2011. Em 2011, recebeu o Prêmio Alexander von Humboldt de Pesquisa por suas realizações gerais em pesquisa linguística. É membro honorário da *Linguistic Society of America*. Geert Booij é um dos dois fundadores e editores da série de livros *Yearbook of Morphology* (1988-2005), que, desde 2006, teve continuação como a revista *Morphology*, da qual foi um dos três editores até 2014. Ele é o autor de uma série de livros holandeses sobre gramática, morfologia e fonologia e de quatro monografias em inglês: *The Phonology of Dutch* (1995), *The Morphology of Dutch* (2002, 2019), *The Grammar of Words* (2005, 2012) e *Construção Morphology* (2010), todos publicados pela Oxford University Press. Ele publicou artigos linguísticos em uma ampla variedade de periódicos e volumes holandeses e internacionais (consulte <https://geert.booij.com> para obter uma lista de publicações, em sua maioria para download).

Palavras-chave: Morfologia; Entrevista; Geert Booij; Morfologia Construcional.

1 Professor Emeritus of Linguistics at University of Leiden (Netherlands).

2 Substitute professor at the State University of Feira de Santana and at the Federal University of Bahia, nativalneto@gmail.com

3 Professor of the Faculty of the Graduate Program in Language and Culture (PPGLinc) at the Federal University of Bahia and the Faculty of the Graduate Program in Linguistics (PPGL), at the University of Brasília, julisoledade@gmail.com

4 Professor of Portuguese at UFRJ (Department of Vernacular Letters, Postgraduate Program in Vernacular Letters, Faculty of Letters) - Federal University of Rio de Janeiro, carlosvictorio@letras.ufrj.br.

ABSTRACT

Geert Booij (1947) is professor emeritus of linguistics at the University of Leiden where he worked from 2005-2012. From 1981-2005 he was professor of General Linguistics at the Vrije Universiteit Amsterdam, and from 1971-1981 assistant / associate professor at the University of Amsterdam, where he also obtained his Ph.D. degree in linguistics in 1977. He studied Dutch and general linguistics at the University of Groningen (1965-1971) where he obtained his MA degree (*cum laude*). He was dean of the Faculty of Letters at the Vrije Universiteit (1988-1991, 1998-2002), conrector of the Vrije Universiteit (1999-2002), dean of the Faculty of Letters of the University of Leiden (September 2005-October 2007), and member (1997-2002) and chair (2002-2004) of the Dutch Research Council for the Humanities of NWO (the Dutch organization for scientific research). He served on a number of national and international committees for the assessment of linguistic research achievements, and on audit committees for the quality of language programs at various universities in the Netherlands. Geert Booij also taught at the University of Canterbury in Christchurch, New Zealand (Erskine Fellow) in 2002, the Linguistic Society of America Institute at the University of Berkeley in 2009, at Harvard University (Erasmus professor of Dutch language and culture) in 2010, and at the Freie Universität Berlin (Germanic Department, section Dutch) in 2011. In 2011 he received the Alexander von Humboldt Research Award for his overall achievements in linguistic research. He is an honorary member of the *Linguistic Society of America*. Geert Booij is one of the two founders and editors of the book series *Yearbook of Morphology* (1988-2005), which is, as of 2006, continued as the journal *Morphology*, of which he was one of the three editors until 2014. He is the author of a number of Dutch textbooks on grammar, morphology, and phonology, and of four English monographs: *The Phonology of Dutch* (1995), *The Morphology of Dutch* (2002, 20192), *The Grammar of Words* (2005, 20123), and *Construction Morphology* (2010), all published by Oxford University Press. He has published linguistic articles in a wide range of Dutch and international journals and volumes (see <https://geert.booij.com> for a list of, mostly downloadable, publications).

Keywords: Morphology; Interview; Geert Booij; Construction Morphology.

Greetings

Professor Booij, before we start with the questions, we want to thank you very much for accepting the invitation to do this interview. It is truly an honor for us to have the opportunity to ask these questions. We hope they are interesting and thought provoking.

Questions

Question 1

[Carlos Alexandre Gonçalves] In 1977, you defended your thesis “Dutch Morphology: a study of word-formation in generative grammar”. Later, you developed and advised many works in the theoretical framework of Generative Grammar. How was the process of changing from this paradigm to the Construction Grammar (CxG) paradigm? What motivated the creation of Construction Morphology (CxM)? What advantages does CxM offer over other models?

Geert Booij: It is a pleasure for me to answer your questions, and I was pleasantly surprised that there is such an active Construction Morphology community in Brazil.

I started as a linguist at the end of the sixties. At that time, in the Netherlands, as well as at MIT, syntax and phonology were the main topics of grammatical research, and there was hardly any attention for morphology. This situation has been aptly described as morphology being “the Poland of linguistics” (SPENCER; ZWICKY 1988, p. 3), divided between syntax and phonology. It was Aronoff’s MIT dissertation (1974), published in 1976 as *Word formation in Generative Grammar* that stimulated me to pursue morphological research as a separate subdiscipline within the generative framework. In 1974, Aronoff also gave lectures at the University of Groningen that inspired me. My dissertation, defended in 1977, is a specimen of this influence. It has also been written because, when I was working on the phonology of Dutch, I discovered that in the derivational approach to phonology of Chomsky and Halle (1968), the morphological structure of words was mainly a vehicle for getting phonological derivations right, and not based on independently motivated morphological insights, thus leading to doubtful morphological analyses of words. As may be expected from a generative framework, the theoretical focus was on morphological creativity, on the kind of knowledge that enables language users to form new words and word-forms. Therefore, the concept of ‘rule’ had a prominent place in morphological research.

The Dutch tradition of morphology before the rise of generative grammar in the 1960s had a different focus, even though it also wanted to account for the word-forming creativity of the language user. As Henk Schultink pointed out in his dissertation (SCHULTINK 1962), the discovery of morphological patterns is based on systematic form-meaning correspondences between sets of existing words. This means that paradigmatic relationships between words in the lexicon form the bases for discovering a creative morphological engine. Some of these form-meaning correspondences can be extended to new cases, which means that the relevant patterns are productive. However, there are also many unproductive and marginally productive patterns that need to be accounted for as well.

Since the 1980s, quite a number of Dutch morphologists stressed the importance of paradigmatic relations and of the notion ‘productivity’, as can be seen in the work of Harald Baayen (my first Ph.D. student at the Vrije Universiteit), Matthias Hüning, Jaap van Marle and Ariane van Santen, among others. Our common approach to morphology can be characterized as word-based, since words form the starting point of morphological analysis. This implies that morphology is not the syntax of morphemes, as was the dominant view in the early days of generative morphology, and that morphemes play only a secondary role only in accounting for morphological regularities.

Aronoff, who also defended word-based morphology, formulated morphological rules as rewrite rules, because (in his own words):

It bore close resemblance in form to the rewrite rules that were standard in generative grammar. A W[ord] F[ormation] R[ule] took a word from one of the three major lexical categories (Noun, Verb, or Adjective) and mapped it onto a lexical category (the same or another), usually adding an affix, and making another word. The rule of *un*-prefixation, for example, could be written as [X]A → [un-[X]A]A or it could be written simply as the output [un-[X]A]A.” (ARONOFF, 2018, p. 11)

As stated in the last sentence of this quote, word formation processes can be characterized in terms of output schemas, which means that the rule format is not relevant. Output schemas became essential for me in developing an adequate model of morphology, instead of rewrite rules

Morphological schemas have two functions: they function as redundancy statements with respect to existing complex words, and they specify how new words can be formed. The first function (redundancy) had already been argued for in one of the first articles on morphology in a generative framework, Jackendoff (1975). The redundancy function means that morphological schemas have a motivating function: they reduce the degree of arbitrariness in the properties of existing complex words. This is also the perspective taken in Construction Morphology (CxM) (BOOIJ, 2010), and its sister-theory Relation Morphology (JACKENDOFF; AUDRING, 2020). This links morphology directly to the study of the lexicon, and its internal structure. The second function of morphological schemas is the creative, generative one: they account for the capacity of language users to coin and understand new complex words.

Another factor in the development of CxM was my detailed study of particle verbs in Dutch (BOOIJ, 2010, Chapter 5, Los et al. 2012). They are not really complex words, because the particle and the verb can be split in main clauses. Yet, their behavior is similar to that of complex verbs. Therefore, I needed a model in which there is no strict separation of morphology and syntax. Particle verbs appeared to be phrasal constructions, which must often be stored in the lexicon.

Thus, my work on Construction Morphology was not a sudden paradigm shift, but a gradual development, based on a number of ideas about what morphology is about. The articulation of this model received support from Construction Grammar, in particular the work of Adele Goldberg. It was not the case that I thought: let's apply Construction Grammar to morphology. It was rather a gradual articulation of ideas in which the notions 'construction' and 'schema' became important, notions that were also used in Construction Grammar.

Question 2

[Natal Simões Neto] In the article “Form and meaning in morphology: the case of Dutch ‘agent nouns’”, published in 1986 and developed in a theoretical framework prior to CxM, there is a discussion about the role of the semantic component in derivational morphology. Even today, more than 30 years after that publication, the interface between semantics and morphology is not always well received by morphologists. So, what are the main contribution(s) of CxM for the description of the semantic aspects related to word-formation?

Geert Booij: The essential insight embodied in CxM is that morphology is about the systematic relation between form and meaning. Therefore, morphological models that only deal with the formal side of morphology are inadequate. Since constructions are pairings of form and meaning, CxM assigns semantics its proper place, and declares it essential for an adequate theory of morphology.

What are specific contributions of CxM to the semantics of complex words? One example is the phenomenon of semantic fragmentation. In word formation we often find that one word formation patterns may carry a range of, often related, meanings (for instance, agent and instrument meanings of deverbal nouns). This can be nicely expressed in CxM by assuming subschemas for the different subsenses. Moreover, it can be specified that some of these subschemas are more productive than others.

The CxM model also allows for asymmetries between formal structure and semantic structure (bracketing paradoxes). For example, in the Dutch adjectival compound *witgejast* ‘white-coated’, with the morphological structure $[[wit]A[ge[jas]N t]A]A$ the adjective *wit* does not modify the head of the compound *gejast* as a whole, but only its constituent *jas* ‘coat’. CxM, with its Tripartite Parallel Architecture for the description of the properties of complex words, can properly account for such bracketing paradoxes, as discussed in Booij e Masini (2015).

Another semantic phenomenon that finds a natural account in CxM is that of semantic coercion: a (morphological or syntactic) construction may impose a certain interpretation on words (AUDRING; BOOIJ, 2016). Consider the following Dutch sentence;

Mijn dochter is nu uit-ge-kleuter-d

My daughter is now out-[Prefix-toddler-Suffix]Participle

‘My daughter is done with raising toddlers now’

Here, the noun *kleuter* ‘toddler’ is used as the root of a separable complex verb, resulting in the participle *uitgekleuterd* ‘toddlered out, done with raising toddlers’. This coinage is particularly interesting, as Dutch does not have the particle verb *uitkleuteren* (nor, for that matter, the base verb *kleuteren*, at least not with the relevant meaning), so the noun has been inserted directly into the participle schema. Thus, the ‘done with’ meaning is imposed on the noun *kleuter* through the *uit* + Participle construction. It is the construction as a whole that has category-changing power (from noun to participial adjective), and that imposes this specific meaning.

In short, CxM provides some specific tools for an adequate semantic analysis of complex words.

Question 3

[Juliana Soledade] The understanding that metaphor and metonymy are not ornaments characteristic of the literary use of language, but rather comprehension mechanisms, is one of the founding principles of Cognitive Linguistics (CL). In Brazil, CxM has been extensively explored by morphologists who defend the cognitive approach to language. To what extent and in what ways are the concepts of metaphor and metonymy important to CxM?

Geert Booij: The concepts of metaphor and metonymy are essential for CxM for explaining not only the polysemy of words, but also that of abstract (schematic) constructions. Consider, for instance the instrumental interpretation of deverbal nouns in *-er* in Germanic languages alongside the agent interpretation. The rise of this instrumental subschema can be interpreted as a case of metaphorical or metonymic sense extension. We can see instruments as metaphorical agent.

Alternatively, we can see them as a case of metonymy because actions presuppose the presence of instruments. We need this metonymic explanation also because the object interpretation and the location interpretation of such deverbal nouns cannot be related metaphorically to the Agent. The basic generalization is that these nouns can also denote another entity that is a participant in the action denoted by the verb. These sense extensions can therefore be seen as resulting from metonymy (conceptual contiguity).

Question 4

[Natal Simões Neto] One of the central aspects of CxG is the non-division between lexicon and grammar, unlike the classic versions of Generative Grammar and Functional Grammar, for example. The position assumed in GC is in line with the theoretical foundations of CL. Hoffman and Trousdale (2012) are among the authors who defend the existence of a constructicon, a mental collection that brings together all the constructions of the language, in its most varied levels of complexity. What is your opinion regarding the lexicon/grammar dichotomy? What do you think about the idea of a constructicon? How do you assess the relationship between CxM and other models developed within the scope of CxG?

Geert Booij: I fully agree that there is no separation between lexicon and grammar: words and construction only differ in their degree of abstractness (BOOIJ, 2010; JACKENDOFF; AUDRING, 2020). For instance, particle verbs are formally phrasal, but lexical items at the same time. Moreover, phrasal and lexical constructions can compete, and phrases can be parts of complex words (BOOIJ, 2018). This view indeed implies the idea of a constructicon, with both lexical and syntactic patterns represented as constructions that motivate existing, stored complex words and phrases. CxM shares this view with Relational Morphology, and with other varieties of CxG.

Question 5

[Natal Almeida Simões Neto] In the first chapter of the book “Construction Morphology”, from 2010, there is a section called “Word-based morphology”, in which a difference between a morphological approach of this type and an approach of the “Morpheme-based morphology” type is presented. Amid this discussion, CxM is classified as “Word-based morphology”. When aligned with the theoretical model of CxG, there is a discussion regarding whether morphemes are constructions. In your view, it is the word, and the morpheme must not appear on the list of constructions of the language. Among researchers who are guided by the models developed within the scope of CxG, there is no consensus. Could you explain the reasons that led you to take such a position in the 2010 book? After 10 years of this publication, is your position on this still the same?

Geert Booij: The reason why it is the word that is the minimal construction is because constructions are defined as pairings of form and meaning, and a morpheme, in particular a bound morpheme, does not have a meaning by itself. A non-bound morpheme only has a meaning when used as a word, and a bound morpheme only in a morphological construction. For

instance, it does not make sense to talk about the meaning of the bound morpheme *-s* in English. Its meaning contribution depends on the word construction of which it forms a part, for instance a verb (present tense 3sg), or a noun (plural), or a genitive construction (possessive). The same holds for the English bound morpheme *-er*, used in comparative adjectives, with verbs, and with nouns (*bigger, baker, Londoner*). Moreover, there are also morphemes embedded in complex words without a meaning contribution, such as the linking elements in Germanic compounds. Think also of root extensions such as *-ic* in *philosophical*. The Construction Grammarian Adele Goldberg, who initially considered the morpheme as the smallest construction, has adopted my position, a position that I still maintain.

Question 6

[Juliana Soledade] An important contribution of CxM to the morphological studies is the description by means of schemes. Before CxM was introduced, rule-based models predominated. In the book “Construction Morphology”, more precisely in Chapter 3 (p. 80), which deals exactly with schemes and subschemas, a representation of the Dutch [Vi-er]N scheme is introduced, in which a general scheme whose counterpart semantics is introduced by the label “entity” appears. There are dominant “agent”, “instrument” and “object” schemes. The “agent” scheme is ultimately specified using subschemas. An issue that gives rise to divergences, at least here in Brazil, concerns the formulation of the general scheme, which would be the level of maximum abstraction. It is a theoretical-descriptive mechanism that allows us to bring together many formal and semantic developments of schemes and subschemas. Is there research, in areas such as Psycholinguistics, Experimental Morphology, Neural Theory of Language, or Cognitive Sociolinguistics, which confirm whether this maximum abstraction, of considerably generic character, is done by the speakers?

Geert Booij: The issue raised here is discussed in the literature, for instance in Hilpert (2020), and has also been investigated by Dąbrowska. What we know for sure is that not all language users have maximal abstractions for all types of complex word, because abstract schemas are based on a sufficiently large vocabulary knowledge, and people differ enormously in the size and nature of their lexical knowledge. Moreover, abstract schemas and specific subpattern both exist. For instance, it is obvious that there is a general abstract [NN]N pattern for Dutch compounds because this is a pattern of unlimited productivity. At the same time we know that subpatterns with one position lexically filled exist alongside with the general pattern, because words may have meanings that are bound to their occurrence within a compound. These lexical constituents are referred to as affixoids (HÜNING; BOOIJ, 2014; HÜNING; BOOIJ, 2014). There has been some research on this topic with respect to derivation in Dutch, for instance the dissertation by Maria Mos (2010) who claims that (Dutch) children do make abstract generalizations concerning word formation patterns. For me it is an open question, how much abstraction is made and by whom. I do not know about other recent research on this topic.

Question 7

[Carlos Alexandre Gonçalves] The non-concatenative word-formation processes, such as reduplication, blending, clipping and splinter, for a long time, received little attention from morphological description models, which always favored concatenative processes, such as derivation and composition. Non-concatenative processes were sometimes called marginal word-formation processes, being considered sporadic and unsystematic. More recent studies have shown the regular nature of these processes. In your view, are such processes challenging for CxM?

Geert Booij: The focus in generative grammar on compounding and affixation as morphological processes originates from the view of morphology as the syntax of morphemes, or as syntax below zero. This approach can only be maintained by reducing all other types of morphology to concatenation processes, as has been attempted in Trommer (2012).

The use of schemas in CxM makes it possible to also account for other types of morphology, such as reduplication, and non-concatenative Morphology (BOOIJ, 2010). This is illustrated for Arabic non-concatenative Morphology in Davis e Tsujimura (2018). An essential ingredient for this descriptive power of CxM is the use of paradigmatically related schemas. For instance, in blending, the meaning of the two related words are combined, but only parts of their forms. The meaning of the blends can be computed by referring to the corresponding full words.

Thus, these various types of Morphology should not be seen as marginal, but instead show that the descriptive power of a morphological model must be bigger than what the morphological model of ‘the syntax of morphemes’ implies. They are strong evidence for CxM. Think also of templatic Morphology, as discussed by Good (2018). Schemas are the right formalism for describing templatic morphology because templates can be described as schemas.

Question 8

[Juliana Soledade] The historical and/or diachronic aspects related to the morphology of languages have not always received the deserved attention of morphologists, who often choose to describe phenomena under a strictly synchronic view that disregards the historical character of languages. How do you assess the presence of these aspects in the morphological description? Would they also be challenging for CxM?

Geert Booij: Diachronic aspects of Morphology have received renewed attention and analysis in CxM, in particular by using the concepts ‘constructionalization’ and ‘constructional change’ (Closs TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). An example from Dutch is that this language lost its case marking system, but the genitive marker remained as marker of a number of specific constructions (BOOIJ, 2010). These are examples of constructionalization. This reduction of case morphology and the role of its relics can only be understood and analyzed by means of the notion ‘construction’. The development of affixes out of compound constituents (affixoids) is another example, studied in Booij e Hüning (2014) and Hüning e Booij (2014). The study of debonding of prefixes in Norde e Van Goethem (2018) is another example of the relevance of CxM for language change. In other words, diachrony is an important source of supportive evidence for CxM.

Question 9

[Carlos Alexandre Gonçalves] In recent times, Ray Jackendoff and Jenny Audring have proposed Relational Morphology, a model they identify as a “cousin” to CxM. How do you evaluate the proposal of a model whose formulation is close to the model you proposed? What would you highlight as different between them?

Geert Booij: Relation Morphology is conceptually very similar to CxM, which will not come as a surprise when you realize that these linguists also co-authored papers with me. The choice for a different name of their morphological theory is because they want to stress that morphology is primarily about the relations between the existing words of a language, including many non-productive patterns that still play a role in motivating the properties of words through their relations with other words. The notion ‘construction’ may have a slightly more generative flavor (construction = creation), but the word *construction* also has a non-creative, result meaning. Both meanings are relevant for CxM. Another difference is that the authors use a slightly different formalism, and the concepts ‘same, except’ and ‘sister schema’ have a more prominent place. *The Texture of the Lexicon* stresses that we also need schemas that specify correspondences between properties of words on different levels without meaning being involved, whereas constructions are by definition pairings of form and meaning. In other words, there are also schemas specifying relationships between words that are not constructions. I agree with this view, and have also given examples of such schemas in Booij (2010, Chapter 10).

Question 10

[Natal Almeida Simões Neto, Carlos Alexandre Gonçalves and Juliana Soledade] Professor, we appreciate your availability to answer the questions. To finish we ask you to make some final remarks. We would like, if possible, to ask you for the recommendation of at least five references (articles, chapters or complete books) that you consider relevant to the understanding of the main ideas and developments of CM.

Geert Booij: It was my pleasure to answer these very pertinent questions concerning Construction Morphology (CxM). There are many researchers now that use this model in their synchronic and diachronic investigations of morphology. Below I list a small number of key publications, with a brief characterization. There is also a website on Construction Morphology (<http://www.lilec.it/cxm/>).

Reading suggestions

BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

[The first three chapter of this book present the theory of CxM, and the following chapters apply this model to various phenomena, mainly on the border between morphology and syntax.]

BOOIJ, G.; MASINI, F. The role of second order schemas in word formation. In: BAUER, L.; KÖRTVÉLYESSY, L.; ŠTEKAUER, P. (eds.) *Semantics of complex words*. Cham etc.: Springer, 2015, p. 47-66.

Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 2, p. 191-202, jul.-dez. 2021.

[This article argues for the role of paradigmatic relations between words and phrases in word formation.]

BOOIJ, G. Construction Morphology. In: Hippisley, A.; STUMP, G. (eds.), *The Cambridge Handbook of Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, Chapter 16, 2016, p. 424-448.

[A concise introduction to CxM.]

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Construction Morphology and the Parallel Architecture of Grammar. *Cognitive Science* 41 (S2), p. 277-302, 2017.

[This article relates CxM to the theory of Parallel Architecture as developed by Ray Jackendoff, and highlights the interface between phonology and morphology.]

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Partial motivation, multiple motivation, and the role of output schemas. In: BOOIJ, G. (ed.). *The construction of words. Advances in Construction Morphology. Studies in Morphology* 4. Cham: Springer, 2018, p. 59-80.

[This book chapter argues that existing complex words may be only partially motivated, and by different schemas. It is discussed how morphological schemas relate to existing words.]

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

[This monograph is a key publication on the application of CxM to diachronic morphology and syntax.]

COUSSÉ, E.; VAN GOETHEM, K.; NORDE, M.; VANDERBAUWHEDE, G. (eds.). *Category change from a constructional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 2018.

[A volume with important detailed studies of how category change of words can be understood.]

HILPERT, M. (ed.). *Higher order schemas in morphology*. Special issue of *Word Structure* 12 (3), 2019.

[This journal issue features a number of articles on the question: do we really need abstract schemas in morphology?]

HÜNING, M.; BOOIJ, G. From compounding to derivation. The emergence of derivational affixes through ‘constructionalization’. *Folia Linguistica* 48, p. 579-604, 2014.

[A case study of how CxM gives insight into the process of derivational affixes developing from compound constituents.]

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *The texture of the lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

[This book explains and argues for the theory of Relational Morphology, in most respects a variant of CxM, but with slightly different formalization of constructions, and additional important points of attention.]

References

- ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge Mass.: MIT Press, 1976.
- ARONOFF, M. Morphology and words: A memoir. In: BONAMI, O.; BOYÉ, G.; DAL, G.; GIRAUDO, H.; NAMER, F (eds.). *The Lexeme in Descriptive and Theoretical Morphology*. Berlin: Language Science Press, 2018.
- AUDRING, J.; BOOIJ, G. Cooperation and coercion. *Linguistics* 54 (4), p. 617-637, 2016.
- BOOIJ, G. *Dutch Morphology. A Study of Word Formation in Generative Grammar*. Lisse/ Dordrecht: Peter de Ridder Press / Foris Publications. 1977.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Allomorphy and the architecture of grammar. In: BOTMA, B.; NOSKE, R. (eds.). *Phonological Explorations: Empirical, Theoretical, and Diachronic Issues*. [Linguistische Arbeiten / Linguistic Studies 548] Berlin: De Gruyter, 2012, p. 9-24.
- BOOIJ, G. The nominalization of Dutch particle verbs: schema unification and second order schemas, *Nederlandse Taalkunde* 20, p. 285-314, 2015.
- BOOIJ, G. Compounds and multi-word expressions in Dutch. In: SCHLÜCKER, B. (ed.), *Complex lexical units: compounds and multiword expressions*. Mannheim: Institut für Deutsche Sprache / Berlin: De Gruyter, 2018, p. 95-126. [open access]
- BOOIJ, G. The role of schemas in Construction Morphology. *Word Structure* 12 (3), p. 385-395, 2020.
- BOOIJ, G.; MASINI, F. The role of second order schemas in word formation. In: BAUER, L.; KÖRTVÉLYESSY, L.; ŠTEKAUER, P. (eds.) *Semantics of complex words*. Cham etc.: Springer, 2015, p. 47-66.
- BOOIJ, G.; HÜNING, M. Affixoids and constructional idioms. In: BOOGAART, R.; COLLEMAN, T.; RUTTEN, G. (eds.), *Extending the Scope of Construction Grammar*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2014, p. 77-105.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.
- DĄBROWSKA, E. Low-level schemas or general rules? The role of diminutives in the acquisition of Polish case inflections. *Language Sciences* 28, p. 120-135, 2006.
- DAVIS, S.; TSUJIMURA, N. Arabic non-concatenative morphology in Construction Morphology. In: Booij, G. (ed.). *The Construction of Words. Advances in Construction Morphology*. Cham: Springer, 2018, p. 315-340.
- GOOD, J. Modeling signifiers in constructional approaches to morphological analysis. In: BOOIJ, G. (ed.). *The Construction of Words. Advances in Construction Morphology*. Cham: Springer, 2018, p. 19-58.
- HILPERT, M. (ed.). Higher order schemas in morphology. *Word Structure* 12 (3), 2020.

- HÜNING, M.; BOOIJ, G. From compounding to derivation. The emergence of derivational affixes through ‘constructionalization’. *Folia Linguistica* 48, p. 579-604, 2014.
- JACKENDOFF, R. Semantic and morphological regularities in the lexicon. *Language* 51, p. 639-671, 1975.
- JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *The Texture of the Lexicon. Relational Morphology and the Parallel Architecture*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- LOS, B.; BLOM, C.; BOOIJ, G.; ELENBAAS, M.; VAN KEMENADE, A. *Morphosyntactic change. A comparative study of particles and prefixes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MOS, M. *Complex lexical items*. Utrecht: LOT, 2010.
- NORDE, M.; VAN GOETHEM, K. Debonding and clipping of prefixoids in Germanic: Constructionalization or constructional change? In: BOOIJ, G. (ed.), *The construction of words. Advances in Construction Morphology*. Cham: Springer, 2018, p. 475-518.
- SCHULTINK, H. *De morfologische valentie van het ongelede adjectief in modern Nederlands*. Den Haag: Van Goor Zonen, 1962.
- SPENCER, A. M.; ZWICKY, A. M. (eds.). *The Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell, 1998.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TROMMER, J. (ed.). *The Morphology and Phonology of Exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012.



RELATIONAL MORPHOLOGY: AN INTERVIEW WITH JENNY AUDRING

Jenny Audring¹

Carlos Alexandre Gonçalves²

Juliana Soledade³

Natival Almeida Simões Neto⁴

RESUMO

Jenny Audring nasceu em 1977 em Berlim, então capital da República Democrática Alemã. Ela obteve um duplo mestrado em Linguística e Inglês pela Universidade Livre de Berlin em 2003. Logo após, mudou-se para a Holanda, onde recebeu seu título de PhD na Universidade Livre de Amsterdam em 2009. Depois de lecionar em várias universidades na Holanda, agora está permanentemente afiliada à Universidade de Leiden. Seus principais interesses de investigação são a morfologia, o léxico (mental) e a complexidade e capacidade de aprendizagem da linguagem. Ela tem especialização em gênero gramatical e teorias da morfologia baseadas na noção de construção.

Palavras-chave: Morfologia; Léxico; Construção; Aquisição; Gênero.

ABSTRACT

Jenny Audring was born in 1977 in Berlin, then capital of the German Democratic Republic. She earned a double MA degree in Linguistics and English from the Free University Berlin in 2003. She then moved to the Netherlands, where she received her PhD at the Free University Amsterdam in 2009. After teaching at various universities throughout the Netherlands she is now permanently affiliated with the University of Leiden. Her main research interests are morphology, the (mental) lexicon, and the complexity and learnability of language. She has special expertise in grammatical gender and construction-based theories of morphology.

Keywords: Morphology; Lexicon; Construction; Acquisition; Gender.

1 The researcher and professor Jenny Audring is permanently affiliated with the University of Leiden (Netherlands). She is PhD at the Free University Amsterdam, j.audring@hum.leidenuniv.nl.

2 Professor of Portuguese at UFRJ (Department of Vernacular Letters, Postgraduate Program in Vernacular Letters, Faculty of Letters) - Federal University of Rio de Janeiro, carlosvictorio@letras.ufrj.br.

3 Professor of the Faculty of the Graduate Program in Language and Culture (PPGLinc) at the Federal University of Bahia and the Faculty of the Graduate Program in Linguistics (PPGL), at the University of Brasília, julisoledade@gmail.com.

4 Substitute professor at the State University of Feira de Santana and at the Federal University of Bahia, nativalneto@gmail.com.

Greetings

Professor Audring, we would like to thank you for your availability to answer the following questions. This is a unique opportunity to learn more about two theoretical models of morphological analysis (Construction Morphology and Relational Morphology) that are still little explored in Brazil. We hope the questions will be stimulating and allow you to explore the central aspects of the models you have worked with.

Questions

Question 1

[Carlos Alexandre Gonçalves] Since 2005, your publications, done so by yourself or in co-authorship, have focused on the area of morphology. We have noticed that gender is your object of description in several works. What has changed in your research since 2005 from a theoretical point of view? What other morphological phenomena are also of interest to you?

Jenny Audring: The main shift in my research interests was caused by the opportunity to collaborate on morphology and the mental lexicon with Ray Jackendoff. After years of thinking and writing about grammatical gender and linguistic complexity from a typological perspective, the work with Ray was an incentive to explore issues in theoretical morphology that seemed timely and relevant. Especially, the predominance of the generativist framework had resulted in a lack of theoretical attention for the lexicon and for un- or semiproductive morphology, where generative rules are of little or no importance. At the same time, the insight – coming from Construction Grammar – that a lot of linguistic knowledge consists of collocations, prefabs, multi-word expressions and other types of constructions made the study of the mental lexicon seem increasingly urgent. After all, the presence of such complex lexical items in memory makes it impossible to think of the lexicon as a simple list or an unstructured ‘bag of words’. But what structure do we imagine the lexicon to have? This was a question that crystallized into the focus of our work, which eventually resulted in the monograph “The Texture of the Lexicon” (Jackendoff & Audring 2020a).

Question 2

[Carlos Alexandre Gonçalves] Your main research partners are Ray Jackendoff and Geert Booij, with whom you have written several articles. How do you see this partnership with such eminent linguists?

Jenny Audring: Ray likes to say that our collaboration started with an invitation to contribute to *The Oxford Handbook of Morphology* that Francesca Masini (University of Bologna) and I were editing, and him realizing that the morphological component of the Parallel Architecture was sorely underdeveloped (whether our editorial feedback had contributed to this realization depends on who tells the story). So our relationship changed from editor-author to collaborators, to mutual enjoyment. Since Ray’s main research is in syntax and semantics (as well as a multitude of other fields), he had not worked on morphology proper since his seminal *Language* article from 1975, “Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon”. However, the theoretical landscape had changed a lot since then, so we could approach the issues together with fresh eyes.

The collaboration with Geert Booij goes back to the times when I was his PhD student in Amsterdam. We often find ourselves moved by the same interests, so there are regular incentives to seek each other out for joint talks or papers. My thinking about morphology is deeply influenced by his, though I am increasingly attracted away from derivational, productive phenomena to the quirks of listed knowledge.

I owe a great debt of gratitude to Ray and Geert, who are both wonderful and inspiring collaborators as well as personal friends.

Question 3

[Carlos Alexandre Gonçalves] Generally speaking, what are the main differences (and similarities) of Relational Morphology, a model that you have recently created, in relation to Construction Morphology, the theoretical framework with which you also worked? Do you think Relational Morphology came to replace Construction Morphology or to complement it? What are the advantages of Relational Morphology over Construction Morphology?

Jenny Audring: Construction Morphology and Relational Morphology are indeed closely related – we like to call them sisters or cousins. Both theories are based on Jackendoff’s Parallel Architecture and are built on the following principles (I’m quoting from Jackendoff e Audring (2020b, p. 2)):

- “Rules of grammar” are stated as declarative schemas rather than as procedural rules.

“Rules of grammar” are in the same basic format as words: structured relations of form and meaning. Hence there is no distinction between the “lexicon” and the “grammar”; both words and rules are treated as items in an “extended lexicon” or “constructicon.”

- The basic combinatorial operation is Unification.
- Relations among lexical items are stated in terms of inheritance.
- Language acquisition is item-based.

The two theories can be contrasted on several points, though these reflect differences in focus rather than areas of actual disagreement. The first is that Construction Morphology, like Construction Grammar, basically assumes that every construction is a pairing of form and meaning. Relational Morphology, by contrast, also countenances meaningless constructions, especially in the more abstract tiers of the extended lexicon. Generally, Relational Morphology considers the link between form and meaning as just one of the many links between levels of linguistic structure. Hence, form-meaning links are not necessarily of greater theoretical interest than form-form links between, say, morphology and phonology or phonology and orthography. This is in line with the principles of the Parallel Architecture, which say that knowledge is organized in levels of structure that are *mapped* onto each other, but not *derived* from one another. As a consequence, no level of structure, and no link between levels, has automatic priority with respect to the others.

Second, Construction Morphology emphasizes the creation of new words or word forms, i.e. the productive potential of derivational and inflectional constructions. The name “Relational Morphology” was chosen to reflect a different focus, which is on the declarative nature of

linguistic knowledge and the relations within and between lexical items. This also meant paying greater attention to patterns that rarely or never generate new instances. As a side-effect of this shift in focus, Ray and I spent a lot of time thinking about the difference between productive and unproductive morphological patterns, since they come out highly similar in the theory. We think we've dreamed up a nice solution, which I will say more about below. The interested reader can find a fuller account in Section 2.7 of "The Texture of the Lexicon".

A common interest that got developed a bit more extensively in Relational Morphology is the role of non-hierarchical or 'sister' relations. Constructionist theories are inheritance-based, and hierarchical links between 'mother' and 'daughter' constructions are central to the model. Recently, links between 'sister' constructions on the same level of the lexicon have moved into the focus of interest, both in morphology and in syntax. Relational Morphology has, I hope, contributed to this development.

Finally, Relation Morphology offers a more detailed and explicit notation, which more clearly shows how the levels of structure within a lexical item are connected, as well as how one lexical item is linked to others. We have also spent more time on working out the connections to psycholinguistics, with preliminary forays into lexical access, including schema access, and acquisition.

After this brief summary of differences I would like to stress again that there are close ties between the two theories as well as between their proponents, so we do not consider each other rivals or competitors.

Question 4

[Juliana Soledade] The morphology-semantics interface is an aspect that stands out in Construction Morphology-based studies. In the history of morphological studies, this interface has not always been much explored or accepted. How do you see the relationship between morphology and semantics? What can Relational Morphology offer in this regard?

Jenny Audring: Thanks to principles of the Parallel Architecture, Relational Morphology is, I think, especially well suited for situations in which the semantics of a word is not compositional. Idiomatic complex words such as English *under-stand* or *minute-s* (as in 'meeting minutes, notes of a meeting', where it is not the plural of *minute*) can be accounted for by listing the idiomatic meaning and linking it to the complex word in its entirety. The segments of the words are visible in phonology and morphology, but remain unlinked to the semantic layer. The same principle – pieces of phonology and morphology that are not connected to any piece of semantics – can be applied to words that are clearly derivations but lack a lexical base, such as *ug-ly*, *reck-less* or *plumb-er*. The segments *ug-*, *reck-* and *plumb-* are not themselves words in present-day English and hence cannot contribute to the meaning of the complex word. Thus, they only matter on the levels of phonology and morphology, not on the level of semantics. Within the Parallel Architecture, no special machinery is needed to take care of such phenomena.

Generally speaking, the declarative approach to linguistic knowledge means that full compositionality is not expected and not necessary, as we are often dealing with existing rather than novel words, which can have all kinds of idiosyncratic quirks. Compositionality only matters where words are assumed to be actively generated from their parts. I believe more inclusive accounts to be an advantage.

Question 5

[Natal Almeida Simões Neto] The debate regarding productivity is recurrent in morphological theories. Depending on the approach, productivity can be seen as applicability, generativity or frequency. In July 2020, you gave the lecture “Unproductive Morphology” at the *Abralin Ao Vivo* event, showing how processes and so-called unproductive morphological products can be approached in Relational Morphology, therefore opposing several models that tend to discard what is unproductive. That being said, what is the understanding of productivity when it comes to Relational Morphology? What can the study of unproductive morphology bring of relevance to the general framework of morphological studies?

Jenny Audring: One of the things that make morphology interesting is that the productivity of morphological patterns cannot be taken for granted. Especially in word formation, we find patterns that are formally regular and semantically transparent, but nevertheless resist expansion. If such patterns are disregarded, an awful lot of morphology is thrown out like the proverbial baby with the bathwater.

In our model, unproductive schemas have an important function: they do not *generate new words*, but they *motivate existing words*. In fact, the motivating function is shared by productive and unproductive schemas alike. This brings the two types of schema more closely together than in other theories. They also ‘live’ in the same mental ecosystem which we call the extended lexicon. Moreover, the two types of schema are highly similar in form: both are understood as templates with variables. Compare, for example, the productive English plural schema [N -s]N and the unproductive derivational schema [N -ship]N as in *friendship* or *membership*. Both are nominal and both have a variable slot for a noun and a suffix. So what is it that distinguishes the productive from the unproductive pattern? From the perspective of Relational Morphology, the difference is located in the variable, i.e. in the degree to which it is open to new lexical material. This offers a hypothetical answer to a question that is important but not often asked: What does it mean to know that a pattern is productive or unproductive? What kind of knowledge does this entail?

I’m convinced that we are still at the foothills of truly understanding productivity. Even the role of frequency is contested, as not all productive patterns are frequent and not all frequent patterns are productive. Theories don’t even agree on the most basic issues, such as whether full productivity is the default situation, so unproductivity needs to be explained, or vice versa. In Relational Morphology we treat productivity as an upgrade: first you discover a pattern and then you find out whether it can be extended to new words or phrases. Hence, our model assumes a conservative rather than a creative speaker. This is a marked difference from the generative perspective that is still dominant in the research community. I hope this change in perspective will inspire new empirical and experimental research and help us in our understanding of these fascinating phenomena.

Question 7

[Juliana Soledade] The proposals for the morphological description of languages, in general, turn at first to the synchronic framework of morphological phenomena, whereas only later diachronic approaches are seen. In what concerns Relational Morphology, is the diachronic study of morphology a challenge? How is the historicity of languages handled within this model?

Jenny Audring: Our work, I have to admit, confirms the pattern that you describe: we have started at the synchronic end and have not yet worked out how historical data can be brought to bear on the model (and the other way around). We would gladly invite other researchers to expand the research in this direction.

Question 8

[Natal Simões Neto] In morphological studies, there are phenomena that end up being marginalized, since they are not as regular as flexion, derivation and composition. Some of these include blending, clipping, reduplication, splinters, acronyms and hypocorization. Does Relational Morphology offer special tools to address such phenomena?

Jenny Audring: For “The Texture of the Lexicon” we worked out many of these phenomena in detail: the book has a section on blends, truncations, and reduplication (Chapter 4), as well as on infixation which fits here as all of these patterns involve fragmentation of the word stem. Hypocoristics like *Elizabeth – Liz* and clippings like *mathematics – math* were included in the discussion of truncation. The most important tool we bring to bear on these patterns is the “sister schema”, a relation between two schemas (also referred to as a “second-order schema” as it is, in a way, a schema of schemas). For example, we can assume a highly underspecified schema for proper names and a sister schema that picks out the stressed syllable plus the following consonant in this schema, which constitutes the hypocoristic form. Other nickname patterns, like the one that created my given name “Jenny”, also make use of the stressed syllable but contains a suffix in addition. What is important is that a chunk like “stressed syllable plus following consonant” is only relevant within the sister relation between the schemas. Moreover, it is limited to phonology and has no link to the morphology or the semantics of the proper name. The formalism allows us to specify all of this with precision.

The book also discusses splinters and other phenomena that straddle the boundary between phonology and morphology. Such cases offer interesting challenges for linguistic theory – also within the context of productivity, as splinters can burst into productivity for a brief period and then disappear again. A unique opportunity for study and theorizing.

Question 9

[Natal Simões Neto] What innovations can Relational Morphology offer for the understanding of the human mind and the study of language architecture?

Jenny Audring: In Chapter 8 of “The Texture of the Lexicon” we widen the scope to cognitive domains outside of language and offer what we hope are new incentives for thinking about the human mind. In general terms, we urge that theories ask about representations: what knowledge needs to be stored in the mind and in what form? This is as important for language as for any other domain. How does my mind represent the place where I parked my bike this morning, and how does it distinguish today’s location from yesterday’s? What does it mean to know a song, or how much power to apply when opening the dishwasher door? Obviously, these questions are not for us to answer, but we hope to point out what is needed: a ‘lexicon’ not only of words but also of spatial, temporal, haptic, and musical knowledge, and an explicit and detailed theory of the representations it contains.

Question 10

[Carlos Alexandre Gonçalves, Juliana Soledade and Natal Simões Neto] Professor, we appreciate your availability to answer the questions. To finish we ask you to make some final remarks. We would like, if possible, to ask you for the recommendation of at least five references (articles, chapters or complete books) that you consider relevant to the understanding of the main ideas and developments of RM.

Jenny Audring: Many thanks for the stimulating questions. Here are a few suggestions for further reading:

AUDRING, J. Mothers or sisters? The encoding of morphological knowledge. *Word Structure* 12(3). p. 274–296, 2019. <https://doi.org/10.3366/word.2019.0150>

CULICOVER, P. W.; JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Multiword Constructions in the Grammar. *Topics in Cognitive Science* 9(3). p. 552–568, 2017. <https://doi.org/10.1111/tops.12255>

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphological schemas. *The Mental Lexicon* 11, p. 467–493, 2016. <https://doi.org/10.1075/ml.11.3.06jac>

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational morphology in the parallel architecture. In AUDRING, J.; MASINI, F. (eds.), *The Oxford Handbook of Morphological Theory*, Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 390–408. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199668984.013.33>

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *The Texture of the Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2020a.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational Morphology: A Cousin of Construction Grammar. *Frontiers in Psychology* 11, p. 22–41, 2020b. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.02241>



A MORFOLOGIA DOS DESVIOS DE GÊNERO GRAMATICAL EM PLNM

THE MORPHOLOGY OF GRAMMATICAL GENDER DEVIATIONS IN PNNL

Tânia Santos Ferreira¹

RESUMO

Reconhecendo o gênero gramatical como uma área crítica na aquisição tardia do português como língua não materna (PLNM) (FERREIRA, 2011; 2019; MARTINS, 2015; PINTO, 2017), neste trabalho analisam-se desvios morfológicos detectados em produções escritas por falantes nativos de espanhol, alemão e inglês, a frequentar turmas em diferentes níveis de proficiência linguística. Mais especificamente, pretende-se apurar, a partir da análise de formas morfológicas desviantes que resultam da tentativa do aprendente em estabelecer a concordância nominal em gênero, padrões de aquisição desta estrutura que se correlacionem quer com fatores intralinguísticos, como a configuração do sistema linguístico (v.g. morfossemântico) nativo do aprendente e as características de atribuição de valores de gênero do português (VILLALVA, 1994; MOTA, 2020), quer com fatores extralinguísticos, como o nível de aprendizagem. Da análise empírica conclui-se que, além da transferência linguística, uma parte substancial dos desvios resulta da sobregeneralização dos padrões de atribuição de valores de gênero disponíveis em português (**os tempos livros*, **as carpetas*). Portanto, estes dados são reveladores de um certo grau de sensibilidade dos diferentes grupos de aprendentes quanto aos indícios formais de atribuição de gênero.

Palavras-chave: Sistema de classificação nominal; Gênero gramatical; Aquisição tardia de português como língua não materna; Transferência linguística.

ABSTRACT

Recognizing grammatical gender as a critical area in the context of late acquisition of the Portuguese as a non-native language (PNNL) (FERREIRA, 2011; 2019; MARTINS, 2015; PINTO, 2017), this work analyzes morphological deviations detected in productions written by native speakers of Spanish, German and English who attend classes of different levels of Portuguese learning. More specifically, it seeks to ascertain from the analysis of deviant morphological forms that result from the learner's attempt to establish nominal gender agreement, patterns of acquisition of this structure that could correlate either with intralinguistic factors, such as the configuration of the learner's native linguistic system (e.g. morphosemantic) and the characteristics of attribution of gender values of Portuguese (VILLALVA, 1993; MOTA, 2020), either with extralinguistic factors, such as the level of learning. From the empirical analysis it is concluded that, in addition to the linguistic transfer, a substantial part of the deviations results from the overgeneralization of the gender assignment patterns available in Portuguese (**os tempos livros*; **as carpetas*). Therefore, these data reveal a certain degree of sensitivity of different groups of learners to formal evidence of gender assignment.

Keywords: Nominal classification system; Grammatical gender; Late acquisition of Portuguese as non-native language.

¹ Professora Auxiliar Convidada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, tania.ferreira@fl.uc.pt

Introdução

O presente artigo centra-se na aquisição tardia da categoria de género gramatical por aprendentes de português como língua não materna (PLNM), através da análise de formas morfológicas desviantes que resultam da tentativa do aprendente tardio em estabelecer, no sintagma nominal, a concordância em género. Os dados deste estudo foram selecionados de um conjunto de produções escritas por aprendentes adultos, falantes nativos de espanhol, alemão e inglês, a frequentar turmas de diferentes níveis de aprendizagem. Com base na análise empírica, pretende-se apurar padrões variáveis da aquisição tardia da categoria de género gramatical em PLNM que se possam correlacionar, por um lado, com fatores de natureza intralinguística, como a configuração do sistema linguístico nativo do aprendente, e em particular do sistema morfossemântico, e as características subjacentes à atribuição e marcação de valores de género nominal em português, a língua-alvo de aprendizagem, e, por outro, com fatores de natureza extralinguística, nomeadamente o respetivo nível de proficiência e de competência linguísticas do aprendente em português.

Estudos sobre a aquisição tardia de uma LNM são reveladores de que a atribuição de valores de género aos nomes corresponde a uma área crítica. Com efeito, a investigação produzida no âmbito da aquisição linguística tardia do PLNM, seja como língua segunda ou língua estrangeira (FERREIRA, 2011; 2019; MARIOTTO & LOURENÇO GOMES, 2013), seja como língua terceira ou língua adicional (LACSÁN, 2015; PINTO, 2017) demonstra que, embora se registre uma melhoria global no desempenho em função do nível de proficiência linguística dos aprendentes, os desvios de atribuição e de concordância nominal em género nunca chegam a ser totalmente erradicados das produções dos aprendentes.

A maioria destes trabalhos baseia-se, sobretudo, na análise dos desvios de atribuição de valores de género detetados em produções escritas. Nestes estudos, são colocadas diversas hipóteses para justificar a persistência dos comportamentos desviantes ao longo do desenvolvimento interlinguístico dos aprendentes, tendo-se em conta não só os possíveis constrangimentos associados ao perfil do aprendente, nomeadamente a idade e período de exposição à língua-alvo, o nível de proficiência e de competência linguísticas, a LM ou outras línguas previamente conhecidas, mas também as condicionantes associadas às características formais de atribuição e de concordância nominal em género do português.

Com o intuito de compreender que estratégias mobilizam diferentes grupos de aprendentes tardios no momento de atribuição de valores de género aos nomes e qual o respetivo grau de sensibilidade relativamente às propriedades formais de atribuição e de concordância nominal em género do português, ao longo das diferentes fases do desenvolvimento da aprendizagem, neste estudo analisa-se um conjunto de desvios que incidem sobre a forma morfológica dos constituintes internos do sintagma nominal, tais como especificadores (**o **minho** país*); modificadores (**aproveito os tempos **livros***) e nomes (**os novos **colegos***). Parte-se, assim, da assunção de que a análise destas formas morfológicas não convergentes permitirá aferir as particularidades do processo de aquisição tardia da categoria gramatical de género.

Refira-se, neste ponto, a estrutura deste artigo. A primeira parte é dedicada ao enquadramento teórico que sustenta este trabalho, analisando-se, em primeiro lugar, as questões relativas ao conceito de gênero gramatical e à descrição do sistema de atribuição e de concordância de gênero nominal em português. Posteriormente, consideram-se os contributos teóricos relativos à assimilação das propriedades morfossintáticas de um idioma não nativo, com especial enfoque para o papel que, neste contexto, é atribuído ao conhecimento linguístico prévio proveniente da gramática da LM ao longo do desenvolvimento interlinguístico dos aprendentes. Referidos os pressupostos teóricos, passar-se-á ao trabalho empírico, com a descrição, em primeiro lugar, do *corpus* bem como das variáveis de análise. Em seguida, procede-se ao tratamento e discussão dos dados apurados e, por fim, as considerações finais.

A categoria gramatical de gênero

É possível encontrar na bibliografia especializada diferentes contributos teóricos para a delimitação do conceito de gênero gramatical (IBRAHIM, 1973, CORBETT, 1991, RITTER, 1993, AIKHENVALD, 2000). Além de não ser uma categoria gramatical universal, já que não se encontra em todos os idiomas do mundo, corresponde a uma propriedade verdadeiramente particular, sobretudo se se tiver em conta (i) os critérios que cada língua seleciona e que servem de base à delimitação concetual desta categoria; (ii) a aplicação, em cada idioma, de critérios (semânticos e formais) de atribuição de valores de gênero nominal; e (iii) a manifestação formal dos valores de gênero.

Segundo Corbett (1991), o gênero corresponde a uma propriedade inerente aos nomes, não o sendo em outras classes de palavras como, por exemplo, determinantes, adjetivos, verbos, etc.² Para este investigador, a atribuição de um determinado valor de gênero ao item nominal pode estar dependente quer do significado deste quer da sua forma, sendo que tais propriedades (semânticas ou formais) só serão consideradas como instanciações de uma categoria de gênero numa língua se nela espoletarem o fenómeno de concordância sintática (CORBETT, 1991). Portanto, e de acordo com esta perspetiva, considera-se que numa língua há tantos valores de gênero quantas as possibilidades de concordância sintática desencadeadas pelo item nominal. A este respeito, Mota afirma:

[d]ado que nos nomes, o caso mais típico é não haver identificação entre o valor de gênero e o padrão temático, em última análise é através das palavras que não têm gênero inerente (os adjetivos e as palavras gramaticais pré-nominais), mas que entram na relação de concordância sintática com os nomes, que o valor de gênero destes últimos é evidenciado (MOTA, 2020, p. 2851).

O gênero surge tipicamente associado a sistemas de classificação nominal característicos de línguas de matriz indo-europeia e de línguas semíticas que possuem um número restrito

2 A este respeito, Mota (2020, p. 2850) refere que “[n]os nomes, o gênero é uma categoria lexical típica; está inerentemente marcada nos lexemas nominais com valor invariável, maioritariamente independente da forma do lexema (...) outros elementos não nominais não têm um valor especificado na sua entrada lexical (...)”.

de valores, essencialmente dois ou três (masculino, feminino e neutro), e segundo os quais os nomes se organizam. Nestes sistemas, todos os nomes possuem um valor de género intrínseco, apesar de este nem sempre estar explicitamente marcado na sua forma morfológica. Além disso, e apesar de se verificar, nos nomes que denominam entidades sexuadas, uma estreita relação entre o género natural do referente (macho/fêmea) e o género gramatical (masculino/feminino), a associação de valores de género aos nomes é, em grande parte dos casos, idiossincrática (CORBETT, 1991; AIKHENVALD, 2000; GRINEVALD, 2000).

A arbitrariedade e assistemática da associação dos valores de género aos nomes é também visível pelo facto de haver, em línguas da mesma família linguística, formas nominais com o mesmo referente, mas com valores de género distintos. Por exemplo, em português o nome *árvore* é feminino, não o sendo em espanhol (*árbol*), em italiano (*albero*) e em francês (*arbre*). Por sua vez, o item *leite* é masculino na língua portuguesa, sendo feminino em espanhol (*leche*), italiano (*latte*) e francês (*lait*) (VILLALVA, 1994, p. 236-237).

O sistema de classificação nominal do português

Em português, todos os nomes e alguns pronomes possuem um valor de género gramatical, havendo dois valores em oposição: masculino e feminino. Além do nome, a categoria de género afeta outras classes de palavras (lexicais e gramaticais) pela necessidade de com ele estabelecerem relações de concordância sintática³ (MOTA, 2016, 2020). Deste modo, são marcadas quanto ao valor de género, as palavras concordantes localizadas à esquerda e à direita do nome, o núcleo do sintagma, ou seja, especificadores (determinantes e quantificadores) e modificadores (adjetivos).

Assim sendo, no interior do sintagma nominal, a concordância estabelece-se entre o núcleo nominal e as expressões de determinação e de quantificação que o antecedem (especificadores); e (ii) o núcleo nominal e os adjetivos integrados em sintagmas adjetivais que funcionam como seus modificadores ou elementos apositivos (BRITO, 2003, p. 328).

Atendendo à estrutura formal dos itens nominais, tipicamente os valores de género masculino e feminino são associados às respetivas vogais átonas *-o* e *-a* que surgem à direita do radical nominal, simples ou derivado. Porém, não é possível considerar que estas vogais correspondem a morfemas de género, uma vez que encontramos nomes masculinos terminados em *-a* (*o dia*) e femininos terminados em *-o* (*a tribo*)⁴ (RIO-TORTO & RODRIGUES, 2016;

3 De acordo com Mota (2020, p.2816), nos nomes o género corresponde a uma categoria lexical, por se encontrar inerentemente especificado na matriz de traços da entrada lexical nominal, mas nos restantes elementos que com ele concordam, o género corresponde a uma categoria morfossintática, “de concordância”, uma vez que tais elementos possuem um valor de género especificado na sua entrada lexical, adquirindo um dos dois valores possíveis, masculino ou feminino, pela concordância sintática.

4 Ao analisar o funcionamento da categoria gramatical de género do português, e em particular a relação entre marcadores morfológicos do nome e valores de género, Mota (2020) constata que o índice temático em português corresponde a um sufixo *portmanteau*, já que, além de classificar a classe formal do nome, pode, em alguns casos, acumular a informação de valor de género (cf. MOTA 2020, p. 2850). Porém, a mesma autora salienta que “a possibilidade de haver acumulação de informação de género no índice temático não equivale a que os nomes flexionem em género” (MOTA, 2020, p.2901).

MOTA, 2020). Além disso, há nomes que possuem diferentes terminações que tanto podem ser de gênero masculino ou feminino (*a pá, o pé, o coração, a mão, o elefante, a catedral*). Consequentemente, a principal função das vogais *-o* e *-a* não é a de marcar o valor de gênero, mas a de classificar os nomes, integrando-os em diferentes classes temáticas e designam-se índices temáticos (VILLALVA, 2003; MOTA, 2020).

No trabalho de investigação levado a cabo por Ferreira (2011), a autora procurou determinar a distribuição relativa dos nomes de gênero masculino e feminino, em função da classe temática a que pertencem. Deste modo, procedeu à análise dos índices de frequência dos lemas recenseados no *Corpus Léxico Fundamental do Português Contemporâneo* (CORLEX), contabilizando as frequências de nomes de gênero masculino e feminino, formas simples e derivadas, com referentes sexuais e não sexuais, distinguindo os que possuem índices temáticos *-o* e *-a* dos que pertencem a outras classes temáticas (FERREIRA, 2011, p.33-34).

Deste modo, constatou que a percentagem da frequência de nomes masculinos com índice temático *-o* é de, aproximadamente, 32%, havendo apenas cerca de 1,6% de frequências de formas masculinas com índice temático *-a*. Quanto aos nomes de gênero feminino, constatou que a percentagem da frequência de nomes com índice temático *-a* atinge quase os 27%, um valor bastante superior ao registado em formas femininas de tema em *-o*: cerca de 0,04%.

Por conseguinte, estes dados são reveladores de que em cerca de 60% das frequências de ocorrências nominais do português se verifica a correlação parcial entre índice temático (*-o* e *-a*) e valor de gênero. Nos restantes casos, não há qualquer indício de natureza morfológica que permita justificar a associação de valores de gênero aos nomes. Portanto, estes dados são reveladores da fraca robustez que existe na associação de índices temáticos e valores de gênero nominal em português, corroborando ainda o que afirmam Choupina *et al.*:

classe e gênero não são traços do mesmo tipo: os tipos de classe permitem inserir um Item de Vocabulário numa classe de nomes em que todos os elementos partilham o mesmo funcionamento morfológico; os traços de gênero promovem a organização dos nomes em grupos ou classes que determinam diferentes padrões de concordância (CHOUPINA *et al.*, 2016, p. 210)

Além dos índices temáticos, existem outros constituintes morfológicos que condicionam o valor de gênero nominal. Com efeito, existem alguns sufixos derivacionais que, além de determinarem a categoria sintática do produto final que originam, possuem informação de gênero quando criam produtos nominais (VILLALVA, 2003; RIO-TORTO & RODRIGUES, 2016, p.140-150; CHOUPINA, BAPTISTA & COSTA, 2014) e alteram, em alguns casos, o gênero da base nominal a que se associam. Por exemplo, todos os nomes derivados em *-ção* são femininos (*a preparação, a constipação*), sendo masculinas todas as formas nominais derivadas em *-ume* (*o vasilhame, o queixume*).

No que aos critérios de atribuição de valores de gênero nominal diz respeito, verifica-se em português a atuação de critérios semânticos e formais. Em grande parte dos itens com o traço semântico [+sexuado], o valor de gênero gramatical corresponde ao gênero natural do referente.

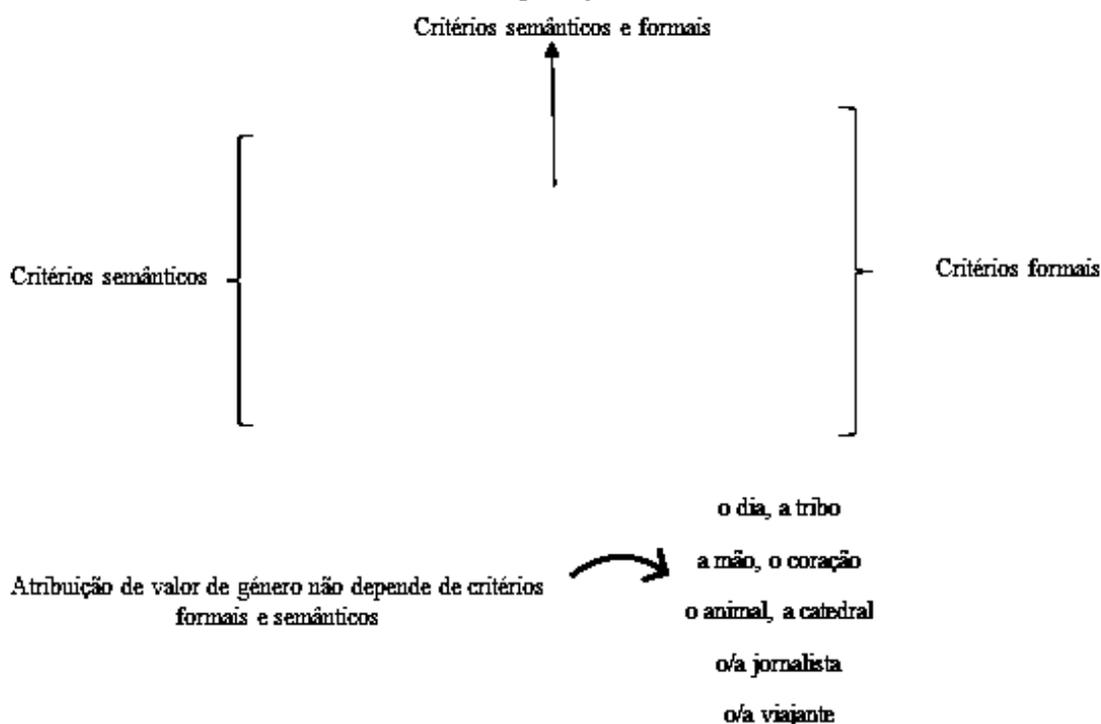
Assim, encontram-se formas nominais masculinas que designam seres do sexo masculino (*o homem, o rapaz, o menino*) e formas nominais femininas que designam seres do sexo feminino (*a mulher, a rapariga, a menina*). Nestes casos, a atribuição de um valor de género caracteriza-se pela aplicação do critério semântico que pode, em alguns casos, ser coincidente com o critério formal. Por exemplo, a forma nominal *menino* refere-se a uma entidade masculina e possui o índice temático *-o* que, tipicamente, está associado ao género masculino.

Ainda que se verifique a atuação do critério semântico nos nomes de entidades sexuadas, registam-se, no entanto, algumas restrições. Na verdade, encontram-se, em português, nomes que, apesar de terem referentes sexuados, possuem um valor de género único e independente do sexo do referente, como *a testemunha*.

Já em alguns itens com o traço semântico [-sexuado], verifica-se uma correlação parcial entre marcadores morfológicos, como índices temáticos *-o* e *-a*, e respetivos valores de género masculino e feminino, havendo ainda alguns sufixos derivacionais que determinam o valor de género do produto nominal.

Com base nos indícios de atribuição de valores de género aos nomes em português, no Esquema 1 apresenta-se uma proposta de representação da distribuição dos nomes, atendendo à aplicação de critérios semânticos e formais.

Esquema 1 – Aplicação de critérios semânticos e formais de atribuição de valores de género nominal em português



Portanto, na perspectiva de quem aprende o português como LNM, as características acima descritas apontam, por um lado, para a pouca robustez dos dados disponíveis no *input*

no que ao nome diz respeito, quer numa perspectiva formal, quer numa perspectiva semântica. Por outro lado, parece evidente que a concordância sintática se constitui como um fator importante para determinar o valor de gênero do item nominal. Por conseguinte, sendo a concordância um mecanismo reconhecidamente problemático na aquisição tardia de uma LNM (FRANCESCHINA, 2005; LEIRIA, 2006; GODINHO, 2010; MARTINS, 2015) compreende-se que a atribuição de valores de gênero nominal por parte do aprendente tardio implica não só que ele reconheça o valor de gênero intrínseco do nome, núcleo do sintagma nominal, como também seja capaz de adequar a forma morfológica dos demais elementos concordantes.

Os conhecimentos linguísticos prévios na aquisição tardia do gênero nominal

Dados sobre a assimilação da categoria de gênero gramatical de um idioma não nativo são reveladores de que, e independentemente da língua-alvo em aquisição, quanto mais tardia for a exposição do aprendente, maiores dificuldades se registam na assimilação do sistema de atribuição e de concordância nominal em gênero. Diferentes fatores têm sido equacionados para justificar a relativa “resistência” da categoria de gênero gramatical ao processo de aquisição linguística tardia. Importa, neste contexto, destacar o papel que, na literatura, tem sido atribuído à configuração do conhecimento linguístico prévio do aprendente para o processo de assimilação tardia dos valores de gênero e de concordância nominal.

Selinker (1992 [1972]) define a transferência linguística como um dos distintos processos que atuam na construção das interlínguas dos aprendentes tardios. Genericamente, a interlíngua corresponde ao sistema linguístico intermédio que o aprendente tardio vai construindo, ao longo da aprendizagem. Do ponto de vista estrutural, as interlínguas não correspondem nem às estruturas da língua de origem, ou seja, do idioma nativo do aprendente, nem às estruturas da língua-alvo e são consideradas sistemas linguísticos dado que, durante a sua construção, os fenómenos desviantes são, de certo modo, previsíveis. Com efeito, e à semelhança do que é postulado para a aquisição linguística nativa, os desvios sistemáticos evidenciam um processo gradual e transicional, podendo ser o reflexo do que Corder (1992 [1967]) designa como o ‘programa interno’ (*built-in-syllabus*) do aprendente.

No que à assimilação de valores de gênero diz respeito, vários estudos procuram compreender em que medida a configuração do conhecimento linguístico dos informantes atua ao longo das diferentes fases de assimilação da categoria gramatical de gênero (WHITE *et al.*, 2004; FRANCESCHINA, 2005; SABOURIN *et al.*, 2006; MARTINS, 2015; PINTO, 2017; FERREIRA, 2019). A investigação produzida demonstra que a influência dos conhecimentos linguísticos prévios pode afetar, direta e indiretamente, o percurso da aprendizagem, contribuindo para a formulação de hipóteses sobre o *input* e levando o aprendente à adoção de diferentes estratégias ao longo do desenvolvimento interlinguístico. Portanto, nestes trabalhos o principal objetivo é compreender em que medida a presença na LM de sistemas de atribuição

e de concordância de género nominal com características muito próximas das da língua-alvo de aprendizagem afeta o desempenho linguístico dos aprendentes e se, em última instância, este é um fator determinante para a aquisição plena desta estrutura.

Ao analisar as implicações da transferência linguística para a assimilação do sistema de atribuição de género nominal do holandês por aprendentes tardios, falantes nativos de alemão, de inglês e de línguas românicas, SABOURIN *et al.* (2006) verificaram que, pese embora se registre uma melhoria global no desempenho linguístico em níveis de proficiência mais avançados nos diferentes grupos de aprendentes analisados, os falantes cuja LM não possui um sistema de atribuição de género gramatical apresentam maiores dificuldades, quer em tarefas de associação do valor de género ao item lexical, quer em tarefas de estabelecimento de relações de concordância em género. Neste estudo, distinguem-se, com base no tratamento dos dados, dois tipos distintos de transferência linguística: a transferência de superfície (*surface transfer*) e a transferência profunda (*deep transfer*).

A transferência de superfície corresponde a “direct transfer of morphologically similar gender realization between L1 and L2” (SABOURIN *et al.*, 2006, p. 10) e, portanto, está intimamente correlacionada com o facto de na LM do aprendente haver um sistema de atribuição de género nominal com características muito próximas do da língua-alvo de aprendizagem, nomeadamente no que concerne às propriedades formais subjacentes à atribuição dos valores de género nominal. Trata-se, por conseguinte, da possibilidade de os aprendentes utilizarem, nas suas produções, a representação morfológica dos itens e dos respetivos valores de género que são, assim, diretamente importados da sua LM. Segundo os investigadores, a presença de cognatos entre as línguas potencia este tipo de transferência linguística e, dado o grau de semelhança entre as estruturas, auxilia o aprendente tardio na tarefa de assimilação dos valores de género nominal.

Por sua vez, a transferência profunda diz respeito à transferência de estruturas sintáticas mais abstratas e manifesta-se quando não existe uma correspondência direta relativamente às marcas morfológicas associadas à realização dessas mesmas categorias gramaticais na LM e na língua-alvo (SABOURIN *et al.*, 2006, p. 3). Ou seja, a transferência profunda está implicada nas situações em que o falante aprendente possui na sua LM a categoria de género gramatical, mas com um sistema de atribuição de género nominal com propriedades formais de associação dos valores distintas do da língua em aprendizagem.

Os autores verificaram que este tipo de transferência também é relevante para a assimilação da categoria de género, já que o segmento de falantes nativos de línguas românicas, pese embora a impossibilidade de transferirem as marcas morfológicas de atribuição dos valores de género da sua LM para a língua-alvo, apresentam um desempenho globalmente superior ao que é registado pelo grupo de falantes cuja LM não possui um sistema de atribuição de género nominal, como é o caso dos falantes nativos de inglês. Estes últimos, por não terem representada

na sua língua a categoria de gênero gramatical, apresentam piores resultados relativamente aos restantes grupos, quer em tarefas de associação de valor de gênero aos itens lexicais, quer em tarefas de concordância nominal em gênero (SABOURIN *et al.*, 2006, p. 23).

Por fim, em função dos resultados obtidos, os autores concluem que:

the relatively good performance of the German group compared to the Romance group suggests that while transfer of abstract features plays a role in the L2 acquisition of gender, direct surface transfer of a congruent system is even more helpful, at least for acquiring gender assignment. Surface transfer, thus, probably accounted for some part of the advantage (SABOURIN *et al.*, 2006, p. 24).

Porém, e como os próprios autores sublinham, não é possível assumir uma posição clara relativa ao papel desempenhado pela transferência (profunda ou de superfície) para a aquisição tardia da categoria de gênero gramatical, já que a assimilação desta estrutura pode depender da atuação de outros fatores que não estão intrinsecamente relacionados com a configuração do conhecimento linguístico prévio (cf. FRANCESCHINA, 2005; SABOURIN *et al.*, 2006).

Alguns trabalhos relativos à aquisição tardia de PLNM (LEIRIA, 2006; MARTINS, 2015; FERREIRA, 2019) revelam que o facto de a LM do aprendente exibir um sistema de gênero não constitui *por si só* um fator facilitador no processo de assimilação dos valores de gênero nominal em português. A este respeito, Martins (2015) observa que os falantes nativos de chinês, idioma sem categoria gramatical de gênero, registam um melhor desempenho global na atribuição dos valores de gênero nominal face ao registado nos grupos de aprendentes cuja LM detêm um sistema de classificação nominal baseado em valores de gênero. Para a investigadora, a partir dos seus dados infere-se, assim, um efeito inibidor da transferência “não tanto direta de valores de gênero da LM para a LA em vocábulos semanticamente equivalentes (...), mas mais propriamente sob a forma de uma atitude de insegurança por parte do aprendente nestas circunstâncias” (MARTINS, 2015, p. 44).

Dados empíricos

A base empírica deste estudo compreende um conjunto de textos selecionados do *corpus* de Ferreira (2019) que, por sua vez, integra produções escritas por aprendentes tardios de PLNM com desvios de atribuição e de concordância nominal em gênero. Todas as produções deste *corpus* foram escritas por informantes adultos que, no momento da recolha, se encontravam a frequentar cursos de português europeu como língua estrangeira em instituições de ensino superior (cf. FERREIRA, 2019, p. 157-161).

Para este trabalho em particular, e tendo em conta os objetivos estipulados, selecionou-se um conjunto de textos escritos por falantes nativos de espanhol, alemão e inglês, distribuídos em

função do respetivo nível de proficiência linguística da turma frequentada pelos informantes. O critério que determinou a seleção deste subconjunto de informantes prende-se, essencialmente, com o número de valores de género que os respetivos idiomas nativos apresentam, bem como com a pertinência da própria categoria na língua em questão. Deste modo, selecionaram-se produções de falantes nativos de:

- I. espanhol**, idioma românico com um sistema de classificação nominal baseado em género bipartido, i.e., com dois valores de género em oposição (masculino e feminino) e com um sistema de marcação morfossintática e de concordância nominal muito semelhante ao da língua portuguesa;
- II. alemão**, uma língua com três valores de género (masculino, feminino e neutro) e com um sistema de concordância complexo, já que além do género e do número, os nomes e restantes elementos relacionados exibem a concordância em caso (nominativo, dativo, acusativo e genitivo); e
- III. inglês**, idioma sem um sistema de atribuição de género, conservando apenas vestígios de um primitivo sistema de género entre as formas pronominais, havendo ainda alguns itens nominais com formas lexicais distintas que refletem uma oposição de género natural das entidades designada, como *boy* ‘rapaz’ e *girl* ‘rapariga’.

Além da LM, outra variável considerada para o tratamento dos dados foi o nível de competência e de proficiência linguísticas da turma frequentada pelos aprendentes no momento da recolha dos textos. As produções encontram-se, assim, organizadas em três grupos distintos, devidamente identificados com os descritores propostos no âmbito do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECRL) (CONSELHO DA EUROPA, 2001). Deste modo, o *corpus* analisado contempla produções de aprendentes a frequentar turmas do nível de iniciação (A1 A2), intermédio (B1-B2) e avançado (C1). Esta distinção é, a nosso ver, essencial para a análise dos dados empíricos, uma vez que nos permitirá identificar as diferentes fases do desenvolvimento interlinguístico dos diferentes segmentos da amostra empírica em estudo.

Tendo em conta os objetivos da presente investigação, procedeu-se à análise dos textos com vista à identificação dos constituintes sintáticos (determinantes, quantificadores, nomes e adjetivos) que apresentavam formas morfológicas não convergentes com as correspondentes do português e que resultam da tentativa do aprendente em estabelecer, no sintagma nominal, a concordância em género (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Formas morfológicas desviantes distribuídas em função do constituinte afetado

Constituinte afetado		Exemplos
Especificadores	Determinantes	«Durante esso tempo» (Alemão.B1-B2) « las subidas» (Espanhol.A1-A2) «Todos os minhos amigos também» (Alemão.C1)
	Quantificador	«lembrar cado dia» (Alemão.B1-B2) «nos anos novento » (Inglês.B1-B2)
Adjetivos		«aproveito os tempos livros » (Alemão.B1-B2) «personalidas célebras » (Alemão.A1-A2) «ao dia seguinto » (Alemão.A1-A2)
Nomes		«num tentativo » (Inglês.C1) «Esta noita » (Alemão.A1-A2) «tomas umas copas » (Espanhol.A1-A2)

Atendendo à LM e respetivo nível de proficiência da turma frequentada pelos informantes, analisou-se um acervo total de 368 textos e apurou-se um total de 168 formas morfológicas desviantes. Nos textos selecionados apurou-se ainda um total de 12.955 ocorrências de sintagmas nominais, constituídos por um núcleo, o nome, acompanhado de especificadores (determinantes e quantificadores) e/ou modificadores (adjetivos). O número total de ocorrências de sintagmas nominais servirá de referência para o cálculo das percentagens relativas de desvios, uma vez que os casos assinalados incidem, precisamente, nas formas dos respetivos constituintes sintáticos que integram o sintagma nominal.

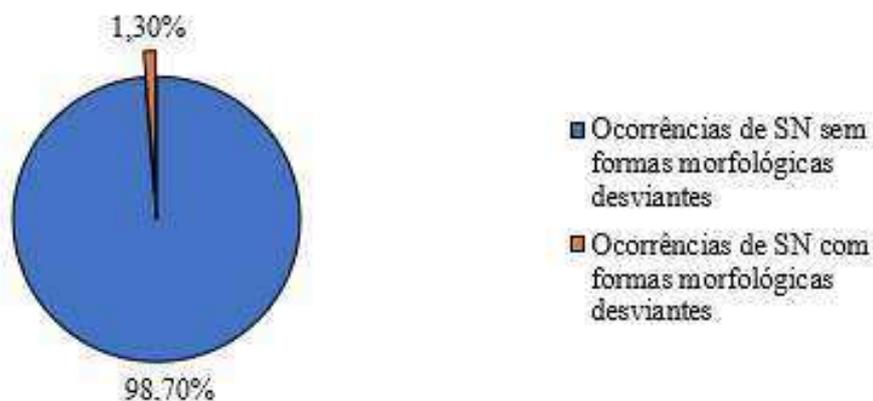
A Tabela 1 contém a distribuição dos informantes por LM e nível QECRL da turma frequentada, bem como o número (#) de sintagmas nominais (SN) apurado por segmento da amostra e respetivo número de formas morfológicas desviantes (FMD).

Tabela 1 – Caracterização da base empírica do estudo

Informantes			Textos						
LM	Nível QECRL	#	#	# de SN	#FMD				
Espanhol	A1-A2	42	76	46	84	1280	2811	64	74
	B1-B2	24		26		959		8	
	C1	10		12		572		2	
Alemão	A1-A2	70	134	75	155	1870	5321	21	48
	B1-B2	48		60		2483		21	
	C1	16		20		968		6	
Inglês	A1-A2	38	100	46	129	940	4823	19	46
	B1-B2	42		54		2756		20	
	C1	20		29		1127		7	
Σ		310		368		12 955		168	

Em função do número total de sintagmas nominais produzido, verifica-se que, em valores percentuais, as formas morfológicas desviantes afetam 1,30% de todas as ocorrências de sintagmas nominais no *corpus* selecionado (cf. Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição de ocorrências de sintagmas nominais (SN) sem formas morfológicas desviantes por oposição às ocorrências de SN com formas morfológicas desviantes

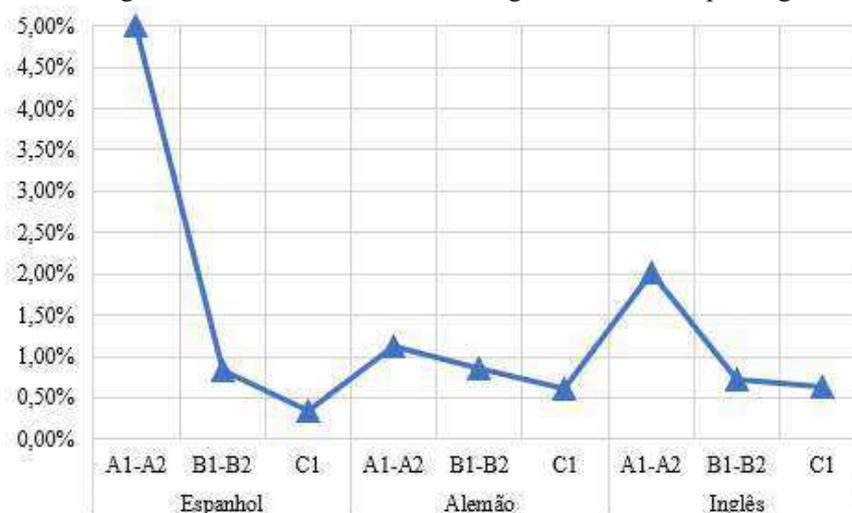


Portanto, estes resultados globais revelam que uma parte substancial dos informantes, no momento da atribuição de valores de género nominal, seleciona adequadamente a forma morfológica dos constituintes que compõem o sintagma nominal.

Resultados e discussão

Tendo como valor de referência o número absoluto de ocorrências de sintagmas nominais produzido por segmento da amostra empírica deste estudo (cf. Tabela 1), procedeu-se, num primeiro momento, ao cálculo das percentagens relativas de desvios morfológicos. Os resultados encontram-se cartografados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentagens relativas de formas morfológicas desviantes por segmentos da amostra



Mediante a leitura do Gráfico 2, constata-se que em todos os segmentos de informantes por LM se regista o mesmo padrão. Ou seja, são os níveis iniciais (A1-A2) que apresentam uma

maior proporção de desvios morfológicos face aos níveis mais avançados, sendo que no nível C1 a proporção de desvios é a mais baixa em todos os grupos de informantes. Portanto, infere-se que a assimilação desta estrutura parece ser favorecida com a progressão do conhecimento da língua.

Em função do desempenho linguístico observado por grupo de LM, o segmento da amostra de falantes nativos de espanhol regista a maior proporção de formas morfológicas desviantes que, nos níveis A1-A2, afetam cerca de 5% do total de ocorrências de sintagmas nominais produzido neste segmento da amostra. Nos demais grupos, a proporção de desvios morfológicos é inferior. Deste modo, a distribuição quantitativa dos desvios parece indicar que uma maior proximidade estrutural dos sistemas linguísticos, LM do aprendente e língua-alvo, parece conduzir, sobretudo numa fase inicial da aprendizagem, a uma maior proporção de ocorrências formas morfológicas desviantes sendo, por isso, necessário averiguar, nos dados apurados, que fatores estão na base dos desvios.

Para tal, procedeu-se a uma análise qualitativa dos dados apurados e partindo dessa análise, constatou-se que uma parte substancial dos desvios resulta da transferência linguística, sobretudo nos casos assinalados nos textos de aprendentes cuja LM é o espanhol:

1. *la familia* (Espanhol.A1-A2)
2. *la situação* (Espanhol.A1-A2)
3. *estos quartos* (Espanhol.A1-A2)
4. *ir al fútbol* (Espanhol.A1-A2)
5. *a la rua* (Espanhol.B1-B2)
6. *um equipo feminino* (Espanhol.A1-A2)

Com efeito, regista-se neste subconjunto de aprendentes que o facto de existirem cognatos entre a LM e a língua-alvo de aprendizagem promove a utilização, nas suas produções, da representação morfológica dos itens e respetivos valores de género que são, assim, diretamente importados do idioma nativo. Por conseguinte, poder-se-á admitir que as ocorrências de formas morfológicas desviantes se devem a um fenómeno de transferência linguística de superfície, em que o aluno, ao desconhecer a forma morfológica da língua-alvo, recorre à forma correspondente do seu idioma nativo, sobretudo quando se encontra numa fase inicial de aprendizagem.

Do mesmo modo, verifica-se no segmento de informantes de LM alemã e de LM inglesa a ocorrência de formas morfológicas desviantes que resultam de um fenómeno de interferência linguística. Porém, nestes casos não se trata da interferência do sistema linguístico nativo, mas de outra língua românica previamente conhecida pelos informantes, nomeadamente o espanhol, conforme atestam os exemplos a seguir apresentados:

7. *ando a la universidade* (Inglês.A1-A2)

8. *en una rua* (Inglês.A1-A2)

9. *poder escolher o suo estilo* (Alemão.B1-B2)

Além da transferência linguística, os desvios morfológicos assinalados, sobretudo nos textos de informantes de LM alemã e inglesa, parecem resultar da tendência do aprendente para a sobregeneralização da “pseudorregra” de atribuição de valores de género nominal do português, em que o informante assume que se o item termina em *-o* é de género masculino e se termina em *-a* é do género feminino. Tal sobregeneralização incide quer sobre as classes de palavras gramaticais, determinantes e quantificadores, quer sobre as classes de palavras lexicais, nomes e adjetivos:

10. *O minho quarto* (Alemão.A1-A2)

11. *Lembrar cado dia* (Alemão.B1-B2)

12. *Nos anos novento* (Inglês.B1-B2)

13. *Os tempos livros* (Alemão.B1-B2)

14. *Ao dia seguinte* (Alemão.B1-B2)

15. *A minha amiga melhora* (Inglês.A1-A2)

16. *As alimentações grando* (Inglês.B1-B2)

17. *as carpetas* (Alemão.C1)

18. *a historia representa a viagem do casal depois do seu morto* (Inglês.A1-A2)

19. *os semestros* (Alemão.B1-B2)

Estes casos parecem, assim, indicar que os aprendentes assimilaram que o género corresponde a uma propriedade intrínseca do nome e que ele tem de ser marcado nas palavras concordantes. Porém, no momento de estabelecerem a concordância não reconhecem as respetivas formas das palavras concordantes e adaptam-nas em função dos padrões de atribuição de género nominal que interiorizaram a partir do *input* linguístico. O facto de haver, em português, e como se verificou, uma correlação parcial entre índices temáticos *-o* e *-a* e valores de género masculino e feminino, respetivamente, contribui para a assunção, por parte dos aprendentes, que estas vogais correspondem a marcadores morfológicos de género gramatical. Em (18), por exemplo, o aprendente formatou o item lexical feminino “morte” para “morto”, assumindo, consequentemente, que se trata de uma forma masculina: *do seu morto*.

Considerações finais

Tendo em conta a análise empreendida, verifica-se que à medida que os aprendentes avançam na aprendizagem do português, regista-se uma descida considerável da frequência de uso de formas morfológicas desviantes, o que parece indicar que a assimilação da estrutura morfológica dos itens corresponde a um processo gradual e progressivo que melhora significativamente ao longo do processo de aprendizagem.

No *corpus* analisado, regista-se ainda que a maior incidência de formas morfológicas desviantes se regista no segmento de informantes de LM espanhola, decorrendo do uso de formas diretamente importadas do espanhol. Assim sendo, infere-se que quanto mais próximo da estrutura formal do português é o sistema linguístico nativo do aprendente, há uma maior proporção de desvios morfológicos, sobretudo em fases iniciais da aprendizagem.

As formas morfológicas desviantes assinaladas neste estudo parecem também resultar de um efeito de sobregeneralização dos padrões de atribuição de valores de gênero disponíveis no português, sendo igualmente reveladores de um certo grau de sensibilidade dos diferentes grupos de aprendentes relativamente aos indícios formais de marcação de valores de gênero nominal em português. Por fim, estes dados permitem-nos inferir algumas das estratégias mobilizadas pelos aprendentes ao longo da aprendizagem do sistema de atribuição e concordância nominal em gênero do português.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. *Classifiers. A Typology of Noun Categorization Devices*. Oxford: University Press, 2000.

BRITO, A. M. Categorias Sintáticas. In.: MATEUS, M. H.M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa* (5ª ed., revista e aumentada), Lisboa: Caminho, 2003, p. 323-432.

CHOUPINA, C. M.; BAPTISTA, M. A.; COSTA, J. A. A gramática intuitiva, o conhecimento linguístico e o ensino-aprendizagem do gênero em PE. *Anais do IV SIELP - Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa*, V. 3, n. 1. Uberlândia, 2014.

CHOUPINA, C. M.; BAPTISTA, M. A.; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, I.; QUERIDO, J. Conhecimentos e regras explícitos e implícitos sobre o gênero linguístico nos alunos dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 1 (1), p. 201-231, 2016.

CORBETT, G. G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CORDER, S. P. La importancia de los errors del que aprende una lengua segunda. In.: LICERAS,

J. M. (org.). *La Adquisición de las lenguas extranjeras: hacia un modelo de análisis de la interlengua*. Madrid: Visor, p.31-40, 1992. Tradução espanhola do original inglês de 1967.

FERREIRA, T. S. *Padrões na aquisição/aprendizagem da marcação de género nominal em português como L2*. Coimbra: FLUC, 2011. Dissertação (Mestrado em Português Língua Estrangeira/ Língua Segunda), Faculdade de Letras, UC, Coimbra, 2011.

FERREIRA, T. S. *Aquisição/aprendizagem do sistema de atribuição de género nominal em PLNM*. Coimbra: FLUC, 2019. Tese (Doutoramento em Linguística do Português), Faculdade de Letras, UC, Coimbra, 2019.

FRANCESCHINA, F. *Fossilized Second Language Grammars – the Acquisition of Grammatical Gender*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

GODINHO, A. P. A aquisição da concordância de número e a sua relação com a aquisição da concordância de género: um estudo realizado com aprendentes chineses de português L2. In.: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES, M.; ESTEVES, E.; FONSECA, M.C.; GONÇALVES, O.; VILELA, A.L.; SILVA, A. A. (eds.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras juntar culturas*. Universidade de Évora, p. 28-55, 2010.

GRINEVALD, C. Classifiers. In.: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J.; SKOPETEAS, S. (eds.). *Morphology: an international handbook on inflection and word formation*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000, p. 1016-1031.

IBRAHIM, M. H. *Grammatical Gender*. Paris: Mouton, 1973.

LACSÁN, V. *The acquisition of gender agreement in L2 Portuguese by adult Hungarian speakers*. Lisboa: FLUL, 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística do Português), Faculdade de Letras, UL, 2015.

LEIRIA, I. *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu língua não materna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006.

MARIOTTO, E. M. C. & LOURENÇO-GOMES, M. C. Análise de erros na escrita relacionados à aprendizagem da concordância de género por falantes nativos do inglês, aprendentes de português europeu como língua estrangeira. In.: *Anais do IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELP)*. Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas. Faculdade de Letras/UFG, Goiânia, Goiás, Brasil, p. 1278-1285, 2013.

MARTINS, C. S. P. Número e género nominais no desenvolvimento das interlínguas de aprendentes de português europeu como língua estrangeira. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, Série Letras e Ciências Sociais, 1 (1), p. 26-51, 2015.

MOTA, M. A. Morfologia nas interfaces. In.: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlin/Boston: De Gruyter, 2016a, p. 156-177.

MOTA, M. A. Morfologia do nome e do adjetivo. In.: RAPOSO, E. B. P.; DO NASCIMENTO, M. F. B.; MOTA, M. A.; SEGURA, L.; MENDES, A. (eds.). *Gramática do Português*, V. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020, p. 2833-2930.

PINTO, J. A aquisição do género e da concordância de género em português língua terceira ou língua adicional. In.: Osório, P.; Grosso, M. J. (eds.). *Teorias e Usos Linguísticos – Aplicações ao Português Língua Não Materna*. Lisboa: Lidel, p. 91-110, 2017.

RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S. Formação de nomes. In.: RIO-TORTO, G. *et al. Gramática Derivacional do Português* (2ª edição), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 135-240.

RITTER, E. Where's Gender?. *Linguistic Inquiry*, 24 (4), p. 795-803, 1993.

SABOURIN, L.; STOWE, L. A.; DE HAAN, G. D. Transfer effects in learning a second language grammatical gender system. *Second Language Research*, SAGE Publications, 22(1), p. 1-29, 2006.

SELINKER, L. La Interlengua. In.: LICERAS, J. M. (org.). *La Adquisición de las lenguas extranjeras: hacia un modelo de análisis de la interlengua*. Madrid: Visor, p.79-101, 1992. Tradução espanhola do original inglês de 1972.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

VILLALVA, A. Estrutura mórfica básica. In Mateus, In.: MATEUS, M. H.M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa* (5ª ed., revista e aumentada), Lisboa: Caminho, 2003, p. 919-931.

WHITE, L.; VALENZUELA, E.; KOZLOWSKA-MACGREGOR, M.; LEUNG, Y. I. Gender and number agreement in nonnative Spanish. *Applied Psycholinguistics*, 2, p. 105-133, 2004.



CONSTRUÇÃO DE FORMAS FLEXIONAIS: O PLURAL DOS NOMES TERMINADOS EM -ÃO

CONSTRUCTING INFLECTIONAL FORMS: THE PLURAL FORMS OF NAMES ENDING IN -ÃO

Rui Pereira¹

RESUMO

É frequente os falantes hesitarem no momento de formarem o plural de nomes em -ão, uma vez que não existe uma relação biunívoca entre as formas de singular e de plural. Como se sabe, ao singular -ão correspondem três formas de plural (-ãos, -ães, -ões) e há alguns casos em que o mesmo lexema tem duas ou três formas de plural institucionalizadas. Tais palavras representam, portanto, um problema para o falante quando este necessita de produzir a forma de plural dos lexemas em causa, particularmente se esse lexema for novo ou desconhecido para ele. Neste artigo, para além de se analisar a informação de que o falante dispõe no momento da produção das formas de plural dos nomes em -ão, apresentam-se os resultados de um estudo empírico, que revelam as tendências de uso entre os falantes do Português Europeu quando estão em causa unidades lexicais com variantes opcionais de plural. Os resultados do estudo mostram que a variação não afeta do mesmo modo todos os lexemas e indiciam que a flexão destes itens tende a estabilizar-se em função da pressão paradigmática exercida pelo padrão flexional [x-ão] ≈ [x-ões] sobre os demais. Tendo subjacentes alguns dos princípios postulados pela Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010, 2016) e pela Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2019) a partir da arquitetura paralela de Jackendoff (2002), a reflexão empreendida ancora-se no modelo de análise morfológica das palavras do português seguido por Rodrigues (2015) e Rio-Torto *et al.* (2016).

Palavras-chave: Morfologia; Flexão; Paradigma; Padrão flexional; Léxico mental.

ABSTRACT

Speakers often hesitate when forming the plural of names in -ão, since there is no one-to-one relationship between the singular and plural forms. As it is known, the singular form -ão has three possible plural forms (-ãos, -ães, -ões) and there are some cases in which the same lexeme has two or three institutionalized plural forms. Such words therefore represent a problem for the speaker when the need arises to produce the plural form of the lexemes in question, particularly if that lexeme is new or unknown. In this article, in addition to analyzing the information the speaker has at the time of producing plural forms of names in -ão, we present the results of an empirical study, which reveal the usage trends among European Portuguese speakers when lexical units with optional plural variants are concerned. The results of the study show that the variation does not affect all lexemes in the same way and indicate that the inflection of these items tends to stabilize due to the paradigmatic pressure of the inflectional pattern [x-ão] ≈ [x-ões] upon the other options. Based on some of the principles of Construction Morphology (BOOIJ, 2010, 2016) and Relational Morphology (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2019) from the parallel architecture of Jackendoff (2002), the reflection undertaken is anchored in the morphological analysis model of Portuguese words followed by Rodrigues (2015) and Rio-Torto *et al.* (2016).

Keywords: Morphology; inflection; paradigm; inflectional pattern; mental lexicon.

1 Professor Auxiliar, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CELGA-ILTEC, unidade de I&D da Universidade de Coimbra, rui.pereira@uc.pt

Introdução

Vários estudos têm vindo a provar que o léxico mental inclui não apenas unidades linguísticas de extensão variável, mas também padrões ou esquemas relacionais entre essas unidades, tendo a mente do falante, entre outras funções, a capacidade de organizar as palavras em paradigmas baseados em diferentes parâmetros.

Uma das definições do termo **paradigma**² que se encontra frequentemente na literatura sobre morfologia flexional é a seguinte:

The paradigm of a lexeme L is a complete set of cells for L, where each cell is the pairing of L with a complete and coherent morphosyntactic property set (MPS) for which L is inflectable. (BOYÉ; SCHALCHLI, 2016, p. 207)

De acordo com esta conceção, cada lexema, em função das categorias morfossintáticas que pode expressar, define um conjunto de células que correspondem às possíveis atualizações desse lexema nos enunciados. Uma vez que esses espaços funcionais são preenchidos por *palavras morfossintáticas* (*formas de palavra* e *palavras gramaticais* são outras designações usadas), pode-se assumir que um paradigma corresponde também, por extensão, ao conjunto estruturado de palavras morfossintáticas de um lexema (MOTA, 2020a).

A partir da análise dos pareamentos de forma-função atestados nos paradigmas dos lexemas, o falante é ainda capaz de intuir a existência de *classes flexionais*, ou seja, modelos ou esquemas de flexão comuns a toda uma classe de lexemas. São exemplos clássicos dessas classes flexionais as declinações latinas ou as conjugações (1.^a, 2.^a e 3.^a) de verbos em português.

A reflexão aqui empreendida assenta na ideia de que as palavras se estruturam em três níveis, referentes à estrutura semântica, às propriedades morfossintáticas e à fonologia. No modelo de Arquitetura Paralela (JACKENDOFF, 2002), estes níveis de análise, embora sejam, em princípio, independentes e cada um deles apresente as suas próprias condições de boa formação, estão ligados uns aos outros através de interfaces. Nas representações morfológicas, usam-se índices para sinalizar a ligação relacional entre os constituintes das estruturas dos diversos níveis. Veja-se, por exemplo, a representação de uma palavra como *casas*, seguindo a formalização sugerida por Jackendoff e Audring (2016, p. 470).

(1)	semântica:	[PL (casa ₁)] ₂
	morfossintaxe:	[N ₁ N ₁ pl] ₂
	fonologia:	/'kazɐs/1, 2

Tanto na Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2019) como na Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010, 2016), as palavras morfossintáticas são vistas como

² Sobre o conceito de paradigma, ver, entre outros, Anderson (1992), Blevins (2020), Bobaljik (2003), Carvalho (1983-1984), Mota (2020a), Rodrigues (2015, 2016), Stump (2015).

instanciações de *esquemas* ou padrões mentais de construção. Nestes modelos de análise, um esquema é formalmente igual às palavras que instancia, com as mesmas três camadas estruturais, mas, em vez de uma base lexical determinada, apresenta espaços vazios ou variáveis. Em (2), representa-se o esquema de construção das formas de plural dos nomes em português, seguindo o modelo adotado por Jackendoff e Audring (2016, p. 470), sendo a base nominal representada por (X) na semântica, por (N) na morfossintaxe e por uma sequência fonológica não especificada (...) na fonologia.

- (2) semântica: [PL (X1)]₂
morfossintaxe: [NN1 pl]₂
fonologia: [...1 s]₂

Booij (2016, p. 439) propõe uma representação semelhante, mas com os três níveis estruturais em paralelo: fonologia ↔ morfossintaxe ↔ semântica. Adaptada ao português, terá o seguinte formato:

- (3) <[(xi-s)ω-j ↔ [Ni, +pl]j ↔ [[SEMi] PLURAL]j>

Booij (2016) e Jackendoff e Audring (2016, 2019) assumem que os esquemas têm duas funções: (i) uma função relacional, uma vez que capturam generalizações entre as palavras existentes; e (ii) uma função gerativa, pois podem ser usados como base para novas construções morfológicas. Para estes autores, uma palavra construída segundo um esquema pode ser armazenada sem perder a estrutura interna que a liga aos padrões gramaticais da língua. Por via disso, ela passa a desempenhar uma função relacional, estabelecendo conexões com as outras instâncias desse esquema.

O conhecimento dos esquemas flexionais permite que um falante, uma vez exposto a um membro de um paradigma, infira de modo relativamente fácil a forma dos restantes membros desse paradigma, ou seja, permite resolver aquilo que tem sido designado como “paradigm filling cell problem” (cf. ACKERMAN; BLEVINS; MALOUF, 2009; ACKERMAN; MALOUF, 2016). Esse conhecimento perde, todavia, eficácia quando estão em causa lexemas cujos paradigmas apresentam menor estabilidade de contrastes pelo facto de alguma das palavras morfossintáticas ter sofrido uma alteração na sua forma numa fase pretérita da língua, como no caso dos nomes em -ão.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, descrevem-se as particularidades da flexão dos nomes em -ão em português, a qual, devido à uniformização das formas no singular, é marcada, desde o século XVI, pela inexistência de uma relação biunívoca entre as formas de singular e de plural; de seguida, referem-se as análises de tipo sintagmático que têm sido apresentadas para explicar a geração das formas de plural dos lexemas sob escopo; posteriormente, indicam-se os padrões flexionais inferidos pelos falantes a partir da análise dos dados de acesso (*input*), salientando a interação que se verifica

entre aqueles e os dados memorizados no processamento das formas de plural; por último, apresentam-se os dados de um estudo empírico que mostra como, na prática, os falantes do Português Europeu resolvem o problema do preenchimento de células de um lexema na flexão em número dos nomes em -ão.

Flexão dos nomes em -ão

A flexão dos nomes em -ão é marcada por duas características particulares: (i) a inexistência de uma correspondência biunívoca entre singular e plural, havendo três possíveis formas de plural para uma única terminação no singular (*irmão* ≈ *irmãos*; *pão* ≈ *pães*; *limão* ≈ *limões*)³; (ii) a possibilidade de uma unidade lexical se manifestar de duas ou três formas diferentes no plural, sem que nenhuma delas seja considerada errada ao nível da norma padrão do Português Europeu (PE) (cf. *ancião* ≈ *anciãos*, *anciães*, *anciões*; *corrimão* ≈ *corrimãos*, *corrimões*; *vilão* ≈ *vilãos*, *vilões*).

Esta situação é o resultado de um fenómeno de uniformização ocorrido na transição do Português Antigo para o Português Moderno. Os nomes em -ão apresentavam, no Português Antigo, uma relação estável entre as respetivas formas de singular e de plural: os nomes que terminavam em -ão no singular formavam o plural em -ãos (cf. *mão* ≈ *mãos*); os nomes com terminação -ã, -am, -an faziam o plural em -ães (cf. *pan* ≈ *pães*); os nomes terminados em -õ, -om, -on apresentavam a terminação -ões no plural (cf. *leon* ≈ *leões*). A partir de meados do século XIV verifica-se um aumento gradual de ocorrências de formas não etimológicas em -ão (CARDEIRA, 2005, p. 152), que acaba por se tornar a única terminação de singular dos nomes em causa. Ou seja, os falantes passam a adotar as formas *pão* e *leão*, por exemplo, em vez das formas medievais *pã/pan/pam* e *leõ/leon/leom*. Disso dá notícia João de Barros na sua *Grammatica da lingua portuguesa*.

Os mais dos nomes que se deviam acabár ã *am* se escrevem a este modo. *Razão*, *razões*. E se o uso nam fosse ã contraíro que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria mal desterármos de nós esta prolaçam e orthografia galega (BARROS, 1540, p. 14).

A partir do século XVI, em virtude da uniformização ou sobrerregularização em -ão das diversas terminações de singular (cf. MAIA, 1986; CASTRO, 2013), deparamo-nos com um sistema de três terminações de plural para uma única forma padronizada de singular. A flexão dos nomes em -ão passa, então, a ser menos previsível e, conseqüentemente, mais instável, dando origem a situações de variação na expressão do plural (e.g. *ancião* ≈ *anciãos*, *anciães* e *anciões*).⁴

3 O símbolo ≈ representa a bidirecionalidade da correlação entre as formas contrastantes.

4 Para este nome, estão atestadas três formas de plural desde o século XVIII (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1793, p. 294).

Por via disso, em termos sincrónicos, são frequentes as situações em que os falantes hesitam no momento de formarem o plural dos nomes em causa (por exemplo, o plural da palavra *corrimão* será *corrimões* ou *corrimãos*?).⁵ Outras vezes, os falantes, por desconhecimento (momentâneo ou não) dos paradigmas institucionalizados, produzem formas alternativas às usadas na norma padrão (e.g. *cidadões*, *alemãos* por *cidadãos* e *alemães*, respetivamente). Esta situação é muito comum, por exemplo, na linguagem infantil, onde se atestam formas como *irmões* (por *irmãos*) ou *limãos* (por *limões*).⁶

Os nomes em -ão são, portanto, uma classe morfológica de lexemas cuja flexão em número, por não apresentar a estabilidade de contrastes que tipicamente caracteriza a flexão nominal, exige uma atenção maior por parte do falante no momento da sua construção.

Sintagmática da flexão

Ackerman e Malouf (2016, p. 297) colocam o problema do preenchimento de células de um paradigma da seguinte forma: “Given exposure to an inflected word-form of a novel lexeme, what licenses reliable inferences about the other word-forms in its inflectional family?” Aplicado à classe de lexemas sob escopo, a formulação poderia ser a seguinte: no caso dos nomes em -ão, que informações determinam a decisão do falante no momento de produzir a forma de plural?

Vários autores procuraram explicar as diferentes formas de plural dos nomes em -ão com base em informações etimológicas, recorrendo ao étimo latino (FIGUEIREDO; FERREIRA, s.d.; CUESTA; LUZ, 1971), ou através da mediação do castelhano (LEÃO, 1576; FEIJÓ, 1734; BARBOSA, 1822). Essas observações, ainda que importantes para estudos de natureza diacrônica ou comparativa, são inócuas quando está em causa explicar o funcionamento sincrónico da língua, seja porque o falante não domina necessariamente essas línguas, seja porque nem sempre a forma de plural usada no português atual respeita as informações etimológicas. Por exemplo, a palavra *vulcão* apresenta no plural a forma *vulcões* com a vogal <ô> em vez da vogal etimológica <ã> ou <a> seguida de <n> (cf. *vulcão*, *vulcânico*, *vulcanismo*)⁷.

Em estudos mais recentes, o foco centrou-se nas propriedades fonológicas, prosódicas e morfológicas dos lexemas em causa (cf. MATTOSO CÂMARA JR., 1992; MATEUS, 2003; VELOSO, 2005; GONÇALVES, 2019; MOTA, 2020b).

5 Rodrigues (2015, p. 128) dá notícia da hesitação dos falantes entre as formas *afegões*, *afegãos* e *afegães* quando pretendem designar os cidadãos do Afeganistão.

6 Formas atestadas num informante masculino de 3 anos, pertencente ao agregado familiar do autor.

7 Bluteau (1721) e Silva (1789) registam, respetivamente, as palavras “vulcões” e “volcões”, correspondentes à forma etimológica de plural.

Mattoso Câmara Jr. (1992) sustenta que o plural se forma pela adjunção do sufixo *-s* ao tema dos nomes, o qual, nestes casos, pode apresentar uma de três formas teóricas: *-ão* (*mão*: *mãos*), **-ãe* (**pãe*: *pães*) ou **-õe* (**leõe*: *leões*). Nesta análise, estas três estruturas temáticas são neutralizadas no singular.

Outros autores descrevem a formação do plural dos nomes por meio de uma única regra morfológica – anexação do sufixo *-s* à margem direita do lexema – e de várias regras fonológicas ordenadas, divergindo apenas quanto à configuração da forma teórica das palavras envolvidas (MATEUS, 2003; GONÇALVES, 2019)⁸. Por exemplo, Mateus (2003, p. 1020), na linha da reflexão empreendida em Mateus e Andrade (2000), advoga que as palavras *irmãos*, *alemães* e *ladrões* têm as seguintes formas subjacentes:

- (4) a. *irmãos* < /irma [+ nasal]+o/ +s
 b. *alemães* < /alema [+nasal]/ + s
 c. *ladrões* < /ladro [+nasal]/ + s

Segundo esta autora, a palavra *irmãos* resulta da junção do sufixo de plural ao tema do singular: /irma [+ nasal]+o/ +s. Nas palavras *alemães* e *ladrões*, a vogal final do radical assimila o traço [+ nasal]; com a junção do sufixo *-s* de plural, dá-se a inserção de /j/ e conseqüente ditongação.

Veloso (2005) e Mota (2020b), por sua vez, defendem que a diversidade das formas de plural advém do facto de o sufixo de plural se anexar a temas com formas teóricas diferentes quanto à última vogal do radical e/ou à vogal temática. Segundo Veloso (2005, p. 330), as formas teóricas subjacentes aos plurais destas palavras são as seguintes (sendo RN = radical do nome, VT = vogal temática, MPL = morfema de plural):

- (5) a. /aN RN + O VT + S MPL/ ex. *irmãos*
 b. /aN RN + E VT + S MPL/ ex. *alemães*
 c. /oN RN + E VT + S MPL/ ex. *ladrões*

Não obstante o seu poder descritivo, estas propostas deparam-se sempre com o problema de explicar a existência de uma forma comum no singular, uma vez que se trata, como vimos, do resultado sincrónico de uma alteração diacrónica. Uma forma de ultrapassar esse problema passa por admitir que os nomes em *-ão* têm diferentes formas alomórficas de radical. Por exemplo, Villalva (2008, p. 161) defende que as palavras em *-ão* formam o plural por adjunção do sufixo *-s* a radicais atemáticos que dispõem de dois ou mais alomorfes (cf. *mão*, *man-*: pl. *mãos*; *cão*, *can-*, *cãe-*: pl. *cães*; *leão*, *leon-*, *leõe-*: pl. *leões*).

Outras vezes, na explicação das formas de plural, são invocadas informações de natureza prosódica. Por exemplo, segundo Cunha e Cintra (1994, p. 182) e Bechara (1999, p. 118), os

⁸ Gonçalves (2019, p. 114) ilustra a ativação desses processos fonológicos na produção das palavras *leões* e *cães* a partir dos radicais /le'õN/ e /'kaN/, respetivamente.

nomes em -ão com acento grave ou paroxítono fazem parte do grupo restrito de palavras com plural em -ãos (e.g. *acórdão* ≈ *acórdãos*; *bênção* ≈ *bênções*; *órfão* ≈ *órfãos*; *órgão* ≈ *órgãos*; *sótão* ≈ *sótãos*). Cunha e Cintra (1994, p. 182) incluem ainda neste grupo os monossílabos tónicos (cf. *chão* ≈ *chãos*; *grão* ≈ *grãos*, *mão* ≈ *mãos*; *vão* ≈ *vãos*), embora os nomes *cão* (pl. *cães*) e *pão* (pl. *pães*) contrariem essa generalização.

A flexão pode ainda ser condicionada pela presença de alguns sufixos derivacionais no radical dos nomes em causa. Apresentam sistematicamente formas de plural em -ões, os nomes sufixados com -ão, seja com valor aumentativo (*carrão* ≈ *carrões*; *garrafão* ≈ *garrafões*), agentivo (*chorão* ≈ *chorões*; *esfregão* ≈ *esfregões*) ou de continente/contentor (*papelão* ≈ *papelões*; *vidrão* ≈ *vidrões*), e ainda os nomes de evento deverbiais sufixados com -ção (*arrumação* ≈ *arrumações*; *demonstração* ≈ *demonstrações*).

Todas estas análises baseiam a decisão morfológica do falante em informações de carácter sintagmático. Se o papel da estrutura morfotática destas palavras é incontornável, a informação que a ela está associada é, todavia, insuficiente quando se trata de explicar que (i) nomes como *verão* e *vulcão*, por exemplo, tenham plurais não etimológicos em -ões (cf. *verão* ≈ *verões*, mas *veranear*, *veranil*; *vulcão* ≈ *vulcões*, mas *vulcânico*, *vulcanismo*), ou que (ii) o mesmo lexema possa ser realizado no plural de duas ou três formas distintas (cf. *vilão* ≈ *vilãos*, *vilões*; *sultão* ≈ *sultãos*, *sultães*, *sultões*). Tais situações encontram explicação quando se observam as relações paradigmáticas que se instituem neste domínio específico da flexão nominal e, particularmente, a competição existente entre esquemas ou padrões flexionais, um fenómeno que tem sido designado como “pressão paradigmática”

Relações paradigmáticas

Uma maneira de ultrapassar os problemas com que se defrontam as análises concatenativas consiste em postular representações de palavras inteiras, complementares a eventuais representações morfêmicas. Este postulado está no cerne seja do modelo de Morfologia Construcional desenvolvido por Booij (2010, 2016), seja da Morfologia Relacional proposta por Jackendoff e Audring (2016, 2019). Em ambos os modelos teóricos, os fenómenos morfológicos são formalizados através de esquemas que expressam generalizações intuídas pelos falantes sobre a forma, significado e sintaxe das palavras morfológicamente construídas, podendo servir para cunhar novas palavras.

Os falantes de uma língua conseguem analisar e atribuir estrutura interna a uma palavra se houver uma correlação sistemática entre forma e função gramatical, com base na comparação de dois conjuntos de palavras. Vejamos, por exemplo, o que se passa no domínio da flexão dos nomes em português.

- (6) a. casa, livro, ponte
- b. casas, livros, pontes

Podemos verificar que, em comparação com as palavras de (6a), as palavras de (6b) têm um constituinte *-s* adicional ao nível da forma a que corresponde a significação de ‘plural’. Ou seja, a atribuição de estrutura morfológica a uma palavra é baseada em relações paradigmáticas sistemáticas entre conjuntos de palavras.

A correlação forma-função gramatical que observamos nas palavras em (6a) e (6b), ou seja, correlação entre as formas singular e plural dos nomes, pode ser representada como um padrão ou esquema de construção com a configuração de (3) (adaptada de BOOIJ, 2016, p. 439), que agora retomamos como (7).

$$(7) \quad <[(xi-s)\omega-j \leftrightarrow [Ni, +pl]j \leftrightarrow [[SEMi] PLURAL]j>$$

O esquema (7) especifica a forma fonológica (*x-s*), a forma morfossintática (classe de palavras [N] e o valor da característica morfossintática para o número [+ plural]), e, por fim, a significação plural dos nomes [[SEM] PLURAL]. No nível fonológico, encontramos uma palavra prosódica ω que resulta da adjunção do sufixo *-s* a uma base nominal *x*. No nível semântico, o traço [+pl] é representado através do operador PLURAL, que pode ser interpretado como ‘mais do que um’. Cada uma das formas plurais concretas (e.g. *casas, livros, pontes*) é vista como uma instanciação deste esquema de construção abstrato.

O conhecimento deste esquema ou padrão flexional evita que o falante tenha de memorizar necessariamente todas as palavras morfossintáticas do português. A memorização de palavras flexionadas (tal como de palavras derivadas) na memória de longo prazo dependerá, entre outros fatores, da sua frequência de uso e não do facto de estas poderem ou não ser representadas em esquemas.

O padrão flexional representado em (7) não cobre todos os fenômenos verificados na flexão de número em português, nomeadamente o caso de nomes que tipicamente não pluralizam – os nomes próprios (e.g. *Ana, Bernardo*) e os massivos (e.g. *sangue, água, madeira*) –, de nomes que não apresentam forma singular, os *pluralia tanta* (e.g. *exéquias, núpcias, pêsames*), como também os casos em que alternância entre a forma singular e a forma plural não implica necessariamente uma alteração no número de referentes designados (cf. *a calça/as calças; a cueca/as cuecas*) ou ainda as situações em que o contraste singular/plural permite distinguir unidades lexicais diferentes (cf. *costa/costas, fêria/férias, óculo/óculos*)⁹

Booij (2016, p. 440) refere que a pluralização pressupõe que o nome envolvido é um nome contável, como se pode comprovar através do “efeito de coação” sofrido pelos nomes próprios, nomes abstratos e nomes massivos. Quando estes nomes são pluralizados (cf. *os Bernardos; os amores; as águas*), passam a ser interpretados como nomes contáveis.

9 Booij (2016, p. 440) assume que estas palavras são ligadas ao esquema por meio do que designa como “default inheritance”, segundo o qual as palavras individuais herdaram todas as propriedades do esquema a não ser que estejam especificadas de outra forma no léxico.

O esquema (7) representa a pluralização de nomes terminados em vogal, acentuada ou não, em ditongo oral e em ditongo nasal ortograficamente representado como -ãe ou -em (e.g. *pá* ≈ *pás*; *café* ≈ *cafés*; *táxi* ≈ *táxis*; *avó* ≈ *avós*; *peru* ≈ *perus*; *atum* ≈ *atuns*; *manhã* ≈ *manhãs*; *pai* ≈ *pais*; *mãe* ≈ *mães*; *homem* ≈ *homens*). Há, no entanto, palavras que apresentam -es no plural (e.g. *motor* ≈ *motores*; *freguês* ≈ *fregueses*; *rapaz* ≈ *rapazes*; *abdómen* ≈ *abdómenes*) ou alterações na forma do segmento final do lexema (e.g. *animal* ≈ *animais*; *anel* ≈ *anéis*; *funil* ≈ *funis*). Não consideramos que seja necessária a criação de um novo esquema ou subesquema para representar a pluralização de itens lexicais terminados em consoante vibrante, sibilante, nasal ou lateral. A ocorrência de vogais epentéticas e a semivocalização/ditongação são fenômenos fonológicos recorrentes em português, tornando evidente a interação entre os níveis morfológico e fonológico. Como notam Gonçalves e Carvalho,

[é] relevante notar que as interações entre as especificações morfológicas e fonológicas podem modificar as formas como as instanciações são atualizadas, o que fornece evidência para o acesso simultâneo dos níveis, e, conseqüentemente, para a gramática tripartida de Jackendoff (2002). (GONÇALVES; CARVALHO, 2016, p. 133)

Neste modelo, as formas de plural não são computadas com base na junção de um sufixo às formas teóricas dos lexemas, mas como membros de paradigmas, dentro dos quais estabelecem contrastes de forma-função. A ideia de que as palavras morfossintáticas se organizam em famílias paradigmáticas provou ser extremamente proveitosa na explicação de efeitos importantes da organização e processamento lexicais. Para Marzi *et al.*,

paradigms acquire an autonomous relevance in word processing: they stake out the linguistic space where lexical forms get co-activated and compete in word recognition and production through contrastive formal oppositions. (MARZI *et al.*, 2020, p. 257)

Os padrões ou esquemas flexionais são extremamente úteis no tratamento de fenômenos em que não existe uma correspondência de um-para-um entre forma e função/significado, como acontece na pluralização dos nomes em -ão. Havendo, para os nomes em -ão, três, e não apenas uma, formas de plural possíveis, o falante infere três esquemas de segunda ordem que, entre o esquema geral e as palavras morfossintáticas, permitem expressar generalizações sobre esses subconjuntos de nomes. As três possibilidades de formação de plural podem ser esquematizadas como (8), onde omitimos a contraparte semântica para facilidade de exposição:

- (8) a. <[(xi-ão)ω-j ↔ [Ni, +sg]] > ≈ <[(xi-ões)ω-j ↔ [Ni, +pl]] > produtivo
b. <[(xi-ão)ω-j ↔ [Ni, +sg]] > ≈ <[(xi-ães)ω-j ↔ [Ni, +pl]] > não produtivo
c. <[(xi-ão)ω-j ↔ [Ni, +sg]] > ≈ <[(xi-ãos)ω-j ↔ [Ni, +pl]] > não produtivo

As formas de plural que são instâncias do esquema (8c) (e.g. *mãos*, *irmãos*, *cidadãos*) são também instâncias do esquema (7). Optamos por considerar que se trata de um esquema

de segunda ordem uma vez que o falante, uma vez exposto a um nome em -ão que lhe seja desconhecido, não sabe, à partida, se aplica ou não o esquema geral (7). De facto, os esquemas (8a), (8b) e (8c) competem na expressão do plural dos nomes em -ão, havendo um esquema produtivo (8a), que tem a capacidade de ser usado em novas construções, e dois esquemas não produtivos (8b e 8c) que, embora estabeleçam generalizações sobre subconjuntos determinados de nomes em -ão, não se prevê que sejam usados em novas construções morfológicas.

Usa-se aqui o termo “produtivo” no sentido que lhe atribui Booij (2005, p. 67), ou seja, como capacidade de ser usado em novas construções. O falante toma consciência da produtividade ou não de um determinado padrão flexional quando, no curso da aquisição linguística e após uma suficiente exposição aos dados de input, determina se ele se aplica a um conjunto aberto ou a um conjunto fechado de itens lexicais. No fundo, é produtivo um padrão flexional passível de ser aplicado a lexemas novos ou desconhecidos.

A par de esquemas ou padrões flexionais, o falante também é capaz de memorizar palavras individuais, instâncias desses esquemas formativos. Como foi observado por Baayen, Dijkstra e Schreuder (1997) e por Baayen e Schreuder (2003), no holandês e no italiano, as formas de plural dos nomes, tendo uma frequência suficiente, são armazenados no léxico mental, ainda que sejam totalmente regulares. Como refere Booij,

Language users first acquire words, and only once they have acquired a sufficiently large set of words of a certain type can they conclude by abstracting morphological patterns. This pattern will be memorized beside the set of memorized words on which it is based, and the abstract pattern serves as a recipe for coining new complex words. (BOOIJ, 2016, p. 425)

Embora não seja o único fator relevante no âmbito do processamento lexical, assume-se geralmente que a frequência das unidades e das construções linguísticas influencia o modo como se organiza a informação no nosso léxico mental. De acordo com o Modelo de Redes (BYBEE 2002, 2006, 2010), palavras que ocorrem muitas vezes no discurso e/ou usamos com frequência são lembradas com mais facilidade, ao passo que palavras menos usadas são recuperadas do léxico mental com mais dificuldade, podendo mesmo ser esquecidas. Entre as posições geralmente assumidas, destacam-se as seguintes: (i) palavras com alta frequência de ocorrência incrustam-se com mais facilidade na memória de longo prazo e podem ser acedidas de forma independente; em contraste, palavras com baixa frequência têm mais dificuldade em serem ativadas por memorização; (ii) no caso de palavras irregulares, os itens com alta frequência de ocorrência apresentam uma maior resistência à mudança; em contrapartida, itens irregulares pouco frequentes são mais suscetíveis à influência de padrões construcionais mais frequentes.¹⁰ Convém, no entanto, ter presente que os valores de frequência variam de falante para falante,

¹⁰ Para uma análise mais profunda da relevância da frequência na análise linguística, veja-se Huback (2007, 2013).

pois os membros de uma determinada comunidade linguística apresentam diferentes graus de exposição aos dados e diferentes experiências de uso da sua língua (HUBACK, 2013).

Na medição da frequência, distinguem-se dois tipos de valores: (i) a *frequência de ocorrência* (“token frequency”) indica quantas vezes uma determinada palavra morfossintática (por exemplo, *corações*) ocorre num *corpus* linguístico; (ii) a *frequência de tipo* (“type frequency”) indica a quantidade de itens da língua que apresenta uma determinada estrutura ou padrão construcional. Ora, como nota Huback (2013, p. 83), “é a frequência de tipo, não a de ocorrência, que garante a produtividade de uma classe”.

No caso da flexão dos nomes em -ão, nota-se uma grande disparidade entre as frequências de tipo dos vários padrões flexionais (cf. Tabela 1), levando-nos a supor, como faz Huback (2013), que a alta frequência de tipo do padrão construcional [x-ão] \approx [x-ões] pode motivar a produção de formas em -ões em contextos em que se esperaria a realização do plural em -ãos ou em -ães.

Tabela 1. Frequência de tipo de [-ões], [-ãos] e [-ães] no Dicionário Eletrônico Houaiss

Tipos	número	% no grupo [-ão] singular	% no dicionário
[-ões]	7.260	97,8	3,17
[-ãos]	108	1,5	0,047
[-ães]	48	0,7	0,021
TOTAL	7.416	100	3,24

Fonte: Huback (2013, p. 88)

Em suma, a flexão dos nomes em -ão enquadra-se bem num modelo de processamento em rede, que conjuga, de forma interativa, informações sintagmáticas e paradigmáticas, os processos de memorização e de computação. Na linha de Booij (2010, 2016) e de Rodrigues (2015), consideramos que, quando necessita de usar um lexema num enunciado, o falante ativa padrões mentais que adquiriu por exposição aos dados linguísticos e constrói a forma de palavra que se adequa ao contexto sintático. O uso de padrões flexionais tem um carácter económico, pois evita-se assim que o falante tenha de memorizar necessariamente todas as palavras morfossintáticas. No entanto, ele também tem a possibilidade de usar palavras memorizadas. A memorização (ou armazenamento) torna-se necessária quando as palavras morfossintáticas não se conformam aos padrões flexionais operantes na língua ou exibem padrões flexionais não produtivos.

Numa situação concreta, quando colocado perante a necessidade de construir o plural de um nome em -ão, o falante opta pela forma mais facilmente acessível: umas vezes, será uma palavra morfossintática que ele memorizou; outras vezes, principalmente perante lexemas novos ou desconhecidos, os falantes ativam o esquema flexional [x-ão] \approx [x-ões], o único atualmente produtivo. A computação e a memorização devem ser entendidas não como duas vias de

processamento lexical em competição, como nos modelos *dual-route*, numa espécie de corrida em que a mais rápida ganha, mas como dois modos complementares de processamento, que se reforçam mutuamente e em que um ajuda a suprir as possíveis falhas do outro (KUPERMAN; BERTRAM; BAAYEN, 2008, 2010). Este tipo de análise tem a vantagem não apenas de evitar o recurso a uma miríade de processos fonológicos para explicar quer as diferentes formas de plural quer a forma -ão de singular (cf. VILLALVA, 2008, p. 176), como de dar conta da produção de formas não institucionalizadas devido à pressão paradigmática do plural em -ões.

A pesquisa

A existência de uma relação de um-para-três entre singular e plural e a variação opcional que se verifica na expressão do plural de alguns nomes em -ão têm uma causa histórica que criou e continua a criar condições favoráveis à contaminação paradigmática. Admitimos que o uso das formas concorrentes que alguns nomes em -ão exibem no plural seja marcado por fatores diversos, nomeadamente diacrónicos, dialetais e diastráticos, mas não há dados sobre o uso que permitam ter uma visão atual sobre essa variação. Por esta razão, decidimos elaborar um inquérito que permitisse investigar o conhecimento que os falantes do Português Europeu (PE) têm do conjunto de nomes que fazem o singular em -ão e, em particular, das formas de plural que lhe estão associadas. As perguntas que pretendíamos ver respondidas eram as seguintes: qual a extensão do conhecimento dos falantes em relação a este subconjunto específico de palavras? Qual das formas particulares de plural (em -ãos, -ões, -ães) os falantes utilizam numa situação concreta?

O facto de haver três possíveis terminações de plural é o principal gerador das dúvidas e hesitações dos falantes e da variação formal que daí resulta. Tendo em conta que a lista de nomes em -ão em que tal situação se verifica não tem contornos bem definidos – confrontem-se, por exemplo, as listas apresentadas em Cunha e Cintra (1994, p. 183) e Bechara (1999, p. 121) –, procurámos avaliar até que ponto essa situação se mantém atualmente.

Palavras-alvo

A nossa prioridade neste estudo foi selecionar palavras-alvo sobre as quais se esperava que a população inquirida tivesse diversos graus de conhecimento, desde palavras frequentemente atestadas nos enunciados a palavras de uso menos frequente (cf. Tabela 2). Dos doze lexemas em -ão aleatoriamente escolhidos, seis têm uma única forma padronizada de plural (*mão* e *cidade* [pl. -ãos]; *pão* e *alemão* [pl. -ães]; *coração* e *limão* [pl. -ões]); os restantes seis apresentam duas ou três formas de plural referenciadas em dicionários e em gramáticas de cariz normativo (*aldeão*, *ancião*, *artesão*, *corrimão*, *verão*, *vilão*)¹¹. Adicionamos ainda duas pseudo-palavras (*pomação*, *zlrão*) para aferir qual o comportamento dos falantes no caso do desconhecimento da palavra.

11 Tomámos por base as informações fornecidas pelos dicionários da Academia de Ciências de Lisboa (2001) e de Houaiss *et al.* (2002-2003) e pelas gramáticas de Cunha e Cintra (1994) e de Bechara (1999).

Tabela 2. Frequência de ocorrência das palavras-alvo no Corpus de Referência do Português Contemporâneo

LEXEMA	Formas atestadas	n.º total de ocorrências	n.º de ocorrências por milhão de palavras
ALDEÃO	aldeão	98	0.550.34
	aldeãos	51	0.18
	aldeães	1	0
	aldeões	159	0.55
ALEMÃO	alemão	10043	34.65
	alemãos	7	0.02
	alemães	5185	17.89
ANCIÃO	ancião	189	0.65
	anciãos	264	0.91
	anciães	33 ¹²	0.11
	anciões	2	0.01
ARTESÃO	artesão	231	0.8
	artesãos	816	2.82
	artesões	7	0.02
CIDADÃO	cidadão	14996	51.74
	cidadãos	51137	176.43
	cidadães	1	0
	cidadões	13	0.04
CORAÇÃO	coração	14047	48.46
	corações	1349	4.65
CORRIMÃO	corrimão	100	0.35
	corrimãos	11	0.04
	corrimões	18	0.06
LIMÃO	limão	1905	6.57
	limões	199	0.69
MÃO	mão	26856	92.66
	mãos	24455	84.37
PÃO	pão	8359	28.84
	pães	327	1.13
VERÃO	verão	13278	45.8
	verãos	1	0
	verões	223	0.77
VILÃO	vilão	418	1.44
	vilãos	12	0.04
	vilões	125	0.43

12 Das 33 ocorrências, dezanove correspondem a nomes próprios (antropónimos e topónimos).

Formato do inquérito

O inquérito foi aplicado de forma remota, em formato *Google Forms*, durante os meses de abril e maio de 2020. Pretendia-se saber (i) se o inquirido conhecia a unidade lexical, (ii) qual a forma (escrita) de plural que ele selecionava no contexto sintático apresentado e (iii) se a decisão era marcada pela (in)certeza. A figura 1, relativa à palavra “corrimão”, exemplifica a forma do inquérito aplicado a cada uma das palavras-alvo.

Figura 1. Questões relativas à palavra “corrimão”

Corrimão

Descrição (opcional)

Conhece a palavra CORRIMÃO?

Sim

Não

As escadas estavam protegidas por _____ decurados.

corrimões

corrimãos

corrimães

Tens dúvidas na escolha da forma de plural?

Sim

Não

Participantes

Sob a garantia de anonimato, tivemos um total de 144 participantes, 91 do sexo feminino e 53 do sexo masculino, residentes nas regiões de Coimbra e de Viseu (Portugal), distribuídos por diversos níveis de ensino, desde o ensino básico ao ensino universitário.

Resultados do estudo

Os resultados apurados permitem-nos agrupar os nomes em -ão em vários grupos quanto ao conhecimento que os falantes deles têm e ao modo como processam a(s) sua(s) forma(s) na flexão.

Grupo I. Como era mais ou menos esperado, os nomes *mão*, *pão*, *limão* e *coração*, de uso comum e frequente, são conhecidas de todos os inquiridos e a sua forma de plural não suscitou qualquer dúvida. Nestes itens, todos os inquiridos selecionaram as formas padronizadas de plural (*mãos*, *pães*, *limões* e *corações*).

Grupo II. No caso de *alemão*, *cidadão*, *corrimão*, *verão* e *vilão*, o conhecimento destas palavras (cerca de 100% em todas) não implica automaticamente que os inquiridos saibam qual é a forma de plural sancionada pela comunidade linguística, como se pode ver na Tabela 3. A palavra *artesão* destaca-se claramente neste aspeto, com 29,9% dos inquiridos a declarar que “Teve dúvidas na escolha da forma de plural”.

Tabela 3. Níveis de (in)certeza dos falantes na produção das formas de plural

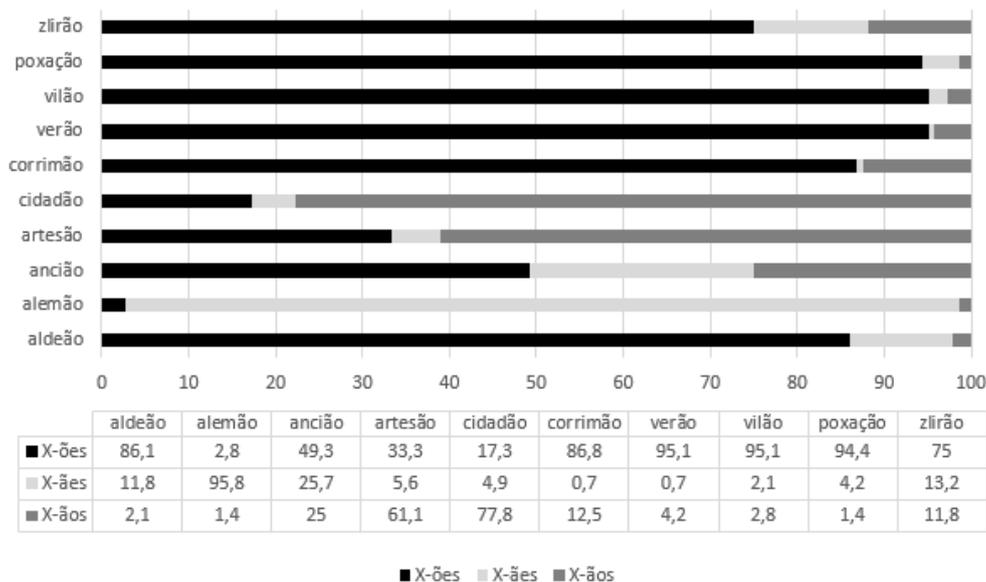
LEXEMA	Teve dúvidas?	
	sim	não
ARTESÃO	29,9%	70,1%
CORRIMÃO	13,2%	86,8%
CIDADÃO	11,1%	88,9%
VERÃO	9,0%	91,0%
VILÃO	6,9%	93,1%
ALEMÃO	5,6%	94,4%

Grupo III. O terceiro grupo inclui lexemas que não são conhecidos pela totalidade dos informantes. É o caso dos nomes *aldeão* e *ancião*, desconhecidos, respetivamente, de 3,5% e 4,2% dos inquiridos. O menor conhecimento destes itens lexicais é acompanhado de um maior grau de incerteza no momento de produzir as respetivas formas de plural (22,5% e 38,9%, respetivamente).

Grupo IV. O último grupo inclui os itens *poxação* e *zlrão*. Embora se tratando de palavras inexistentes, 19,4% dos informantes afirmaram conhecer a palavra *poxação* e 3,5%, a palavra *zlrão*. O nível de incerteza revelado nestes casos é claramente superior (*poxação*: 59,7%; *zlrão*: 81,9%). No caso da palavra *poxação*, a resposta dos inquiridos foi provavelmente influenciada pela similaridade formal da terminação desta palavra com o sufixo -ção, muito comum na formação de nomes de evento deverbais em português.

Considerando as escolhas dos inquiridos quando o estímulo é alguma das unidades lexicais dos grupos II, III e IV, podemos verificar que a variante formal selecionada no plural varia conforme o item lexical em causa, como se pode ver no gráfico 1.

Gráfico 1. Percentagem de uso das variantes formais de plural dos nomes em -ão



Importa ainda referir que não encontramos nos dados recolhidos evidências claras da relevância dos fatores “idade” e “grau instrução” no conhecimento dos itens lexicais em análise e na sua construção flexional. Por exemplo, palavras como *aldeão*, *ancião* e *artesão* não são conhecidas por alguns alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário. Por outro lado, a seleção de formas não institucionalizadas, como *alemãos* e *alemões*, ocorre em diferentes níveis de escolaridade (2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino superior). Para aferir da relevância dos fatores “idade” e “grau instrução”, será importante alargar o inquérito não apenas a um maior número de informantes, mas também a alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Discussão dos resultados

Muitas das propostas de análise morfológica assentam as suas observações na competência de um falante/ouvinte idealizado, perfeito conhecedor de todas as propriedades das unidades lexicais e dos padrões flexionais. Todavia, os dados sustentam a ideia de que os falantes não possuem um conhecimento uniforme sobre as unidades lexicais e não procedem todos da mesma forma na hora de selecionar o plural dos nomes em -ão, indo ao encontro do que é observado por Plag e Balling (2020, p. 325): “Morphological knowledge itself seems to vary across speakers as a function of education, and may interact with differences in orthographic knowledge or register”.

Em segundo lugar, constata-se que mesmo as unidades lexicais com uma única forma de plural padronizada (cf. *alemão* ≈ *alemães* - 95,8%; *cidadão* ≈ *cidadãos* - 77,8%) apresentam alguma variação flexional, consubstanciada na produção de formas previstas no sistema flexional, mas não aceites ao nível da norma (cf. *alemãos*, *alemões* / *cidadões*, *cidadães*).

Em terceiro lugar, a distribuição das variantes em competição é geralmente muito desequilibrada, como se comprova pela análise do Gráfico 1. Isto leva-nos a pensar que, pese embora a variação existente, a flexão das palavras sob escopo tende para a estabilização, isto é, para o uso cada vez mais sistemático de um único esquema de construção. Por exemplo, de acordo com os dados apurados, os nomes *verão* e *vilão* encontram-se já numa fase muito avançada desse processo, pois cerca de 95% dos informantes selecionou as formas *verões* e *vilões*, respetivamente. O mesmo não acontece com *ancião* e *artesão*, na medida em que existe algum equilíbrio entre as suas variantes de plural, ainda que com alguma vantagem das formas *anciões* (49,3%) e *artesãos* (61,1%), respetivamente. Como refere Aronoff (2016), se duas (ou mais) estratégias linguísticas competirem pelos mesmos recursos, a competição acaba eventualmente por se diluir, mas pode levar muito tempo.

Em quarto lugar, na maioria dos lexemas com duas ou três formas de plural, o esquema [x-ão] ≈ [x-ões] assume-se como esquema construcional dominante (representado a preto no Gráfico 1). Esta tendência evolutiva no sentido da estabilização dos paradigmas em [x-ão] ≈ [x-ões] não é recente. Said Ali, em 1931, já referia o seguinte:

Nos seguintes, posto que passem por ter plural duvidoso, tende a fixar-se a forma regular em -ões: *aldeão*, *aldeãos* e *aldeões*; *ancião*, *anciãos*, *anciães* e *anciões*; *villão*, *villãos* e *villões*; *truão*, *truães* e *truões*.

Entre os escriptores antigos e, ainda, entre quinhentistas e seiscentistas eram em maior numero as excepções e oscillações. (SAID ALI, 1931, p. 53)

Independentemente das informações veiculadas pelo radical/tema do lexema, verifica-se nos casos em análise (com exceção de *artesão*) um fenómeno de pressão paradigmática do esquema construcional mais facilmente acessível, por ser o mais frequente e o único produtivo atualmente.

Por fim, os dados apurados em relação aos lexemas *verão* e *vilão* parecem confirmar a ideia já defendida há meio século por Mattoso Câmara Jr. (1992: 96) de que “Essa variação livre não é tão frequente quanto as longas listas das nossas gramáticas vêm a sugerir. É que muitas das formas que aí se apresentam não existem na realidade na língua viva”. De facto, de acordo com os dados coletados, a quase totalidade dos inquiridos seleciona as formas *verões* e *vilões*, apresentando as outras variantes um número quase residual de ocorrências.

Conclusões similares podem ser retiradas da análise dos valores de frequência de ocorrência constantes do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), do Corpus do Português (CP) e do CETEMPúblico referentes aos seis lexemas-alvo que apresentam duas ou três formas de plural institucionalizadas (Tabela 4).

Tabela 4. Valores de frequência de ocorrência das formas de plural dos nomes em -ão no CRPC, no Corpus do Português e no CETEMPúblico

Corpus de Referência do Português Contemporâneo			
LEXEMA	[x-ões]	[x-ãos]	[x-ães]
ALDEÃO	159	51	1
ANCIÃO	2	264	33
ARTESÃO	7	816	0
CORRIMÃO	18	11	0
VERÃO	223	1	0
VILÃO	125	12	0
Corpus do Português			
LEXEMA	[x-ões]	[x-ãos]	[x-ães]
ALDEÃO	28	18	0
ANCIÃO	37	29	1
ARTESÃO	5	83	0
CORRIMÃO	2	3	0
VERÃO	49	0	0
VILÃO	53	6	0
CETEMPúblico			
LEXEMA	[x-ões]	[x-ãos]	[x-ães]
ALDEÃO	351	0	0
ANCIÃO	24	145	1
ARTESÃO	4	1033	0
CORRIMÃO	11	29	0
VERÃO	134	0	0
VILÃO	231	5	0

Os valores de frequência constantes destas bases de dados confirmam a ideia de que o plural dos nomes *aldeão*, *verão* e *vilão* tende para a estabilização em [x-ões]. Aliás, no caso de

verão, essa estabilização parece já estar concluída, dada a inexistência de ocorrências em -ões e de estar atestada apenas uma ocorrência em -ãos no CRPC.

Confirma-se também a prevalência das formas em [x-ãos] na construção do plural do nome *artesão*.

Em relação aos lexemas *ancião* e *corrimão*, nota-se alguma divergência nos valores de frequência constantes destas bases de dados. No caso de *ancião*, enquanto o CRPC e o CETEM Público atestam uma prevalência do plural em -ãos, o Corpus do Português confere uma ligeira superioridade às ocorrências em -ões, em linha com os resultados apurados no nosso estudo. No que ao nome *corrimão* diz respeito, o Corpus do Português e o CETEM Público registam uma ligeira superioridade do plural em -ãos, ao contrário do CRPC, que apresenta uma maior incidência de ocorrências em -ões. Neste caso, os resultados obtidos no estudo realizado estão em linha com os valores extraídos do CRPC, uma vez que 86,8% dos informantes optaram pela forma *corrimões*.

Impõe-se, por isso, à luz destes dados e da variação atestada, a realização de mais estudos e de estudos mais abrangentes que avaliem a constituição dos paradigmas dos nomes em -ão e analisem a sua evolução nos próximos tempos.

Conclusão

As relações entre forma e função/significado que se verificam no nível morfológico são muitas vezes complexas e gradientes, tendo dificuldade em ser reduzidas a um conjunto de unidades analisáveis e discretas e/ou a mecanismos de combinação. Na flexão dos nomes em -ão, verifica-se a confluência de informações de natureza sintagmática e paradigmática. Tão ou mais importante que o aparato fonológico e morfológico do lexema, para a geração de uma determinada forma de plural é importante o conhecimento que o falante detém dos esquemas construcionais, da sua maior ou menor frequência, da sua produtividade, e ainda o conhecimento de formas individuais memorizadas.

As palavras morfossintáticas correspondem a instâncias de esquemas formativos inferidos e reproduzidos pelos membros de uma comunidade linguística. No caso dos nomes em -ão, a exposição aos dados do português permite que os falantes abstraíam três esquemas ou padrões mentais de formação do plural, que retomamos aqui numa versão simplificada.

- (9) a. [x-ão]N Sing \approx [x-ões]N Pl (produtivo)
 b. [x-ão]N Sing \approx [x-ãos]N Pl (não produtivo)
 c. [x-ão]N Sing \approx [x-ães]N Pl (não produtivo)

Apesar do baixo número de informantes envolvidos no estudo realizado e de se tratar de dados decorrentes de produção elicitada (controlada), os resultados apurados indiciam que, na expressão do plural dos nomes em -ão, a variação não é tão extensa quanto alguns dicionários e gramáticas indicam. Alguns destes nomes, pertencentes a subconjuntos fechados de itens,

têm uma flexão ‘marcada’, fazendo o plural em -ãos (9b) ou em -ães (9c), respetivamente (cf. *irmão* ≈ *irmãos*; *capitão* ≈ *capitães*). Dado o seu carácter marcado, estas formas de plural são geralmente memorizadas. Perante nomes em -ão desconhecidos e/ou flexionalmente não marcados, porque não pertencentes àqueles subconjuntos, os falantes ativam geralmente o esquema [x-ão] ≈ [x-ões], que é o esquema flexional mais frequente e o único atualmente produtivo. Este tipo de análise tem a vantagem não apenas de dar conta da produção de formas de plural não padronizadas, embora previstas na flexão nominal, como da diminuição (nalguns casos, a quase neutralização) da variação na expressão do plural dos nomes em -ão devido, em grande parte, à pressão paradigmática exercida pelo esquema construcional dominante.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed.). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Editorial Verbo, 2001.

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina da mesma Academia, 1793.

ACKERMAN, F.; BLEVINS, J. P.; MALOUF, R. Parts and wholes: implicative patterns in inflectional paradigms. In: BLEVINS, J. P.; BLEVINS, J. (eds.). *Analogy in grammar: Form and acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 54–82.

ACKERMAN, F.; MALOUF, R. Implicative relations in word-based morphological systems. In: HIPPISEY, A.; STUMP, G. T. (eds.). *The Cambridge handbook of morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 297-328.

ANDERSON, S. R. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ARONOFF, M. Competition and the lexicon. In: ELIA, A.; IACOBINI, C.; VOGHERA, M. (eds.). *Livelli di analisi e fenomeni di interfaccia. Atti del XLVII Congresso Internazionale della Società di Linguistica Italiana*. Roma: Bulzoni Editore, 2016, p. 39-52.

BAAYEN, R. H.; DIJKSTRA, T.; SCHREUDER, R. Singulars and plurals in Dutch. Evidence for a parallel dual route model. *Journal of Memory and Language*, v. 36, p. 94-117, 1997.

BAAYEN, R. H.; SCHREUDER, R. (eds.). *Morphological structure in language processing*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.

BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigi[m], Typographum, 1540.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

BLEVINS, J. P. Two frameworks of morphological analysis. *Linguistic analysis* (no prelo). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339596102>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino* [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOBALJIK, J. D. What's in a paradigm? In: BOOIJ, G. *et al.* (eds.). *Topics in morphology. Selected papers from the Third Mediterranean Morphology Meeting (Barcelona, September 20-22, 2001)*. Barcelona: Institut de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2003, p. 91-108.

BOOIJ, G. (2005). *The grammar of words: an introduction to linguistic morphology*. Oxford: Oxford University Press.

BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, G. Construction morphology. In: HIPPISEY, A.; STUMP, G. T. (eds.). *The Cambridge handbook of morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 424-448.

BOYÉ, G.; SCHALCHLI, G. The status of paradigms. In: HIPPISEY, A.; STUMP, G. T. (eds.). *The Cambridge handbook of morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 206-234.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 602-623.

BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p. 529-551, 2006.

BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.

CARDEIRA, E. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CARVALHO, J. G. H. *Teoria da linguagem: natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. 6.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1983-1984.

CASTRO, I. Formação da Língua Portuguesa. In: RAPOSO, E. B. P. *et al.* (orgs.). *Gramática do português*. v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 5-14.

CETEMPúblico 1.7 v. 11.2 (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público). Disponível em: <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO>. Acesso em: 6 out. 2020.

CRPC - Corpus de Referência do Português Contemporâneo. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_crpc.php. Acesso em: 5 abr. 2021.

CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1971.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 10.ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1994.

DAVIES, F. M. *Corpus do Português*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 6 out. 2020.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2001. Rio de Janeiro: Objetiva.

FEIJÓ, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.

FIGUEIREDO, J. N.; FERREIRA, A. G. *Compêndio de gramática portuguesa*. Porto: Porto Editora, s. d.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, C. A.; CARVALHO, W. B. *Morfologia construcional aplicada à flexão*. In: GONÇALVES, C. A. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 131-145.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. (dir.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002-2003.

HUBACK, A. P. *Efeitos de frequência nas representações mentais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

HUBACK, A. P. A interferência da frequência em fenômenos linguísticos. *D.E.L.T.A.*, v. 29, n. 1, p. 79-94, 2013.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphological schemas: theoretical and psycholinguistic issues. *The mental lexicon*, v. 11, p. 467-493, 2016.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational morphology in the parallel architecture. In: AUDRING, J.; MASINI, F. (eds.). *The Oxford handbook of morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 390-408.

KUPERMAN, V.; BERTRAM, R.; BAAYEN, R. H. Morphological dynamics in compound processing. *Language and cognitive processes*, v. 23, p. 1089-1132, 2008.

KUPERMAN, V.; BERTRAM, R.; BAAYEN, R. H. Processing trade-offs in the reading of Dutch derived words. *Journal of memory and language*, v. 62, p. 83-97, 2010.

LEÃO, D. N. *Orthographia da lingua portuguesa [...]*. Lisboa: João de Barreira, 1576.

MAIA, C. A. *História do galego-português. Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MARZI, C.; BLEVINS, J. P.; BOOIJ, G.; PIRRELLI, V. Inflection at the morphology-syntax interface. In: PIRRELLI, V.; PLAG, I.; DRESSLER, W. U. (eds.). *Word knowledge and word usage*. Berlin/Munich/Boston: De Gruyter Mouton, 2020, p. 228-294.

- MATEUS, M. H. M. Fonologia. In: MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 987-1033.
- MATEUS, M. H.; ANDRADE, E. *The phonology of portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da língua portuguesa*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MOTA, M. A. Introdução à morfologia. In: RAPOSO, E. B. P. *et al.* (orgs.). *Gramática do português*. v. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020a, p. 2787-2831.
- MOTA, M. A. Morfologia do nome e do adjetivo. In: RAPOSO, E. B. P. *et al.* (orgs.). *Gramática do português*. v. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020b, p. 2835-2930.
- PLAG, I.; BALLING, L. W. Derivational morphology: an integrative perspective on some fundamental questions. In: PIRRELLI, V.; PLAG, I.; DRESSLER, W. U. (eds.). *Word knowledge and word usage*. Berlin/Munich/Boston: De Gruyter Mouton, 2020, p. 295-335.
- RIO-TORTO, G. (ed.); RODRIGUES, A.; PEREIRA, I.; PEREIRA, R.; RIBEIRO, S. *Gramática derivacional do português*. 2.ed. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- RODRIGUES, A. S. *A gramática do léxico. Morfologia derivacional e o léxico mental*. Muenchen: Lincom Europa, 2015.
- RODRIGUES, A. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G. *et al.* *Gramática derivacional do português*. 2.ed. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 35-133.
- SAIDALI, M. *Grammatica historica da lingua portugueza*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1931.
- SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza [...]*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- STUMP, G. *Inflectional paradigms: content and form at the syntax-morphology interface*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- VELOSO, J. Estrutura interna e flexão de número dos nomes terminados em “-ão”: onde reside a «irregularidade»? In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, M. O.; SILVA, F. (orgs.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2005, p. 325-338.
- VILLALVA, A. *Morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.



A ALTERNÂNCIA DOS SUFIXOS [X-INHO] E [X-ZINHO] NOS DIMINUTIVOS: QUESTÃO ESTRUTURAL E DIALETAL

THE ALTERNATION OF SUFFIXES [X-INHO] AND [X-ZINHO] IN DIMINUTIVES: STRUCTURAL AND DIALECTAL ISSUE

Bruno Felipe Marques Pinheiro¹

RESUMO

Neste artigo, buscamos explicar a alternância de [x-inho] e [x-zinho] na formação dos diminutivos no português brasileiro. Para isto, selecionamos uma amostra de fala pertencente ao Banco de Dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2017). No campo da morfologia, a modificação na estrutura linguística do diminutivo [base + sufixo] indica que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] são duas formas autônomas ou dois alomorfes (LEITE, 1974; MENUZZI, 1993; MORENO, 1997; COSTA, 2002; BISOL, 2010). A partir dos pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista, associamos a variável dependente [x-inho] e [-zinhos] com as variáveis independentes (base, tonicidade, extensão, classe e valor semântico), assumindo que a alternância dos sufixos também é sensível a valores dialetais. Os resultados da análise reforçam a distribuição e a alternância de dois sufixos diferentes, identificando que há uma associação entre os níveis estruturais e o emprego de um ou outro sufixo é condicionado principalmente pela base morfológica e pela tonicidade do diminutivo, contribuindo para que haja uma variação semântico-pragmática, mais sensível aos valores dialetais, entre as variedades do Português Brasileiro.

Palavras-chave: Alternância de [x-inho] e [x-zinho]; Diminutivos; Morfologia.

ABSTRACT

In this article, we seek to explain the alternation of [x-inho] and [x-zinho] in the formation of diminutives in Brazilian Portuguese. For this, we selected a speech sample from the Falares Sergipanos Database (FREITAG, 2017). In the field of morphology, the modification in the linguistic structure of the diminutive [base + suffix] indicates that the suffixes [x-inho] and [x-zinho] are two autonomous forms or two allomorphs (LEITE, 1974; MENUZZI, 1993; MORENO, 1997; COSTA, 2002; BISOL, 2010). Based on the methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics, we associate the dependent variable [x-inho] and [-zinhos] with the independent variables (base, tonicity, extension, class and semantic value). The results of the analysis reinforce the distribution and alternation of two different suffixes, identifying that there is an association between structural levels and the use of one or the other suffix is conditioned to factors of a structural nature, mainly the base and tonicity of the diminutive, contributing to a semantic-pragmatic variation, more sensitive to dialect values, among Brazilian Portuguese varieties.

Keywords: Alternation of [x-inho] and [x-zinho]; Diminutives; Morphology.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL). Integrante do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS). bpinnheiro@hotmail.com

Introdução

No português, o diminutivo é descrito como o resultado de um processo no qual ocorre a junção entre a base de uma determinada palavra mais um sufixo, resultando em uma modificação no significado da palavra original. O sufixo diminutivo mais produtivo no português é [x-inho] concorrendo com [x-zinho], que o substitui depois da sílaba tônica “sol/*solzinho*” ou “pé/*pezinho*” e, facultativamente, em todos os outros casos, indicando uma espécie de justaposição “salinha/salazinha” (CÂMARA Jr., 1978).

Nas gramáticas mais tradicionais, o uso padrão para o diminutivo é referente à dimensão pequena (OLIVEIRA, 1536; BARBOSA, 1822; FREIRE, 1842; SOARES BARBOSA; 1845). Porém, ao decorrer do tempo, outros significados foram emergindo no português referente à dimensão afetiva, como a ideia de carinho (nenê está *dormindinho!*) ou de desprezo (aquela *menininha* é muito exibida!) (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA; 1992; BECHARA, 2009; BAGNO, 2012).

Essa variabilidade nos usos dos diminutivos deve-se ao fato de os sufixos [x-inho] e [x-zinho] serem construções disponíveis para os falantes. Como tal, podem desempenhar, no processamento cognitivo das informações, novas funções comunicativas oriundas do contexto falante/ouvinte: os sufixos são armazenados no processamento lexical com as experiências dos falantes e a seleção de um sufixo ou outro é condicionada por motivações estruturais (HALLE, 1973; BYBEE, 1995).

No campo da morfologia, a modificação na estrutura linguística do diminutivo [base + sufixo] indica que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] são duas formas autônomas ou dois alomorfes (LEITE, 1974; MENUZZI, 1993; MORENO, 1997; COSTA, 2002; BISOL, 2010). Ao desempenhar mais de uma função a depender da comunidade de falantes, eles dão origem a variação semântico/pragmática, condicionada por fatores estruturais.

Com base em uma metodologia descritiva, baseada nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972), a partir de dados empíricos, buscamos explicar a alternância dos sufixos [x-inho] e [x-zinho] e as associações de variáveis linguísticas (base, tonicidade, extensão, classe e valor semântico) no emprego desses sufixos nas bases morfológicas dos diminutivos, assumindo que a alternância também é sensível a valores dialetais. Para isto, selecionamos uma amostra de fala do Nordeste pertencente ao Banco de Dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2017) com entrevistas sociolinguísticas de estudantes universitários.

O texto inicia com uma caracterização do conceito de diminutivo e da seleção dos sufixos [x-inho] e [x-zinho] a partir de estudos gramaticais normativos e descritivos. Logo após, descrevemos a possibilidade de alternância entre [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos no português brasileiro. Depois, explicamos o método escolhido para estratificação da amostra, do cotejamento das ocorrências dos diminutivos e do tratamento estatístico. Por fim, apresentamos os resultados e as discussões da análise.

Os sufixos [x-inho] e [x-zinho] e a formação do diminutivo na abordagem normativa

No século XVI, o emprego de [x-inho] e [x-zinho] nas gramáticas aparece como o principal mecanismo de formação de palavras e com poucas informações sobre a forma e o funcionamento na estrutura da língua (SANTANA, 2017). Neste período, no que tange ao conceito de diminutivo, Barros (1540, p. 304, grifo nosso) indica que “é aquele com alguma diminuição do nome principal de onde se derivou como: de homem, ‘*homenzinho*’; de mulher, ‘*mulherzinha*’”. Fernão de Oliveira (1536) considera que os diminutivos sofrem um processo de derivação, o que ele chama de “dições tiradas”, que são palavras derivadas, em oposição às “dições primeiras”, que são as palavras primitivas.

Freire (1842) descreve os diminutivos referindo-se à modificação sofrida pelos primitivos devido ao significado de diminuição. Porém, identifica contextos morfológicos em que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] admitem alternância entre os diminutivos, como “*peixinho/peixezinho*”, “*pobrinho/pobrezinho*”, mas, segundo o gramático, essa variação ocorre sem uma motivação aparente.

Até então, a descrição de [x-inho] e [x-zinho] para as motivações estruturais da escolha de um ou outro sufixo era consenso entre os gramáticos. Os sufixos eram considerados alomorfes, principalmente, em virtude das semelhanças flexionais que apresentavam esses sufixos (SAID ALI, 1964; CUNHA; 1971; ROCHA LIMA, 1972; CUNHA; CINTRA, 1985). Para os gramáticos, o processo de alomorfa considerava [x-inho] como o único formador. Se emergia o morfofonema /z/, era para satisfazer a formação estrutural das palavras (evitar-se o hiato, preservar a estrutura silábica de base e o acento marcador).

Na passagem entre o século XVII e o século XVIII, o emprego dos sufixos para os diminutivos tem uma forte modificação por dois motivos: i) outros significados começaram a ser reconhecidos nas gramáticas; (ii) e a identificação dos aspectos de outros sufixos diminutivos, além de [x-inho] e de [x-zinho], começaram a ser descritos na norma padrão (SANTANA, 2017). No que se refere ao uso e ao significado dos sufixos, Fonseca (1799, p. 25-26) descreve [x-inho] e [x-zinho] como sendo os mais comuns para terminar os substantivos e alguns sufixos como [x-ete] e [x-eta] tinham o significado de depreciação para com alguns substantivos, como também o sufixo [x-ino] para outros adjetivos como “*pequenino*” e “*tamanhinho*” tinham significado de apreciação.

A partir do século XIX, outros significados começam a surgir nas gramáticas (SANTANA, 2017). Cunha e Cintra (1985) descrevem o diminutivo como ideia de redução ou de diminuição, porém inserem o sentido da forma diminutiva carregada de “atenuação ou valorização afetiva”. Por sua vez, Rocha Lima (1992) apresenta duas espécies de diminutivos: com gradação dimensiva (indicando aumento ou diminuição de tamanho a determinado ser) e com gradação intensiva (aqui, somente para os adjetivos, apresentando intensidade maior ou menor para

determinada propriedade). Bechara (2009) apresenta os substantivos com uma significação diminuída, auxiliados por sufixos derivacionais, mas também apresenta diminutivos afetivos (BECHARA, 2009).

A partir do século XX, com a variação semântico-pragmática dos diminutivos, a questão da formação dos diminutivos nos sufixos [x-inho] e [x-zinho] ser dependente ou não começa a ser repensada. É somente com os estudos descritivos na Linguística que tanto [x-inho] e [x-zinho] são considerados formas diferentes, e essa questão tem como impacto o entendimento dos efeitos de frequência e distribuição entre os níveis linguísticos sobre os sufixos diminutivos.

Os sufixos [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos e os níveis linguísticos

Sobre a constituição de palavras com os sufixos diminutivos, não há consenso: há autores que defendem a ideia de que os sufixos são derivacionais (CÂMARA Jr., 1970); há outros que defendem um modelo de palavras fonológicas (LEE, 1992; 1995); ou surgem novos modelos para explicar a formação dos diminutivos, como a derivação por sufixação e a composição fonológica por sufixação (LEITE, 1974; BRAKEL, 1981; MENUZZI, 1993).

Independentemente das explicações teóricas, notamos que, no uso linguístico, a alternância e a distribuição desses sufixos, mesmo havendo uma configuração fonética e semântica semelhante, são diferentes: a escolha de um ou de outro sufixo atende a efeitos de distribuição e frequência a partir de propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas.

Do ponto de vista morfofonológico, a constituição de um léxico de palavras diminutivas considera como principal fator condicionador a tonicidade (acento marcador) nas bases morfológicas (BISOL, 1992; 2010, LEE, 1995; 1999; 2013). Lee (1995), em uma abordagem da Fonologia Lexical prosódica, entende que o léxico na língua apresenta dois estratos: nível 1 – os processos derivacionais e a flexão irregular - e o nível 2 – abarcando a formação mais produtiva (sufixos –inho e –zinho + advérbio (mente) + grau (-íssimo) e a flexão regular). Os sufixos dos diminutivos [x-inho] e [x-zinho] possuem comportamentos fonológicos e morfológicos bem diferentes de operações como derivação, flexão e composição, de modo que, à primeira vista, os diminutivos parecem alomorfes, no entanto, devido a não se apresentarem em distribuição complementar, são independentes (LEE, 1999; 2013).

Do ponto de vista morfossintático, a formação dos diminutivos nas formas [x-inho] e [x-zinho] não altera e nem determina a categoria sintática da base, da mesma forma que não altera e nem determina a estrutura argumental (VILLALVA, 2000; 2014). Os diminutivos são associados às diversas categorias (nomes, adjetivos, interjeições, verbos) no português do Brasil. Para isto, algumas características são elencadas para os sufixos no português:

- a. Mantêm a mesma categoria sintática de base
- b. Mantêm a estrutura argumental da base
- c. Mantêm as propriedades morfo-semânticas da base
- d. Modificam a interpretação semântica da base
- e. Ocorrem à direita dos sufixos derivacionais
- f. Precedem a flexão externa (VILLALVA, 2000, p. 301)

Do ponto de vista morfossemântico, as formações diminutivas, no português brasileiro, ocorrem em diferentes situações de uso, modificando-se a sua interpretação de sentido. Os sufixos podem veicular uma variedade de noções semânticas relacionados à base morfológica, constituindo diversos significados aos diminutivos. Alves (2006) propõe uma categorização em três tipos de sufixo [x-inho]: o primeiro tipo “inho1” continua sendo um primitivo com características prototípicas de diminutivo (aplicação de operador, categoria de base e função de modificação), não havendo entonação daquela prevista no marco da palavra; o segundo e o terceiro tipo (“inho2” e “inho3”) envolvem processos cognitivos diversos, nos quais perdem valor semântico prototípico e adquirem valor funcional durante o ato ilocutório.

Por isso, os sufixos [x-inho] e [x-zinho] são inclusos no rótulo de afixos modificadores (eles não são nem complemento nem especificador, pois não estão no núcleo), porque são “adjuntos que operam apenas semanticamente” (VILLALVA, 2014, p.88). Por isso, são chamados de sufixos avaliativos: a sua adjunção a uma base provoca uma modificação de caráter semântico, mas não afeta suas propriedades gramaticais. Entretanto, no campo da sociolinguística, principalmente com os estudos de produção e o método de pesquisa laboviano, a alternância de [x-inho] e [x-zinho] revela que há efeitos entre as variáveis morfológicas, fonéticas e sintáticas para a formação dos diminutivos, indicando que em um contexto mais próximo do vernáculo há interdependência entre os fatores linguísticos.

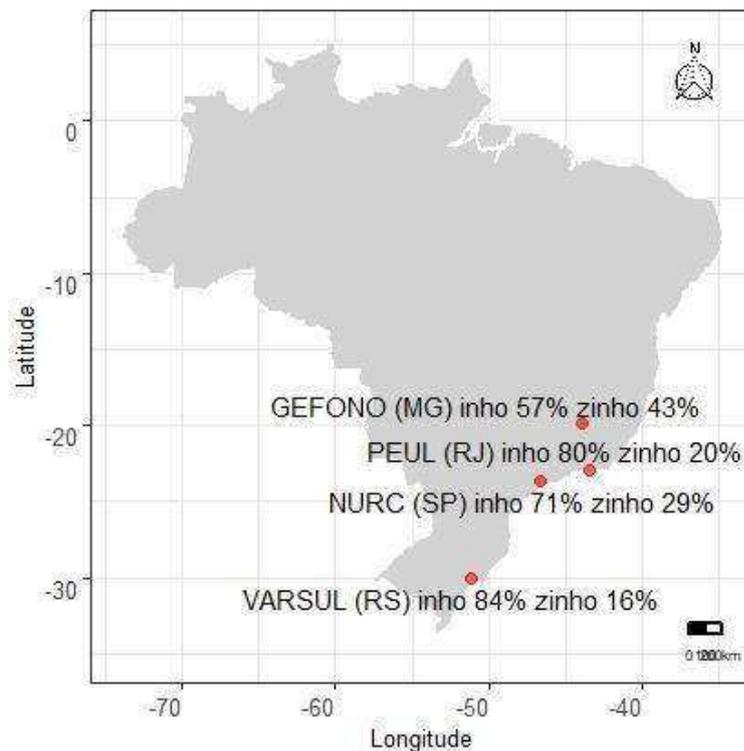
A alternância de [X-inho] e [X-zinho] nos diminutivos

Para demonstrar diferenças na distribuição de [x-inho] e [x-zinho]² em variedades do português brasileiro, sistematizamos os percentuais de distribuição (Fig. 01) observados em amostras de fala de diferentes regiões do Brasil. A distribuição dos percentuais refere às pesquisas com amostras de fala em diferentes regiões do Brasil: no Sul, nas cidades de Porto Alegre e em Curitiba, com dados do VARSUL (TEIXEIRA, 2008); no Sudeste, na cidade Rio de Janeiro, com dados do PEUL e D&G (BARBOSA; FREITAS, 2014); em São Paulo, na

2 O mapa a seguir foi criado utilizando o pacote *ggsn* (v. 0.5.0) [<https://github.com/oswaldosantos/ggsn>] na plataforma R (CORE TEAM, 2018). A construção para o mapa é feita com as coordenadas dos respectivos locais das pesquisas realizadas no sistema mais comumente utilizado, o WGS 84. As informações espaciais são compostas de no mínimo três colunas: latitude, longitude e identificação do ponto. Em seguida, acrescenta os dados referentes às porcentagens da distribuição da alternância de [x-inho] e [x-zinho].

capital, com dados do NURC (COSTA, 2002); e em Minas Gerais, nas cidades de Mariana e de Piranga, com Banco de Fala GEFONO (FELICE, 2015).

Figura 01: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] por regiões no Brasil



Fonte: Elaboração própria

Nas variáveis linguísticas, os diminutivos são associados aos contextos de nomes (substantivos + adjetivos), condicionados por fatores morfofonêmicos (tonicidade) e fatores morfossintáticos (número de sílaba de base e finalização da base). Nas variáveis sociais, gênero social (masculino e feminino) e idade são marcadores sociodialetais para o uso dos sufixos nos diminutivos, fato que não ocorre com a escolaridade: independentemente do grau de instrução das pessoas não há interferência na produção dos diminutivos (COSTA, 2002; TEIXEIRA, 2008; MENDES, 2012; SANTANA, 2017; CHAVES, 2006; FREITAS; BARBOSA, 2013; BARBOSA; FREITAS, 2014).

Em variedades do Sudeste, a acentuação da base morfológica exerce influência na distribuição das formações diminutivas: as construções de [x-zinho] aparecem em bases de acentuação oxítona (334/544) com 61,4%, ao invés de construções paroxítonas (208/544) com 38,2% e proparoxítonas (2/544) com 0,4%, ao passo que as formações de [x-inho] apresentam altos percentuais de base com acentuação paroxítona (2583/2658) com 97,17% ao invés das palavras proparoxítonas (73/2658) com 2,74%, e oxítonas (2/2658) com 0,075% (BARBOSA; FREITAS, 2014).

Em relação à classe gramatical, há maior formação de diminutivos com nomes do que com não nomes (SCHULTZ, 1997; BARBOSA; FREITAS, 2014). Nas variedades do Sul, as classes gramaticais mais associadas ao sufixo [x-zinho] são substantivos e adjetivos (126/708), ao invés de advérbios, pronomes e outras classes (1/97) (TEIXEIRA, 2008).

Em relação à última sílaba da base na formação dos diminutivos, há maior ocorrência de [x-inho] na última sílaba quando anexada à base derivacional, pois não possui vogal temática e a vogal final do vocábulo faz parte da base morfológica (TEIXEIRA, 2008), indicando que o ambiente mais favorável para o sufixo [x-inho] é com vocábulos de bases terminadas em vogal (2149/2227), com 96,5%, do que finalização com ditongo (54/2227), com 2,4%, e consoante (24/2227) com 1,1%. Há o predomínio do sufixo [x-zinho] com bases terminadas em consoantes (127/544), com 23,3%, ou ditongos (100/544), com 18,4%, ao invés de vogais (317/544) com 58,3%, que favorecem o emprego dos diminutivos com esse sufixo (BARBOSA; FREITAS, 2014).

Quanto ao número de sílabas da base, em variedades do Sudeste, o sufixo [x-inho] está associado a bases dissílabas (261/431) com 60,5%, e trissílabas (159/431) com 36,9% ao invés de polissílaba (11/431) com 2,6% e monossílabas (0/431) com 0%. Em contrapartida, o sufixo [x-zinho] apresenta maior distribuição em monossílabas (39/71) com 54,9%, no entanto, com diferenças nas dissílabas (26/71) com 36,6%, trissílabas (6/71) com 8,5% e polissílabas (0/71) com 0% (BARBOSA; FREITAS, 2014).

Os estudos descritivos apontam que a produção dos diminutivos com os sufixos [x-inho] e [x-zinho] está associado com sua base morfológica, sofrendo influência de fatores morfofonêmicos (tonicidade e finalização da base), morfossintáticos (extensão silábica) e morfossemânticos (função semântica). No entanto, observamos que há diferenças regionais nos resultados. Além disso, há ausência de estudos que considerem a alternância entre [x-inho] e [x-zinho] na região Nordeste. Por isso, assumimos que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] desempenham mais de uma função, configurando uma situação de variação semântico-pragmática, condicionada por fatores morfofonêmicos, morfossintáticos e morfossemânticos, mas que são sensíveis aos valores dialetais. Assim, ampliamos o escopo dos estudos descritivos da alternância entre [x-inho] e [x-zinho] no português brasileiro, ao investigar o comportamento do fenômeno em uma amostra de fala da região Nordeste.

Método

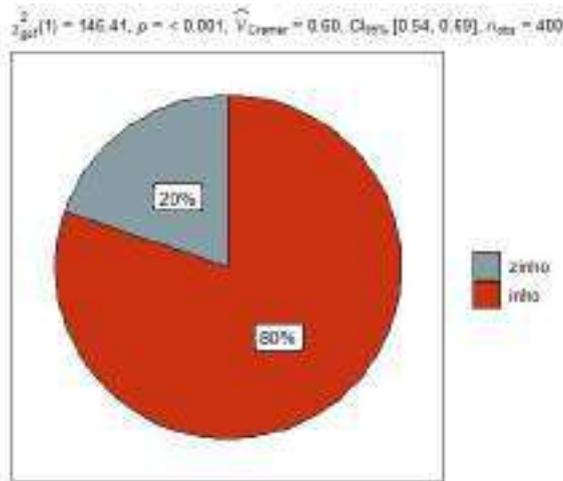
Para identificar as associações existentes entre os sufixos diminutivos [x-inho] e [x-zinho] com os condicionadores morfofonológicos, morfossintáticos e morfossemânticos, controlamos a frequência dos itens diminutivos com [x-inho] e [x-zinho] em uma amostra de 32 entrevistas sociolinguísticas com estudantes universitários estratificadas por sexo/gênero (homens e mulheres autoidentificados pelo gênero social) pertencentes ao Banco de Dados de Fala Falares Sergipanos (FREITAG, 2017)

O levantamento das ocorrências dos diminutivos com [x-inho] e [x-zinho] realizou-se pelo comando de busca no *software* Elan, versão 5.2 ELAN (HELLWING; GEERTS, 2013). Nas entrevistas, foram identificados 400 diminutivos os quais foram codificados quanto aos condicionadores base, tonicidade, extensão, classe e valor semântico.

Houve repetições de palavras para os seguintes nomes: *todinha* (2), *ursinho* (2), *ventinho* (2), *separadinho* (2), *Baixada Cachorrinha* (2), *baixinha* (2), *banquinho* (2), *baratinho* (2), *certinha* (2), *encaixadinho* (2), *escolinha* (2), *festinha* (2), *jeitinho* (2), *barraquinhas* (2), *ruazinha* (3), *salarinho* (3), *finalzinho* (3), *dinheirinho* (3), *direitinho* (3), *cidadezinha* (4), *feirinha* (4), *casinha* (5), *pracinha* (5), *exemplozinhos* (4), *carteirinha* (6), *carinha* (6), *mainha* (9), *alagoinhas* (8), *coisinha* (8), *pedacinho* (9), *certinho* (17), *barzinho* (19), *cursinho* (23), *pouquinho* (45). Na amostra, houve a realização de duas palavras com os dois sufixos: *besta* (*bestinha/bestazinha*) e *boa* (*boazinha/boinha*) para o mesmo item lexical.

Para verificar se a distribuição observada dos sufixos nos diminutivos é estatisticamente diferente do esperado, realizamos o teste de *qui-quadrado* de *Pearson* (χ^2).

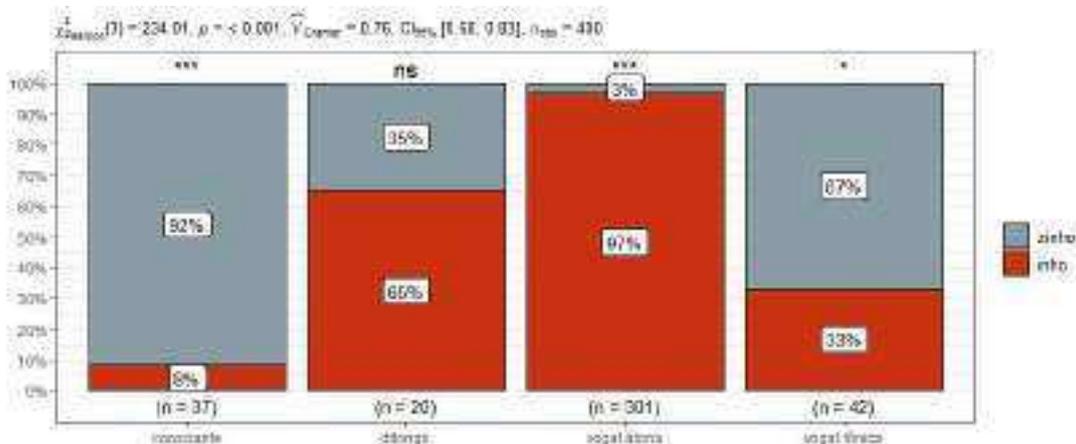
Gráfico 1: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos



Fonte: Elaboração própria (2020)

No Gráfico 1, observamos que o uso é maior de diminutivos com [x-inho] (80%, n= 321) do que com [x-zinho] (20%, n= 79) e essa diferença mostrou ser estatisticamente significativa ($\chi^2 = 146.41(1)$, $p < 0.001$), mas com associação entre as variáveis mediana ($V_2 = 0.60$). Essa distribuição sugere que [xinho] e [x-zinho] possuem comportamentos fonológicos e morfológicos diferenciados. Para demonstrar o cruzamento dos níveis, buscamos verificar a distribuição da variável dependente [x-inho] e [x-zinho] e sua associação entre os níveis das variáveis independentes (base, tonicidade, extensão, classe e valor).

Gráfico 2: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos quanto à base morfológica



Fonte: Elaboração própria (2020)

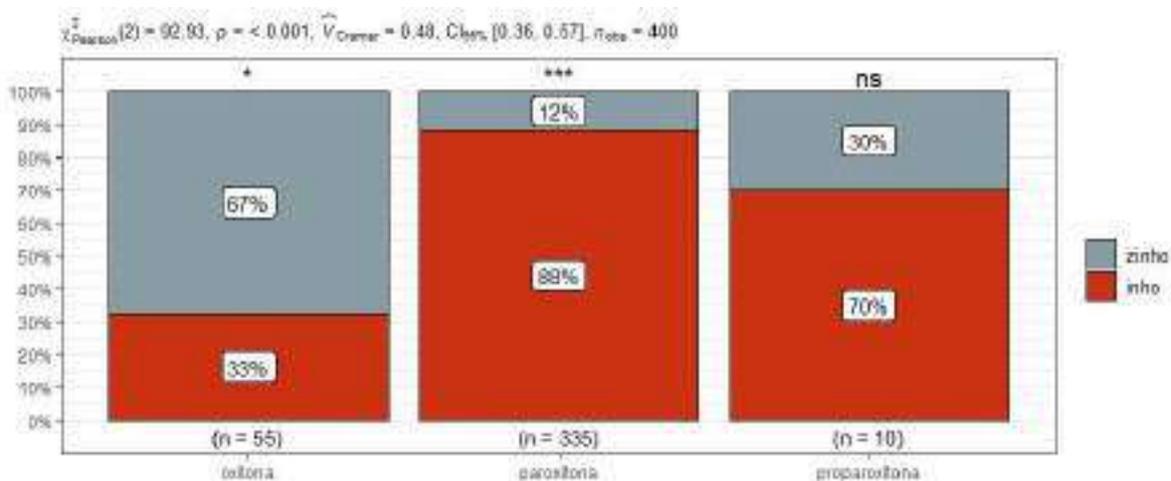
No Gráfico 2, apresentamos a distribuição dos sufixos em relação à base morfológica dos diminutivos. A distribuição de [x-inho] é maior nos diminutivos com vogal átona (97%, n=301), seguido de ditongos (65%, n=20), ao passo que as formações com [x-zinho] são mais recorrentes com consoantes (92%, n=37) e vogal tônica (67%, n=42). Essa diferença entre os grupos foi significativa estatisticamente ($\chi^2(3) = 234.01, p < 0.001$), com associação forte ($V=0.76$).

No que tange à base morfológica, verificamos que houve os casos que confirmaram a regra geral de aplicação de [x-inho] e de [x-zinho], mas também aqueles que foram discordantes com a tendência mais geral nos estudos Sul e Sudeste. Essa variação nos contextos referentes às regras fonológicas e morfossintáticas talvez apareceu na amostra pelo fato de a literatura fonológica/morfológica não se basear em dados empíricos, o que pode levá-la a não prever os casos discordantes (LEE, 1992; 1999; VILLALVA, 2000; 2014). Com isso, identificamos que a aplicação dos sufixos diminutivos seja sensível a valores dialetais (COSTA, 2002; TEIXEIRA, 2008; FREITAS; BARBOSA, 2013; BARBOSA; FREITAS, 2014):

- Se termina com vogal átona, a escolha predominante foi [x-inho]: *corpinho, pracinha*. Mas, houve 3% com alternância de [x-zinho]: *carameladozinho, curtaquinho*
- Se termina com vogal tônica, a maior probabilidade foi [x-zinho]: *pezinho, bonequinho*. Mas, houve 33% com alternância para [x-inho]: *xodinho, araçainho, bisturinho*
- Se termina em ditongo, a escolha predominante foi [x-inho]: *mainha, painho*. Mas, houve 35% com alternância para [x-zinho]: *paixãozinha, noçãozinha*.
- Se termina com consoante, o emprego pode ser com [x-zinho]: *solzinho, barzinho, lugarzinho, florzinha, cruelzinho*. Mas, para as consoantes –s ou –z, houve 8% em que o emprego foi [x-inho], indicando contextos de neutralização: *lapisinho, cartazinho, cuscuzinho*.

Ao identificar a distribuição regular, constatamos que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] não alteram a categoria por causa da inalteração da base morfológica. O sufixo [x-inho] não se liga a uma palavra, mas sim ao radical e, por sua vez, o sufixo [x-zinho] liga-se a uma base já dotada de marcador e flexionada (MORENO, 1997).

Gráfico 3: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos quanto à tonicidade

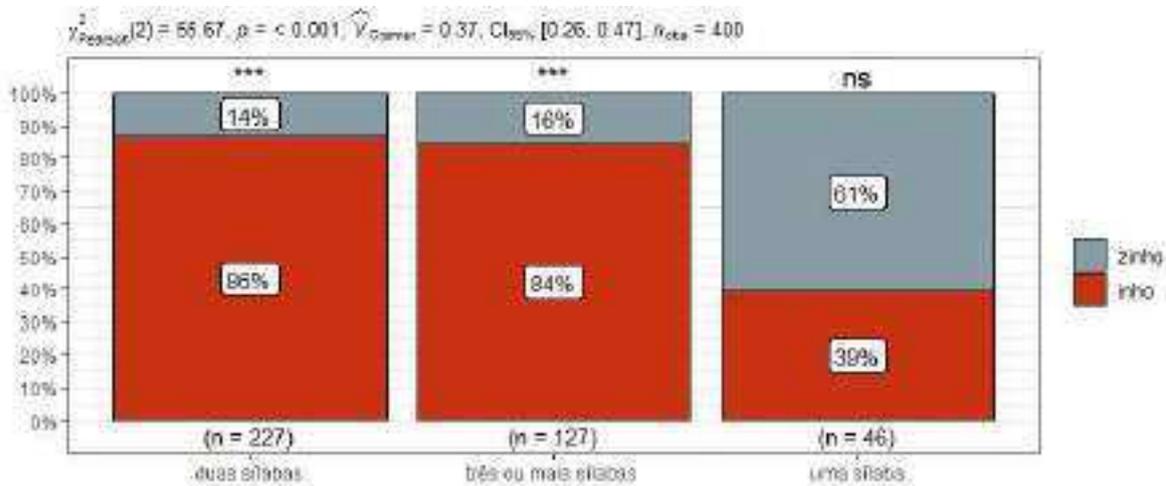


Fonte: Elaboração própria (2020)

No Gráfico 3, a distribuição de [x-inho] e de [x-zinho] apresenta a associação com a tonicidade e observamos que a distribuição de [x-inho] é maior nos contextos de paroxítona (88%, n=335) e proparoxítonas (70%, n=10), ao passo que as formações com [x-zinho] são mais maiores nas oxítonas (67%, n=55). Essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(2) = 92.93, p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.48$).

Ao observar os usos dos sufixos [x-inho] e [x-zinho], identificamos que a distribuição referente à tonicidade desses sufixos favorece para um contexto de variação morfofonológica, independentemente da posição da sílaba tônica. Logo, nesta amostra, parece que a alternância entre os sufixos está condicionada ao padrão acentual da língua, como aponta Teixeira (2008, p. 18) “Os sufixos [x-inho] e [x-zinho] têm um contexto de aplicação condicionado fonologicamente pelo padrão acentual da língua” (TEIXEIRA, 2008, p. 18)”. Ou seja, existe uma redução vocálica para [x-inho] enquanto há um alongamento da vogal tônica com [x-inho].

Gráfico 4: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos quanto à extensão da sílaba



Fonte: Elaboração própria (2020)

Quanto à extensão da sílaba, no Gráfico 4, observamos que a distribuição de [x-inho] é maior nos diminutivos com duas sílabas (86%, n=227), seguido de três ou mais sílabas (84%, n=127), enquanto as formações com [x-zinho] são mais recorrentes diminutivos com única sílaba (61%, n=46). Essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(2) = 55.67, p = 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.37$).

De modo geral, temos o predomínio do sufixo [x-inho] para bases dissílabas, trissílabas e polissílabas, enquanto o sufixo [-zinho] predomina em bases monossílabas. Entretanto, é necessário um modelo estatístico mais refinado para observar se há de fato interdependência entre as variáveis extensão do número de sílabas, de tonicidade e de base.

Quanto à alternância de [x-inho] e de [x-zinho], um modelo de regressão generalizado linear, Tabela 1, foi construído para verificar os efeitos dos contextos independentes (base, tonicidade e extensão) na variável dependente ([x-inho] e [x-zinho]). O modelo incluiu essas variáveis para identificar se o efeito era em conjunto ou não (fórmula: sufixo ~ base + tonicidade + extensão + classe + valor).

Tabela 1: Modelo de regressão generalizado linear da alternância de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos

vd			
<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	142.26	14.77 – 1972.91	<0.001
tonicidade [paroxítona]	0.05	0.01 – 0.39	0.006
tonicidade[proparoxítona]	0.81	0.02 – 20.98	0.898
base [ditongo]	0.03	0.00 – 0.13	<0.001
base [vogal átona]	0.00	0.00 – 0.01	<0.001
base [vogal tônica]	0.19	0.04 – 0.72	0.023
extensao [três ou maissílabas]	1.61	0.59 – 4.49	0.350
extensao [uma sílaba]	0.06	0.01 – 0.14	<0.014
Observations	400		
R ² Tjur	0.630		

Fonte: Elaboração própria (2020)

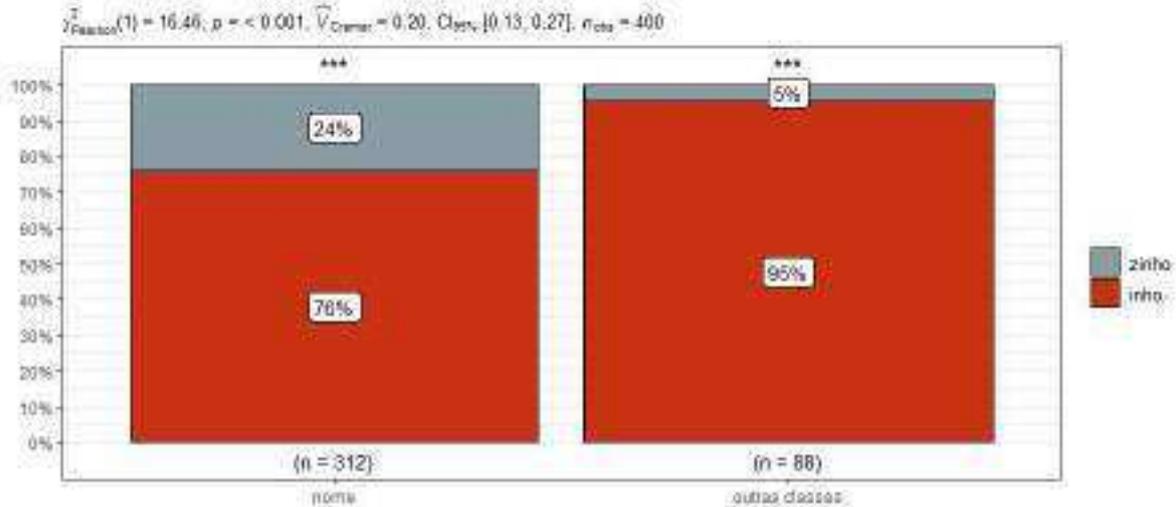
O modelo GLM com todas as variáveis apresentou significância estatística ($\beta = -5,32$, $z = 4.46$, $p > 0.001$) e o poder explanatório é substancial (Tjur's $R^2 = 0.630$). O valor do intercepto corresponde a sufixo = zinho, tonicidade = oxítona, base = consoante, extensão = duas sílabas e classe = nome. Os efeitos que obtiveram maior interferência na variável foram base e tonicidade: o efeito da base para o sufixo [x-inho] é positiva e baixo para bases de ditongos (0.03, $p > 0.001$) e átonas (0.00, $p > 0.001$), já para base tônica é positiva e alta (0.19, $p > 0.023$), ou seja, maior razão de chances de aparecer [x-inho] em bases vocálicas (*amiguinho, pouquinho, cadeirinha*) do que [x-zinho] (*barzinho, solzinho, corredorzinho*).

O efeito da tonicidade para [x-inho] foi positivo para paroxítonas (0.05, $p > 0.006$), ou seja, há maior razão de chances de os falantes empregarem [x-inho] em ambientes postônicos (*criancinha, curtinha, baixinho*) do que pretônicos (*finalzinho, legalzinho*) ou tônicos (*barzinhos*). As vogais postônicas e ditongadas promovem uma descaracterização na estrutura da palavra no último segmento (carro – *carrinho*), diferentemente do que ocorre em vogais pretônicas e tônicas (pé – *pezinho* / décimo - *decimozinho*), tornando difícil a construção de [x-inho] em bases oxítonas.

Nessa amostra de fala universitária sergipana, observamos que o emprego de palavras que terminam com vogal favorece [x-inho], exceto no caso de proparoxítonas, isso indica que a base morfológica e a tonicidade não são independentes entre si, como apontado pelos estudos descritivos do Sul e Sudeste (COSTA, 2002; TEIXEIRA, 2008; FREITAS; BARBOSA, 2013; BARBOSA; FREITAS, 2014). Talvez, esse resultado configure que a alternância de [x-inho] e [x-zinho] na formação dos diminutivos seja mais sensível à questão de valores dialetais, considerando que a amostra é referente ao Nordeste.

O efeito da extensão para [x-zinho] foi positivo para ambientes de uma sílaba (0.06, $p > 0.014$), ou seja, maior razão de chances de empregar [x-zinho] em monossílabos do que [x-inho], como nas palavras *barzinho* e *chazinho*; mas não podemos considerar categoricamente que haja interdependência entre número de sílabas e tonicidade, pois na amostra existe sobreposição entre monossílabos e oxítonos.

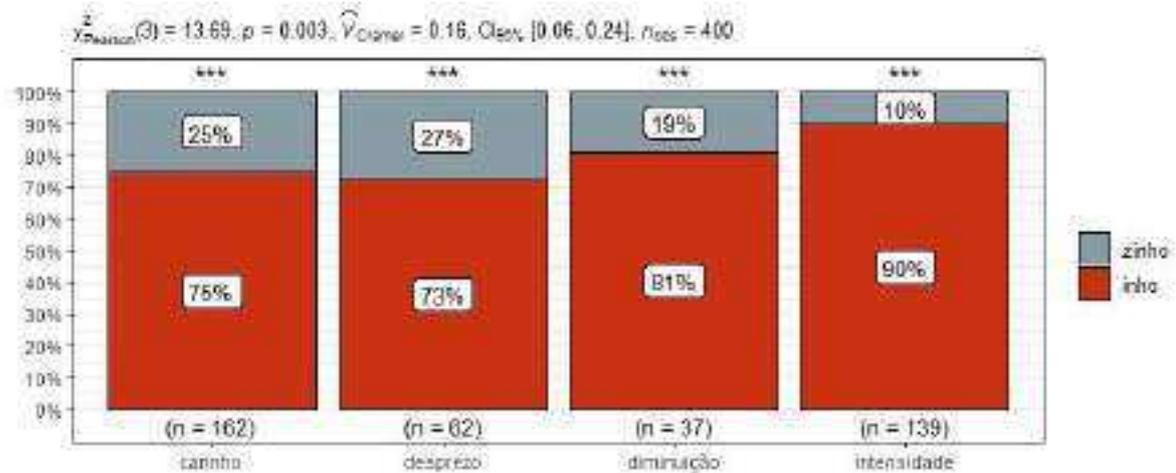
Gráfico 5: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos quanto à classe gramatical



Fonte: Elaboração própria (2020)

Considerando a distribuição de [x-inho] e de [x-zinho] e sua associação à classe gramatical, no Gráfico 5, notamos que a distribuição de [x-inho] é maior tanto nos nomes (76%, n=312) como em outras classes (95%, n=88), enquanto [x-zinho] tem as menores frequências na classe dos nomes (24%, n=312) e nas outras classes (5%, n=88). Essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(1) = 16.46, p = 0.001$), com associação fraca ($V_2 = 0.20$). Esses resultados convergem com o de outros estudos de alternância entre [x-inho] e [x-zinho]: há maior formação de [x-inho] e de [x-zinho] nos nomes ao invés de outras classes no português brasileiro (SCHULTZ, 1997; TEIXEIRA, 2008).

Gráfico 6: Distribuição de [x-inho] e [x-zinho] nos diminutivos quanto ao valor semântico



Fonte: Elaboração própria (2020)

Por fim, quanto à distribuição de [x-inho] e de [x-zinho] e sua associação com os valores semânticos dos diminutivos, no Gráfico 6, notamos que a distribuição de [x-inho] é maior em todos os valores semânticos atribuídos aos diminutivos do que o sufixo [x-zinho]. A distribuição de [x-inho] nos diminutivos segue a seguinte ordem dos valores: intensidade (90%, n= 139), diminuição (81%, n=37), carinho (75%, n=162) e desprezo (73%, n= 62). Essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(3) = 13.69, p = 0.003$), com associação fraca ($V_2 = 0.16$).

Na amostra analisada, o maior número de ocorrências não aconteceu com significado de dimensão diminuída, mas sim com outros significados associados à ideia de emotividade ou afetividade. Na amostra analisada, existe uma maior frequência de [x-zinho] para as ideias de carinho e desprezo, e de [x-inho] para intensidade. Logo, podemos considerar que esses sufixos funcionam como modalizadores avaliativos nessas funções (CHAVES, 2006). Tais funções indicam a diversidade de significados associados aos diminutivos, indicando que os sufixos [x-inho] e [x-zinho] tornam-se elementos modalizadores nos contextos de fala real (CHAVES, 2006).

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo apresentar resultados da alternância dos sufixos [x-inho] e [x-zinho] partindo das associações entre a escolha de um ou outro sufixo e a associação dos fatores linguísticos que condicionam a distribuição dos sufixos. O sufixo [-inho] não é o único sufixo formador de diminutivo e o segmento [z] de [-zinho] não emerge apenas para satisfazer as condições de formação estrutural (evita o hiato, preserva a estrutura silábica da base e preserva o acento marcador).

Os resultados da análise reforçam as abordagens que tratam de sufixos diferentes: a distribuição e a alternância dos sufixos [x-inho] e [x-zinho] sugerem a existência de dois sufixos diferentes no português brasileiro, identificando que há uma interação entre os níveis linguísticos (morfofonológico, morfossintático e morfossemântico). A seleção de um ou outro sufixo é condicionada aos fatores de natureza estrutural, principalmente a base morfológica e a tonicidade do diminutivo, contribuindo para que haja uma variação semântico-pragmática mais sensível a valores dialetais, entre as variedades do Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. O diminutivo no português do Brasil: funcionalidade e tipologia. *Estudos Linguísticos*, vol. 25, n. 1, p. 694-701, 2006.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BARRETTO, I. F. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Iam de Costa, 1671. Disponível em: <http://purl.pt/18/4/>. Acesso: 12 de mai de 2020.
- BARBOSA, J. S. *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Geral de Ciências de Lisboa, 1822.
- BARBOSA, M. F. M.; FREITAS, M. A. de. A distribuição e o uso dos diminutivos –inho e –zinho no português brasileiro: uma abordagem pela fonologia de uso. *DLCV*, João Pessoa, vol. 11, n. 1. 2014.

- BARROS, J. de. *Grammatica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1540.
- BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. e. d. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BISOL, L. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 23, p. 83-101, 1992.
- BISOL, L. O diminutivo e suas demandas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, vol.26, n.1, p.59-83, 2010.
- BRAKEL, A. Boundaries in a Morphological Grammar of Portuguese. *Word*, Cambridge, vol. 32, p. 193-212, 1981.
- BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between form and meaning*. Amsterdam: Bejamins, 1985.
- CAMARA Jr, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CÂMARA Jr. J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 8. e. d. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CARVALHO, M. C. G. *Sistematização funcional dos sufixos avaliativos no português do Brasil*. 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CHAVES, A. L. A. *O sufixo –inho nas entrevistas do VALPB – uma análise semântico-discursiva*. 2006. 78f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2006.
- COSTA, I. B. Processos morfofonológicos na morfologia derivacional. In: ILARI, R (org.). *Gramática do português falado*. 4. e.d. Campinas: Unicamp. 2002.
- CUNHA, C. F. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FELICE, L. S. *Um estudo variacionista de z(inho) na cidade de Uberlândia*. 2011. 172f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2011.
- FONSECA, P. J. *Rudimentos da grammatica portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

- FREIRE, J. F. *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Geral de Ciências de Lisboa, 1842.
- FREITAG, R. M. K. *Documentação Sociolinguística, coleta de dados e ética em pesquisa*. São Cristóvão: EdUFS, 2017.
- FREITAS, M. A.; BARBOSA, M. F. M. A alternância do diminutivo –inho/-zinho no português brasileiro: um enfoque variacionista. *Alfa*, São Paulo, vol. 57, n. 2, p. 577-605, 2013.
- HALLE, C. J. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, vol. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.
- HELLWING, B.; GEERTS, J. *ELAN* – Linguist Annotator, 2013. Disponível em: <https://archive.mpi.nl/tla/elan>. Acesso em: 22 de maio de 2020.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEE, S. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português*. 1995. 201f. Tese (Doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1995.
- LEE, S. H. Sobre a formação de diminutivo do português brasileiro. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, vol. 8, n.1, p. 113-124, 1999.
- LEE, S. H. Interface fonologia-morfologia: diminutivos no PB. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. especial, 2013.
- LEITE, Y. *Portuguese Stress and Related Rules*. 1974. 304f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Texas, Austin, Texas, 1974.
- MENDES, R. B. Diminutivos como Marcadores de Sexo/Gênero. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, p. 113-124, 2012.
- MENUZZI, S. *On The Prosody of the Diminutive Alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese*. Ms. HIL/University of Leiden, 1993.
- MORENO, C. *Os diminutivos em -inho e -zinho e a delimitação do vocábulo nominal em português*. 1997. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1997.
- OLIVEIRA, F de. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1536.
- PATIL, I.; POWELL, C. *Ggstatsplot: “ggplot2”*, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339435483_ggstatsplot_ggplot2_Based_Plots_with_Statistical_Details. Acesso em: 21 abr. 2020.

R DEVELOPMENT CORE TEAM. *A language and environment for statistical computing*, 2019. Disponível em: <http://www.R-project.org/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIBEIRO, J. *Grammatica portuguesa*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32 e.d. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964

SANTANA, M. dos S. *O sufixo diminutivo em português: forma, funcionamento e significação – do século XIII ao XX*. 910f. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCHULZ, E. L. *O diminutivo na fala de homens e mulheres em Porto Alegre e São Borja*. 1997. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1997.

SOARES BARBOSA, J. *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*. 6. e.d. Lisboa: Typographia da Academia geral de Ciências de Lisboa, 1975.

TEIXEIRA, T. W. *A forma e o uso dos sufixos –inho e –zinho em variedades do sul do Brasil*. 2008. 95f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008.

VILLALVA, A. *Estruturas Morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VILLALVA, A. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português*. Petrópolis: Vozes, 2014.



OS PADRÕES SUFIXAIS LATINOS [X_{Ni}-ĪTĪA]_{Sj} E [X_{Ni}-ĪTĪĒS]_{Sj} E OS DESENVOLVIMENTOS [X_{Ai}-IÇA]_{Sj}, [X_i-ICE]_{Sj}, [X_i-EZ]_{Sj} E [X_{Ai}-EZA]_{Sj} NO PORTUGUÊS ARCAICO (SÉCULOS XIII-XVI): UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL

THE LATIN [X_{Ni}-ĪTĪA]_{Sj} AND [X_{Ni}-ĪTĪĒS]_{Sj} SUFFIX PATTERNS AND THE DEVELOPMENTS [X_{Ai}-IÇA]_{Sj}, [X_i-ICE]_{Sj}, [X_i-EZ]_{Sj}, AND [X_{Ai}-EZA]_{Sj} IN ARCHAIC PORTUGUESE: A CONSTRUCTIONAL APPROACH

Natival Almeida Simões Neto¹

RESUMO

Propõe-se, neste artigo, uma análise histórico-diacrônica que parte dos derivados sufixais latinos X_{Ni}-ĭtia (*avārĭtĭa* ‘avareza’; *justĭtĭa* ‘justiça’; *laetĭtĭa* ‘alegria’, *tristĭtĭa* ‘tristeza’, *nigrĭtĭa* ‘negrume, escuridão’; *pigrĭtĭa* ‘preguiça’) e X_{Ni}-ĭtĭēs (*magnĭtĭēs* ‘magnitude, grandeza’; *calvĭtĭēs* ‘calvície’; *tardĭtĭēs* ‘lentidão’; *vanĭtĭēs* ‘ vaidade, frivolidade’), em direção às formas evoluídas X_{Ai}-iça (*justiça*; *lediça*), X_i-ez (*meninez*; *graãdez*; *sandez*), X_i-ice (*ligeirice*; *velhice*; *meninice*; *arteryricice*; *beuedice*) e X_{Ai}-eza (*anchezas*; *avareza*; *blandeza*; *braveza*; *chãeza*; *fraqueza*; *gentileza*; *naturaleza*; *simpleza*; *sotileza*; *stranheza*; *tristeza*; *vileza*), no português arcaico. Os dados do latim são oriundos do dicionário latim-francês, de Gaffiot (2016 [1934]), e os do português arcaico advêm dos trabalhos de Soledade (2001, 2005), que investigou a sufixação nominal portuguesa, entre os séculos XIII e XVI. Quanto ao aporte teórico-descritivo, serão usados os postulados da Morfologia Construcional, como feita por Booij (2010, 2017, 2020), Gonçalves e Almeida (2014), Gonçalves (2016b), Simões Neto (2017, 2019), Soledade (2013, 2018, 2019) e Tavares da Silva (2019).

Palavras-chave: Português arcaico; Latim; Morfologia derivacional; Morfologia construcional; Morfologia histórica.

ABSTRACT

We propose, in this article, a diachronic-historical analysis that starts from the Latin suffix derivatives X_{Ni}-ĭtia (*avārĭtĭa* ‘greed’; *justĭtĭa* ‘justice’; *laetĭtĭa* ‘joy’, *tristĭtĭa* ‘sadness’, *nigrĭtĭa* ‘blackness, darkness’; *pigrĭtĭa* ‘laziness’) and X_{Ni}-ĭtĭēs (*magnĭtĭēs* ‘magnitude, greatness’; *calvĭtĭēs* ‘baldness’; *tardĭtĭēs* ‘slowness’; *vanĭtĭēs* ‘vanity, frivolity’) and moves on to the evolved forms X_{Ai}-iça (*justiça*; *lediça*), X_i-ez (*meninez*; *graãdez*; *sandez*), X_i-ice (*ligeirice*; *velhice*; *meninice*; *arteryricice*; *beuedice*) and X_{Ai}-eza (*anchezas*; *avareza*; *blandeza*; *braveza*; *chãeza*; *fraqueza*; *gentileza*; *naturaleza*; *simpleza*; *sotileza*; *stranheza*; *tristeza*; *vileza*) in Archaic Portuguese. The Latin data comes from Gaffiot’s Latin-French dictionary (2016 [1934]), while those from Archaic Portuguese come from the works of Soledade (2001, 2005), who investigated Portuguese nominal suffixation from between the 13th and 16th centuries. As for the theoretical-descriptive background in this article, we count on the postulates of Construction Morphology, as it has been developed by Booij (2010, 2017, 2020), Gonçalves & Almeida (2014), Gonçalves (2016b), Simões Neto (2017, 2019), Soledade (2013, 2018, 2019), and Tavares da Silva (2019).

Keywords: Archaic Portuguese; Latin; Derivational Morphology; Construction Morphology; Historical Morphology.

¹ Professor substituto na Universidade Estadual de Feira de Santana e na Universidade Federal da Bahia. Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nativalneto@gmail.com.

Palavras iniciais

Este artigo se orienta teoricamente pela Morfologia Construcional, à maneira trabalhada por Booij (2010, 2017, 2020), Gonçalves e Almeida (2014), Gonçalves (2016b), Simões Neto (2017, 2019), Soledade (2013, 2018, 2019) e Tavares da Silva (2019), e analisa, do ponto de vista histórico, os esquemas construcionais que compatibilizam *inputs* adjetivos, como *justo*, *tolo*, *fraco* e *sensato*, com os sufixos *-iça*, *-ice*, *-eza* e *-ez*, para a formação de substantivos abstratos, como *justiça*, *tolice*, *fraqueza* e *sensatez*. Os derivados instanciados por esses esquemas têm significados relacionados a sentimentos, comportamentos, estados, qualidades e atitudes.

O ponto de partida deste trabalho é a análise de dados do latim clássico, variedade usada pelos escritores canônicos da literatura latina das chamadas Era de Ouro (I a.C. até I d.C.) e da Era de Prata (séculos I e II d.C.). Sobre os dados do latim clássico, foram analisadas palavras derivadas com os sufixos *-iŕia* e *-iŕiēs*, encontradas no dicionário latim-francês, de Gaffiot (2016 [1934]).

Em seguida, saindo do latim e em direção à língua portuguesa, o trabalho envereda pela análise das realizações atestadas no português arcaico (PA), período que, segundo Mattos e Silva (2008), começa no século XII, quando se atesta o primeiro registro escrito em língua portuguesa, e se estende até meados do século XVI, em momento anterior às primeiras reflexões metalinguísticas, que se dão por meio da publicação das primeiras gramáticas e dicionários. No português, aparecem, como desenvolvimentos dos sufixos latinos *-iŕia* e *-iŕiēs*, os sufixos portugueses *-iça*, *-ez*, *-eza*, *-ice*, *-ícia* e *-ície*, quase todos encontráveis desde o período arcaico, como se pode ver nos trabalhos de Juliana Soledade (2001, 2005), que estudou a sufixação nominal na primeira (séculos XIII e XIV)² e na segunda fase (séculos XV e XVI) do PA. Os dados referentes a esse estágio da língua portuguesa são oriundos dos trabalhos dessa autora.

Esclarecidos os objetivos visados por este trabalho, após as considerações iniciais, o artigo apresenta: (i) a primeira seção, com informações sobre a Morfologia Construcional, base teórico-descritiva da pesquisa; (ii) a segunda seção, com uma revisão sobre o que já foi comentado sobre os sufixos latinos *-iŕia* e *-iŕiēs*; (iii) a terceira seção, com os procedimentos metodológicos e a análise construcional dos dados do latim; (iv) a quarta seção, divididas em subseções, mesclando o que já foi dito dos sufixos portugueses *-iça*, *-ez*, *-eza*, *-ice* com a análise deste trabalho; (v) as considerações finais; (vi) as referências.

Breves palavras sobre construções e Morfologia Construcional

A Morfologia Construcional (MC) é um modelo de descrição morfológica que vem sendo proposto por Geert Booij, desde 2005, e que se tornou mais conhecido com a publicação do livro *Construction Morphology* (BOOIJ, 2010). No Brasil, as equipes das universidades

2 A primeira fase do PA abrange o estágio também conhecido como galego-português.

UFRJ e UFBA, lideradas respectivamente pelos professores-pesquisadores Carlos Alexandre Gonçalves e Juliana Soledade, vêm se destacando na divulgação desse modelo, aplicando-o a variados fenômenos da morfologia do português, seja em perspectiva sincrônica, seja em perspectiva diacrônica.

A MC se insere no âmbito das abordagens construcionistas, como a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006). Essa, por sua vez, está inscrita no arquipélago teórico da Linguística Cognitiva (LC). Dada a inserção da MC no paradigma da LC, destaca-se, no enfoque da MC, a exploração dos aspectos semânticos atinentes à formação de palavras, tais como a polissemia, as relações de herança, os *links* metafóricos e metonímicos, entre outros.

A descrição morfológica no paradigma da MC é feita por meio de esquemas, “que representam generalizações sobre conjuntos de palavras existentes, permitindo, por analogia, a criação e a recepção de novos itens lexicais” (SOLEDADE, 2013, p. 84). Um esquema morfológico, na perspectiva construcional, deve delimitar três propriedades fundamentais. A primeira diz respeito à especificação das propriedades formais das palavras complexas motivadas por esses esquemas. A segunda é a especificação obrigatória da categoria lexical dos produtos, enquanto a categoria lexical das bases pode ser descartada, em alguns contextos. Por último, a terceira propriedade é a explicitação do conteúdo semântico de nível básico, que estrutura a rede de esquemas e subesquemas. Veja-se, a seguir, em (1), um esquema de sufixação para as formações XVI-*dor* agentivas do português (*vendedor, varredor, entregador, cobrador, administrador, falador, pegador, bebedor, comedor*):

$$(1) \quad \langle [X_{vi}-dor]_{Sj} \leftrightarrow [AGENTE \text{ envolvido em } SEM_{vi}]_j \rangle$$

No esquema em (1), estão especificadas: (a) a forma fonológica recorrente *-dor*, que deverá aparecer nas palavras instanciadas; (b) as categorias lexicais das bases/*inputs* (verbos) e dos produtos/*outputs* (substantivos); (c) a informação semântica (AGENTE). É essa a maneira de a MC descrever as propriedades dos esquemas: uma formalização de aspectos fonológicos, morfológicos e semânticos relacionados aos processos genolexicais.

Os sufixos latinos *-it̃ia* e *-it̃ies*: o que já foi dito?

A descrição sistemática dos processos de formação de palavras em língua latina é uma lacuna nos estudos empreendidos por latinistas e romanistas. Algumas poucas obras se dedicaram a esses aspectos, dentre as quais, estão: (a) *Latin suffixes* (1858), de John White; (b) *Gramática do latim vulgar* (1959), de Theodoro Henrique Maurer Jr.; (c) *Introducción al latín vulgar* (1968), de Veikko Väänänen. A primeira obra se baseia em realizações encontradas em textos do latim clássico, ao passo que a segunda e a terceira se voltam ao latim vulgar.

White (1858), em obra fundamental sobre a sufixação na língua latina, explica que os substantivos formados com os sufixos *-it̃ia*, *-ae*, como em *avarit̃ia* ‘avareza’, e *-it̃ies*, *-ēi*, como em *tristit̃ies* ‘tristeza’, costumavam denotar estado ou qualidade relativa ao adjetivo que serve de base para a derivação. No Quadro 1, é feita uma tradução adaptada da sistematização de realizações do latim clássico, feita por White (1858).

Quadro 1: Sufixos *-tīa*, *-tīa* e *-tīes* no latim clássico

Variante sufixal	Palavra primitiva	Palavra derivada
<i>-tīa</i> , <i>-ae</i>	<i>āvārus</i> ‘avaro, avarento’	<i>avāritīa</i> ‘avareza’
	<i>cānus</i> ‘branco, grisalho, velho’	<i>cānitīa</i> ‘brancura, canície, velhice’
	<i>justus</i> ‘justo’	<i>justitīa</i> ‘justiça’
	<i>laetus</i> ‘alegre’	<i>laetitīa</i> ‘alegria’
	<i>maestus</i> ‘triste’	<i>maestitīa</i> ‘tristeza’
	<i>mālus</i> ‘mau’	<i>mālitīa</i> ‘maldade, malícia’
	<i>plānus</i> ‘plano’	<i>plānitīa</i> ‘planeza, uniformidade’
	<i>pūdīcus</i> ‘modesto’	<i>pūdīcītīa</i> ‘modéstia’
	<i>mollis</i> ‘leve’	<i>mollitīa</i> ‘leveza’
	<i>tristis</i> ‘triste’	<i>tristitīa</i> ‘tristeza’
	<i>niger</i> ‘negro, escuro’	<i>nigrītīa</i> ‘negrume, escuridão’
	<i>piger</i> ‘lento, preguiçoso’	<i>pigrītīa</i> ‘lentidão, preguiça’
	<i>āmīcus</i> ‘amigo’	<i>āmīcītīa</i> ‘amizade’
	<i>puer</i> ‘menino, criança’	<i>puerītīa</i> ‘infância’
<i>-tīes</i> , <i>-ei</i>	<i>āvārus</i> ‘avaro, avarento’	<i>avāritīes</i> ‘avareza’
	<i>cānus</i> ‘branco, grisalho, velho’	<i>cānitīes</i> ‘brancura, canície, velhice’
	<i>plānus</i> ‘plano’	<i>plānitīes</i> ‘planeza, uniformidade’
	<i>tristis</i> ‘triste’	<i>tristitīes</i> ‘tristeza’
	<i>piger</i> ‘lento, preguiçoso’	<i>pigrītīes</i> ‘lentidão, preguiça’

Fonte: Elaboração própria, com base em White (1858, p. 107-108).

Observa-se, no Quadro 1, referente a dados do latim clássico, que o sufixo *-tīa* gozou de maior produtividade, e todas as palavras registradas com *-tīes* apresentaram formas correspondentes com *-tīa*. Essas questões podem estar relacionadas ao fato de que *-tīes* formava substantivos da quinta declinação, uma das menores em quantidade de palavras, ao passo que *-tīa* formava substantivos da primeira declinação, uma das maiores em número de vocábulos. Em meio a esse contraste, não é de se surpreender que uma declinação maior em número de palavras fosse mais aberta a receber novos itens lexicais que outra, considerada menos produtiva.

No latim vulgar, como explicam Tarallo (1990) e Mattos e Silva (2006), as palavras da quinta declinação, do latim clássico, passaram, na maioria dos casos, a integrar a primeira declinação, como *dies*, *-ei* ‘dia’ > *dia*, *-ae* ‘dia’. Esse processo, já referenciado por muitos autores, ajuda a explicar a prevalência da forma *-itia*³, em detrimento de *-ities*, no latim vulgar, como se pode ver nos trabalhos de Maurer Jr. (1959) e Väänänen (1968).

Maurer Jr. (1959) explica que *-itia* “forma nomes designativos de qualidade, derivados de adjetivos. Apresenta bom número de criações peculiares à língua vulgar, além de outras, comuns ao latim literário” (MAURER JR., 1959, p. 268). O autor sinaliza que esse sufixo teve um desenvolvimento pan-românico, ou seja, distribuiu-se entre todas as línguas românicas, sejam

3 Como se trata de latim vulgar, retirou-se a braquia, diacrítico que indica duração breve nas vogais, do registro escrito, pois, segundo estudiosos, como Tarallo (1990) e Mattos e Silva (2006), no latim de uso corrente, já havia se processado a desfonologização das vogais, o que abarca a não distinção dos sons vocálicos em termos de duração.

ocidentais, sejam orientais. Quanto ao *-ities*, Maurer Jr. (1959) explica que essa forma se documentou no latim de escritores pré e pós-clássicos e se desenvolveu na România, ora como sufixos bastante produtivos, como nos casos de português e de espanhol, ora como fósseis morfológicos.

Väänänen (1968), também se reportando ao latim vulgar, comenta que o sufixo *-itia* se manteve vivo, mas pouco produtivo e dá exemplos, como *amicitia* ‘amizade’, *avaritia* ‘avareza’, *notitia* ‘notícia, notoriedade’, *pigritia* ‘preguiça’ e *tristitia* ‘tristeza’. O autor faz alusão aos desenvolvimentos *-ezza*, *-esse* e *-eza*, respectivamente do italiano, francês e espanhol. Não há, da parte de Väänänen (1968), menção ao sufixo *-ities*.

Comentadas as considerações anteriores sobre o comportamento de *-ĩtia/- ĩtĩes* no latim clássico, apresenta-se, na próxima seção, a análise construcional dos dados encontrados em um dicionário bilíngue latim-francês.

O funcionamento de *-ĩtia* e *-ĩtĩes* no latim clássico: uma análise construcional

Constituição de base de dados e procedimentos metodológicos

Os dados do latim, a serem analisados nesta seção, são oriundos do *Dictionnaire Latin-Français*, de Gaffiot (2016). As palavras coletadas passaram por um tratamento similar àqueles que são vistos nos trabalhos de Soledade (2001, 2005, 2013), Viaro (2011, 2013), Viaro, Ferreira e Guimarães Filho (2014), Lopes (2013, 2018) e Simões Neto (2016, 2020c). Esses pesquisadores, por seguirem uma linha de trabalho histórico-diacrônica, se valem de critérios etimológicos e morfológicos, para decidirem se as palavras são analisáveis, avaliando se são casos de derivações com os sufixos investigados ou meras terminações que coincidiram fonicamente com tais formativos.

Na coleta empreendida para este artigo, foram encontradas 43 palavras com o sufixo *-ĩtia* e 34 com *-ĩtĩes*. Vale ressaltar que os dois sufixos formam substantivos femininos, o que leva à exclusão de palavras, como *cōmĩtia* ‘comício’, de gênero neutro. Palavras neutras, de origem grega, como *phĩdĩtia* (< gr. φειδίτια) ‘refeição pública dos lacedemônios’ e *phĩlĩtia* (< gr. φιλίτια) ‘mesmo que *phĩdĩtia*’ e *pōlĩtia* (< gr. πολιτεία), foram desconsideradas da análise, pois são casos de terminações em que aconteceram coincidências fônicas. Nomes próprios, masculinos ou femininos, como *Androllĩtia*, *Angitia*, *Delgovitĩia*, *Dōmĩtia*, *Tritĩia*, *Tĩtĩes* e *Vitĩia*, tendo ou não os sufixos aqui investigados, foram descartados, por não serem objeto de análise desse artigo e demandarem um tratamento diferenciado:

Houve casos de palavras, como *ĩnscĩtia* ‘inabilidade, incapacidade’ (← *ĩnscĩtus*), *pěritĩia* (← *perĩtus*) ‘destreza, habilidade, perícia’, *ĩmpōlĩtia* ‘negligência, descuido’ (← *ĩmpōlĩtus*) e *ĩmpěritĩia* ‘desconhecimento, ignorância, inabilidade’ (← *ĩmpěritĩtus*), *ĩnterstĩtĩes* ‘interstício’ (← *ĩnterstĩtĩum*), que, embora possam ser parafraseadas com a ideia de ‘qualidade relacionada a X’, em que X é o lexema adjetival que serve de *input*, são derivadas com o sufixo *-ĩa*, que aparecia também em construções igualmente deadjetivais e de significado similar. Nesses casos, o segmento *-ĩt-* faz parte das bases, às quais se aplica o sufixo *-ĩa*, sendo, então, casos de coincidências fônicas das terminações, e não derivações em *-ĩtia*.

Quadro de análise dos dados de língua latina

Comentadas as palavras excluídas, apresentam-se, em (2), primeiramente, as palavras derivadas com o sufixo *-ĩtia*:

- (2) *amārus* ‘amargo’ → *āmārītīa* ‘amargor, amargura’;
amicus ‘amigo’ → *āmīcītīa* ‘amizade’;
avarus ‘avaro, avarento’ → *āvārītīa* ‘avareza’;
blandus ‘brando, terno, carinhoso’ → *blandītīa* ‘brandura, ternura’;
cānus ‘branco, velho, grisalho’ → *cānītīa* ‘brancura, velhice’;
dīves ‘rico, opulento’ → *dīvītīa* ‘riqueza, opulência’;
dūrus ‘duro, áspero’ → *dūrītīa* ‘dureza, aspereza’;
ignōtus ‘ignorado, desconhecido’ → *ignōtītīa* ‘ignorância, desconhecimento’;
immundus ‘porco, sujo, imundo, impuro’ → *immundītīa* ‘imundície, impureza’;
impīger ‘diligente, disposto’ → *impīgrītīa*⁴ ‘diligência, atividade, disposição’;
impudīcus ‘impudico, devasso’ → *impūdīcītīa* ‘devassidão, impudicícia’;
impurus ‘impuro’ → *impūrītīa* ‘impureza’;
inimīcus ‘inimigo’ → *īnīmīcītīa* ‘inimizade’;
injūstus ‘injusto’ → *injūstītīa* ‘injustiça’;
jūstus ‘justo’ → *jūstītīa* ‘justiça’;
lētus ‘alegre’ → *lētītīa* ‘alegria, letícia’;
lātus ‘amplo, largo, grande’ → *lātītīa* ‘largura, grandeza’;
lautus ‘brilhante, suntuoso, faustoso’ → *lautītīa* ‘luxo, elegância, suntuosidade’;
lentus ‘macio, flexível, maleável’ → *lentītīa* ‘flexibilidade, fluidez’;
longus ‘comprido, longo, extenso’ → *longītīa* ‘comprimento, longura, longuidão’;
māstus ‘triste’ → *māstītīa* ‘tristeza’;
mālus ‘mau’ → *mālītīa* ‘malícia’;
mīles ‘soldado’ → *mīlītīa* ‘milícia, serviço militar’;
mollis ‘mole, flexível’ → *mollītīa* ‘flexibilidade’;
mundus ‘limpo’ → *mundītīa* ‘limpeza’;
nēquam ‘de má qualidade, perverso, mau’ → *nēquītīa* ‘maldade, perversidade’;
niger ‘negro, escuro’ → *nīgrītīa*⁵ ‘negrura, escuridão’;
nōtus ‘conhecido, notório’ → *nōtītīa* ‘notoriedade’;
pīger ‘preguiçoso’ → *pīgrītīa*⁶ ‘preguiça’;
pinguis ‘gordo, gorduroso, oleoso’ → *pinguītīa* ‘gordura, oleosidade’;
plānus ‘plano’ → *plānītīa* ‘planeza’;
pudīcus ‘pudico’ → *pūdīcītīa* ‘pudor, pudicícia’;
puer ‘menino’ → *pūērītīa* ‘infância’;
pūrus ‘puro’ → *pūrītīa* ‘pureza’;
sāvus ‘furioso, irritado, colérico’ → *sāvītīa* ‘fúria, violência’;
scaber ‘rugoso, áspero’ → *scābrītīa*⁷ ‘aspereza’;
sēgnis ‘lento, indolente’ → *sēgnītīa* ‘lentidão’;
sordēs ‘sujeira’ → *sordītīa* ‘sujidade’;
spurcus ‘sujo, imundo’ → *spurcītīa* ‘sujidade, imundície’;
stultus ‘tolo, parvo, imbecil’ → *stultītīa* ‘estupidez, irracionalidade’;
surdus ‘surdo’ → *surdītīa* ‘surdez’;
trīstis ‘triste’ → *trīstītīa* ‘tristeza’;
vāfer ‘sagaz, astuto, esperto’ → *vāfrītīa*⁸ ‘esperteza, sagacidade, astúcia’.

4 A partir da raiz do genitivo *impīgri*.

5 A partir da raiz do genitivo *nigri*.

6 A partir da raiz do genitivo *pīgri*.

7 A partir da raiz do genitivo *scabri*.

8 A partir da raiz do genitivo *vāfri*.

As derivações em (2), na maioria dos casos, têm como *inputs* adjetivos, cujos significados são tomados composicionalmente na interpretação das palavras morfológicamente complexas. São três as exceções: *mīles* ‘soldado’ → *mīlītīa* ‘milícia, serviço militar’, *puer* ‘criança’ → *pūērītīa* ‘infância’ e *sordēs* ‘sujeira’ → *sordītīa* ‘sujidade’. Esses três *inputs* são incontestavelmente substantivos e, diferentemente de *amīcus*, não são usados como adjetivos ocasionalmente. Também podem ser consideradas exceções as formações a partir da categoria de particípio passado, intimamente relacionada com a classe dos adjetivos. Essa possibilidade é vista em *ignōtītīa* e *nōtītīa*, cujos *inputs* são respectivamente *ignōtus* ‘desconhecido, ignorado’ e *nōtus* ‘notado, conhecido, notório’, particípio passado dos verbos *ignōscēre* ‘desconhecer, ignorar’ e *nōscēre* ‘conhecer’. Mesmo assim, as palavras complexas que deles derivam mantêm um significado relacional que permite vinculá-las a um esquema como em (3):

$$(3) \quad <[[X_{Ni}]-\check{I}\check{T}\check{I}A]_{Sj} \leftrightarrow [\text{QUALIDADE RELACIONADA A SEMX}_{Ni}]_{j}> \text{ (43)}^9$$

O esquema (3) tem como *outputs* substantivos e como *input* uma arquivcategoria N (nome), abrangendo tanto adjetivos, que são maioria, como *āvārus*, *cānus*, *jūstus*, *laetus*, *maestus*, *mālus* e *plānus*, quanto substantivos, como em *puer*, *mīles* e *sordēs* e particípios passados, tratados como formas nominais dos verbos (casos de *ignōtus* e *nōtus*).

Do ponto de vista da organização esquemática, o padrão $[X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}A]_{Sj}$ muito pouco se difere de $[X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{E}\check{S}]_{Sj}$. Com esse segundo sufixo, foram encontradas 34 realizações, tendo 22 correspondências com os exemplos em (2), referentes ao padrão o padrão $[X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}A]_{Sj}$. Em (4), listam-se esses casos relacionados às formas duplas e, em (5), apresentam-se realizações vistas somente com $[X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{E}\check{S}]_{Sj}$.

$$(4) \quad \check{a}m\check{a}r\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, \check{a}m\check{i}c\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, \check{a}v\check{a}r\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, c\check{a}n\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, d\check{u}r\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, i\check{m}m\check{u}n\check{d}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, l\check{a}t\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, l\check{e}n\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, m\check{a}l\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, m\check{u}n\check{d}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, n\check{e}q\check{u}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, n\check{i}g\check{r}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, n\check{o}t\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, p\check{i}g\check{r}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, p\check{l}\check{a}n\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, p\check{u}\check{e}r\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, s\check{a}v\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, s\check{c}\check{a}b\check{r}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, s\check{e}g\check{n}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, s\check{o}r\check{d}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, s\check{p}u\check{r}c\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s, t\check{r}\check{i}\check{s}\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s.$$

$$(5) \quad \begin{aligned} &almus \text{ ‘criador, maternal, bom, santo, venerável’} \rightarrow alm\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘graça, beleza’}; \\ &calvus \text{ ‘calvo, sem cabelo’} \rightarrow calv\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘calvície’} \\ &crassus \text{ ‘espesso, gordo’} \rightarrow crass\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘espessura, gordura’} \\ &in- + balneum \rightarrow *imbalneus^{10} \text{ ‘que não toma banho’} \rightarrow imbaln\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘sujidade, imundície’} \\ &lēnis \text{ ‘macio, suave, doce’} \rightarrow lēn\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘doçura, maciez’} \\ &magnus \text{ ‘grande’} \rightarrow magn\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘grandeza, magnitude’} \\ &navus \text{ ‘diligente, zeloso, cuidadoso’} \rightarrow nāv\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘diligência, zelo, cuidado’} \\ &recalvus \text{ ‘calvo’} \rightarrow rēcalv\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘calvície’} \\ &tardus \text{ ‘lento, indolente’} \rightarrow tard\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘lentidão, indolência’} \\ &>vānus \text{ ‘vazio, frívolo, fútil’} \rightarrow van\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘futilidade, frivolidade, vaidade’} \\ &vastus \text{ ‘vasto, vazio’} \rightarrow vāst\check{i}\check{t}\check{i}\check{e}s \text{ ‘vastidão, perda’} \end{aligned}$$

9 Essa numeração em vermelho, que acompanha os esquemas propostos neste artigo, se refere a frequência *type* (BYBEE, 2016), ou seja, quantas vezes, um pareamento de forma-sentido foi acionado. Como a coleta dos dados do latim, foi feita em dicionários, apenas a mensuração desse tipo de frequência é possível. Não há, portanto, como se medir a quantidade de vezes que as instanciações se realizam na língua, o que ficaria a cargo da frequência *token*.

10 Não se documentou no dicionário consultado a forma **imbalneus*. Também não se encontrou *balnītīes*, a partir da qual poderia se argumentar por uma forma prefixada. Parece haver, na base da palavra *imbalnītīes*, um processo similar ao que acontece com *barba* (subst.) → *imbērbis* ‘desbarbado, sem barba’ (adj.). O adjetivo formado pelo esquema [in-S]A, com a base *balneum*, seria, então, o melhor candidato à base do esquema $[X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{E}\check{S}]_{Sj}$.

Com base nos dados coletados, em que se percebe uma sistematicidade morfológica e semântica na relação entre *inputs* e *outputs*, há fortes indícios de que havia, no latim, um esquema como em (6).

$$(6) \quad <[[X_{Ni}]_{-} \text{ĩtĩēs}]_{Sj} \leftrightarrow [\text{QUALIDADE RELACIONADA A SEMX}_{Ni}]_{> \quad (34)$$

A única diferença visível entre os esquemas (3) e (6) tem a ver com o aspecto formal dos formativos sufixais que integram cada esquema. Não há divergências quanto à contraparte semântica e à explicitação dos *inputs* e *outputs* envolvidos. Em se tratando da história da língua latina, o que pode ter pesado em termos de diferença é um ponto anteriormente mencionado: a probabilidade de que houvesse uma maior disponibilidade para a entrada de palavras na primeira declinação, o que favorecia a produtividade de $[X_{Ni}]_{-} \text{ĩtĩā}]_{Sj}$, em detrimento de uma menor disponibilidade/produtividade de $[X_{Ni}]_{-} \text{ĩtĩēs}]_{Sj}$.

Os desenvolvimentos de *-itia* e *-ities* no português arcaico

Nesta seção, serão apresentadas as formas portuguesas evoluídas das latinas *-itia* e *-ities*. Considerações advindas de trabalhos anteriores estão incluídas nessa abordagem, podendo haver ou não discordância com a análise proposta neste artigo. Optou-se por separar os desenvolvimentos em três grupos: (a) *-iça/-ícia*; (b) *-ice/-ície*; (c) *-ez/-eza*.

Os padrões $[X_{Ai}]_{-} \text{iça}]_S$ e $[X_{Ai}]_{-} \text{ícia}]_S$

Os sufixos *-iça* e *-ícia*, dentre os desenvolvimentos de *-ĩtĩā/-itia*, são, certamente, os menos produtivos. Na gramática histórica de Said Ali (1964, p. 233-234), esses sufixos são mencionados ligeiramente em uma seção intitulada “-EZ, -EZA, -ÍCIA, -ICE, -ÍCIE”. O autor comenta que o *-ícia*, presente em *malícia*, *notícia*, *perícia* e *polícia*, não goza de “facilidade de produzir novos substantivos no seio da língua portuguesa” (SAID ALI, 1964, p. 234, grifos do autor), ou seja, não apresenta produtividade na língua. Menciona ainda Said Ali que o sufixo “tomou a forma *-iça* em *justiça*, *cobiça*, *cortiça* e *preguiça* (SAID ALI, 1964, p. 234, grifos do autor), sem tecer maiores comentários sobre essa variante do sufixo. Na gramática histórica de Nunes (1969), não há qualquer menção sobre esses dois sufixos.

Caetano (2003), na sua tese sobre formação de palavras em gramáticas históricas, retoma as considerações de Othoniel Mota, que defendia que as formas com *-iça* e *-ícia* na língua moderna sejam resquícios do PA que os falantes conservam por questões estilísticas. Veja-se o excerto a seguir:

Othoniel Mota ([1916] 1937 : 69), autor que filia os sufixos nominais *-eza*, *-iça* e *-ícia* ao “lat. *itia(m)*”, considerando que *-iça* é a forma “intermédia” e que *-ícia* “existiu no português arcaico (...) e o nosso povo ainda a conserva” (ex.: *avaricia*), empregando-a para substituir “o suffixo *ice* na linguagem culta” (ex.: *bobicia* por *bobice*) (CAETANO, 2003, p. 258, grifos da autora).

Acerca desse comentário de Othoniel Mota, sobre a existência de -ícia no PA, vale ressaltar que não se viu, na base de dados de Soledade (2001, 2005), qualquer palavra derivada com esse sufixo. Isso não quer dizer que ele não existisse. A forma *malícia* data do século XIII, segundo Houaiss e Villar (2009), mas esse vocábulo não faz parte da base de dados analisados neste artigo.

Com a variante -iça, nos mesmos dados de Soledade (2001, 2005), apareceram: *justiça* (< lat. *justiīa*), duas vezes na primeira fase e três vezes na segunda, e *lediça* (< lat. *laetiīa*), duas vezes, apenas na primeira fase. Mesmo que as duas formas tenham origem latina, vale mencionar que os lexemas¹¹ *justo* e *ledo*, que servem de *input* nessas formações, estavam em uso no período¹². Assim, pode-se supor que o falante do PA era capaz de abstrair um esquema como em (7):

$$(7) \quad \langle [[X_{Ai}]-i\check{c}a]_{Sj} \leftrightarrow [QUALIDADE RELACIONADA A SEMX_{Ai}; IMPRODUTIVO]_j \rangle (2)^{13}$$

O esquema em (7), embora possa ter sido abstraído pelo falante medieval, não foi usado para formar itens lexicais no período. Por isso, optou-se por inserir a informação IMPRODUTIVO no polo semântico/funcional do esquema, uma vez que, em se tratando do PA, e de períodos subsequentes, não houve criação relacionada a esse padrão construcional.

No intuito de melhor discutir a viabilidade do esquema em (7), sejam retomadas algumas as palavras mencionadas por Said Ali (1964). Dos exemplos do autor, além de *justiça*, coletada por Soledade (2001, 2005), estavam em uso no PA *cobiça* e *preguiça*, como sugere a datação fornecida por Houaiss e Villar (2009). Tais palavras têm também origem latina: *cobiça* vem do latim medieval *cūpīditīa*¹⁴, e *preguiça*, como exposto no Quadro 1, vem do latim *pigrītia*. Diferentemente das formas atestadas por Soledade (2001, 2005), os *inputs* dessas duas outras formações já não eram compreensíveis/transparentes no PA, sendo *cob-* e *preg-* interpretados como radicais presos/opacos.

11 A ideia de lexema que se usa neste trabalho é a mesma que se vê em trabalhos de Haspelmath (2002), Plag (2004) e Rodrigues (2016). Assim, define-se lexema como “uma unidade lexical abstrata, desprovida de variações cotextuais, como sejam as variações de gênero/número, tratando-se de nomes e de adjetivos, e de modo-tempo-aspeto e de número-pessoa, tratando-se de verbos” (RODRIGUES, 2016, p. 38). As variações ou realizações de um lexema são chamadas de *formas de palavras*. O conjunto que reúne todas as realizações possíveis de um lexema é chamado de *paradigma do lexema*.

12 Em consulta ao site Cantigas Medievais Galego-portuguesas (<https://cantigas.fcsh.unl.pt/index.asp>), da Universidade Nova de Lisboa, viu-se que todo o paradigma do lexema ‘ledo’ (*ledo, leda, ledos, ledas*) foi usado em cantigas galego-portuguesas. Não se viu realização de qual item relacionada ao paradigma do lexema ‘justo’ (*justo, justa, justos, justas*) nessa base de dados, mas, segundo Houaiss e Villar (2009), esse adjetivo está na língua portuguesa desde o século XIII.

13 Como já dito, essa numeração em vermelho nos esquemas se refere à frequência *type*. No caso dos dados do PA, trata-se da frequência nos dados de Soledade (2001, 2005). No caso de X_{Ai} -iça, (2) indica a quantidade de vezes que esse padrão foi ativado para instanciar construtos da língua. O fato de *justiça* ter tido cinco realizações, e *lediça*, duas, diz respeito à frequência *token*, que, embora mencionada ao longo do artigo, não será mencionada nas formulações de esquema aqui propostas, até para manter um paralelismo justo com os dados de língua latina.

14 Informação de Houaiss e Villar (2009). No dicionário de Niermeyer (1976), sobre o latim medieval, aparece a forma *cupidiosus*, cujo significado é *avarento*. A base de *cūpīditīa* e *cupidiosus* é o adjetivo *cupidus*, que significa ‘desejoso, cobiçoso, ávido’.

Essa visão sobre a opacidade das bases nas formas com *-iça* é compartilhada por Viaro (2020), que analisou sufixos que tinham fricativas coronais, no século XVI, com base em duas edições do dicionário português-latino de Jerônimo Cardoso, lexicógrafo e latinista português, autor do primeiro dicionário sobre a língua portuguesa. Entre os sufixos estudados por Viaro (2020), está *-iça*, ao lado da variante *-ícia*. Exemplos encontrados foram: *justiça* (< lat. *justitia*)¹⁵, *injustiça* (< lat. *injustitia*)¹⁶, *malícia* (< lat. *malitia*)¹⁷, *notícia* (< lat. *notitia*)¹⁸, *polícia* (< lat. *politia*)¹⁹ e *terícia* (< lat. *tard. icteritia*)²⁰. Sobre a questão da não transparência de radicais em algumas formações, o autor comenta:

Algumas outras palavras com a terminação *-iça* também têm radical opaco (**cupiditia* > *cobiça*, **corticea*: > *cortiça*, **pigrítiam* > *priguiça*, ? > *lingoiça*, ? > *caliça*) ou parcialmente opaco: *horta* → *hort(al)iça*. Juntamente com *-iça* incluem-se as formas em *-iza*, de diversas origens: a terminação, portanto, não se configuraria um verdadeiro sufixo do ponto de vista diacrônico (ao lado do lat. *cupidítiam* > *cobiça* > *cobiça*, lat. *pigrítiam* > *preguiça*, há lat. *corticea* > *cortiça*, lat. *Gallaecia* > *Galiza*, *cal* → *caliça*, *hortal* → esp. *hortaliza* > *hortaliça*, ? > *linguiça*, ? > *baliza*). Com exceção de *justícia* ≈ *justiça*, *injustiça*, *caliça* e *malícia*, essas formas têm radical opaco na sincronia pretérita em questão, uma vez que são cultismos (VIARO, 2020, p. 361, grifos do autor).

Os falantes do português contemporâneo certamente não identificam *preguiça* e *cobiça* como instanciações de um esquema *XAi-iça*. Indo mais além, pode-se sugerir que tratam essas palavras como não derivadas, formando, a partir delas, *cobiçoso* e *preguiçoso*, por exemplo. O caso de *lediça*, identificada por Soledade (2001), é ainda mais sensível, pois, além de essa palavra não ser mais usual na atualidade²¹, o *input* adjetival *ledo* só é realizado na expressão cristalizada *ledo engano*.

Dessa maneira, dentre as formas vistas, a única realização do esquema *XAi-iça* que o falante atual do português consegue identificar é *(in)justiça*, palavra que é bastante vista/ouvida, assim como a primitiva *(in)justo*. O *-iça* pode ser considerado, à luz das reflexões de Bauer (2001) e Gonçalves (2016a), como uma espécie de sufixo *hapax legomenon*²², “(*hapax* ‘uma só vez’, *legomenon* ‘dito’, ‘o que se diz’), expressão grega utilizada em referência a palavras das quais se conhece uma única referência” (GONÇALVES, 2016a, p. 34, grifos do autor). Tendo em vista que, em relação, ao esquema *XAi-iça*, a única instanciação reconhecida é *(in)justiça*, pode-se dizer seguramente que, desde o PA, já tinha esse estatuto de improdutivo, o que dá mais segurança teórica para a etiqueta IMPRODUTIVO, proposta na representação esquemática referente. Essa mesma etiqueta serviria a um possível esquema *XAi-ícia*, que se preferiu não representar, por não fazer parte da base de dados analisados.

15 Informação de Houaiss e Villar (2009).

16 Informação de Houaiss e Villar (2009).

17 Informação de Houaiss e Villar (2009).

18 Informação de Houaiss e Villar (2009).

19 Informação de Houaiss e Villar (2009).

20 Informação de Houaiss e Villar (2009).

21 O dicionário de Houaiss e Villar (2009) registra a forma *ledice*, datada do século XIII, com o mesmo significado. Essa forma também não tem uso frequente na língua contemporânea.

22 Alguns exemplos de *hapax legomenon* sufixais mencionados por Gonçalves (2016a) são *-ebre*, de *casebre*, *-oila*, de *moçoila*, *-anzil*, de *corpanzil*, *-aréu*, de *fogaréu*.

Os padrões $[X_1-\acute{i}cie]_s$ e $[X_1-ice]_s$

Um pouco mais reconhecido que o *-iça* é o sufixo *-ice*. Sobre *-ice* e a variante *-ície*, Said Ali (1964) comenta:

O sufixo *-ice*, se fizermos abstração do seu papel em *ledice*, *velhice*, *meiguice* e poucos exemplos mais, revela em geral forte afinidade eletiva por adjetivos que exprimem vícios ou defeitos pessoais, produzindo substantivos denotadores de atos que aberram do procedimento de pessoas sérias ou sensatas: *malandrice*, *sandice*, *tolice*, *parvoíce*, *gatunice*, *bebedice*, *patetice*, *perrice*, *doudice*, *rabugice*, *fanfarrice*. [...] A terminação *-ície*, modelada sobre o latim, é própria do português moderno: *calvície*, *canície*, *superfície* [...], *imundície*, etc (SAID ALI, 1964, p. 234, grifos do autor).

Sobre esse excerto de Said Ali (1964), merece atenção o comentário sobre a variante *-ície*. De fato, todos os exemplos têm origem latina: *imundície* (< lat. *immunditēs*; próximo de 1677)²³, *superfície* (< lat. *superficiēs*; 1572)²⁴, *canície* (< lat. *cānītia*; 1629)²⁵ e *calvície* (< lat. *calvitēs*; século XVIII)²⁶. Veja-se que a forma *superfície* não está historicamente ligada ao sufixo *-ície*, como os outros dados. A abordagem do autor parece se tratar de um equívoco, em razão da coincidência fônica da terminação desse vocábulo.

Quanto ao sufixo *-ice*, as observações de Said Ali (1964) parecem acertadas, pois esse formativo realmente tende a se integrar a adjetivos geralmente pejorativos, para criar designações de qualidades ou comportamentos igualmente pejorativos. Além disso, cabe destacar que, dos exemplos mencionados pelo autor, apenas *ledice*, variante da já comentada *lediça*, é herança latina. Todos os outros são criações do português, segundo Houaiss e Villar (2009). Dessas criações, *parvoíce*, *velhice*, *meiguice*, *sandice*, *bebedice* e *doudice* têm a primeira atestação dentro do arco temporal do PA. O fato de haver pouca forma herdada do latim e muitas criações do período arcaico e de períodos subsequentes aponta que, diferentemente do *-iça*, o *-ice* gozou e, ainda goza, de produtividade no português.

Nunes (1969), em relação ao *-ice*, não traz informações diferentes sobre origem, nada fala sobre o seu funcionamento, apenas citando palavras, como *pequice*, *arteirice*, *garotice*, *gulodice*, *burrice*, *esquisitice*, *criancice* e *meninice*. Dos exemplos mencionados por esse autor, todos são criações do português, e *pequice* (← *peco*), *arteirice* (← *arteiro*), *gulodice*²⁷ (← *gulosos*) e *meninice*

23 Informação de Houaiss e Villar (2009).

24 Informação de Houaiss e Villar (2009).

25 Informação de Houaiss e Villar (2009).

26 Informação de Corominas e Pascual (1980). Nesse dicionário, sugere-se a existência de *calveza* no espanhol medieval. Essa forma, mais tarde, no século XVIII, foi substituída pelo cultismo *calvicie*. Na primeira fase do PA, Soledade (2001) registra *calvareça*, com o significado de *calvície*. Na história do português, essa forma foi substituída, mais tarde, no século XIX, segundo Cunha (2007), pela forma culta *calvície*. Houaiss e Villar (2009) sugerem que a forma *calvície* date do século XV, porém, diante das evidências e dos comentários de filólogos e etimólogos, é bem provável que se trate de uma inconsistência.

27 Houaiss e Villar (2009) apontam a existência de uma variante menos conhecida, *gulosice*, para a qual atribui a mesma datação: século XV. Cunha (2007) sugere que *gulodice*, data do século XVI, seja uma alteração de *gulosice*, datada do século XV. Do ponto de vista formal, parece mais razoável que a forma primeira tenha sido *gulosice*, em que a base *gulosos* é mais transparente. Por dissimilação, talvez pelo fato de haver duas fricativas alveolares em *gulosice*, alterou-se em *gulodice*.

(← *menino*), segundo Houaiss e Villar (2009), são atestadas pela primeira vez em meio ao PA. Importa também mencionar, sobre o sufixo *-ice*, que Câmara Jr. (1976, p. 222) chama de variante semierudita, em contraponto à francamente erudita *-ície* e os desenvolvimentos vulgares *-ez/-eza*.

Nos dicionários de Jerônimo Cardoso (século XVI), Viaro (2020) não encontra formas com *-ície*, mas atesta várias formas em *-ice*, como: *bebedice*, *cachopice*, *chocarrice*, *doudice*, *garredice*, *golodice*, *ladroíce*, *meiguice*, *parvoíce*, *pequice*, *sandice*, *tolice*, *tredurice* e *velhice*. Sobre essas realizações, o autor comenta:

As formas acima mostram também a sensibilidade da vogal da base que se torna pretônica na palavra derivada: no corpus não há **bêbedo*, mas *bêbedo*, além disso há movimentos de alçamento (*tredor* → *tredurice*) e de rebaixamento vocálico (*garrido* → *garredice*, cf. a transformação *minino* > *menino*). Muitas das formas primitivas têm um sufixo também, que se perde ao anexar-se *-ice*, cf. *chocarr(eiro)* → *chocarrice*, *golo(so)* → *golodice*, *sand(eu)* → *sandice*, que promove problemas etimológicos de reconstruções de radicais como **chocarr-*, **golod-*, **sand-*. Essas formas revelam que *-ice* era um sufixo bastante produtivo na época, uma vez que todas as formas derivadas têm documentadas as suas bases: *meigo* → *meiguice*, *peco* → *pequice*, *tolo* → *tolice* etc (VIARO, 2020, p. 360, grifos do autor).

Nos dados Soledade (2001, 2005), que são usados para a (re)análise deste artigo, encontram-se oito palavras formadas com o sufixo *-ice*: (a) *meninice*, uma vez, na primeira fase; (b) *velhice* ~ *vellice* ~ *uellhice* ~ *uelhece* ~ *velhece*, seis vezes na primeira fase e uma vez na segunda; (c) *sandeece*~*sandice*, seis vezes na primeira fase e uma vez na segunda; (d) *cauardice* ~ *covardices*, uma vez na primeira, outra na segunda; (e) *ligeirice* ~ *ligeiriçee* ~ *ligeirices*, uma vez na primeira fase, duas vezes na segunda; (f) *arteyrice*, uma vez na primeira; (g) *beuedice*, uma vez na primeira fase; (h) *enteyrice*, uma vez na primeira. Todas essas palavras são criações do PA, e os *inputs* dessas formações, *menino*, *velho*, *sandeu* (por meio do radical *sand-*), *covarde*, *ligeiro*, *arteiro*, *bêbedo* e *inteiro*, estavam em uso no PA, o que faz sugerir que os falantes conseguiam não só depreender um esquema, como também aplicá-lo para gerar novas palavras.

Os exemplos de Soledade (2001, 2005) corroboram a avaliação de Said Ali (1964) de que o sufixo *-ice* aparece em formações que ressaltam um caráter pejorativo ou negativo²⁸: *meninice* resalta a inexperiência; *velhice*, as mazelas desse período da vida; *sandice* é a qualidade de quem é sandeu, que é dado a dizer coisas tolas; *covardice* resalta a falta de coragem; *ligeirice* pode denunciar um desconforto com o apressar das coisas; *arteyrice* pode indicar esperteza, malícia ou propensão à trapaça; *beuedice* indica tanto o estado da pessoa bêbada quanto a ação da bebedeira, socialmente malvista; e *ynteirice*, embora seja dada como sinônimo de integridade ou inteireza, pode aludir a uma sátira de uma dada concepção de integridade moral. Note-se que o caráter pejorativo dessas instanciações tanto pode ser herdado das bases, casos de *sandice*,

28 Os dados coletados por Viaro (2020) também corroboram a análise de Said Ali.

velhice, *covardice*, *arteyrice* e *beuedice* como pode ser herdado do esquema construcional, casos de *meninice*, *ligeirice* e *ynteirice*, que têm bases não pejorativas.

Do ponto de vista formal, nota-se que a categoria dos *inputs* nessas formações varia. Em *velhice*, *ligeiriçee*, *covardice*, *arteyrice* e *ynteirice*, são adjetivos. Em *meninice*, é um substantivo. Em *beuedice*, é o particípio passado do verbo *beber*. Em *sandice*, é o radical *sand-* (de *sandeu*). Diante desses fatos, opta-se, em (8), por omitir a categoria das bases no esquema, mesmo que se reconheça que o adjetivo é o *input* preferencial. Destaque-se, ainda, que o aspecto pragmático PEJORATIVO está representado no polo semântico.

$$(8) \quad \langle [[X_i]-ice]_{sj} \leftrightarrow [QUALIDADE \text{ OU } ATITUDE \text{ RELACIONADA A } X_i; \text{ PEJORATIVO}]_j \rangle (8)$$

Embora a representação em (8) se volte a dados do PA, criações lexicais de períodos subsequentes, como *malandrice*, *tolice*, *gatunice*, *patetice*, *rabugice*, *fanfarrice*, *garotice*, *burrice*, *esquisitice*, *criancice*, *caretice*, *gordice*, *bichice*, *viadice*, *canalhice*, *abelhudice*, *merdice*, *tagarelice*, *vesguice* e *vagabundice*, mostram que esse padrão seguiu produtivo na língua, gerando muitas formas inovadoras. Esse aspecto distancia substancialmente o esquema (8) do (7), sobre o padrão com *-iça*.

Os padrões $[X_i-ez]_s$ e $[X_{Ai}-eza]_s$

Os sufixos *-ez* e *-eza* são as evoluções mais verdadeiramente vulgares de *-itia*, segundo Said Ali (1964), que explica:

[A] alteração em *-ez*, *-eza* denuncia serem estas as formas populares mais antigas do idioma. O primeiro destes sufixos, *-ez*, parece ter sido no começo menos produtivo que o segundo. Vocábulos há de forma dupla: *altiveza* e *altivez*, *rudeza* e *rudez*, *dobreza* e *dobrez*, *pequenez* e *pequenez*, *ardidez* e *ardidez*, *interpidez* e *interpidez*, *escasseza* e *escassez*. Alguns termos em *-eza*, por efeito da concorrência de outras formações que significavam a mesma coisa, tornaram-se menos usados ou desapareceram de todo. *Igualza* [...], *favoreza* [...], *maleza* [...], *cruelza* [...], *liberalza* [...], *blandeza* [...], foram substituídos por *igualdade*, *favor*, *maldade*, *crueldade*, *liberalidade*, *brandura* (SAID ALI, 1964, p. 233-234, grifos do autor).

O comentário de Said Ali (1964) traz dois pontos relevantes sobre a trajetória desses sufixos. O primeiro diz respeito à menor produtividade de *-ez*, que, não raramente, se realizou em formas duplas correspondentes com *-eza*. O segundo é a larga produtividade de *-eza*, ao mesmo tempo em que muitas formas produzidas no idioma antigo (período do PA), com esse sufixo, foram substituídas ou deixaram de existir no curso da língua.

Nunes (1969), diferentemente de Said Ali (1964), apresenta apenas uma listagem de palavras formadas com os dois formativos, não entrando no mérito de produtividade na língua. Os exemplos mencionados por Nunes (1969) são:

cert-eza, prest-eza, lind-eza, franqu-eza, magr-eza, avar-eza, dur-eza, firm-eza, cru-eza, baix-eza, simpr-eza (arc.), *rud-eza, limp-eza, inteir-eza, redond-eza, madur-eza, gentil-eza, delicad-eza, pur-eza, bel-eza, nobr-eza, afoit-eza, bonit-eza, etc.*; *altiv-ez, honrad-ez, sisud-ez, mesquinh-ez, pacat-ez, pequen-ez*, etc (NUNES, 1969, p. 374-375, grifos do autor).

Viaro (2020), investigando o século XVI, encontra três formas em *-ez* nos dicionários de Jerônimo Cardoso: *gaguez, maninhez, prainez*. O autor entende que, por mais que sejam poucas as formas com *-ez*, o fato de as formas primitivas *gago, maninho* e *praino* terem sido listadas, faz supor que os falantes dessa época eram capazes de operar com tal sufixo e atribuir um sentido regular aos derivados.

Diferentemente, as formas em *-eza* abundam nos dicionários de Jerônimo Cardoso, sendo registrados como <eza>, <esa> ou, ainda, mais raramente, <essa>. São 54 os exemplos listados por Viaro (2020, p.357-359):

- (9) *afouteza, agudeza, alteza, aspereza, avareza, baixeza, beleza, braveza, bruteza, cainheza, certeza, clareza, crueza, delgadeza, delicadeza, dereiteza, destreza, dureza, escasseza, estreiteza, fineza, firmeza, fortaleza, franqueza, fraqueza, gentileza, grandeza, inteireza, largueza, ligeireza, lindeza, madureza, magreza, miudeza, natureza, nobreza, nueza, pobreza, presteza, proeza, pureza, raleza, redondeza, rijeza, riqueza, rudeza, simpreza, sotileza, surdeza, torpeza, tristeza, vileza e viveza.*

Sobre esses dados encontrados, Viaro (2020) comenta um importante aspecto a respeito da grafia dessas palavras. Tendo se deparado com a forma escrita <*pobressa*> na primeira edição do dicionário, o autor diz não poder afirmar categoricamente se tal registro “se trata de um erro gráfico (seria, de fato, o único caso em toda a obra com essa troca de grafemas) ou algum reflexo de pronúncia, o que tornaria a forma *-essa* < lat.*-*itiam* convergente com a forma *-essa*²⁹ [...]” (VIARO, 2020, p. 357, grifos do autor). Viaro (2020) também dá explicações sobre casos especiais, como *proeza* e *simpreza*:

O derivado *proeza*, de base opaca, mostra um trajeto diacrônico contrário, uma vez que é um empréstimo galorromânico em que se prevê uma consoante surda (cf. francês *prouesse*). Também a forma *simpreza* mostra um truncamento da base, uma vez que de **simplicitia* se esperaria **simprezeza* (VIARO, 2020, p. 357, grifos do autor).

Entre os dados de Soledade (2001, 2005), as formas com *-ez* são três, que ocorrem apenas na primeira fase do PA: *grããdez, meninez* e *sandez*. Todas são criações do PA, e as bases *grande, menino* e *sandeu* (pelo radical preso *sand-*) estavam em uso no período, o que confirma a ideia de Viaro (2020) de que, embora fossem poucos os usos, o processo de formação de

29 Também tratado nesse artigo de Viaro (2020), *-essa* é um sufixo cuja origem aponta para a rede semântico-etimológica do latim *-ensis*. Aparece em *abadessa, condessa, prioressa* e tem a forma divergente *-esa*, de *princesa, duquesa* e *marquesa*.

substantivos abstratos com *-ez* era produtivo, pois os falantes seriam capazes de detectar as bases e categorizar semanticamente os derivados.

Note-se que *meninez* e *sandez* estavam em concorrência com *meninice* e *sandice*, mencionadas anteriormente, e ao que parece, na competição entre as formas, as sufixadas em *-ice* saíram vitoriosas. Sobre *grããdez*, interessa observar que o registro com a vogal nasal geminada <ã> é um dos casos de escrita pseudoetimológica, que muito se vê em textos do período arcaico, como observa Mattos e Silva (2006). O adjetivo *grande* se origina do latim *grandis*, não havendo justificativa histórica para a vogal duplicada. Sobre o indício de desuso do *-ez*, já na segunda fase do PA, Soledade (2005) sugere que isso possa ter decorrido “da homofonia com o sufixo gentílico *-ês*³⁰, que não ocorre na primeira fase, enquanto que na segunda fase aparece em seis ocorrências” (SOLEDADE, 2005, p. 239, grifos da autora).

Com base nos dados de Soledade (2005), e nos dados e comentários de Viaro (2020), propõe-se que tenha havido, no PA, um esquema como em (10), a seguir, que destaca a pouca produtividade desse esquema no período:

$$(10) \quad <[[X_i]-ez]_{Sj} \leftrightarrow [\text{QUALIDADE RELACIONADA A SEMX}_i; \text{POUCO PRODUTIVO}]_j > \quad (3)$$

Assim como no padrão X_i -*ice*, esquematizado em (8), optou-se, na representação em (10), omitir a categoria do *input*, considerando que duas das três realizações X_i -*ez*, *meninez* e *sandez*, que têm correspondência nas instanciações X_i -*ice*, são de categorias diferentes: um substantivo (*menino*) e um radical preso (*sand-*, que remete ao adjetivo *sandeu*). A realização *grããdez* parte de *grande*, um adjetivo, que é a categoria preferencial para os *inputs* desse esquema. Isso pode ser constatado com a análise de outras palavras associadas a esse padrão construcional, como *acidez*, *altivez*, *rigidez*, *sensatez*, *estupidez*, *polidez*, *nitidez* e *robustez*, que entraram em diferentes períodos da língua.

Quanto às formas com *-eza*, Soledade (2001, 2005) encontra realizações de 46 vocábulos diferentes. Em (11), essas palavras são apresentadas seguidas de informações sobre a quantidade de vezes que aparecem na primeira e na segunda fase do PA:

30 Forma que se desenvolve do latim *-ensis*. Nos dados de Soledade (2005), registram-se: *franceses*, *genoeses*, *ingreses* (duas vezes) e *portugues* (duas vezes).

- (11) *agudeza* (1, 0), *alteza* (3, 4), *anchezas* (1, 0), *ardidez* (1, 0), *aspereza* (1, 0), *avareza~auareza* (2, 1), *bayxeza* (1,1), *blandeza* (1, 0), *braveza* (2, 2), *calvareça* (1, 0), *careza* (2, 0), *chãeza* (1, 0), *clareza* (0, 1), *crueza* (3, 1), *desygualleza* (0, 1), *dureza* (2, 1), *escasseza* (1, 0), *estreitez* (0,1), *firmeza* (1, 2), *fortaleza ~ forteliza* (3, 3), *franqueza* (2, 1), *fraqueza* (2, 1), *gentileza* (0, 1), *graandez* ~ *grãandez* ~ *grandeza* (1, 2), *graveza* (0, 1), *igualdeza* (1,0), *incerteza* (0,1), *largueza* (1, 1), *limpeza* (1, 1), *madureza* (1, 0), *naturaleza* (1, 0), *natureza* (2, 2), *nobreza* (3, 4), *probeça~proveza~pobreza* (4, 2), *proeza* (0, 1), *profundeza* (1, 0), *pureza* (1,0), *redondeza* (1,1), *requeza ~ rriqueza ~ riqueza* (4,3), *simpleza* (1,0), *soteleza~sotileza* (3,1), *stranheza* (1,0), *treteza~tristeza* (3,3), *vileza* (1,0), *viveza* (0,1) e *yrteza* (1,0).

Das realizações em (6), apenas cinco palavras não são criações do português. São elas: *dureza* (< lat. *duritia*), *alteza* (< lat. tard. *altitia*), *tristeza* (< lat. *tristitia*), *fortaleza* (< fr. ant. *fortalece*, a partir do lat. *fortis*) e *proeza* (< fr. ant. *proece*; hoje, *prouesse* ‘destreza’). Mesmo assim, pode-se dizer que, pelo fato de *duro*, *alto*, *triste* e *forte* terem sido usadas como formas livres no PA, *dureza*, *alteza*, *tristeza* e *fortaleza* são associáveis ao padrão derivacional X_{Ai} -*eza*, bastante ativo no período. O único caso em que a base é totalmente opaca no português é *proeza*, pois não se documentam formas livres relacionadas com um possível *input* **pro*. A forma *proeza* advém do francês antigo *proece*, registrando-se atualmente como *prouesse* nessa língua. Derivou-se do adjetivo francês *preux* ‘valente’, e significava ‘valentia, bravura’, o que era condizente com um padrão semântico de QUALIDADE RELACIONADA A SEM X_{Ai} . Por conta de processos metafóricos e metonímicos e usos estilísticos/humorísticos do item, chegou-se ao significado irônico de ‘façanha, aventura’, que está em voga tanto no francês *proece~prouesse*, quanto no português *proeza*.

Outro caso especial, do ponto de vista do *input*, é *natureza*, cuja base, segundo Houaiss e Villar (2009), é *natura*, um substantivo primitivo, de origem latina, que significa, em tese, a mesma coisa que o derivado. Essa palavra tem um significado já lexicalizado, que, assim como com *proeza*, foge à informação prevista pelo esquema. Cabe mencionar que, no PA, há a realização *naturaleza*, que é transparente em relação ao *input* *natural*, um adjetivo, e tem o significado mais ligado a ideia de *naturalidade*, a qualidade daquilo que é natural, o que faz com que *naturaleza* seja facilmente vinculado ao esquema X_{Ai} -*eza*.

Por fim, ainda na perspectiva dos casos especiais do *input*, note-se a realização *simpleza*, que toma como base o adjetivo *simples*. Em relação a essa formação, não se sabe exatamente se foi tomado como base o radical preso e não opaco *simpl-* ou o adjetivo *simples*, tendo havido, uma haplogogia de **simpleseza*. Fora esses casos mencionados, que apresentam comportamentos bastante particulares, não há razões para, em um esquema, como em (12), omitir a categoria do *input*.

(12) $\langle [[X_{Ai}]-eza]_{Sj} \leftrightarrow [QUALIDADE RELACIONADA A SEMX_{Ai}; MUITO PRODUTIVO]_{j} \rangle$ (46)

Ainda sobre os dados de Soledade (2001, 2005), merecem comentários algumas realizações especiais. Por exemplo, *anchezas*, extraída do documento *Orto do Esposo*, significa ‘largura, grandeza, amplitude’ e tem como base o lexema adjetival arcaico *ancho* (< lat. *amplus*), que, no documento, é usado em todas as formas possíveis. A forma *blandezza*, que significa ‘brandura’, foi vista também no *Orto* e tem como base o lexema adjetivo arcaico *blando* (< lat. *blandus*), que, por rotacismo, se transformou em *brando*, em uso na língua contemporânea. Do mesmo documento, merece destaque *chãeza*, que significa ‘planura, planeza’, tendo como base o lexema adjetivo arcaico *chãão* (< lat. *plānus*), que se vê em variados usos no supracitado texto: *chãão, chãã, chããos, chããs, chããmête*.

Em *grããdeza*, assim como no já comentado *grããdez*, verifica-se uma escrita pseudoetimológica, tendência que se nota também em *desygualleza*, pois o adjetivo *igual*, o primevo dessa formação, vem do latim *aequalis*, que não tem a consoante <l> geminada. Do mesmo adjetivo *igual*, forma-se *igualdeza*, em que o /d/, antes do sufixo *-eza*, se justifica provavelmente pela analogia à *igualdade*, que já estava em uso no PA.

O registro *forteliza*, variante de *fortaleza*, embora seja improdutivo, é rico para a documentação de um possível desenvolvimento medieval do sufixo *-itia*. Outra evolução típica do PA parece estar nos registros de *calvareça*³¹ ‘calvície’, extraída de uma cantiga de escárnio e maldizer, e *probeça*, obtida do texto *Foro Real*, de Afonso X, rei de Portugal. Sendo o *-eça* outra provável evolução do latim *-itia*, própria do PA, pode-se aventar, com base em Mattos e Silva (2006, p. 81), que a realização fonológica desse <ç> correspondesse à africada /ts/, que se assimilou em /s/32 e depois se sonorizou em /z/33. Não se sabe exatamente se todas as palavras em *-eza* no PA passaram pelo estágio fonológico /etsa/, mas a existência, ainda que ínfima, dessas realizações, podem contribuir para a compreensão da fonologia e da morfologia históricas do português.

Palavras finais

Este artigo procurou apresentar uma leitura construcional dos padrões sufixais latinos $X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{A}$ e $X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{E}\check{S}$ e os seus desenvolvimentos no português arcaico, $X_{Ai}-eza$, X_i-ez , X_i-ice e $X_{Ai}-i\check{c}a$. No latim, o $X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{A}$ aparece com maior frequência que $X_{Ni}-\check{I}\check{T}\check{I}\check{E}\check{S}$, tendo o primeiro sido,

31 O adjetivo *calvo* (< do lat. *calvus*) já estava em uso no PA. Embora não se disponha de uma explicação exata sobre o *-ar-* em *calvareça*, parece haver, nesse caso, a realização do mesmo segmento que aparece em palavras, como *milharal* (← *milho*) e *linguarudo* (← *língua*).

32 Esse fato talvez justifique a grafia *-essa* encontrada por Viaro (2020) em uma das edições dos dicionários de Jerônimo Cardoso.

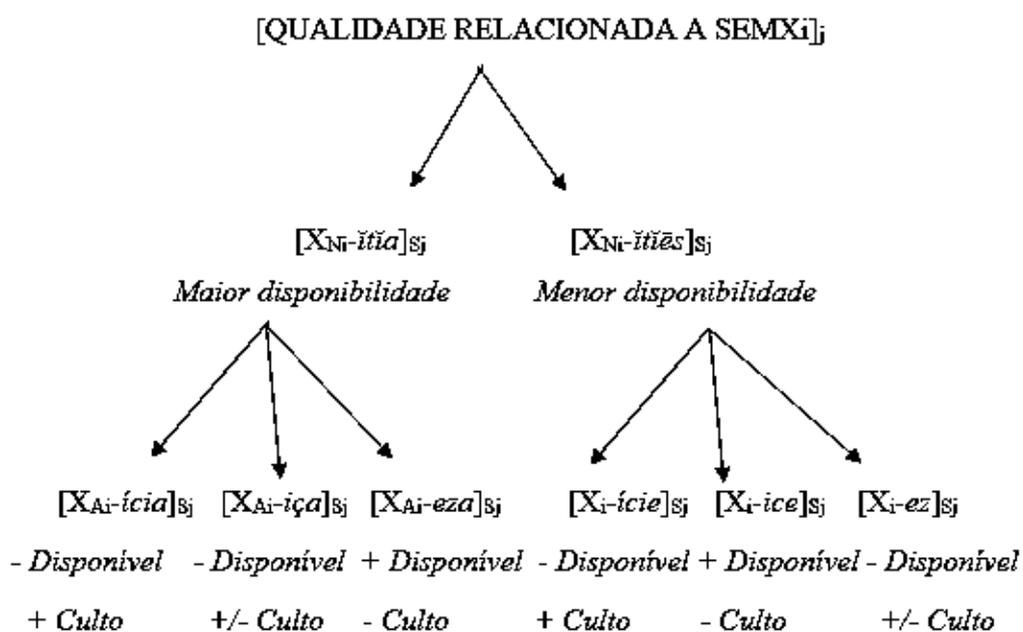
33 No espanhol, desde os tempos antigos, o correspondente homógrafo *-eza* tem pronúncia com a consoante surda /s/.

ao que tudo indica, mais disponível que o segundo. Essa maior disponibilidade parece estar relacionada a uma questão de ordem classificatória: o padrão XNi-*ĩtia* formava substantivos abstratos de primeira declinação (mais produtiva), enquanto o XNi-*ĩtiēs* formava substantivos de quinta declinação (menos produtiva).

Em relação às formas desenvolvidas no período arcaico, notou-se que elas estavam em concorrência/variação. Em termos semânticos, as diferenças entre padrões X_{Ai} -*eza*, X_i -*ez*, X_i -*ice* e X_{Ai} -*iça* são pouco impactantes, pois todos têm o mesmo significado de ‘QUALIDADE RELACIONADA A SEMXi’. Apenas o desenvolvimento X_i -*ice* apresenta um comportamento pragmático diferenciado, pois está associado recorrentemente a formações de caráter pejorativo. O que, de fato, parece distinguir os sufixos portugueses são as dimensões morfológicas e sócio-históricas. Do ponto de vista sócio-histórico, pesa o fato de os sufixos que integram os esquemas serem desenvolvimentos cultos ou não cultos. Do ponto de vista morfológico, pesa o fato de os sufixos serem mais ou menos disponíveis para inovações na língua. Os dois pontos de vista costumam se alinhar, e as formas ditas mais cultas tendem a ser menos disponíveis para novas formações, na mesma medida em que as menos cultas (mais populares) são mais propensas a criações.

Essa categorização funciona com os desenvolvimentos de XNi-*ĩtia*. Entre X_{Ai} -*ícia*, X_{Ai} -*iça* e X_{Ai} -*eza*, X_{Ai} -*ícia* é o mais culto e menos disponível; X_{Ai} -*iça* é semiculto e pouco disponível (com algumas instanciações transparentes); X_{Ai} -*eza* é a forma popular e mais disponível para novas formações. Esse alinhamento, porém, não foi aplicável aos desenvolvimentos de XNi-*ĩtiēs*, pois a forma intermediária semiculta X_i -*ice* se mostra mais disponível que a forma popular X_i -*ez*. A seguir, em (13), apresenta-se um esquema-resumo dos padrões aqui estudados.

(13)



Note-se que, em (13), o polo semântico [QUALIDADE RELACIONADA] é compartilhado por todos os esquemas, e as diferenças entre eles se dão por questões morfológicas e históricas já mencionadas ao longo deste artigo.

REFERÊNCIAS

- BAUER, L. *Introducing to Linguistic Morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988.
- BAUER, L. *Morphological Productivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In GISBORNE, N.; HIPPISEY, A. (ed). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 18-39.
- BOOIJ, G. The role of schemas in Construction Morphology. *Word Structure*, 12 (3), p. 385-395, 2020.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- CAETANO, M. C. *A formação de palavras em gramáticas históricas do português*. Análise de algumas correlações sufixais. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 6 vol., 1980.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français*. Nouvelle édition revue et augmentée, dite Gaffiot 2016. Paris: Hachette, 2016.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GONÇALVES, C. A. V. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016a.
- GONÇALVES, C. A. V. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016b.

GONÇALVES, C. A. V; ALMEIDA, M. L. L. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*. São Paulo, 58 (1), p. 165-193, 2014.

HASPELMATH, M. *Understanding morphology*. London: Arnold, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, M. dos S. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. 943f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. 2 tomos.

LOPES, M. dos S. *Estudo histórico-comparativo da prefixação no galego-português e no castelhano arcaicos* (séculos XIII a XVI): aspectos morfolexicais, semânticos e etimológicos. 5 v. 2430 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura; Doutoramento em Linguística do Português) – Instituto de Letras/Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia/Universidade de Coimbra, Salvador/Coimbra, 2018.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico, uma aproximação: léxico e morfologia*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

NIERMEYER, J. F. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Leiden: E.J. Brill, 1976.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1969

PLAG, I. Syntactic category information and the semantics of derivational morphological rules. *Folia Linguistica*, n 38, p. 193-225, 2004.

RODRIGUES, A. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: Rio-Torto, G. M. (Coord.). *Gramática derivacional do português*. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 35-133.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia Construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa. *Domínios de lingu@agem*, Uberlândia, v. 11, p. 468-501, 2017.

SIMÕES NETO, N. A. O padrão [[X]N de Taubaté]N no português brasileiro: um estudo sobre compostos sintagmáticos em perspectiva construcional. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 265-290, 2019.

SIMÕES NETO, N. A. *Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. 2016. 655 f. p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 2 tomos.

SIMÕES NETO, N. A. Do latim X-entus ao português X-ento: uma leitura morfossemântica orientada pela Morfologia Construcional. *Revista do GELNE*, Natal, v. 22, n. 2, p. 336-351, 2020a.

SIMÕES NETO, N. A. Do latim X-utus ao português X-udo: considerações sobre a trajetória de um esquema morfológico adjetival. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 84-103, 2020b.

SIMÕES NETO, N. A. *O esquema X-ari- do latim às línguas românicas: um estudo comparativo, cognitivo e construcional*. 2020c. 5 v. 4297 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Um enfoque da Morfologia Construcional sobre as formações X-ário no português arcaico. *Pontos de interrogação*, Alagoinhas, v. 4, n. 2, p. 143-171, 2015.

SOLEDADE, J. A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros. IN: SANTOS, E. S.; ALMEIDA, A. A. D.; SIMÕES NETO, N. A. (Orgs.). *Dez leituras sobre o léxico*. Salvador: EDUNEB, 2019, p. 172-202.

SOLEDADE, J. A. *Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos séculos XIII e XIV*. 2 v. 400 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SOLEDADE, J. A De pecadores a sabedores: agentes de *-dor* no Livro das Aves. In: ALMEIDA, A. A. D.; LOPES, M. dos S. (Org.). *Livro do Livro das Aves: estudos semânticos e morfológicos*. Salvador: EDUFBA, 2020a. [no prelo].

SOLEDADE, J. A Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações $[[X-\text{EIR}]N]$ no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, p. 83-111, 2013.

SOLEDADE, J. A Por uma abordagem cognitiva da morfologia construcional. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos (Orgs.). *Linguística Cognitiva: redes do conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 345-378.

SOLEDADE, J. A *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2005. 575 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras de Vernáculos, em Letras, Universidade Federal da Bahia, 2005. 2 t.

SOLEDADE, J. A Esquemas construcionais no português arcaico: um estudo sobre X-ada1, X-ada2, X-ado, X-do, X-da. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 41-56, 2020b.

TARALLO, F. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TAVARES DA SILVA, J. C. A abordagem construcional nos estudos da morfologia do português: o modelo booiiano em terras brasílicas. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 8., n. 2., 2019, p. 109-135.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1968.

VIARO, M. E. *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. 2011. 220 f. Tese de Livre-docência para o Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, área de Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo.

VIARO, M. E. A morfologia histórica e os estudos etimológicos da língua portuguesa. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. especial, p. 39-64, 2013.

VIARO, M. E. Sufixos com fricativas coronais na língua portuguesa da segunda metade do século XVI. *Revista do GELNE*, Natal, v. 22, n. 2, p. 352-366, 2020.

VIARO, M. E.; FERREIRA, M.; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, M. E. (Org.). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 58-105.

WHITE, J. T. *Latin Suffixes*. London: Longmans, Green & Co, 1858.



CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA DAS LÍNGUAS: DA TIPOLOGIA HOLÍSTICA ÀS DEFINIÇÕES CIRCULARES

MORPHOLOGICAL CLASSIFICATION OF LANGUAGES: FROM HOLISTIC TYPOLOGY TO CIRCULAR DEFINITIONS

Eudes Barletta Mattos¹

João Paulo Lazzarini Cyrino²

RESUMO

No presente artigo, realizamos uma investigação teórico-histórica de duas grandes inconsistências na tipologia linguística, inseridas na interface morfologia/sintaxe: o uso da noção de palavra (DIXON; AIKHENVALD, 2003) e a classificação morfológica em tipos holísticos (SCHWEGLER, 1990), ambas relacionadas e interdependentes. Intentando avaliar suas origens e superação – ou não –, fazemos uma revisão bibliográfica, acompanhando os primórdios da classificação morfológica (VON SCHLEGEL, 1818), surgida em meio a discussões acientíficas sobre o espírito dos povos e pureza racial. Em seguida, aludimos à inadequação de imensa parte do cabedal teórico europeu às diferentes línguas, com atenção ao caso do mandarim entre as línguas siníticas. Daí, debruçamo-nos sobre propostas mais recentes de estudos no campo da tipologia. Percebemos claramente a persistência do conceito de palavra e seu caráter estruturante para a linguística, mesmo nas propostas mais recentes, bem como utilização disseminada das classificações morfológicas da tipologia holística. Por fim, apontamos alternativas ao uso da palavra como item de análise, bem como outras maneiras de comparar línguas que não as subsumindo inteiramente a tipos morfológicos discretos.

Palavras-chave: Tipologia linguística; Morfossintaxe; Palavra.

ABSTRACT

In this paper, we present a theoretical-historical investigation on two major inconsistencies in linguistic typology, both right at the interface between morphology and syntax, such as using the notion of word (DIXON; AIKHENVALD, 2003) and the morphological classification by holistic types (SCHWEGLER, 1990), both closely interconnected, to evaluate their origins and whether these notions have been overcome or not. For this purpose, we peer into the beginning of morphological classifications (VON SCHLEGEL, 1818), which arose amidst unscientific discussions on the spirit of peoples and racial purity; afterward, we allude to the inadequacy of a substantial share of the European theoretical body as to the linguistic diversity of the world, paying special attention to the case of Mandarin as representative of Sinitic languages; then, we follow onto analyzing some more recent proposals on linguistic typology studies. We clearly realize the persistence of the concept of word and its structuring character for linguistics even in recent proposals, as well as the pervasive use of the morphological classifications of holistic typology. Finally, we point to some alternatives to the use of the word as an analysis item, as well as other ways of comparing languages without entirely subsuming them to discrete morphological types.

Keywords: Linguistic typology; Morphosyntax; Word.

1 Graduando em Letras, Universidade Federal da Bahia, eudesbarlettam@gmail.com

2 Professor, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, jpcyrino@gmail.com

Introdução

O estudo comparativo das línguas na tradição científica europeia teve sua existência marcada por fortes vieses religiosos, culturais, étnicos e políticos que até hoje permanecem finamente entremeados ao corpo teórico da linguística, produzindo efeitos a despeito de o fazer científico assumir publicamente uma face – discutível – de isenção. O nascimento deste campo de conhecimento deu-se a partir do encontro de dois vetores: o primeiro, a gramática greco-latina e sua perspectiva apoiada na palavra como unidade de análise e no paradigma como forma de organização; e o segundo, mas não menos influente, a tradição judaico-cristã. Datam do primeiro século de nossa era as especulações sobre a “língua adâmica” – supostamente falada por Adão e Eva no mito bíblico do Gênesis. Este se conservaria tema central para a discussão sobre língua na Europa por dezessete séculos, até a chegada do século XVIII (MAZZOCCO, 1993; PARRY, 2015). Com o colonialismo e a instituição do Raj Britânico na Índia, o aparecimento do sânscrito nos círculos intelectuais europeus do século XIX fomenta uma série de estudos em linguística comparativa, envolvendo o agrupamento das línguas do mundo, primeiramente por ancestralidade, e em seguida, por atributos em comum.

A tentativa científica de categorizar línguas com base em características tipológicas toma os primeiros contornos fortemente atrelada a sentimentos nacionalistas e etnocêntricos, em especial os despertados pelo romantismo alemão. É nesta episteme comprometida por ideologias de pureza racial e superioridade étnica que se consolida a classificação linguística com base em um perfil morfológico holisticamente aplicável. É dizer, cada língua em sua totalidade pertenceria a uma determinada categoria, pois que a afiliação a um tipo seria a expressão visível, no plano morfológico, de uma suposta *essência* não só da língua, como também de sua comunidade de falantes (MAZZOCCO, 1993).

A despeito do rechaço das ideias de pureza e superioridade racial do século XIX, bem como da tipologia holística na esfera da produção científica mais especializada, permanece entre muitos acadêmicos da linguística a ideia vaga de que as línguas apresentariam consistentemente tais ou tais características morfossintáticas em sua totalidade. Não raro, estudantes, pesquisadores e interessados em linguística no geral expressam das mais variadas formas a noção de que há algo de *essencialmente* diferente entre os seguintes exemplos clássicos de tipos morfológicos aos quais as línguas poderiam se encaixar:

- (1) Mandarim (sino-tibetana: sinítica)
lóng zài yún lǐ fēixiáng
dragão em nuvem dentro voar
“O dragão está voando nas nuvens”

- (2) Turco (túrquica: oguz)
Burak Doğuş-a balıĝ-ı tut-tur-du
Burak Doğuş-DAT PEIXE-ACC PEGAR-CAUS-PST
“BURAK FEZ DOĞUŞ PEGAR O PEIXE”

- (3) Francês (indoeuropeia: itálica)
il y a pas de nuage-s dans le ciel
3SG LOC haver.3SG neg de nuvem-PL em MASC.SG céu
“Não há nuvens no céu”
- (4) Latim (indoeuropeia: itálica)
non est nub-es in cael-o
NEG ser.3SG nuvem-NOM.PL em céu-ABL.SG
“Não há nuvens no céu”

Da observação comparativa de dados como (1) e (4), linguistas têm feito classificações das línguas em *tipos morfológicos* há dois séculos. Nas palavras de Edward Sapir,

“há algo de irresistível quanto a um método de classificação que comece com dois pólos exemplificados por, digamos, chinês e latim, agrupe o que convenientemente puder a estes pólos, e jogue todo o resto num ‘tipo transicional’” (SAPIR, 1921, p. 130) [tradução nossa].

Sob a aparência relativamente descomplicada destas operações classificatórias, porém, repousam uma série de conceitos cujas existências foram postuladas com base em tradição, conhecimento religioso ou ideologia externa à linguística, e cujas validades merecem ser postas à prova.

Portanto, este artigo faz uma revisão bibliográfica sobre o percurso da classificação linguística, desde seu início como alegada expressão da *essência* de uma língua – e por isso, da inteligência coletiva de seus falantes – até um sistema classificatório que, embora reconfigurado, carrega em seu cerne conceitos que demandam ser discutidos: as definições circulares de palavra e a oposição morfologia/sintaxe. Organiza-se em quatro seções: na primeira, acompanhamos o histórico da **tipologia morfológica**, de Dante Alighieri no séc. XIV, passando por nomes como August von Schlegel e Edward Sapir, a Joseph Greenberg, já na segunda metade do séc. XX; na segunda seção, discutimos a problemática do conceito de **palavra**, sobre o qual muito da classificação das línguas tradicionalmente se baseou; na terceira, é apresentada a importante contribuição do conceito de **formativo** para a análise dos fenômenos gramaticais de forma não-holística, muito embora ainda calcada na palavra; e na quarta e última, apontamos outras perspectivas.

Breve histórico crítico da tipologia morfológica

Os primórdios da classificação no ocidente

Dante Alighieri é um dos expoentes do eruditismo europeu que, no século XIV, reforça o debate sobre a língua adâmica, descrevendo-a como divina, imutável, estável e universal, independente dos caprichos dos falantes humanos (MAZZOCCO, 1993). Desta língua divina,

todas as demais línguas do mundo teriam surgido como corrupções degeneradas depois do incidente da confusão babilônica – a queda a torre de Babel, também ficção bíblica. Segundo Dante, após tal episódio, a língua adâmica teria dado origem a três outras, a germânica, a românica e a bizantina, que subsequentemente teriam passado por subdivisões internas próprias (ALIGHIERI, 1996), gerando a diversidade de línguas conhecidas até então. Em sua obra *De Vulgari Eloquentia*, Dante estabelece o conceito de *gramatica* – a face imutável da língua, construída para a comunicação padronizada. De forma análoga, muitos proponentes do conceito de língua adâmica, eruditos ou não, acreditavam que tal língua, por divina, seria capaz de exprimir a *verdadeira essência* das coisas de uma maneira que as línguas humanas então contemporâneas, sendo degenerações, não poderiam (PARRY, 2015). As discussões quanto à natureza da língua adâmica prosseguiriam até o século XVIII, quando foram em sua maior parte abandonadas. As noções de essência e de corrupção de um passado ideal, no entanto, estavam plenamente enraizadas no pensamento sobre a linguagem, e assim prosseguiriam até o século XIX.

O século XIX e Von Schlegel

O século XIX marcou de forma profunda as ciências humanas. Disseminados entre o fazer científico e a discussão política europeia da época, encontram-se diversos elementos oriundos do pensamento erudito alemão. Um grande eixo ideológico, norteador do grosso das produções intelectuais daquele país, foi o conceito de *Volksgeist*, ou espírito de um povo. Para além dos círculos acadêmicos e literários alemães, a noção de *Volksgeist* influenciou sobremaneira a epistemologia hegemônica desde o momento de sua concepção. Baseado no *Nationalgeist* de Justus Möser e Johann Gottfried Herder, pensadores do século XVIII, é no século subsequente que o conceito se populariza entre os acadêmicos de vários campos do conhecimento. A despeito de particularidades de cada área que influenciou, pode-se afirmar de forma geral que o *Volksgeist* é a ideia de que haveria um gênio em cada povo. O espírito de um povo seria, portanto, sua *essência* psicológica, presente em todos os seus membros, ao mesmo tempo servindo de motriz para sua história e se revelando em suas várias expressões – tais quais língua, mitologia, religião e costumes. Do direito, com Friedrich von Savigny, à filosofia, com Friedrich Hegel, passando por Wilhelm Wundt, Moritz Lazarus and Heymann Steinthal sob a forma da *Völkerpsychologie* – a psicologia de um povo – (STOCKING, 1996), também ganha corpo entre a linguística e a literatura por meio dos trabalhos de expoentes como Wilhelm von Humboldt, Friedrich e August Schlegel, Jakob e Wilhelm Grimm e Franz Bopp.

Armin Schwegler (1990) analisa minuciosamente a discussão analiticidade/sinteticidade desde sua proposição por expoentes do pensamento alemão até a contribuição de Joseph Greenberg, já no século XX. Para compreender as subsequentes propostas e o impacto destas ideias na linguística moderna, observemos aqui seu percurso investigativo a partir de August von Schlegel no início do século XIX. Em sua obra *Observations sur la langue et la littérature provençales*

(1818), von Schlegel propõe classificar as línguas por características morfológicas; tem-se aí um dos primeiros impulsos de categorizar as línguas de forma não genética com base em similaridades de comportamento morfológico. A classificação de von Schlegel levava em consideração a estrutura das palavras de uma dada língua, sendo tríplice; em primeiro lugar, estariam as línguas que, segundo o autor, seriam desprovidas de estrutura gramatical. Suas palavras seriam compostas por raízes puras, e as relações entre elas se dariam puramente por meio da sintaxe. O exemplo canônico deste tipo, desde a época de sua proposição, são as línguas siníticas, como o mandarim.

O segundo tipo de línguas seria o das línguas que codificariam as relações gramaticais por meio do emprego de afixos, a exemplo do turco; as descrições, então recentes, das línguas indígenas das Américas também serviriam de exemplo deste tipo morfológico:

- (5) Quéchua meridional de Conchucos (quéchua: quéchua I)
wamra-qa aywa-ku-sha tullu-n apa-ri-sh
criança-TOP ir-MID-PST.R3 osso-3 pegar-PUNC-PTCP
“A garota escapou carregando os ossos” (HINTZ, 2007)

Por fim, viria o terceiro tipo de von Schlegel, as línguas com flexão; nestas, as relações gramaticais se dariam por modificações de “letras” [termo do autor] nas raízes, bem como adição de sufixos derivacionais. O autor divide este tipo em dois subtipos, fundando uma distinção que é bastante difundida até hoje nos estudos em morfologia: a de línguas sintéticas e analíticas. As línguas flexionais **sintéticas** seriam, para von Schlegel, o tipo mais “perfeito” de expressão linguística humana, do qual todos os outros tipos seriam corrupções; nele, as relações gramaticais se estabelecem com base em modificações nas palavras em si. O exemplo típico é o das línguas clássicas europeias, como o grego antigo e o latim. Já as **analíticas** representariam uma degeneração das línguas sintéticas, muito embora preservassem em parte o caráter flexional – e por isso ainda fossem mais desenvolvidas, segundo ele, que as línguas dos outros dois tipos. O autor define tais línguas como as que utilizam artigos antes dos substantivos, pronomes pessoais antes dos verbos, recorrem a auxiliares na conjugação verbal, a advérbios para modificar o grau de adjetivos, entre outras características típicas de línguas europeias modernas, como as línguas românicas.

Tal classificação não foi proposta sem apresentar um juízo de valor extremo, em consonância com o nacionalismo da época. Para von Schlegel, as línguas do primeiro tipo, como o chinês, seriam “estéreis”, desprovidas da vida orgânica típica das línguas mais desenvolvidas, havendo para ele uma relação direta entre estrutura morfológica da língua e inteligência humana coletiva. Ainda segundo o autor alemão, a mudança ocorrida nas línguas europeias, do subtipo sintético para o analítico, teria se dado por conta do declínio cultural advindo com o fim da era clássica e a queda do Império Romano, já que as línguas sintéticas pertenceriam “a outra fase da inteligência humana” (VON SCHLEGEL, 1818). Portanto, não é exagero afirmar que desde sua concepção, a classificação das línguas com base em tipos morfológicos foi eivada de julgamentos de natureza pouco científica, de cunho etnocêntrico e discriminatório. Mais do

que uma preocupação puramente linguística, a proposta classificatória deixa entrever ideais de superioridade étnica, racial e cultural, e uma busca pelo estado puro, incorrupto, das línguas. Tal quadro ecoa os primeiros esforços, inextricavelmente ligados ao cristianismo, de determinar a primeira língua falada pela humanidade, mas não é balizado em fenômenos naturais.

O processo de construção de uma identidade nacional pelo qual a Alemanha do século XIX passava deu o tom ao ambiente acadêmico daquele país, e von Schlegel, como expoente do romantismo alemão, teve sua produção científica profundamente investida neste contexto. Desde o renascimento, os humanistas alemães buscavam uma imagem de si como uma nação pura, forte, em contraste com a decadência de Roma. É no século XIX, porém, que a identidade alemã vai sendo estabelecida em oposição à França napoleônica; é dito que muitos alemães, intelectuais ou não, definiam-se como sendo o que os franceses não eram (VICK, 2003). Vê-se aí o tema da pureza original, caro ao pensamento europeu fundado como um meio-termo entre a herança clássica e a tradição judaico-cristã. Não é por acaso, portanto, que a dicotomia sintética/analítica, como proposta por von Schlegel, tratasse de línguas clássicas, representantes de um estado anterior puro, *versus* suas descendentes, frutos de uma suposta degeneração – entre estas últimas, o francês e demais línguas românicas, contra as quais os sentimentos nativistas alemães se levantavam. Também não é à toa que von Schlegel situe as línguas germânicas (à exceção do inglês, por ele considerada analítica) como intermediárias – sintéticas na origem, embora “tendendo à analiticidade”.

Digno de nota é que Wilhelm von Humboldt, muito embora igualmente afinado ao romantismo alemão e às influências da concepção de *Volksgeist* à discussão linguística, discorda da proposta de von Schlegel. A discordância não é só quanto à dimensão evolutiva proposta – Humboldt rejeita a evolução das línguas flexionais a partir de línguas com morfologia tida por menos rica –, como também quanto à própria necessidade de tal classificação. Para ele, uma mesma língua poderia apresentar construções sintéticas e analíticas lado a lado, ponto de vista também defendido por Georg von der Gabelentz; ademais, ainda para Humboldt, a classificação não-genética das línguas seria impossível (SCHWEGLER, 1990).

A primeira metade do século XX – Sapir e a reintrodução dos conceitos

No século XX, a proposta classificatória de von Schlegel, esquecida por praticamente meio século, foi revivida por Edward Sapir. Em sua obra *Language: An Introduction to the Study of Speech* (1921), Sapir torna a não só abordar a tipologia morfológica na classificação das línguas, como também a usar as palavras *analítica* e *sintética* propostas por von Schlegel – mas não sem uma postura crítica quanto ao espírito acientífico que tinha dominado o século anterior.

Sapir afirma que manter noções preconcebidas de superioridade de uma ou outra língua – e com base nisto, classificar as línguas do mundo – é um esforço infrutífero, além de possivelmente o entrave mais poderoso de todos ao pensamento lúcido na linguística. Em seu texto, ele afirma diretamente que há um preconceito evolucionário influenciando a classificação científica das

línguas, por conta da admiração europeia pelas línguas flexionais clássicas – grego e latim –, equivocadamente tidas como a etapa mais elevada do desenvolvimento linguístico. A linguagem, como expressão simbólica da intuição humana, pode se apresentar, segundo ele, nas mais variadas formas, independentemente de avanço ou primitivismo materiais do povo que articule a língua.

A despeito desta análise crítica, Sapir faz sua própria proposta classificatória, com a ressalva de que tais tipos não deveriam ser aplicados nem de forma exclusiva – já que as línguas apresentam construções de mais de um tipo –, nem de forma absoluta – pois que uma construção é mais ou menos analítica ou sintética apenas em relação a outra –, sob pena de superficialidade da análise. Sua classificação então é elaborada numa grande matriz de possibilidades combinatórias entre três parâmetros principais. O primeiro é o **grau de síntese** da língua, variando de analítico – línguas que não combinariam conceitos em palavras únicas, como o chinês, ou o fariam de forma muito econômica, como o inglês; sintético – na qual os conceitos se agrupariam de forma mais definida em palavras, que seriam mais “ricamente intrincadas” [termo do autor], como no latim, árabe ou finlandês; e polissintético – que apresentaria elaboração extrema da palavra, nela codificando as relações sintáticas, a exemplo de muitas das línguas indígenas americanas. Outro parâmetro é a **técnica** empregada pela língua – isolante, sob o qual sempre há correspondência entre raiz e palavra; aglutinante, sob o qual palavras seriam formadas por junção de afixos às raízes; e fusional – sob o qual elementos relacionais se fundiriam às raízes. Por fim, o último parâmetro, o **tipo fundamental**, distinguiria as línguas simbólicas, que possuem o poder de mudar o significado dos radicais por meio de mudanças internas, das línguas relacionais, nas quais tais mudanças não operariam (SAPIR, 1921; SCHWEGLER, 1990). Sua matriz oferece mais de 20 combinações, exemplificadas por línguas desde o chinês, turco, francês e latim ao sioux, chinook e khmer.

O posicionamento de Sapir reitera a advertência feita desde von Humboldt quanto à imposição da classificação por tipos morfológicos a toda uma língua. Para as alegações de atribuição de uma dada língua em sua inteireza a um tipo, não nos é difícil imaginar contra-exemplos; as próprias línguas românicas não raro possuem uma forma analítica e uma sintética para exprimir o mesmo tempo verbal – pensemos nas formas *vou olhar* e *olharei* do português e seus equivalentes nas outras línguas aparentadas. As críticas à classificação de Sapir, porém, se concentraram na pouca clareza dos critérios para se determinar a analiticidade/sinteticidade – se deveriam ser semânticos, sintáticos, morfológicos, ou uma combinação destes; além disto, sua escala de síntese situava as línguas por meio de notações altamente vagas, como as de “levemente polissintética”, “notavelmente sintética” ou “muito próxima de complexa relacional pura” (SCHWEGLER, 1990).

A lista de Tauli

Em um artigo publicado no ano de 1945, Valter Tauli oferece sua contribuição para a discussão dos conceitos de analiticidade e sinteticidade. Na publicação, expõe que os termos “analítico” e “sintético” são extensivamente utilizados na linguística, a despeito de não haver

definição amplamente aceita quanto ao que tais termos representariam. Um ponto crucial abordado por Tauli, porém, é a noção de que analiticidade/sinteticidade estão inevitavelmente ligadas ao conceito de **palavra**, um conceito que, nas palavras do autor, “é tão vago e difícil de se definir quanto os [próprios] conceitos de análise e síntese” (TAULI, 1945, p. 80). Seu trabalho, infelizmente, não obteve muita projeção, sendo ignorado por muitos dos que tomariam parte na discussão de analiticidade/sinteticidade (SCHWEGLER, 1990).

Ele elenca onze critérios para definir o grau de analiticidade:

1. linearidade, sendo uma forma linear mais analítica que uma forma não-linear;
2. presença ou não de alomorfia em bases, sendo formas invariáveis mais analíticas que formas alternativas;
3. presença ou não de alomorfia em morfemas, sendo formas invariáveis mais analíticas que formas alternativas;
4. ocorrência independente das bases, sendo as independentes mais analíticas;
5. ocorrência independente dos morfemas, sendo os independentes mais analíticos;
6. força fonética do morfema, sendo um morfema foneticamente forte - silábico, por exemplo - mais analítico que um não-silábico;
7. se os elementos de uma forma são separáveis - sendo portanto mais analíticos - ou não;
8. se a ordem destes elementos pode ser trocada - sendo assim mais analíticos - ou não;
9. se no caso de coordenação, o morfema aparece em apenas uma palavra, sendo mais analítico - ou em todas, mais sintético;
10. se no caso de subordinação, há concordância ou não, sendo expressões sem concordância mais analíticas;
11. ordem dos elementos, sendo ordem progressiva mais analítica que a regressiva.

Tauli se alinha ao posicionamento de que construções, e não línguas inteiras, seriam analíticas ou sintéticas – e de forma relativa, sempre em comparação a outras construções (muitas vezes da mesma língua), posicionáveis em uma escala de acordo com sua lista de critérios. Da análise destes, não é difícil se depreender que, por exemplo, formas não-lineares sejam mais sintéticas que forma lineares afixais que tenham raízes e morfemas invariáveis. É daí que Tauli tira uma observação curiosa: formas “aglutinantes” – sequências de morfemas lineares e invariáveis, como as que comumente aparecem em exemplos tais quais diversas línguas bantu –, teriam um caráter analítico relativamente forte. O que diferenciaria, portanto, palavras de línguas tradicionalmente grafadas como afixais das palavras de línguas tradicionalmente grafadas como isolantes, já que ambas poderiam apresentar morfemas linearmente sequenciais e sem alomorfia – e não raro, línguas historicamente consideradas isolantes como o chinês mandarim possuem ordem dos constituintes (dita sintática) tão rígida quanto a de morfemas no interior de uma palavra?

A segunda metade do século XX – de Greenberg em diante

Joseph Greenberg (1960) buscou reduzir o grau de imprecisão na classificação morfológica das línguas, lançando mão de métodos quantitativos. Uma série de parâmetros quantificáveis – e, portanto, prontamente comparáveis entre línguas diferentes – foi proposta, com destaque para o **grau de síntese**, definido por Greenberg como o quociente m/w entre morfemas (m) e palavras (w). Este índice, que forneceria o grau de complexidade das palavras, situaria as línguas como analíticas – aquelas cujo quociente seria de 1,00-1,99 –, sintéticas – 2,00-2,99 – e polissintéticas – 3,00 ou mais. Adotando tais medidas, classificações prévias de línguas no espectro analítico-sintético foram em geral corroboradas: uma língua dita polissintética, o inuit, apresenta grau de síntese de 3,72; uma língua como o sânscrito, tradicionalmente vista como sintética, 2,59. O vietnamita, sempre classificado como analítico, apresenta índice de 1,06³.

Imprescindível apontar que, como aludido por Tauli, frequentemente em um sistema linguístico co-ocorrem construções mais “analíticas” e outras mais “sintéticas”, e a análise sob os parâmetros de Greenberg, depreendida de *corpora* escritos, poderia resultar em valores que encobrissem desproporções nas estratégias empregadas por uma mesma língua. Uma série de linguistas, seguindo a proposta de Greenberg, passa a propor ajustes metodológicos ao longo da segunda metade do século XX, visando corrigir tal desvio (SCHWEGLER, 1990). A maior das inconsistências, porém, é outra: embora uma boa definição de **palavra** seja axial aos cálculos que sua proposta implica, Greenberg não a define satisfatoriamente – também não o fizeram seus predecessores, e tampouco o farão os subsequentes refinamentos sobre sua proposta. Como veremos na seção seguinte, este conceito questionável é onipresente ao longo do corpo teórico da linguística, ameaçando a validade de muito do que se produz sobre o fenômeno da linguagem.

Schwegler (1990, p. 26), a respeito de subsequentes adaptações do modelo de Greenberg, afirma que após quase dois séculos de pesquisa e investigação em tipologia morfológica, resta claro que “os parâmetros sintético e analítico não podem ser aplicados a línguas em sua inteireza de nenhuma forma significativa”. Aos poucos, o enfoque holístico, ao menos nos círculos mais diretamente especializados ao estudo da tipologia, se desassociou da discussão analiticidade/sinteticidade. Outros fenômenos passam a ocupar papel central como generalizações aplicáveis à totalidade de uma língua, a exemplo da ordem canônica das frases (VSO, SVO, SOV e assim por diante); Comrie (1991, p. 440) aduz que se antes a maioria dos estudantes de linguística aprenderia a classificação morfológica das línguas em isolantes, aglutinantes e fusionalis, “hoje, é provável que tenham uma ideia similarmente vaga de que línguas são classificadas em SOV, SVO e VSO”. No entanto, termos como *língua isolante*, *língua aglutinante*, *língua fusional* e *língua polissintética* enraizaram-se firmemente no imaginário coletivo dos que estudam a linguagem, ainda sendo encontrados com frequência em publicações e estudos de diversas áreas.

3 Na publicação de Greenberg, têm-se os termos *eskimo* e *annamite* para se referir, respectivamente, ao inuit e ao vietnamita.

O problema da palavra

Muito foi dito quanto à natureza das línguas, das construções ou dos formativos com respeito a seu comportamento morfossintático, sempre tendo como baliza teórica a palavra. No entanto, esta é uma definição que está longe de ser unanimemente aceita – e aplicável na linguística – (DIXON; AIKHENVALD, 2003), o que põe em xeque grande parte da utilidade e poder descritivo das classificações aqui abordadas, como já afirmava Tauli em 1945.

Idiossincrasias do grego e latim clássicos acabaram por moldar profundamente o pensamento crítico acerca da língua, e a herança mais óbvia é o conceito de palavra. Nestas línguas, bem como em outras da família indoeuropeia, a palavra parece ser uma unidade de análise facilmente delimitável. A presença de formativos cumulativos⁴ acompanhando as raízes, fenômeno desproporcionalmente concentrado em línguas desta família (DRYER; HASPELMATH, 2013), desencorajou a consciência e/ou proposição de quaisquer itens portadores de significado menores que a palavra, como o morfema. Em vez disso, os gramáticos clássicos listavam as diferentes formas que suas palavras poderiam assumir em longas listas de declinação ou conjugação, associadas a diferentes paradigmas. Veja-se:

Tabela 1. Declinação da palavra latina para nuvem – 3ª declinação, genitivo em *-ium*

Caso	Singular	Plural
nominativo	nūbēs	nūbēs
genitivo	nūbis	nūbium
dativo	nūbī	nūbibus
acusativo	nūbem	nūbēs
ablativo	nūbe	nūbibus

A segmentação interna de seu item de análise, a palavra, passou despercebida pelos gramáticos clássicos por não ser facilmente visualizável – em franco contraste com determinadas línguas tidas por “aglutinantes” como o turco ou o quéchua, cujos itens delimitáveis de análise costumam ser compostos por morfemas de conteúdo gramatical único linearmente associados.

Perceba-se que no parágrafo anterior, para explicitar os graus de adequação da palavra a diferentes línguas, aludimos ao conceito de “línguas aglutinantes”. Não só a classificação em tipos morfossintáticos depende da noção de palavra, como a própria noção de palavra – e muito de sua problematização nas últimas décadas – acabou se apoiando na classificação em tipos morfossintáticos, num espetacular exemplo de definição circular que perpassa toda uma disciplina. Para ilustrar, vejamos o que dizem Dixon e Aikhenvald ao levantar as inadequações do conceito de palavra:

4 Morfemas veiculadores de mais de um conteúdo gramatical; ver seção “O século XXI e a análise por formativos de Bickel e Nichols”.

A ideia de “palavra” como uma unidade da língua foi desenvolvida para as línguas familiares da Europa, as quais em geral possuem uma estrutura *sintética* [...] alguns dos critérios para “palavra” são apenas aplicáveis totalmente a línguas *deste tipo*. E quanto às línguas dos outros extremos do *continuum* tipológico – as de perfil *analítico* ou *polissintético*? (DIXON; AIKHENVALD, 2003, p. 3) [tradução e grifos nossos]

Portanto, começa a se revelar uma linguística apoiada em circularidades que, para além de enfraquecer o poder explicativo das teorias acerca da linguagem, também preserva laivos de etnocentrismo. É um quadro não tão distante do espírito carregado de nacionalismo e ideologias de pureza racial do século XIX quanto gostaríamos de imaginar.

A palavra e o trabalho de missionários

Foi no século XIX que muitas línguas das possessões coloniais decorrentes de invasão da África e da Ásia foram descritas – e, caso ágrafas, registradas no alfabeto latino. As tentativas de grafar as línguas africanas, por exemplo, viram diferentes maneiras de escrita sendo aplicadas a uma mesma língua, de modo que aparentemente, “dois escritores não dividiam a mesma palavra de um mesmo jeito” (LOUWRENS, 1991). Ao se falar na grafia de línguas da África Subsaariana, duas estratégias ortográficas se destacavam: a disjuntiva, que tendia a grafar os morfemas como palavras separadas, e a conjuntiva, que os reunia em longas palavras com sequências morfêmicas lineares (LOUWRENS, 1991; MALEPE, 2006).

Bastante figurativo é o caso do sepedi (ou sotho do norte), língua bantu falada na África do Sul cujo registro gráfico se iniciou com missionários europeus há dois séculos. Juntamente com a escrita, veio o conceito de palavra – que, nesta língua, assumiu proporções curiosas: logo se estabeleceu extenso debate quanto ao sepedi ser uma “língua isolante” ou “aglutinante”, mormente por conta de indefinições de sua proposta gráfica. A título de ilustração, temos a sentença sepedi para “ele não me vê”, que pode ser grafada de maneira disjuntiva – *ga a mponne* – ou conjuntiva – *gaamponne* (MALEPE, 2006). Lombard, sobre o sepedi, adverte os leitores a não se enganarem pela ortografia prática desta língua, pois “‘palavras’ são indicadas de maneira relativamente arbitrária para se representar na escrita” e “muitas partes de palavras são escritas separadamente [...] como se tivessem *status* de palavra” (LOMBARD, 1985, p. 15). O disjuntivismo acabou sendo a estratégia mais adotada para esta língua (TALJARD; BOSCH, 2006); percebe-se, porém, que o construto *palavra* acomodou-se de forma discutível ao sepedi, tão distante das línguas para as quais foi originalmente formulado.

A adoção de diferentes estratégias de grafia, além de afetar estudos que envolvam marcação de classes lexicais e uso de *corpora*, oculta similaridades morfológicas entre línguas estreitamente aparentadas (TALJARD; BOSCH, 2006). Como o sepedi, o zulu, pertencente ao mesmo subgrupo de línguas bantu meridionais, também teve a ortografia concebida por missionários no século XIX, embora grafado de maneira conjuntiva. Vejam-se duas sentenças,

uma em sepedi e uma em zulu, compostas por morfemas correspondentes – mas grafadas respectivamente como quatro palavras (*ke a ba rata*) e uma única (*ngiyabathanda*):

- (6) Sepedi (nígero-congolesa: bantu)
 ke a ba rata
 SUJ.1SG PRES OBJ.CL2 gostar
 “Eu gosto dele/dela.”

- (7) Zulu (nígero-congolesa: bantu)
 ngi-ya-ba-thanda
 SUJ.1SG-PRES-OBJ.CL2-gostar
 “Eu gosto dele/dela.”

No entanto, as dúvidas sobre a validade da palavra também são expressivas entre representantes da própria família indoeuropeia. Schwegler (1990) aventa, num capítulo dedicado à evolução do francês, a possibilidade de se analisarem diversas construções desta língua de forma a considerar os pronomes de sujeito e objeto não como palavras, como preconiza a análise tradicional, mas sim como afixos. Veja-se a sentença tradicionalmente grafada *il la lui a donné* sob a luz desta perspectiva⁵:

- (8) il-la-lui-a-donn-é
 3SG.M.SUJ-3SG.F.OBJ-3SG.OI-haver.3SG-dar-PART
 “Ele deu-lha”

Tal análise, segundo o autor, teria implicações diretas no cálculo da sinteticidade do francês, língua historicamente posicionada no espectro mais analítico inclusive pelo proponente original da classificação, von Schlegel –, mas que então apresentaria um sintagma verbal tão morfológicamente complexo quanto os de línguas como o basco, o georgiano e o quéchua (SCHWEGLER, 1990). Tendo os linguistas do século passado ora situado o francês como mais analítico, ora como mais sintético, este exemplo ilustra simultaneamente a inadequação do item **palavra** e o impacto direto de sua delimitação problemática na classificação em tipos morfológicos. As falhas do arcabouço teórico apresentado são de tal magnitude que, durante o século XX, não houve consenso quanto ao perfil tipológico do francês, língua europeia de fartíssima documentação disponível.

A palavra e a China

Tendo em vista que uma vasta porção do pensamento científico acerca da linguagem elaborou-se na Europa, carregando vieses linguísticos – a palavra – e extralinguísticos – ideologias como o *Volksgeist*, por exemplo –, vale investigar as demais tradições gramaticais, filológicas ou quaisquer outros campos do conhecimento que tenham se desenvolvido de

⁵ Glosa nossa.

modo independente, ocupando-se de línguas de um perfil outro que não o das indoeuropeias. Amplamente utilizado como exemplo do que seriam línguas isolantes, o chinês⁶ possui uma comunidade expressiva de falantes e uma história escrita que remonta a milênios; é tão diferente das línguas indoeuropeias quanto possível, e conta com um extenso corpo de escritos historiográficos, técnicos e artísticos. Isto em consideração, analisemos como se deu o estudo da gramática na China, bem como possíveis proposições conceituais advindas deste legado.

É curioso que apesar da grande tradição chinesa na compilação de dicionários elaborados, e estudos de léxico e fonologia, com foco em rimas silábicas aliado à análise dos caracteres, a produção de gramáticas na China – sejam normativas ou descritivas – é muito mais recente. As primeiras gramáticas de línguas siníticas sob o formato que conhecemos foram escritas somente a partir do século XVII por ocidentais, encaixando-se firmemente, portanto, no arcabouço teórico da Europa (MAIR, 1997; PEYRAUBE, 1999; CHAPPEL, 2006). Os eruditos chineses tradicionalmente focaram suas atenções no chinês clássico, não se demorando em análises dos vernáculos contemporâneos. Ironicamente, seria com as gramáticas missionárias dos ocidentais que os diferentes vernáculos siníticos seriam alvo de estudos. Mair (1997) contrasta a situação chinesa com a indiana, na qual, antes do contato com os europeus, havia extensa tradição gramatical – e a gramática era vista como um dos cinco *vidya*, tipos básicos de conhecimento. O autor especula que o sânscrito, como uma língua “extremamente flexional”, teria suscitado diversos estudos, contrariamente ao chinês clássico, “talvez a língua menos flexional da Terra”⁷. Procedente ou não, fato é que a gramática e o estudo da língua no geral desfrutavam de menor prestígio na China pré-moderna, tendo a maioria dos esforços se concentrado em seu intrincado sistema de escrita.

Gramáticas ocidentais para línguas orientais

Uma destas primeiras gramáticas concebidas e escritas por ocidentais é a *Arte de la lengua Chiō Chiu*, obra do espanhol Melchior de Mançano, no século XVII. Nela, ao tratar de verbos – inequivocamente invariáveis em todas as pessoas do discurso nas línguas siníticas –, o autor traz uma tabela de conjugação verbal nos moldes das conjugações indoeuropeias; na tabela 2, observa-se a conjugação do verbo *lāy*, “vir”⁸, em chiō chiu, língua min nan falada no sul da China.

6 Por chinês, referimo-nos às línguas siníticas, um conjunto de línguas aparentadas, embora nem sempre mutuamente inteligíveis, e que compartilham a escrita logográfica e um panorama político-cultural.

7 Pellin (2008) faz uma afirmação semelhante, atribuindo a escassez de estudos morfológicos na China pré-moderna à “falta de flexão” do chinês, bem como à “indiferença cultural” dos chineses para com as línguas dos demais povos.

8 Os itens *guà*, *lu*, *ý*, *guàn*, *lǔn* e *ín* são os pronomes pessoais de 1^a, 2^a e 3^a pessoas do singular e do plural, nesta ordem.

Tabela 2. Conjugação do verbo *lāy* “vir” proposta em *Arte de la lengua Chiō Chiu*

Romanização	Tradução
guà lāy	eu venho
lu lāy	tu vens
ý lāy	ele/a vem
guàn lāy	nós vimos
lǔn lāy	vós vindes
ín lāy	eles vêm

É um flagrante exemplo da inadequação do aparato linguístico europeu, construído sob medida para línguas tidas como flexionais, para descrever línguas tão tipologicamente apartadas das línguas indoeuropeias quanto as siníticas. Similarmente, a *Arte de la lengua mandarina*, escrita no mesmo século por um missionário também espanhol, Francisco Varo, traz em suas páginas descrições de casos sintáticos e declinações para o chinês – fenômenos que não encontram correspondência na realidade (MAIR, 1997). Por outro lado, diversos fenômenos característicos das línguas siníticas, como verbos seriais e classificadores nominais, foram cobertos de forma muito breve nos estudos conduzidos por estes gramáticos europeus, a despeito da centralidade de tais estruturas para a gramática das línguas da China.

Somente em 1898 surgiria a primeira gramática de uma língua sinítica feita nativamente, o *Mǎ Shì Wéntōng* (马氏文通) “Tratado de Gramática de Mǎ”, escrito por Mǎ Jiànzhōng. O autor, no entanto, se limita ao mandarim literário; além disso, é assumidamente afiliado ao modelo greco-latino de descrição gramatical. Insere-se num contexto cultural de esforços de modernização da China da dinastia Qing, imbuídos de urgência para defender a cultura e ordem social tradicionais chinesas da ameaça dos poderes ocidentais (PELLIN, 2008). Ao seguir os moldes das gramáticas europeias, o autor acreditava contribuir para a prosperidade de sua nação – chegando a atribuir o sucesso da riqueza do ocidente a suas gramáticas⁹ (MAIR, 1997).

A linguística chinesa a partir do século XX

Ainda que hoje em dia a linguística não mais busque decalcar os conceitos de caso, declinação e conjugação para as línguas siníticas, outros construtos provenientes da tradição ocidental têm se provado mais resistentes; é o caso da *palavra*. Sua definição e aplicabilidade são dificultadas por fatores intrínsecos à língua, mas também gráficos: as línguas siníticas são grafadas utilizando *hànzì* (汉字), um sistema logográfico de base silábica que é significativamente diferente dos modos de escrita alfabética do ocidente. Por conseguinte, a unidade básica mais visível é o *zì* (字), termo que descreve o símbolo gráfico veiculador de uma ideia, mais próximo em correspondência com o morfema que com a palavra. Escrito em sequência e sem o uso de

⁹ Apesar de superficialmente contraditório, incorporar aspectos da cultura ocidental percebidos como chaves para o desenvolvimento da indústria, ciência e economia foi a estratégia adotada pelo Japão desde a Restauração Meiji (séc. XIX), e em seguida, pela China, com vasta elaboração/importação de vocabulário técnico-científico (MAIR, 1997).

espaços¹⁰, foi sobre o *zì* que recaíram as discussões acadêmicas durante os muitos séculos da produção intelectual chinesa. Num primeiro momento, como na gramática de Mǎ Jiànzhōng, tentou-se equacionar *palavra* com a unidade de análise tradicional e óbvia do chinês, o *zì*; por isso, no *Mǎ Shì Wéntōng*, o autor dá os nomes de *dòngzì* (动字, “zì de ação”) para verbos, *míngzì* (名字, “zì de nome”) para substantivos, *liánzì* (连字, “zì de conexão”) para conjunções. Não tardou para se apontarem os problemas de igualar *zì* e *palavra*: sendo o mandarim uma língua na qual a maioria das palavras é dissilábica, elas se comporiam de dois *zì* cada (DUANMU, 2017).

Atualmente, a linguística chinesa tem se preocupado bastante com o conceito de *cí* (词), que seria a palavra como tentativamente entende a linguística ocidental¹¹. É consenso entre sinólogos e acadêmicos nativos que o termo **palavra** nunca constou nem do vocabulário tradicional erudito, nem do vocabulário de falantes leigos de chinês antes do contato com o ocidente. Esta acepção do termo dataria do começo do século XX, mas a discussão sobre a palavra só se intensificaria a partir de 1950, com o projeto expresso da República Popular da China de introduzir um sistema oficial de romanização do mandarim – o *Hànyǔ Pīnyīn* –, para o qual a delimitação de palavras era assunto urgente (DUANMU, 1998; DUANMU, 2017; MYERS, 2020).

Uma série de desafios à aplicação da palavra ao chinês, porém, persiste; não poucos foram os linguistas chineses que se opuseram ao uso deste conceito, ou demonstraram que os critérios de definição da palavra eram conflitantes quando transplantados ao chinês (DUANMU, 1998). Em sua Gramática do chinês falado, Yuen Ren Chao afirma:

Nem toda língua tem um tipo de unidade que se comporte na maioria [...] dos respeitos como se comporta a unidade “palavra” quando falamos ou escrevemos em inglês sobre as subunidades do inglês [...] Como veremos nos casos em si, encontraremos vários tipos de unidades similares à palavra que podem ser chamadas de palavra, sobrepondo-se a ela em grande extensão, mas que não têm necessariamente o mesmo escopo. (CHAO, 1968, p. 159) [tradução nossa, grifos do autor]

Separar claramente o que seria uma palavra do que seria um sintagma nominal no chinês não é uma tarefa simples. Figuram diversos casos ilustrativos desta dificuldade na literatura, como as unidades dissilábicas chamadas de *líhécí* (离合词 – palavras separáveis). Um exemplo é *yǒuqián* (有钱) “rico”; o termo é modificável por *hěny* (很) “muito”, um advérbio, em *hěnyǒuqián* (很有钱) “muito rico”, no que se comporta como um composto. No entanto, pode acabar sendo separado, como na expressão *yǒu hěny duō qián* (有很多钱) “muito rico/ter muito dinheiro” (DUANMU, 2017). Outro exemplo são as construções interrogativas no formato A+não+AB, nas quais AB é uma unidade dissilábica; veja-se o trazido em Myers (2020):

10 Perceba-se a ausência de espaço gráfico em todos os exemplos em mandarim do presente artigo, que vêm acompanhados de sua grafia nativa em caracteres chineses; a sentença glosada em (1) na introdução escreve-se 龙在云里飞翔, por exemplo.

11 Para a nomenclatura gramatical chinesa da atualidade, verbos são *dòngcí* (动词, “palavras de ação”); substantivos, *míngcí* (名词, “palavras de nome”); conjunções, *liáncí* (连词, “palavras de conexão”), e assim por diante (YANG, 2007).

- (6) 你高不高兴
 nǐ gāo-bù-gāoxìng
 2SG feliz-NEG-feliz
 “Você está feliz?”

Similarmente, as palavras ditas *elásticas* (DUANMU, 1998) ou *teléscopicas* (HUANG *et al.*, 2017) do mandarim são outro fenômeno curioso; são unidades dissilábicas, a exemplo de *xuéxí* (学习) “estudar”, *jìshù* (技术) “habilidade” e *lǎohǔ* (老虎) “tigre”, que podem se realizar em alguns contextos como *xué*, *jì* e *hǔ*, respectivamente, apresentando o mesmo significado das formas plenas.

As tentativas de conciliar a noção de palavra com a estrutura do chinês frequentemente envolvem a distinção entre compostos dissilábicos e sintagmas nominais qualificados (PAUL, 2005; SCHÄFER, 2009; XU, 2018), ou até a proposição de uma natureza multidimensional para a palavra nestas línguas, envolvendo sua expressão nos planos morfológico, sintático e prosódico (SHENGLI, 2001), ou postulando seu surgimento “por meio da interação de forças linguísticas distintas”. Myers, defendendo a existência da palavra no chinês, afirma:

Ter interface entre domínios tão fundamentalmente diferentes, porém, requer um acordo dinâmico. Palavras são algo como tornados, torcidas em pleno ar por forças concorrentes poderosas, e continuando a se torcer para longe de nossa compreensão mesmo após formadas, mas ainda assim inegavelmente reais. (MYERS, 2020, p. 17) [tradução nossa]

Parece-nos que **palavra** segue um conceito não-universal, tentativamente atingido a duras penas; a extensa discussão necessária para compreendê-lo, juntamente à falta de consenso quanto a sua delimitação ou até mesmo validade põem em dúvida seu caráter de unidade básica. Os esforços parecem partir de uma vontade preestabelecida de subsumir a realidade ao construto teórico, e não de postular um construto que reflita o que ocorre na linguagem.

O século XXI e a análise por formativos de Bickel e Nichols

Em 2007, em um capítulo do livro *Language typology and syntactic description*, Balthasar Bickel e Johanna Nichols oferecem uma importante contribuição à tipologia morfológica, propondo o conceito de **formativo** como item de análise. Para os autores, formativos são marcadores de informação flexional. Diferem de palavras por não poderem reger ou ser regidos por outras palavras, não poderem requerer ou sofrer concordância, e não poderem ser núcleos de sintagma: “*formativos são entidades morfológicas, palavras, sintáticas*” (BICKEL; NICHOLS, 2007, p. 172). [tradução e grifos nossos]

Nas línguas da Europa Ocidental, aduzem os autores, formativos tipicamente se realizam por meio de morfologia presa; não obstante, ao se observarem as línguas do mundo, vê-se que nem todos os formativos são formas presas como são os morfemas flexionais das línguas

indoeuropeias. Para ilustrar, trazem o lai chin, uma língua tibeto-birmanesa falada em Myanmar. Nesta e em outras línguas do sudeste asiático, formativos ocorreriam *sob a forma de palavras livres*; observe-se o morfema veiculador de caso ergativo no exemplo:

- (7) TSEW MÁD NÍ? ?a-ka-ṭHOʔD
Tsew Mang ERG 3SG-A-1SG.P-bater
“Tsew Mang me bateu”

O formativo seria um item de análise que se apresentaria das mais diversas formas, e é sob ele que recai todo o aparato classificatório legado dos séculos de discussão quanto a analiticidade/sinteticidade e demais categorias morfológicas. Para Bickel e Nichols, não são as línguas por inteiro que receberiam a classificação; é salientado que as escalas dos parâmetros são aplicadas a formativos individuais ou a grupos de formativos. Os autores justificam apontando que formativos isolantes, por exemplo, encontram-se na quase totalidade das línguas, ao menos como algumas poucas partículas fonologicamente livres. Desencorajam que se usem termos tais quais “línguas isolantes”, muito embora as línguas difiram no grau em que empregam os diferentes tipos de formativo – isto é, é possível afirmar se uma determinada língua apresenta mais ou menos formativos isolantes em relação a uma outra.

A classificação dos autores, porém, não é um *continuum* entre formas analíticas ou sintéticas, mas sim uma série de parâmetros ortogonais uns aos outros, oferecendo possibilidades combinatórias para se agruparem os formativos das diferentes línguas. Central para o estabelecimento de seus parâmetros, encontra-se a distinção entre palavra **fonológica** e palavra **gramatical**. Para discutirmos como cada destes dois conceitos é trazido pelos critérios de classificação, passemos a definir os parâmetros propostos, co-ocorrentes em cada formativo: o **grau de fusão**, a **flexividade** e a **densidade semântica**.

Grau de fusão

Refere-se à fusão fonológica dos formativos às raízes, havendo um gradiente com respeito a quão firmemente estes estão unidos. Os autores apresentam uma escala *ISOLANTE* → *CONCATENATIVO* → *NÃO-CONCATENATIVO*.

Formativos isolantes são palavras fonológicas plenas, como no exemplo do lai chin em (7), ocorrendo livres em sequência às raízes. Já os concatenativos são fonologicamente presos e necessitam se ligar a alguma palavra para ocorrerem; incluem desinências flexionais e clíticos, e os autores salientam que a marca mais perceptível da concatenação é que os formativos são prontamente segmentáveis, como em diversas línguas bantu, quíchua ou túrquicas. Em turco, por exemplo, ad-lar “nome-pl”, ad-in “nome-gen” e ad-lar-in “nome-pl-gen” permitem visualizar claramente os formativos de caso genitivo e número plural como formando uma sequência linear com a raiz *homem*. A similaridade de tais sequências concatenativas com as sequências de formativos isolantes, apontada desde a lista de Tauli, não passa despercebida. Os autores justificam

a manutenção de duas categorias distintas sob a alegação de que formativos concatenativos disparam ajustes fonológicos e morfofonológicos “na *palavra* que eles constroem em conjunto com o hospedeiro” [grifos nossos], apoiando-se no conceito de palavra para diferenciar seus conceitos de isolamento e concatenação. São elencados como processos que afetariam unicamente os formativos concatenativos – e por isso, resultariam em palavras – assimilação, dissimilação, elisão e restrições prosódicas. Por fim, formativos não-concatenativos se realizariam por modificação direta da base; englobam mudanças prosódicas ou de tom na raiz, subtração de morfemas, ou o processo amplamente conhecido das línguas semíticas e suas raízes triliterais acompanhadas de diferentes vocalismos para expressar significados lexicais ou flexionais diferentes (como no árabe *k-t-b* “escrever”, de onde *katab* “ele escreve/escreveu” e *aktub* “ele está/estava escrevendo”).

Flexividade

Os autores, para evitar confusão com “flexão”, propõem o termo “flexividade” para um de seus parâmetros de variação tipológica dos formativos. Diz respeito à alomorfa lexical, motivada não por contextos morfofonológicos, mas pelo alinhamento da raiz a determinadas classes flexionais presentes na língua. Boa parte dos casos de flexividade vêm de línguas indoeuropeias – principalmente as mais conservadoras. Nelas, os casos sintáticos, por exemplo, seriam expressos por formativos contidos em conjuntos de alomorfes selecionáveis com base no pertencimento da base lexical a determinado paradigma de declinação. Ilustra o genitivo latino, veiculado por um formativo variável a depender da vogal temática: esta, em latim, pode reunir os nomes numa classe de tema em -a como *nauta*, marinheiro; -e, como *dies*, dia; -o, como *lupus*, lobo; -u, como *cornus*, chifre; e um quinto paradigma reunindo atemáticos e palavras com tema em i- como *nubes*, nuvem. O morfema de genitivo, portanto, varia entre {-i} para as três primeiras classes e {-s} para as demais.

Densidade semântica

Densidade semântica é o parâmetro proposto pelos autores para abordar o acúmulo ou não de diferentes significados gramaticais numa mesma unidade de análise – o próprio formativo, no caso da **exponência**, e a palavra – aqui, não mais a fonológica, mas sim definida como **palavra gramatical** –, no caso da **síntese**.

Exponência

Refere-se ao grau no que diferentes conteúdos gramaticais são veiculados pelo mesmo formativo, que a despeito de portar mais de um significado gramatical, permanece uno e indivisível. Os autores distinguem dois protótipos, formativos **separativos** – como muitos dos formativos lineares das línguas tradicionalmente encaradas como *aglutinantes* a exemplo do turco em (2) ou do quéchua em (5); e formativos **cumulativos**, comuns em línguas indoeuropeias, nas quais um mesmo morfema carrega mais de um significado – como no exemplo do francês em (3), em que o artigo definido *le* veicula as noções de masculino e singular.

Síntese

Aqui, Bickel e Nichols se apoiam fortemente no conceito de palavra e na lógica circular que lhe é subjacente. **Palavras analíticas** seriam compostas de um número muito limitado de formativos, frequentemente apenas um, ou de uma raiz lexical pura; ao se combinarem sintaticamente para exprimir uma categoria flexional, formariam perífrases. Os autores lançam mão de exemplos do inglês para demonstrar como o futuro nesta língua envolve duas palavras gramaticais distintas: ocupam posições variáveis (*Your friend will go* em contraste a *Will your friend go?*) e podem ter interposição de outros termos (*He will definitely go*). Já as **palavras sintéticas** teriam constituição interna mais elaborada, apresentando-se como uma sequência de formativos presos juntos à raiz. Os autores, no entanto, afirmam a possibilidade de sequências de formativos isolantes se combinarem numa só “palavra sintática complexa” e de ordem interna rígida¹². Por fim, também recuperam a noção de polissíntese; uma palavra seria polissintética, como em muitas línguas indígenas da América do Norte, caso composta por uma série não só de formativos, mas também de raízes incorporadas e afixos lexicais.

O formativo *sensu* Bickel e Nichols e a palavra

Como exposto na subseção anterior, os autores distinguem o conceito fonológico do conceito gramatical da palavra, trazendo este construto teórico ao cerne da proposta; para se definir a natureza de um formativo quanto ao grau de fusão, por exemplo, o conceito de palavra fonológica é o eixo orientador. Em relação aos demais parâmetros, principalmente à síntese, é a palavra gramatical que norteia como o formativo será enxergado. Na seção **Síntese**, os autores afirmam que a noção de palavra por eles usada para situar formativos em sua escala de densidade semântica quanto à palavra é a “gramatical, não a fonológica. A palavra gramatical é definida como *menor unidade da sintaxe*, tecnicamente o nodo terminal ou projeção mínima (X₀) na estrutura do sintagma” (BICKEL; NICHOLS, 2007, p. 190). O uso de dois conceitos diferentes de palavra torna a análise complexa, com sequências de palavras independentes segundo um critério comportando-se como uma só palavra segundo o outro. Se por um lado precisar de quais critérios lançamos mão ao falarmos em “palavra” oferece maior detalhamento ao modelo explicativo, este quadro não deixa de representar mais uma tentativa de acomodação – a duras penas – da realidade ao construto “palavra”.

Na sua definição de polissíntese, os autores lastreiam sua proposta na circunscrição dos processos envolvidos à morfologia ou à sintaxe para classificar as sequências de formativos polissintéticas como sendo palavras – “a sequência envolve dependências puramente *morfológicas, não-sintáticas*” (BICKEL; NICHOLS, 2007, p. 194) [grifos nossos]. Fica patente

12 O exemplo usado pelos autores é da língua lai chin, da qual trouxemos uma sentença em (7). Para eles, o *status* de “palavra complexa” se justificaria com base nos mesmos testes aplicados aos exemplos do inglês; diferentemente da sequência inglesa *will go*, uma sequência lai chin exprimindo futuro não pode ter seus formativos trocados de posição nem interpostos por outro elemento.

que os autores trazem em seu cabedal teórico a dicotomia morfologia/sintaxe, lançando mão dela para delimitar o que é palavra, e, por conseguinte, estabelecer a maior parte da organização de seu sistema classificatório quanto à síntese. Esta operação, longe de ser algo incomum, norteia boa parte da linguística teórica; usemos de exemplo a colocação de San Duanmu quanto à delimitação da morfologia e a natureza de determinados processos fonológicos:

A distinção entre palavras e sintagmas, porém, é de vital importância para a morfologia e a fonologia. *Sem saber o que é uma palavra, não se pode significativamente falar em morfologia.* Similarmente, algumas regras fonológicas, como atribuição de tonicidade e determinação de domínios tonais, aplicam-se diferentemente no nível de palavra e no nível sintagmático [...] Sem uma distinção entre palavras e sintagmas, tais regras pareceriam ser *ad hoc*. (DUANMU, 1998, p. 135) [tradução e grifos nossos]

Dito de forma clara, a distinção entre morfologia e sintaxe é definida com base na palavra – e em diversos trabalhos, inclusive o de Bickel e Nichols, a palavra vem definida com base na distinção entre morfologia e sintaxe. A despeito da importante contribuição para o debate, e da grande utilidade da proposta de análise por formativos, esta é mais uma instância de definição circular subjacente a conceitos-chave para a teoria linguística.

Outras perspectivas

Autores como John McWhorter e Walter Bisang, discutindo crioulos e demais línguas tidas por escassas em morfologia, oferecem uma fonte de novas percepções ao debate, a despeito de também utilizarem as noções de língua analítica e língua sintética. Os autores propõem que determinadas línguas, como muitas do Sudeste Asiático ou da África Ocidental, apresentariam uma gramática marcadamente “telegráfica”¹³, sendo por isso **radicalmente analíticas**. Diferentemente de línguas que seriam mais ou menos analíticas a depender dos parâmetros adotados – que eles tratam por analíticas apenas relativamente, como o inglês –, as línguas radicalmente analíticas se caracterizariam pela ausência quase completa de morfologia flexional **contextual**. Apresentariam, quando muito, morfologia flexional **inerente**, não importando para esta distinção se os morfemas envolvidos na flexão são presos ou livres (MCWHORTER, 2016; MCWHORTER, 2019; BISANG, 2020).

Proposta por Booij (1993), a distinção entre morfologia flexional inerente e contextual diz respeito às diferentes informações gramaticais veiculadas pelos morfemas. A morfologia flexional inerente não seria requerida pelo contexto sintático, a exemplo de número em substantivos, grau em adjetivos, e tempo e aspecto em verbos. As línguas apontadas por Bisang e McWhorter como radicalmente analíticas – casos emblemáticos usados pelos autores são o iorubá, o chinês e línguas austronésias da ilha de Flores, além de diversos crioulos –, apresentariam somente

¹³ A expressão é usada em diversas publicações de McWhorter para se referir a línguas com escassa morfologia flexional.

este tipo de morfologia flexional. Em contraposição, a morfologia flexional contextual, como caso e concordância, seria ditada pelo contexto sintático. Esta é mais uma ocorrência em que a distinção morfologia/sintaxe – e, em seu bojo, a palavra – é estruturante para a linguística. Porém, embora não ocupem centralidade em sua proposição, Booij oferece conceituações da dicotomia inerente/contextual que não aludem à palavra: flexão inerente teria **significado**, importância semântica, sendo por isso adquirida mais precocemente por crianças; a contextual desempenharia **funções**, daí sua aquisição mais tardia (BOOIJ, 1993). É dizer, de certa forma, que a morfologia flexional inerente teria um caráter dêitico, ancorado a elementos da realidade extralinguística, enquanto a morfologia flexional contextual veicularia relações e propriedades do sistema interno à língua.

McWhorter utiliza esta distinção, além de hipóteses históricas e geográficas, para propor que a analiticidade radical seria um estado tão marcadamente singular entre as línguas humanas que todas as instâncias de sua ocorrência se explicariam por aquisição imperfeita por parte de adultos (MCWHORTER, 2016; MCWHORTER, 2019). Independentemente da validade ou não de suas alegações para a linguística histórica, para a crioulística e o estudo do contato entre línguas, o autor suscita questionamentos estimulantes munido dos conceitos de analiticidade radical e morfologia flexional contextual/inerente – esta distinção, caso apoiada na semântica, aponta para possibilidades de análise apartadas do uso da palavra.

McWhorther também faz alusão à oposição proposta por William Thurston (1987) entre gramáticas **esotéricas**, de línguas de uso restrito a sua comunidade imediata de falantes e raramente aprendidas por adultos, e gramáticas **exotéricas**, de línguas de uso generalizado como língua franca/segunda língua¹⁴. Em sua obra, Thurston afirma que “é de grande ajuda ao aprendiz [adulto] se cada morfema puder ser facilmente analisado e identificado” (THURSTON *et al.*, 1987, p.58), de onde a morfologia mais simplificada das gramáticas exotéricas em contraste com a das esotéricas; estas últimas, aprendidas pelas crianças em transmissão regular, priorizariam compacidade, favorecendo elisão de vogais, redução fonêmica dentro dos morfemas, e fusão destes entre si e às raízes. É ao perfil exotérico que McWhorter subsume as línguas radicalmente analíticas, alvos de aquisição adulta por conta de movimentos populacionais na história dos povos envolvidos. A discussão, embora envolvendo estudos exteriores à linguística, tem seu mérito por provocar novos enfoques, mormente por utilizar dados da comunidade de falantes e uma possível análise semântica da morfologia flexional das línguas.

Ademais, há propostas que desconsiderem totalmente a palavra como item de trabalho, focando unicamente nos morfemas – uma vez que mais facilmente delimitáveis e analisáveis –, seguindo o caminho anunciado por Zellig Harris (1946). Em Lazzarini-Cyrino e Mattos (2020),

14 Wray e Grace (2007) elaboram este conceito, referindo-se não a *língua* ou *gramática*, mas a *comunicação* esotérica – entre membros de uma mesma comunidade, que compartilham conhecimento; e *comunicação* exotérica – entre membros de diferentes comunidades, ou em sociedades amplas, estratificadas e especializadas.

utilizamos sentenças provenientes de gramáticas descritivas, segmentadas em morfemas e devidamente acompanhadas de suas glosas, como fonte de dados para algoritmos de aprendizado de máquina não supervisionado. Investigamos, num primeiro momento, quatro línguas sem relação geográfica ou genética, araweté (tupi-guarani: Brasil), yakkha (sino-tibetana: Nepal), saami de Pite (fino-úgrica: Suécia e Noruega) e khwarshi (nakh-daguestaniana: Rússia), reunindo os morfemas de cada língua em grupos com o auxílio dos algoritmos. Os agrupamentos gerados foram analisados, bem como associações entre bigramas¹⁵ dos morfemas e suas possibilidades combinatórias. Obtivemos métricas indicadoras de diferenças quantitativas entre as línguas quanto à maneira em que combinam morfemas de grupos distintos – seja de forma mais livre, seja de forma mais restritiva, o que poderia representar indícios de delimitação ou não de unidades supramorfêmicas. Tal uso de técnicas de processamento de linguagem natural nos estudos em tipologia, a despeito de inicial, aponta para uma direção potencialmente proveitosa, oferecendo métodos de comparação operacionais e aplicáveis às mais diversas línguas, além de baseados na observação dos dados – e não puramente na tradição.

Conclusão

Acompanhamos a história da discussão analiticidade/sinteticidade e dos empreendimentos classificatórios na linguística, partindo de sua concepção comprometida por ideais acientíficos até as contribuições mais recentes ao debate, ainda marcado de forma profunda pelo eurocentrismo. Vimos também como o conceito **palavra** é um construto europeu forçadamente imposto a toda a disciplina, por conta do qual são feitos esforços tremendos a fim de adequar a realidade das diferentes línguas do globo a uma entidade teórica de validade questionável. Frente a isto, cabe a reflexão quanto a alternativas viáveis para servir de baliza aos estudos subsequentes que se debrucem sobre a linguagem, e um fazer científico que não utilize conceitos e itens de análise fundados em tradição etnocêntrica.

REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, D. *De vulgari eloquentia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BICKEL, B.; NICHOLS, J.: Inflectional morphology. In.: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description*. V. 3. Cambridge: Cambridge University Press, n. 2, 2007, p. 169-240.
- BISANG, W. Radical analyticity and radical pro-drop scenarios of diachronic change in east and mainland Southeast Asia, West Africa and pidgins and creoles. *Asian Languages and Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 34–70, 2020.

15 Bigramas, no caso, são sequências de dois morfemas sucessivos, unidades binárias cujos possíveis componentes apresentam graus variados de afinidade entre si.

BOOIJ, G. Against split morphology. In.: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (eds.). *Yearbook of morphology*, Berlim: Springer, 1993, p. 27-49.

CHAO, Yuen Ren. *A grammar of spoken Chinese*. Berkeley: University of California Press, 2017.

CHAPPELL, H. From Eurocentrism to Sinocentrism: the case of disposal constructions in Sinitic languages. In.: AMEKA, F. K.; DENCH, A. C.; EVANS, N. (eds.). *Catching language: the standing challenge of grammar writing*, Berlim: Walter de Gruyter, 2006, p. 441-486.

COMRIE, B. Holistic versus partial typologies. In: BAHNER, W.; SCHILDT, J.; VIEWEGER, D. (eds.). *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*. Berlin, 139-148, 1991.

DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (eds.). *Word: A cross-linguistic typology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (eds.). 2013. *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em: <<https://wals.info/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DUANMU, S. Wordhood in Chinese. In.: PACKARD, J. L. (ed.). *New approaches to Chinese word formation: Morphology, phonology and the lexicon in modern and ancient Chinese*, Berlim: Walter de Gruyter, 1998, p. 135-196.

DUANMU, S. Word and wordhood, modern. In.: SYBESMA, R. P. E. *et al.* (ed.). *Encyclopedia of Chinese language and linguistics*. V. 4. Leiden: Brill, 2017, 2017, p. 543-549.

GREENBERG, J. H. A quantitative approach to the morphological typology of language. *International journal of American linguistics*, v. 26, n. 3, p. 178-194, 1960.

HARRIS, Z. S. From morpheme to utterance. In: *Papers on Syntax*. Springer, Dordrecht, 1946. p. 45-70.

HINTZ, D. J. *Aspect and aspectual interfaces in South Conchucos Quechua: The emergence of grammatical systems*. Tese (Doutorado em Linguística) da University of California, Santa Barbara, 2007.

HUANG, C. R.; HSIEH, S. K.; CHEN, K. J. *Mandarin Chinese words and parts of speech: A corpus-based study*. Oxford: Taylor & Francis, 2017.

LAZZARINI-CYRINO, J. P.; MATTOS, E. B. Um estudo exploratório sobre a classificação de morfemas por agrupamento hierárquico para comparação tipológica. *Revista do GELNE*, Natal, v. 22, n. 2: Dossiê Morfologia, p. 395-407, 2020.

LOMBARD, Daniel P. *Introduction to the grammar of Northern Sotho*. Pretória: JL van Schaik, 1985.

- LOUWRENS, L. J. *Aspects of Northern Sotho Grammar*. Cidade do Cabo: Via Afrika, 1991.
- MAIR, V. H. Ma Jianzhong and the invention of Chinese grammar. *Journal of Chinese Linguistics Monograph Series*, n. 10, p. 5-26, 1997.
- MALEPE, M. K. (2006). *Elements of Northern Sotho orthography: a linguistic approach*. Dissertação (Mestrado em Línguas Africanas) da Escola de Linguagens e Estudo em Comunicação, Faculdade de Humanidades, Universidade do Limpopo, Mankweng, 2005.
- MAZZOCCO, A. *Linguistic theories in Dante and the Humanists: Studies of language and intellectual history in Late Medieval and Early Renaissance Italy*. Leiden: Brill, 1993.
- MCWHORTER, J. Is radical analyticity normal? In.: VAN GELDEREN, E. (ed.). *Cyclical change continued*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016, p. 227-249.
- MCWHORTER, J. The radically isolating languages of Flores: A challenge to diachronic theory. *Journal of Historical Linguistics*, v. 9, n. 2, p. 177-207, 2019.
- MYERS, J. Wordhood and disyllabicity in Chinese, 2020. Disponível em: < <http://personal.ccu.edu.tw/~lngmyers/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020
- PARRY, D. Umberto Eco and the echoes of Adamic language. *Zagadnienia Rodzajów Literackich*, v. 58, n.2, p. 13-28, 2015.
- PAUL, W. Adjectival modification in Mandarin Chinese and related issues. *Linguistics*, v. 43, n. 4, p. 757-793, 2005.
- PELLIN, T. Inventing a modern lexicon for grammar in Chinese: the experience of Wang Fengzao, Ma Jianzhong and Yan Fu. *Language Sciences*, v. 30, n. 5, p. 529-545, 2008.
- PEYRAUBE, A. Sur les sources du Ma Shi Wen Tong. *Histoire épistémologie langage*, v. 21, n. 2, p. 65-78, 1999.
- SAPIR, E. *Language: An introduction to the study of speech*. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1921.
- SCHÄFER, M. A+N constructions in Mandarin and the ‘compound vs. phrase’ debate. *Word Structure*, v. 2, n. 2, p. 272-293, 2009.
- SCHWEGLER, A. *Analyticity and syntheticity: A diachronic perspective with special reference to Romance languages*. Berlin: Walter de Gruyter, 1990.
- SHENGLI, F. Lun hanyu ci de duwei xing [on the multi-principles of Chinese words]. *Dangdai yuyanxue*, v. 3, p. 161-174, 2001.
- STOCKING, G. W. *Volksgeist as method and ethic: Essays on Boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: Univ of Wisconsin Press, 1996.

TALJARD, E.; BOSCH, S. E. A comparison of approaches to word class tagging: Disjunctively vs. conjunctively written Bantu languages. *Nordic journal of African studies*, v. 15, n. 4, 2006.

TAULI, V. Morphological analysis and synthesis. *Acta Linguistica*, v. 5, n. 1, p. 80-85, 1945.

THURSTON, W. R. *Processes of change in the languages of north-western New Britain*. Canberra: The Australian National University, 1987.

VARO, F. *Francisco Varo's Grammar of the Mandarin Language, 1703: An English Translation of 'Arte de la Lengua Mandarin'*. COBLIN, W. S; LEVI, J. A. (eds.). Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2000.

VICK, B. The origins of the German Volk: Cultural purity and national identity in nineteenth-century Germany. *German Studies Review*, v. 26, n. 2, p. 241-256, 2003.

VON SCHLEGEL, A. W. *Observations sur la langue et la littérature provençales*. Paris: Librairie grecque-latine-allemande, 1818.

WRAY, A., GRACE, G. W. The consequences of talking to strangers: Evolutionary corollaries of socio-cultural influences on linguistic form. *Lingua*, v. 117, n. 3, 543-578, 2007.

XU, Z. The word status of Chinese adjective-noun combinations. *Linguistics*, v. 56, n. 1, p. 207-256, 2018.

YANG, J. *Hanyu Jiaocheng: Language Skills Chinese courses*. Beijing: Beijing Language & Culture University Press, 2007.



**PAGAR O PATO É O MESMO QUE PAGÁ-LO? CONSIDERAÇÕES SOBRE
O COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO EM FRASEOLOGISMOS
IS PAGAR O PATO THE SAME AS PAYING IT? CONSIDERATIONS
ABOUT MORPHOSYNTACTIC BEHAVIOR IN PHRASEOLOGISMS**

*David Pereira de Souza*¹

*Carlene Ferreira Nunes Salvador*²

*Abdelhak Razky*³

RESUMO

A reflexão sobre o léxico tradicionalmente se concentra no exame da palavra, em sua configuração monolexical. A fim de contribuir com essa reflexão, propomos, neste artigo, a análise de unidades polilexicais do português que constituem fraseologismos, objetivando descrever seu comportamento morfossintático. Para tanto, assumimos que léxico e gramática são componentes intimamente relacionados no sistema da língua. Especificamente, o aporte teórico adotado comporta três enfoques principais, a saber: a corrente francesa de Fraseologia representada por Gross (1996) e Mejri (1997; 2012; 2018); a discussão sobre o conceito de palavra, com base em Biderman (1999), Basilio (2000), Haspelmath e Sims (2010) e Mejri (2018); e as contribuições de Perini (2008; 2010) em relação à sintaxe do português, especialmente das unidades fraseológicas. No que tange aos procedimentos metodológicos, o artigo se estrutura a partir da pesquisa base de Souza (2018) sobre fraseologismos no discurso político, da qual foram retiradas 21 unidades fraseológicas, isoladas de seu contexto de uso, para ilustrar o comportamento morfossintático dessas estruturas que apresentam fixidez em diferentes níveis, com destaque neste estudo para as restrições morfossintáticas que elas apresentam nos eixos sintagmático e paradigmático.

Palavras-chave: Comportamento morfossintático; Fraseologia; Palavra.

ABSTRACT

The reflection on the lexicon has traditionally focused on examining the word, in its monolexical configuration. In order to contribute to this reflection, we propose, in this article, the analysis of polilexical units of Portuguese that constitute phraseologisms, aiming to describe their morphosyntactic behavior. Therefore, we assume that lexicon and grammar are closely related components in the language system. Specifically, the theoretical approach adopted comprises three main approaches, namely: the French Phraseology current represented by Gross (1997) and Mejri (1997; 2012; 2018); the discussion about the word concept, based on Biderman (1999), Basilio (2000), Haspelmath and Sims (2010) and Mejri (2018); and Perini's contributions (2008; 2010) in relation to the Portuguese syntax, especially the phraseological units. With regard to methodological procedures, the article is structured based on Souza's (2018) basic research on phraseologies in political discourse, from which 21 phraseological units were removed, isolated from their context of use, to illustrate the morphosyntactic behavior of these structures that present fixity at different levels, highlighting in this study the morphosyntactic restrictions that they present in the syntagmatic and paradigmatic axes.

Keywords: Morphosyntactic behavior; Phraseology; Word.

1 Doutorando em estudos linguísticos no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará. Professor substituto da Universidade do Estado do Pará e professor concursado na Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), davips312@gmail.com.

2 Doutorado em Letras - Estudos linguísticos pela Universidade Federal do Pará. Docente do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, carlene.salvador@ufra.edu.br.

3 Doutorado em Linguística - Université de Toulouse Le-Mirail, França. Professor titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Professor em Exercício na Universidade de Brasília (UnB), arazky@gmail.com.

Introdução

A justificativa para a escolha do tema deste trabalho se deve fundamentalmente a duas razões. Primeiramente, porque a ampliação de conhecimentos técnicos e teóricos a respeito do funcionamento morfossintático das línguas naturais demonstra que o estudo fraseológico não pode ser ignorado das reflexões e do escopo desse componente curricular e, inversamente, a pesquisa fraseológica não pode prescindir dos princípios e ferramentas estabelecidos pela linguística para o exame da morfossintaxe das línguas. O outro motivo, decorrente do primeiro, se deve ao fato de a temática escolhida ser de fundamental importância em fraseologia, uma vez que o fenômeno da cristalização lexical põe em xeque a concepção tradicional de palavra monolexical.

Em se tratando da fundamentação teórica, este estudo adota, para os conceitos de fraseologia e de polilexicalidade, os trabalhos de Gross (1996) e Mejri (1997; 2012; 2018). Sobre a revisão dos trabalhos realizados no Brasil, tem-se por base Ortíz Alvarez (2000) e Monteiro-Plantin (2014). No que concerne à noção de palavra, ancora-se nas contribuições e reflexões de Biderman (1999), Basílio (2000) e Haspelmath e Sims (2010).

Com relação aos passos metodológicos, este trabalho, de natureza quali-quantitativa e de cunho descritivo (GIL, 2010), foi realizado em três etapas. Na primeira, fez-se um levantamento bibliográfico de trabalhos que discutem a noção de palavra e de fraseologia. Posteriormente, foram selecionados 21 fraseologismos que expressam diferentes estruturas sintagmáticas. Essas unidades foram extraídas do glossário de fraseologismos utilizados no discurso político de Souza (2018). Por fim, realizou-se a análise das sequências cristalizadas.

Os resultados demonstram que, do ponto de vista formal, sem levar em consideração a dimensão semântica, as sequências selecionadas seguem os padrões sintáticos do português, apresentando estrutura sintagmática diversificada, com tamanho e extensão variáveis, contendo dois constituintes no sintagma ou constituindo frases completas. A análise do comportamento morfossintático revelou que os fraseologismos são, em sua maioria, resistentes a determinadas transformações morfossintáticas que seriam aceitas normalmente por construções livres. Isso, obviamente, demonstra uma atração léxico-gramatical das unidades que formam expressões com diferentes graus de cristalização que constituem os fraseologismos.

Nas seções a seguir, discorreremos sobre conceitos teóricos gerais da fraseologia propostos por Salah Mejri para a delimitação e identificação das unidades fraseológicas, além de uma discussão crítica sobre o conceito de palavra e a sua relação com a fraseologia. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada para a construção da amostra, assim como dispomos os resultados alcançados.

Fundamentação teórica

A fraseologia de uma língua natural é constituída por um apanhado de expressões, que circulam no sistema da língua com regularidade de sua forma e restrição de seu sentido. Mejri (2012) refere-se a elas em termos de associações sintagmáticas recorrentes, ou fraseologismos, resultantes do processo de cristalização lexical que atua conjuntamente na materialização do fenômeno fraseológico nas línguas vivas, colocando a sintagmática a serviço do léxico. De configuração polilexical, os fraseologismos apresentam total ou relativa fixidez de sua forma, institucionalização, frequência de uso, além de diferentes graus de idiomaticidade, o que permite eleger um *continuum* no sentido de ser mais ou menos conotativo, como veremos adiante, ao tratarmos especificamente das propriedades dessas unidades.

Como campo investigativo sistematizado a partir do início do século XX, cabe à Fraseologia o estudo dessas sequências fixas recorrentes que estão acumuladas no arcabouço lexical do usuário da língua.

Do ponto de vista cronológico, embora se tenha registro dos estudos realizados por Hermann Paul (1980 [1886]) e Michel Bréal (1992 [1897]), recai sobre Charles Bally a primeira tentativa em busca da sistematização dessa disciplina, considerando-a uma subárea da Lexicologia, tendo sido o primeiro autor a nomear de *Phraseologie* a área em questão. Bally (1909) apresentou em seu *Traité de stylistique française* a categorização daquilo que ele convencionou chamar de locuções fraseológicas, preocupando-se em verificar as propriedades que possibilitam identificar e categorizar as associações ou agrupamentos sintagmáticos, salientando que tais expressões podem ter apenas um caráter passageiro de modo que podem desaparecer ou, ao contrário, permanecer nos sistemas das línguas, apresentando caráter usual, recorrente, o que as torna uma unidade fixa, cujo sentido passa a ser geralmente não composicional, como as expressões idiomáticas.

O estudo fraseológico realizado por Bally (1909) possibilitou a essa área, que durante muito tempo ficou à parte dos estudos linguísticos, ganhar adeptos fora do continente europeu, chegando à Rússia (antiga União Soviética). Nesse contexto, desenvolveu-se a ponto de se constituir disciplina científica, na década de 1940, graças aos trabalhos de Polivanov (1931 apud ORTIZ ALVAREZ, 2000) e Vinogradov (1947 apud ORTIZ ALVAREZ, 2000) como principais representantes dessa escola que, após averiguarem as características dos fraseologismos e os limites de atuação da área, propuseram a Fraseologia como um campo de estudo independente da Lexicologia, divergindo, assim, de Bally (1909) e de outros autores que tratam a unidade fraseológica como fato do léxico, como Casares (1950), Klare (1986), Mejri (1997; 2012), Corpas Pastor (1996) e Ortíz Alvarez (2000).

Ao concordar com os fraseólogos russos, Monteiro-Plantin (2014) considera que a Fraseologia constitui uma

disciplina independente, relacionada a todos os níveis de análise linguística (do fonético ao discursivo-pragmático), cujo o objetivo é o estudo das combinações de unidades léxicas, relativamente estáveis, com certo grau de idiomaticidade, formadas por duas ou mais palavras, que constituem a competência discursiva dos falantes, em língua materna, segunda ou estrangeira, utilizadas convencionalmente em contextos precisos, com objetivos específicos, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente (MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 34).

Por sua vez, Mejri (1997), tendo assumido um ponto de vista lexicológico para a fraseologia, não nega a complexidade do fenômeno e as interfaces que mantém com a sintaxe, morfologia etc., visto que o processo de cristalização linguística é central nas línguas e mobiliza todos os níveis do sistema. Para ele, “a cristalização não é um fato isolado, mas que está, ao contrário, no centro do funcionamento da linguagem” (MEJRI, 1997, p. 34). A esse processo pelo qual as combinações sintagmáticas vão se tornando fixas na língua, formando um bloco de sentido global, Mejri (2012) chama de *figement*, reservando o termo *phraseologie* ao fenômeno, comum às línguas naturais, que se expressa por meio dos fraseologismos.

Apesar de abundantes no uso da língua, nem sempre é fácil delimitar e diferenciar nitidamente os fraseologismos das demais construções sintagmáticas ditas livres, pois, conforme já demonstraram os estudos franceses desenvolvidos no âmbito da Lexico-gramática (GROSS, 1982; GROSS, 1996), as sequências fixas se submetem, de modo geral, à sintaxe que opera na língua comum, o que não significa ausência de peculiaridades no seu comportamento morfossintático e semântico-pragmático. Há autores que concedem primazia ao conteúdo semântico dessas unidades, em virtude da natureza geralmente opaca de expressões idiomáticas, gírias e dito popular, por exemplo, deixando de incluir no caudal fraseológico sequências de conteúdo mais transparente, como as colocações e fórmulas situacionais. Entretanto, acreditamos, fundamentados em Mejri (1997; 2012), que as propriedades dos fraseologismos se apresentam de forma escalar, num *continuum*.

Mejri (2012) sugere seis critérios que possibilitam a certificação fraseológica, são eles: polilexicalidade, fixidez, congruência, frequência, previsibilidade e idiomaticidade. Com exceção da polilexicalidade, as demais propriedades são gradientes, isto é, nem sempre ocorrem com a mesma intensidade nem todas de uma única vez em todos os casos. *Grosso modo*, as sequências fixas costumam apresentar pelo menos três ou quatro dessas propriedades, o que assegura a categorização dessas estruturas conforme o grau de fixidez sintagmática e semântica.

Do ponto de vista formal, a polilexicalidade é a propriedade mais saliente dos fraseologismos, uma vez que o fato de serem constituídos por mais de um item lexical se faz evidente a *olho nu*. Daí, ser essa uma característica essencial no reconhecimento fraseológico. Observemos o caso de *pagar o pato*⁴, no sentido de ser penalizado por alguma atitude negativa que não cometeu, em que há três elementos formando a sequência sintagmática *pagar/o/pato*.

4 Exemplos retirados da amostra sob análise receberam ênfase em itálico.

Analisados separadamente, cada item tem seu significado autônomo, porém o sentido global referido acima não é a soma desses componentes, devendo-se considerar o bloco, o conjunto. Os fraseologismos podem apresentar extensão variável no eixo sintagmático, indo do sintagma formado por dois componentes lexicais a estruturas transfrásticas, como os provérbios. Entretanto, apesar de importante, o critério da polilexicalidade não é suficiente para assegurar o caráter fraseológico, pois nem toda estrutura polilexical constitui um fraseologismo, como não o são as palavras compostas (guarda-roupa, beija-flor, por exemplo), mas toda unidade fraseológica é, necessariamente, de natureza polilexical.

Outra característica importante dessas sequências é a frequência de uso, chegando muitas vezes a superar as demais palavras monolexicais, a depender do tema abordado e do gênero discursivo no qual os textos circulam. Essa repetição está estreitamente relacionada a outra propriedade fundamental do fraseologismo: a fixidez. Esta, considerada um critério relevante para indicar o grau de cristalização das sequências, pode ser total ou parcial, alcançando tanto o eixo sintagmático quanto o eixo paradigmático, manifestando-se especialmente na (morfo)sintaxe e nos níveis semântico-pragmáticos. No eixo do sintagma, a fixidez impõe ao fraseologismo certas restrições morfossintáticas que seriam aceitas por combinações livres, como no caso de *lavar a roupa suja*, em que o sintagma nominal não pode ser pronominalizado (*lavá-la*), a menos que se desfaça a unidade da sequência fraseológica. Já no eixo paradigmático, a fixidez intervém impedindo a formação de paradigmas sinonímicos ou reduzindo-os a algumas poucas variantes, como no caso do fraseologismo *quebrar um galho* (ajudar), cuja estrutura não admite substituição de nenhuma das palavras por outras sinonímicas, diferentemente de *barca furada*, que aceita a comutação lexical de *barca* por *canoa* (*canoa furada*).

Em seu estudo sobre as sequências fixas de natureza verbal do francês, Gross (1982) demonstra que elas seguem, de modo geral, a sintaxe da língua, o que também podemos observar em relação ao português. Por exemplo, o núcleo dos sintagmas verbais fraseológicos, tais como **bater** as botas, **quebrar** um galho, **sair** de fininho, dentre outros, costuma sofrer as mesmas flexões de número e pessoa, modo e tempo que são comuns às construções não fixas. Entretanto, essas unidades apresentam inegavelmente um comportamento morfossintático bastante característico, conforme explica Perini (2010) ao tratar da posição fixa do modificador anteposto em expressões idiomáticas, como *doce ilusão*, *alta burguesia*, *santa Igreja*, *triste sina*. O autor também cita a impossibilidade de inverter elementos coordenados por *e*, em construções do tipo **a fogo e ferro* (*a ferro e fogo*), **de cuia e mala* (*de mala e cuia*).

A congruência, por sua vez, é “o processo de adaptação das unidades lexicais pelo qual elas se integram naturalmente na combinatória” (MEJRI, 2012, p. 143), isto é, as regras de formação e de uso dos fraseologismos. Para Mejri (2012), a vantagem desse critério reside exatamente no fato de podermos dizer que é incongruente toda alteração e uso que vá de encontro à natureza da sequência cristalizada, como o acréscimo do determinante *uma* no interior do sintagma **abrir (uma) mão*. Assim, tornam-se incongruentes as alterações morfossintáticas, semânticas ou comutações paradigmáticas que violem a fixidez do fraseologismo e as condições de seu contexto pragmático de uso.

Segundo Mejri (2012), ao cruzarmos a fixidez e a congruência, podemos diferenciar, por um lado, as sequências cristalizadas das sequências livres e, por outro, descrever os fraseologismos, relacionando aspectos formais e principalmente de natureza semântica.

Já a idiomatidade constitui uma propriedade semântica estreitamente associada aos elementos socioculturais e semióticos elaborados e compartilhados pela comunidade de falantes de uma língua. Via de regra, a idiomatidade se expressa por meio do significado peculiar, geralmente figurado, dos fraseologismos característicos da língua e do povo que a utiliza, como as expressões idiomáticas cujo conteúdo semântico é comumente não composicional, devendo ser compreendido de forma global, como um significado terceiro, convencional e opaco.

Em virtude dessas características, sobretudo em função da frequência de uso, da atuação da fixidez e do fato de serem bem formadas, as sequências cristalizadas costumam ser previsíveis no discurso. Desse modo, muitas vezes, a simples menção a uma parte do fraseologismo (Quem tem boca... [vai a Roma]) é suficiente para que o falante recupere a combinatória por completo, pois os componentes que a estruturam estão em estreita solidariedade sintático-semântica.

Devido a essas características, a fraseologia tem desafiado, ao longo do tempo, linguistas, filólogos, lexicógrafos e gramáticos a desenvolverem métodos e teorias que consigam explicar adequadamente o funcionamento dessas unidades complexas do léxico, nas quais atuam muito fortemente a (morfo) sintaxe e a semântica. Um desses desafios está relacionado à problemática da definição de palavra, que ainda hoje não foi resolvida no âmbito da própria Linguística. A fim de contribuir com essa discussão, discorreremos, a seguir, brevemente, acerca dessa questão, pondo em evidência a relevância do estudo sobre o *figement lexical* e a proposta de Mejri (1997; 2012; 2018) relativa à terceira articulação da linguagem para abrigar a análise das unidades polilexicais cristalizadas.

A noção de palavra

Não é recente o debate acerca da pertinência do conceito de palavra no âmbito da linguística geral. Segundo Galves e Fernandes (2010), a noção de palavra, em que pese a falta de uma definição formal científica e universalmente válida, é central no âmbito dos estudos da linguagem desde a Antiguidade. De acordo com Haspelmath e Sims (2010), o conceito de palavra é o mais básico da morfologia. Trata-se de uma realidade psicolinguística, situada entre o morfema e o sintagma, facilmente reconhecida pela intuição dos falantes⁵ (BIDERMAN, 1999), tendo sido base para estudos da tradição gramatical greco-latina e até mesmo de análises linguísticas que, pela falta de uma definição precisa e universalmente válida de palavra, ainda persiste apesar das muitas críticas⁶. Por conta disso, Benveniste (2005, p. 131) prefere conservar

5 Segundo Sapir (1971, p. 44 apud LAROCCA, 2003, p. 19): “Não pode haver prova mais convincente do que a seguinte: o índio, ingênuo e completamente despercebido do conceito da palavra escrita, não tem apesar disso dificuldade séria em ditar um texto a um investigador linguístico, palavra por palavra (...)”.

6 De acordo com Biderman (1999), a discussão sobre o conceito de palavra dividiu especialistas

o termo palavra, por razões de comodidade na análise, embora o considere desacreditado, ainda que insubstituível. Para Martinet (1991), o termo remete necessariamente em cada língua a tipos particulares de relações sintagmáticas.

De igual modo, Carone (1994) considera que não é fácil chegar ao conceito de palavra. Segundo a autora, mesmo a proposta de Bloomfield (1976 [1933]), que distingue formas livres e formas presas, não foi suficiente para contemplar, por exemplo, os clíticos, impasse que posteriormente foi resolvido com o conceito de forma dependente, proposto pelo linguista brasileiro Câmara Junior (1970).

Ainda com relação ao trabalho de Bloomfield (1976 [1933]), Basílio (2000) reconhece a contribuição dada pelo autor norte-americano no que se refere aos estudos morfológicos. Por um lado, destaca-se a delimitação do conceito de morfema como termo operacional na descrição das línguas, e, por outro, a tentativa de resolver o impasse trazido pelo próprio estruturalismo a partir da primazia do morfema sobre a palavra, o que poderia comprometer o estatuto da morfologia e suas divisões internas, que decorrem, em grande medida, do conceito de palavra, a qual, até o surgimento da abordagem estrutural, constituía a unidade mínima da análise linguística no âmbito da Gramática Tradicional. Para Bloomfield (1976 [1933]), a palavra seria a forma livre mínima, que seria capaz de ocorrer sozinha no enunciado, distinguindo-se, pois, dos morfemas presos, das formas dependentes e dos sintagmas oracionais (BASÍLIO, 2000). Num primeiro momento, a autora, então, considera que essa definição é eficiente porque situa a palavra como unidade da estrutura do enunciado. Além do mais

[...] não são abarcados, dentre outros, a dificuldade prática de reconhecer palavras eventualmente pronunciadas em sequência não interrompida no decorrer do ato de fala, nem o problema teórico de se distinguir palavras de suas diferentes manifestações de caráter flexional. (BASÍLIO, 2000, p. 10).

Todavia, Basílio (2000) ressalta que a dificuldade do conceito de palavra permanece quando se passam a considerar os nomes compostos, que, no quadro do estruturalismo, são construções lexicais formadas por dois ou mais radicais, não por palavras, como ensinava a gramática normativa. Nesse sentido, os radicais integrantes de um composto seriam formas presas, mas a autora demonstra que essa definição não se sustenta diante de exemplos de línguas como o português. Para Basílio (2000), em compostos como sofá-cama, carta-bilhete, bomba-relógio etc., os elementos integrantes não são, na verdade, formas presas nem apresentam uma mudança radical de significado.

Haspelmath e Sims (2010), por sua vez, apresentam três noções diferentes de palavra. Segundo os autores, usa-se o termo *word token* para referir a ocorrência de uma palavra num texto, escrito ou oral, em particular. Já o *lexeme* (*lexeme*, em inglês), representado em letras maiúsculas, denota uma palavra em um sentido abstrato; trata-se da representação da unidade

no VI Congresso Internacional de Linguística, realizado em Paris, em 1948, chegando inclusive a ser defendida a possibilidade de banir esse conceito da linguística.

que constitui a entrada dos dicionários, não tendo, portanto, realidade fonológica, como o verbo VIVER, que, abstratamente, possuiria o significado principal compartilhado pelas formas verbais *vivo*, *vive*, *viveu* e *vivendo*. Estas, por seu turno, seriam designadas pelo termo *word-form* (forma da palavra), que refere à palavra em um sentido concreto e possui natureza fonológica, expressando a “combinação de um lexema (VIVER) e um conjunto de significados gramaticais (ou significados funcionais) apropriados ao lexema” (HASPELMATH; SIMS, 2010, p. 15-16).

Como se viu brevemente, o conceito de palavra, tal como definido pelos estudos da gramática tradicional e até mesmo dentro da própria linguística, ainda não foi plenamente esclarecido, havendo, inclusive quem tenha defendido ser impossível definir a palavra de um modo universal, sendo mais adequado estabelecer um conceito para esse termo no âmbito de cada língua (BIDERMAN, 1999).

Do monolexical ao polilexical: a terceira articulação da linguagem

A divisão bipartida formulada por Martinet (1991) seria insuficiente para dar conta de explicar a origem e o funcionamento sintático, semântico e pragmático dos fraseologismos, uma vez que tais unidades se estruturam tanto a partir de elementos da segunda articulação quanto da primeira, figurando, pois, nesse quadro teórico, como estruturas estranhas.

Além disso, a própria noção problemática de palavra, tradicionalmente vista apenas pelo aspecto da monolexicalidade, ainda não foi resolvida teoricamente, especialmente porque os fraseologismos são unidades polilexicais mas funcionam similarmente a palavras simples, motivo pelo qual o conceito de palavra precisa ser refundado ou superado. Para tanto, a terceira articulação da linguagem, conforme defendida por Mejri (1997; 2012; 2018), representaria um passo fundamental, visto que permitiria analisar a palavra tanto em seu aspecto monolexical quanto polilexical, acomodando assim os fraseologismos no quadro analítico da linguística, de acordo com as demandas empíricas levantadas pelos fatos observados. Essa concepção sobre a linguagem foi possível graças aos estudos acerca do processo de *figement*, que opera nas línguas vivas produzindo inúmeras unidades fraseológicas.

Mejri (2018), ao discutir a problemática da polilexicalidade, demonstra que, durante muito tempo, gramáticos, lexicógrafos e demais estudiosos da linguagem hesitaram em tratar das sequências polilexicais, pois o conceito de unidade lexical estava ancorado na noção muito complexa de palavra, cujo fundamento é a monolexicalidade. Entretanto, a partir do desenvolvimento de pesquisas em torno do *figement*, especialmente dos estudos feitos com base nos grandes bancos de dados franceses, percebeu-se a necessidade de se incluírem os fraseologismos no centro de preocupações da linguística. Isso ocorreu graças a uma demanda empírica, proveniente do tratamento automatizado da linguagem.

Segundo o autor, a palavra é: (i) polimórfica (podendo assumir diferentes configurações morfológicas); (ii) variável quanto à forma no discurso (razão pela qual se justifica a lematização

nos dicionários); (iii) pode ser simples ou construída (como as derivadas afixais); (iv) corresponde sempre a uma ortografia recorrente; (v) tem um emprego gramatical; (vi) denomina uma unidade conceitual; e (vii) corresponde a um sentimento linguístico de unidade.

Em virtude dessa complexidade da palavra, muitos linguistas tentaram superar o conceito tradicional, evitando recorrer à unidade da palavra, ou propuseram novos termos e novas formas de encarar os problemas do léxico, particularmente as sequências cristalizadas. Desse modo, Pottier trata de *lexias*, Benveniste, de *sinapses*, Martinet, de *synthèmes*, dentre outros. Para Mejri (2018), o hiato entre a constatação da importância quantitativa e qualitativa da fraseologia e a concepção do léxico fundada na noção de palavra privaram a linguística de formular novas ferramentas teóricas que pudessem fornecer um conceito de unidade lexical que unificasse a descrição, permitindo tratamento adequado ao conjunto de unidades lexicais, independentemente de sua forma: monolexical ou polilexical, contínuo ou descontínuo, de natureza lexical ou gramatical, de sentido pleno ou gramaticalizado, de extensão pequena ou grande, simples ou derivado. O autor defende, então, que, se a análise for além da monolexicalidade e considerar a unidade lexical em termos de articulação de linguagem, será mais adequado tratar essa unidade de forma independente de sua morfologia (MEJRI, 2018).

Assim, na visão de Mejri (2018), a unidade da terceira articulação da linguagem é uma unidade lexical, mono ou polilexical, podendo ser formada por pelo menos dois constituintes, um constituinte morfêmico e outro gramatical. O primeiro, que pode ser marcado ou não, é um constituinte obrigatório, uma vez que ele decide sobre vários aspectos da unidade lexical: um conteúdo categórico (a forma do significado) que põe a unidade em uma parte do discurso, assegura uma capacidade de atualização no discurso, podendo estabelecer uma relação semiótica com o universo através da função denominativa. Já o constituinte gramatical é responsável por encapsular a totalidade dos outros constituintes que podem participar da unidade, garantindo o conjunto de sua virtualidade combinatória. O esquema dessa unidade pode ser assim estruturado: $Unidade = X_1 + X_2 + X_3 \dots X_n + Y$, em que X representa o morfema autônomo ou não, e Y, o constituinte gramatical. Um exemplo de unidade monolexical seria *lealdade*, em que o sufixo *-dade* comporta a marca nominal. No eixo da polilexicalidade, os fraseologismos *bater as botas* e *engolir sapo*, nos quais o Y é marcado pela desinência verbal.

Desse modo, o reconhecimento das sequências cristalizadas como unidades lexicais demanda uma nova articulação da linguagem, que possa abrigar, ao lado da palavra monolexical, as estruturas polilexicais. Principalmente quando se considera que o conceito de morfema não seja completamente autônomo do ponto de vista semântico e pragmático, pois quando se trata de fraseologismos há uma atração léxico-gramatical capaz de redefinir as relações gramaticais do morfema como unidade monoléxica.

Procedimentos metodológicos

Os dados analisados neste artigo foram extraídos do glossário de Souza (2018), que registrou 438 fraseologismos em seus respectivos contextos de uso no discurso político. Entretanto, para este trabalho, foram selecionadas apenas 21 unidades, isoladas de seu contexto, que representam, no seu conjunto, a diversidade estrutural observada na pesquisa de base, isto é, sintagmas verbais, nominais, preposicionais e orações, *sentenças frásticas* para Mejri (2012) ou *enunciados fraseológicos*, segundo a terminologia de Corpas Pastor (1996).

Para analisar as relações morfossintáticas dos fraseologismos selecionados, foram aplicados os testes sugeridos por Gaston Gross (1996), que já reconhecia o caráter gradual da cristalização lexical. Assim, para os sintagmas verbais, o autor propõe como critérios a *passivação*, a *inserção de itens lexicais entre o verbo e seu complemento* e a *pronominalização do complemento*. Em relação às sequências fixas que são sintagmas nominais, Gross (1996) aponta a *nominalização*, a *coordenação de termos* e a *comutação paradigmática*.

No caso dos enunciados fraseológicos, levaram-se em conta os critérios discutidos por Mejri (1997; 2012), como a fixidez e a previsibilidade sintagmática dessas estruturas, comparando-as às demais combinações livres da língua.

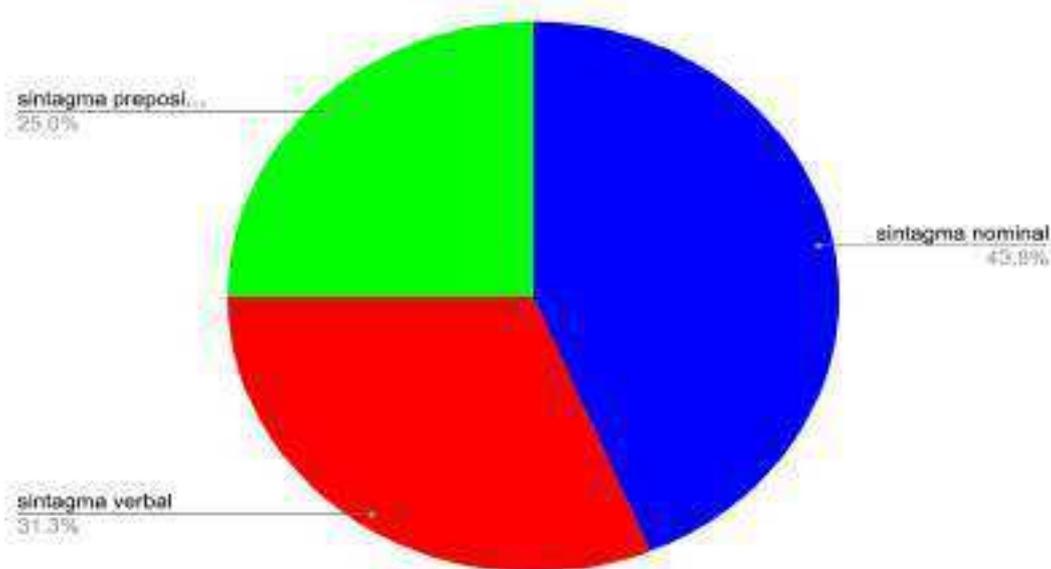
Complementarmente, a análise também considerou as reflexões de Perini (2008) e sobretudo os apontamentos de Perini (2010).

Deve-se esclarecer o uso do asterisco, na seção de resultados, para indicar que a sequência modificada não é aceita pela unidade fraseológica, alterando a natureza fraseológica da sequência. Por outro lado, o símbolo \pm indica que é possível, em determinado contexto de uso, desde que a modificação feita no fraseologismo não altere sua natureza cristalizada e seu sentido convencional.

Resultados e discussão

A descrição que segue leva em consideração, apenas, o caráter puramente formal das construções em tela. Desse modo, as 21 (vinte e uma) sequências analisadas exibem uma diversificada estrutura no que se refere à composição sintagmática, apresentando majoritariamente a configuração de sintagma e, em menor número, a de oração, o que corresponde a apenas 6 (seis) fraseologismos. Do universo sintagmático, 7 (sete) possuem base nominal, 5 (cinco) possuem base verbal e 4 (quatro) fraseologismos se estruturam a partir de preposição, como ilustra o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Sintagmas no *corpus* analisado



Fonte: Elaboração dos autores.

A distribuição dos sintagmas ilustrada no Gráfico 1 mostram que 7 (sete) sequências são formadas por sintagma nominal e apresentam estrutura interna composta de:

- Subst. + b: *plano B*
- Subst. + Adj: *bode expiatório*
- Subst. + SP [prep. + SN]: *assalto de colarinho branco*
- Subst. + Subst. + Adj.: *operação sangue negro*
- Subst. + V + Subst.: *operação lava jato*
- Subst. + SAdv [ADV + SP [prep. + subst.]: *carta fora do baralho*
- Subst. + SP [prep+Subst+forma nominal do verbo]: *conversa para boi dormir*

Desse grupo, convém salientar o fraseologismo *plano b*, pelo fato de o segundo elemento não constituir, em termos tradicionais, uma palavra, mas não há dúvida de que funciona como um constituinte nominal. Com efeito, no âmbito da polilexicalidade, o item *b* comporta-se, nesse contexto, como item lexical que age como determinante da base.

Há, também, 5 (cinco) fraseologismos constituídos por sintagma verbal que apresentam, por sua vez, a seguinte estrutura interna:

- V + Subst.: *abrir mão*
- V + SN: *pagar o pato*
- V + SP: *pisar na bola*
- V + SN [artigo+Subst.+ Adj]: *lavar a roupa suja*
- V + SN + SP: *colocar o bode na sala*

Como se vê, a análise da estrutura interna do sintagma verbal revela que há sequências formadas por dois ou mais constituintes, os quais se encadeiam, do ponto de vista formal, de acordo com os padrões gerais de organização sintagmática do português.

Já os 4 (quatro) fraseologismos que assumem a forma de sintagma preposicional figuram internamente como:

- Prep. + Subst.: *a rodo*
- Prep. + SN: *à deriva*
- Prep. + SN [+ Adj]: *na corda bamba*
- Prep. + SN + de + SN: *à beira de um abismo*

Além das unidades constituídas por sintagma, algumas sequências cristalizadas apresentam configuração de sequências frásticas (MEJRI, 2012, p. 38) ou o que Corpas Pastor (1996) denomina de enunciados fraseológicos, assumindo a configuração formal de orações e frases completas, como as que seguem:

- Período composto por coordenação (sindética): *a justiça tarda, mas não falha*
- Período composto por coordenação (assindética): *escreveu, não leu, o pau comeu*
- Período simples (perífrase verbal): *a cobra vai fumar*
- Período simples (oração com verbo copulativo): *a voz do povo é a voz de Deus*
- Período composto por subordinação (oração subordinada + oração principal): *quem com ferro fere com ferro será ferido.*

Ainda com base na proposição tipológica de Mejri (2012) em que o autor ressalta que as sequências frásticas podem se subdividir em dois padrões oracionais, quais sejam: sequências não sentenciosas e sentenciosas, no *corpus* analisado, os cinco casos encontrados pertencem à segunda opção, uma vez que elas comportam condição própria da produção de enunciados. Em *quem com ferro fere com ferro será ferido*, temos, por exemplo, uma sequência prototípica dos ditados populares, uma unidade sentenciosa que carrega consigo o sentido de senso de justiça em que alguém deve responder às consequências de um ato cometido. Esse tipo de unidade goza de vasta descrição nos estudos relacionados ao léxico.

Essa breve descrição da estrutura sintática dos fraseologismos mostra que, do ponto de vista formal, essas sequências adotam, de modo geral, os padrões de composição sintagmática da língua. Entretanto, quanto à morfossintaxe, há comportamento diferente, como se verá a seguir.

Comportamento morfossintático dos fraseologismos

De modo geral, as sequências cristalizadas seguem os mesmos mecanismos sintáticos da língua, estruturando-se em sintagmas, orações ou frases completas. Todavia, os fraseologismos apresentam comportamento morfossintático diferente das demais construções livres, pelo fato de incidirem sobre tais unidades graus distintos de fixidez (sintática, semântica, pragmática), congruência e convencionalidade, alterando substancialmente sua configuração linguística.

A título de exemplificação, aplicando os testes sugeridos por Gross (1996) para as sequências constituídas por sintagma verbal, verificou-se o seguinte quadro de restrições.

Quadro 01 – Aplicação de testes morfossintáticos a fraseologismos formados por sintagma verbal

Sintagma verbal	Passivação	Inserção de itens lexicais entre o verbo e o seu complemento	Pronominalização do complemento
abrir mão	*a mão foi aberta	*abrir uma mão	*abri-la
pagar o pato	*o pato foi pago	*pagar o pequeno pato	*pagá-lo
lavar a roupa suja	?	*lavar a roupa muito suja *lavar a bacia de roupa suja	*lavá-la
colocar o bode na sala	*o bode foi colocado na sala	*colocar o pequeno bode na sala *colocar o maior bode na sala	*colocá-lo na sala

Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações dispostas no Quadro 1 permitem demonstrar que os sintagmas verbais fraseológicos apresentam restrições morfossintáticas, em virtude de sua natureza cristalizada, como observou Perini (2010) ao tratar de sequências fixas. Entretanto, cabe ressaltar que os verbos podem ser flexionados, enquanto os demais constituintes não aceitam nenhum tipo de flexão. Além disso, dada a escalaridade da fixidez, é possível verificar que certas estruturas podem ser semifixas, já que, em face da possibilidade estilística de emprego de alguns fraseologismos, podem ter uma apresentação menos usual, como ocorre em *Tem muita roupa suja aqui que precisamos lavar* (no sentido de que há muitos problemas entre nós para serem resolvidos).

Para as sequências formadas por sintagma nominal, aplicaram-se os testes que envolvem a nominalização, a coordenação de elementos e a comutação paradigmática. O quadro a seguir exhibe o resultado da aplicação dos testes.

Quadro 02 – Aplicação de testes morfossintáticos a fraseologismos formados por sintagma nominal

Sintagma nominal	Nominalização	Coordenação de termos	Comutação paradigmática
plano B	?	*plano B e C *plano B e inteligente	*plano C ± ⁷ plano reserva *plano inteligente
bode expiatório	*expição do bode	*bode expiatório e remidor	*bode remidor *bode salvador
assalto de colarinho branco	*a brancura/branquidão do assalto de colarinho	*assalto de colarinho branco e limpo	*assalto de colarinho claro ± roubo de colarinho branco + crime de colarinho branco
Operação sangue negro	*a negritude da operação	*operação sangue negro e vermelho	*operação sangue escuro/preto * investigação sangue escuro
Operação lava jato	?	*operação lava jato e?	*operação sangue negro * investigação lava jato
carta fora do baralho	?	*carta fora do baralho e do dominó	±carta fora do jogo/da jogada * cartão fora do baralho ± peça fora do baralho
conversa para boi dormir	*a dormida da conversa para boi	*conversa para boi dormir e sonhar	*conversa para boi descansar *conversa para boi adormecer + história para boi dormir ⁸

Fonte: Elaborado pelos autores.

7 O símbolo ± indica que é possível, em determinado contexto, que a modificação feita no fraseologismo não altere sua natureza cristalizada e seu sentido convencional.

8 Essa variante foi registrada por Silva (2013), na versão preliminar do Dicionário brasileiro de fraseologia.

O sinal de interrogação indica, na coluna para o teste da nominalização, que as sequências em tela não aceitam tal modificação. Na coluna referente à coordenação de termos, a interrogação também evidencia a ausência de um elemento que pudesse ser coordenado com *lava jato*. Observe-se, ainda, que, apesar de a sequência *operação sangue negro* constituir uma colocação, a comutação do sintagma *lava jato* pelo sintagma *sangue negro* desfaz o fraseologismo *operação lava jato*, visto que se trata de operação distinta daquela.

Acrescente-se também o fato de que a maioria das sequências acima também apresentam restrições a flexões nominais. Não se pode dizer, por exemplo, *planos b, *bodes expiatórios, *operações sangue negro, *conversas para boi dormir, embora, intuitivamente, pareça haver alguma possibilidade de o item carta ser usado no plural (cartas fora do baralho).

As unidades formadas por sintagma preposicional geralmente também apresentam restrições morfossintáticas, como a inserção de adjetivos modificadores ou comutações paradigmáticas. Os fraseologismos *a rodo*, *à deriva* e *à beira de um abismo* violam, por exemplo, respectivamente, estruturas do tipo **a rodo grande/pequeno*, **à grande deriva* e **à profunda/imensa beira de um abismo*/ **à beira de um abismo profundo*. Por sua vez, a sequência *na corda bamba*, que já possui um modificador, não admite substituição por outro adjetivo nem a coordenação de elementos, impedindo, assim, transformações como: **na corda frouxa*, **na corda bamba e comprida*. Entretanto, convém salientar a possibilidade de ocorrerem variantes fraseológicas produzidas mediante substituição da base nominal das sequências *a rodo* e *à deriva*, as quais manteriam o sentido ao serem substituídas, respectivamente, por: *à beça* e *à matraca*.

Com respeito aos fraseologismos que constituem frases completas, ressalta-se a posição fixa das orações que formam o período, a qual não pode ser deslocada sob pena de se perder o sentido fraseológico da sequência. É o caso das unidades: *escreveu, não leu, o pau comeu*; *a voz do povo é a voz de Deus*; e *quem com ferro fere com ferro será ferido*. Qualquer mudança na ordem das orações provocaria uma “quebra” do *status* fraseológico da sequência cristalizada.

Observamos, também, que, com exceção de *a cobra vai fumar*, que admite flexão no passado, as demais sequências são fixas no presente (*a justiça tarda, mas não falha*; *a voz do povo é a voz de Deus*), no passado (*escreveu, não leu, o pau comeu*) e no futuro (*quem com ferro fere com ferro será ferido*).

Esses poucos dados analisados demonstram que, de fato, as sequências cristalizadas, especialmente as expressões idiomáticas, apresentam comportamento morfossintático diferente das construções livres. Por esse motivo, Perini (2008) excluiu de seu estudo de gramática descritiva as expressões idiomáticas, afirmando que “a relação entre o verbo e seus eventuais complementos dentro dessas expressões precisa ser objeto de pesquisas específicas” (PERINI, 2008, p. 242). Contudo, posteriormente, o autor reconsidera seu ponto de vista em relação às expressões idiomáticas e, em sua *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010), dedica um

capítulo para tratar dessas unidades, reconhecendo a importância de incluí-las na descrição da língua, visto que são numerosas, estruturalmente complexas e participam, ao lado das palavras simples, do processo de nomeação que é feito pelo léxico.

Conclusão

Este artigo procurou descrever a estrutura morfossintática de fraseologismos do português extraídos do glossário de fraseologismos utilizados no discurso político (SOUZA, 2018). Buscou-se, paralelamente, refletir sobre a noção de palavra, tradicionalmente controversa nos estudos da linguagem, incluindo a perspectiva fraseológica no exame da unidade lexical.

Em face da breve descrição realizada, pode-se dizer que o objetivo principal foi alcançado, uma vez que foi realizada a descrição sintática dos sintagmas e alguns aspectos da morfossintaxe apresentada por essas sequências. Contudo, há necessidade de aprofundar essa análise, incluindo novos dados e outros aspectos, particularmente questões associadas à valência e à estrutura semântica e pragmática dos fraseologismos.

Apesar das limitações de um trabalho preliminar como este, acredita-se que ele possa contribuir com a descrição dos fraseologismos, fomentando pesquisas na área que aprofundem a discussão sobre o seu funcionamento morfossintático. Neste aspecto em particular, cabe ressaltar o debate, ainda vigente, sobre a definição de palavra, no âmbito do qual a proposta de Salah Mejri mostra-se pertinente e possibilita mostrar que *pagar o pato* não é o mesmo que pagá-lo!

REFERÊNCIAS

BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 2 ed. Paris: Klincksieck, 1951.

BASILIO, M. Em torno da palavra como unidade lexical: Palavras e composições. *Veredas*, revista de estudos linguísticos Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 9-18, 2000.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de palavra. *Palavra*, n. 4, 1999.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Londres: Cox & Wyman, 1976 [1933].

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992 [1897].

CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. 6 ed. Ática – Série Fundamentos, 1994.

- CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950.
- CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseologia española*. Madrid: Gredos, 1996.
- CORPAS PASTOR, G; ORTIZ ALVAREZ, M. L. Fraseologia e Paremiologia: uma entrevista com Gloria Corpas Pastor. In: *ReVEL*, vol. 15, n. 29, 2017. Tradução de Ana Carolina Spinelli. Revisão técnica de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 25 out. 2017.
- GALVES, C.; FERNANDES, F. R. Morfologia e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.) *Introdução às ciências da linguagem. A palavra e a frase*. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GROSS, G. *Les expressions figées en français. Noms composés et autres locutions*. Paris: Ophrys, 1996.
- GROSS, G. Une classification des phrases figées du français. *Revue québécoise de linguistique*, v. 11, n. 2, 1982, pp. 151-185.
- HASPELMATH, M.; SIMS, A. D. *Understanding morphology*. 2 ed. London: Hodder education, 2010.
- KLARE, J. Lexicologia e fraseologia no português moderno. *Revista de Filologia Românica*, Madri, v. 4, 1986.
- LAROCA, M. N. C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 2003.
- MARTINET, A. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1991.
- MEJRI, S. *Le figement lexical: descriptions linguistiques et structuration sémantique*. Tunis: Publications de la faculté des lettres de la Manouba, 1997.
- MEJRI, S. Le figement lexical: descriptions linguistiques et structuration sémantique. *L'Information Grammaticale*, n. 76, p. 50-51, 1998a.
- MEJRI, S. La memoire des sequences figees: une troisième articulation ou la réhabilitation du culturel dans le linguistique. *Actes du colloque: La mémoire des mots*. Actualité Scientifique, Tunis, AUPELF-UREF, 1998b, pp. 3-11.
- MEJRI, S. Le figement lexical: nouvelles tendances, *Cahiers de lexicologie* n. 80, 2002, p. 213-223.
- MEJRI, S. Figement absolu ou relatif: la notion de degré de figement. *Linx [En ligne]*, n. 53, 2005.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 2, p. 313-329, jul.-dez. 2021.

MEJRI, S. Délimitation des unités phraséologiques. In: ORTIZ ALVAREZ, M. L. (org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. V.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

MEJRI, S. La phraséologie française: synthèse, acquis théoriques et descriptifs. Le français moderne. *Revue de linguistique française*. n. 1, p. 5-32, 2018.

MONTEIRO-PLANTIN, R. S. *Fraseologia: era uma vez um patinho feio no ensino de língua materna (volume I)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: Estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. 334f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. (org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. V.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORTIZ ALVAREZ, M. L.; UNTERNBÄUMEN, E. H. (orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PAMIES, A. A metáfora gramatical e as fronteiras (externas e internas) da fraseologia. *Revista de Letras*. nº 33, v. 1 – jan./jun, p. 51-77, 2014.

PAUL. H. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1980 [1886].

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, J. P. *Dicionário brasileiro de fraseologia (versão preliminar)*. Rio de Janeiro: [s.n], 2013.

SOUZA, D. *Fraseologismos no discurso político brasileiro: uma proposta de glossário*. 2018. 262f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

TAGNIN, S. E. O. Linguística de corpus e fraseologia: uma feita para a outra. In: ORTIZ ALVAREZ, M. L.; UNTERNBÄUMEN, Enrique H. (orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 277-302.



CONSTRUÇÕES NOMINAIS E NOMINALIZAÇÃO EM MAWÉ (TUPI)

NOMINAL CONSTRUCTIONS AND NOMINALIZATION IN MAWÉ (TUPI)

Raynice Geraldine Pereira da Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta características das construções nominais em Mawé, língua também conhecida como Sateré-Mawé e Sateré, pertencente ao tronco Tupi e falada na região do médio Rio Amazonas na Terra Indígena Andirá-Marau por uma população aproximada de 13 mil pessoas. A partir da tipologia funcional é possível descrever como ocorre a composição dos nomes em Mawé que trazem informações como posse, número e indicação de gênero, além de processo de nominalização a partir de um conjunto de morfemas nominalizadores. A metodologia para coleta de dados é de base etnográfica com pesquisa de campo e tratamento dos dados coletados para análise a partir de textos coletados em sucessivos trabalhos de campo. A abordagem teórica é o da tipologia linguística para a descrição e análise dos processos formativos das construções nominais em Mawé a partir da proposta de descrição morfossintática de Payne (1997), Seki (2000), Givón (1985) e Lyons (1977). Os resultados demonstram que as composições nominais na língua são complexas e consideram informações semântico-pragmáticas presentes na cultura e que se refletem nas construções e composições nominais do Mawé. Os exemplos foram retirados de textos narrativos que demonstram a língua em uso e glosados de acordo com as orientações e recomendações propostas por *the leipzig glossing rules: convencions for interlinear morpheme by mopheme glosses*, com adaptações.

Palavras-chave: Sateré-Mawé; Tupi; Tipologia linguística; Construções nominais; Nominalização.

ABSTRACT

This work presents characteristics of nominal constructions in Mawé, language also known as Sateré-Mawé and Sateré, belonging to the Tupi trunk and spoken in the middle Amazon River region in the Andirá-Marau indigenous land by a population of approximately 13 thousand people. From the functional typology, it is possible to describe how the composition of names occurs in Mawé, which brings information such as possession, number and gender indication, in addition to the process of nominalization from a set of nominalizing morphemes. The methodology for data collection is based on ethnography with field research and treatment of the data collected for analysis from texts collected in successive field works. The theoretical approach is that of linguistic typology for the description and analysis of the formative processes of nominal constructions in Mawé based on the proposal for a morphosyntactic description by Payne (1997), Seki (2000), Givón (1985) and Lyons (1977). The results demonstrate that the nominal constructions in the language are complex and consider semantic-pragmatic information present in the culture and that is reflected in the nominal constructions and compositions of Mawé. The examples were taken from narrative texts that demonstrate the language in use and glossed according to the guidelines and recommendations proposed by *the leipzig glossing rules: convencions for interlinear morpheme by mopheme glosses*, with adaptations.

Keywords: Sateré-Mawé; Tupi; Linguistic Typology; Nominal constructions; Nominalization.

1 Professora Associada II de Teoria e Análise Linguística da Faculdade de Letras/Universidade Federal do Amazonas, raynice@ufam.edu.br

Introdução

Os estudos de descrição e documentação das línguas indígenas brasileiras têm contribuído significativamente para o desenvolvimento dos estudos em teoria e análise linguística. Segundo Monte (2000, p. 183) são faladas na América Latina cerca de 400 línguas indígenas, aproximadamente metade delas são faladas no Brasil, principalmente na região amazônica. Apesar da aparente diversidade linguística do país, uma análise mais criteriosa da distribuição dessas línguas demonstra uma tendência de poucos falantes por língua, definindo assim uma situação linguística e social de línguas e povos minorizados frente à língua portuguesa e à sociedade envolvente. De fato a preocupação com a perda dessa diversidade linguística e com o crescente processo de descaracterização cultural tem feito com que muitas pesquisas de descrição e documentação sejam desenvolvidas por linguistas, antropólogos e, mais recentemente, pelos próprios indígenas que passam a tomar consciência de sua importância no cenário linguístico, social e cultural brasileiro.

Os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² apontam que há no Brasil 305 etnias diferentes e cerca de 274 línguas indígenas que são faladas no território nacional. Contudo, é preciso considerar que muitas línguas declaradas no censo podem ser variedades dialetais de uma mesma língua. Por sua vez, Rodrigues (2005) entende como diversidade e multiplicidade linguística no país cerca de 180 línguas indígenas, classificadas a partir de critérios genéticos cientificamente comprovados. O pesquisador aponta dois troncos linguísticos estabelecidos, o Tronco Linguístico Tupi com 10 famílias e o Tronco Macro-Jê com 12 famílias. Além desses troncos há cerca de 43 famílias linguísticas não classificadas em troncos e que muitas vezes se constituem no que se conhece como língua isolada, sem parentesco genético com outras línguas.

Sobre a necessidade de preservação desse patrimônio é preciso considerar que a proporção de falantes por língua não significa que essa diversidade esteja segura no Brasil. Grande parte são línguas faladas por menos de 6.000 pessoas, outras são faladas por menos de 1.000 e algumas possuem em torno de 20 falantes. Os dados demonstram a grande e urgente necessidade de conscientização mundial sobre a importância das línguas indígenas. A preocupação toma outra dimensão quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) instituiu o ano de 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas e o período de 2022 a 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas, declarada em reunião de encerramento das atividades daquele ano. Essas ações acontecem numa tentativa de alerta sobre a importância da preservação linguística das línguas indígenas ao redor do mundo. A própria UNESCO estabelece que línguas com menos de 100 mil falantes são línguas extremamente ameaçadas de extinção. No Brasil, todas as línguas indígenas possuem menos de 40 mil falantes.

² Disponível em <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em 06/11/2010

A língua Mawé (também conhecida como Sateré-Mawé ou Sateré) é classificada como pertencente ao tronco Tupi, sendo membro único da família Mawé (RODRIGUES 1984/85) e falada pelo povo Sateré-Mawé, que vive na região do Médio rio Amazonas/AM. São cerca de 13 mil pessoas que habitam a Terra Indígena Andirá-Marau (TI Andirá-Marau). Esse quantitativo populacional não significa que todos são falantes da língua, grande parte é bilíngue ou, ainda, monolíngue em língua portuguesa, levando em conta fatores como o contato cada vez maior com a sociedade envolvente e o crescente processo de escolarização. (SILVA, 2010, p.77). Dessa forma, a língua Mawé figura como uma língua extremamente ameaçada de extinção, considerando os parâmetros da UNESCO para esse tipo de classificação³.

Este trabalho pretende apresentar por meio de uma abordagem tipológica como ocorrem as construções nominais em Mawé, considerando processos gramaticais como posse nominal, categorização de número e indicação de gênero, tendo em vista que a língua não tem marca morfológica para marcação de gênero. Apresenta também um conjunto de morfemas nominalizadores que derivam nomes, a partir de verbos em Mawé. A metodologia da pesquisa é de base etnográfica com pesquisa de campo para coleta e análise preliminar dos dados ainda em campo e posterior descrição e documentação dos dados. A maioria dos exemplos apresentados neste trabalho é parte de um banco de dados da língua Mawé transcritos e que foram glosados de acordo com as recomendações propostas por *The Leipzig Glossing Rules: Conventions for interlinear morpheme by morpheme glosses*⁴, com adaptações.

A Tipologia Linguística como abordagem teórico-metodológica para a pesquisa etnográfica em línguas indígenas.

Estima-se que no mundo existam cerca de 6 mil línguas que são faladas por diferentes povos, considerando que entre essas línguas possam existir diferenças dialetais relevantes, esse número sobe para aproximadamente 7 mil línguas, demonstrando a diversidade linguística e cultural mundial (SONG, 2001, p.1).

A tipologia linguística reconhece que, apesar das diferenças externas, há padrões estruturais subjacentes que determinam um princípio. Segundo Maia (2006, p.179) “a discussão sobre a possibilidade de se estabelecerem tipos, regras gerais, universais é, na verdade, bastante antiga, estando na base do conhecimento humano”. Assim, para os estudos em tipologia linguística a necessidade de classificação é fundamental para o conhecimento dos padrões

3 Amaral (2020) observa que um grupo de especialistas da UNESCO e consultores *ad hoc* considerou, em 2003, uma lista de nove fatores para medir o grau de vitalidade de uma língua. São eles: grau de transmissão intergeracional, número absoluto de falantes, proporção de falantes na população, domínios de uso da língua, adaptação a novos domínios, materiais existentes para educação, políticas públicas e reconhecimento institucional, atitudes linguísticas da comunidade e quantidade e qualidade da documentação linguística.

4 Disponível em <https://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>. Acesso em 04/01/2021

subjacentes presentes nas línguas que são geneticamente classificadas como pertencentes a um mesmo tronco e/ou família linguística. Maia (*op.cit*) aponta ainda que os estudos em tipologia se aproximam de uma metodologia científica de investigação que se baseia na caracterização e, conseqüentemente, classificação adequada das similaridades entre os fenômenos linguísticos que acontecem nas línguas do mundo.

A tipologia linguística como abordagem tipológico-funcional vem de uma proposta de investigação de natureza classificatória. No século XIX percebeu-se um maior desenvolvimento científico quando, a partir da estrutura dos vocábulos, houve a classificação tipológica das línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais. Segundo Maia (2006, p.180), esse enfoque mais classificatório predeterminou os estudos em tipologia linguística durante um longo período. Somente a partir do estruturalismo com os universais de Greenberg (1973) e Comrie (1981), entre outros autores, é que a abordagem passou a verificar o que havia de comum e o que havia de singular entre as línguas geneticamente relacionadas. Comrie (1981, p. 34) faz a seguinte distinção: “o estudo dos universais está centrado nas similaridades entre as línguas e os estudos tipológicos ocupam-se das diferenças entre as línguas”. De fato, apesar das diferenças, as linhas de pesquisa se complementam, considerando que ambas investigam a variação entre as línguas.

Seki (1990, p.47-19) assinala que várias teorias linguísticas têm sido beneficiadas pelos estudos em tipologia linguística. Fenômenos como ordem vocabular, marcação de caso, aumento e redução de valências e outros mais, são aspectos das línguas em que a abordagem tipológico-funcional atua e que abrange os diferentes níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico de análise da organização do sistema linguístico (MAIA, 2006 p. 181).

Nesse sentido, por meio da abordagem da tipologia funcional, apresentamos a descrição e análise das construções nominais em Mawé, a partir de um banco de dados construído ao longo de vários anos de pesquisa sobre a língua. São dados coletados em sucessivas pesquisas de campo e que permitem análises de processos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, além de permitir a documentação de uma língua indígena extremamente ameaçada de extinção, como a língua Mawé (Tupi).

A aproximação metodológica da pesquisa é de base etnográfica com sucessivas idas a campo desde 2003, momento em que foram feitos os primeiros registros para o banco de dados sobre a língua Mawé. Basicamente, os dados são coletados e transcritos para posterior comprovação com o participante da pesquisa ainda em campo. Esse banco de dados é composto de registros de expressões orais em Mawé, tais como: conversas informais, diálogos, relato de mitos e histórias, textos narrativos, entre outros. Incluem-se também dados coletados através de questionários apresentados nos formulários padrão do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1965) e os questionários lexicais e gramaticais de Kaufman e Berlin (1987).

Ressalte-se que as coletas de dados linguísticos e etnográficos seguem as recomendações presentes nos trabalhos de Payne (1997) e Kibrik (1977) para a descrição morfossintática das línguas considerando que aspectos gramaticais estão muito relacionados a aspectos semântico-pragmáticos e culturais refletidos nos usos das línguas.

Características Tipológicas da língua Mawé

Como dito anteriormente, a língua Mawé é classificada como pertencente ao tronco Tupi, sendo membro único da família Mawé, falada por comunidades indígenas que se localizam ao longo dos rios Andirá, Marau, Urupadi, Uaicurapá e Abacaxis da TI Andirá-Marau na região do médio Rio Amazonas, entre os estados do Amazonas e do Pará. Na região do Rio Andirá há registros de contato entre o Mawé e o Nheengatu (também pertencente ao tronco Tupi, família Tupi-Guarani, subgrupo III) que, segundo Silva (2010, p.62-64), proporcionou influências fonológicas e lexicais entre as línguas.

Seki (1990 p. 367) observa que “o determinante semântico de línguas ativas é oposição entre princípios ativo e inativo, a qual se manifesta nos diferentes níveis da estrutura linguística”. Ainda segundo Seki (*op.cit*) são características dessas línguas a ausência de uma classe definida de adjetivos e a distinção entre as classes de nomes e verbos se dá com base nas relações de atividade e inatividade expressas (SILVA, 2010 p. 116).

Sobre a tipologia da língua, observa-se que o Mawé é uma língua do tipo ativa, considerando que não apresenta uma classe definida de adjetivos. Por outro lado, distinguem duas subclasses de verbos intransitivos, sendo classificados em intransitivos ativos e intransitivos não ativos (descritivos), estes últimos correspondem em línguas indo-europeias a adjetivos. Em Mawé a classe de verbos não ativos compreende verbos que indicam qualidade, mas também inclui verbos como *-potpap* ‘trabalhar’ e *-hay*⁵ ‘falar’ que, em princípio, estão associados a participantes com controle. Lyons (1977, 203) pontua que as línguas são integradas nas culturas e suas estruturas lexicais e parte dos fenômenos gramaticais da estrutura linguística refletem as distinções e características importantes na cultura.

De fato, Silva (2010, p.117) observa que em Mawé as duas classes de verbos intransitivos não se correlacionam sistematicamente com oposição entre participante com controle vs. participante sem controle, o que permite que a língua faça a distinção entre os dois tipos de participantes: marcadores pronominais da classe ativa, que indicam o agente dos verbos transitivos (A) e dos verbos intransitivos ativos (Sa) e marcadores pronominais da classe não ativa (inativa), que indicam o paciente dos verbos transitivos (O) e o participante único (So) dos verbos intransitivos não ativos.

A tipologia de ordem vocabular do Mawé é do tipo AVO para orações transitivas e SV para as intransitivas. Em caso de ocorrência de fatores contextuais como foco, tópico e nas construções genitivas, ordens alternativas podem ocorrer.

A morfossintaxe da língua Mawé foi descrita por Silva (2010) que, com base em critérios morfológicos e sintáticos, identificou, como classes de palavras abertas, nomes, verbos e advérbios e, como classes fechadas, pronome, posposição, partículas e auxiliares.

5 Utiliza-se a transcrição gráfica do Mawé. Dessa forma, a letra <y> é utilizada na ortografia correspondendo foneticamente à vogal central alta [i].

Construções Nominais em Mawé⁶

Os nomes em Mawé constituem uma classe aberta de palavras que expressam conceitos temporalmente estáveis (GIVÓN, 1984, p.05) e admitem marcadores de posse e número. Sintaticamente, assumem a função prototípica de argumento ou núcleo de argumento.

Como marcadores de posse, o Mawé distingue três subclasses de nomes, que são: i) nomes não possuíveis, ii) nomes que são de posse alienável e iii) nomes inalienavelmente possuídos. A marcação de número na língua é feita pelo acréscimo do formativo *-tia* (com alomorfes em *-ria* e *-nia*), cujos referentes são [+humano] e pelas partículas *in* e *ko'i7*, que marcam o coletivo em termos referentes a [+humano] e plural de entidades não animadas, respectivamente. A indicação de gênero não é marcada morfológicamente nos nominais, sendo expressa por lexemas distintos e na terminologia de parentesco. A língua admite um conjunto de morfemas nominalizadores para derivar nomes, a partir de verbos e advérbios. Nesse conjunto se enquadram o morfema *hap* ‘nominalizador de ação’, o morfema *hat* ‘nominalizador agentivo’, o morfema *-mi-* ‘nominalizador de paciente/objeto’, o morfema *-wat* ‘nominalizador de circunstância’ e o morfema *rakat* como ‘nominalizador atributivo’.

A categoria de posse em Mawé

Como dito acima, em Mawé semanticamente, é possível distinguir três subclasses de nomes. Os nomes não possuíveis fazem referência a elementos da natureza, animais e plantas de maneira geral. Palavras como *atypy* ‘céu’, *akuri* ‘cotia’, *ahut* ‘papagaio’, *aria* ‘fogo’, *apukuita* ‘remo’ e *yara* ‘canoa’ podem ser classificadas como não possuídos. Morfológicamente a classe de nomes não possuíveis se opõe aos nomes possuídos (de posse alienável e inalienável) por não terem em sua composição mórfica os morfemas pronominais de posse.

Já os nomes possuíveis distinguem-se semanticamente nos tipos de posse alienável e posse inalienável. A primeira configuração morfológica pode ser tipologicamente determinada, ao passo que a segunda não pode (PAYNE, 1997 p.105). São exemplos, respectivamente:

- (1) *u-he-kyse*
1SG-rel-faca
‘minha faca’ (instrumento - posse alienável)

6 As abreviaturas usadas neste artigo são: SG= singular, PL= plural, Ø= morfema zero, rel= índice de relação, FM=fala feminina, POSP= posposição, LOC= locativo, ASP= partícula aspectual, CONST= partícula constatativa, DIN= partícula dinâmica, INTER= partícula interrogativa, REFL= reflexivo, ENF= partícula enfática, POSS= possessivo, COMT= partícula comitativa, NMLZ= nominalizador, FIN= partícula aspectual de finalidade, COND= partícula condicional, NEG= negação, ORI= partícula aspectual de origem, ATEST= partícula atestativa, NP= nome próprio, AUX= verbo auxiliar, REP= repetitivo, DEST= destino, NOM= nominal, REC= recíproco, DEM= demonstrativo, ADV= advérbio, FRUST= partícula frustrativa, DESD= partícula desiderativa, FUT= futuro, DET= determinante, Dist= distal, RET= retrospectivo.

7 Utiliza-se a transcrição gráfica do Mawé. Dessa forma, o diacrítico < ’ > utilizado na grafia da língua correspondendo fonologicamente à oclusiva glotal /ʔ/.

- (2) *u-i-po*
1SG-rel-mão
'minha mão' (parte do corpo – posse inalienável)

Como nomes alienáveis têm-se termos para instrumentos, utensílios domésticos e de caça, alguns animais domésticos, etc. Já como inalienáveis e/ou inerentes tem-se nomes das partes do corpo e termos de parentesco.

- (3) *mi'i hawyi aware wywo Ø-to-to*
ele então cachorro COMT 3SG-rel-ir
então ele foi com o cachorro
- (4) *hawyi to-i-mohan kahato akuri*
depois 3SG-rel-correr muito cotia
depois ele correu muito [atrás] da cotia.
- (5) *moi Ø-Ø-tat rayn u-ha-'aware pãi*
cobra 3SG-rel-pegar ASP 1SG-rel-cachorro FM
'a cobra pegou meu cachorro'
- (6) *hawyi Ø-to-kosap hawyi to-i-atek to-i-'aping*
depois 3SG-rel-passar e 3SG-rel-cortar 3SG-rel-atirar
'e depois ele passou, cortou e atirou'
- (7) *hawyi to-i-'auka moi*
e 3SG-rel-matar cobra
'e matou a cobra'

Os exemplos em (3) e (7) são partes de uma narrativa que conta sobre um cachorro que quase foi morto numa caçada. Nos dados tem-se o termo *aware* 'cachorro' que se apresenta em (1) como nome não possuído, bem como *akuri* 'cotia'. Já em (3) o mesmo termo já apresenta marca de posse alienável e o índice de relação (relacional) que também recebem uma subclassificação, como descreveremos a seguir.

Silva (2010, p. 211) apresenta algumas partículas que nas narrativas funcionam como marcadoras do discurso e que ao longo dos textos parecem ter a função de marcar a narração e, ainda, prender a atenção do ouvinte. De fato, a gravação das narrativas demonstra que, além desses marcadores gramaticais, o narrador se vale de artifícios tanto oracionais como repetição, ênfase, focalização, quanto gestuais apresentando, com gestos e, na medida do possível, a reprodução da cena.

Os trechos acima mostram também o funcionamento de marcadores discursivos tais como as partículas *hawyi* que também é conjunção e funciona como coordenativa de constituintes em locuções coordenadas, como exemplificado em (8), abaixo, e o pronome pessoa independente *mi'i* que marca a terceira do singular 'ele'.

- (8) *e-re-to no hawyi e-re-ha'at*
 2SG:A-rel-ir EXOR CONJ 2SG:Arel-ver
 'vá e veja'

Elementos pronominais da categoria de posse em Mawé

A tipologia linguística da categoria de posse em Mawé segue o que acontece em outras línguas do tronco Tupi. Isso significa que a posse é indicada pelo índice de relação (relacional) com o nome e, ainda, por marcadores de pessoa presentes nas construções nominais. O quadro a seguir apresenta os elementos pronominais presentes para a marcação de posse, bem como o índice de relação (marcadores relacionais) na língua.

Quadro 1: Elementos pronominais da morfossintaxe nominal

Pessoa	Marcadores de Posse	Subclasses dos Índice de relação (relacionais)		
		Classe 1	Classe 2	Classe 3
1SG	u-	he-	i-	e- <i>het</i>
2SG	e-	e-	Ø-	e- <i>set</i>
3SG	Ø-	he-	i-	Ø- <i>het</i>
1PL.INCL	a-	he-	i-	a- <i>het</i>
1PL.EXCL	uru-	e-	Ø-	uru- <i>set</i>
2PL	e-	he-	i-	e- <i>het</i>
3PL	i'atu-	e-	Ø-	i'atu- <i>set</i>

Fonte: SILVA (2010) com adaptações.

O quadro 1 traz as informações sobre os elementos pronominais da morfossintaxe da língua, que são os pronomes clíticos envolvidos na marcação de posse e os índices de relação (relacionais) divididos em três subclasses. Conforme se verifica no quadro, o Mawé é uma língua que tipologicamente distingue com marca morfológica e com elementos pronominais independentes as primeiras pessoas do plural em: i) 1PL.INCL 'nós' quando faz referência não só aos presentes, mas a todos envolvidos numa determinada situação; e ii) 1PL.EXCL 'nós' quando exclui a segunda pessoa, ou seja, a quem se dirige numa situação de comunicação.

Os índices de relação da classe 1 indicam posse alienável, já os da classe 2 e 3 estão relacionados à posse inalienável. Silva (2010, p.145) pontua ainda que os relacionais da classe 3 fazem parte do radical nominal, sendo de difícil segmentação. No quadro acima o lexical *-het* 'nome' é usado para exemplificar a ocorrência. Observa-se ainda no quadro 1 (classe 3) a ocorrência de processo fonológico de alternância da consoante inicial do radical ($h \sim s$), o que é tipologicamente comum em línguas da família Tupi. Meira (2006) sugere a hipótese de que os elementos relacionais são, na verdade, reflexos e/ou resultados históricos desse tipo de processo de alternância fonológica.

Considerando os marcadores pronominais de posse e os índices de relação, seguem-se abaixo, exemplos de posse alienável:

- (9) *hawyi i'atu-e-yara i'aman Ø-tioto ne'i ra'yn y'apo wato kape*
então 3PL-rel-canoa chuva 3SG-levar CONST ASP igapó grande LOC:DIN
'então a chuva levou a canoa deles para o igapó grande'
hawyi apo i'atu-'e – uwein Ø-he-ereto yara i'atu-'e
e INTER 3PL-dizer – quem 3SG-rel-ir canoa 3PL-dizer
'e eles perguntaram: – quem levou a canoa? Disseram'

No exemplo em (9), como parte de outra narrativa o nominal *yara* 'canoa' aparece com marca de posse alienável *i'atu-e-yara* (3PL-rel-canoa) 'canoa deles' para, em seguida na narrativa, no questionamento sobre quem levou a canoa, ficar sem a marca de posse. De acordo com Franceschini (1999, p.27), parece ocorrer um tipo de distribuição complementar para determinação de posse em construções genitivas. Assim se evita a homonímia entre as segundas pessoas do singular e do plural e também permite a distinção entre nomes predicados e de determinação genitiva (SILVA, 2010 p.150)

Como exemplo de posse inalienável, com os índices de relação das classes 2 (*i-* ~ *Ø-*) e exemplos da classe 3 (com alternância fonológica no radical) segue os paradigmas abaixo relacionados.

- (10) **-ty 'mãe'**
- | | |
|-------------------|----------------|
| <i>u-i-ty</i> | 'minha mãe' |
| 1SG-rel-mãe | |
| <i>e-Ø-ty</i> | 'tua mãe' |
| 2SG-rel-mãe | |
| <i>Ø-i-ty</i> | 'mãe dele' |
| 3SG-rel-mãe | |
| <i>a-i-ty</i> | 'nossa mãe' |
| 1PL.INCL-rel-mãe | |
| <i>uru-Ø-ty</i> | 'nossa mãe' |
| 1PL.EXCL-rel-mãe | |
| <i>e-i-ty</i> | 'mãe de vocês' |
| 2PL-rel-mãe | |
| <i>i'atu-Ø-ty</i> | 'nossas mães' |
| 1SG-rel-mãe | |

- (11) **-hāj ‘dente’**
u-hāj ‘meu dente’
 1SG-dente
e-jāi ‘teu dente’
 2SG-dente
Ø-hāj ‘dente dele’
 3SG-dente
a-hāj ‘nosso dente’
 1PL.INCL-dente
uru-hāj ‘nosso dente’
 1PL.EXCL-dente
e-hāj ‘dente de vocês’
 2PL-dente
’atu-jāj ‘nossos dentes’
 1SG-dente

O Mawé admite também as formas reflexivas para a categoria de posse. Nos exemplos, é possível também as construções *to-ty* (3SG.REF-mãe) ‘sua própria mãe’ e *to-hāj* (3SG.REFL-dente) ‘seu próprio dente’. Como dito anteriormente, a alternância fonológica da classe 3 entre /h/ ~ /s/ ~ /j/ apresentada nos exemplos tanto no paradigma em (11) quanto no quadro 1 parte da tipologia das línguas de origem Tupi e de ocorrência bastante comum.

Nas construções de locução nominal possessiva há justaposição dos elementos que podem ser os marcadores de posse e o nominal.

- (12) *u-i-wyt Ø-Ø-yke’et*
 1SG-rel-amigo 3SG-rel-irmão mais velho
 ‘o amigo mais velho do meu irmão’
- (13) *u-he-yke’et wyt sese*
 1SG-rel-irmão-amigo ENF
 ‘o melhor amigo do meu irmão’
- (14) *Ø-he-lapi*
 3SG:POSS-lápis
 ‘seu lápis’

Em (12) e (13) além da justaposição dos elementos pronominais, note-se que a locução pode expandir-se agregando modificadores aos nomes. Já em (14) de posse alienável, a construção POSS-[he]-nominal marca posse em nomes que são empréstimos da língua portuguesa. Silva (2010, p. 271) aponta que os marcadores de posse alienável implicam semanticamente em um maior distanciamento conceitual entre o possuidor e o que é possuído. Como ressaltamos anteriormente Silva (2010), Mithun (1991) aborda que esse tipo de construção aponta um participante médio que realiza a ação de adquirir um elemento possuído para seu benefício.

Como já mencionado antes, as construções nominais admitem locuções reflexivas *to-* ‘3SG.REFL’ e *ta’atu-* ‘3PL.REFL’ que codificam o possuidor ao sujeito da oração. São exemplos desse tipo de construções:

- (15) *ihainia in Ø-Ø-tuwat to-’yke’et wywo*
homem PL 3PL-rel-ir 3SG.REFL-irmão mais velho COMT
‘dois irmãos foram juntos’
- (16) *hawyi mu’ap tote mi’iria Ø-tu-nung ta’atu-yat*
e depois caminho POSP 3PL 3PL.A.rel.fazer 3PL.REFL-casa
‘e depois no caminho eles fizeram sua própria casa[possuída]’

A categoria de número em Mawé

O tipo mais comum de distinção de número nas línguas é entre singular e plural. Payne (1997) aponta ainda como possibilidades de distinção: i) singular vs. dual vs. plural e, ainda, ii) singular vs. dual vs. trial vs. plural. Dual fazendo referência a dois itens, enquanto que trial refere-se a três itens. Segundo o autor, as duas últimas são codificações da categoria de número mais raras sendo mais comum a categorização fazendo oposição entre singular e plural (p. 96). Grande parte das línguas apresenta sistemas de marcação de número colocando elementos no singular como não marcado enquanto marcam o plural através de morfemas sufixais e por partículas marcadoras de plural.

Em Mawé, segue-se a tipologia mais comum para marcação de número marcando os nomes que são plurais através de morfemas formativos que indicam número e, ainda, por partículas que classificam os elementos como [+ humano] ou [-humano]. Dessa forma, há uma subclasse de nomes cujo referente é [+animado] e [+humano] que são marcados pela partícula coletiva *in* e pelo morfema *-tia* (com alomorfa ~ *-ria* ~ *-nia*) para indicação de plural. Incluem-se nessa categorização nomes de pessoas e grupos que indicam coletividade. E outra subclasse de nomes marcados pela partícula *ko’i* que agrupa coletivamente entidades não animadas [-humana].

- (17) *mi’i hawyi ta’atu-Ø-puendi ra’yn mi’u wewato-moken⁸ ko’i*
e então 3SG-rel-achar ASP comida bicho-lugar PL
‘e eles acharam comida no lugar dos bichos’
- (18) *karaiwa in i-Ø-kuap hat-ria*
não índios PL 3SG-rel-conhecer NMLZ-PL
‘os brancos que conheciam ele’

8 A narrativa é sobre um lugar assombrado no meio do mato. Para a construção *wewato-moken* ‘lugar dos bichos (ou das assombrações) a tradução é aproximada, tendo em vista que, segundo o participante que narrou a história, não há uma tradução em português para essa construção.

- (19) *hawyi hiroka(t)-ria Ø-tuwat ra'yn Ø-Ø-henoi hamo*
 e criança-PL 3PL-ir ASP 3PL-rel-contar FIN
 'e as crianças foram para contar para ele'
- (20) *mi'i pote Ø-Ø-merep waku ma'ato pira ko'i i-Ø-wyt-ria i-Ø-nyt in*
 e COND 3SG-rel- ser rápido bem mas peixe PL 3SG-rel-amigo-PL 3SG-rel-irmã PL
 'e porque é bem rápido, mas peixes, amigos, irmãs'
- (21) *i-Ø-ywot in i-Ø-ty in pote yt=naku-'i moi piat Ø-he-katu'u hap*
 3SG-rel-pai PL 3SG-rel-mãe PL COND NEG=bom-NEG cobra ORI 3SG.A-rel-morder NMLZ
 'pais, mães não é bom mordida dela [de cobra] '

No trecho da narrativa em (18) a partícula *in* está sendo usada para relacionar pessoas no coletivo, mas não é a forma habitual de uso. Para agrupamentos em classes, o mais usual é o morfema *-ria*. Sobre esse aspecto Franceschini (1999, p. 38 *apud* SILVA, 2010, p.154) observa que a organização social do povo Mawé está refletido no uso da língua. Dessa forma, a pluralização dos nomes inanimados [-humano] quando se referem aos clãs⁹ é marcada pelo morfema *-tia*.

Indicação de Gênero

A classificação nominal de gênero frequentemente está relacionada a fatores contextuais e extralinguísticos como mais ou menos humano e feminino vs. masculino. Payne (1997, p. 107) pontua que como classificação gramatical a indicação de gênero não necessariamente está diretamente relacionada com a classificação natural. Em geral, os sistemas gramaticais para a indicação de gênero envolvem a presença de classificadores usados no sistema linguísticos para todos ou alguns nominais quando a distinção não pode ser feita contextualmente em geral por meio de concordância.

Em Mawé, o gênero é expresso através de classificadores usados como lexemas distintos ou inferidos por fatores contextuais. Certas entidades com o traço [+ humano] usam termos distintos para a indicação de gênero. Incluem-se entre elas termos que indicação pessoas e a terminologia de parentesco. São exemplos:

- | | | | | |
|------|----------------|----------|------------------|----------|
| (22) | <i>ihainia</i> | 'homem' | <i>hariporia</i> | 'mulher' |
| | <i>he'aito</i> | 'marido' | <i>hary'i</i> | 'esposa' |
| | <i>-ywot</i> | 'pai' | <i>-ty</i> | 'mãe' |
| | <i>hase'i</i> | 'avô' | <i>hary</i> | 'avó' |

9 A organização social dos Sateré-Mawé é feita por clãs que são nomeados a partir de nomes de animais, exceto o clã Sateré com tradução aproximada de 'clã dos chefes'

- (23) *hary yt=ihap-tyting-'i rakat hary Naiá hat Ø-het*
avó NEG=olho-enxergar-NEG NMLZ avó NP NMLZ 3G-nome
'avó cega chamada Naiá'
- (24) *mi'i tan hanu'an Ø-saki'yt wywo i-hary'i wewat*
e ATEST macaco 3SG-filha COMT 3SG-esposa carrapato
'o carrapato tinha se casado com a filha do macaco'

A indicação de gênero em Mawé para algumas entidades como animais é indicada pelo acréscimo do classificador *wary'i* para 'mulher/fêmea' e *pa'iat* para 'homem/macho'. São exemplos:

- | | | | | |
|------|-----------------------|--------|----------------------|---------------|
| (25) | <i>waipaka pa'iat</i> | 'galo' | <i>waipaka</i> | 'galinha' |
| | <i>moi pa'iat</i> | cobra | <i>moi wary'i</i> | 'cobra fêmea' |
| | <i>awiato</i> | onça | <i>awyato wary'i</i> | 'onça fêmea' |

Silva (2010, p. 155) considera que certos termos de parentesco em Mawé tenham sido emprestados da língua portuguesa, como as denominações cunhado/cunhada *kunhatu/kunhata*. Da mesma forma, como a língua não usa marca morfológica para a indicação de gênero e sim lexemas distintos, como vemos nos exemplos acima, parece ter havido o empréstimo da marca morfológica *-a* para a designação de gênero feminino em construções como *hemiariru* 'neto' e *hemiarira* 'neta' e, também em neologismos para designar entidades que não pertenciam ao universo cultural dos Mawé como a figura do professor que em Mawé é designado como *puruwei* 'professor' com a indicação de gênero para o feminino como *puruweira* 'professora', claramente um tipo de construção da língua portuguesa. De fato, é possível constatar que a partir do contato cada vez mais frequente dos Mawé com a língua portuguesa e com o crescente processo de escolarização, cada vez mais há empréstimos e uma consequente substituição de alguns termos do Mawé por outro de língua portuguesa.

Outros Membros da classe dos nomes em Mawé

Alguns termos em Mawé desempenham funções argumentais de nomes. Seki (2000, p. 61) para a língua Kamaiurá os classifica com nomes interrogativos/indefinidos que podem receber sufixos casuais e desempenhar função de nome na estrutura morfossintática da língua. Em Mawé, palavras como *kan* e *kat* 'o que' e *uwen* 'quem' desempenham as funções argumentais de nomes quando em locuções nominais. São exemplos:

- (26) *kat kahu e-ti-'auka-'e*
INTER 3SG-ser bom 3SG-rel-matar-AUX
'o que foi de bom que você matou, disse'
- (27) *uwen i e-ti-kaykay-'e*
INTER REP 2SG-rel-chamar-AUX
'quem ele chama, disse'

(28) *hary kat karu ete a-re-'e*
 avó INTER 3SG-ser bom DEST 1SG-rel-dizer
 ‘vovó o que você tem. Eu disse.’

(29) *ma'ato hary u-i-wesat -yt=kat-'i*
 mas avó 1SG-rel-responder -NEG=NOM-NEG
 ‘mas a vovó me respondeu -nada’

Os exemplos de (26) a (29) para os interrogativos indefinidos são classificados como nominais e se equivalem sintaticamente aos nominais e podem ocorrer como sujeito e objeto de posições, como modificadores adnominais e como predicados de orações não verbais. Além desses, a língua também utiliza nominais indefinidos como *pyno* ‘primeiro/no início’ *turan* ‘fim/e foi assim’ que podem receber marca morfológica e desempenhar papel de nomes nas locuções nominais.

Nominalizadores em Mawé

Segundo Payne (1997, p.223) toda língua possui maneiras de ajustes das categorias gramaticais que acontecem de acordo com a necessidade contextual do falante/ouvinte. Um nome pode estar relacionado a um verbo de diferentes maneiras que pode ser para se referir a uma ação descrita pelo verbo ou, ainda, por um resultado de ação que tal verbo descreveu. Além dessas, morfemas nominalizadores podem indicar outras ações que são nominalizadas fazendo relação entre o conteúdo semântico do nome e o verbo que a originou.

A língua Mawé possui um conjunto de morfemas que derivam nomes, a partir de verbos. São nominalizadores que exprimem agentividade, ação, objeto/paciente nas construções intransitivas, nominalizador de circunstância e, ainda, um nominalizador atributivo.

O nominalizador *-hat* deriva nomes a partir de verbos transitivos e faz referência ao agente da ação.

(30) *Ø-het sadan-'e i ra'yn*
 3SG-nome Sadan-chamar REP ASP
 ‘agora se chama Sadan’
yt=naku-at-'i sese wo'o-'auka-hat Ø-set ewy ne'i ra'yn
 NEG=bom-NMLZ-NEG muito REC-matar NMLZ 3SG-nome igual CONST ASP
 ‘agora é bom [manso] tem nome de matador’

(31) *a-ti-'auka ra'yn u-he-moin hat-'e wawori*
 1SG-rel-matar ASP 1SG-rel-afundar NMLZ-dizer jaboti
 ‘matei o que me afundava, dizendo jaboti’

O morfema nominalizador **-hap** deriva nomes de ação a partir de verbos transitivos e intransitivos que expressam ação a partir do que conteúdo semântico indicado na base verbal. Em (31) indica a nominalização do verbo auxiliar **-'e**, considerando que o verbo auxiliar sempre assume a posição final na sentença. Indicam referentes entendidos como instrumentos da ação e indicam também lugares onde o evento que o verbo indica está localizado.

- (32) *mekepe weita Ø-Ø-wepy-hap kape rat Ø-Ø-'e awyato*
DEM pássaro 3SG-rel-cantar-NMLZ DIN ATES 3SG-rel-dizer onça
'para lá onde pássaro canta, disse onça'
- (33) *seke put'ok-i'atu-'e mi'u-mohiri-hap tote*
ADV chegar-3PL-AUX comida-assar-NMLZ LOC
'finalmente chegaram num lugar onde assavam comida'
- (34) *e-tikuap tan nasing e-Ø-'u turan u-he-piat hap*
2SG-rel-saber pouco FRUST 2SG-rel-comer DESD 1SG-rel-POSP
NMLZ
'bem que tu desconfiou que ia minha comida'
i-wyt-'ok Ø-Ø-akang
3SG-irmão-RECP 3SG-rela-cabeça
'[disse] a cabeça do irmão'

O nominalizador **-hap** também deriva nomes a partir de verbos de ação que indicam processos referentes ao conteúdo semântico do verbo.

- (35) *yty wawori wy-wuat to'o-ia'ang hap*
veado jaboti COMT-FUT REC-competir NMLZ
'a competição do veado com o jaboti'

O morfema nominalizador **mi-** compõe nome derivados de bases transitivas para indicar paciente/objeto.

- (36) *to-i-kuap historia hamo i-mi-entup ewy*
3SG-rel-saber história FIN 3SG-NMLZ-pedir igual
'para ela saber história como ela pediu igual'
- (37) *mi'i hawyi Ø-to-to y'y ete'i to-mi-kuap ete'i*
e depois 3SG-rel-ir água LOC 3SG-NMLZ-conhecer LOC
'e depois ele foi perto do rio que ele conhecia'
- (37) *hawyi to-tu-'u ra'yn i-mi-sey*
e 3SG-rel-comer ASP 3SG-NMLZ-assar
'ele comeu o que estava assando'

O nominalizador de circunstância em Mawé é o morfema **-wat** que deriva nomes de demonstrativos e que funcionam como adverbiais.

- (39) *hawyi ta'atu-erut hanu'an ta'atu-erut wawori mei-mu-e-wa(t)-ria*
então 3PL-trazer macaco 3PL-trazer jaboti DET-DEM-Dist-NMLZ-PL
'então eles trouxeram macaco, trouxeram jaboti são aqueles lá'
- (40) *uhewyry tyypy-wat*
1SG:A-rel-viajar dois-NMLZ
'eu viajei duas vezes'
- (41) *aiko-wat oken'yyp y'y kapiat*
ADV-NMLZ porta água LOC
'qual porta dá [de frente] para o rio'
- (42) *nimo-wa(t)-ria*
ADV-NMLZ-PL
'os de antigamente'

O nominalizador atributivo **rakat** (~**takat** ~**nakat**) ocorre com verbos intransitivos ativos e não ativos (descritivos) derivando nominais que indicam atribuição dada ao sujeito.

- (43) *hary yt=iha-pynting-'i rakat*
Avó NEG=olho-enxergar-NEG NMLZ
'a vovó cega' (literalmente a vovó que é cega)
- (44) *pyno mesup ahenoi mana i-kitsyng nakat pe*
primeiro ADV 1SG-rel-contar senhora 3SG-ser branca NMLZ LOC
'primeiro' aqui vou contar para a senhora branca'
- (45) *hawyi to-i-puendi hun hakup te rakat*
e 3SG-rel-encontrar coco 3SG-estar quente RET NMLZ
'e encontrou coco ainda quente'

Os exemplos demonstram que o nominalizador **rakat** ocorre com verbos de função descritiva (intransitivos descritivos). Como pode ser constatado nos exemplos, os nominalizadores recebem sufixo de plural **-ria** que marca plural para entidades [+humana].

A derivação de verbos a partir de nominalizadores é bastante produtiva em Mawé. Sintaticamente, os nomes derivados dessa forma assumem função de argumento como sendo A e O para verbos transitivos e Sa e So para verbos intransitivos, dependendo da valência e da subclasse da raiz verbal, no tipo de morfema usado para o processo de nominalização e na codificação do argumento. A sintaxe que ocorre nas nominalizações e a expressão dos argumentos em Mawé são importantes na análise da subordinação.

Considerações finais

As construções nominais e a nominalização em Mawé conta com um conjunto de morfemas que derivam e compõem as estruturas nominais da língua. Por meio da tipologia linguística, é possível constatar que a classe de nomes é uma classe aberta com construções que admitem em sua morfologia marcadores de posse nominal, categoria de número e indicação de gênero, uma vez que o gênero não é marcado morfologicamente em Mawé e sim indicado através de fatores contextuais e através de fatores semântico-pragmático para esse tipo de categorização.

A categoria de posse em Mawé permite uma subclassificação semântica que se diferencia pela morfologia e pelo comportamento sintático em nomes alienáveis, nomes inalienáveis e nomes não possuídos; o contraste se manifesta no comportamento sintático e nos elementos pronominais da categoria de posse. A categorização de número marca singular vs. plural através do morfema formativo *-ria* e pela partícula *in* para nomes, cujo referente é [+humano] e pela partícula *ko'i*, quando o referente é [-humano]. A indicação de gênero é feita através de fatores contextuais e/ou inferidos semanticamente. O Mawé usa lexemas distintos para termos que indicam pessoas e terminologia de parentesco e, ainda, os termos *wary'i* 'fêmea/mulher' e *pa'iat* 'macho/homem' para entidades como animais. Também são classificados como membros da classe dos nomes as palavras *kan*, *kat* e *uwen* 'interrogativo/indefinido', tendo em vista que apresentam comportamento de nominais em funções argumentais e recebem marca morfológica típica dos nominais na língua, como o sufixo pluralizador *-ria*.

O processo de nominalização em Mawé é feito através de um conjunto de morfemas com diferentes funções e expressões. O morfema *-hat* é agentivo e deriva nomes através de verbos transitivos. O morfema *-hap* pode derivar nomes através de verbos transitivos e intransitivos; esses nomes pode indicar referentes como instrumentos de ação e lugares onde o evento ocorre, além de indicar processos que se refiram ao conteúdo semântico do verbo nominalizado. O morfema *mi-* deriva nomes de bases transitivas para indicar paciente/objeto da ação. O morfema *-wat* funciona como um nominalizador circunstancial que deriva nomes demonstrativos e que funcionam como adverbiais. A língua tem ainda um nominalizador atributivo *rakat* que ocorre com verbos intransitivos em Sa e So derivando nominais que recebem alguma atribuição dada ao sujeito. A sintaxe das nominalizações depende da valência e da subclasse da raiz que derivou o nominal e interfere diretamente na estrutura argumental da língua.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e realidade brasileira, *Cadernos de Linguística*, v.1, n.3, p. 01-44, 2020.

COMRIE, B. *Language universals & Linguistic typology*. Chicago: Chicago University Press, 1981.

- FRANCESCHINI, D. *La Langue Sateré-Mawé Description et analyse morphosyntaxique*. Tese (Doutorado em Linguística). Université Paris VII (Denis Diderot). Paris, 1999.
- GIVÓN, T. *Syntax*. A functional typology introduction. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. I, 1984.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985
- GREENBERG, J. H. The typologic method. In: SEBEEK, T. A. (ed.). *Diachronic, areal, and typological linguistic*. The Hague; Paris: Mouton, 1973. v. 11, p. 149-151.
- KAUFMAN & BERLIN. *South American indian language documentation project questionnaire*. University Pittsburgh & University of California at Berkeley, Ms, 1987.
- KIBRIK, A. E. *The methodology of field investigations in linguistic: setting up the Problem*. The Hague; Paris: Mouton, 1977.
- LYONS, J. *Semântica*. Trad. Wanda Ramos. Lisboa: Presença Editorial, São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- LEIPZIG UNIVERSITY. *The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses*. Disponível em: <http://www.eva.mpg.de/lingua/tools-at-lingboard/glossing_rules.php>. Acesso em 04 jan. 2021.
- MAIA, M. *Manual de linguística: subsídios para formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- MEIRA, S. Stative verbs vs. nouns in Sateré-Mawé and the tupian family. In: ROWICKA, G.; CARLIN, E. (Ed.). *What's in a verb? Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas*. Utrecht: LOT, 2006. p.184-214.
- MITHUM, M. Active/agentive case marking and its motivation. *Language* 67, p. 510-546, 1991.
- MONTE, N. L. Práticas e direitos: as línguas indígenas no Brasil. In: QUEIXALÓS, F. e RENAULT-LESCURE, O. (orgs). *As línguas Amazônicas hoje* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p.183-192.
- MUSEU NACIONAL – Setor Linguístico do Museu Nacional. (Organização e Objetivos). *Publicações Avulsas*. Rio de Janeiro, 1965.
- PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax*. A guide for field linguistic. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. São Paulo: *Ciência e Cultura* vol.57 número 2. São Paulo, 2005.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani, São Paulo. *Revista Antropológica* vol. 27/28, Universidade São Paulo, São Paulo. p. 33-53, 1984/85.

SEKI, L. Kamaiura (Tupi-Guarani) as an active-stative language. In: PAYNE, D. *Amazonian linguistics: studies in Lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 367-392.

SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá: língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, R.G.P. *Estudo morfossintático da Língua Sateré-Mawé*. São Paulo:Unicamp, 2010
Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Unicamp, Campinas, 2010.

SONG, J.J. *Linguistic typology morphology and syntax*. Edinburgh:Bristich Library, 2001.



A ICONICIDADE EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE SINAIS DA LIBRAS

ICONICITY IN LIBRAS SIGN FORMATION PROCESSES

André Nogueira Xavier¹

Daiane Ferreira²

RESUMO

Apesar do aumento expressivo nos estudos sobre a língua brasileira de sinais, libras, a partir de seu reconhecimento legal pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (SANTOS; OLIVEIRA, 2017), os estudos em seus diferentes níveis de análise ainda são muito incipientes (HACKL, em preparação). Sendo assim, de maneira geral, sabe-se muito pouco sobre a morfologia da libras e, de maneira específica, sobre seus processos de formação de palavras (DEDINO, 2012; RODERO-TAKAHIRA, 2015; XAVIER; NEVES, 2016; RODERO-TAKAHIRA; SCHER, 2020). Este trabalho objetiva primeiramente contribuir com o avanço na compreensão desses processos através da descrição e da análise, à luz da literatura sobre outras línguas de sinais (MEIR, 2012, entre outros), de 96 formações lexicais da libras, coletadas de sinalizações espontâneas e de pesquisas sobre a referida língua. Em segundo lugar, ele pretende, principalmente com base em sinais toponímicos (URBANSKI; FERREIRA; XAVIER, 2020) e termos técnicos (XAVIER; SANTOS, 2016), analisados em outros trabalhos, discutir o papel da iconicidade na criação de sinais dessa língua, pouco ou nada considerado nos estudos morfológicos que, normalmente, privilegiam aspectos exclusivamente formais.

Palavras-chave: Libras; Formação de palavras; Topônimos; Termos técnicos.

ABSTRACT

Despite the significant increase in studies on Brazilian Sign Language, Libras, since its official recognition by Law 10,436, of April 24, 2002 (SANTOS; OLIVEIRA, 2017), studies about their different levels of analysis are still at the very beginning (HACKL, in preparation). Thus, in general, little is known about Libras morphology and, specifically, about its word formation processes (DEDINO, 2012; RODERO-TAKAHIRA, 2015; XAVIER; NEVES, 2016; RODERO-TAKAHIRA; SCHER, 2020). This work aims primarily to contribute to the advancement in the understanding of these processes through the description and analysis, in the light of the literature on other sign languages (MEIR, 2012, among others), of 96 Libras lexical formations collected from spontaneous signing and published works about that language. Secondly, mainly based on toponymic signs (URBANSKI; FERREIRA; XAVIER, 2020) and technical terms (XAVIER; SANTOS, 2016), it intends to discuss the role of iconicity in the creation of Libras signs, in general, little or not considered in the morphological studies that focus exclusively on formal aspects.

Keywords: Libras; Word Formation; Toponyms; Technical terms.

1 Professor doutor do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Paraná. andrexavier@ufpr.br

2 Professora mestre do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Paraná. daiatmaufpr@gmail.com

Introdução

Uma das principais diferenças entre línguas orais e línguas de sinais está na sua modalidade de produção e percepção (MEIER, 2002). As primeiras, oro-auditivas, são articuladas pelos chamados órgãos da fala e majoritariamente percebidas pela audição. Já as segundas, gestuais-visuais, são produzidas por meio de movimentos das mãos, dos braços, do tronco, da cabeça e dos músculos da face e percebidas pela visão. A descrição e a análise das línguas de sinais têm mostrado uma prevalência de estruturas simultâneas em todos os seus níveis gramaticais e tal fato tem sido considerado um efeito de sua modalidade (EMMOREY, 2002).

No nível morfológico, por exemplo, observa-se uma predominância de processos não concatenativos na derivação e uma exclusividade destes na flexão³ (MEIR, 2012). Sendo assim, especificamente em relação aos processos de formação de palavras, foco de nosso interesse aqui, ainda que se encontrem, semelhantemente às línguas orais, casos de afixação, composição e reduplicação sequenciais, os simultâneos parecem ser mais frequentes.

À luz de trabalhos como o de Meir (2012), o presente artigo tem como um de seus objetivos apresentar um panorama dos processos de formação de sinais na libras. Em seguida, baseado nesse panorama, ele também objetiva reportar nossa descrição e análise dos padrões morfológicos observados na constituição de sinais toponímicos e de sinais técnicos dessa língua. Com isso, pretendemos pavimentar nossa discussão acerca do papel da iconicidade na formação lexical não apenas na libras, mas nas línguas de sinais de forma geral, pouco ou nada considerado nos estudos morfológicos que, na maioria das vezes, privilegiam aspectos exclusivamente formais.

Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma. Na seção seguinte, apresentamos um panorama dos processos de formação dos sinais da libras, ilustrando os quatro principais tipos identificados, a saber, alteração de parâmetros fonológicos, afixação, composição e reduplicação, com base em 96 dados coletados através de observações de sinalizações espontâneas e de nosso levantamento bibliográfico. Na sequência, discutimos a formação de topônimos e de termos técnicos na libras com base nesses quatro processos. Por fim, apresentamos uma síntese dos estudos sobre a iconicidade lexical nas línguas sinalizadas e demonstramos como esse princípio perpassa todos os processos de criação lexical nas línguas sinalizadas, mesmo nos casos em que elementos do português são incorporados.

Panorama dos processos de formação de sinais na libras

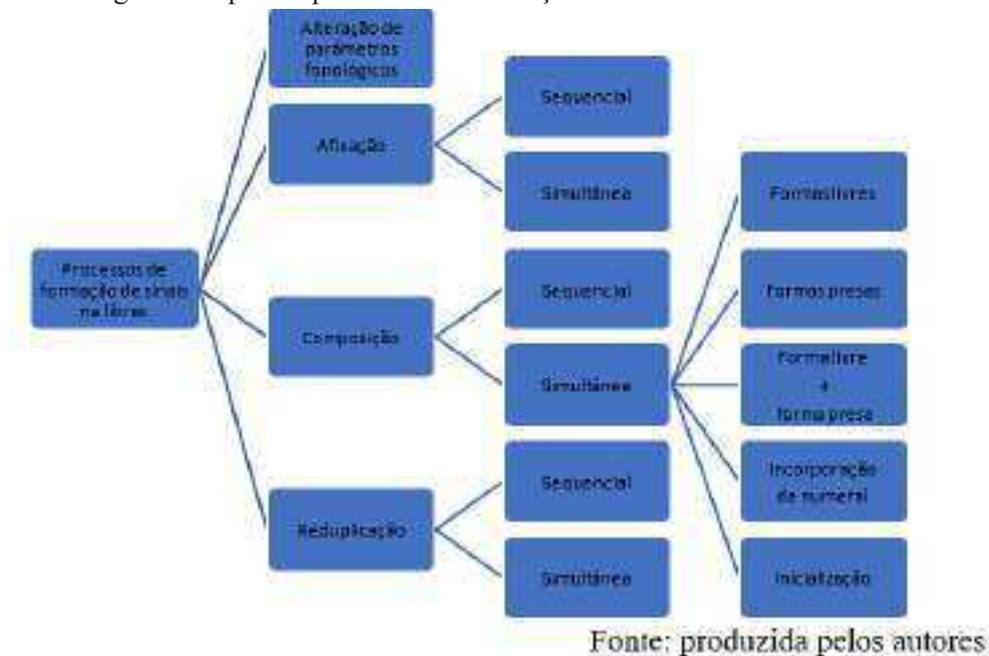
Com base em sua pesquisa bibliométrica, Santos e Oliveira (2017) reportam um aumento expressivo nos estudos sobre a libras a partir de seu reconhecimento oficial pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Apesar disso, conforme se pode depreender de Hackl (em preparação), tais estudos ainda são muito incipientes. Consequentemente, de maneira

3 Johnston e Schembri (2007) preferem o termo *modificação* à flexão, em razão de os processos supostamente flexionais observados nas línguas de sinais apresentam características marcadamente diferentes daqueles observados nas línguas faladas.

geral, sabe-se muito pouco sobre os diferentes domínios da gramática da libras, entre eles sua morfologia e, de maneira específica, sobre seus processos de formação de palavras (DEDINO, 2012; RODERO-TAKAHIRA, 2015; XAVIER; NEVES, 2016; RODERO-TAKAHIRA; SCHER, 2020). Nesta seção, à luz da literatura sobre outras línguas de sinais (KLIMA; BELLUGI, 1979; BRENNAN, 1990; LIDDELL, 2003; JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007; MEIR, 2012), apresentamos um panorama desses processos na libras por meio de 96 dados coletados de sinalizações espontâneas ou de trabalhos sobre a referida língua.

Conforme sumarizado na Figura 1 e tal como se verá nas subseções seguintes, a análise desses dados nos levou a classificá-los em quatro macro-categorias. A primeira, ‘alteração de parâmetros fonológicos’, se refere a derivações realizadas por meio da alteração de unidades sublexicais, em geral o movimento, de um determinado sinal. Esses casos parecem ser exclusivos às línguas de sinais, porque a alteração do parâmetro fonológico, na maioria das vezes icônica, não parece ser analisável morfemicamente. As três outras macro-categorias, a saber, ‘afixação’, ‘composição’ e ‘reduplicação’, se referem a processos largamente atestados na morfologia das línguas faladas, mas que nas línguas de sinais se manifestam, como suas subcategorias sugerem, sequencial e simultaneamente. Com base em Meir (2012), subdividimos os compostos simultâneos em cinco subcategorias. Em uma delas reunimos estruturas constituídas de formas que podem ocorrer livremente, em outra, as compostas de formas presas e, em uma terceira subcategoria, os casos que resultam da combinação de formas livres e presas⁴. Esta última subcategoria não é citada pela referida autora. Em uma quarta subcategoria, agrupamos as formas cuja configuração de mão muda para indicar um numeral (incorporação de numeral) e em uma quinta aquelas cuja configuração original é substituída por uma pertencente ao alfabeto manual para que assim possa se referir à letra inicial da palavra escrita correspondente em português (inicialização).

Figura 1: Tipos de processos de formação lexical identificados na libras



Fonte: produzida pelos autores

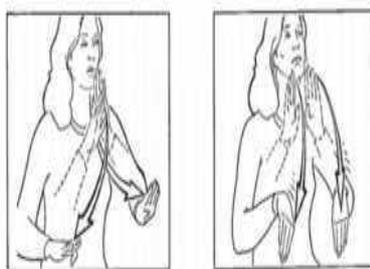
4 Seguindo Brennan (1990), Meier caracteriza formações deste tipo como ‘compostos por classificadores’. Optamos aqui por focar apenas na aparente dependência morfológica dos elementos que constituem esses compostos, tendo em vista as controvérsias quanto ao seu tratamento como classificadores (LIDDELL, 2003; JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007).

Nas subseções seguintes, todos os 96 sinais coletados por meio da observação de sinalizações espontâneas ou de trabalhos sobre a libras serão apresentados, em suas respectivas subcategorias, por meio de glosas em português. Sua visualização será possível através de vídeos, cujos links são incluídos em notas de rodapé. Todos os vídeos foram produzidos pela segunda autora deste trabalho, surda, sinalizante fluente e nascida e residente no estado do Paraná. Quando julgamos necessário, foram incluídas frases criadas por ela para ilustrar o uso dos sinais em contexto.

Alteração de parâmetros

Klima e Bellugi (1979) incluem entre os processos de formação de sinais da língua de sinais americana, ASL (do inglês *American Sign Language*), derivações que consistem na alteração de parâmetros fonológicos, em geral, o movimento. Como exemplo, os autores citam o sinal AQUIESCER⁵ (Figura 2b) derivado de QUIET@ (Figura 2a).

Figura 2: Derivação na ASL por meio de alteração do parâmetro fonológico movimento



(a) QUIET@ (b) AQUIESCER

Fonte: reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 201)

Dentre os 96 sinais da libras coletados de sinalizações espontâneas ou de trabalhos sobre a referida língua, identificamos 30 sinais derivados dessa mesma maneira. Em todos esses casos, listados no Quadro 1, assim como no exemplo da ASL, a forma derivada apresenta um movimento diferente em relação à forma primitiva. Assumimos aqui que a forma derivada é aquela que apresenta mais material fonológico em comparação com a primitiva. Nos dados a seguir o único caso em que isso não parece ser claro é o par FUTEBOL e ESPORTE, pois o primeiro é produzido com movimentos repetidos, o segundo é produzido com um movimento e contato entre as mãos.

⁵ Adotam-se aqui as convenções de transcrição de sinais propostas por Felipe (1997), de acordo com as quais as glosas em português para os sinais são escritas em caixa alta, unidas por hífen quando envolvem mais de uma palavra do português e com marcas de gênero substituídas por @.

Quadro 1: Sinais formados principalmente através de mudanças no movimento⁶

Sinal primitivo	Sinal(is) derivado(s)	Sinal primitivo	Sinal(is) derivado(s)
ACONSELHAR	ADVERTIR	ENSINAR	EDUCAÇÃO-A-DISTÂNCIA
ANO	ANO-PASSADO MUITOS-ANOS	FUTEBOL	ESPORTE
APRENDER	VINGANÇA	LEITE	BRANC@ (SP)
ÁRVORE	FLORESTA	POR-FAVOR	PEDIR
AVISAR	DIVULGAR PROPAGANDA	REGRA	RÍGID@
BOM	RAZOÁVEL	RELAÇÃO-SEXUAL	ESTUPRO
CAMA	SEXO	TRABALHAR	LUTAR
CASA	VIZINH@ FAVELA	GRUPO	CONVIVER
CERTO	É-MESMO! CERTEZA HONEST@	TENTAR	EXPERIÊNCIA
COMUNICAÇÃO	PROBLEMA-DE COMUNICAÇÃO	COMBINAR	CONVENCIONAL
COR (PR)	COLORID@ (PR)	EXPRESSÃO- FACIAL ⁷	CARA-TORTA
DIFERENTE	DIVERS@S-1 DIVERS@S-2		

Fonte: produzido pelos autores

Tais alterações, na maioria das vezes icônicas⁸, parecem idiossincráticas, ou seja, até onde sabemos, não são observadas na derivação de outros sinais da libras. Por exemplo, o tipo de alteração que se observa na derivação do sinal PROBLEMA-DE-COMUNICAÇÃO (Figura 3b) a partir de COMUNICAÇÃO (Figura 3a) não reaparece na formação de outros sinais antonímicos⁹.

6 Parte 1: https://youtu.be/qpWYk_nnhZ8. Parte 2: <https://youtu.be/HW78nEJ1Nj8>.

7 Quando se refere a movimentos da boca ou a expressões corporais, esse sinal é feito, respectivamente, em frente à boca e em frente ao tórax (Cf. <https://youtu.be/uQU2s8CoGGk>). Isso sugere que, além da mudança no movimento, a mudança na localização de um sinal também pode ser empregada para derivação de novos sinais.

8 Iconicidade se refere à relação motivada entre a forma linguística e aspectos de seu significado. Embora esse conceito permeie a discussão de todos os dados, ele será mais detalhadamente explicado na seção “A iconicidade na formação de sinais”.

9 Até onde sabemos não há processos de criação lexical semelhante nas línguas orais. O mais próximo disso seria o que ocorre em processos flexionais não-concatenativos, como aquele observado com as palavras ‘foot’ (pé) e ‘goose’ (ganso) do inglês. O plural dessas palavras se faz por uma mudança de sua vogal posterior por uma anterior: ‘feet’ e ‘geese’. A ideia de plural parece ser, sinestesticamente, sugerida pela “maior” extensão do corpo da língua que se projeta para a articulação da vogal anterior em oposição à sua forma mais retraída durante a realização da vogal posterior. Parece-nos que algo semelhante pode ser dito em relação aos casos de plural metafônico no português em que, além do acréscimo do sufixo {-s}, temos também a abertura da vogal médio-alta posterior [o] da raiz (cf. novo > novos). Essa abertura resulta do abaixamento da mandíbula e, conseqüentemente, da expansão do trato vocal que, sinestesticamente, sugere a ideia de pluralidade. Ainda assim, esses casos diferem dos da libras, em razão de não serem idiossincráticos, logo, de apresentarem alguma produtividade.

Figura 3: Exemplo de derivação por alteração de parâmetro fonológico na libras



(a) COMUNICAÇÃO (b) PROBLEMA-DE-COMUNICAÇÃO

Fonte: Xavier e Neves (p. 144)

Conseqüentemente, a nosso ver, essas alterações não atendem a dois dos três requisitos para que recebam um tratamento morfêmico, a saber, a listabilidade e a produtividade (JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007, p. 122). Vale registrar que derivações que se dão por meio de modificações não morfêmicas na forma do sinal primitivo não se restringem a casos em que estas a incrementam, mas abrangem também casos em que elas a reduzem. Ilustramos isso com os sinais do Quadro 2 que expressam diminutivo ou atenuação do significado do sinal de que derivam por meio de uma redução em sua configuração de mão e movimento. O tratamento desses casos como derivacionais se deve ao fato de que esse recurso parece se restringir a apenas alguns sinais.

Quadro 2: Diminutivo ou atenuação formados através de mudanças na configuração de mão¹⁰

Sinal primitivo	Sinal(is) derivado(s)	Sinal primitivo	Sinal(is) derivado(s)
AFASTAMENTO	AFASTAMENTO-CURTO	OCUPAD@	OCUPADINH@
CONVERSA	CONVERSINHA	DICA	DIQUINHA
DESCULPA	DESCULPINHA	BÁSICO	MUITO-BÁSICO
REPREENDER	PEQUENA-REPREENSÃO		

Fonte: produzido pelos autores

Afixação

Embora pouco frequente, a afixação sequencial é atestada em algumas línguas de sinais. Segundo Aronoff et al. (2004), ela ocorre na língua de sinais israelense, ISL (do inglês *Israeli Sign Language*) na formação, por prefixação, de alguns verbos. Trata-se de verbos iniciados com um apontamento para o olho, nariz, orelha, boca ou cabeça. Esses apontamentos são analisados pelos autores como prefixos. Entre as motivações está o fato de eles serem formas presas recorrentemente observadas na formação de vários verbos da ISL. Eles ainda mencionam o fato de que, embora em alguns casos o significado seja composicional, isso nem sempre acontece. Diferentemente de sinais como DISCERNIR-PELA-VISÃO, formado pelo prefixo VER (Figura 4), há sinais na ISL como DESTREZA, que, mesmo apresentando como prefixo um apontamento para a boca ou o nariz, apresenta significado não relacionado com o ato de falar ou cheirar (p. 23)¹¹.

¹⁰ <https://youtu.be/Q-zAiFywYFo>

¹¹ A nosso ver, esse caso também poderia ser analisado como composição, uma vez que processos desse tipo também podem envolver morfemas presos e não apresentar significados composicionais.

Figura 6: Possível fonte para o sufixo negativo da Auslan



NÃO-FEIT@

Fonte: <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/not%20done-1.html>

Figura 7: Formas negativas constituídas por sufixação na Auslan

	Forma afirmativa	Forma negativa
FUTURO ¹²		
SABOR ¹³		
MEU ¹⁴		
EMPREGAD@ ¹⁵		

Fonte: <https://www.auslan.org.au/about/dictionary/>

Johnston e Schembri reconhecem, no entanto, que alguns sinais negativos da Auslan podem não ter sido formados por sufixação, mas, na verdade, pela reversão de seu movimento, nos nossos termos, por alteração de um dos parâmetros fonológicos, como parece ser o caso da forma negativa (Figura 8b) de QUERER (Figura 8a).

12 FUTURO (will): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/will-2.html>; FUTURO-NEGATIVO (will not): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/will%20not-1.html>

13 SABOR (taste): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/taste-1.html>; SEM-SABOR (taste not): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/taste%20bad-1.html>.

14 MEU (my): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/my-1.html>; NÃO-MEU (not my): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/not%20my-1.html>.

15 EMPREGAD@ (employed): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/employed-1.html>; DESEMPREGADO (unemployed): <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/unemployed-1.html>.

Figura 8: Inversão do movimento para a expressão de negação na Auslan



(a) QUERER (b) NÃO-QUERER

Fonte: reproduzido de Johnston e Schembri (2007, p. 130)

Nossas observações acerca da forma negativa de alguns verbos da libras indicam, primeiramente, uma diversidade de maneiras de negar: (1) apenas por meio do balançar da cabeça (hs, do inglês *headshake*) simultâneo, ou ainda por meio deste somado à realização sequencial (2) do sinal NÃO ou (3) do sinal ZERO. Há ainda uma quarta maneira, mais restritiva e semelhante à observada no sinal QUERER da Auslan. Nela, assim como em (2) e (3), o verbo apresenta uma mudança na sua orientação da palma, mas não é seguido nem por NÃO nem por ZERO¹⁶. Como indica o Quadro 3, construído com base nas intuições da segunda autora deste artigo, quando usados, NÃO e ZERO são normalmente pós-verbais. Além disso, aparentemente não há diferenças semânticas entre as formas negativas, mas parece haver restrições lexicais quanto ao seu uso. Mais estudos são necessários para corroborar essas intuições, bem como para determinar a natureza dos sinais NÃO e ZERO nessas construções, que podem ocorrer livremente e não parecem exibir o tipo de restrição apontada por Aronoff et al. (2004) para o sinal ZERO da ASL.

16 Quadros e Karnopp (2004) tratam sinais desse tipo como resultantes de um processo de incorporação da negação. Observamos em sinalização espontânea alterações na orientação da palma em DESCULPAR e CONCORDAR não para negá-los, mas para expressá-los de forma jocosa (<https://youtu.be/jAoeDyWVFsU>).

Quadro 3: Possíveis exemplos de afixação sequencial na libras¹⁷

Afirmativa	Negativa			
	Apenas hs	+ NÃO	+ ZERO	Apenas mudança na orientação
ENTENDER	_____hs ENTENDER	_____hs ENTENDER NÃO	_____hs ENTENDER ZERO	_____hs NÃO-ENTENDER
CONHECER	_____hs CONHECER	_____hs CONHECER NÃO	_____hs CONHECER ZERO	_____hs NÃO-CONHECER
COMBINAR	_____hs COMBINAR	_____hs COMBINAR NÃO	_____hs COMBINAR ZERO	_____hs NÃO-COMBINAR
GOSTAR	_____hs GOSTAR	_____hs GOSTAR NÃO	_____hs GOSTAR ZERO	_____hs NÃO-GOSTAR
PRECISAR	_____hs PRECISAR	_____hs PRECISAR NÃO	_____hs PRECISAR ZERO	*
QUERER	*	_____hs QUERER NÃO	_____hs QUERER ZERO	_____hs NÃO-QUERER
TER	*	*	*	_____hs NÃO-TER
PODER	*	*	*	_____hs IMPOSSÍVEL
CONCORDAR	_____hs CONCORDAR	_____hs CONCORDAR NÃO	_____hs CONCORDAR ZERO	_____hs NÃO- CONCORDAR

Fonte: produzido pelos autores

De acordo com Aronoff et al. (2004), há nas línguas de sinais uma preferência por processos morfológicos simultâneos ou não concatenativos. Isso explica nessas línguas a paucidade de casos de afixação sequencial ou concatenativa, tais como os discutidos até aqui, bem como a ocorrência de casos de afixação simultânea. Esses últimos são ilustrados por Meir (2012) por meio do sinal AGIR-COMO-UM-BEBÊ da ASL (Figura 9b) formado, conforme documentam Klima e Bellugi (1979), por meio da mudança do movimento do sinal BEBÊ (Figura 9a).

Figura 9: Sinal AGIR-COMO-UM-BEBÊ da ASL formado por afixação simultânea



(a) BEBÊ



(b) AGIR-COMO-UM-BEBÊ

Fonte: reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 32)

¹⁷ https://youtu.be/8Y9Lst_05aQ

Xavier (2017) em seu estudo sobre a expressão de intensidade em libras documenta algumas formas que, além de apresentarem mudanças em seus movimentos e expressões não manuais, também apresentam alterações em suas configurações de mão. Como se pode ver no Quadro 4 criado a partir de exemplos do autor e de outros observados em sinalizações espontâneas, a alteração sempre consiste no aumento do número de dedos da configuração da forma intensificada. Tal fato pode também ser interpretado como manifestação da iconicidade, dado que o incremento do material fonológico é claramente motivado pelo incremento na complexidade semântica desses sinais (DOWNING; STIEBELS, 2012).

Quadro 4: Possíveis exemplos de possível afixação simultânea na libras¹⁸

Sinal primitivo		Sinal derivado	
VONTADE	B	MUITA-VONTADE	>
CAIPIRA	D	MUITO-CAIPIRA	-
NERVOS@		MUITO-NERVOSO	
COR (SP)	Y	COLORID@ (SP)	>
PACIÊNCIA		MUITA-PACIÊNCIA	
MUDAR-DE-IDEIA		MUDAR-DE-IDEIA-COMPLETAMENTE	
ORGULHOS@	f	MUITO-ORGULHOS@	
ALÍVIO	C > I	MUITO-ALIVIAD@	z > y
MERECER	V > U	MERECER-MUITO	5 > y

Fonte: produzido pelos autores

Composição

Klima e Bellugi (1979) realizaram o primeiro estudo sobre compostos em uma língua sinalizada. Os autores identificaram na ASL sinais formados por outros sinais que podem ocorrer isoladamente. Entre as evidências para o tratamento dessas construções como compostos eles citam (1) que suas partes são inseparáveis, (2) que elas apresentam um significado diferente em relação ao significado de suas partes e (3) que processos gramaticais, como a reduplicação, devem ocorrer com toda a unidade lexical e não apenas com uma de suas partes. Um dos exemplos de compostos que citam é o sinal CAMISOLA, formado a partir dos sinais DORMIR e VESTIDO (Figura 10a). Além de constituído por partes inseparáveis e que, conjuntamente, significam algo diferente do que significam suas partes isoladamente, como sugere a Figura 10b, quando sofre reduplicação para expressar a ideia ‘uma série de’, o composto inteiro é reduplicado.

18 <https://youtu.be/Dd8CFea79yM>

Figura 10: Composto sequencial na ASL



(a) CAMISOLA

(b) 'uma série de camisolas'

Fonte: Reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 208)

O estudo de Klima e Bellugi (1979) identificou 70 compostos da ASL, os quais tiveram sua duração mensurada e comparada com a dos sinais simples que os formam. Com isso, os autores observaram que a duração dos compostos não corresponde à soma da duração de suas partes. Ao contrário, é próxima da duração de sinais simples. Eles atribuem tal fato à ocorrência de mudanças fonológicas nas duas partes do composto, mas mais acentuadamente na primeira. Entre elas, Klima e Bellugi citam (1) mudanças no movimento das partes, (2) antecipação da mão não dominante requerida para realizar o segundo sinal do composto durante a realização do primeiro, quando este é monomanual e (3) suavização da transição entre os sinais que constituem o composto. Esses fenômenos também foram observados em compostos sequenciais da língua de sinais britânica, BSL (do inglês *British Sign Language*) (BRENNAN, 1990) e em compostos da Auslan (JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007).

Na Auslan, além de casos como PAIS (Figura 11c), em que há redução do número de repetições dos sinais que formam o composto, e casos como MEMORIAL (Figura 12c), em que a mão não dominante do segundo sinal, COLAR (Figura 12b), é antecipada durante a produção do primeiro, MENTE (Figura 12a), Johnston e Schembri (2007) reportam também casos em que a configuração de mão do segundo sinal é parcialmente assimilada pela configuração do primeiro. Isso pode ser observado no sinal CHECAR, constituído pelo sinal VER (Figura 13a), tipicamente realizado apenas com o dedo indicador estendido e os demais fechados, e pelo sinal TALVEZ (Figura 13b), normalmente produzido com polegar e dedo mínimo estendidos e demais fechados. Como se pode ver na Figura 12c, ocorre durante a realização de VER uma antecipação da configuração do segundo sinal, a qual é co-produzida com a configuração do primeiro.

Figura 11: Composto sequencial da Auslan com redução do movimento nos sinais que o formam



(a) MÃE (três vezes) (b) PAI (duas vezes) (c) PAIS (uma vez cada parte)

Fonte: (a) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/mother-1.html>; (b) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/father-1.html>; (c) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/parents-1.html>.

Figura 12: Composto sequencial da Auslan com antecipação da mão não dominante do segundo sinal



Fonte: (a) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/mind-1.html>; (b) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/stick-1.html>; (c) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/memorial-1.html>.

Figura 13: Composto sequencial da Auslan com assimilação da configuração de mão do segundo sinal



Fonte: (a) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/eye-1.html>; (b) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/maybe-2.html>; (c) <https://www.auslan.org.au/dictionary/words/check-1.html>.

Além de compostos sequenciais, Brennan (1990) identificou na BSL compostos simultâneos, os quais se diferenciam daqueles por serem constituídos por dois morfemas realizados simultaneamente, um em cada mão. De acordo com a autora, tais compostos podem ser de dois tipos: formados por sinais independentes ou formados por classificadores, isto é, configurações de mão que iconicamente representam entidades, seu manuseio ou seu tamanho e forma (JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007). Como exemplo do primeiro tipo, ela cita o sinal TTS¹⁹, referente a um terminal telefônico para surdos, da BSL (Figura 14), formado pelos sinais DIGITAR e TELEFONE, que podem ocorrer isoladamente.

Figura 14: Composto simultâneo na BSL formado por sinais independentes



DIGITAR

TELEFONE

TTS

Fonte:

Fonte:

Fonte:

[https://media.signbsl.com /
videos/bsl/signstation/type.mp4](https://media.signbsl.com/videos/bsl/signstation/type.mp4)

[https://www.signbsl.com/sign/
telephone](https://www.signbsl.com/sign/telephone)

Reproduzido de
Brennan (1990, p. 51)

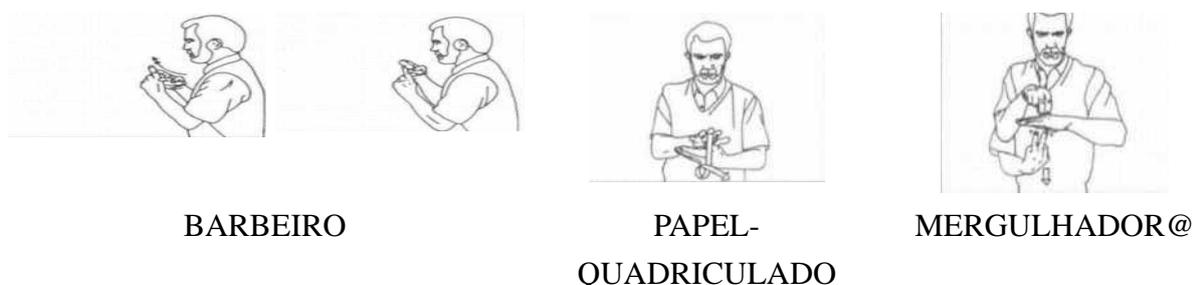
O cotejo entre as formas isoladas de DIGITAR e TELEFONE e suas respectivas formas enquanto partes do composto simultâneo TTS evidencia alguns dos processos fonológicos que, segundo Brennan, ocorrem nesse tipo de formação. Segundo a autora, (1) sinais bimanuais

19 *Text To Speech Technology.*

que formam compostos simultâneos passam a ser feitos com apenas uma mão (cf. DIGITAR), (2) a mão não dominante produz um sinal (ou uma parte dele) normalmente articulado com a mão dominante, (3) o movimento do sinal produzido pela mão não dominante é normalmente eliminado e (4) a localização de um ou dos dois sinais é alterada e um novo arranjo das mãos utilizado (cf. TELEFONE) (p. 151).

Já como exemplo de sinais formados por classificadores, Brennan (1990) cita, entre outros, os sinais BARBEIRO, PAPEL-QUADRICULADO e MERGULHADOR@ (Figura 15). Conforme descreve, BARBEIRO é formado por um classificador que representa uma pessoa e outro que representa uma tesoura; PAPEL-QUADRICULADO, por um classificador que representa uma folha de papel e por outro que descreve o formato quadriculado de suas linhas e, por fim, MERGULHADOR@, por um classificador que representa a superfície da água e por outro que representa as pernas de uma pessoa. Esses compostos simultâneos diferem daqueles da categoria anterior por serem constituídos por duas formas presas produzidas ao mesmo tempo, uma em cada mão.

Figura 15: Compostos simultâneos formados por classificadores na BSL



Fonte: Reproduzido de Brennan (1990, p. 153)

Brennan ainda atesta a ocorrência de sinais formados por meio dessas duas formas de composição: a sequencial e a simultânea. Como exemplo, a autora cita, entre outros, o sinal REPORTAR (Figura 16) que é formado pelo verbo DIZER seguido de um apontamento produzido pela mão dominante para a mão não dominante que, simultaneamente, produz um classificador que representa uma folha de papel.

Figura 16: Composto sequencial e simultâneo da BSL



Fonte: Reproduzido de Brennan (1990, p. 157)

No que diz respeito à libras, nas pesquisas realizadas para este artigo, o mais extenso estudo sobre seus compostos identificado é o de Rodero-Takahira (2015). A autora se baseou em dados coletados de dois dicionários dessa língua e eliciados de dois sinalizantes surdos do estado de São Paulo. Com base nisso, ela identificou, assim como Brennan, três tipos de

compostos: sequenciais, simultâneos e simultâneo-sequenciais. Nossos dados, coletados de sinalizações espontâneas, reúnem algumas construções da libras que parecem se comportar como compostos sequenciais ou simultâneos. Até o momento não identificamos, no entanto, casos mistos como os identificados por Rodero-Takahira.

Os sinais listados na terceira coluna do Quadro 5, segundo a intuição da segunda autora deste artigo, são bons candidatos a compostos sequenciais na libras, uma vez que (1) suas partes devem ser produzidas em ordem fixa, (2) nenhuma delas pode ser omitida, (3) ainda que apresentem um significado composicional, não significam o mesmo que cada uma de suas partes isoladamente e (4) não podem ser quebrados, ou seja, entremeados por outro sinal.

Quadro 5: Compostos sequenciais²⁰

Sinal 1	Sinal 2	Candidatos a compostos
COMER	MEIO-DIA	ALMOÇAR
CASA	ESTUDAR	ESCOLA
CASA	CRUZ	IGREJA
ASSINAR	REGISTRO	INSCRIÇÃO
COMER	NOITE	JANTAR
MULHER	BEIJAR-A-MÃO	MÃE
BOM	LEGAL	TUDO-BEM?
HOMEM	BEIJAR-A-MÃO	PAI
COITAD@	LEGAL	VALER-A-PENA

Fonte: produzido pelos autores

Identificamos também compostos simultâneos dos dois tipos atestados por Brennan na BSL. No Quadro 6, listamos os casos constituídos por morfemas que também podem ocorrer isoladamente²¹. A formação desses compostos parece consistir na realização simultânea da parte que a mão dominante (MD) normalmente realiza quando cada um dos sinais que os constitui são produzidos separadamente. As evidências para isso vêm de sinais produzidos com configurações diferentes (cf. FILME e TRADUÇÃO). A única exceção em nossos dados é o sinal PRAÇA-SANTOS-ANDRADE, que manteve do sinal PRAÇA a localização, lateral do cotovelo não dominante, e não a configuração produzida pela mão dominante. Mais estudos são necessários para entendermos os fatores que subjazem à escolha da mão, dominante ou não dominante, para realizar cada parte.

Semelhantemente a Brennan, observamos nesses dados (1) que sinais bimanuais passam a ser produzidos com apenas uma mão (cf. CAMPUS-BOTÂNICO-DA-UFPR), (2) que a mão não dominante realiza a parte normalmente articulada pela mão dominante de um dos sinais do composto (cf. CINE-DEBATE), (3) que todos os compostos deste tipo são realizados com uma mão passiva e outra ativa, de maneira que necessariamente o movimento da mão dominante de um dos sinais que os formam é eliminado (cf. LETRAS-LIBRAS) e (4) a localização de um dos sinais é alterada (cf. BACHARELADO-EM-LETRAS-LIBRAS).

20 <https://youtu.be/dciIoecCI90>

21 Seis dos nove sinais coletados foram criados por professores e estudantes surdos da Universidade Federal do Paraná e, portanto, têm um uso mais local.

Quadro 6: Compostos simultâneos constituídos a partir de formas livres. Em amarelo a parte de cada sinal que aparece no composto²²

Sinal 1	Mão não dominante do composto		Sinal 2	Mão dominante do composto		Composto
	MND	MD		MND	MD	
FILME	X	>	UFPR	j	j	CINE-DEBATE
JARDIM-BOTÂNICO	-	-	UFPR	j	j	CAMPUS-BOTÂNICO-DA-UFPR
LETRAS	C	C	TRADUÇÃO	x	Y	BACHARELADO-EM-LETRAS-LIBRAS
LETRAS	C	C	LÍNGUA-DE-SINAIS	>	>	LETRAS-LIBRAS
LETRAS	C	C	ENSINAR	A >>	A >>	LICENCIATURA-EM-LETRAS-LIBRAS
UFPR	j	j	PRAIA	x	x	CAMPUS-LITORAL-DA-UFPR
UFPR	j	j	INSTRUTOR	-	*	CURSO-DE-INSTRUTOR-DA-UFPR
PRÉDIO	g	g	COMER	-	y	LANCHONETE-DO-PRÉDIO-DOM-PEDRO-PRIMEIRO-DA-UFPR
PRAÇA	lateral do cotovelo	x	UFPR	j	j	PRAÇA-SANTOS-ANDRADE

Fonte: produzido pelos autores

Já no Quadro 7, listamos os compostos simultâneos formados por classificadores, aqui tratados simplesmente como formas presas²³. Identificamos ainda casos mistos, ou seja, compostos constituídos por uma forma livre e por uma forma presa (Quadro 8).

22 <https://youtu.be/9IvzYckXhb4>

23 Ver nota 3.

Quadro 7: Compostos simultâneos constituídos a partir de formas presas²⁴

Mão dominante	Mão não dominante	Composto
Segurar alça da xícara	Segurar o píres	CAFÉ
Segurar caneta	Papel sobre uma superfície horizontal	ASSINAR
Pincel		DESENHAR
Segurar caneta		ESCREVER
Pegar		REGISTRO

Fonte: produzido pelos autores

Quadro 8: Compostos simultâneos constituídos a partir de uma forma livre e outra presa²⁵

Mão dominante	Mão não dominante	Composto
Segurar o abridor de latas	COPO	ABRIDOR-DE-LATAS
Segurar o sachê		CHÁ
Superfície plana		CHEI@
COLOCAR		PLANTAR
CÂMERA	Chroma-key	ESTÚDIO-DO-LETRAS-LIBRAS-DA-UFPR
AVISAR	Papel à mostra na posição vertical	EDITAL
TRABALHAR	Papel sobre uma superfície horizontal	TRABALHO-FINAL
TREINAR	sala	LABORATÓRIO

Fonte: produzido pelos autores

Meir (2012) inclui na categoria composição simultânea dois outros processos amplamente observados nas línguas de sinais: a incorporação de numeral e a inicialização. O primeiro, que ilustramos com dados da ASL (Figura 17) e da Auslan (Figura 18) a seguir, consiste na mudança da configuração de mão de um dado sinal para expressar diferentes quantidades associadas a ele. Essa mudança consiste na substituição da configuração original por uma das empregadas nos numerais. Liddell (2003) reporta que tal processo pode ocorrer na ASL com pelo menos 19 sinais. Desses, apenas cinco não são referentes a tempo, dado que se referem à ordem, a dinheiro e à centena. O autor ainda registra que 8 podem incorporar até o numeral 9, 8, até o numeral 4 e 3 apresentam outras restrições. Johnston e Schembri (2007) documentam um número menor de sinais que podem sofrer incorporação de numeral. Entretanto, todos eles se encaixam nas mesmas categorias semânticas que os da ASL. Adicionalmente, os autores atestam que há variação na aceitabilidade na incorporação de numerais entre 5 e 9 (p. 135).

Figura 17: Exemplos de incorporação de numeral na ASL



{DOIS}{EM-PONTO} {DOIS} {DÓLAR} {DOIS} {SEMANA} {DOIS} {MÊS}

Fonte: Reproduzido de Liddell (2003, p. 18)

24 <https://youtu.be/7WBaQMthaFo>

25 <https://youtu.be/JZw83MptkDE>

Figura 18: Exemplos de incorporação de numeral na Auslan



AMANHÃ DOIS-DIAS-DEPOIS

CENTENA UMA-CENTENA TRÊS-CENTENA

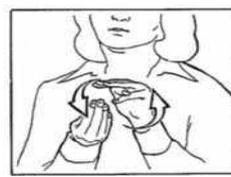
Fonte: reproduzido de Johnston e Schembri (2007, p. 130)

A inicialização, por sua vez, consiste na substituição da configuração de mão original de um dado sinal por outra que, no alfabeto manual, corresponde à inicial de uma palavra escrita de uma língua oral. Segundo Klima e Bellugi (1979), o sinal MODULAR da ASL foi criado através desse processo. Precisamente, por influência da palavra inglesa *modulate*, que vinha sendo empregada pelos autores para designar mudanças na forma de um sinal análogas às aquelas observadas em processos flexionais nas línguas orais, pesquisadores surdos de seu laboratório, para remeter à letra inicial dessa palavra, substituíram a configuração nativa do sinal MUDAR, semanticamente relacionado ao conceito em questão, pela configuração da letra manual ‘m’ (Figura 19).

Figura 19: Composto simultâneo na ASL formado por inicialização



MUDAR



MODULAR

Fonte: reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 200)

Atestamos em usos espontâneos tanto casos de incorporação de numeral quanto de inicialização. Os primeiros corroboram os achados de Dedino (2012), que realizou o primeiro estudo sobre sinais que incorporam numeral em libras com base em dados eliciados de 10 surdos, 5 homens e 5 mulheres, da cidade de São Paulo. Seu estudo evidencia, primeiramente, que, em geral, esses sinais se referem a tempo, mas podem referir-se também à ordem ou dinheiro. Além disso, tal estudo também evidenciou a ocorrência de variação entre os sujeitos em relação a até que número a incorporação pode ocorrer em cada sinal. No Quadro 9 a seguir, baseado em Dedino, listamos sinais que incorporam numeral em libras. Incluímos as intuições da segunda autora deste trabalho quanto à aceitabilidade dos numerais incorporáveis.

Quadro 9: Compostos simultâneos constituídos por meio de incorporação de numeral²⁶

Significado	Sinal composto por incorporação de numeral	1-4	Acima de 4
Tempo	ANO	✓	Possível até 9, mas raro.
	DIA	✓	Até 5, mas não acima.
	DURAÇÃO-EM-HORAS	✓	Possível até 9, mas raro.
	HORA	✓	Possível até 9.
	MÊS	✓	Possível até 9, mas raro.
	ONTEM	Até 2	-
	SEMANA	✓	É possível com 7, mas não com os outros.
	VEZ	✓	-
Ordem	ORDINAL	✓	Possível até 9.
	SÉRIE-ESCOLAR	✓	Até 9.
Dinheiro	REAL	✓	-

Fonte: adaptado de Dedino (2012, p.127)

Já no Quadro 10, listamos os exemplos de inicialização que observamos na libras. Tais exemplos indicam que sinais inicializados nessa língua podem ser formados tanto por meio da combinação de uma letra do alfabeto manual a uma configuração classificadora presa, quanto através da substituição da configuração original pela configuração correspondente no alfabeto manual à primeira letra de uma palavra escrita da língua oral. Como se verá, este processo parece ser produtivo na formação de sinais toponímicos (URBANSKI; FERREIRA; XAVIER, 2020).

Quadro 10: Compostos simultâneos formados por inicialização²⁷

Mão dominante	Mão não dominante	Composto
LETRA-L	Papel à mostra na posição vertical	LEI
LETRA-D		DECRETO
LETRA-E		ESTATUTO
LETRA-S^LETRA-W	Papel sobre uma superfície horizontal	SIGN-WRITING
LETRA-D	FOLHEAR	DICIONÁRIO
LETRA-L		LIVRO
LETRA-R		REVISTA
LETRA-V		VERDE
LETRA-M	PRET@/BRANC@	MARROM
LETRA-R		ROXO
LETRA-L		LILÁS
LETRA-B		BEGE
LETRA-C		CINZA
LETRA-F		FAMÍLIA
LETRA-R		REUNIÃO
LETRA-C		CONGRESSO
LETRA-S	GRUPO	SEMINÁRIO
LETRA-W^LETRA-S		WORKSHOP

Fonte: produzido pelos autores

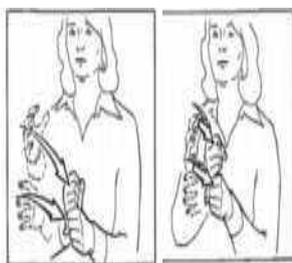
26 <https://youtu.be/d1wMjrITJD4>

27 https://youtu.be/xzq1-JNn_ro

Reduplicação

Segundo Meir (2012), a reduplicação, ou seja, a cópia parcial ou total de material fonológico de uma raiz, pode também ser empregada nas línguas de sinais derivacionalmente. A autora registra que, semelhantemente aos dois processos anteriores, a reduplicação nas línguas de sinais também pode se dar sequencial e simultaneamente. Conforme explica, o primeiro tipo é normalmente empregado em derivações que objetivam mudar a categoria gramatical de uma palavra, por exemplo, formar advérbios de nomes ou nomes de verbos. Esse último caso pode ser ilustrado por meio dos sinais AQUISIÇÃO (Figura 20b) da ASL e PORTA (Figura 20d) da Auslan, formados, respectivamente, a partir dos verbos CONSEGUIR (Figura 20a) e ABRIR-A-PORTA (Figura 20c). A realização desses deverbais consiste na repetição, de forma reduzida, do movimento do sinal primitivo, em geral, duas ou três vezes. É importante mencionar que, segundo Johnston e Schembri (2007, p. 127), para muitos sinalizantes nativos da Auslan essa distinção formal entre verbos e nomes não parece ser obrigatória.

Figura 20: Exemplos de reduplicação na ASL e na Auslan



(a) OBTER (b) AQUISIÇÃO



(c) ABRIR-A-PORTA (d) PORTA

Fonte: reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 201)

Fonte: reproduzido de Johnston e Schembri (2007, p. 127)

Meier explica ainda que a reduplicação simultânea se manifesta por meio da duplicação de mãos, ou seja, da realização, com duas mãos, de um sinal monomanual. De acordo com a autora, raramente esse processo é empregado para criar novas palavras, mas sim para modular uma mesma palavra, por exemplo, para expressar intensidade.

Na libras, ambas as formas de reduplicação são atestadas como processos derivacionais. Quadros e Karnopp (2004, p. 97-98) afirmam que alguns nomes da libras, entre eles, CADEIRA, OUVINTE e PENTE derivam, respectivamente, dos verbos SENTAR, OUVIR e PENTEAR por reduplicação sequencial. Em nossas observações de sinalizações espontâneas, observamos casos em que a reduplicação sequencial e simultânea geram sinais que, em relação ao significado do primitivo, expressam iteração (cf. CONTAR, PESQUISAR e GERAÇÃO, Quadro 11) ou maior quantidade (cf. sinais do Quadro 12). Esses significados estão em consonância (1) com o que se observa translinguisticamente em processos reduplicativos e (2) com o princípio da iconicidade, uma vez que, também neste caso, mais forma equivale a mais significado (DOWNING; STIEBELS, 2012, p. 12).

Quadro 11: Exemplo de reduplicação sequencial em libras²⁸

Sinal primitivo	Sinal derivado
AVISAR	CONTAR
PERGUNTAR	PESQUISAR
FILH@	GERAÇÃO

Fonte: produzido pelos autores

Quadro 12: Exemplo de reduplicação simultânea em libras²⁹

Sinal primitivo	Sinal derivado
ÁRVORE	ALAMEDA
DINHEIRO	RIC@
MAGR@	EMAGRECER
NÃO-É	DIFERENTE
RIR	SIMPÁTICO
VER	VISUAL

Fonte: produzido pelos autores

Formação de topônimos na libras

Topônimos são palavras que nomeiam lugares e acidentes geográficos (DICK, 1990). Dentre os trabalhos levantados, o estudo mais extenso sobre topônimos na libras até o presente foi realizado por Urbanski, Ferreira e Xavier (2020), que se basearam na análise de 888 sinais dessa língua que designam cidades de 14 estados brasileiros e regiões administrativas do DF. Os autores coletaram seus dados de vídeos disponibilizados no Youtube e os classificaram, levando em conta, primeiramente, sua origem, ou seja, se formados sem influência do português (nativos) ou por meio de empréstimos dessa língua e, em segundo lugar, sua estrutura morfológica, isto é, se são simples ou compostos. Além dessas classificações, no caso dos empréstimos, os autores também distinguiram quatro tipos de processos que os constituíram, a saber, (1) calque (tradução literal), (2) inicialização, (3) combinação de letra(s) do alfabeto manual da libras que remetem à(s) letra(s) inicial(is) do topônimo escrito em português com outros parâmetros fonológicos e não com outros sinais da libras e (4) soletração manual. Como resultado, eles observaram a predominância de empréstimos do português e, entre estes, uma maior frequência dos sinais toponímicos formados por meio do terceiro processo.

Urbanski, Ferreira e Xavier ilustraram os cinco tipos de sinais toponímicos identificados em seu *corpus* por meio dos sinais que reproduzimos na Figura 21. Segundo os autores, o sinal BRASÍLIA representa um caso de sinal formado sem influência do português. Já os demais, de acordo com sua análise, representariam exemplos de empréstimos dessa língua: ÓLEO (SP), por meio da tradução literal do topônimo do português; RUSSAS (CE), através da inicialização, ou seja, da substituição da configuração de mão original, indicador estendido e demais flexionados em todas as suas articulações, pela configuração que no alfabeto manual representa a letra

28 https://youtu.be/kS_KLpIAOck

29 <https://youtu.be/ovBtvMLeqAA>

'r' e, assim, a inicial da forma escrita do topônimo do português; BETIM (MG), por meio da combinação da letra manual 'b' com outros parâmetros fonológicos da libras (movimento de tocar e mão passiva em punho); e I-C-Ó (CE), através da soletração manual da forma escrita do topônimo do português.

Figura 21: Exemplos de topônimos simples



BRASÍLIA (DF)

ÓLEO (SP)

RUSSAS (CE)

BETIM (MG)

I-C-Ó (CE)

Fonte: reproduzida de Urbanski, Ferreira e Xavier (2020)

Sendo assim, os dados de Urbanski, Ferreira e Xavier indicam que a criação de sinais toponímicos na libras não se restringem aos processos de formação lexical descritos e exemplificados na seção anterior. Ela também envolve (1) novas combinações de valores dos parâmetros fonológicos (cf. BRASÍLIA (DF)), (2) combinação de uma letra do alfabeto manual com outro movimento e localização (cf. BETIM (MG)) e (3) soletração manual total ou parcial do topônimo escrito do português (cf. I-C-Ó (CE)). É importante registrar que esses processos também são observáveis em sinais não toponímicos, tal como evidenciam, respectivamente, os sinais CASA (Figura 22a), IMPORTANTE (Figura 22b) e M-A-R-Ç-O (Figura 22c).

Figura 22: Sinais da libras formados pelos mesmos processos identificados nos topônimos



(a) CASA

(b) IMPORTANTE

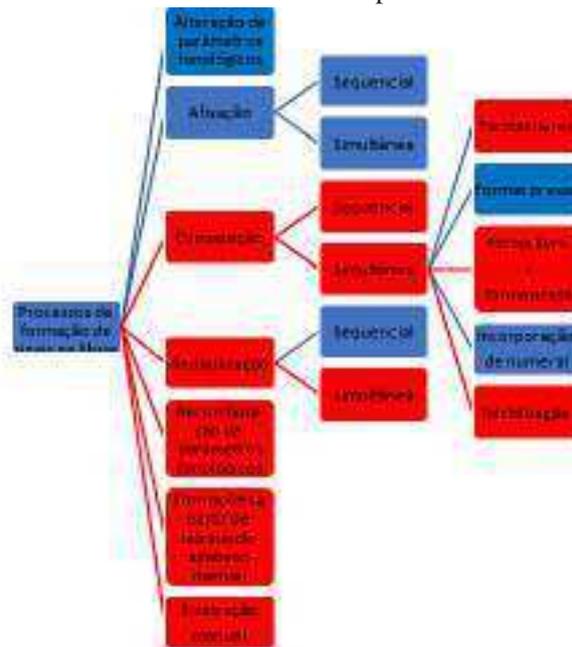
(c) M-A-R-Ç-O

Fonte: produzida pelos autores

CASA (Figura 22a), por não se decomponível em outros sinais, provavelmente foi formado através da reutilização da configuração de mão em B (todos os dedos estendidos em todas as suas articulações e unidos pelas laterais), do movimento de tocar e da localização no espaço neutro, presentes na formação de outras palavras da libras. IMPORTANTE (Figura 22b), por sua vez, deve derivar da combinação da letra manual 'i', que se refere à inicial da palavra correspondente em português, com um movimento circular, observável em outros sinais. Por fim, M-A-R-Ç-O (Figura 22c) resulta da soletração manual da palavra 'março' do português que, provavelmente, era total na origem, mas que, com o passar do tempo, sofreu apagamento das letras manuais 'a' e 'r'.

Com base nisso, atualizamos na Figura 23 o rol de processos de formação lexical da libras e indicamos, em vermelho, além desses três processos identificados por Urbanski, Ferreira e Xavier, aqueles que, dentre os discutidos na seção anterior, também foram empregados na constituição dos sinais toponímicos coletados pelos referidos autores.

Figura 23: Atualização, com base nos dados de topônimos da libras de Urbanski, Ferreira e Xavier (2020), dos tipos de processos de formação lexical. Em vermelho, os processos atestados entre os sinais toponímicos.



Fonte: produzida pelos autores

A Figura 23 ainda sugere que alguns processos parecem ser preteridos e outros preferidos na formação de topônimos na libras. Entre os preteridos, indicados em azul, estão a alteração de parâmetros de sinais existentes, a afixação sequencial ou simultânea, a composição simultânea a partir de formas presas ou de numerais e ainda a reduplicação sequencial. Entre os preferidos estão, além dos processos identificados por Urbanski, Ferreira e Xavier, (1) a composição sequencial, a composição simultânea a partir (2) de formas livres, (3) de formas livre e presa, (4) da inicialização e (5) a reduplicação simultânea, ilustrados a seguir.

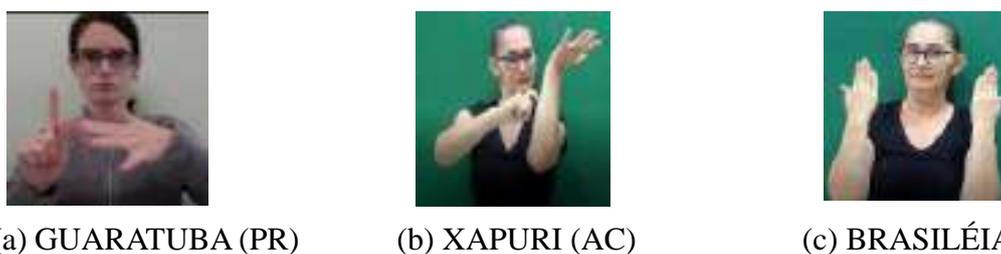
Exemplos de topônimos formados por composição sequencial são apresentados na Figura 24. Nesses exemplos pode-se ver uma diversidade de padrões combinatórios: forma livre e forma presa (cf. TAQUARUSSU (MS)), duas formas livres (cf. BOM-JESUS (PI)), forma livre e forma inicializada aparentemente presa (cf. ALTA-FLORESTA (MT)), formação a partir de letras manuais sendo a primeira aparentemente presa e a segunda livre (cf. LAGOA-DA-PRATA (MG)), e forma livre e forma aparentemente presa (cf. JANUÁRIA (MG)). Some-se a isso o fato de que a formação desses compostos sequenciais varia em termos da influência do português. Enquanto tal língua parece não ter influenciado diretamente a composição de TAQUARUSSU (MS) e JANUÁRIA (MG), ela parece ter motivado, via calque, a composição de BOM-JESUS (PI), ALTA-FLORESTA (MT) e LAGOA-DA-PRATA.

Figura 24: Exemplos de topônimos formados por composição sequencial



Na Figura 25 mostramos exemplos de topônimos formados por composição e reduplicação simultâneas. GUARATUBA (PR) (Figura 25a) ilustra casos de composição simultânea a partir de formas livres, uma vez que é constituído pela letra manual ‘g’, forma livre, e pelo sinal MAR, ambos produzidos ao mesmo tempo, respectivamente, pela mão não dominante e pela mão dominante. Já XAPURI (AC) (Figura 25b) exemplifica casos de composição simultânea constituída por uma forma livre, ÁRVORE, e uma presa, que representa o instrumento utilizado para sangrar a seringueira. Finalmente, BRASILÉIA (AC) (Figura 25c) é o único caso de reduplicação simultânea encontrado entre os sinais toponímicos aqui considerados. Assim como no caso de ALAMEDA (Quadro 12), ele consiste na realização de dois sinais ÁRVORE, um em cada mão, ao mesmo tempo e acrescidos de movimento reto para frente.

Figura 25: Exemplos de topônimos formados por composição simultânea (a) de formas livres, (b) de formas livre e presa e (c) por reduplicação simultânea

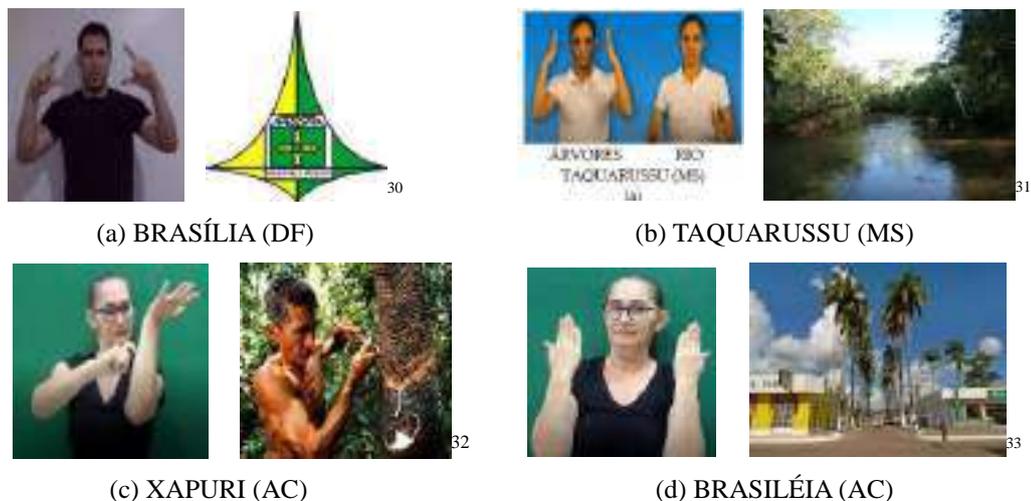


Fonte: produzida pelos autores a partir dos dados de Urbanski, Ferreira e Xavier (2020)

A análise dos topônimos classificados por Urbanski, Ferreira e Xavier como sendo constituídos sem influência do português sugere que sua forma é motivada por aspectos visuais de elementos associados à cidade que designam. A forma do topônimo BRASÍLIA (DF) parece remeter ao brasão da cidade (Figura 26a), a do topônimo TAQUARUSSU (MS), às árvores que ladeiam o rio Taquarussu (Figura 26b), a do topônimo XAPURI (AC), à extração do látex da seringueira, atividade econômica que historicamente marcou a cidade (Figura 26c), e, por fim,

a forma do topônimo BRASILÉIA (AC) parece remeter às árvores da Rua Odilon Pratagi, que fica no centro da cidade (Figura 26d).

Figura 26: Topônimos formados sem influência do português



Fonte: produzida pelos autores a partir dos dados de Urbanski, Ferreira e Xavier (2020)

Formação de termos técnicos na libras

Xavier e Santos (2016) descreveram e analisaram o processo de criação do sinal que designa o mosquito *A. Aegypt* e dos sinais que denominam os vírus que ele pode transmitir, a saber, o da zika, o da chikungunya e o da dengue. Esse estudo se baseou nas discussões realizadas entre o segundo autor e nove surdos majoritariamente do estado de São Paulo por meio de vídeos em libras compartilhados em um grupo do Telegram. Esse grupo foi formado por Santos, tradutor-intérprete de libras/português e biólogo, com o objetivo criar, com base em conhecimentos científicos que ele forneceria, sinais alternativos aos que estavam circulando à época na comunidade surda e que se referiam ao mosquito *A. Aegypt* e aos vírus que ele transmite de maneira conceitualmente incorreta. A discussão, que durou cerca de uma semana e totalizou, em vídeos, 46', culminou com a criação dos sinais apresentados na Figura 27, abaixo dos respectivos estímulos visuais enviados por Santos como ilustração de suas explicações. Nota-se que, assim como no caso de alguns topônimos descritos na seção anterior, a forma do sinal é claramente motivada por aspectos visuais da imagem correspondente a seus referentes.

30 http://www.quatrocantos.com/clipart/brasoes_do_brasil/brasoes_01.html

31 [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Taquarussu_-_MS_-_panoramio_\(1\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Taquarussu_-_MS_-_panoramio_(1).jpg)

32 <https://br.pinterest.com/pin/268175352791514776/>

33 <http://wikimapia.org/2211622/pt/Brasil%C3%A9ia#/photo/2817094>

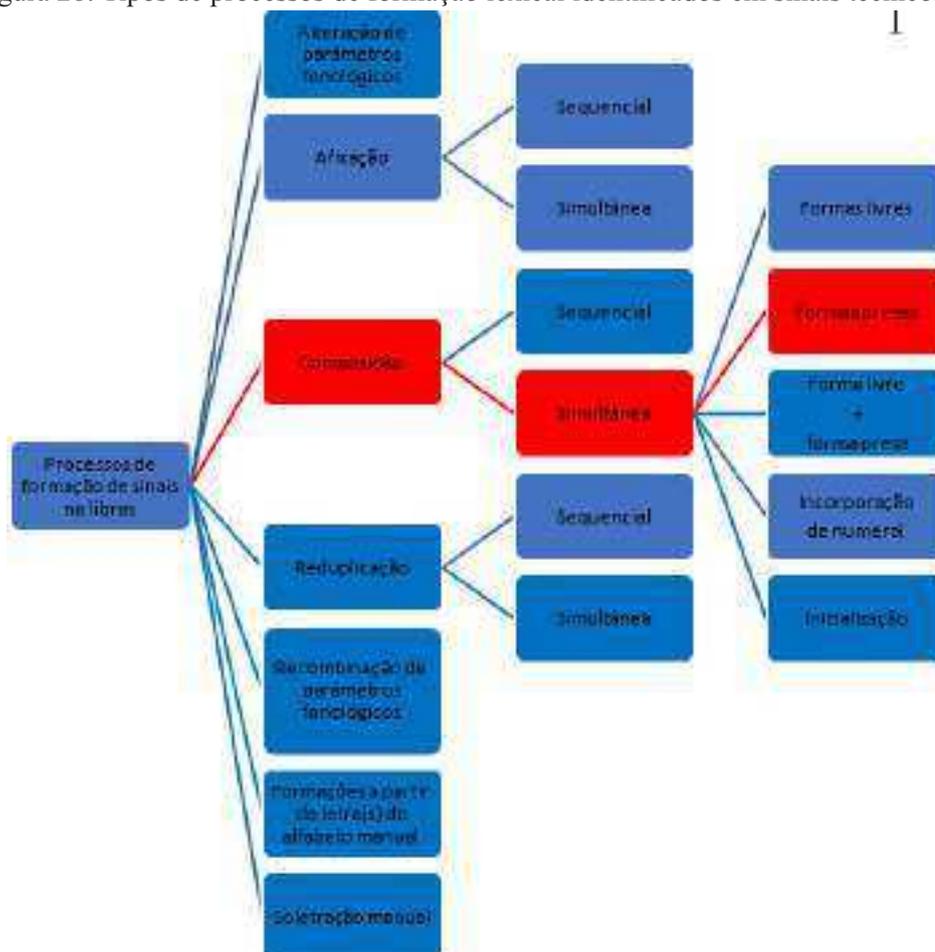
Figura 27: Sinais técnicos da libras



Fonte: produzida pelos autores a partir dos dados de Xavier e Santos (2016)

Em termos dos processos de criação lexical discutidos até aqui, a formação dos sinais técnicos apresentados na Figura 27 parece resultar de composições simultâneas de formas presas, uma vez que as configurações de mão e o movimento de que se constituem não ocorrem livremente na libras. Sendo assim, em comparação com os sinais toponímicos, a formação de tais sinais parece explorar menos processos de criação lexical (Figura 28).

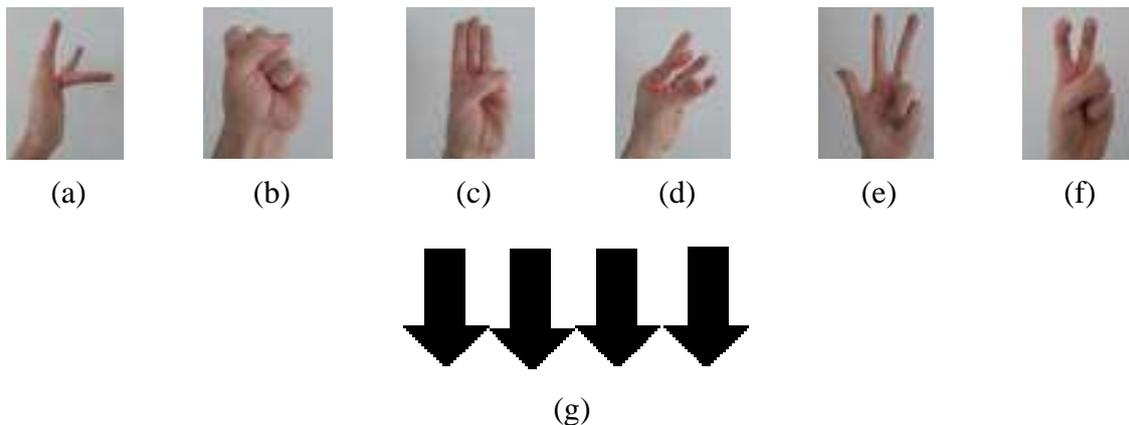
Figura 28: Tipos de processos de formação lexical identificados em sinais técnicos da libras



Fonte: produzida pelos autores

Xavier e Santos destacam que a seleção das configurações de mão que compõem os sinais que analisaram é motivada pela forma do corpo do mosquito (Figura 29a), da estrutura interna dos vírus (Figura 29b), da camada proteica dos vírus (Figuras 29c-e) e de pontos brancos nas patas do *A. Aegypt* (Figura 29f). O próprio tipo de movimento, reto, para baixo e repetido, é motivado, uma vez que através dele se expressa a ideia de que a característica representada pela configuração de mão se manifesta em vários pontos da superfície tocada (Figura 29g). Com isso, podemos depreender do trabalho em questão que a motivação global na forma do sinal resulta da motivação das partes que o constituem.

Figura 29: Configurações de mão e movimento que constituem os sinais que designam o *A. Aegypt* e os vírus que ele pode transmitir



Fonte: produzida pelos autores

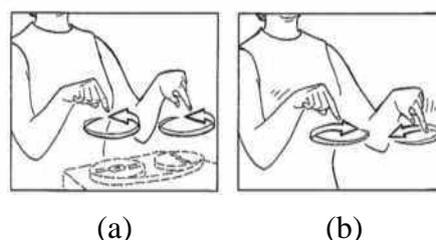
A iconicidade na formação de sinais

A análise de sinais toponímicos e de sinais técnicos apresentada nas seções anteriores indicou que a formação lexical em libras, e muito provavelmente em outras línguas de sinais, é presidida por princípios que vão além dos mecanismos meramente formais normalmente considerados no tratamento da derivação de palavras das línguas orais. Vimos, principalmente nos casos em que sinais simples (cf. BRASÍLIA (DF)) ou compostos simultâneos (cf. AEDES-AEGYPT) foram criados por meio de novas combinações de parâmetros fonológicos, que a forma resultante apresenta uma relação de semelhança com aspectos visuais do referente que representa. Essa relação, designada na literatura sobre as línguas de sinais como *iconicidade*, vem sendo apontada como uma das características mais marcantes dessas línguas em comparação às línguas orais e atribuída à sua modalidade de produção e percepção (KLIMA; BELLUGI, 1979).

Klima e Bellugi (1979), primeiros pesquisadores a se debruçar sobre a iconicidade nas línguas de sinais, hipotetizaram que a predominância de itens lexicais icônicos nessas línguas se deve à origem mimética e/ou pantomímica destes. Como evidência disso, os autores mencionam um processo de criação lexical que testemunharam. Segundo eles, quando os pesquisadores

surdos de seu laboratório queriam se referir a um gravador de vídeo-cassete mas ainda não dispunham de um sinal convencional para isso, eles moviam os dedos indicadores circularmente em sentido anti-horário de modo a representar o movimento das bobinas (Figura 30a). Com o passar do tempo, essa forma mimética acabou se convencionalizando e se adaptando ao sistema fonológico da ASL, passando a exibir, tal como outros sinais da língua, movimento circular espelhado. Mesmo assim, muito da sua iconicidade original foi mantida na forma convencionalizada (Figura 30b).

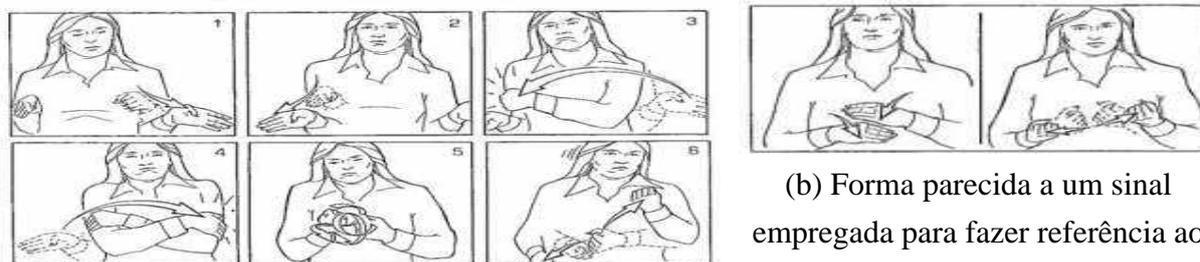
Figura 30: Versão original (a) e desenvolvida (b) do sinal GRAVADOR-DE-VÍDEO-CASSETE da ASL



Fonte: reproduzido de Klima e Bellugi (1979, p. 12)

Outra fonte de evidência usada por Klima e Bellugi (1979) para sustentar sua hipótese de que a iconicidade lexical nas línguas de sinais decorre da origem mimética e/ou pantomímica de suas palavras advém de um estudo que realizaram com vários sinalizantes surdos e que eliciou contações da história “O unicórnio no jardim” de James Thurber. Os autores observaram que os sinalizantes empregaram diferentes formas para se referirem ao conceito ‘camisa-de-força’, bastante proeminente na história, uma vez que até aquele momento não dispunham de um sinal convencionalizado para ele na ASL. Ao longo das narrativas, Klima e Bellugi notaram que representações pantomímicas mais detalhadas (Figura 31a) sofriam reduções a ponto de exibirem uma aparência próxima a de um sinal lexical (Figura 31b). Apesar disso, assim como no caso do sinal GRAVADOR-DE-VÍDEO-CASSETE descrito anteriormente, observa-se que a forma reduzida mantém muitas das características da forma original, claramente icônicas.

Figura 31: Representação pantomímica e forma reduzida de ‘camisa de força’



(a) Representação pantomímica de uma camisa-de-força

(b) Forma parecida a um sinal empregada para fazer referência ao conceito ‘camisa-de-força’

Fonte: reproduzidas de Klima e Bellugi (1979, p. 16)

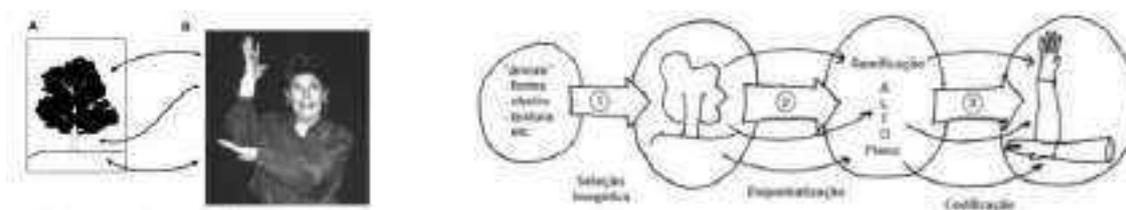
Embora a explicação proposta por Klima e Bellugi seja bastante plausível, ela se restringe às línguas de sinais, já que, diferentemente das línguas orais, são produzidas pelos mesmos articuladores que produzem mímicas e pantomimas. Do ponto de vista analítico e teórico isso não parece interessante, uma vez que exige uma explicação em separado para dar conta do

mesmo fenômeno nas línguas faladas. Como sabemos, tais línguas também apresentam itens lexicais icônicos ou, como tradicionalmente são designados, onomatopéicos.

O modelo de construção analógica de Taub (2001) nos parece ser uma boa alternativa para explicar a iconicidade linguística, uma vez que, em primeiro lugar, ele se assenta na hipótese de que tal fenômeno decorre de um princípio linguístico universal, logo, independente da modalidade de produção e percepção das línguas. Nessa perspectiva, as diferentes modalidades linguísticas são relevantes apenas para explicar a exploração de uma dimensão dos conceitos em detrimento de outras na criação de itens icônicos. Conforme explica Taub, nas línguas orais a iconicidade tende a mimetizar aspectos sonoros associados aos conceitos que expressam, ao passo que nas línguas de sinais ela mimetiza aspectos visuais e motores vinculados aos mesmos.

O modelo de Taub (2001) também se destaca por oferecer uma espécie de simulacro dos processos cognitivos subjacentes à criação de itens linguísticos icônicos, independentemente de sua magnitude estrutural, logo, não necessariamente coextensivos à palavra. De acordo com a autora, esses processos se realizam em três etapas, a saber, a *seleção*, a *esquematisação* e a *codificação*. Como se pode depreender da Figura 32, a seleção consiste em selecionar uma das modalidades dos conceitos, caracteristicamente multimodais. No exemplo em questão, por se tratar da criação de um item linguístico icônico de uma língua de sinais, observa-se que a seleção foi imagética, ou seja, primou pelos aspectos visuais associados ao conceito 'árvore'. Na sequência, tem-se a esquematização, decorrente da impossibilidade de representarmos, com as estruturas corpóreas que temos, toda a riqueza de detalhes visuais associados a uma árvore. Através desse processo, abstrai-se a estrutura da dimensão visual do conceito. Por fim, na codificação, buscam-se os recursos fonológicos apropriados para representar os elementos que compõem a estrutura visual do conceito. No caso do sinal ÁRVORE da ASL, foi escolhida a configuração de mão em 5 (todos os dedos estendidos e abduzidos) para representar a copa, o antebraço na vertical para representar o tronco e a mão não dominante na horizontal para representar o solo.

Figura 32: Modelo de construção analógica da iconicidade linguística de Taub (2001)

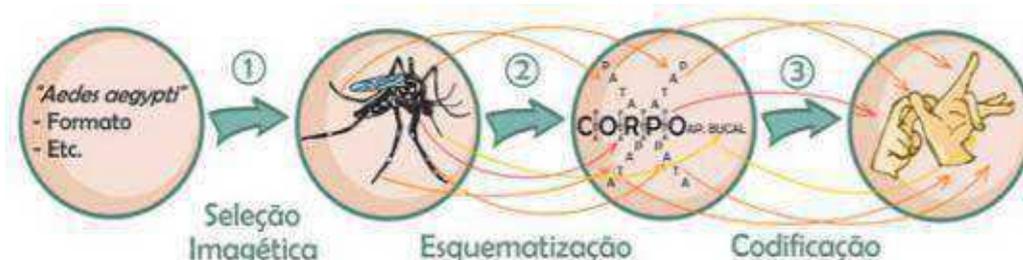


Fonte: reproduzido de Xavier e Santos (2016, p. 66 e 69)

Baseados tanto na forma dos sinais que designam o mosquito *A. Aegypt* e os vírus que ele transmite quanto na discussão que culminou em sua criação, Xavier e Santos (2016) propuseram uma representação de seus estágios de criação. Reproduzimos aqui a representação proposta pelos autores para o sinal AEDES-AEGYPT que, como se pode observar na Figura 33, se inicia com a seleção da dimensão visual do conceito a ser expresso em detrimento de outras como a sonora, por exemplo. Na sequência, dá-se a esquematização da estrutura dessa dimensão visual, a qual é seguida pela codificação, ou seja, seleção de unidades fonológicas da libras apropriadas

para representá-la. Vemos que para este sinal foram selecionadas duas configurações de mão: uma para a mão não dominante e outra para a mão dominante. Para a primeira, selecionou-se como configuração aquela em que todos os dedos aparecem abduzidos e estendidos em todas as suas articulações, com exceção do dedo médio que se apresenta semiflexionado na articulação metacarpofalangeana. Para a mão dominante, selecionou-se como configuração aquela em que os dedos indicador e médio aparecem estendidos nas articulações metacarpofalangeanas e flexionados nas articulações proximais e distais, enquanto os demais dedos ficam fechados. A seleção da primeira configuração, em detrimento de outras disponíveis no inventário fonológico da libras, foi motivada pela sua capacidade de representar toda a estrutura corporal do mosquito: o dedo médio, o aparelho bucal; os demais dedos, as patas; e o corpo da mão, o corpo do inseto. Já a seleção da segunda foi motivada pela sua capacidade de representar, junto com o movimento de tocar repetido, os pontos brancos sobre o corpo do mosquito (XAVIER; SANTOS, 2016).

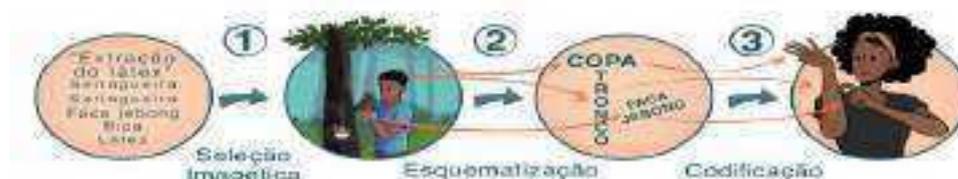
Figura 33: Representação dos estágios de formação do sinal AEDES-AEGYPT de acordo com o modelo de construção analógica da iconicidade linguística de Taub (2001)



Fonte: reproduzido de Xavier e Santos (2016, p. 80-81)

Análise análoga pode ser proposta para o processo que culminou na formação do topônimo XAPURI (AC). Entretanto, diferentemente de Santos e Xavier, que tiveram acesso ao processo de criação dos sinais que analisaram, a representação que propomos na Figura 34 resulta exclusivamente de uma inferência feita a partir da forma do sinal (Figura 26c). Retrospectivamente, a configuração da mão e a disposição do antebraço não dominantes representam uma árvore, enquanto a configuração da mão dominante representa um instrumento para sangrar a superfície do caule dessa árvore. Essa estrutura, por sua vez, deve resultar da esquematização de pelo menos duas dimensões associadas ao conceito 'extração do látex', que metonimicamente representa a cidade de Xapuri (AC): uma visual, relacionada à forma da seringueira e à forma do instrumento empregado para sangrá-la, a faca jebong, e outra motora, relacionada à forma como se sangra o caule da referida árvore.

Figura 34: Representação dos estágios de formação do sinal XAPURI de acordo com o modelo de construção analógica da iconicidade linguística de Taub (2001)

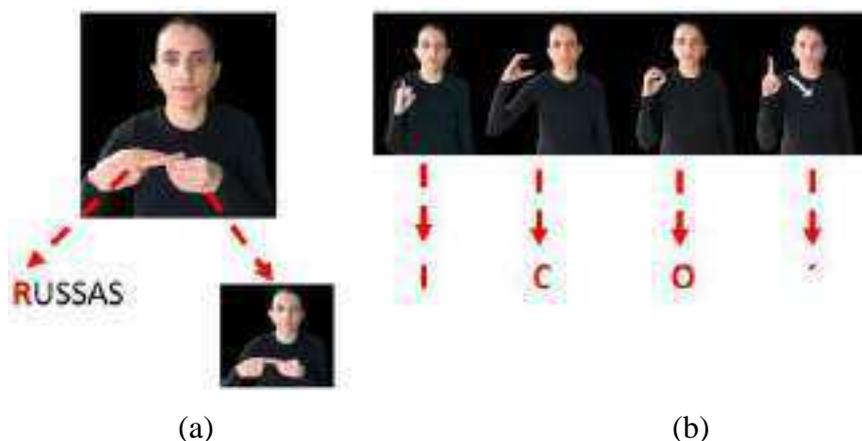


Fonte: produzida pelos autores

A manifestação da iconicidade e, conseqüentemente, a abrangência de análises como as apresentadas aqui não se restringem a sinais formados sem influência do português. Os itens lexicais formados com influência do português, em geral, incorporam ou são constituídos pelos sinais que compõem o alfabeto manual e representam as letras do alfabeto romano. Esses sinais, assim como é o caso da maioria das palavras da libras, são icônicos, uma vez que mimetizam aspectos visuais das letras que representam.

Nesse sentido, a presença do sinal LETRA-R na composição do topônimo RUSSAS (CE) ou dos sinais que representam cada letra que forma o topônimo I-C-Ó (CE) pode ser analisada de forma análoga à proposta para o sinal AEDES-AEGYPT ou XAPURI (AC). Em outras palavras, à luz do modelo de Taub (2001), pode-se dizer que, na fase da seleção, em vez de se eleger a dimensão visual associada diretamente ao conceito que se pretendia representar linguisticamente, elegeu-se a dimensão visual da forma gráfica da palavra correspondente em português, indiretamente associada a tal conceito. Na seqüência, fez-se uma esquematização dessa imagem, à qual se seguiu a codificação, ou seja, a seleção das formas linguísticas no inventário fonológico da libras para representá-la. No caso de RUSSAS (CE) (Figura 35a), essa representação se restringiu à primeira letra da palavra escrita, ao passo que no caso de I-C-Ó (Figura 35b) todas as letras e o acento foram representados, seguindo, inclusive, a mesma ordem em que as letras aparecem na forma escrita da palavra escrita. Em suma, ainda que tais sinais não sejam motivados pelas características visuais dos conceitos que representam, eles são motivados pela forma gráfica da palavra do português correspondente.

Figura 35: Topônimos formados com influência do português



Fonte: produzida pelos autores a partir dos dados de Urbanski, Ferreira e Xavier (2020)

Considerações finais

O presente artigo apresentou um panorama dos processos de formação de sinais na libras. Esse panorama mostrou que nessa língua há processos semelhantes àqueles atestados na morfologia das línguas orais, precisamente, a afixação, a composição e a reduplicação sequenciais, mas também processos exclusivos, a saber, a versão simultânea desses três processos e a alteração não morfêmica de parâmetros fonológicos de um dado sinal. Isso foi

ilustrado com base em 96 dados coletados através da observação de sinalizações espontâneas e por meio de nossa pesquisa bibliográfica. Com a análise de topônimos, o rol de processos de formação lexical foi ampliado, de maneira a incluir novas combinações dos parâmetros fonológicos, combinações de letras do alfabeto manual com outros parâmetros fonológicos e soletrações manuais parciais e totais. Embora o tratamento desses processos tanto na literatura sobre línguas orais quanto na referente às línguas de sinais privilegie os aspectos formais desses processos, mostramos aqui que a eles subjaz o princípio da iconicidade, considerado por pesquisadores como Taub (2001) universal.

O papel da iconicidade na formação de sinais foi mais detidamente explorado através da análise de sinais toponímicos e de sinais técnicos da libras. Mostramos com os primeiros que mesmo sinais formados com influência do português são icônicos, dado que mimetizam aspectos visuais da palavra escrita do português. Já com o sinais técnicos, demonstramos, à luz do modelo de Taub, que a iconicidade, mais claramente observada no nível lexical, resulta da iconicidade das unidades do nível sublexical.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, M.; MEIR, I.; PADDEN, C.; SANDLER, W. Morphological universals and the sign language type. In: BOOIJ, G.; MARLE, J. van. (org.). *Yearbook of Morphology*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 19-38.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.html>. Acesso em 25 dezembro de 2020.

BRENNAN, M. *Word formation in British Sign Language*. Tese (Doutorado em Linguística), The University of Stockholm, Stockholm, 1990.

DEDINO, M. Incorporação de numeral na libras. In: ALBRES, N. A.; XAVIER, A. N. (org.). *Libras em estudo: descrição e análise*. São Paulo: FENEIS, 2012, p. 123-139. 2012.

DICK, M. V. de P. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DOWNING, L.; STIEBELS, B. Iconicity. In: TROMMER, J. (org.). *The morphology and phonology of exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 379-426.

EMMOREY, K. *Language, Cognition, and the Brain: Insights from Sign Language Research*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2002.

FELIPE, T. A. *LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Aluno*, acompanhado de fita de vídeo. Edições FENEIS - Rio de Janeiro, 1997.

HACKL, D. *Estado da arte da língua brasileira de sinais: libras*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Grande Dourados (em preparação).

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. *Australian Sign Language (Auslan): An introduction to sign language linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KLIMA, E. S.; BELLUGI, U. *The Signs of Language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LIDDELL, S. K. *Grammar, gesture and meaning in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MEIER, R. P. Why different, why the same? Explaining effects and non-effects of modality upon linguistic structure in sign and speech. In: MEIER, R. P.; CORMIER, K.; QUINTO-POZOS, D. (org.). *Modality and structure in signed and spoken languages*. New York: Cambridge University Press, 2002, p. 1-26.

MEIR, I. Word classes and word formation. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (org.). *Handbook on Sign Language Linguistics*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2012, 365-387.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

RODERO-TAKAHIRA, A. G. *Compostos na língua de sinais brasileira*. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODERO-TAKAHIRA, A. G.; SCHER, A. P. Classificando os Compostos da Libras. *Porto Das Letras*, 6(6), 152-180, 2020.

SANTOS, A. S.; OLIVEIRA, M. A produção científica sobre Língua Brasileira de Sinais

(Libras) presente nos currículos Lattes do CNPq. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 22, n. 4, p. 35-46, 2017.

TAUB, S. F. *Language from the Body: Iconicity and Metaphor in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

URBANSKI, Í.; FERREIRA, D.; XAVIER, A. Contribuições aos estudos toponímicos da libras através da análise de sinais que designam cidades brasileiras. *GTLex*, v.6, n.1, p. 1-33, 2020.

XAVIER, A. N. A expressão de intensidade em libras. *Intercâmbio*, v. 36, p. 1-25, 2017.

XAVIER, A. N.; SANTOS, T. A Iconicidade na criação de termos técnicos em Libras. *Revista Leitura*, v. 1, n. 57, p. 60-103, 2016.

XAVIER, A. N.; NEVES, S. L. G. Descrição de aspectos da morfologia da libras. *Revista Sinalizar*, n. 1(2), p. 130-151, 2016.

XAVIER, A. N.; BARBOSA, P. A. Com quantas mãos se faz um sinal? Um estudo do parâmetro número de mãos na produção de sinais da língua brasileira de sinais (libras). *Todas as Letras*, v. 15, n. 1, p. 11-128, 2013.



TRUNCAMENTO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO DE FREQUÊNCIA COM DADOS DO *TWITTER*

TRUNCATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE: A FREQUENCY STUDY WITH DATA FROM *TWITTER*

Débora Heineck¹

RESUMO

O truncamento é um processo não concatenativo de formação de palavras que, diferentemente dos processos de prefixação e sufixação, não se estrutura a partir da adjunção de afixos, mas sim a partir da supressão de segmentos da palavra-base, que não é, necessariamente, uma supressão de afixos. Por isso, o truncamento não se enquadra em análises formais de processos lineares de formação de palavras e foi considerado por alguns autores como um processo idiosincrático. Tendo como base teórica a proposta de Bybee (2004), esse estudo objetiva verificar a frequência de uso de dados de truncamento e analisar se esse fator exerce influência no processo de truncamento no português brasileiro. Para tanto, utilizaram-se dados de truncamento obtidos nos experimentos realizados em minha dissertação de Mestrado (HEINECK, 2018). A frequência desses dados foi verificada em uma busca realizada na rede social *Twitter*, utilizando um pacote do programa computacional R (*rtweet*). Os resultados da busca realizada no *Twitter* parecem confirmar algumas de nossas hipóteses: (a) os falantes conseguem recuperar a palavra-base mesmo de truncamentos frequentes na língua e (b) os dados mais frequentes nos experimentos realizados na Dissertação de Mestrado são também os mais frequentes na busca no *Twitter*, o que levanta a suposição de que os falantes já conhecessem essas formas. Por fim, a frequência dos diminutivos de *foto* e *moto* aponta para um resultado diferente ao encontrado nos experimentos, mas segue tendência mais geral encontrada para outros dados nos experimentos. Ao formar o diminutivo de uma forma truncada, os falantes parecem escolher entre as vogais finais *a* ou *o* de acordo com o gênero da palavra-base, independente da vogal final da forma truncada.

Palavras-chave: Truncamento; Processos não concatenativos; Morfofonologia; Frequência lexical.

ABSTRACT

Truncation is a non-concatenative word-formation process that, differently from prefixation and suffixation, is not structured by affix adjunction but instead by deletion of segments from the base. This deletion of segments on truncation process is not, necessarily, a deletion of affixes. Because of that, truncation does not fit in formal analyses of linear word-formation processes and it was considered by some authors as an idiosyncratic process. The theoretical base of this study is Bybee (2004) propose, and it aims to verify the frequency of use of truncation data and to analyze whether this factor influences the truncation process in Brazilian Portuguese. In order to do that, we used truncation data obtained in experiments carried out in my Master's Dissertation (HEINECK, 2018). The frequency of these data was verified in a search made on the social network *Twitter*, using a package of the computer program R (*rtweet*). The results of the search on *Twitter* seem to confirm some of our hypothesis: (a) speakers can recover the base-word even of frequent truncations and (b) the most frequent data in the Dissertation's experiments are also the most frequent data in the search on *Twitter*, which can point to the fact that speakers already knew these forms. Lastly, the frequency of *foto* and *moto*'s diminutive forms points to a different result from the one found in the experiments, but it follows the most general tendency found to other data in the experiments. To make the diminutive form of a truncation, speakers seem to choose between the final vowels *a* or *o* according to the gender of the base-word, regardless of the final vowel of the truncated form.

Keywords: Truncation; Non-concatenative processes; Morphophonology; Lexical frequency.

1 Doutoranda em Estudos da Linguagem, PPG-LETRAS UFRGS (Departamento de Linguística, Filologia e Estudos Literários/Universidade Federal do Rio Grande do Sul), heineck.debora@gmail.com

Introdução

O português é uma língua predominantemente aglutinante ou concatenativa, ou seja, caracteriza-se pelo encadeamento de seus morfemas e pela formação de palavras através de processos lineares. Por esse motivo, de acordo com Gonçalves (2004), estudos sobre o português tendem a conceber a morfologia como “um módulo sintagmaticamente determinado pelo encadeamento de formativos” (p.10), e o português, de modo geral, se enquadra bem a esse tipo de estudo. Há, no entanto, alguns processos de formação de palavras que envolvem padrões não lineares de formação. Esses processos são denominados como não concatenativos pela ausência de encadeamento de elementos na sua formação.

O truncamento é considerado por diversos pesquisadores como um processo não concatenativo de formação de palavras que, diferentemente dos processos de prefixação e sufixação, não se estrutura a partir da adjunção de afixos, mas da supressão de segmentos da palavra-matriz (BELCHOR, 2014). Essa supressão de segmentos que ocorre no truncamento não é, necessariamente, uma supressão de afixos, como é possível ver nos exemplos em (1). Por esse motivo, o truncamento não se enquadra em análises formais de processos lineares de formação de palavras, e é caracterizado por autores como Gonçalves (2004) como um processo não concatenativo de formação de palavras.

(1) delega < delegado	salafra < salafrário	Maraca < Maracanã
sapa < sapatão	analfa < analfabeto	estranja < estrangeiro
cerva < cerveja	gurja < gorjeta	vagaba < vagabunda

Fonte: Gonçalves (2004)

O truncamento, justamente por não se enquadrar na descrição de processos aglutinativos do português, foi considerado por alguns autores como um processo assistemático e idiossincrático. Nas gramáticas tradicionais, por exemplo, não há uma descrição sistemática do truncamento. Não há tampouco critérios para distinguir o truncamento de outros processos semelhantes a ele e, por isso, ele é geralmente descrito junto a processos como a siglagem, acronímia e abreviação².

As definições de Cunha e Cintra e Bechara se assemelham por usar do termo *abreviação* para denominar tanto o truncamento quanto a siglagem. Cunha e Cintra (1985) usam como

2 Alguns autores, como Gonçalves (2004) e Cristóforo Silva (2011) entendem os processos de siglagem, acronímia e abreviação como o mesmo processo. Em seu Dicionário de Fonética e Fonologia, Cristóforo Silva (2011, p. 201) define siglagem como “fenômeno que consiste na combinação de iniciais de sons que ocorrem em uma ou mais palavras também denominado redução sintagmática, acronímia ou abreviação”. Um exemplo deste fenômeno seria a sigla UFMG para Universidade Federal de Minas Gerais. Para alguns autores, estes são processos distintos. Para Carvalho (2010, apud LIMA, 2014, p. 39), siglagem se distingue da acronímia, pois, nas siglas, as letras conservam seu valor de soletração (PSB, por exemplo) e, nos acrônimos, consoantes e vogais tiradas da palavra abreviada formam uma nova palavra (*Ibope*, por exemplo). Rocha (1998) considera siglagem e acronímia como sinônimos, mas salienta que não devem ser confundidos com a abreviatura (ou abreviação), pois o resultado da abreviatura (ex.: *apartamento* > *apto*) não se constitui em uma nova palavra do português, pois não tem existência na linguagem oral, sendo um recurso apenas da linguagem escrita.

justificativa para a ocorrência do processo a tendência do mundo de hoje de “economizar tempo e palavras” e, por isso, fazer uso de uma “elocução mais rápida” (p. 114). Bechara (2006) afirma que o processo é comum tanto na fala coloquial, quanto na linguagem cuidada, por “breviedade de expressão” (p. 309). Ambos os autores, portanto, usam a economia linguística como justificativa para a ocorrência do processo que chamam de *abreviação*. No entanto, nenhum dos gramáticos dedicou-se a uma análise mais precisa e sistemática do processo.

Nos manuais de morfologia na perspectiva da ciência linguística, por outro lado, os autores fazem uma diferenciação mais acurada dos processos de encurtamento, separando truncamento de processos como acronímia e abreviação, por exemplo. No entanto, esses estudos ainda carecem de um olhar mais preciso para o funcionamento desses processos, visto que eles são ainda descritos como imprevisíveis.

Tanto nas gramáticas tradicionais quanto nos manuais de morfologia citados, portanto, o truncamento é visto como um processo idiossincrático e os autores não procuram investigar e descrever seu funcionamento. O truncamento, principalmente nas gramáticas tradicionais, é entendido como o mesmo fenômeno ou como um fenômeno semelhante a outros processos distintos da língua, como a siglagem, a abreviação e a acronímia. O truncamento é considerado um processo marginal da língua portuguesa e, por isso, não há uma preocupação em procurar regularidades no processo.

Autores como Basilio (1991), Sandmann (1992), Villalva (2007) admitem que há alguma regularidade em formas truncadas derivadas de compostos, como *foto* < *fotografia* e *mini* < *minissaia*, pois, nesses casos, de acordo com Villalva, “o truncamento parece reconhecer a estrutura de uma composição morfológica, preservando o primeiro radical (que é geralmente um radical neoclássico) e a vogal de ligação.” (VILLALVA, 2007, p.51). No entanto, em casos como *boteco* < *botequim*, *portuga* < *português* e *cerva* < *cerveja*, os autores não veem nenhuma regularidade e consideram o processo como arbitrário.

Nos estudos de Araújo (2002), Gonçalves (2004), Martini (2010), Scher (2011, 2016), Belchor (2009 e 2014), entre outros, o truncamento é analisado com o objetivo de encontrar alguma regularidade no processo. Para tanto, os autores baseiam-se em teorias morfológicas que lhes dão respaldo para explicar o funcionamento de processos como o truncamento. Grande parte desses autores fazem uso de teorias que aliam primitivos morfológicos e prosódicos, como é o caso da Morfologia Prosódica (MP) e da Teoria da Otimidade (TO) (e suas subteorias como, por exemplo, a Teoria da Correspondência). Esses autores, acreditam que o truncamento não é um processo puramente morfológico, mas sim, que tem acesso a primitivos prosódicos em sua formação. Dentre os autores mencionados, apenas Scher (2011 e 2016) realiza uma análise a partir da Morfologia Distribuída, na qual a fonologia é tardia e não interage com as operações morfológicas. Por esse motivo, a autora defende uma abordagem puramente morfológica do truncamento.

Em Heineck (2018), realizou-se uma investigação e descrição do processo do truncamento no português brasileiro. A partir da revisão da literatura, levantaram-se dados de truncamento

e esses dados foram organizados em um *corpus* de acordo com critérios morfológicos e fonológicos tanto da base (palavra-matriz) quanto do produto (forma truncada). Os dados do *corpus* serviram de base para a elaboração de dois experimentos. A análise dos dados bem como dos resultados dos experimentos teve como objetivos investigar o papel do acento e do número de sílabas da palavra-base na formação de truncamentos, analisar o comportamento de truncamentos formados a partir de bases compostas e com dois acentos fonológicos; e, por fim, investigar o *status* da vogal final do truncamento, verificando se ela se aproxima mais de uma vogal temática, de um morfema de gênero ou de um sufixo derivacional.

Neste estudo, em específico, iremos verificar a frequência de uso de dados de truncamento obtidos nos experimentos realizados em Heineck (2018). A busca é realizada na rede social *Twitter* e, para tanto, utiliza-se um pacote do programa computacional R – o pacote *rtweet*. A ferramenta permite tanto obter dados sobre a frequência de uso nesta rede social de certos itens lexicais quanto analisar o contexto no qual eles estão sendo empregados.

Na próxima seção deste trabalho, serão apresentadas teorias que tratam do papel da frequência lexical nos fenômenos linguísticos. Na sequência, a metodologia utilizada nos experimentos, na seleção e na análise dos dados será explanada. Por fim, apresentamos os resultados e as considerações finais da nossa análise.

Frequência lexical

Visto o objetivo deste trabalho de analisar se a frequência de uso exerce influência no processo de truncamento no português brasileiro, buscamos base teórica na proposta de Bybee, que introduz a ideia de que

a frequência com a qual palavras individuais ou sequências de palavras são usadas e a frequência com que certos padrões ocorrem em uma língua afetam a natureza das representações mentais e, em alguns casos, a forma fonética das palavras³ (BYBEE, 2004, p. 1, tradução nossa).

Bybee defende que o foco dado à estrutura em teorias anteriores, como o Estruturalismo, precisa ser complementado com uma perspectiva que inclua, além da estrutura, outros dois aspectos da língua: o conteúdo material (substância da linguagem) e o uso. A substância da linguagem está relacionada às duas extremidades – fonética e semântica – nas quais a língua é moldada e estruturada. O uso refere-se não apenas ao processamento da linguagem, mas a todos os usos sociais e interacionais da língua. Nesta proposta, substância e uso interagem e criam estrutura.

A teoria proposta por Bybee é conhecida por *Usage-Based Model* (traduzido como Fonologia de Uso em trabalhos brasileiros). A teoria é composta pelos princípios básicos que seguem (cf. BYBEE, 2004, p. 6-8):

3 “(...) the frequency with which individual words or sequences of words are used and the frequency with which certain patterns recur in a language affects the nature of mental representation and in some cases the actual phonetic shape of words.”

1. A experiência afeta a representação. O uso de formas e padrões afeta suas representações na memória. Palavras muito frequentes tem uma representação mais forte no sentido de que são mais facilmente acessadas e menos suscetíveis a mudanças analógicas.
2. Representações mentais de objetos linguísticos têm as mesmas propriedades de representações mentais de outros objetos. Isso implica que representações mentais não tem propriedades preditivas abstratas, mas que são baseadas em categorizações de itens reais.
3. Categorização é baseada em identidade ou similaridade.
4. Generalizações sobre formas não são separadas de representações de formas armazenadas, mas emergem diretamente delas.
5. A organização lexical fornece generalizações e segmentação em vários graus de abstração e generalização. Unidades como morfema, segmento ou sílaba são emergentes no sentido que eles surgem de relações de identidade e similaridade que organizam representações.
6. O conhecimento gramatical é conhecimento processual. Parte do conhecimento linguístico é declarativo (podemos citar o significado de palavras, por exemplo), mas grande parte do conhecimento linguístico é processual. Isso implica dizer que a fonologia se torna parte do processo de produzir e decodificar construções, e não mais um sistema psicológico e puramente abstrato.

Bybee (2004) propõe ainda que o conceito de frequência seja dividido em duas medidas diferentes: a **frequência de ocorrência** (*token frequency*) e a **frequência de tipo** (*type frequency*). A frequência de ocorrência indica quantas vezes uma determinada palavra ocorre em um *corpus* linguístico. A frequência de tipo indica quantos itens da língua contém uma determinada estrutura. Huback (2013, p. 83-84) mostra as consequências cognitivas e linguísticas da interação dessas duas medidas de frequência:

- palavras com alta frequência de ocorrência têm memória mais ativa e podem ser acessadas de forma independente no léxico mental; palavras com baixa frequência de ocorrência dependem de conexões com outros itens lexicais para ser ativadas;
- Palavras irregulares e frequentes têm memória mais forte no léxico mental, portanto costumam resistir a mudanças analógicas; por outro lado, palavras irregulares e infrequentes não são suficientemente reforçadas no léxico mental para manter sua irregularidade, então podem adotar os paradigmas mais frequentes da língua;
- Palavras derivadas e de frequência de ocorrência baixa ou média formam conexões mais fortes do que palavras derivadas e de alta frequência de ocorrência. Isso ocorre porque os itens infrequentes dependem de sua classe para ser lembrados, portanto, cada vez que são acessados, reforçam a coesão de sua rede; por outro lado, itens derivados altamente frequentes ganham autonomia lexical e sua ativação no léxico mental não é feita através de sua classe. Isso mostra a importância da frequência de tipo, não a de ocorrência, para a produtividade de uma classe.

Diversos trabalhos sobre variação e mudança linguística têm considerado a frequência lexical como uma de suas variáveis e vêm atestando que palavras de diferentes faixas de frequência podem ser afetadas de forma distinta pela mudança linguística. Huback (2013) traça uma linha do tempo dos estudos de mudança linguística que trataram de efeitos de frequência.

Dentre os trabalhos citados por Huback, está Fidelholtz (1975), que analisa a redução vocálica do inglês e observa que palavras mais frequentes estão mais suscetíveis ao fenômeno. Outro ponto importante atestado pelo autor é o papel da familiaridade da palavra, que, segundo ele, também determina se ela será afetada por fenômenos linguísticos. O autor apresenta o exemplo do topônimo “Manhattan” que seria mais reduzido por falantes da própria língua. Huback alerta para a importância de distinguir os conceitos de familiaridade e frequência. De acordo com a autora, “a familiaridade de um item nem sempre significa que ele será mais frequente na língua ou em um *corpus* específico” (HUBACK, 2013, p. 84). Objetos domésticos, como *mesa* e *cadeira*, por exemplo, são muito familiares para os falantes, mas a frequência desses itens provavelmente é baixa. Os conceitos de familiaridade e frequência, portanto, interagem, mas não são sinônimos.

Esta pesquisa pretende investigar se a frequência tem algum papel no processo de truncamento. Ao verificar a frequência de ocorrência de formas truncadas, objetivamos investigar se os falantes ainda conseguem recuperar a palavra-base de truncamentos muito frequentes na língua e se os dados mais frequentes nos resultados de Heineck (2018) são também os mais frequentes no *Twitter*. Na próxima seção, serão discutidos os procedimentos metodológicos que serão adotados de modo a analisar o papel da frequência lexical na tentativa de responder a essas perguntas.

Metodologia

Os dados selecionados para a análise de frequência são provenientes de dois experimentos realizados em estudo anterior (HEINECK, 2018). Por esse motivo, é necessário tratar da metodologia utilizada na construção e aplicação destes experimentos.

Primeiramente, antes da elaboração dos experimentos, realizamos um levantamento de dados de truncamento para a construção de um *corpus*. Parte dos dados do *corpus* foi extraída de trabalhos anteriores sobre esse processo (ARAÚJO, 2002; VILELA, GODOY & SILVA, 2006; SCHER, 2011; BELCHOR, 2014). Além disso, ao longo do trabalho de levantamento, dados encontrados em redes sociais ou produzidos em situações de interação entre falantes foram registrados e também compuseram o *corpus*.

Os dados foram organizados de acordo com critérios fonológicos e morfológicos tanto da base submetida ao processo quanto de seu produto, isto é, da forma efetivamente truncada. Os critérios utilizados foram número de sílabas e padrão acentual do truncamento e de sua palavra-base, analisamos ainda se a forma truncada resultava de uma palavra composta por dois acentos fonológicos, como em *pós-graduação*, ou ainda se a palavra-base era composta de duas palavras morfológicas, com raízes eruditas, como, por exemplo, em *odontologia*.

Os dados do *corpus* foram utilizados em um experimento *on-line* e um experimento presencial. Ambos eram compostos de um questionário social e três exercícios. O experimento *on-line* foi ancorado na plataforma SurveyMonkey – disponível em <https://www.surveymonkey.com/> –, que permite a criação de questionários *on-line* para pesquisas de diversos fins. As respostas do nosso questionário foram completamente anônimas, o nome do informante não foi solicitado em nenhum momento e não tivemos acesso ao endereço de IP do respondente. A divulgação do experimento foi feita através de redes sociais e contou com 43 participantes.

O experimento presencial foi realizado em uma escola de Ensino Médio da rede privada de Porto Alegre com estudantes do primeiro e do segundo ano. Diferentemente do experimento *on-line*, esse experimento foi impresso em papel e os participantes respondiam às questões à mão. O experimento presencial contou com 46 participantes.

A primeira etapa do experimento consistiu em um questionário social. Os informantes informaram seu gênero, idade, escolaridade, curso superior (caso o informante optasse por curso superior completo ou incompleto no campo escolaridade) e local de residência (estado e cidade).

No experimento *online*, a grande maioria dos informantes era composta por mulheres: 37 dos 43 informantes (86%) e 81,2% dos informantes tinham entre 18 e 35 anos. No que diz respeito à escolaridade, todos os informantes possuíam Ensino Superior completo e incompleto e a grande maioria deles cursava ou havia cursado Letras (82,2%).

No experimento presencial, houve um equilíbrio maior entre o número de informantes homens e mulheres: dos 46 informantes, 26 eram mulheres (56,5%) e 20 eram homens (43,5%). A faixa etária dos informantes foi de 15 a 18 anos, sendo que metade tinha 15 anos. Todos eram estudantes do Ensino Médio.

Os dados do questionário social não foram considerados na análise desta etapa da pesquisa, que se propôs a uma análise ainda inicial e descritiva de dados de frequência do fenômeno do truncamento. Em futuras etapas, objetiva-se incluir esses dados na análise de modo a verificar sua relevância para o fenômeno.

Na segunda etapa do experimento, os informantes foram convidados a realizar três exercícios. Esses exercícios tinham, como objetivo geral, observar padrões no processo do truncamento.

No primeiro exercício, os informantes foram apresentados a uma lista de 30 formas truncadas e deveriam identificar a palavra-base dessas formas, como vemos na Figura 1.

Figura 1 – Exemplo do exercício 1 do experimento presencial

PERGUNTA 1

Abaixo, há uma lista de palavras encurtadas. Você deve preencher as lacunas com a palavra que você considera dar origem a cada uma dessas formas. As sílabas estão sublinhadas (como em visu) para indicar a sílaba mais forte (tônica) da palavra.

- visu _____
- burga _____
- condi _____
- japa _____

Com esse exercício, tínhamos como objetivo verificar se os informantes seriam capazes de identificar a palavra de origem das formas truncadas, se haveria concordância na escolha dessas formas e se elas seriam as mesmas do nosso *corpus*.

No segundo exercício do teste, foram apresentadas palavras do português (30 palavras) e os informantes deveriam propor uma forma truncada para cada palavra, como vemos na Figura 2. No experimento *on-line*, as palavras foram apresentadas em forma de lista, isoladas. Já no experimento *presencial*, as palavras estavam inseridas em sentenças, de modo que ficasse mais claro o sentido das palavras que estávamos apresentando.

Figura 2 – Exemplo do exercício 2 do experimento presencial

PERGUNTA 2

A partir das palavras **em destaque** abaixo, sugira uma forma encurtada da palavra que lhe pareça soar bem na fala informal. Sublinhe ou circule a sílaba ou vogal que você considera forte (tônica) em cada uma das palavras que você sugerir.

- A pesquisa tratava da análise da **macromolécula** de uma proteína.

- O **chinês** inaugurou uma nova loja.

- Não custou nenhuma **testão** para consertar o aparelho.

Nesse exercício, tínhamos como objetivo observar qual a estratégia usada pelos informantes para reduzir as palavras. Pretendíamos checar se o acento da palavra-base seria mantido ou se haveria algum padrão acentual preferido nas formas truncadas que funcionaria independentemente do acento da palavra-base e, ainda, se haveria sempre uma diminuição em número de sílabas da palavra-base em relação a sua forma truncada.

No terceiro e último exercício, os informantes foram apresentados a 20 formas truncadas e deveriam propor um diminutivo (com inho/inha/zinho/zinha) para essas formas, como vemos na Figura 3. Assim como ocorreu no exercício anterior, no experimento *on-line*, havia apenas uma lista de palavras, no entanto, no experimento presencial, os truncamentos estavam inseridos em sentenças para melhor compreensão do seu significado pelos informantes.

Figura 3 – Exemplo do exercício 3 do experimento presencial

PERGUNTA 3

Proponha um diminutivo para as palavras em destaque abaixo usando uma dessas terminações inho/inha/zinho/zinha.

- Vamos tomar uma ceva?

-
- O meu computa estragou de novo!

-
- Ela fez uma lipo.
-

Com esse exercício, tínhamos a pretensão de colaborar para a discussão sobre o *status* da vogal final do truncamento. O objetivo era verificar se, ao propor um diminutivo para a forma truncada, os informantes recuperariam o gênero da palavra-base ou se, ao invés disso, utilizariam a vogal final do truncamento. Pretendíamos verificar, portanto, se em um truncamento como *foto*, por exemplo, os informantes optariam pelo diminutivo *fotinho*, utilizando a vogal final do truncamento, ou *fotinha*, recuperando o expoente de feminino.

Os dados de truncamento analisados neste estudo foram dados retirados dos resultados dos dois experimentos (*on-line* e presencial). Definimos alguns critérios para selecionar os dados a serem buscados no *Twitter* para o estudo de frequência. No exercício 1, em que os participantes deveriam identificar a palavra-base de formas truncadas, foram selecionados apenas dados que tivessem 70% ou mais de concordância na escolha da palavra-base. Para o truncamento *japa*, por exemplo, 96% dos informantes apontou *japonês* como palavra-base, por isso, esse dado compôs a lista das formas truncadas que foram buscadas no *Twitter*. O objetivo é verificar se esses truncamentos em que a base é facilmente recuperável pelos falantes são bastante frequentes na língua e, dessa forma, formular hipóteses sobre o grau de transparência do processo de truncamento: será que os falantes ainda conseguem recuperar a palavra-base de truncamentos muito frequentes na língua?

Para a seleção dos dados do exercício 2, em que os informantes propunham formas truncadas para palavras do português, selecionamos dados com 60% ou mais de ocorrência nos resultados dos experimentos. O objetivo, aqui, é verificar se os truncamentos mais frequentes nos resultados são também frequentes no *Twitter*.

Por fim, realizamos a busca e verificamos a frequência de ocorrência no *Twitter* dos diminutivos de *foto* e *moto* – *fotinho*, *fotinha*, *motinho* e *motinha* – dados do exercício 3. O objetivo é contribuir para a discussão acerca do *status* da vogal final do truncamento.

Realizou-se, então, uma busca no *Twitter* dos dados selecionados. O *Twitter* é uma espécie de ‘microblog’, com um limite de 280 caracteres para cada publicação. Criado em 2006, hoje conta com cerca de 330 milhões de usuários em todo o mundo. Com base nessas informações, o *Twitter* parece ser um ambiente propício para a ocorrência de fenômenos como o truncamento, visto que se trata de um ambiente no qual o uso da linguagem é mais informal e, por seu limite de caracteres, talvez possa propiciar o encurtamento de palavras.

Para realizar a busca de dados no *Twitter* utilizou-se um pacote do programa computacional R – o pacote *rtweet*. Com esta ferramenta, é possível sejam feitas pesquisas no *Twitter* a partir de alguma palavra ou frase. A ferramenta permite controlar a localização e idioma dos *tweets* a serem buscados, bem como a inclusão ou exclusão dos chamados *retweets*, que são o compartilhamento de *tweets* já existentes. É possível, ainda, controlar a quantidade de dados que se deseja coletar na pesquisa. A ferramenta, no entanto, tem também algumas limitações. É possível buscar, no máximo, 18.000 *tweets* e os dados serão de até sete dias antes da data da busca.

Tendo em vista as possibilidades e limitações da ferramenta, definimos o desenho de nossa busca. A busca foi limitada a *tweets* publicados no Brasil e em língua portuguesa. Excluímos dados provenientes de *retweets*, para garantir que algum *tweet* que viralizou, ou seja, que tenha sido compartilhado muitas vezes, acabe não aumentando a frequência de algum dado. Realizaram-se três buscas com um intervalo de tempo de, no mínimo, uma semana entre elas, de modo a verificar se não haveria uma discrepância na frequência de ocorrência de algum dado nas buscas.

Nesta etapa do estudo, realizamos uma análise descritiva e quantitativa dos dados coletados no *Twitter*. A quantificação e análise dos dados foi realizada no programa *Excel*.

O resultado das buscas bem como a sua análise e discussão será feita na próxima seção deste trabalho. Os dados coletados no *Twitter* serão analisados juntamente com os resultados obtidos no estudo realizado em Heineck (2018), de modo a verificar o papel da frequência lexical no fenômeno do truncamento.

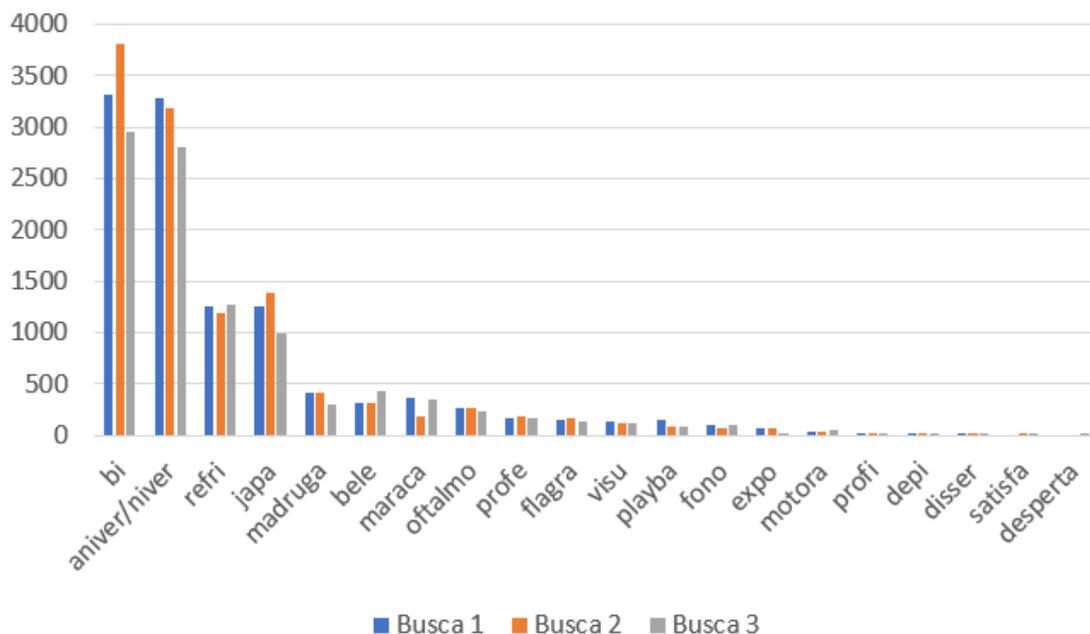
Resultados e Discussão

Devido às limitações da ferramenta utilizada, que permite buscar dados de, no máximo, sete dias antes da data da busca, os dados de frequência analisados neste trabalho são das últimas três buscas realizadas. A frequência de ocorrência dos dados no *Twitter* se mostrou estável, de um modo geral, nas três coletas realizadas, como vemos nos gráficos 1, 2 e 3. Isso confere maior confiança aos nossos dados, pois nos mostra que a frequência alta de algum dado,

por exemplo, não está ocorrendo em função de aquele dado estar relacionado a algum assunto muito discutido no momento.

O Gráfico 1 mostra a frequência de ocorrência no *Twitter* dos dados do exercício 1 nas três buscas realizadas. Como vemos no gráfico, de um modo geral, a frequência dos dados se mantém estável nas três buscas realizadas.

Gráfico 1 – Frequência de ocorrência dos dados do exercício 1 nas três buscas realizadas no *Twitter*

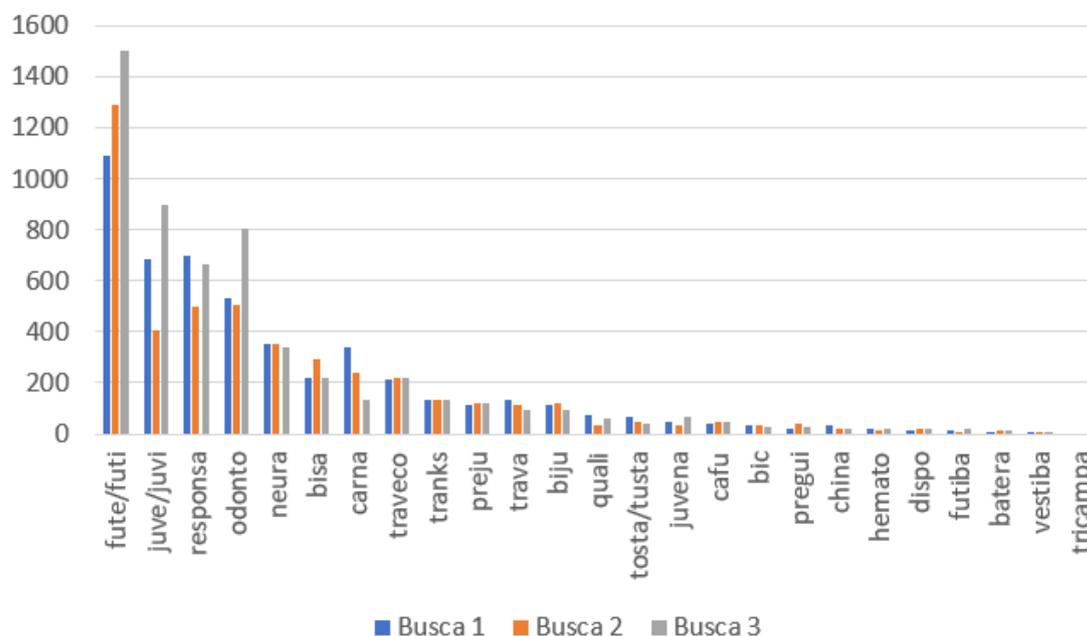


De modo a verificar se alguma das diferenças observadas no gráfico, como em *bi*, por exemplo, eram relevantes, calculamos a média da frequência de ocorrência das três buscas e verificamos a diferença absoluta de cada uma das buscas em relação a essa média. Excluímos desta análise os casos em que as buscas resultaram em pouquíssimos dados, em que a média não passou de 10 dados. Feita esta exclusão, a variação em relação à média não ultrapassou 20% na grande maioria dos dados. Os únicos três casos em que houve uma variação maior do que 20% são os representados na tabela abaixo, na qual apresentamos o número bruto de dados encontrados em cada busca, a média das três buscas e, entre parênteses, está a variação em relação à média.

Tabela 1 – Dados do exercício 1 com variação de frequência de ocorrência maior que 20% em relação à média da frequência nas três buscas realizadas no *Twitter*

Truncamento	Busca 1	Busca 2	Busca 3	Média das buscas
<i>maraca</i>	361 (20,07%)	189 (37,14%)	352 (17,07%)	300,67
<i>playba</i>	150 (41,96%)	80 (24,29%)	87 (17,67%)	105,67
<i>expo</i>	73 (37,74%)	67 (26,42%)	19 (64,15%)	53

O segundo gráfico representa a frequência de ocorrência dos dados do exercício 2 nas três buscas realizadas. Assim como no exercício 1, o gráfico parece mostrar que, de modo geral, há estabilidade nos dados das três buscas.

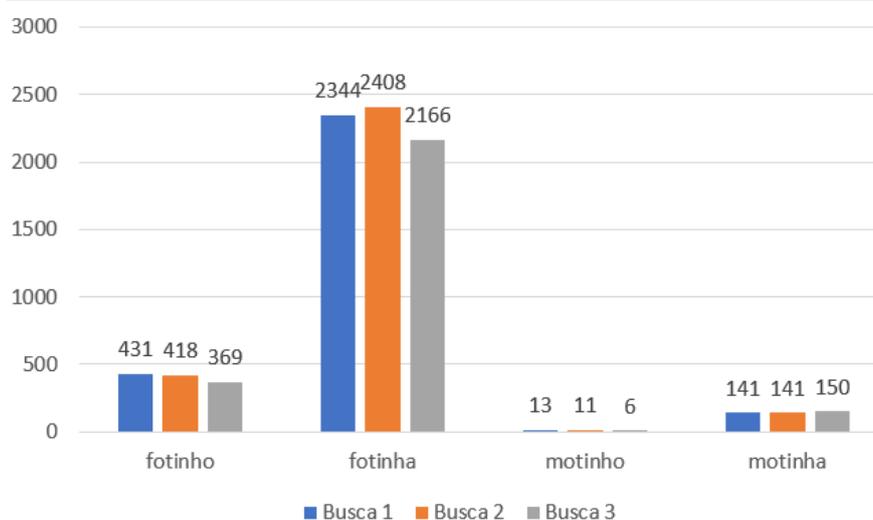
Gráfico 2 – Frequência de ocorrência dos dados do exercício 2 nas três buscas realizadas no *Twitter*

A análise de variação em relação à média parece confirmar a estabilidade dos dados verificada neste gráfico. Na maior parte dos dados, essa variação chegou, no máximo, em torno dos 30%. Na tabela abaixo, estão os 3 casos que apresentaram maior variação.

Tabela 2 – Dados do exercício 2 com variação de frequência de ocorrência maior que 30% em relação a média da frequência nas três buscas realizadas no *Twitter*

Truncamento	Busca 1	Busca 2	Busca 3	Média das buscas
<i>juve/juvi</i>	686 (3,57%)	406 (38,7%)	895 (35,13%)	662,33
<i>carna</i>	337 (41,8%)	241 (1,4%)	135 (43,2%)	237,67
<i>china</i>	35 (40%)	22 (12%)	18 (28%)	25,00

Por fim, o Gráfico 3 apresenta a frequência de ocorrência dos diminutivos dos truncamentos *foto* e *moto* nas três buscas. Vemos pelos dados brutos, que não houve grande variação no número de dados encontrados nas buscas.

Gráfico 3 – Frequência de ocorrência dos dados do exercício 3 nas três buscas realizadas no *Twitter*

Nas subseções a seguir, será realizada uma análise mais cuidadosa dos dados de frequência dos truncamentos de cada um dos exercícios. Essa análise visa responder as questões norteadoras deste estudo.

Dados do exercício 1

Conforme explicitado na seção de Metodologia, no exercício 1 de nossos experimentos, ao serem apresentados a uma lista de formas truncadas, os participantes eram solicitados a identificar suas palavras-base. Para a busca realizada no Twitter, selecionamos apenas os dados em que havia 70% ou mais de concordância na escolha da palavra-base. A questão norteadora é a seguinte: será que os falantes ainda conseguem recuperar a palavra-base de truncamentos muito frequentes na língua? Por isso, esta etapa da pesquisa pretende verificar se os truncamentos em que a base foi facilmente recuperável pelos participantes dos experimentos são bastante frequentes no *Twitter*.

Foi necessário excluir um dado de truncamento que havia sido selecionado para a busca no Twitter. A forma truncada *cunha* (palavra-base *cunhado(a)*) precisou ser excluída da busca, pois os dados encontrados no Twitter eram, em sua maioria, do sobrenome “Cunha”.

As dez formas truncadas do Exercício 1 mais frequentes no Twitter foram os apresentados na Tabela 3. Calculamos a média dos resultados das três buscas realizadas para organizarmos os dados em mais e menos frequentes.

Tabela 3 – Dez truncamentos do exercício 1 mais frequentes no *Twitter*

Truncamento	<i>Twitter</i>	Concordância na escolha da palavra-base	
	Frequência (média)	Experimento <i>on-line</i>	Experimento presencial
bi	3357,7	86 %	78,3 %
aniver/niver	3090,3	100 %	100 %
refri	1238,3	100 %	95,7 %
japa	1210,0	97,7 %	95,7 %
madrug	383,3	100 %	97,8 %
bele	354,0	95,3 %	97,8 %
maraca	300,7	88,4 %	82,6 %
oftalmo	260,0	100 %	97,8 %
profe	177,0	100 %	100 %
flagra	150,3	93 %	69,6 %

Nestes dez dados de truncamento, a concordância na escolha da palavra-base pelos participantes do experimento foi de cerca de 80%. Havia cinco dados de truncamento (*aniver/niver*, *refri*, *madrug*, *oftalmo* e *profe*) com 100% de concordância na escolha da palavra-base (*aniversário*, *refrigerante*, *madrugada*, *oftalmologista* e *professor(a)*, respectivamente). Estes dados também estão entre os dez mais frequentes na busca no *Twitter* (em azul na tabela).

O truncamento mais frequente no *Twitter* foi *bi*, com uma frequência média de ocorrência

de 3357,7 nas três buscas. Assim como nos experimentos, a grande maioria dos dados de *bi* encontrados no *Twitter* tem como palavra-base *bissexual*. Há também dados de *bi* referindo-se a *bicampeão*. É preciso, no entanto, fazer uma ressalva sobre esse dado. Para alguns autores, *bi* não é uma forma truncada, mas sim, é o resultado de um processo morfológico em que o falante utiliza o prefixo *bi* no lugar da palavra toda. Seria, por isso, um processo diferente ao do truncamento, em que a porção da palavra que permanece após a redução não é um prefixo ou sufixo. É o caso de Martini (2010, p. 254) que exclui de sua análise formas “que se estruturam se estruturam com a manutenção integral do morfema à esquerda da forma de base”, como, por exemplo, em *odonto* < *odontologia*. Por outro lado, Belchor (2014), em sua análise com base na Morfologia Prosódica Circunscritiva, define três padrões no processo do truncamento e um deles inclui justamente estas formas que preservam o radical ou o prefixo situado mais à esquerda da palavra matriz. Neste estudo, nos aproximamos mais do que propõe Belchor (2014), entendendo o truncamento como um processo no qual parte da parte da palavra é usada no lugar do todo. Por isso, incluímos dados como *bi*, *foto* e *moto* na análise e observamos se esses dados apresentam um funcionamento diferente dos demais, de modo a discutir o *status* dessas formas no processo de truncamento.

Dados do exercício 2

No exercício 2 dos experimentos realizados em Heineck (2018), os informantes propunham formas truncadas para palavras do português. Com a busca realizada no *Twitter*, tínhamos como objetivo verificar se os truncamentos mais frequentes nesse exercício eram também os mais frequentes no *Twitter*.

Na tabela abaixo está a relação dos dez dados de truncamento do exercício 2 com maior frequência no *Twitter*.

Tabela 4 – Dez truncamentos do exercício 2 mais frequentes no *Twitter*

Truncamento	<i>Twitter</i>	Ocorrência da forma truncada	
	Frequência (média)	Experimento <i>on-line</i>	Experimento presencial
fute/futi	1296	67,4 %	87 %
juve/juvi	662,3	62,8 %	37 %
responsa	619	93 %	91,3 %
odonto	613	95,3 %	95,7 %
neura	348,7	83,7 %	50 %
bisa	244	90,7 %	91,3 %
carna	237,7	88,4 %	71,7 %
traveco	216	34,9 %	60,9 %
tranks	130,3	95,3 %	78,3 %
preju	117,7	97,7 %	93,5 %

As dez formas truncadas mais frequentes no Twitter tinham, em sua grande maioria, mais de 80% de ocorrência nos resultados dos experimentos do estudo anterior (HEINECK, 2018). Apenas *juve/juvi* e *traveco* (em rosa, na tabela) tinham uma ocorrência menor que 80% nos experimentos.

Duas formas truncadas que tinham cerca de 90% de ocorrência nos dados do estudo anterior não estão entre os dez mais frequentes no Twitter. São elas *biju* e *batera*. *Biju* foi o 12º dado mais frequente no *Twitter*, e teve uma frequência média de 109,3 que é bastante próxima da frequência de *preju*, o 10º colocado da tabela. Já em *batera*, apesar de grande parte dos participantes escolherem *batera* como a forma truncada para *bateria*, este não parece ser um truncamento muito frequente na língua, pois, na busca do Twitter, foi encontrada uma média de 11,7 dados apenas.

A alta frequência de *fute/futi* e *juve/juvi*, formas truncadas para *futebol* e *juvenil*, respectivamente, confirmaram uma tendência já verificada nos resultados dos experimentos realizados em Heineck (2018). De acordo com os dados de truncamento levantados de outros estudos acerca do fenômeno, esperávamos truncamentos trissílabos e com acréscimo de *a* para as palavras *futebol* e *juvenil* – *futiba* e *juvena*. No entanto, a grande maioria dos participantes dos experimentos preferiu manter a vogal da base e formar truncamentos dissilábicos – *fute* e *juve*. Verificamos a frequência de ocorrência de *futiba* e *juvena* no *Twitter*. Encontramos uma média de apenas 12,7 dados de *futiba* e de 50 dados de *juvena*, frequências bem menores que as encontradas para *fute/futi* (1296) e *juve/juvi* (662,3).

Outro dado interessante que merece uma maior atenção é *tosta/tusta* (média de frequência de ocorrência de 51 tokens). Nos experimentos, os informantes sugeriram *tosta* e *tusta* como formas truncadas para a palavra *tostão*. No entanto, os dados destas formas truncadas encontrados no *Twitter* não parecem ter *tostão* como palavra-base, mas sim se referem a *tostado* ou *tostada* – termo usado para torrada/misto-quente ou para se referir ao calor/sol muito quente. Em alguns exemplos encontrados, *tosta* também parece ser usado para se referir a algo ou a uma pessoa “tosca” ou “idiota”. Para compreendermos melhor os significados atribuídos a *tosta* e *tusta*, fizemos a leitura das sentenças nas quais estes dados estão inseridos. Veja alguns exemplos a seguir.

- (1) “*Ainda aqui estou, após uma tosta de atum e doritos de chili :)*”
- (2) “*Porque é que eu acho que vou comer uma tosta mista à 1:18 da manhã ?*”
- (3) “*Que tosta. Ou fico camarão ou fico com o maior bronze da vida*”
- (4) “*Tava tão bem em casa sem apanhar sol nem claridade para vir para esta tosta fds que exagero*”
- (5) “*@figuei_ira @gabsoaresrr Medo de reprisar e perceber que a novela é muito tosta e estragar minha lembrança boa*”

Nos exemplos (1) e (2), *tosta* tem o sentido de *torrada* ou *misto-quente*, em (2), inclusive, *tosta* está acompanhado de *mista*, isso aparece com bastante frequência nos dados. Já nos exemplos (3) e (4), *tosta* tem o sentido de *calor* ou *sol muito forte/quente*. Por fim, no exemplo (5), *tosta* está caracterizando *novela* e parece ter o sentido de “ruim”, “de mal gosto” ou talvez “tosco”, “idiota”.

Retomando a questão norteadora desta etapa do estudo, verificamos que, de um modo geral, os dados mais frequentes no exercício 2 dos experimentos eram também frequentes no *Twitter*. Podemos supor, portanto, que os participantes do experimento optaram por essas formas truncadas talvez por já as conhecerem.

Dados do exercício 3

De modo a contribuir para a discussão acerca do status da vogal final do truncamento, decidimos verificar a frequência dos diminutivos de *foto* e *moto* nos dados do *Twitter*. *Foto* e *moto* são dados interessantes para essa discussão, pois são truncamentos femininos terminados em *o* que derivam de palavras terminadas em *a* – *fotografia* e *motocicleta*. O objetivo do exercício 3 do experimento, em que os participantes deveriam propor diminutivos para formas truncadas, era o de verificar se eles optariam por manter a vogal final do truncamento ou se resgatariam o gênero da palavra-base.

Nos resultados dos experimentos *on-line* e presencial houve uma preferência pelos diminutivos de *foto* e *moto* terminados em *o*: *fotinho* e *motinho*, como vemos na tabela 5. *Fotinho* foi o diminutivo proposto por 69,8% dos participantes do experimento *on-line* e 60,9% dos participantes do experimento presencial. *Motinho* teve uma ocorrência de 55,8% no experimento *on-line* e 43,5% no experimento presencial.

Tabela 5 – Dados de frequência dos diminutivos de *foto* e *moto* no *Twitter*

Truncamento	<i>Twitter</i>	Ocorrência da forma truncada	
	Frequência (média)	Experimento <i>on-line</i>	Experimento presencial
fotinho	406,0	69,8%	60,9%
fotinha	2306,0	23,3%	23,9%
motinho	10,0	55,8%	43,5%
motinha	144,0	30,2%	26,1%

Os resultados de frequência no *Twitter*, no entanto, não confirmaram a tendência observada nos dados dos experimentos. Os diminutivos terminados em *a* tiveram frequência maior do que os diminutivos terminados em *o*. Esses dados parecem apontar para o fato de que os falantes preferem concordar com o gênero das palavras *fotografia* e *motocicleta* ou ainda que a base destes truncamentos é transparente para os falantes.

Esses resultados de frequência confirmam a tendência mais geral observada nos resultados dos experimentos do estudo anterior. Na maior parte dos dados, observou-se a correspondência da vogal final dos diminutivos dos truncamentos com o gênero da palavra, independentemente da vogal final do truncamento.

Considerações finais

Os resultados da busca realizada no *Twitter* apontam que os truncamentos nos quais os falantes recuperavam com facilidade a base nos experimentos realizados em Heineck (2018) são também os mais frequentes entre os dados buscados no *Twitter*. Podemos supor, a partir disso, que os falantes conseguem recuperar a palavra-base mesmo de truncamentos frequentes na língua.

Na busca com os dados do exercício 2, verificamos que os dados mais frequentes dos resultados dos experimentos também são, de um modo geral, os mais frequentes na busca realizada no *Twitter*. Isso parece apontar para o fato de que a escolha dos participantes por essas formas truncadas nos experimentos não se deu de forma aleatória, mas sim por essas formas talvez já serem conhecidas pelos falantes.

Por fim, a frequência dos diminutivos de *foto* e *moto* no *Twitter* aponta para um resultado diferente ao encontrado para esses dados nos experimentos. A frequência de diminutivos terminados em *a* (*fotinha* e *motinha*), ou seja, que concordam com o gênero da palavra, foi maior do que dos diminutivos terminados em *o*. Esse resultado vai ao encontro do que foi observado nos dados dos experimentos do estudo anterior de um modo mais geral. Os participantes dos experimentos parecem, geralmente, basear a escolha do diminutivo terminado em *a* ou *o*, de acordo com o gênero da palavra, independente da vogal final da forma truncada.

Este estudo caracterizou-se como uma etapa inicial acerca da influência da frequência lexical no fenômeno do truncamento. De modo a poder confirmar os resultados aqui encontrados e formular novas hipóteses sobre o papel que a frequência exerce sobre esse fenômeno, pretende-se realizar uma busca com um maior número de dados de truncamento no *Twitter*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. Truncamento e reduplicação no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 61-90, jan./jun. 2002.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios)

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BELCHOR, A.P.V. Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Otimalidade. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BELCHOR, A.P.V. A Morfologia Prosódica Circunscritiva aplicada ao truncamento no português brasileiro. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed, 2004.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIDELHOLTZ, J. L. Word frequency and vowel reduction in English. In: REGIONAL MEETING CHICAGO LINGUISTICS SOCIETY, 7, 1975, Chicago. Papers from... Chicago: Chicago Linguistic Society. p. 200-213, 1975.

GONÇALVES, C. A. V. Processos morfológicos não-concatenativos: formato morfoprosódico e latitude funcional. *ALFA – Revista de Lingüística*, Araraquara, v. 48, n. 1, p. 9-27, jul./dez. 2004.

HEINECK. Aspectos morfofonológicos do truncamento no português brasileiro. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

HUBACK, A. P. A interferência da frequência em fenômenos linguísticos. *Revista Delta*, 29:1, p. 79-94, 2013.

LIMA, B. C. Realização fonética de acrônimos no português brasileiro: uma abordagem morfofonológica através da Teoria da Otimalidade. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MARTINI, L. D. *Morfologia Prosódica no Português Brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2010.

ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SANDMANN, A. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa)

SCHER, A. P. A study of truncated nominal forms in Brazilian Portuguese: their derivation and their relation to nonverbal form classes. In: Mary A. Kato; Francisco Ordóñez.(Org.). *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. 1ª ed. New York: Oxford University Press, 2016, p. 332-353.

SCHER, A. P. Formas truncadas em português brasileiro e espanhol peninsular: descrição preliminar. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.

SILVA, T. C. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VILELA, A. C.; GODOY, L. & SILVA, T. C. Truncamento no PB - para uma melhor compreensão do fenômeno. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 149-179, 2006.

VILLALVA, A. *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.



BEBÊS SÃO NÃO LEXICALISTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DE PALAVRA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM¹

BABIES ARE NON-LEXICALIST: NOTES ON THE STATUS OF WORD IN LANGUAGE ACQUISITION

Maurício Resende²

RESUMO

Este artigo analisa o estatuto da unidade “palavra” (morfológica) à luz de fenômenos relevantes para a aquisição da linguagem. Inscrevendo-se no debate lexicalismo (CHOMSKY, 1995) versus não lexicalismo (HALLE & MARANTZ, 1993) e também no debate morfologia baseada em palavras versus morfologia baseada em morfemas, este trabalho discute a relevância da palavra (ou do item lexical) como sendo unidade de armazenamento, desencadeamento ou produção, tomando como base a literatura em aquisição de morfologia do português brasileiro. Em suma, o presente estudo mostra que não há motivação empírica para manter a oposição léxico/sintaxe, ambos como componentes gerativos, tampouco a oposição palavra/sintagma do ponto de vista do estatuto teórico em termos de produção, desencadeamento ou armazenamento.

Palavras-chave: Palavra; Não lexicalismo; Morfologia baseada em morfemas; Aquisição da linguagem.

ABSTRACT

this paper analyses the status of (morphological) “word” in the light of phenomena relevant to language acquisition. Ascribing into the debate lexicalism (Chomsky, 1995) vs. non-lexicalism (Halle & Marantz, 1993) and also into lexeme-based approaches vs. morpheme-based approaches to Morphology, this work discusses the significance of word (or lexical item) as a unit of storage, bootstrapping and/or uttering, based on the morphology acquisition literature on Brazilian Portuguese. In short, this paper argues there is no empirical motivation to maintain the opposition lexicon/syntax, as both generative components, neither the word/phrase in the light of the theoretical status of uttering, bootstrapping and storage.

Keywords: Word. Non-lexicalism. Morpheme-based approach to Morphology. Language acquisition.

1 Gostaria de agradecer à Maria Cristina Figueiredo Silva e à Ana Paula Scher pela leitura do manuscrito deste texto e por todas as observações e comentários que ajudaram a levar este artigo à sua versão final. Um agradecimento especial também à Ruth Lopes, pelas muitas conversas sobre aquisição da linguagem e por suas sugestões quando este conjunto de ideias era apenas um projeto. Todos os erros são meus.

2 Universidade de São Paulo (USP): pós-doutorando em Linguística do Departamento de Linguística na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mauricio_resende@hotmail.com.

Introdução

Com o advento da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT), a Linguística ganhou um novo modo de conceber os fenômenos linguísticos e, por consequência, uma nova maneira de descrever, formular e explicar os problemas relacionados à linguagem. Essa inovação, que pode ser resumida em termos de uma modelagem biopsicologizante da linguagem, possibilitou – e, na verdade, se construiu em – uma interface direta com a aquisição da linguagem. Mais especificamente, se por um lado, o desenvolvimento linguístico da criança passou a fazer parte da agenda de fatos que as teorias linguísticas devem explicar (como, por exemplo, o PROBLEMA DE PLATÃO); por outro, as teorias linguísticas têm sido fortemente influenciadas e (re)modeladas pelos fenômenos observáveis na aquisição da linguagem pela criança.

Para citar um exemplo recente (e bastante claro) desse movimento teórico dentro da GGT, o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) propõe uma reavaliação teórica e metodológica de todas as ferramentas da GGT, com vistas a determinar, com maior rigor, quais os dispositivos teóricos estritamente necessários e (externamente³) motivados para descrever e explicar os “grandes fatos da linguagem” e, adicionalmente, de quais princípios é constituída a Gramática Universal (GU) que, equacionada em relação aos dados linguísticos primários (DLP), leva a criança à sua gramática-alvo.

Nesse cenário, no que concerne à busca pela adequação descritiva e explicativa, a interface direta com a aquisição da linguagem determina dois procedimentos de análise, quais sejam: (i) a apropriação das generalizações empíricas e da descrição dos dados de uma língua como ponto de partida para a caracterização do desenvolvimento linguístico da criança; (ii) a consideração dos dados de aquisição como ferramenta metodológica de análise das teorias linguísticas – na acepção de Yang & Roeper (2011). Dito de outra forma, em uma teoria formal como a GGT, há duas maneiras de estabelecer uma relação direta entre aquisição e teorização, e este artigo se detém na discussão e exploração da segunda alternativa. Em outras palavras, o procedimento em (i) teria como pergunta norteadora o que é inato e o que é adquirido, mas também quando é adquirido e como; ou seja, com base na descrição das propriedades da gramática-alvo (a gramática do adulto), quais são os estágios de aquisição e como eles se desenvolvem em termos de repertório gramatical e de desenvolvimento da competência linguística.

Por sua vez, o procedimento em (ii) tem como questão central como deve ser uma teoria linguística que reflete – e acomoda – o processo de aquisição e o desenvolvimento da linguagem pela criança; isto é, tomando como base o desenvolvimento linguístico infantil, quais ferramentas teóricas mais bem descrevem e explicam esse comportamento linguístico.

Como adiantado, o presente artigo se centra na segunda pergunta. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é propor, à luz de fenômenos da aquisição da linguagem, uma reflexão

3 Isto é, pelas condições de legibilidade nos sistemas de interface, a saber, Sensorio-Motor (S-M) e Conceitual-Intensional (C-I).

metateórica pautada em um debate acalorado na literatura em Morfologia, que versa sobre o estatuto da unidade “palavra” como primitivo de análise.⁴ Dentro da GGT, a tensão entre modelos de morfologia baseados em palavra e modelos de morfologia baseados em morfema tem se alinhado à tensão entre modelos lexicalistas da arquitetura da gramática versus modelos construcionistas – isto é, não lexicalistas –, ainda que essa relação não seja (teoricamente⁵) necessária.

Em linhas gerais, pode-se sintetizar a versão lexicalista dominante (*‘mainstream’*) da arquitetura da gramática, como aquela que assume a existência de um léxico com três propriedades fundamentais, quais sejam: (i) ser o local de armazenamento das unidades básicas com que a sintaxe opera; (ii) ser gerativo, ou seja, ser um componente que gera palavras, independentemente dos mecanismos que geram sentenças; (iii) ser o lugar que armazena as correspondências especiais (ou idiossincráticas) entre forma e significado. Assim, em última análise, a posição lexicalista, definida nesses termos⁶, dá à palavra um estatuto teórico privilegiado, uma vez que o léxico é o local de armazenamento das palavras, que têm propriedades especiais e que servem de base para a formação de outras palavras, que são os átomos da sintaxe.

Em uma versão não lexicalista da gramática como, por exemplo, na teoria da Morfologia Distribuída (MD) (HALLE & MARANTZ, 1993), as palavras não gozam de um estatuto teórico privilegiado e poderiam ser entendidas como uma espécie de epifenômeno. Nessa teoria, o léxico gerativo em (i) é substituído por um “léxico puro” (uma lista – a Lista 1), que armazena raízes e feixes de traços relevantes para a sintaxe, sem fonologia e sem significado extralinguístico. Opondo-se a (ii), a MD propõe que as palavras são construídas na sintaxe do mesmo modo que sintagmas e sentenças; por fim, diferentemente de (iii), na MD, as correspondências especiais são implementadas em termos de acesso a outras duas listas, o Vocabulário (a Lista 2) e a Enciclopédia (a Lista 3), que são pós-sintáticas.

À primeira vista, do ponto de vista teórico, dispondo da navalha de Ockham, a MD parece ser um modelo mais econômico, pois dispõe de um único componente gerativo – a sintaxe – e prescinde do léxico (daí, *não lexicalista*), ainda que obviamente uma série de informações deva ser listada. Seja como for, a questão é sempre empírica, e no que tange à aquisição, o estatuto de palavra deve ser avaliado em três condições, a saber, como unidade de (i) armazenamento; (ii) desencadeamento (*‘bootstrapping’*) e (iii) produção.

4 Em última instância, não se trata de uma tensão nova na literatura, no sentido de que há muito se reconhecem abordagens de morfologia baseadas em palavra em oposição a de outras abordagens baseadas em morfema. No primeiro grupo, entraria a abordagem clássica da Gramática Tradicional, em um modelo PALAVRA-E-PARADIGMA, e no segundo, o Estruturalismo, em um modelo ITEM-E-ARRANJO.

5 Ou seja, há modelos de morfologia baseados em palavra que não assumem um léxico gerativo – cf. Lieber (2016) – assim como há modelos de morfologia baseados em morfema que assumem a existência de um léxico gerativo – como, por exemplo, Halle (1973).

6 Cf. Scalise & Guevara (2005) para um percurso histórico-teórico detalhado e Embick (2015, cp. 1) para uma avaliação metateórica e metodológica da tensão lexicalismo versus não lexicalismo para a gramática.

Na condição (i), a pergunta é se a criança armazena palavras em seu léxico mental e, nesse sentido, a questão muito se assemelha àquela feita a respeito da gramática-alvo; na condição (ii), a pergunta é se a palavra morfológica (doravante, apenas “palavra”) é uma unidade relevante no conjunto das informações que desencadeiam o processo de aquisição; na condição (iii), a pergunta é se as palavras que a criança produz, sobretudo no início da aquisição, justificam um período holofrásico ou se o que normalmente se caracterizam como “itens lexicais” são, na verdade, o produto da aplicação de regras sintáticas básicas, tais como a concatenação (*‘merge’*).

A partir dessas considerações, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: em § 1, discute-se o problema empírico de “palavra” como unidade de armazenamento com base, sobretudo, na argumentação de Marantz (1997); em § 2, é discutida a relevância da palavra como unidade de desencadeamento e em § 3, discute-se o estatuto dos primeiros enunciados produzidos pela criança. Em síntese, este estudo defende que não há argumentos empíricos que deem suporte à tese de que a palavra é uma unidade privilegiada de aquisição da linguagem – ou de uma teoria morfológica.

Palavra como unidade de armazenamento

O domínio da Morfologia é sempre definido em função da estrutura interna da palavra, de suas diferentes formas (flexão) e de seus vários mecanismos de formação (derivação, composição, entre outros). Entretanto, a despeito da aparente delimitação desse campo, a unidade palavra – apesar de ser intuitiva – nunca recebeu uma definição preditiva e translinguística. Especificamente, o problema que subjaz a essa noção é o de que a palavra não parece ser a unidade básica de nenhum nível de análise, ainda que ela apareça como sinônimo de item lexical nos modelos de morfologia baseados em palavra e de sintaxe/semântica.

Sob a ótica de uma teoria como a GGT, essa discussão é importante, porque tem a ver não apenas com a caracterização de quais são os átomos da derivação sintática, mas também com quais unidades estão armazenadas no léxico mental. Naturalmente, essas duas questões estão intimamente relacionadas, mas elas não pressupõem imediatamente a mesma resposta.⁷ Sob a ótica da aquisição, por exemplo, em um primeiro momento, a criança armazena um certo tipo de unidade para, então (apenas mais tarde), começar a mobilizá-lo para produzir enunciados (isto é, sintaxe). Portanto, convém examinar, com mais atenção, a questão de como as unidades linguísticas estão armazenadas – na gramática do adulto e, por hipótese, na gramática da criança.

A argumentação empírica em favor da hipótese de que palavra não é nem o ponto de partida e nem o ponto de chegada de uma derivação começou a ser construída, mais notavelmente, a partir de Marantz (1997). Com base na discussão feita pelo autor, é possível examinar essa

⁷ O mesmo vale para palavras morfológicamente complexas, como *lavável*. Embora seja possível assumir que esse adjetivo seja o átomo de alguma derivação sintática – ocupando, por exemplo, o nó A na sintaxe –, a maioria dos morfólogos estaria convencida de que *lavável* não é um item armazenado, mas é derivado por alguma regra morfofonológica.

questão à luz do problema do armazenamento das unidades linguísticas e também tecer algumas considerações sobre a gramática do PB. No nível da Fonologia, por exemplo, existem elementos que são chamados de “palavra”, mas que não constituem aquilo que se considera uma palavra fonológica, da mesma sorte que há elementos não tratados como palavra que são palavras fonológicas, como já discutido por Câmara Jr. (1970) e mostrado em (1).

- (1) (a) [[‘prɛ]ω[is’kɔlə]ω]φ
(b) [[‘gwaɹdɐ]ω[‘ʃuvɐ]ω]φ
(c) [[u]C[me’ninɔ]ω]ω
(d) [[mi]C[‘lɛvɐ]ω]ω

Os dados em (1) ilustram a falta de isomorfia vista entre os dois níveis de análise. Em (1a) e (1b), há duas palavras fonológicas, *pré* e *escola*, por um lado, e *guarda* e *chuva*, por outro, que formam, em cada caso, uma frase fonológica, mas apenas uma palavra morfológica (isto é, um nome, nos dois casos – *pré-escola* e *guarda-chuva*, respectivamente); já em (1c) e (1d), há duas palavras morfológicas, *o menino* e *me leva*, mas somente uma palavra fonológica (da qual o grupo clítico acaba fazendo parte). O que esses exemplos mostram é que, dada ausência de isomorfismo entre palavra morfológica e palavra fonológica, não há razão empírica para sustentar que a palavra seja uma unidade especial da perspectiva sonora, visto que a construção dos domínios prosódicos parece, de fato, ser construída com base na sintaxe e não em uma categoria pré-estabelecida.

Além disso, no nível da Semântica, a palavra – ou o item lexical – também não parece corresponder a nenhuma unidade privilegiada de sentido. Como pode ser visto em (2), construções de vários tamanhos podem ter o mesmo significado que palavras, assim como unidades menores (isto é, morfemas) podem veicular o mesmo significado.

- (2) (a) [apoiar]V ~ dar apoio.
(b) [conversar]V ~ ter uma conversa.
(c) [engarrafar]V ~ pôr em uma garrafa.
(d) [suavizar]V – tornar ou deixar suave.
(e) [refazer]V ~ fazer de novo ou novamente.
(f) [não]Neg: infeliz ~ não feliz / desonesto ~ não honesto.
(g) [depois]Adv: pós-parto ~ depois do parto / pós-guerra ~ depois da guerra.

Naturalmente, ao relacionar essas construções, não se está afirmando que elas têm as mesmas propriedades semânticas; o ponto é mostrar que esses dados dão suporte à conclusão de

que não há um tamanho pré-determinado (por exemplo, o tamanho de um item lexical) que seja especial em relação a uma unidade de sentido, visto que tanto significados gramaticais quanto lexicais podem ser expressos por unidades de vários tamanhos.

Em adição a isso, na esteira de Marantz (1997), as palavras não constituem um domínio privilegiado para pareamentos idiossincráticos entre som e significado, ou seja, contrariamente à assunção (iii) apresentada na introdução, o item lexical não é um domínio estrutural privilegiado no que concerne à codificação de uma estrutura com “significado especial”. Como pode ser visto em (3), além de palavras, tanto morfemas quanto sintagmas e sentenças podem ter significados não composicionais, ou seja, que dependem de uma certa configuração sintática – e não, de uma categoria.

- (3) (a) $\sqrt{\text{mit}}$ (admitir, permitir, omitir, transmitir).
 (b) $\sqrt{\text{ceb}}$ (perceber, receber, conceber).
 (c) *camisinha* (\neq *camisa pequena*).
 (d) *acabamento* (\neq *ato ou evento de acabar*).
 (e) *dar arrepio* (\neq *entregar ou oferecer arrepio*).
 (f) *fazer uma limpa* (\neq *limpar*).
 (g) *a cobra vai fumar* (\neq *a cobra vai ser agente de um evento de fumar*).
 (h) *a vaca vai para o brejo* (\neq *a vaca vai a um certo lugar*).

Além das observações de Marantz (1997), existem outras evidências sintáticas que depõem contra o estatuto de palavra como primitivo de análise, a saber, compostos V-N, como os exemplos em (4). Tais casos mostram que o item lexical pode estabelecer certas relações estruturais (como seleção argumental) da mesma forma que constituintes na sintaxe.

- (4) (a) [*mata-mosca*]_N ~ *matar mosca*.
 (b) [*lava-pratos*]_N ~ *lavar pratos*.
 (c) [*porta-copos*]_N ~ *portar copos*.
 (d) [*abre-latas*]_N ~ *abrir latas*.

Em síntese, o que esses fenômenos mostram é que a hipótese de que a palavra é uma unidade especial em algum nível não é corroborada empiricamente. Naturalmente, uma análise mais profunda do debate lexicalismo versus não lexicalismo deve reavaliar também as assunções em (i) e (ii), mas isso foge ao escopo deste trabalho. O ponto de relevância é: se não há motivação empírica para supor que a gramática-alvo armazene palavras, não há por que supor que a gramática infantil o faça.

Guasti (2002), por exemplo, entende que, a partir da apreensão de unidades puramente fonológicas, a criança obtém representações pré-lexicais específicas à sua língua, as quais são unidades prosódicas de vários tamanhos. Para a autora, o processo de identificação e armazenamento dessas unidades “não acarreta que a forma vocabular seja identificada com um significado associado a ela; este apenas garante que o processo de armazenamento de formas vocabulares pode começar antes que significados sejam associados a elas” (Guasti, 2002, p. 73). Logo, essas unidades não são palavras.

Além disso, à medida que esse processo vai se sofisticando e mais unidades vão sendo identificadas e associadas a significados, é mais natural supor que a criança opte por armazenar unidades *mínimas* de som e significado, ou seja, os morfemas, dado que, como mostrado nesta seção, não há razão (empírica) para supor que as palavras sejam unidades de armazenamento nem dos pontos de vista fonológico e semântico nem sob a ótica de pareamentos idiossincráticos entre som e significado.

Palavra como unidade de desencadeamento

Em § 1, foi defendido que as palavras não são os objetos linguísticos armazenados no léxico do adulto e nem, por hipótese, no léxico da criança. A questão, então, recai sobre se a palavra atua como algum desencadeador – morfológico ou sintático – do processo de aquisição. Para tanto, convém examinar alguns estudos do PB investigando a compreensão da criança em tarefas experimentais com vistas a corroborar ou contestar a hipótese de que palavra seja uma unidade relevante, ainda que, proporcionalmente, os trabalhos em aquisição de morfologia sejam qualitativa e quantitativamente inferiores aos estudos sobre aquisição da linguagem em outros níveis da gramática, tais como sintaxe e fonologia – sobretudo (mas não somente) no que diz respeito ao PB.⁸

Seja como for, uma primeira observação interessante é que a maioria dos estudos se centra no que pode ser caracterizado como *aquisição de morfossintaxe* ou *aquisição de morfofonologia*. Mesmo nos casos de morfologia verbal, os pesquisadores parecem se apoiar na ideia de que não é possível caracterizar a aquisição de *morfologia* como um nível completamente independente. À primeira vista, isso pode ser entendido como uma diretriz metodológica; porém, o presente trabalho defende a hipótese de que esta é, na verdade, uma consequência metodológica contingente a uma expectativa teórica que tem a ver com palavra, isto é, se palavra não for uma unidade de aquisição, não há como determinar, de forma clara, a sua aquisição. Logo, nessa visão, a tarefa da criança é adquirir raízes, morfemas e sintaxe, e a palavra se apresenta como um subproduto do *output*, mas não como uma unidade de armazenamento, desencadeamento ou produção.

⁸ Cf. Clark (2007) para um panorama da subárea de aquisição de morfologia e Ferrari-Neto (2012) para uma discussão e panorama desse campo no PB.

A primeira evidência para essa conclusão vem de Teixeira & Corrêa (2008). Essas autoras, em um estudo que investiga as estratégias de delimitação de nomes e adjetivos por crianças de 18 a 22 meses adquirindo o PB, testam experimentalmente se os bebês nessa idade já são sensíveis à ordem canônica NP + adjetivo – o que daria pistas de que a ordem é relevante para a apreensão da categoria – e à presença de afixos derivacionais (-*oso* e -*ento*), que seriam identificadores dos adjetivos.

Os resultados desse estudo mostram que a criança leva em conta tanto a ordem dos constituintes quanto a presença do afixo derivacional para distinguir adjetivos de nomes. Teixeira & Corrêa (2008) observam que, na presença do sufixo, a informação morfofonológica é prevalecte para a apreensão da categoria adjetival, sobretudo nos casos em que a ordem é a não canônica (isto é, adjetivo + NP); quando o vocábulo não apresenta morfologia visível, a ordem foi tomada como preponderante pelas crianças. O que este estudo mostra, então, é que a criança é sensível primeiramente à morfologia e, na ausência de material morfofonológico, ela leva em conta a ordem dos constituintes.

Vale a pena notar que este estudo revela que há um desencadeamento morfológico relevante (ou seja, a criança se baseia na informação morfológica), mas não endossa que o item lexical seja uma unidade privilegiada. Como mostram as autoras, a criança usa informações sintáticas (a ordem) e morfológicas (o sufixo) para identificar a categoria, mas essa conclusão não constitui evidência de que a unidade palavra seja relevante.

Santos & Scarpa (2003), por exemplo, entendem que a aquisição da categoria no PB começa a se estabelecer pela aquisição da distinção de acento, pela oposição verbo não verbo – cf. também Santos (2017). Adicionalmente, Name (2008), em um estudo sobre aquisição dos adjetivos no PB, mostra que a ordem dos constituintes (nesse caso, entre nome e adjetivo) é, na verdade, identificada pela proeminência prosódica e também pela presença do determinante que, na ordem canônica do PB, está à esquerda do nome, ou seja, a criança novamente se apoia em uma unidade fonológica e na presença de um morfema (*o/a/os/as* etc.⁹), e a palavra – como sendo um item categorizado – seria, assim como no estudo de Teixeira & Corrêa (2008), o *resultado* da observação de diferentes informações desencadeadoras, e não uma unidade primitiva.

Outro trabalho que aponta para a mesma conclusão é Albuquerque, Bezerra & Ferrari-Neto (2012). Esses autores, em um estudo que examina a percepção das crianças da morfologia derivacional do PB, testam o reconhecimento do prefixo *des-* por bebês de 54 meses. Albuquerque, Bezerra & Ferrai-Neto se baseiam no fato, já observado na literatura, de que crianças começam

9 Sendo a corrente da fala um fluxo contínuo e os artigos definidos partículas monossilábicas átonas, da perspectiva da criança, estes não seriam diferentes dos prefixos átonos, sobretudo por sua posição estável e por sua transparência morfossemântica. Convém notar ainda que as crianças no início da escolarização tendem a grafar o artigo juntamente com o nome por considerá-los uma única palavra – que, de fato, o são do ponto de vista fonológico.

a produzir morfologia derivacional na mesma época em que começam a produzir morfologia flexional – cf. também Guasti (2002, cp. 3) e Clark (2007).

Assim, para determinar quais estratégias os bebês usam para a segmentação do *input*, os pesquisadores criaram três condições experimentais: (i) verbos não prefixados (*montar* e *aparecer*), (ii) verbos prefixados (*desarrumar* e *desamassar*) e (iii) verbos “ambíguos” (*desmanchar* e *descobrir*), ou seja, verbos que podem ser analisados tanto como sendo morfossemanticamente composicional (no caso, *desmanchar* = *des-* + *manchar* = *retirar a mancha*) quanto semanticamente “atômicos” (como *descobrir* = *fazer uma descoberta* ≠ *retirar a coberta*). Os resultados obtidos por esses autores revelam que as crianças são capazes de identificar, nas condições (i) e (ii), tanto a raiz quanto o prefixo, ou seja, quando a composição é transparente morfossemanticamente.

No entanto, para a condição (iii), os autores observaram que o reconhecimento de uma decomposição morfológica não foi estatisticamente significativo, no sentido de que a criança parece fazer o processamento da palavra como um todo e não de suas partes. De todo modo, como os próprios autores notam, “é possível sugerir que a criança tenha adotado a estratégia de decomposição morfológica mesmo nessa situação, a qual, não funcionando, foi preterida por uma estratégia que toma a palavra como um todo” (ALBUQUERQUE; BEZERRA; FERRARINETO, 2012, p. 134).

Este parece ser um movimento não apenas empírica e teoricamente plausível, mas também natural. É muito provável que as crianças se guiem por unidades mínimas de forma e de significado, unidades que não são palavras, mas morfemas. A respeito disso, Marantz (1996) argumenta convicentemente que algumas “palavras” – tais como *cão* – podem ser enganosas e levar à conclusão de que palavras são unidades mínimas e/ou atômicas quando, na verdade, elas são o produto de uma raiz em um certo contexto sintático.

Não deveria ser surpreendente que as crianças (bem como os falantes adultos e os linguistas), ao se depararem com uma unidade da qual não se pode imediatamente depreender ou isolar um significado, recorram ao seu contexto estrutural (maior), a fim de determiná-lo. Resende (2020a), em um estudo sobre a mudança semântica das raízes na passagem do latim para o português, mostra que estruturas complexas latinas (como prefixo + raiz) foram reinterpretadas pelo PB como sendo apenas uma única raiz, dada a impossibilidade de extrair e isolar o significado (mas também a forma) do material que, em latim, era um prefixo. Para o autor (p. 127), esse é o caso de palavras derivadas do verbo latino *dūcō*, que legou a raiz √*duz* em português, vista em *abduzir*, *deduzir*, *conduzir*, *induzir*, *introduzir*, *reduzir*, *produzir*, *traduzir* e *seduzir*. Segundo o autor, o fato de *traduzir* e *seduzir* não estarem sincronicamente associadas a outros verbos desse grupo se deve a uma perda do estatuto de *tra-* e *se-* como prefixos do português, em oposição a *in-*, *con*, *intro-* etc.

Em síntese, o que esses casos mostram é que, mesmo no domínio intravocabular, se uma unidade não é imediatamente identificada como composicional, o movimento natural é que se recorra a uma porção estrutural “maior” para a determinação do significado (mas não necessariamente do seu estatuto formal).

No domínio extravocabular, um caso semelhante pode ser visto em algumas expressões idiomáticas. É provável que a maioria dos falantes do PB não saiba o que *tranco* significa e/ou que esta é uma palavra do PB; no entanto, esses mesmos falantes não teriam muita dificuldade em reconhecer (ou interpretar) expressões como *pegar no tranco* ou *aos trancos e barrancos*. O mesmo raciocínio poderia se aplicar a *bruço*, que não parece ter um significado óbvio para a maioria dos falantes, exceto na expressão *dormir de bruço*, isto é, ao seu “contexto estrutural maior” – cf. Harley (2014) para uma análise relacionada sobre dados do inglês.

O que esses dados mostram é que o movimento de recorrer a uma unidade maior para depreender o significado de uma unidade menor não é especial da aquisição, já que ele pode ser observado também na diacronia e na sincronia. O que os resultados de Albuquerque, Bezerra & Ferrari-Neto (2012) mostram é que algumas crianças parecem obter uma leitura composicional morfossemanticamente da relação prefixo + raiz e outras, não. Porém, esse resultado poderia ser interpretado como uma tentativa de a criança focalizar uma unidade mínima (o morfema) e, na falta da depreensão de um significado, recorrer ao contexto maior. E mesmo em um cenário em que a criança armazena $\sqrt{\text{desmanch}}$ e $\sqrt{\text{descobr}}$ como raízes, mas não $\text{des-} + \sqrt{\text{mach}}$ e $\text{des-} + \sqrt{\text{cobr}}$, ainda assim, não haveria evidência de que a criança armazena palavras – apenas raízes complexas reanalisadas como atônicas, como nos exemplos de Resende (2020a).

Adicionalmente, outro trabalho que conclui que a palavra não é uma unidade de desencadeamento é Ferrari-Neto & Lima (2015). Esses autores, em um estudo que investiga a sensibilidade das crianças aos morfemas flexionais do PB, testam o fenômeno da sobreregularização, com crianças de 3, 4 e 5 anos, por meio de tarefas de compreensão. Como comentam Ferrari-Neto & Lima, é por volta dos 2 anos de idade que começam a surgir na fala infantil os primeiros vestígios de sobreregularização (como *eu *fazi* em vez de *eu fiz* etc.) que normalmente são caracterizados como “erros”, já que destoam das formas encontradas na gramática-alvo. Ainda assim, esse fenômeno tem sido usado pela literatura como evidência de que é nessa etapa que a criança mostra ser capaz de manipular regras morfológicas gerais da sua língua, como a flexão dos verbos regulares – mas cf. Takahira (2013) para uma análise alternativa.

Ferrari-Neto & Lima partem da hipótese de que, na idade de produção das formas sobreregularizadas, a criança já é capaz de reconhecer formas agramaticais na fala de outra pessoa. Portanto, dispondo de verbos regulares, irregulares, sobreregularizados e logatomas (= verbos inventados), Ferrari-Neto & Lima testam a sensibilidade infantil, nas três faixas etárias mencionadas, no que concerne ao julgamento de gramaticalidade sobre diferentes formas verbais.

Esses autores mostram que, aos 3 anos, a criança julga como gramaticais todas as formas verbais. Diferentemente, aos 4 anos, ela julga como gramaticais as formas regulares e irregulares, mas começa a julgar as formas sobrerregularizadas e os logatomas como agramaticais. Para os autores, isso revela que a criança, no seu quarto ano, já analisa não apenas a morfologia flexional (no sentido de que já percebeu que há uma morfologia especial para alguns verbos), mas também para as raízes – dado que atribui agramaticalidade a formas que não identifica no seu léxico mental. Aos 5 anos, a criança reforça os resultados obtidos na idade anterior, mas volta a considerar (assim como as crianças de 3 anos) logatomas como gramaticais.

Em suma, os resultados desses experimentos mostram que existe uma assimetria entre o que a criança produz e o que já consegue compreender na mesma idade no que concerne à morfologia flexional. Os autores concluem que “a criança possui habilidades perceptuais que a tornam capaz de segmentar e extrair do *input* informações relevantes sobre a gramática de sua língua, *em especial, no que se refere ao inventário de morfemas*” (FERRARI-NETO; LIMA, 2015, p. 119, grifo adicionado) e ainda que “a criança segmenta a palavra em suas unidades mínimas e *a armazena de forma decomposta* em seu léxico mental” (FERRARI-NETO; LIMA, 2015, p. 108, grifo adicionado).

À luz dessas considerações, o que esses trabalhos endossam, em última instância, é a relevância das unidades morfológicas para o desencadeamento da aquisição, ou seja, a presença de afixos é fator determinante para a identificação e depreensão das unidades linguísticas sendo adquiridas, e essas unidades não são palavras. Augusto & Corrêa (2005), por exemplo, mostram que crianças de 22 meses já são capazes de reconhecer diferentes marcas de gênero e distinguir formas não marcadas. Bagetti & Corrêa (2008), por seu turno, mostram experimentalmente que crianças com 9-12 meses adquirindo o PB já são sensíveis a alterações morfofonológicas dos padrões dos afixos verbais. Logo, as crianças parecem estar atentas, desde muito cedo, aos *morfemas* de sua língua.

Pondo de lado os casos de desencadeamento morfológico (e sintático), já é um fato bem estabelecido na literatura sobre aquisição que as crianças se apoiam em certas unidades sonoras para a depreensão das unidades do léxico, o que tem sido chamado de “desencadeamento fonológico da aquisição lexical” – Guasti (2002, p. 60). A respeito disso, Gout & Cristophe (2006) reúnem um certo conjunto de pistas fonológicas que parecem guiar a criança no processo de aquisição, ou seja, fenômenos “sonoros” que ensinam a depreensão das unidades a serem adquiridas são estes: contorno prosódico, fronteiras de unidades prosódicas, alofonia e fonotaxe.

Com base no problema apresentado em § 1, parece claro que a falta de isomorfia entre palavra morfológica e palavra fonológica não é apenas um problema teórico, mas também um problema metodológico de aquisição da linguagem, isto é, as propriedades relevantes para a depreensão lexical ou – mais especificamente – para a segmentação das unidades da aquisição são, a rigor, fonológicas – cf. Santos & Scarpa (2003) e Santos (2017). Isso quer dizer que a

“depreensão lexical” é, na verdade, uma abstração; a criança parece lançar mão de palavras *fonológicas* para depreender *morfemas* (e não palavras) – na esteira do que foi discutido sobre os estudos de Teixeira & Corrêa (2008) e Name (2008).

Seguindo esse raciocínio, novamente não há evidência de que a depreensão lexical esteja associada a um item lexical ou a alguma categoria morfológica – dado que as crianças parecem voltar sua atenção para unidades mínimas de forma e significado. Assim, nem as unidades de desencadeamento fonológico nem as de desencadeamento morfológico e sintático coincidem com o que se associa a uma palavra.

Além disso, se por um lado, a depreensão da *forma* não parece corresponder à palavra, por outro, convém investigar se a depreensão do *significado* é, de algum modo, estabelecida pelo item lexical – a palavra tomada pela sua faceta semântica. Essa questão já foi motivo de um acalorado debate na literatura e, pelo menos em parte, pode ser formulada em termos de se a depreensão do significado se estabelece por meio de um mapeamento palavra-mundo ou de um mapeamento sentença-mundo; em última instância, se o significado é adquirido através de um desencadeador semântico ou de um desencadeador sintático – cf. Höhle (2009) para um panorama e referências.

Convém frisar que a questão versa sobre se o significado se estabelece mediante a observação do mundo e sua relação “direta” com palavras ou mediante a depreensão do contexto sintático, que restringe (ou, até mesmo, otimiza) o espaço de hipóteses para a determinação do significado das unidades linguísticas. Esse debate pode ser atualizado, sob a ótica deste artigo, em termos de se o item lexical (isto é, a unidade palavra) tem ou não um estatuto privilegiado na depreensão do significado.

Gleitman (1990) foi um dos primeiros trabalhos (talvez, o mais representativo) de uma série de estudos que questiona – e se opõe a – o desencadeamento semântico. Não é objetivo desta seção (ou deste artigo) reproduzir esse debate, mas convém sintetizar as principais observações da autora de por que a criança não parece adquirir o significado das unidades linguísticas a partir (apenas) da observação do mundo, são eles (GLEITMAN, 1990, p. 23): (i) não é possível explicar por que crianças com condições de exposição radicalmente diferentes – crianças cegas versus crianças que enxergam – adquirem basicamente as mesmas relações, até mesmo, de expressões relacionadas à visão (como *ver*, *olhar* etc.); (ii) candidatos plausíveis para o encapsulamento de certos significados eventivos se mostram bastante inadequados para a identificação correta da relação palavra-mundo (por exemplo, quando alguém abre a porta, normalmente não diz *estou abrindo a porta*, mas talvez diga *olá, tem alguém em casa?*).

Além destes, a autora menciona: (iii) há um aumento do espaço de hipóteses sobre qual é, de fato, o significado relevante a ser associado a um dado evento e, logo, a ser adquirido: para onde a criança deve olhar para saber qual significado depreender; (iv) muitos verbos (tais como *perseguir* e *fugir*) são idênticos na descrição do evento, mas muito diferente na perspectiva

que adotam; (v) não é claro como se pode depreender do contexto o nível de especificidade de verbos descritivamente associados ao mesmo evento, como *olhar*, *ver*, *enxergar*; (vi) há verbos que denotam eventos e estados que não são diretamente observáveis, como *saber*, *pensar* etc.

Dados esses problemas, Gleitman propõe que o significado é depreendido através da observação do contexto sintático, ou seja, o item lexical não é um desencadeador da aquisição também no domínio do significado. Especificamente, a autora defende que “as capacidades sofisticadas de conceituação e percepção das crianças geram muitas possibilidades de interpretação, mas a sintaxe atua como um tipo de lente de aumento mental que fixa uma única interpretação”. Logo, a fonte para a aquisição do vocabulário verbal “é o mapeamento sentença-mundo e não o mapeamento palavra-mundo” (GLEITMAN, 1990, p. 23).

Adicionalmente, Gleitman elenca cinco méritos da hipótese do desencadeamento sintático, ou seja, da análise de que o significado é depreendido da sintaxe e não das palavras, quais sejam: (i) ela oferece uma solução clara para a aquisição do vocabulário “visual” das crianças cegas; (ii) ela aponta caminhos para quando a observação fracassa; (iii) ela fornece à criança uma forma de aprendizado que parte de um conjunto pequeno de dados; (iv) a base de dados à qual a criança tem acesso é categórica e não probabilística; (v) o conhecimento mobilizado para adquirir o vocabulário é parte do conhecimento usado pelo falante adulto que alcançou a gramática-alvo. Portanto, com base nessas considerações, é possível defender que não há motivação empírica – ou teórica – para supor que a palavra seja uma unidade de desencadeamento, também do ponto de vista do significado.

Palavra como unidade primitiva de um enunciado

Em § 1, defendeu-se que a palavra não é uma unidade de armazenamento nem na gramática do adulto nem da criança; em § 2, foi defendido que a palavra igualmente não constitui uma unidade de desencadeamento, nem do ponto de vista do significado nem da forma. Por seu turno, esta seção discute se há evidências de que a criança *produz* palavras. Naturalmente, esta pode parecer uma pergunta bastante trivial à primeira vista, no sentido de que é pouco controverso que crianças – assim como adultos – profiram palavras. Porém, o ponto de debate não é o de se palavras “existem” (sobretudo, porque qualquer falante nativo sabe identificar uma palavra de sua língua), mas sim o de se as palavras são uma unidade primitiva (e, logo, especial) no que diz respeito, por exemplo, ao início da produção dos enunciados que, sob o prisma da aquisição, seria como um divisor de águas entre o período em que a criança produz palavras isoladas e o período em que começa a juntar as palavras e a produzir sintaxe.

À luz da MD, essa “divisão de águas” não existe. Nos termos de Halle & Marantz (1994), há estrutura sintática hierárquica por toda derivação (*‘all the way down’*) e, sob esse ponto de vista, a aquisição da linguagem (da perspectiva da estrutura) seria apenas um processo em que, ao longo do tempo, a criança produziria (= proferiria) um número maior de “galhos” sintáticos.

As visões que endossam a separação entre “produzir palavra” e “produzir sintaxe” parecem entender que a aquisição da linguagem funciona do seguinte modo: no início, a criança profere itens que estão armazenados em seu léxico e, apenas posteriormente, adquire sintaxe e começa a juntar esses itens; ao final, então, a criança começaria a analisar a estrutura interna dos itens lexicais e a criar palavras novas.

Do modo como explicitado, esse percurso do desenvolvimento linguístico parece um tanto complexo, e o objetivo desta seção é mostrar – à luz das evidências empíricas disponíveis e de uma outra perspectiva teórica, a da MD – que esse percurso pode ser caracterizado de uma forma bem mais simples e natural. O raciocínio defendido neste artigo é o de que as crianças produzem sintaxe desde o início do processo de aquisição e que a tarefa do bebê é a de concatenar as unidades armazenadas em seu léxico mental e concatená-las em estruturas cada vez maiores. Essas unidades são raízes (depreendidas a partir do *input*) e traços formais abstratos – um subconjunto da GU (CHOMSKY, 1995; MARANTZ, 1996) – e, nessa perspectiva, adquirir morfologia é adquirir o pareamento dos feixes de traços morfossintáticos e semânticos da sintaxe à sua forma fonológica (os itens de Vocabulário – Halle & Marantz (1993, 1994)).

Nessa visão, não existem “formas não analisáveis” pela criança, já que ela mostra desde muito cedo, como apontado em § 2, que reconhece os morfemas de sua língua e, portanto, a relação entre certos itens de Vocabulário – o expoente fonológico – que ela percebe e os traços da GU dos quais ela já dispõe. Nessa perspectiva, as inadequações no uso das formas verbais relatadas por Santos & Scarpa (2003) são inadequações do pareamento entre os traços formais e sua correspondência fonológica, e essas tentativas não constituem evidência de que a criança não é capaz de analisar a estrutura interna das palavras que ela produz.

Nesse sentido, a existência de “formas não analisáveis” só poderia significar que a criança não identificou uma dada raiz em seu léxico (visto em formas alomórficas: por exemplo, *faz*, *fez* e *fiz*) ou que não associou alguma porção de material fonológico a um traço formal, mas essa conclusão só poderia ser resultado de uma análise empreendida pela criança – na linha do que concluem Ferrari-Neto & Lima (2015), mas cf. também Lignos & Yang (2016) e Yang (2016, cp. 3).

Assim, a presente análise se alinha à hipótese da estrutura plena (cf. KATO, 1995), segundo a qual, a criança já nasce dotada com todos os traços gramaticais possíveis de sua língua e, então, o desenvolvimento linguístico infantil, segundo Kato, se dá em função da aquisição do vocabulário funcional, isto é, do pareamento entre os morfemas que ela depreende e os traços de sua gramática interna – cf. também Corrêa (2009). No que tange às raízes, elas não fazem parte da GU, mas são adquiridas pela criança por meio de mecanismos de desencadeamento, como os propostos por Gleitman (1990) e também por Albuquerque, Bezerra & Ferrai-Neto (2012) e Ferrari-Neto & Lima (2015).

A esse respeito, em uma análise do fenômeno da aquisição da linguagem sob uma lente minimalista, Yang & Roeper (2011) – cf. também Corrêa (2009) – entendem que um dos méritos

da abstração minimalista é o de que ela diminui o problema infantil dos DLPs, fornecendo à criança ferramentas representacionais que permitem, no primeiro estágio de aquisição, representar as formas linguísticas, cujo sistema completo de traços ainda não foi identificado.

Na esteira de Chomsky (1995), se a concatenação (a operação básica que junta dois objetos) estiver disponível na GU, a aquisição da linguagem é um processo em que a criança vai concatenando as unidades que tem à sua disposição, as unidades mínimas de som e significado já apreendidas do *input*. Assim, por volta de 1 ano, as primeiras unidades que a criança é capaz de juntar são raízes e algum morfema funcional (isto é, as unidades básicas do seu léxico) como, por exemplo, um *no* (com fonologia visível ou não). À medida que o desenvolvimento linguístico progride, a criança vai apreendendo novas unidades fonológicas e tentando associá-las a algum traço ou a algum conjunto de traços presentes em sua gramática.

Nesse sentido, a criança adquire morfologia flexional quando é capaz de adicionar mais categorias funcionais aos seus enunciados tais como, por exemplo, T (e Asp) no domínio verbal, para além de $\sqrt{\text{raiz}}$ e *vo*. Seguindo Marantz (2001), é o (sub)conjunto de traços possíveis de ocorrer em T que cria o espaço paradigmático para as diferentes realizações flexionais da língua e, assim, cabe à criança apreender quais itens de Vocabulário (isto é, quais expoentes fonológicos) realizarão esse (sub)conjunto, por meio do princípio do subconjunto (HALLE & MARANTZ, 1993). Yang (2016, cp. 4) mostra, em detalhe, a realidade psicolinguística desse princípio na aquisição e, assim, dá suporte à análise à *la MD* de que os “paradigmas” são criados pela competição entre os itens, contrariamente ao que supõe a morfologia tradicional, que os vê como um *templato* fornecido pela gramática, que a criança deve aprender a “preencher”.

Dadas essas considerações, a palavra não é uma unidade primitiva de produção, mas é um produto do *output* da gramática (MARANTZ, 1996). Essa hipótese tem como consequência a análise de que não há um salto *qualitativo* entre o período em que o bebê começa a produzir palavras (por volta dos 12 meses¹⁰) e o período em que começa a produzir sentenças (em torno dos 24 meses¹¹), já que todas as produções infantis (assim como as do adulto) envolvem a concatenação de objetos linguísticos. À medida que a linguagem se desenvolve na criança, passa a ser possível concatenar mais estruturas, contingenciando um maior domínio dos pareamentos entre os traços formais e os expoentes fonológicos.

Na esteira da tradição gramatical, modelos lexicalistas têm majoritariamente se apoiado na ideia de que existe uma distinção entre flexão e derivação – aquela feita na sintaxe; esta, no léxico. No entanto, à luz dos dados de aquisição, essa distinção não é corroborada. Além de complexificar o percurso do desenvolvimento da gramática infantil, ela faz previsões falsas. Se tal distinção fosse operável na aquisição, seria esperado ou que os bebês comessem a produzir morfologia flexional somente quando já fossem capazes de produzir sentenças e/ou

10 Guasti (2002), Clark (2007), Costa & Santos (2003), Grolla & Figueiredo Silva (2014).

11 Guasti (2002), Costa & Santos (2003), Grolla & Figueiredo Silva (2014).

que a produção de derivação e de flexão correspondessem a estágios diferentes de aquisição (assumindo que elas dispõem de recursos ou módulos diferentes da gramática para operar).

Todavia, Clark (2007), em um panorama sobre o estado da arte dos estudos em aquisição de morfologia, afirma que “as crianças começam a mobilizar os processos de formação de palavras por volta do mesmo período de suas primeiras flexões” (CLARK, 2007, p. 374). Para um modelo teórico como a MD, esta é exatamente a previsão feita já que, como observa Marantz (2001), nem a flexão nem a derivação são monomorfêmicas e, nesse sentido, nenhuma delas é especial em relação à outra no que concerne à produção, que envolve a concatenação de uma raiz a algum morfema funcional.

A respeito disso, Santos & Scarpa (2003) mostram, com base em *corpora* de duas crianças adquirindo o PB, que as primeiras formas flexionadas aparecem a partir dos 17 meses; são formas como [‘kɔ.ka] (*coloca*, 1:6), [‘mɜ.ʃi] (*mexe*, 1:7), [‘pɜ.tʃi] (*aperta*, 1:7) (p. 251). Por sua vez, Vigário & Garcia (2012, p. 611), também em uma análise de *corpus*, mostram que os primeiros morfemas derivacionais na fala infantil aparecem a partir dos 21 meses.

Assim, o que a comparação entre esses dois estudos sugere é que, de fato, crianças adquirindo o português parecem mobilizar morfemas flexionais e derivacionais mais ou menos na mesma idade ou, pelo menos, no mesmo período de aquisição. De todo modo, como já mencionado, ainda se sabe pouco sobre a aquisição de morfologia do PB para extrair conclusões mais categóricas. Seja como for, as observações desses trabalhos assim como de outras línguas (CLARK, 2007) permitem, ao menos, levantar suspeitas sobre o estatuto especial da morfologia derivacional em relação à flexional.

Essas suspeitas residem no fato de que os pesquisadores normalmente consideram como formas flexionadas aquelas que exibem morfemas flexionais e formas derivadas aquelas que contêm afixos derivacionais *fonologicamente visíveis*. Entretanto, apesar de esta parecer ser uma análise trivialmente lógica, ela parte do pressuposto de que palavras sem morfologia derivacional fonologicamente visível não são “derivadas”, isto é, tacitamente se desconsidera – nos estudos sobre aquisição do PB – que palavras como *gato* ou *casa* possam ser formadas por um sufixo zero (além de conterem raiz e vogal temática) da mesma maneira que se tratam formas verbais de 3ª pessoa do singular (na aquisição) como formas que têm morfologia flexional zero.

Novamente, este parece ser um procedimento metodológico que parte do princípio de que palavras “morfologicamente básicas” não são complexas, mas primitivas e, logo, não podem ser contabilizadas como uma forma gerada pela gramática infantil. É muito pouco controversa a análise de que, assim que os verbos surgem na fala infantil, eles já estejam flexionados. Não há como produzir verbos sem flexão no PB¹² – talvez apenas com flexão zero. Ainda assim,

12 Nesse caso, algo deve ser dito também acerca dos INFINITIVOS RAIZ, que são formas verbais infinitivas, que ocorrem esporadicamente na fala infantil, quando se esperariam formas flexionadas – cf. Kato (1995) e Santos & Lopes (2017) para discussão e referências e Resende (2020b, cp. 5) para um panorama e análise do PB.

o número de formas derivacionais geradas por afixação zero é muito superior ao de formas verbais com flexão zero¹³, e são estas as primeiras formas a aparecer na fala infantil.

Em síntese, ainda que sejam necessários mais dados de produção espontânea infantil para melhor avaliar a hipótese defendida nesta seção ou mesmo reanalisar as consequências de uma modelagem lexicalista da aquisição, é possível concluir que as palavras – itens lexicais – não caracterizam um estágio inicial da produção infantil que pode ser definido como “ausência de sintaxe”. Se concatenação é uma operação da GU, a criança produz sintaxe desde os seus primeiros enunciados.

Em adição a isso, as inadequações das crianças não constituem evidência de que há formas morfológicas não analisadas, mas sim, de que o pareamento entre o subconjunto de traços disponibilizado pela GU e o expoente fonológico apropriado ainda não foi plenamente adquirido – cf. Takahira (2013) para uma reanálise da sobreregularização à luz da MD. Por fim, esta seção sugere que não há diferença qualitativa entre flexão e derivação, muito embora se tenha procurado iluminar um problema metodológico que tem a ver com a discrepância entre flexão zero em oposição à derivação zero.

Considerações finais

Este trabalho, com vistas a uma reflexão metateórica à luz da tensão lexicalismo versus não lexicalismo, discutiu o estatuto de palavra na aquisição da linguagem, com base em estudos sobre o PB. Ainda que algumas das afirmações feitas mereçam ser reanalisadas à luz de mais evidências oriundas da aquisição, foi possível mostrar que a palavra não é uma unidade privilegiada nem do ponto de vista do armazenamento, nem do desencadeamento, nem da produção. A respeito da produção, muito embora crianças profiram palavras, estas não são unidades primitivas do enunciado ou que caracterizam o período holofráscico/telegráfico como “ausência de sintaxe”.

Portanto, de uma perspectiva minimalista, a Morfologia Distribuída oferece um conjunto de ferramentas e assunções, e subsidia uma modelagem teórica da aquisição, muito mais natural, elegante e com valor preditivo. O objetivo deste artigo foi alimentar o debate sobre o estatuto de palavra e – consequentemente de uma certa configuração da arquitetura da gramática – à luz de problemas relacionados à aquisição da linguagem, deixando questões em aberto para serem retomadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, H.; BEZERRA, G.; FERRARI-NETO, J. Percepção infantil da morfologia derivacional: um estudo experimental sobre segmentação de morfemas em português brasileiro. *Signo y Señal*. Buenos Aires. n. 22, p. 119-138, 2012.

13 Santos & Scarpa (2003) consideram a 3ª pessoa do singular como “ausência de flexão”, dada a falta de materialização fonética dos afixos verbais. Vale lembrar que a afirmação de que não há flexão é diferente da afirmação de que a flexão é (fonologicamente) nula/zero.

AUGUSTO, M.; CORRÊA, L. S. Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade: processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade. *Linguística*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 207-234, 2005.

BAGETTI, T.; CORRÊA, L. S. The early recognition of verb affixes: evidence from Portuguese. In: Annual Boston University Conference on language development, 35, 2011, Boston. *Proceedings...* Boston, ABUCLD, 2011, p.450-462.

CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1970].

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT, 1995.

CLARK, E. Morphology in language acquisition. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. (Ed.). *The handbook of morphology*. Cambridge: Blackwell, 2007, p. 374-379.

CORRÊA, L. S. Bootstrapping in language acquisition from a minimalist standpoint. In: PIRES, A.; ROTHMAN, J. (Ed.). *Minimalist inquiries into child and adult language acquisition*. Mouton de Gruyter: Berlin, 2009. p. 35-62.

COSTA, J.; SANTOS, A. L. *A falar como os bebés*. Lisboa: Caminho, 2003.

EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.

FERRARI-NETO, J. Passos em direção a uma teoria de aquisição de morfologia. In: CRUZ, R. T. (Org.). *As interfaces da gramática*. Curitiba: CRV, 2012. p. 215-238.

FERRARI-NETO, J.; LIMA, M. A. F. Aquisição da morfologia flexional verbal em português: brasileiro: um estudo com dados de compreensão. *Protolíngua*. v. 10, n. 1, p. 106-120, 2015.

GLEITMAN, L. The structural sources of verbal meaning. *Language acquisition*. v. 1, n.1, p. 3-55, 1990.

GOUT, A.; CRISTOPHE, A. O papel do bootstrapping prosódico na aquisição da sintaxe e do léxico. In: CORRÊA, L. S. (Org.). *Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento linguístico*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 103-128.

GROLLA, E.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. *Para conhecer aquisição da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2014.

GUASTI, M. T. *Language acquisition: the growth of grammar*. Cambridge: MIT, 2002.

HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.

HALLE, M; MARANTZ, A. *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].

HALLE, M; MARANTZ, A. Algumas características centrais da Morfologia Distribuída. *Revista do GELNE*. Natal, v. 22, n.2, p. 418-429, 2020 [1994].

HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical linguistics*. Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HÖHLE, B. Bootstrapping mechanisms in first language acquisition. *Linguistics*. Berlim. v. 47, n. 2, p. 359-382, 2009.

KATO, M. Raízes não finitas na criança e a construção do sujeito. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 29, p. 119-136, 1995.

LIEBER, R. *English nouns: the ecology of nominalizations*. Cambridge: Cambridge, 2016.

LIGNOS, C.; YANG, C. Morphology and language acquisition. In: HIPPISELY, A.; STUMP, G. (Ed.). *The Cambridge handbook of Morphology*. Cambridge: Cambridge, 2016. p. 765-791.

MARANTZ, A. 'Cat' as a phrasal idiom: consequences of late insertion in Distributed Morphology, 1996. Não publicado.

MARANTZ, A. Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. *ReVEL*. Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 8-33, 2015 [1997].

MARANTZ, A. *Words*, 2001. Não publicado.

NAME, M. C. Pistas prosódicas, sintáticas e semânticas facilitadoras da identificação dos elementos das categorias N e Adj. *Veredas*. Juiz de Fora, v. 2, p. 125-138.

RESENDE, M. Mudança semântica diacrônica no domínio intravocabular: o caso das raízes 'cranberry' do português. In: ILARI, R.; BASSO, R. (Org.). *História semântica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 120-145.

RESENDE, M. *A Morfologia Distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfossintaxe, morfossemântica*. 2020. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, A. L.; LOPES, R. E. V. Primeiros passos na aquisição de sintaxe: direcionalidade, movimento do verbo e flexão. In: FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. (Ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science, 2017. p. 155-176.

SANTOS, R. S. Aquisição em língua materna e não materna: acento e palavra prosódica. In: FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. (Ed.). *Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science, 2017. p. 95-117.

SANTOS, R. S.; SCARPA, E. M. A aquisição da morfologia verbal e sua relação com o acento primário. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 38, n. 4, p. 249-260, 2003.

SCALISE, S.; GUEVARA, E. The lexicalist approach to word formation and the notion of the lexicon. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Ed.). *Handbook of word formation*. Dordrecht: Springer, 2005. p. 147-187.

TAKAHIRA, A. G. R. O processo de aquisição de verbos irregulares no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 430-441, 2013.

TEIXEIRA, L.; CORRÊA, L. S. Pistas morfológicas e sintáticas na delimitação de adjetivos em relações predicativas e de adjunção na aquisição do PB. *Revista da ABRALIN*. v. 7, n. 2, p. 43-63, 2008.

VIGÁRIO, M.; GARCIA, P. Palavras complexas na aquisição da morfologia do português: estudo de caso. In: Encontro nacional da associação portuguesa de Linguística, 27, 2012, Lisboa. *Textos selecionados...* Lisboa, APL, 2012. p. 604-624.

YANG, C. *The price of linguistic productivity: how children learn to break into the the rules of language*. Cambridge: MIT, 2016.

YANG, C.; ROEPER, T. Minimalism and language acquisition. In: BOECKX, Cedric (Ed.). *The Oxford handbook of linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford, 2011.



O COMPORTAMENTO CATEGORIAL AMBÍGUO DOS GERÚNDIOS: GERÚNDIOS VERBAIS E NOMINAIS¹

THE AMBIGUOUS CATEGORICAL BEHAVIOR OF GERUNDS: VERBAL AND NOMINAL GERUNDS

Paulo Ângelo de Araújo-Adriano²

RESUMO

Tradicionalmente, os gerúndios são tratados como uma forma nominal do verbo porque apresentariam um comportamento “pouco verbal” (cf. FIGUEIREDO SILVA; MEDEIROS, 2016), como a ausência de tempo, o que os aproximaria de uma classe nominal. Diante disso, esse artigo explora a classe dos gerúndios, mostrando que ela não é homogênea, na medida em que apresenta propriedades distintas – apresentamos evidências para um comportamento categorial misto: os gerúndios verbais, que nada têm de “nominal”, e os gerúndios nominais. Para tanto, exploramos propriedades prototípicas de nomes e verbos além de outras evidências independentes que colocam em relevo o comportamento heterogêneo dos gerúndios.

Palavras-chave: Formas nominais do verbo; Gerúndio nominal; Gerúndio verbal.

ABSTRACT

Traditionally, gerunds are treated as a nominal form of verbs since they would feature a “non-verbal” behavior (FIGUEIREDO SILVA; MEDEIROS, 2016), such as the absence of tense, which would bring them closer to a nominal class. Considering that, this paper explores the gerunds class, showing pieces of evidences that such class is not homogeneous at all, as far as they show different properties – we feature evidences for a mixed categorical behavior: verbal gerunds, that is nothing “nominal”, and nominal gerunds. Therefore, we explore prototypical properties of nouns and verbs in addition to some independent evidences that highlight the gerunds heterogeneous behavior.

Keywords: Nominal forms of verb, Nominal gerund, Verbal gerund.

1 Agradeço a leitura, os comentários e as sugestões feitas por Mauricio Resende, em versão anterior deste texto. Também aprecio as contribuições feitas no V Congresso Brasileiro de Morfologia, organizado pela Universidade Federal do Paraná, em novembro de 2020, onde os resultados deste artigo foram apresentados. Agradeço, finalmente, as sugestões dos pareceristas anônimos. Os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade. Processo FAPESP (2019/17443-9).

2 Doutorando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (Departamento de Linguística/ Unicamp – Universidade Estadual de Campinas), pauloangeloaa@gmail.com.

Introdução

Os infinitivos, participios e os gerúndios, tradicionalmente, são considerados como formas nominais do verbo, pois se comportam como nomes, adjetivos e advérbios. A principal motivação para incluí-los em uma classe nominal é o fato de eles não apresentarem flexão de tempo, característica prototípica de verbos. Os gerúndios, por exemplo, incluídos nas formas nominais do verbo, são assim chamados por não exprimirem tempo *per se* – sempre são dependentes do contexto (MOUTELLA, 1995; CUNHA; CINTRA, 2008). Porém, muito embora os gerúndios possam figurar em diferentes contextos, como já apontado por alguns autores (cf. MOIA; VIOTTI, 2004), eles acabam sendo inseridos em uma única classe – a das formas nominais.

Este texto não faz um tratamento formal sobre os gerúndios, ao contrário, pretende-se mostrar que há um problema em relação à descrição empírica dessa classe que termina em -ndo. Nessa direção, o exemplo a seguir mostra que, à primeira vista, os gerúndios no PB parecem se comportar de forma semelhante, dada sua similar constituição fonológica.

- (1) (a) Eu sempre estou *comprando* meia e mesmo assim, quando vou ver no armário, não há nenhuma.
- (b) Está difícil trabalhar com este vizinho *reformando* o apartamento.
- (c) *Chegando* a CNH, a gente começa a pensar em comprar um carro.
- (d) A polícia invadiu a casa *chutando* a porta.
- (e) A mãe tinha deixado o filho *comendo* o bolo.
- (f) Eu ando *assistindo* muita coisa inútil ultimamente.
- (g) Olha a chuva *caindo*!
- (h) Criança *fazendo* criancice.
- (i) *Circulando*, pessoal!
- (j) Não é muito bom tomar banho na água *fervendo*!
- (k) *Doutorando/graduando/mestrando* tem desconto na livraria.

Ao tratar os gerúndios como uma *forma nominal do verbo*, parece que a eles se atribuem propriedades nominais, porém o problema em considerar esses itens como uma classe homogênea é que a sua constituição interna, a depender do ambiente sintático, é distinta. Diante de um teste distribucional³, por exemplo, é possível observar que os gerúndios acima não fazem parte de

3 Em um teste distribucional, palavras que desempenham a mesma função ocupam a mesma posição e são pertencentes à mesma categoria. Em (i), a seguir, *Maria* é um nome, já que se comporta como tal: ocupa a posição de sujeito e aparece como objeto de um verbo, por exemplo. Diferentemente, *fazer* não é um nome já que não se comporta como tal:

- (i) a. [Maria] beijou o garoto.
b. O garoto beijou Maria.
- (ii) a. *Fazer beijou o garoto.
b. *O garoto beijou fazer

uma classe nominal, isto é, não se comportam (todos) distributivamente como um nome. O contraste abaixo mostra que os gerúndios em (1k) podem ser substituídos por um pronome, conforme vemos em (2k), item que substitui todo o sintagma nominal, ou mesmo um nome, diferentemente dos gerúndios em (1a-j), como se vê em (2a-j).

- (2) (a) *Eu sempre estou *elalele* meia e mesmo assim, quando vou ver no armário, não há nenhuma.
- (b) *Está difícil trabalhar com este vizinho *elalele* o apartamento.
- (c) **Elalele* a CNH, a gente começa a pensar em comprar um carro.
- (d) *A polícia invadiu a casa *elalele* a porta.
- (e) *A mãe tinha deixado o filho *elalele* o bolo.
- (f) *Eu ando *elalele* muita coisa inútil ultimamente.
- (g) *Olha a chuva *elalele!*
- (h) *Criança *elalele* criancice.
- (i) **Elalele*, pessoal!
- (j) *Não é muito bom tomar banho na água *elelele!*
- (k) *Elelelelaluno* tem desconto na livraria.

A boa formação de (2k) em relação a (2a-j) coloca em xeque o tratamento homogêneo dado aos gerúndios como uma das formas nominais do verbo, já que distributivamente, em um primeiro momento, somente *doutorando*, *graduando* e *mestrando* se comportariam como nomes, diferentemente dos outros itens terminados em -ndo. Diante disso, este artigo se interessa por discutir o caráter nominal da *forma nominal gerúndio*. Muito embora as propriedades dos gerúndios em (1) não tenham sido capturadas por inteiro, no sentido de explorar propriedades que distinguem um ao outro, ao fim deste artigo será possível perceber que os casos apresentados em (1a-j) são casos de gerúndios verbais, não apresentando nada de *nominal*, enquanto o exemplo em (1k) seria um caso de gerúndio nominal mesmo, compartilhando propriedades prototípicas de nomes.

Em suma, o presente artigo advoga em favor de um tratamento não homogêneo para a classe dos gerúndios, isto é, o que conhecemos descritivamente como uma classe homogênea (dada a terminação em -ndo dos gerúndios) na verdade é uma classe heterogênea. O texto está assim dividido⁴: na seção 1 mostramos as principais propriedades dos gerúndios, contrastando oportunamente com propriedades prototípicas de nomes e verbos. Na seção 2 organizamos essas propriedades, defendendo um tratamento heterogêneo aos gerúndios. Finalmente na seção 3, tecemos algumas considerações finais.

4 A maioria dos dados apresentados no texto é de introspecção do autor. Para diferenciá-los de outras fontes, os dados obtidos por meio de introspecção serão apresentados sem aspas e os extraídos de outras amostras serão apresentados entre aspas e seguidos de sua fonte.

A classe dos gerúndios

Propriedades semelhantes

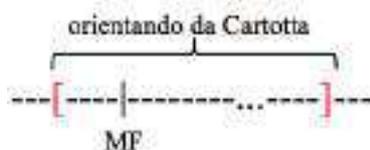
Para além da identidade fonológica por terminarem em -ndo, o que os engloba na classe dos GERÚNDIOS, OS GERÚNDIOS em (1) parecem disparar uma leitura aspectual, como é assumido na literatura sobre gerúndios (cf. Pontes, 1972; Almeida, 1983; Moutella, 1995; Lopes, 2004; Wachowicz, 2003, Lunguinho, 2006). Enquanto essas formas terminadas em -ndo carecem de tempo *per se*, a leitura aspectual veiculada, *grosso modo*, está associada ao imperfectivo, que captura as noções de processo em desenvolvimento, inconcluso, durativo (dentre outras variações terminológicas encontradas na literatura).

Nos exemplos a seguir, é possível verificar que o valor imperfectivo está presente na maioria dos gerúndios, uma vez que todos⁵ delimitam um evento em desenvolvimento ou que perdura ao longo do tempo.

- (3) a) Eu sempre estou *comprando* meia e mesmo assim, quando vou ver no armário, não há nenhuma.
 (b) Está difícil trabalhar com este vizinho *reformando* o apartamento.
 (c) A polícia invadiu a casa *chutando* a porta.
 (d) A mãe tinha deixado o filho *comendo* o bolo.
 (e) Eu ando *assistindo* muita coisa inútil ultimamente.
 (f) Olha a chuva *caindo*!
 (g) Criança *fazendo* criancice.
 (h) Não é muito bom tomar banho na água *fervendo*!

Quanto aos gerúndios do tipo *orientando* em (4a), a leitura disparada também tem um matiz aspectual, durativo, inconcluso ou em andamento (cf. também SPENCER, 1991; BRINTON, 1995, para uma proposta afim aos gerúndios do inglês e RESENDE, 2016 para o português) – por serem derivados do seu respectivo verbo, fazem referência a um evento em andamento expresso pelo verbo base, no caso *orientar*. Assim, embora o intervalo de tempo do evento expresso por *orientando* não (necessariamente) circunscreva o momento da fala (MF), o momento do evento (ME) continua sendo verdadeiro em todos os momentos de tal intervalo: em (4), a sentença é verdadeira mesmo se o orientando de Carlotta não estiver sendo orientado no exato momento em que (4) é proferida, o que coloca em relevo as propriedades do aspecto durativo.

- (4) (a) O orientando da Carlotta é muito esperto



⁵ Destaca-se o caso em (1i), disparando modalidade no imperativo; o caso em (1c), com uma leitura temporal/aspectual (de prospecção); e o caso em *Esquentando* (*≈ se esquentar*) a gente vai ao parque, que parece veicular uma leitura condicional.

Para além da leitura aspectual, a leitura disparada pelos gerúndios de (1k) é a de *paciente de X*, no caso de *orientando*, ou *agente de X*, como em *formando*, *mestrando*, *vestibulando*, *doutorando*, como já salientado por Resende (2017).

Propriedades distintas

Como mencionado anteriormente, é comumente assumido que os gerúndios apresentam um comportamento “pouco verbal” (cf. FIGUEIREDO SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 51) e, portanto, são caracterizados como uma forma nominal do verbo, por distribuição complementar. Porém, essas propriedades normalmente atribuídas à distinção verbo versus nome dos gerúndios (e do infinitivo e particípio) muitas vezes são um tanto vagas, pois não são levadas em consideração, por exemplo, propriedades sintáticas, fonológicas, nem morfológicas, mas somente semânticas (expressão de tempo *per se*)⁶.

Nesse contexto, pelo fato de as nominalizações apresentarem, de certa forma, um comportamento ambivalente, pode-se lançar mão de algumas propriedades a fim de apontar se os gerúndios se comportam de maneira congênere. Nesta subseção, dividida em duas partes, apresentamos algumas propriedades intrínsecas a verbos, quais sejam, (i) ser modificados por advérbios, (ii) ser complemento de auxiliares, (iii) marcar Caso, (iv) ser hospedeiros de clíticos e (v) estar disponível para imperativo, e também algumas propriedades prototípicas de nomes, quais sejam, (i) ser modificado por adjetivos, (ii) ser modificado por determinantes, (iii) flexionar para gênero, (iv) ser elidido em uma elipse nominal e (v) figurar com outros itens nominais em uma coordenação. Dessa forma, *testamos* os gerúndios em (1) para verificar se eles, embora fonologicamente afins, são uma classe homogênea com propriedades nominais, fazendo jus ao seu tratamento de uma *forma nominal do verbo* com um comportamento nada verbal, ou se apresentam propriedades distintas, sendo, portanto, uma classe heterogênea.

Modificação por advérbios

Um comportamento prototípico atribuído aos verbos é o fato de eles receberem escopo de advérbios de modo, por exemplo, mas não de adjetivos, justamente por poderem modificar verbos. A observação de que somente alguns gerúndios (de (1)) recebem escopo por advérbios de modo levanta suspeitas sobre se, de fato, se está diante de uma classe homogênea. Em (5), a seguir, todos os advérbios exercem escopo sobre o gerúndio, diferentemente do exemplo (6), em que os advérbios de modo não podem fazer escopo sobre os gerúndios ali presentes⁷.

6 Cf. Fong (2015) para um tratamento sintático-formal especificamente para as orações gerundivas (do tipo *Três elefantes bebendo água incomoda muita gente*) no PB, que se comportam diferentemente em relação a licenciamento de negação/advérbio sentencial, alçamento do sujeito, ligação desse sujeito e possibilidade de alçamento de quantificador. Trazer essas considerações extrapolaria o escopo do presente trabalho.

7 Perceba que a sentença em (6b) seria gramatical somente se o *esforçadamente* exercesse escopo sobre o verbo *passar*.

- (5) (a) João está cuidadosamente (*cuidadoso) *analizando* os dados para seu artigo.
 (b) A mãe tinha deixado o filho *comendo* deliciosamente (*delicioso) o bolo.
 (c) A água está *fervendo* vigorosamente (*vigorosa).
- (6) (a) *Maria só tem *orientando* cuidadosamente (cf. Maria só tem orientando cuidadoso)
 (b) *Um *vestibulando* esforçadamente passa em qualquer faculdade (cf. um vestibulando esforçado passa em qualquer faculdade)

Os contrastes acima sugerem que os gerúndios em (5), por receberem modificação por meio de advérbios, teriam propriedades de verbos, comportamento distinto dos gerúndios em (6) cujo escopo por um advérbio torna a sentença agramatical.

Complementos de um auxiliar

É consenso na literatura sobre auxiliaridade que verbos auxiliares necessariamente se concatenam com constituintes verbais (PONTES, 1973; LOBATO, 1975, LUNGUINHO, 2006, 2011). Assim, o contraste abaixo é explicado por *comer* ser um verbo infinitivo, o que satisfaz a dependência morfossintática do auxiliar (a de selecionar outro verbo), o que vale também para (7c), em que o verbo *foi* tem como complemento outro verbo (no particípio). Quando o complemento de um auxiliar não é um verbo, a sentença é agramatical, como mostram (7b) e (7d): tanto *bolo* quanto *execução* são nomes, incompatíveis como complemento auxiliares.

- (7) (a) A criança vai comer bolo.
 (b) *A criança vai bolo.
 (c) O projeto foi executado.
 (d) *O projeto foi execução.

A dependência morfossintática referida acima é entendida como uma restrição dos próprios auxiliares, não do complemento do auxiliar *per se*. Segundo Lunguinho (2006, 2011), cada verbo auxiliar seleciona o tipo do seu complemento: em relação aos gerúndios, seria então uma propriedade somente do verbo *estar* selecionar um item (i) gerundivo e (ii) de natureza verbal, como ilustrado em (8). Porém, para além do verbo *estar*, gerúndios também são compatíveis com o auxiliar *ir*, disparando uma leitura futura mesmo (diferentemente de LUNGUINHO, 2006, 2011, para quem o gerúndio é só complemento do auxiliar *estar*). É o caso de (9):

- (8) (a) A Maria está *lendo* (*lido / *ler) um livro.
 (b) A Maria está *(lendo) um livro.
- (9) (a) A partir dessa reunião, dá para vocês irem *finalizando* as pendências.
 (b) A gente vai se *falando*.

De qualquer forma, os exemplos trazidos mostram que os gerúndios que figuram com auxiliar *estar* e *ir* devem ser de natureza verbal, já que somente itens verbais podem ser complemento de auxiliares. Entretanto, que todos os gerúndios (cf. (1)) podem ser complementos de auxiliares não parece ser o caso. Os exemplos abaixo sugerem que alguns itens terminados em -ndo não podem figurar como complemento dos auxiliares que selecionam um gerúndio:

- (10) (a) *João está um formando do curso de física (cf. João é um formando do curso de física).
(b) *A Maria vai orientando da linguística (cf. [...] A Maria vai orientando alguém da linguística).

Casos como os de (11) abaixo poderiam ser um contra-argumento para a análise de que *orientando* em (10) compartilha propriedades de uma classe nominal, já que não figura com um verbo auxiliar. Porém, além de (11) ser um contra-argumento somente aparente também é um argumento a favor do que defendemos.

- (11) Eu estou orientando o João.

O fato de *orientando* se concatenar com um auxiliar, como em (11), mas apresentar um comportamento oposto em (10b), sugere que os gerúndios não se comportam de maneira homogênea: muito embora apresentem certa identidade fonológica, tais formas exibem propriedades tanto de formas nominais, como em (10), quanto de formas verbais, como em (11) não devendo, pois, serem tratadas (unicamente) como formas nominais, o que explicaria se concatenarem com auxiliares em um mas não em outro contexto.

Marcadores de Caso

Sabe-se que o latim dispõe de morfemas específicos para marcar o Caso dos sintagmas nominais, isto é, a função gramatical que tais sintagmas desempenham. Muito embora nem todas as línguas possuam marcação morfológica de Caso, é assumido que todas as línguas disponham da categoria Caso: isto é, todos os sintagmas nominais precisam de um Caso, seja superficialmente (como no latim) seja abstratamente (como no português). Dentro da abordagem da Gramática Gerativa, tais sintagmas herdaram seu Caso de alguns itens específicos, quais sejam, dos verbos, da flexão verbal e de algumas preposições.

Assim, em (12) os dois sintagmas nominais *Maria* e *os filhos* recebem seu Caso da flexão verbal e do verbo, respectivamente. Já em (13), o sintagma nominal *os filhos* dentro do sintagma nominal *a educação* não consegue receber seu Caso de nenhum item, o que explica a má formação da sentença. Em contraste, uma vez que preposições podem marcar Caso para os sintagmas nominais, *os filhos* em (14) herda Caso e a sentença é gramatical.

- (12) [Maria] educa [os filhos].
(13) *[A educação [os filhos]] é importante.
(14) [A educação [dos filhos]] é importante.

Agora passemos para o contraste entre (15) e (16) abaixo. Em (15), vemos que os gerúndios em questão são capazes de marcar Caso para os sintagmas nominais que os seguem, *o João, o apartamento e folha*, respectivamente. Em contrapartida, (16a) mostra que a sentença é má formada pois *linguística* não consegue receber seu Caso abstrato de *orientando*; porém, diante da preposição *de* – um item marcador de Caso, tal sintagma recebe seu Caso e a sentença é bem formada.

- (15) (a) Eu estou *orientando* o João.
 (b) Está difícil trabalhar com este vizinho *reformando* o apartamento.
 (c) Maria foi no sebo e comprou um livro *soltando* folha.
- (16) (a) *João é meu *orientando* linguística.
 (b) João é meu *orientando de* linguística.

As sentenças acima sugerem que os gerúndios em (15) comportam-se como verbos, pois são capazes de marcar Caso de sintagmas nominais, diferentemente dos gerúndios em (16) que não marcam Caso, havendo a necessidade de uma preposição estar presente para garantir o Caso do sintagma nominal que o segue.

Hospedeiros do clítico

Os clíticos são pronomes oblíquos que ocorrem necessariamente contíguos a verbos. Isso porque tais pronomes fazem parte da complementação verbal, ou seja, são de fato complemento de verbos. Assim, abaixo, vemos que o pronome (que substitui todo um sintagma nominal) clítico *te* é o complemento do verbo *enviar*, já que tal verbo tem dois complementos: algo (*os documentos*) é enviado a alguém (*te*). Essa relação complemento-verbal independe do posicionamento do clítico, seja proclítico seja enclítico.

- (17) (a) Eu te enviei os documentos.
 (b) Eu enviei-te os documentos.

Levando em consideração então que clíticos são pronomes que aparecem juntos de verbos, os contrastes a seguir trazem luz para as diferenças entre os gerúndios aqui analisados. (18) e (19) sugerem que somente os itens terminados em -ndo no primeiro podem servir de hospedeiros para o clítico.

- (18) (a) Eu estou te *enviando* (-te) os documentos.
 (b) Vivo a vida (me) *encantando-me* com suas surpresas.
- (19) *O diploma, os paraninfos vão entregar ao *formando-o* (cf. O diploma, os paraninfos vão entregá-lo ao formando)

Tal contraste deixa em relevo certo caráter verbal do gerúndio.

Licenciadores de imperativo

O imperativo é um modo verbal relacionado à modalidade deôntica, que dispara uma leitura de ordem, sobretudo. Embora normalmente esteja associado a uma forma específica do verbo, o modo imperativo pode ser licenciado por outras formas verbais. Abaixo vemos que, assim como as formas canônicas do imperativo, o gerúndio também dispara a leitura de ordem imposta pelo imperativo verbal, o que emergiria da sua propriedade verbal⁸:

- (20) (a) Pense, fale, compre, beba!
(b) Indo para a sala, mocinho! (cf. vá para a sala, mocinho!)
(c) Andando! (cf. ande!)
(d) Comendo! (a mãe para os filhos) (cf. coma!)

O fato então de os gerúndios estarem disponíveis para o modo imperativo disparando uma leitura de ordem, sinônima às formas imperativas canônicas, sugere que estamos diante de um gerúndio verbal.

Modificação por adjetivos

Um comportamento prototípico atribuído aos nomes é o fato de eles serem modificados por adjetivos. O fato de que os gerúndios podem ser modificados por adjetivos serve como evidência para se estar diante de nomes. Em (21), a seguir, todos os itens terminados em -ndo são qualificados por adjetivos, inclusive modificando o gerúndio em uma estrutura predicativa, como é o caso de (21a).

- (21) (a) Aquele vestibulando está nervoso.
(b) Maria tem um orientando muito inteligente.

Um fato contrastivo é que nem todos os gerúndios podem ser modificados por adjetivos, como foi mostrado na seção 1.1, o que sugere que esta classe não é homogênea.

Modificação por um determinante

Os determinantes em geral delimitam informações gramaticais apenas dos nomes, delimitando definitude, gênero, número, quantidade etc. As sentenças abaixo mostram que há certos gerúndios que não podem ser modificados por determinantes, especificamente os gerúndios que se comportam como verbo (conforme foi sugerido nas seções 1.1-1.4):

- (22) (a) Eu estou *comprando* móveis só pela internet.
(b) *Eu estou o/um/aquele *comprando* móveis só pela internet.

8 Cf. Resende (2020) para quem os infinitivos também com valor imperativo.

- (23) (a) Eu estou *comprando* móveis só pela internet.
 (b) *Eu estou o/um/aquele *comprando* móveis só pela internet.
- (24) (a) *Dando* certo a bolsa, eu vou ficar mais tranquilo, financeiramente.
 (b) *O/um/aquela *dando* certo a bolsa, eu vou ficar estável financeiramente.
 (a) Mesmo com o engarrafamento, acabei *chegando* a tempo.
 (b) *Mesmo com o engarrafamento, acabei o/um *chegando* a tempo.

Entretanto, os determinantes podem ocorrer com formas com a mesma constituição fonológica de um verbo. É o caso de *o narrar dos fatos*, cujo artigo é uma evidência para se estar diante de uma nominalização de infinitivo, não de um verbo em si, conforme defende Resende (2016). Aplicado aos gerúndios em (25), percebe-se que eles são delimitados por qualquer determinante:

- (25) (a) O João é o/um *orientando* da linguística.
 (b) Aquele *vestibulando* passou em três universidades.
 (c) Três *formandos* faltaram na entrega de diplomas.

Flexão de gênero

Prototipicamente, verbos não se flexionam em gênero, o que parece ser uma característica de nomes, como observamos em (26). Enquanto o verbo *andou* permanece inalterado, independente do gênero do sujeito, (26) mostra que a flexão de gênero está presente no par *menina* e *menino*, ambos nomes.

- (26) (a) A menina andou 15 km.
 (b) O menino andou 15 km.

Uma vez então que os nomes desencadeiam concordância de gênero com um determinante, os exemplos a seguir mostram que os gerúndios em (27) se mantêm inalterados, sem flexão de gênero, enquanto os gerúndios em (28) estabelecem concordância de gênero com o DP.

- (27) (a) Ele está *comprando* móveis só pela internet.
 (a') Ela está *comprando* móveis só pela internet.
 (b) É muito melhor trabalhar com pessoas *respeitando* o prazo.
 (b') É muito melhor trabalhar com funcionários *respeitando* o prazo.
 (c) A chuva *passando*, eu vou embora para casa.
 (c') O terremoto *passando*, eu vou embora para casa.
 (d) Mesmo com o engarrafamento, Maria acabou *chegando* a tempo.
 (d') Mesmo com o engarrafamento, João acabou *chegando* a tempo.

- (28) (a) João é o *orientando* da Carlotta.
(b) Maria é a *orientanda* da Carlotta.

A elipse nominal

Na elipse nominal, o núcleo do sintagma nominal (o próprio nome) pode ser omitido da sentença, sendo recuperado pelo contexto linguístico. Os exemplos a seguir mostram que o item não realizado (marcado por [-]) se refere aos núcleos *alunos* em (29a), *amigos* em (29b) e *namorado* em (29c), todos nomes.

- (29) (a) Os alunos de escola privada e os [-] de escola pública vão prestar o ENEM esse ano.
(b) O Pedro tem dois amigos, já a Maria tem muitos [-].
(c) Meu namorado não conhece o teu [-].

Quando observamos esses itens terminados em -ndo, percebemos que, em uma construção de elipse nominal, os gerúndios também podem ser recuperados, o que sugere que eles sejam núcleos do sintagma nominal e, conseqüentemente, nomes. É o que ilustram os exemplos abaixo.

- (30) (a) Os formandos da física e os [-] da química vão colar grau juntos.
[-] formandos.
(b) O Pedro tem dois orientandos, mas a Maria tem sete [-].
[-] orientandos.
(c) Os graduandos da engenharia usufruíram do Ciências sem fronteiras, mas os [-] da ciências humanas não.
[-] graduandos.

Coordenação

Canonicamente, a coordenação é um processo que combina categoricamente constituintes do mesmo nível categorial. Os exemplos abaixo evidenciam tal restrição; sendo *bacon* e *queijos* dois nomes, a coordenação é permitida, como em (31a), diferentemente de *quente*, um adjetivo, quando coordenado com um nome: o resultado, ilustrado em (31b), é uma sentença agramatical.

- (31) (a) *Pedro comeu um sanduíche de [bacon]_N e [quente]_A.
(b) Pedro comeu um sanduíche de [bacon]_N e [queijo]_N.

Essa relação presente na coordenação serve para verificar a categoria dos gerúndios por exemplo, já que requer paralelismo categorial entre os termos coordenados. Tomando um nome prototípico como *paraninfo*, *orientador* e *professor* em (32), a boa formação das

sentenças quando da coordenação com os gerúndios *formando*, *orientando* e *pós-graduando*, respectivamente, sugerem que também sejam termos nominais, dada à restrição de paralelismo imposta pela coordenação.

- (32) (a) [Paraninfos]_N e [formandos]_N vão subir no palanque juntos.
 (b) Esta revista não permite que [orientador]_N e [orientando]_N submetam trabalhos para o mesmo volume.
 (c) Nem [professor]_N nem [pós-graduando]_N podem publicar em revista de graduação.

Por um tratamento heterogêneo dos gerúndios

Como mostrado anteriormente, há motivos substanciais para tratar os gerúndios como uma classe não homogênea, muito embora apresentem certas propriedades semelhantes. Tais semelhanças versam somente na sua constituição fonológica (terminação em -ndo).

Com bases nas propriedades analisadas, os gerúndios em (1a-j) apresentam um comportamento particular em relação aos gerúndios do tipo de (1k): seu comportamento é prototípico de verbos, o que acaba sendo incoerente analisá-los como pertencentes a uma classe nominal, classe essa que conteria somente um número muito restrito de itens, considerados de fato como pertencentes a uma classe nominal. O Quadro 1 a seguir apresenta as propriedades arroladas na seção 1 em comparação às propriedades encontradas em nomes e verbos.

Quadro 1 – Propriedades dos gerúndios em contraste com propriedades verbais e nominais

Propriedades	Verbos	Gerúndios(1a-j)	Nomes	Gerúndios (1k)
Modificação por um advérbio	Ok	Ok	*	*
Complemento de um auxiliar	Ok	Ok	*	*
Marcador de Caso	Ok	Ok	*	*
Hospedeiro de um clítico	Ok	Ok	*	*
Formador de imperativo	Ok	Ok	*	*
Modificação por um adjetivo	*	*	Ok	Ok
Modificação por determinantes	*	*	Ok	Ok
Flexão para gênero	*	*	Ok	Ok
Elisão de um núcleo nominal	*	*	Ok	Ok
Coordenação com núcleos nominais	*	*	Ok	Ok

Fonte: elaborado pelo autor

É evidente, tendo em vista o Quadro 1, que os gerúndios se comportam de maneira diferente, apresentando propriedades destoantes. Se os gerúndios em (1k) fossem considerados nomes, uma nominalização de gerúndio quiçá, seria de esperar que eles exibissem propriedades gramaticais uniformes a nomes como *menino*, *bolo* (para mencionar casos prototípicos), da mesma sorte que

se espera que os gerúndios em (1a-j) compartilhem um conjunto de propriedades gramaticais de verbos se fossem considerados itens com propriedades verbais. De fato, como mostramos na seção anterior, esse parece ser o caso: os gerúndios se comportam como verbos (os gerúndios verbais) – sendo modificados por advérbios, complementos de auxiliares, atribuindo Caso, sendo hospedeiros de clíticos e licenciando uma forma imperativa – e como nomes (os gerúndios nominais) – por serem modificados por adjetivos, determinantes, flexionarem-se para gênero, aparecerem em uma estrutura de elipse nominal e figurarem junto de um item nominal em uma estrutura coordenada.

Adicionalmente, há algumas evidências que, muito embora não digam respeito à categoria em si dos gerúndios – se nome ou verbo –, mostram que essa classe não é nada homogênea, isto é, os gerúndios apresentados em (1) não se comportam de modo semelhante. Por exemplo, apenas os gerúndios do tipo *orientando* (cf. também (1k)) apresentam certa restrição em termos de produtividade. Resende (2016, 2017) sugere que os gerúndios do tipo *orientando* são formados (por sufixação zero) a partir de um verbo (no gerúndio, como em (33)), ou derivados de um nome sem que haja claramente⁹ um verbo correspondente na língua (cf. (34)). Isso pode ser observado abaixo em que ilustramos essa relação verbo-nome e nome-nome, respectivamente:

- (33) [orientar]v → [orientando]v → [orientando]N
[formar-se]v → [formando]v → [formando]N
[doutorar-se]v → [doutorando]v → [doutorando]N
[graduar-se]v → [graduando]v → [graduando]N
- (34) [vestibular]N(*v) → [vestibulando]N
[mestrado]N(*v) → [mestrando]N

Vale mencionar que tais gerúndios parecem ser restringidos a um campo semântico muito específico – o acadêmico, podendo ser derivados somente de verbos ou nomes dessa esfera. A respeito disso, os exemplos em (35) mostram que gerúndios do tipo de *orientando*, isto é, nominais, não estão disponíveis para qualquer verbo ou nome – cf. também Resende (2017). Isso quer dizer que esses gerúndios nominais são extremamente restritos na língua, nem mesmo sendo disponíveis para casos muito semelhantes aos de (34), conforme se vê em (36).

- (35) [ajudar]v → *o [ajudando]N (cf. o [ajudante]N)
[construir]v → *o [construindo]N (cf. o [construtor]N)
[experimentar]v → *o [experimentando]N (cf. o [experimentador]N)

9 Encontramos na plataforma Twitter algumas ocorrências de *vestibular* como verbo, o que sugeriria que estaria ali presente uma base verbal para *vestibulando*:

(i) “*Vestibulei* nesse final de semana. Foi legal, fechei uma prova de peso dois, e a outra eu tirei 70%, na de Hist. peso 3 eu tirei 80%.” (disponível em: <https://twitter.com/PedroCortat/status/12122613228769280?s=20>).

(ii) “longe de mim ser especialista em historia, mas na epoca que *vestibulava*, eu li alguns livros escritos por comunistas.” (disponível em <https://twitter.com/usedorgas/status/1274420539873005568?s=20>).

- (36) [teste]_N → *o [testando]_N
 [prova]_N → *o [provando]_N
 [exame]_N → *o [examinando]_N

Pondo de lados esses casos, que apresentam certa restrição de formação, há gerúndios que não apresentam limitação em termos de produtividade. A rigor, os gerúndios de (1a-j), verbais, estão disponíveis para qualquer verbo¹⁰.

Alguns autores têm se debruçado para explicar o fenômeno do apagamento de /d/ em /-ndo/ no português (cf. CRISTÓFARO-SILVA, 1996; MOLLICA; MATOS, 1992; FREITAG, CARDOSO; PINHEIRO, 2018, para citar alguns), isto é, em *eu estou lendo um livro* o gerúndio pode ser pronunciado tanto como /'leNdo/ quanto como /'leNo/. Porém, para além dos outros contextos em que /d/ em /-ndo/ pode sofrer apagamento¹¹, tal síncope parece restrita à classe dos gerúndios, não sendo uma propriedade intrínseca ao segmento /-ndo/, já que /'veNdo/ em *Vendo doces* não pode ser pronunciado como /'veNo/ (cf. **Veno doces*), conforme defende Cristóforo-Silva (1996).

Enquanto o apagamento de /d/ está disponível para todos os gerúndios verbais do tipo em (1a-j), essa redução é proibida, segundo nossos julgamentos de gramaticalidade, nos gerúndios nominais do tipo *orientando*¹², conforme constatamos a partir de (37) e (38), a seguir.

- (37) (a) Eu sempre estou *compranoV* meia e mesmo assim, quando vou ver no armário, não há nenhuma.
 (b) Está difícil trabalhar com este vizinho *reformanoV* o apartamento.
 (c) *Cheganov* a CNH, a gente começa a pensar em comprar um carro.
 (d) A polícia invadiu a casa *chutanov* a porta.
 (e) A mãe tinha deixado o filho *comenov* o bolo.
 (f) Eu ando *assistinov* muita coisa inútil ultimamente.
 (g) Olha a chuva *cainov*!
 (h) Criança *fazenov* criancice.
 (i) *Circulanov*, pessoal!
 (j) Não é muito bom tomar banho na água *fervenov*!

10 Há alguns casos ainda em que essa forma de gerúndio pode estar disponível para nomes. É o caso de *sextando*, *domingando* etc, que denotam *aproveitar a sexta*, *curtir o domingo*.

11 Como em numeral (*segundo*), nome próprio (*Fernando*), verbo flexionado (*prendo*), conectivo (*quando*), segundo Freitag, Cardoso e Pinheiro (2018). A taxa de preservação de /d/ nesses contextos é numeral (71%) > verbo flexionado (65%) > nome próprio (56%) > conectivo (48%) > gerúndio (33%), levando em consideração fatores sociais.

12 Nota-se que parece haver uma mesma restrição categorial em relação ao apagamento fonético do rótico /R/, segundo Resende (2016): o infinitivo verbal permite o apagamento do /R/ em posição de coda, diferentemente do infinitivo nominal. Os exemplos abaixo ilustram essa restrição:

(i) *A escola de samba vai bater o tambor* /ba'ter/ → *a escola de samba vai bate o tambor* /ba'te/

(ii) *A multidão quer ouvir o bater dos tambores* /ba'ter/ → **a multidão quer ouvir o bater dos tambores* /ba'te/

- (38) (a) *O *vestibulanon* de Harvard chegou.
(b) *João é *doutorano/mestranon* em química.
(c) *Fiquem de pé para receber os *formanos*.

Tal contraste fica mais evidente quando comparamos dois gerúndios com a mesma constituição fonológica em relação ao apagamento de /d/, por exemplo, *orientando* verbal e *orientando* nominal. Esse apagamento (em (39)) está disponível, conforme nossos julgamentos, somente para o gerúndio verbal, mas não para o nominal, o que sugere que a síncope de /d/ é sensível à categoria dos gerúndios.

- (39) Agora estou orientando₁ meu orientando₂ – [‘tando]₁ e [‘tano]₁, mas [‘tando]₂ e *[‘tano]₂.

A flexão de número também parece mostrar um fato desigual no comportamento dos gerúndios: somente os nominais se flexionam para número. Vale notar que tal propriedade não é determinante para se estar diante de um nome ou um verbo, principalmente pelo fato de que tanto nomes quanto verbos¹³ se flexionam para número (cf. *menino* versus *meninos* e *comia* versus *comíamos*): para além da categoria, a flexão de número mostra que os gerúndios não são uma classe homogênea.

- (40) (a) Nós estamos *comprando* móveis só pela internet.
(a’) Eu estou *comprando* móveis só pela internet.
(b) É muito melhor trabalhar com alguém *respeitando* o prazo.
(b’) É muito melhor trabalhar com funcionários *respeitando* o prazo.
(c) *Dando* certo a bolsa, vou ficar financeiramente estável.
(c’) *Dando* certo as transações, vou conseguir pagar a dívida.
(d) Mesmo com o engarrafamento, Maria acabou *chegando* a tempo.
(d’) Mesmo com o engarrafamento, os convidados acabaram *chegando* a tempo.
- (41) O orientando-∅ da Carlotta.
Os orientando-s da Carlotta.

Algumas construções com sufixo -ni no português brasileiro têm demonstrado ser bastante produtivas na fala popular. Embora não esteja muito claro o papel desse sufixo, ele parece substituir -ndo somente em algumas estruturas, como exposto a seguir:

13 Em algumas variedades do português europeu o gerúndio pode apresentar marcas flexionais de número-pessoa, como evidencia Lobo (2003, pp. 374).

- (i) vindo-∅
vindo-s
vindo-∅
vindo-mos
vind(o)-eis
vind(o)-em

- (42) (a) “Passou ano novo eu já to *comprani* purpurina pro carnaval.”¹⁴ (cf = comprando)
 (b) “Eu to *bebeni* todo dia meu corpo está só cerveja nas veias.”¹⁵ (cf = bebendo)
 (c) “Tava tristinha, agora to *sorrini* que nem boba!”¹⁶ (cf. sorrindo)
 (d) *O *doutorani* do MIT apresenta hoje. (cf. orientando)

Os exemplos em (42) sugerem que -ni está restrito a gerúndios verbais, sendo agramaticais quando figuram com gerúndios nominais, o que reforça a ideia de que os gerúndios se comportam diferentemente.

À guisa de uma conclusão

É amplamente assumido na tradição linguística que os gerúndios são formas nominais do verbo. Figueiredo Silva e Medeiros (2016), por exemplo, afirmam que embora seja contraditório haver uma forma nominal de um verbo, analisá-los de tal maneira seria sim coerente pois tais formas apresentam “um comportamento que é bem pouco verbal” (p. 51). Adicionalmente, em termos descritivos, a literatura assume que gerúndio é uma classe única, porém, como foi apresentado, o que há de homogêneo nos gerúndios é apenas sua composição fonológica.

Mostramos que a única semelhança entre essa classe heterogênea diz respeito à sua terminação /-ndo/. Apresentamos evidências que indicam diferentes comportamentos dessa classe: de um lado haveria os gerúndios verbais, com propriedades prototípicas de verbos (marcação de Caso, para citar uma), e de outro os gerúndios nominais que devem ser classificados como tal não (unicamente) pela sua ausência de tempo, mas por apresentar propriedades prototípicas de nomes (modificação por adjetivo, para citar uma). Além disso, mostramos que somente os gerúndios verbais estão sujeitos à síncope de /d/ em /-ndo/ e à substituição pelo sufixo -ni e apenas os gerúndios nominais flexionam-se para número e apresentam certa restrição a um mesmo campo semântico. Tais observações só reforçam o caráter díspar dos gerúndios.

Esse comportamento heterogêneo aponta para o fato de que aquilo que tradicionalmente é tratado como uma mesma classe, forma nominal, na verdade, é somente um subconjunto dos gerúndios e não a classe na sua totalidade, dentro da qual há tanto os gerúndios (i) nominais, que são um número muito reduzido – somente *vestibulando*, *orientando*, *graduando*, *mestrando*, *doutorando* e *formando* –, quanto (ii) verbais, que nada têm de *nominal*:

- (43) Gerúndios: GerúndioV + GerúndioN.

Assim, com bases nessas evidências, este trabalho atentou para a inadequação de um tratamento inteiramente homogêneo aos gerúndios, mostrando haver diferentes tipos de gerúndios

14 Disponível em <https://twitter.com/karensantoli/status/942715606201257984?s=20>

15 Disponível em https://twitter.com/_iLud/status/1034453916501659649?s=20

16 Disponível em <https://twitter.com/n4lau/status/792080051948941312?s=20>

formas verbais e formas nominais de gerúndio, cada qual com suas propriedades verbais e nominais, intrínsecas a sua categoria, daí a heterogeneidade dessa classe. Consequências de nível sintático, morfológico e semântico precisam ser investigadas; e, independentemente da análise, a heterogeneidade dos gerúndios precisa ser considerada quando da sua formalização.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. O verbo e a estrutura do discurso. *Alfa* 27, p.23-29, 1983.
- BRINTON, L. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: BERTINETTO, P.; et al. (eds.). *Temporal reference, aspect and acionality*. Tormo: Rosenberg & Sellier. p. 27-42, 1995.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Fonologia: por uma análise integrada à morfologia e à sintaxe. *Cadernos do Departamento de Letras Vernáculas*, Minas Gerais, v. 2, p. 56-65, 1996
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. & MEDEIROS, A. *Para conhecer morfologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- FONG, S. *Construindo um domínio não-finito: a sintaxe de orações de gerúndio em português brasileiro*. 2015. 224 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FREITAG, R.; CARDOSO, P. & PINHEIRO, B. Saliência na conservação de /d/no segmento /ndo/: efeitos sociais e estilísticos. *Gragoatá*. Niterói. v. 23. n. 46. p. 654-678. 2018.
- LOBATO, L. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, L. (org.). *Análises Linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.
- LOBO, M. *Aspectos da sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- LOPES, J. *Orações gerundivas adjetivas no português do Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília.
- LUNGUINHO, M. V. Dependências morfossintáticas: a relação verbo auxiliar-forma nominal. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte. v. 14. n. 2. p. 457-489. jun./dez. 2006.
- LUNGUINHO, M. V. *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não finitos*. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MÓIA, T.; VIOTTI, E. Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais. In: *XX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA*, XX., 2004., Lisboa. Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, [...]. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 2004. vol. XX, p. 715–729.

MOLLICA, M. C. & MATTOS, P. B. Pela conjugação das abordagens variacionista e difusionista. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 1, p. 53-64, 1992.

MOUTELLA, M. *O gerúndio oracional em português*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília.

PONTES, E. *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.

PONTES, E. *Verbos Auxiliares em Português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RESENDE, M. Por uma releitura das nominalizações em infinitivo do português. *Caderno de Squibs*. Brasília. v. 2. n. 2. p. 26-37. 2016.

SPENCER, A. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: Blackwell, 1991.

WACHOWICZ, T. C. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.



O NÃO EM FORMAÇÕES NOMINAIS NO *CONTINUUM* RADICAL-AFIXO

NÃO IN NOMINAL FORMATIONS IN THE RADICAL-AFFIX *CONTINUUM*

Pâmella Alves Pereira¹

RESUMO

Neste artigo, retomamos o estudo das formações portuguesas em que há anteposição do elemento **não** a um nome como *não fiel*, *não sócio* e *não pagamento*. Entendendo essas construções na representação proposta por Booij (2005), a questão que nos colocamos é se o esquema seria [não [X]i]i ou [[não]adv [X]i]i, isto é, o **não**, nessa construção, seria radical ou prefixo? A proposta foi inserir o **não** em um *continuum* afixo-radical (Baker, 2000 e Ralli, 2007) conforme suas propriedades estruturais, fonológicas e semânticas quando na construção **não** + **nome**. Para isso, elencamos as características de prefixo e radical prototípicos e estabelecemos uma escala na qual o **não** pode ser inserido. Assim, apontamos um indício de que o **não** referente a nomes no português com sentido de negação/oposição, como *não sócio*, *não verbal*, e também com sentido de falta/ausência, como *não pagamento*, *não realização*, estaria, no *continuum* radical-afixo, mais próximo a prefixo.

Palavras-chave: Morfologia; Não + nome; Radical; Afixo; *Continuum*

ABSTRACT

In this paper, we resume the study of Portuguese formations in which there is a preposition of the element **não** to a nominal as *não fiel*, *não sócio* and *não pagamento*. Understanding these constructions in the representation proposed by Booij (2005), the question we ask is whether the scheme would be [não [X]i]i or [[não]adv [X]i]i, that is, **não**, in this construction, would it be radical or prefix? The proposal was to insert **não** into an affix-radical *continuum* (Baker, 2000 and Ralli, 2007) according to its structural, phonological and semantic properties when in the construction **não** + **nominal**. For this, we list prototypical radical and prefix characteristics and establish a scale in which **não** can be inserted. Thus, we point to a indication that **não** referring to nominals in Portuguese with a sense of negation/opposition, such as *não sócio*, *não verbal*, and also with a sense of lack/absence, such as *não pagamento*, *não realização*, would be, in the radical-affix *continuum*, closest to prefix.

Keywords: Morphology; Não + noun; Radical; Affix; *Continuum*

1 Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - PPGLEV/UFRJ, pamellaalvespereira@gmail.com

Introdução

Neste trabalho, retomamos o estudo das formações em português em que há a anteposição do elemento **não** a uma base nominal como *não fiel*, *não sócio* e *não pagamento*. O **não** anteposto a nomes apresenta características que não permitem uma classificação imediata de seu estatuto gramatical: trata-se de uma forma livre no português, mas bastante recorrente na formação de palavras. A estrutura **não + nome** foi abordada por diferentes autores em análises que ora o classificam como prefixo (ALVES, 1992, 1993; CAMPOS, 2002, 2004; PANTE e MENEZES, 2003; JACOB, 2010, BASILIO, 2000); ou como prefixoide (SANDMANN, 1989), ora como membro de um composto morfológico (PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2012), ora como um composto sintático (SILVA e MIOTO, 2009; PEREIRA, 2012).

Vale destacar o que nos apresentam Duarte (1999), Basilio (2000) e Pereira (2012). Duarte (1999) reconhece o **não** como elemento adverbial formador de palavras no português quando anteposto a substantivos e adjetivos, excluindo os casos em que os substantivos ou adjetivos são marcados por foco,

Há uma nítida pausa entre não e o adjetivo ou substantivo, a qual nos autoriza encarar o elemento de negação como independente do item nominal:

Cristo pregou não PAZ

Os discípulos são muitas vezes não APLICADOS.

Construções como estas acima se ligam ao problema do foco e da pressuposição. Diante delas, o alocutário sente necessidade de informações suplementares, como as que se verificam abaixo:

Cristo pregou não PAZ, mas DISSENSÃO.

Os discípulos são muitas vezes não APLICADOS, mas ACOMODADOS. (DUARTE, 1999, p. 69)

e exclui também os casos em que o **não** se antepõe a participios em orações desenvolvidas ou reduzidas em que ocorre o apagamento do verbo de cópula.

Não veicula negação sintática, em orações desenvolvidas na voz passiva, com verbo de cópula elíptico:

Embora não ignoradas, estas questões foram relegadas a segundo plano.

Quando não revisado, o trabalho pode apresentar erros.

Creemos ser igualmente necessário considerar as orações reduzidas de participio, em que o elemento participial é acompanhado por não, de negação sintática:

Não iniciado no horário previsto, o espetáculo foi cancelado. (DUARTE, 1999, p. 68)

O autor, portanto, não segue exatamente as demais análises do **não** como prefixo/prefixoide, radical ou negação sintática, reconhece-o como formador de palavras e aponta para uma necessidade de mais estudos sobre esse objeto.

Basilio (2000) considera situações em que o **não** pode ser caracterizado como formativo lexical, como nos casos em que ele “se combina com adjetivos, na formação de adjetivos de classificação binária, como em não-alinhados (países), não-saturadas (gorduras), não-contáveis (substantivos), não-euclidiana (geometria) não-arredondadas (vogais), etc.” (BASILIO, 2000, p. 12) e nos casos em que o **não** “se combina com substantivos que têm referente humano, agente ou afetado, de modo que o todo apresenta uma função designadora de seres, como em não-fumantes, não-sócios, não-pagantes, não-agressor, etc” (BASILIO, 2000, p. 13). A autora também reconhece uma situação em que, embora o **não** se relacione a nomes, seu uso tem escopo sintático, como em *não pertinência*, *não participação* e *não operacionalidade* (exemplos extraídos de Basilio, 2000, p. 13).

Casos como os acima sugerem que devemos considerar que o escopo do advérbio não inclui não apenas verbos, mas também nominalizações de verbos; dada a possibilidade de ocorrência aberta de casos de negação do fato verbal em forma nominalizada, assim como o caráter predicativo de tais ocorrências, a análise de não nesses casos como prefixo ou formador de composto não se sustenta. (BASILIO, 2000, p. 13)

Pereira (2012) apresenta dois tipos de estrutura de **não + nome**: uma mais opaca, localizada no nível morfológico (KIPARSKY, 1982), como *não abertura*, *não aumento*, em que o **não** constituiria um prefixo composicional (SCHWINDT, 2000), e outra mais transparente que estaria no nível pós-lexical (composto sintático, segundo Silva e Miotto, 2009), como *não fiel* e *não sócio*, por exemplo. O critério utilizado para avaliar a opacidade/transparência das formações com o **não** foi a concordância negativa, isto é, o licenciamento de uma palavra negativa após a formação, como parece ocorrer em (1) *Indivíduo não fiel a ninguém* e (2) *Os não sócios de nenhum dos clubes*. Em *não aumento* e *não abertura*, em contextos como (3) **A não abertura de nenhum edital* ou (4) **O não aumento de nenhum índice*, a concordância negativa parece ser menos aceita por falantes do português, conforme testes e análises feitas por Pereira (2012). Por esse motivo, a autora entendeu que formações **não + nome**, como as em (1) e (2) acima, seriam compostos sintáticos, com o verbo *ser* elíptico entre o **não** e o nome; e as em (3) e (4), seriam compostos morfológicos, por estarem menos visíveis para as operações sintáticas.

O que se observa em Duarte (1999), Basilio (2000) e Pereira (2012) são análises bastante diferentes, até opostas, digamos, mas que apontam para a mesma direção no sentido de reconhecer que a construção **não + nome** apresenta tipos distintos que levam a classificações distintas do **não**. Nesse sentido, partindo desse ponto, entendemos que nem toda construção **não + nome** pode ser analisada da mesma forma. Então, assim como Duarte (1999), excluiremos as estruturas em que o **não** se antepõe a participios em orações reduzidas e também os casos em que os substantivos ou adjetivos são marcados por foco.

Optamos por manter as formações **não + adjetivo** e **não + substantivo**, seja este uma nominalização ou não, entre os casos de **não + nome** que serão objeto de nossa análise. Segundo Basilio (2000), o **não** não é um formativo vocabular nos casos em que ele se refere a uma nominalização. Conforme o argumento da autora, o **não** referente a uma nominalização (*não pagamento, não realização*) é a mesma negação de uma estrutura sintática, e a construção **não + substantivo deverbal** é utilizada para substituir todo um período, por isso, e considerando a possibilidade de ocorrência aberta, a autora não inclui esses casos de ocorrência do **não** como formativo lexical. Argumento semelhante pode ser aplicado em formações como *não sócio* e *não alinhado*: a opção pela construção **não + nome** pode ser entendida como uma substituta para uma estrutura sintática com verbo *ser/estar* entre o **não** e o nome, ou seja, o **não** pode ser analisado também como uma negação sintática nesses casos (*não sócio* → *não é sócio* / *não alinhado* → *não é/está alinhado*), mas, apesar disso, Basilio (2000) mantém esses casos entre aqueles em que o **não** seria um formativo lexical. Entendemos, no entanto, que o fato de o **não** anteposto a adjetivos e a substantivos ser bastante produtivo no português, aliado ao significado mais geral de negação atribuído pelo **não** à base a que ele se adjunge, permite que interpretemos, a princípio, a construção **não + nome** (excluindo os casos citados acima) como uma formação morfológica. Podemos apreender a estrutura **não + nome** como uma construção que, apesar de estar bastante próxima de uma construção sintática, com verbo elíptico ou nominalizado, ou mesmo visível para certas operações sintáticas, como o caso da concordância negativa testada por Pereira (2012), ela se apresenta na língua em um esquema que segue um padrão regular, com um elemento fixo - o **não** - seguido de uma palavra que pode ser um adjetivo ou um substantivo. Esse esquema, produtivo e recorrente, pode ser entendido, na proposta da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2005; 2010), como uma construção parcialmente especificada que compõe o léxico do português.

A proposta deste artigo, então, é revisar alguns trabalhos sobre o **não** em formações nominais, especificamente os trabalhos de Duarte (1999), Basilio (2000), Jacob (2010) e Pereira (2012) para, a partir daí, estabelecer uma análise do estatuto morfológico do **não** nesse tipo de construção no português. Esta análise seguirá o que Gonçalves (2012) e Gonçalves e Andrade (2016), apoiados em Kastovsky (2009), Baker (2000) e Ralli (2007), demonstraram sobre o *continuum* derivação-composição. A ideia é tentar inserir o **não** em um *continuum* afixo-radical conforme forem suas propriedades estruturais, fonológicas e semânticas quando na construção **não + nome**.

Este texto se organiza da seguinte forma: na próxima seção, apresentaremos algumas considerações gerais sobre radical e afixo (prefixo), seguindo a abordagem da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2005; 2010) e listaremos os principais critérios que caracterizam uma composição e uma derivação prototípicas. Em seguida, a partir dos critérios listados na seção anterior, faremos uma análise do **não** nas construções do tipo **não + nome**, para, assim, inserirmos o **não** ao longo da escala do *continuum* radical-afixo.

Radical e afixo, composição e derivação

De acordo com a definição de Bloomfield (1926, p. 27) para forma livre e forma presa, os afixos encontram-se entre as formas presas que, diferentemente das formas livres, não funcionam como comunicação suficiente, ou seja, funcionam apenas quando associados a outro elemento. O prefixo seria, portanto, um constituinte de palavras, opondo-se ao radical. Este, por sua vez, pode ser uma forma livre, como *flor* ou como *beija* (em *beija-flor*) ou, ainda, uma forma presa, como *lique-* (em *liquefazer*). Observa-se, assim, que somente o estatuto de forma presa não é suficiente para distinguir um afixo de um radical.

Na proposta de Basilio (1989), o processo de prefixação envolve uma estrutura que consiste em um afixo anteposto a uma base, sendo esse afixo um elemento estável e com função semântica determinada, como o prefixo *pré-* em *pré-fabricado*, que indica a ideia de anterioridade; e o prefixo *re-*, em *reler*, que indica a ideia de repetição.

Em outra obra, Basilio (1974) apresenta os conceitos de núcleo e periferia:

racionalização: racionaliza- = núcleo / -ção = periferia

racional: racion- = núcleo / -al = periferia

Conforme sua análise, um composto seria uma formação com a presença de, pelo menos, dois núcleos, e a derivação seria uma formação com apenas um núcleo cercado de elemento(s) periférico(s). O núcleo mínimo é também chamado raiz e, para definir raiz, Basilio apresenta os seguintes critérios operacionais:

1o - São raízes os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada.

2o - São raízes os elementos que servem de base para a formação de derivados.

Assim, um prefixo não poderia atender a esses critérios, uma vez que prefixos, como qualquer afixo, são periféricos, enquanto as raízes são núcleos.

A breve discussão acima aponta para a dificuldade de se distinguir prefixação e composição como processos morfológicos distintos. Booij (2005) defende a ideia de que composição e prefixação são processos semelhantes e afirma:

The strong similarity between derivation and compounding can be insightfully accounted for in the theory of Construction Morphology. Derivational patterns and sub-patterns of compounding are constructional idioms, schemas that are intermediate between the individual complex words in the lexicon, and more abstract schemas of word formation. An additional advantage of this approach is that it can be easily extended to the analysis of productive multi-word combinations that function as lexical units such as particle verbs and phrase-like compounds. (BOOIJ, 2005, p. 8)

Nesse sentido, a partir dessa formalização por meio de esquemas gerais de formação proposta por Booij (2005) para análise das unidades linguísticas, Gonçalves e Almeida (2012) adaptaram a representação original de Booij (2005) dos padrões morfológicos - composição, sufixação e prefixação - à morfologia do português. Vejamos os esquemas:

- a. composição: [[X]x[Y]y]s
- b. Sufixação: [[X]xY]y
- c. Prefixação: [X[Y]y]y

Nesses esquemas, X e Y são variáveis que representam sequências fonológicas, e os subscritos x e y representam as categorias lexicais. No esquema geral das palavras compostas no português, cada constituinte apresenta uma etiquetagem lexical e, independente da categoria lexical de cada item, o composto será um substantivo, como [[guarda]V [chuva]S]S, [[cachorro] S [quente]A]S. No esquema da prefixação, observamos que a classe gramatical da palavra prefixada é idêntica à da sua base, como em [in- [feliz]A]A, [re- [fazer]V]V. Para Booij (2005, p. 13), [t]he difference between compounding and derivation is that in derivation one of the constituents does not have a lexical label since it does not correspond to a lexeme.”

Vale salientar que

No modelo construcionista de Booij (2010), a palavra, centro das investigações, é marcada como um índice subscrito (i, j) que a identifica no léxico. Os afixos, ao contrário, por serem formas presas, não são indexados, uma vez que só se realizam quando vinculados a uma construção (a palavra, nesse caso). Desse modo, em modelos baseados em palavras, como a Morfologia Construcional de Booij (2010), ‘os afixos não são as unidades analisadas, mas atuam na instanciação de novos itens através de construções ou esquemas’ (Castro da Silva, 2012:42) (GONÇALVES, 2016, p. 47)

Nesse sentido, entendendo as construções com **não** referente a nomes no português na representação proposta por Booij (2005), a questão que nos colocamos, aqui, é se o esquema seria [não [X]i]i ou [[não]adv [X]i]i, isto é, o **não**, nessa construção, seria um radical ou um prefixo? Sabemos que o **não** é uma forma livre, o que o distancia dos prefixos prototípicos, mas também sabemos que essa construção é produtiva e recorrente no português (PEREIRA, 2012), e que o **não**, advérbio que expressa uma circunstância de negação, tem similaridades com prefixos na língua. Diante dessas características, e de outras que serão mencionadas ao longo deste trabalho, acreditamos ser mais interessante a análise do **não** nessas construções em um *continuum* radical-afixo. Para isso, serão arroladas as características de um prefixo e um radical prototípicos para, assim, estabelecermos uma escala na qual o **não** da construção **não + nome** será inserido.

Sobre o que caracteriza um prefixo prototípico, lanço mão do que Gonçalves (2012) apresenta:

os prefixos, ao contrário dos sufixos, (a) não modificam a classe das palavras a que se adjungem, isto é, não constituem cabeça categorial da palavra derivada; (b) não atribuem gênero, ou seja, não são cabeças morfológicas; (c) contribuem com um significado não-nuclear na palavra complexa (não são cabeças semânticas); (d) vinculam-se a palavras, exclusivamente; (e) não modificam o acento da base e têm autonomia fonológica, projetando uma palavra prosódica própria (os prefixos chamados posicionais, mais numerosos na língua); (f) submetem-se ao processo de truncamento, podendo ser utilizados como formas livres, por metonímia; (g) atualizam significados mais largos (têm menor densidade semântica), e, por fim, (h) não são utilizados com finalidades expressivas, ou seja, são desprovidos de função discursiva. (GONÇALVES, 2012, p. 156)

Sobre um radical, podemos falar, em termos gerais, que se trata de um elemento que concentra a significação dos vocábulos formais e que pode, “por si só, constituir a base de uma palavra.” (BASILIO, 1989, p. 13). Seria a sequência fônica presente em todas as formas de uma mesma palavra, isto é, a parte da palavra comum às variações de flexões. O radical, no esquema proposto por Booij (2005), recebe sempre uma etiquetagem lexical.

Em Gonçalves e Andrade (2016), os autores apresentam um quadro com as principais diferenças entre composição e derivação. Esse quadro se constitui de critérios que ajudam a determinar as características de afixos (derivação) e radicais (composição) mais prototípicos. Vejamos:

Quadro 1: Principais diferenças entre composição e derivação

		Composição	Derivação
Unidades	A	Palavras ou radicais	Afixos
	B	Formas livres ou presas que correspondem a palavras	Formas presas que não correspondem a palavras de conteúdo
	C	Unidades com posição não necessariamente fixa na estrutura da palavra	Unidades definidas por uma posição pré-determinada numa palavra complexa (à esquerda ou à direita)
	D	As unidades combinam com uma grande variedade de tipos morfológicos	Sufixos combinam predominantemente com radicais; prefixos combinam exclusivamente com palavras
Propriedades estruturais	E	A cabeça lexical fica à esquerda, predominantemente	Cabeça lexical sempre à direita
	F	Possibilidade de coordenação entre os constituintes	Não há possibilidade de coordenação
	G	Por expressar ideias mais específicas, há um grande contingente de unidades linguísticas	Por expressar ideias mais gerais, há um número relativamente pequeno de unidades linguísticas
	H	Caracterizam um inventário aberto	Caracterizam um inventário fechado
	I	Possibilidade de flexão entre os constituintes	A flexão é sempre periférica
	J	Unidades com acento próprio	Partículas que recebem acento apenas na combinação com a base
Propriedades fonológicas	L	Ausência de isomorfismo entre palavra morfológica e palavra fonológica	Isomorfismos entre palavra morfológica e palavra fonológica
	M	Manutenção de propriedades segmentais e prosódicas das bases	Mudança na base pela aplicação de regras fonológicas cujo domínio é a palavra fonológica
	N	As unidades expressam significado lexical	As unidades atualizam conteúdos semânticos mais gerais, capazes de combinação com um número maior de formas linguísticas
Propriedades semânticas	O	Interpretação frequentemente holística	Interpretação quase sempre composicional
	P	Pode ser endocêntrica ou exocêntrica	Massivamente endocêntrica
	Q	Menos estável porque o significado dos elementos geralmente muda por extensões metafóricas ou metonímicas	Mais estável, apresentando funções sintáticas e semânticas predeterminadas, definindo os possíveis usos e significados de palavras derivadas
Produtividade e produção	R	Constrói conjuntos mais fechados de palavras (ad hoc)	Constrói conjuntos mais completos de palavras (mais regular)
	S	Apresenta muitas formas manufaturadas	Cria séries de palavras mais naturalmente

Fonte: Gonçalves e Andrade (2016, p. 265)

Na seção seguinte, faremos uma análise do **não** na construção **não + nome** a partir das características apresentadas no quadro 1 acima. Com base na literatura sobre o **não** nesse tipo de formação, partimos do pressuposto de que as construções **não + nome** não se enquadram como prefixação nem como composição prototípicas. Assim, pretendemos mostrar como os casos de **não** anteposto a nomes no português se aproximam ou se distanciam de uma derivação e como essa construção se aproxima ou se distancia de uma composição.

O não em formações nominais no português

Com base em Duarte (1999), Basilio (2000) e Pereira (2012), vimos que nem toda construção **não + nome** é do mesmo tipo. Nesse sentido, assim como Duarte (1999), excluiremos das construções em análise os casos em que o **não** se antepõe a participios em orações desenvolvidas ou reduzidas com apagamento do verbo de cópula, e também os casos de **não** seguido de substantivos e adjetivos marcados por foco. Consideraremos neste estudo as construções **não + adjetivo** e **não + substantivo**, seja este substantivo deverbal ou não. Vale acrescentar que também excluiremos a construção *não obstante*, que, a princípio, estaria entre os casos de **não + adjetivo**, mas, conforme Pereira (2012) e Viegas e Pereira (2011; 2017), trata-se de locução conjuntiva com valor adverbial ou concessivo, que segue uma trajetória de gramaticalização no português.

Passemos, então, para o quadro 1. Inicialmente, o critério (A) estabelece nossa questão central: o **não** nas construções **não + nome** é um radical ou um prefixo? Não pretendemos chegar a uma resposta categórica, do tipo “tudo ou nada”, mas sim, como já foi mencionado, apontar, num *continuum* afixo-radical, em que ponto da escala o **não** se encontraria.

Conforme o critério (B), uma composição se caracteriza por apresentar formas livres ou presas que correspondem a palavras, enquanto na derivação há formas presas que não correspondem a palavras de conteúdo. Como vimos, uma composição pode ter dois radicais livres, como *beija-flor*, ou radicais presos, como *lique-*, em *liquefazer*. Além disso, existem certos elementos que são reconhecidos como prefixos, frequentemente presentes na formação de palavras, mas que também são considerados radicais, tal como o *contra* em *contra-acusação*, *contra-ataque*. A palavra *contra* pode ser classificada como preposição, existe independente na língua e serve de base para a formação de outras palavras, como em *contrário*. Assim, a preposição *contra*, considerada um radical, seria o mesmo *contra-* recorrente na formação de palavras? Sandmann (1989) prefere analisar o *contra-* recorrente na formação de palavras como prefixoide, assim como também seriam analisadas as formas *bem-*, *mal-* e *não-* em *bem-aventurado*, *mal-amado* e *não-sócio*, por exemplo. Segundo Sandmann, essas formas não são radicais quando fazem parte da formação de palavras por desempenharem uma função distinta daquela desempenhada como forma livre, ou seja, para o autor, trata-se de duas formas que apresentam significantes iguais, mas funções diferentes.

De fato, o que temos, é que ser forma livre ou forma presa não é suficiente para distinguir radical e afixo. E o **não**, em formações do tipo **não + nome**, é uma forma livre.

Quanto ao critério (C), podemos afirmar que o **não** em construções **não + nome** ocupa uma posição pré-determinada, sempre à esquerda de um adjetivo ou substantivo, tal como um prefixo. Na negação verbal, o **não** não é fixo, podendo aparecer antes e/ou depois do verbo, como em (5) *Ele não fez o trabalho*. (6) *Ele fez o trabalho não*. (7) *Ele não fez o trabalho não*. Nas construções do tipo **não + nominalização**, ainda que o nome tenha uma relação com um verbo e haja, conforme Basilio (2000), a possibilidade de ocorrência aberta de casos de negação do fato verbal em forma nominalizada, o **não** ocorre sempre à esquerda da nominalização, como em *não pagamento*, *não realização*, *não aumento*.

Considerando os critérios (D) e (E) na análise da construção **não + nome**, constatamos que o **não** se combina sempre a uma palavra, tal como os prefixos (critério D) e, quando carrega a noção de negação/oposição, própria do advérbio e típica de um prefixo, as construções **não + nome** têm cabeça lexical sempre à direita (critério E).

Prefixos jamais funcionam como cabeças semânticas porque seus significados assemelham-se aos veiculados por

(a) adjetivos, já que contribuem para qualificar/caracterizar a entidade referida pela base, como em ‘sub-humano’, ‘minimercado’ e ‘mega-emprego’;

(b) advérbios, pois servem para expressar a circunstância que cerca a significação da base, aqui entendida como qualquer particularidade que determina um fato, ampliando a informação nele contida, a exemplo de ‘recompor’, ‘ante-sala’, ‘pré-natal’ e ‘pós-operatório’; e

(c) preposições, por emprestarem à base a ideia de posição ou movimento no espaço: ‘sobreloja’, ‘entressafra’, ‘co-autoria’, ‘intra-venoso’.

Sem dúvida alguma, noções como “posição ou movimento no espaço”, “ausência, negação”, “oposição”, “intensidade” e “repetição”, típicas de prefixos, diferem consideravelmente das veiculadas pelos sufixos, que, embora também possam atualizar conteúdos desse tipo, são, nos termos de Ralli (2010), mais densos semanticamente (GONÇALVES, 2012, p. 150)

Na análise de Pereira (2012), as construções **não + substantivo** são divididas em dois grupos: **não + substantivo deverbais** e **não + substantivo não deverbais**. Sobre o primeiro caso, Pereira (2012) apresenta uma paráfrase do tipo “*o fato de não haver + substantivo*”, por exemplo: *não pagamento* seria equivalente a “*o fato de não haver pagamento*”. Sobre o segundo caso, Pereira (2012) considera dois tipos de paráfrase, uma equivalente a todos os casos de **não + adjetivo**, com inserção dos verbos *ser/estar* entre o **não** e o nome (*não sócio* → *não é sócio*; *não membro* → *não é membro*) e outra paráfrase equivalente aos casos de **não + substantivo deverbais** (*não familiaridade* → *o fato de não haver familiaridade*). Dessa forma, o **não**, nas formações **não + adjetivo**, carrega sempre o sentido de negação/oposição, como *não fiel*, *não verbal*, *não comercial*. Em **não + substantivo** há diferentes sentidos para o **não**: há casos em

que o **não** tem sentido de negação/oposição, como *não sócio* e *não membro*, e há casos em que o **não** carrega o sentido de falta/ausência, como em *não familiaridade* e *não pagamento*.

Essa polissemia não deixa de ser uma característica de afixos, como o que se observa, por exemplo, sobre o *des-*, que apresenta, além da negação (*desleal*), outros sentidos, tais como ação contrária (*desaceleração*); aumento/intensidade (*desgastados*); positividade (*descobrimento*); separação (*descolamento*); transformação (*desfigurado*); destruição (*desmatamento*) e falta de harmonia (*desequilíbrio*) (SCHNEIDER, 2008). A questão que nos colocamos é se a diferença sintática que se verifica nas formações **não + nome** interfere no estatuto morfológico do *não*. Essa análise é assunto para pesquisas futuras sobre as construções com o **não**.

Passemos para o critério (F), que trata da possibilidade de coordenação entre os constituintes. Na coordenação de palavras derivadas de afixos idênticos e bases diferentes (como *infeliz* e *incapaz*, por exemplo), ou de afixos diferentes com bases idênticas (como *livreiro* e *livraria*, por exemplo), nem afixos nem bases podem ser apagados. Ou seja, *infeliz e/ou incapaz* não equivale a *infeliz e/ou capaz* (apagamento do prefixo); *livreiro e/ou livraria* não equivale a *livreiro e/ou aria* (apagamento da base).

Entretanto, outros afixos admitem exclusão, sem restrição de direcionalidade, na coordenação binária e/ou n-ária de termos derivados, prefixados ou sufixados, a exemplo dos listados em (06), em que os elementos apagados exercem função sintática e semântica idênticas aos remanescentes, condição necessária à coordenação:

(06) pré-operatório e/ou pós-operatório => pré e/ou pós-operatório; pró-presidente e/ou anti-presidente => pró e/ou anti-presidente; timidamente e/ou sensivelmente => tímida e/ou sensivelmente (GONÇALVES e ANDRADE, 2016, p. 271)

Quanto à construção **não + nome**, se partirmos de um exemplo como *não verdadeiro e/ou não fiel*, não teremos coordenação dos constituintes em *não verdadeiro e/ou fiel*. No entanto, em Pereira (2012), há a seguinte constatação a respeito do *nem* e das formações **não + nome**:

O NEM com função de conjunção coordenada aditiva poderia ser interpretado como e não ou como e não + (verbo da oração anterior). Assim, uma estrutura como *não americano nem europeu* pode ser equivalente a *não é americano e não (é) europeu*, ou seja, o NEM implica a existência de um verbo entre o NÃO e adjetivo AMERICANO para que haja o paralelismo sintático na estrutura em questão. (PEREIRA, 2012, p. 47)

Assim, se os termos forem coordenados pela partícula *nem*, que já apresenta a ideia de negação, parece haver uma coordenação possível: *não verdadeiro nem não fiel* → *não verdadeiro nem fiel*. Essa possibilidade parece estar mais relacionada ao **não** e à construção **não + nome** do que à ideia de negação do **não** e do *nem*. Vejamos: *infiel nem incapaz* → *infiel nem capaz*. Nesse caso com o prefixo *in-*, que também carrega a ideia de negação, a coordenação não parece ser possível.

O critério (G) diz que os radicais, por expressarem ideias mais específicas, há um grande contingente de unidades linguísticas; já os afixos, por expressarem ideias mais gerais, há um número relativamente pequeno de unidades linguísticas. Conforme nos apresenta Gonçalves (2012),

prefixos e sufixos igualmente formam séries de palavras, contribuindo, assim, para a criação de vários itens lexicais que se relacionam morfológica e semanticamente, isto é, apresentam um significado em comum, associado a uma sequência que compartilham na posição inicial ou final. Segundo Sandmann (1989: 37-38), a capacidade de o prefixo expressar noções mais gerais, além de responsável pela sua elevada produtividade, é o que, indiscutivelmente, os distingue de radicais/palavras, unidades da composição, já que estes, em geral, veiculam ideias mais particulares e, nas formas complexas de que participam, tendem a não aparecer em séries de palavras, numa margem específica. (GONÇALVES, 2012, p. 158)

Sobre a construção **não + nome**, o **não** é recorrente e associado a uma base nominal. Verifica-se, nesses casos, uma formação em série (critério S). Essa recorrência é, inclusive, argumento de Alves (1993) para a classificação do **não** como prefixo nesse tipo de formação. A noção expressa pelo **não** (negação/oposição) nas formações **não + adjetivo** e em algumas formações **não + substantivo** parece ser mais geral e comum (critério N). Seria uma interpretação mais endocêntrica (critério P) e não haveria, para essas construções, uma interpretação dependente de extensões semânticas ou metonímicas, como em típicas formações compostas (critério Q).

Na pesquisa de Jacob (2010, p. 65) sobre as formações a partir de **não** anteposto a nomes, a autora menciona, além dos casos de **não** anteposto a adjetivos e substantivos com sentido de negação/oposição, também casos estilísticos, que seriam criações literárias ou jornalísticas com significados construídos de forma mais abstrata. Os sentidos do **não**, nesses casos estilísticos, flutuariam entre as acepções pseudo, anti- ou contra. Jacob cita como exemplos desses casos estilísticos:

- a) Agora que já passou a onda maior, podemos reler e avaliar o que Ricupero disse no ar, ou melhor, o que não disse no ar ou, melhor ainda, o que disse no não-ar. (par=Ilustrada-94a-nd-1)
- b) Porque os são-paulinos do Santos é que colaboraram: o Gilberto colaborou com o gol e o Macedo colaborou com o seu não-gol escandaloso. (par=Esporte-94b-des-1)
- c) Se o STF adotar o critério político no julgamento de Collor, se não resistir à pressão da mídia e da opinião que ela plantou na sociedade, teremos a nãoopizza que foi guindada a supremo valor moral da nação. (par=Opinião-94aopi-2) 52
- d) A mudança, o não-jeitinho, não estaria levando a nada melhor. (par=Revista-94b-nd-1) (JACOB, 2010, p. 51)

Nas formações em que o **não** apresenta sentido de negação/oposição, ou mesmo naquelas com sentido de falta/ausência, a interpretação da construção **não** + **nome** parece ser feita composicionalmente (critério O), isto é, a partir da soma do significado do **não** e da base a que ele se junta: *não sócio* é o mesmo que aquele que não é sócio; *não pagamento* refere-se ao fato de não haver pagamento. Sobre as formações chamadas por Jacob (2010) de casos estilísticos, o significado parece ser menos estável e mais dependente de um contexto externo à palavra. Trata-se, segundo a autora, de formações mais esporádicas, menos comuns.

Quanto ao critério (I), as formações **não** + **nome** não apresentam possibilidade de flexão entre os constituintes. A flexão é sempre da base a que o **não** se agrega: *não pagamentos*, *não sócia*, *não realizações*.

Vejam, agora, algumas propriedades fonológicas, critérios (L) e (M), para distinção entre composição e derivação na análise da construção **não** + **nome**. Em formações como *não verbal*, *não sócio* e *não pagamento*, isto é, seja o segundo elemento um adjetivo ou substantivo, há sempre, na fala, uma pausa entre o **não** e o nome. Jacob (2010) afirma o seguinte:

Um ponto que desfavorece a defesa da prefixação como classificação plausível é o já citado critério fonológico. A existência na fala de pausa entre o não e o nome que antecede é característica marcante da composição. (JACOB, 2010, p. 46)

Outra característica das formações **não** + **nome** é a preservação do acento presente no elemento **não** (critério J) como acento secundário quando em formações como *não verbal*, *não sócio* e *não pagamento*. Isso significa que, do ponto de vista fonológico, as formações **não** + **nome** em nada diferem de formações compostas como *beija-flor* e *guarda-chuva*. (PEREIRA, 2006). Por outro lado, como o critério da presença/ausência de isomorfismo entre palavra morfológica e palavra fonológica (critério L), assim como quase todos os critérios apresentados no quadro 1, não são suficientes para distinguir composição e derivação, uma formação **não** + **nome** também apresentaria duas palavras fonológicas da mesma forma que construções de prefixação, como *pré-escola* e *pós-doutorado*.

Diante da análise apresentada acima, em uma comparação com compostos e afixos prototípicos, podemos resumir as características da construção **não** + **nome** no quadro 2 a seguir:

Quadro 2: características da construção de não referente a nomes no português

Critérios	Composto prototípico	Prefixo prototípico	Construção não + nome
Forma livre	sim	não	sim
Posição pré-determinada à esquerda da base	não	sim	sim
Combina exclusivamente com palavras	não	sim	sim
Cabeça lexical à direita	não	sim	sim
Possibilidade de coordenação entre os constituintes	sim	não	não
Flexão sempre periférica	não	sim	sim
Apresenta acento próprio	sim	não	sim
Ausência de isomorfismo entre palavra fonológica e palavra morfológica	sim	não	sim
Expressa ideias mais gerais	não	sim	sim
Interpretação composicional e endocêntrica	não	sim	sim
Formação em série	não	sim	sim

A partir do quadro 2 acima, podemos apontar um indício da posição do **não** quando referente a nomes no português no *continuum* afixo-radical proposto por Baker (2000, *apud* GONÇALVES e ANDRADE, 2016, p. 274). Vejamos:

Afixo ----- não ----- Radical (forma livre)

(em formações nominais)

Considerações finais

Definir o estatuto morfológico do **não** quando em formações do tipo **não + nome** no português não é uma tarefa simples. Trata-se de uma forma livre na língua, mas bastante recorrente na formação de palavras. Por isso, encontramos na literatura a classificação do **não** em construções como *não fiel*, *não sócio* e *não pagamento*, por exemplo, como prefixo, prefixoide, membro de um composto morfológico ou mesmo membro de um composto sintático.

Diante disso, retomamos neste artigo o estudo da construção **não + nome** no português com o intuito de inserir esse **não** em um *continuum* radical-afixo conforme suas propriedades estruturais, fonológicas e semânticas. Para isso, apontamos características de prefixo e radical prototípicos e estabelecemos uma escala na qual o **não** pode ser inserido. Essa proposta de análise nos pareceu mais apropriada tendo em vista o fato de que as categorias morfológicas não apresentam fronteiras bem definidas: há elementos que se encaixam em uma determinada categoria com mais precisão que outros. Sobre as construções **não + nome**, a proposta de analisá-las em um *continuum* se mostra adequada quando nos colocamos diante de formações que apresentam características peculiares que ora aproximam o **não** de um prefixo, ora de um radical.

Assim, considerando o que já se tem na literatura sobre as formações do tipo **não + nome**, temos um indício de que o **não** estaria mais próximo de um prefixo, embora ele não seja um prefixo prototípico no português. Ele se aproxima de um radical em três dos onze critérios considerados nesta análise: é uma forma livre, tem acento próprio e há, na construção **não + nome**, ausência de isomorfismo entre palavra fonológica e palavra morfológica. Nos demais critérios, o **não** se aproxima de um prefixo: encontra-se em uma posição pré-determinada à esquerda de uma base adjetiva ou substantiva, combina-se exclusivamente com palavras, a construção tem cabeça lexical à direita, flexão sempre periférica, expressa ideias mais gerais, a interpretação é composicional e endocêntrica, há formação em série e não há possibilidade de coordenação entre os constituintes.

Algumas questões sobre o **não** em formações nominais no português podem, ainda, ser exploradas em pesquisas futuras. Acreditamos ser interessante uma análise mais ampla dos diferentes tipos de construção **não + nome**, bem como um estudo mais aprofundado da semântica relacionada a cada tipo de construção.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. Prefixos negativos do português falado. In: ILARI, R. (org.) 1002. *Gramática do português falado*, vol. II. Campinas: UNICAMP. 1992, p.101-109.

ALVES, I. M. Formações prefixais no português falado. In: CASTILHO, A. T. de (org.) 1993. *Gramática do português falado*, vol. III. São Paulo: UNICAMP/FAPESP. 1993, p. 383-398.

BASILIO, M. Em torno da palavra como unidade lexical: Palavras e composições. *Veredas* v. 4, n. 2, p. 9-18 - 2000.

BASILIO, M. Operacionalização do Conceito de Raiz. *Cadernos da PUC*. 15, p. 89-94, 1974.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática. 1989

BAKER, M. On Derivational Asymmetries in Derivational Morphology. In: BENDJABALLAH, S.; DRESSLER, W. U.; PFEIFFER, O. E.; VOEIKOVA, M. D. (eds.). *Morphology 2000: Selected Papers from the 9th Vienna Morphology Meeting*. Amsterdam: John Benjamins. 2000, p. 21-104.

BLOOMFIELD, L. A set of postulates of the science of language. In: *JOOS*, ed. 1957. 1926, p. 26-31.

BOOIJ, G. Compounding and Derivation: evidence for Construction Morphology. In: DRESSLER, W. et. al. (eds.). *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 109-131.

BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CAMPOS, L. S. *A gramaticalização do “não” como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. Salvador: UFBA. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2002

CAMPOS, L. S. S. *A Negação prefixal na história da língua portuguesa*. Salvador: 2004 Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2004.

DUARTE, P. M. T. O não formador de palavras em português? *Revista GELNE*, Ano 1, no 2, p. 67-70, 1999.

GONÇALVES, C. A. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polêmica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.19, n.30, p. 142 - 67, 2012.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. L. Por uma Ciber morfologia: abordagem morfossemântica dos xenocostituintes em português. In: MOLICA, M. C.; GONZALES, M. (orgs.). *Linguística e ciência da informação: diálogos possíveis*. Curitiba: Appris, 2012, p. 105-127.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E. A instabilidade categoria dos constituintes morfológicos: evidência a favor do continuum composição-derivação. *Delta*, 32.2, p. 261-294, 2016.

JACOB, L. P. *Novas formações a partir do não- anteposto a nomes e suas controvérsias*. Rio de Janeiro: Puc-Rio. Dissertação de Mestrado. 2010.

KASTOVSKY, D. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms classical compounds and affixoids. In: MCCONCHIE R. W.; ALPO, H.; TYRKKÖ, J. (eds.). *Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)*. Somerville, MA, Cascadilla Proceedings Project. 2009, p. 1-13.

KIPARSKY, P. Lexical Morphology and Phonology. In: I.-S. Yang (ed.) *Linguistics in the Morning Calm*. Hanshin. Seoul. 1982, p. 3-91

PANTE, M. R.; MENEZES, A. C. O prefixo “não-“: polissemia e produtividade no processo de formação de palavras. *Acta Scientiarum: human and social sciences*, Maringá, v. 25, n. 1, p. 51-57, 2003.

PEREIRA, P. A. “não” em formações nominais no português: morfologização e gramaticalização. Belo Horizonte: UFMG. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA, P. A. *Para uma distinção entre radical e prefixo: será “não-composto” um composto ou um derivado?* Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

RALLI, A. Compounds in Modern Greek. *Rivista di Linguistica*, 4 (1), 2007, 143-174.

SANDMANN, A. J. A. *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor / Ícone Editora. 1989.

SCHNEIDER, L. Identificando algumas acepções do prefixo des-: análises preliminares. *Revista Travessias*. v. 3, n. 2, 2008.

SCHWINDT, L. C. *O prefixo no Português brasileiro: análise morfofonológica*. Porto Alegre: PUCRS. Tese (Doutorado em Letras). Curso de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2000.

SILVA, M. C. F.; MIOTO, C. Considerações sobre a prefixação. *ReVEL*, vol. 7, n. 12, 2009.

VIEGAS, M. do C.; PEREIRA, P. A. A expressão não obstante: gramaticalização no português. In: VIEGAS, M. do C. (org.) *Minas é plural*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011.

VIEGAS, M. do C.; PEREIRA, P. A. Sintatização, semantização e discursivização do não obstante na história do Português. *Gallaecia: estudos de linguística portuguesa e galega*. Cursos e Congressos da Universidade de Santiago de Compostela, n. 242, 2017.



“SI YO TUVIERA” OU “SI YO TUVIESE”: A VARIAÇÃO NA REALIZAÇÃO DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO ESPANHOL

“SI YO TUVIERA” OR “SI YO TUVIESE”: THE VARIATION ON THE EXECUTION OF THE SPANISH SUBJUNCTIVE IMPERFECT PAST

*David Batista de Jesus Travassos*¹

*Leonardo Lennertz Marcotulio*²

RESUMO

No espanhol atual, as desinências *-ra* e *-se* são identificadas como formas desinenciais do pretérito imperfeito do subjuntivo devido à evolução da língua, sendo a primeira derivada do pretérito mais-que-perfeito do indicativo latino (*amaveram*) e a segunda do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (*amavissem*). Isto posto, neste trabalho, à luz da sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1978, 1994), buscamos, de modo geral, entender este processo de variação linguística. Pretendemos, ainda: (i) identificar fatores linguísticos que condicionam a alternância *-ra/-se* em construções condicionais da língua espanhola para a expressão da noção de irrealidade; (ii) verificar se fatores extralinguísticos como as categorias gênero e área geográfica/região condicionam a alternância *-ra/-se*; e (iii) investigar, eventualmente, se a desinência *-se* está se especializando, tendo seu uso restrito a contextos específicos. O nosso corpus está constituído de Cartas de Leitores de dois periódicos online: *El País*, da Espanha, e *La Nación*, da Argentina. A delimitação do corpus escrito deu-se em função de que, em relação à alternância entre as variantes *-ra* e *-se*, talvez, esta última forma seja mais facilmente encontrada na modalidade escrita do que na modalidade oral/falada (ROJO, 2011, p. 214), tendo em vista seu paulatino declive (PÉREZ TORRES, 2014; STERCK, 2000). Realizamos, assim, uma análise estatística com o auxílio do programa computacional GoldvarbX (TAGLIMONTE, 2006; SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005). Para esta análise, consideramos os seguintes fatores: (1) forma verbal; (2) estrutura verbal; (3) paradigma de conjugação do verbo; (4) pessoa gramatical; (5) estrutura das cláusulas condicionais; (6) gênero; (7) jornal/variedade; e (8) províncias/cidades da Espanha. Como resultado, identificamos, em ambas as variedades, a predominância da variante *-ra* nas orações condicionais, em detrimento da *-se*, que se mostra pouco frequente na competição para a expressão da noção de irrealidade/contrafactualidade.

Palavras-chave: Variação linguística; Pretérito imperfeito do subjuntivo; Desinência *-ra*; Desinência *-se*; Língua espanhola.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas (Língua Espanhola), Universidade Federal do Rio de Janeiro. david.travassos@letras.ufrj.br

2 Professor dos Programas de Pós-Graduação em Letras Neolatinas e em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. marcotulio@letras.ufrj.br

ABSTRACT

In current Spanish, the endings *-ra* and *-se* are identified as ending forms of the subjunctive imperfect past tense due to historic factors of the language evolution, being the first derived from the Latin indicative pluperfect past tense (*amaveram*) and the second from the subjunctive pluperfect past tense (*amavissem*). That said, in this work, in the light of the variationist sociolinguistic (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1978, 1994), we seek, generally, understand this process of linguistic variation. We also intend to: (i) identify the linguistic factors that condition the alternation *-ra/-se* in conditional constructions of the Spanish language for the expression of unreality; (ii) verify if extralinguistic factors as gender and geographic area categories condition the alternation *-ra/-se*; and (iii) investigate, eventually, if the ending *-se* is specializing, having its use restricted to specific contexts. Our *corpus* is made of Readers Letters from two online newspapers: *El País*, from Spain, and *La Nación*, from Argentina. The delimitation of written corpus occurred because of, regarding the alternation between the varieties *-ra* and *-se*, maybe, the latter is easily found on the written modality instead of the spoken one (ROJO, 2011, p. 214), considering its gradual decline (PÉREZ TORRES, 2014; STERCK, 2000). In this work, we made a statistical analysis with the help from the computational program GoldvarbX (TAGLIMONTE, 2006; SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005). For this analysis, we considered the following factors: (1) verb form; (2) verb structure; (3) verb conjugation paradigm; (4) grammatical person; (5) conditional clause structure; (6) gender; (7) news/variety; and (8) provinces/Spain cities. As a result, we identified the predominance of the variant *-ra* on conditional sentences to the detriment of *-se* which shows to be less frequent in the competition to the expression of the notion of unreality/counter factuality.

Keywords: Linguistic variation; Subjunctive imperfect past tense; Ending *-ra*; Ending *-se*; Spanish language.

Introdução

No âmbito da sociolinguística, a língua é concebida a partir de sua natureza variável. Sua variabilidade diz respeito aos diversos níveis do sistema linguístico - fonético e fonológico, morfosintático, semântico e pragmático -, motivados ou não por fatores exclusivamente linguísticos, exclusivamente sociais ou conjuntamente linguísticos e sociais. Partindo desta premissa, à luz da sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1978, 1994), o objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados obtidos na pesquisa de mestrado de Travassos (2020) sobre a variação na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo, em (1a) e (2a), e do “pluscuamperfecto”, em (1b) e (2b), que podem ser materializados através das variantes *-ra* e *-se*:

- (1) a. *Si desaparecieran, el país se quedaría parado. (El País, Homem, Valência)³*
 b. *Si el protagonista del vídeo de contenido sexual hubiera sido un hombre, las consecuencias para él hubieran sido las chanzas correspondientes y sin mayor repercusión en su vida. (El País, Homem, Madrid)*

3 Os dados fazem parte do *corpus* elaborado para a pesquisa de mestrado de Travassos (2020). Em 2019, elaboramos um *corpus* a partir da coleta de dados de textos escritos do gênero carta de leitor de duas regiões geográficas - Espanha e Argentina -, correspondentes a dois jornais eletrônicos: *El País*, um jornal diário espanhol com sede em Madrid, e *La Nación*, um jornal diário argentino com sede em Buenos Aires. Em cada periódico, a seção identificada como Cartas de Leitores é, respectivamente, “*Cartas a la directora*” e “*Cartas de lectores*”. No jornal argentino, não há a presença de informações referentes à origem do autor da carta, apenas o nome é informado. Diferentemente, o jornal espanhol divulga o nome do autor e a região/província da qual o autor é oriundo e, também, a cidade.

- (2) a. *Si mucha gente hiciese lo mismo, tendríamos mucho para perder en este mundo globalizado.* (La Nación, Homem, Argentina)
- b. *Si Reyes hubiese fallecido por ser embestido por un conductor que estuviera conduciendo a 237 km/h estaríamos hablando de otra cosa.* (El País, Homem, Barcelona)

Como podemos notar em (1a), a variante *-ra* está materializada no verbo “*desaparecieran*”; em (1b), no verbo auxiliar em “*hubiera sido*”. Já a variante *-se* se realiza em (2a) no verbo “*hiciese*”; em (2b), no verbo auxiliar em “*hubiese fallecido*”. Em (1) e (2), tais variantes alternam para a expressão do mesmo valor referencial, a noção de irrealidade/contrafactualidade⁴. Em (1b) e (2b), a noção de irrealidade/contrafactualidade está presente na negação implícita expressada pelas formas empregadas. Em outras palavras, isso quer dizer que em (1b) e (2b), por exemplo, há a negação implícita do que é expresso pelas formas “*hubiera sido*” e “*hubiese fallecido*”, ou seja, no momento da enunciação o enunciador aponta que o “protagonista” não é um homem, em (1b), e que, em (2b), Reyes não faleceu nas circunstâncias mencionadas. Logo, o que está sendo enunciado pelas formas empregadas não é de caráter real, factual. Em (1a) e (2a), por sua vez, ocorre o mesmo processo de negação implícita, na qual se encontra o caráter de irrealidade/contrafactualidade expresso pelas formas empregadas.

Considerando a identificação atual dessas duas variantes no paradigma de conjugação do modo subjuntivo e a significativa proeminência da variante *-ra* em detrimento da variante *-se* (ROJO; ROZAS, 2014; ARROYO, 2005; STERCK, 2000; ALARCOS LLORACH, 1999; GILI Y GAYA, 1961; RAE, 1931, 1973, 2010; BOSQUE; DEMONTE, 1999), nosso objetivo inicial é entender o que estaria motivando, em termos linguísticos e extralinguísticos, o uso dessas formas verbais no âmbito das orações condicionais, buscando sistematizar o funcionamento deste fenômeno de variação linguística. Dessa maneira, com o intuito responder a esta pergunta fundamental - como entender a alternância entre as formas *-ra* e *-se*? -, elaboramos um *corpus* escrito de duas variedades da língua espanhola, Argentina e Espanha, com o objetivo de explorar a variação entre tais formas em orações condicionais. Este *corpus* está composto por cartas de leitores de dois jornais eletrônicos: *El País*, da Espanha, e *La Nación*, da Argentina. A escolha da modalidade escrita e da seleção das variedades argentina e espanhola decorreu do fato de que, na literatura, aponta-se que é possível verificar a maior produtividade da variante *-se* na modalidade escrita, em contraste com a falada; e na variedade da Espanha, em contraponto com as variedades da América (ROJO, 2011; STERCK, 2000). Sendo assim, em relação à distribuição diatópica das variantes, nossa hipótese central é de que a variante *-se*

4 Neste trabalho, neutralizamos a distinção entre *potencial*, relacionado as formas simples, por exemplo “*fuera*” e “*fuese*”, e *irreal*, relacionado as formas compostas, por exemplo “*hubiera sido*” e “*hubiese sido*”, considerando a crítica de Montolío (1999), que sustenta a ideia de que um mesmo esquema modo-temporal pode expressar duas noções de expectativas diferentes.

resistiria mais e, por conseguinte, seria mais expressiva, na variedade espanhola (STERCK, 2000), em contraste com a variedade argentina. Para tanto, com o intuito de realizar o trabalho sociolinguístico, levantamos e controlamos, através de uma análise estatística, alguns fatores internos e externos que poderiam condicionar o emprego dessas variantes: (1) forma verbal; (2) estrutura verbal; (3) paradigma de conjugação do verbo; (4) pessoa gramatical; (5) estrutura das cláusulas condicionais; (6) gênero; (7) jornal/variedade; e, por fim, (8) províncias/cidades da Espanha.

A dupla possibilidade de realização do pretérito imperfeito do subjuntivo é possível em função do percurso diacrônico dessas formas verbais. As formas *-ra* e *-se*, originárias do mais-que-perfeito latino, possuíam valores modais de indicativo e subjuntivo, respectivamente. A primeira tem sua origem no pretérito mais-que-perfeito (*pluscuamperfecto*) do indicativo latino (*amaveram*); e a segunda no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (*amavissem*). Ambas as variantes sofreram processos de deslocamento, no que concerne ao aspecto modo-temporal. A variante *-ra* sofreu um processo de deslocamento de modo e de tempo, ou seja, do indicativo para o subjuntivo e do pretérito mais-que-perfeito para o pretérito imperfeito; a variante *-se*, por sua vez, sofreu apenas o segundo processo de deslocamento, do mais-que-perfeito do subjuntivo para o pretérito imperfeito do subjuntivo. A transição de *-ra* do modo indicativo para o modo subjuntivo ocorre, segundo Penny (1991), efetivamente, próximo ao fim da Idade Média. Este processo se deu em construções condicionais que expressavam improbabilidade e impossibilidade, ou seja, é através dos usos da forma *-ra* nessas construções que esta forma adquire nuances hipotéticas e irrealis características do modo subjuntivo.

Tendo em vista o percurso histórico de tais desinências na língua espanhola ao longo dos séculos e a identificação atual de tais desinências dentro do paradigma do modo subjuntivo para a expressão de noções subjuntivas, duas perspectivas são verificadas na literatura da área quanto à alternância das formas *-ra* e *-se*. Por um lado, os trabalhos de orientação sociolinguística tentam descrever e mapear a distribuição de uso de tais formas verbais, considerando fatores internos e externos à língua, como por exemplo Sterck (2000), Rojo e Rozas (2014), Arroyo (2005), Pérez Torres (2014), Kempas (2011), Aguilar (1990) e Travassos (2020). Por outro lado, a gramática tradicional (RAE, 1991, 1994, BOSQUE; DEMONTE, 1999, ALARCOS LLORACH, 1999, GILI Y GAYA, 1961) e a gramática descritiva sugerem a equivalência total de tais formas, sem que haja um condicionamento explícito para o uso de uma ou outra variante. Com relação a este último ponto de vista, Rojo e Veiga (1999, p. 2910), na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (BOSQUE; DEMONTE, 2000), defendem, de forma bastante assertiva, que a busca por diferenças de qualquer natureza no uso das variantes *-ra* e *-se* não seria útil, pois estaríamos procurando diferenças que apenas existem no “imaginário” e utopia dos linguistas. Rojo e Veiga tecem o seguinte comentário sobre este processo de variação:

A redução no uso de uma destas formas a favor da outra na língua falada é, com toda probabilidade, um dos fatores que motivou alguns autores querer ver diferenças de matiz significativo entre *cantara* e *cantase*, diferenças completamente imaginárias de acordo com o funcionamento do sistema verbal espanhol atual (ROJO; VEIGA, 1999, p. 2910, tradução nossa)⁵.

Sendo assim, nos encontramos diante de um problema: existem ou não diferenças e condicionamento no uso das variantes? Caso, de fato, não haja diferenças, como explicar duas formas que competem para a expressão dos mesmos valores e usos? Existiria aleatoriedade na língua? Em meio a este embate, entre uma postura mais tradicional e outra que busca encontrar uma explicação para a sistematicidade subjacente ao funcionamento de um fenômeno variável, propomos, em Travassos (2020), uma análise e discussão em torno da variação no pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol a fim de contribuir para o entendimento deste fenômeno. Dessa maneira, com o objetivo de responder a esses questionamentos iniciais, em Travassos (2020), apoiamo-nos no quadro teórico-metodológico da sociolinguística e elaboramos uma análise quantitativa, levantando, com base em nossa revisão da literatura, alguns fatores que poderiam condicionar o uso das formas *-ra* e *-se*.

Descrição e análise dos dados

Como já mencionado, este trabalho busca, à luz da sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1978, 1994), investigar a variação na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo em orações condicionais para a expressão da noção de *não-realidade*. De modo inicial, alguns pontos merecem nossa atenção antes de serem apresentados e detalhados os resultados de nossa análise. Logo após as ponderações iniciais, apresentaremos os resultados quantitativos obtidos para cada um dos grupos de fatores que foram controlados através do programa estatístico *GoldvarbX* (TAGLIMONTE, 2006; SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005).

Numa pesquisa sociolinguística quantitativa que adote uma análise através do programa estatístico é esperado, ao final do tratamento dos dados, obter-se resultados que confirmem ou não a(s) hipótese(s) levantada(s). O *GoldvarbX* é um programa de análise multivariada que permite investigar os contextos em que a variável linguística estudada é influenciada por múltiplas variáveis independentes, que são entendidas como os fatores (internos e externos) que condicionam o fenômeno variável, como apontam Guy e Zilles (2007). Assim sendo, quando, no fenômeno linguístico investigado, os fatores controlados que podem condicionar/influenciar a variável dependente são rejeitados pelo programa, isto é, não são selecionados como um

5 Do original, em espanhol: "La reducción en el uso de una de estas formas a favor de la otra en la lengua hablada es, con toda probabilidad, uno de los factores que han motivado en algunos autores el querer ver diferencias de matiz significativo entre *cantara* y *cantase*, diferencias completamente imaginarias de acuerdo con el funcionamiento del sistema verbal español actual." (ROJO; VEIGA, 1999, p. 2910).

fator condicionante, a hipótese para aquela variável independente não mais se aplica. A não aplicação decorre em função de que o fator controlado não é estatisticamente significativo para o programa e, por consequência, para explicar o funcionamento da variação linguística. De modo oposto, se o fator é significativo, a hipótese estará vigente e poderá ser testada, visto que o programa selecionou o fator como condicionador da variável dependente.

Destacamos, também, que em nossa análise houve momentos em que o fator controlado apresentou o que, na análise estatística, chamamos de *Knockout*⁶. Logo, para proceder à análise de peso relativo – razão probabilística usada para calcular o efeito de um fator condicionador na aplicação da regra variável, ou seja, o peso que um fator tem ao condicionar a ocorrência da variante que estipulamos como ‘aplicação da regra’, a variante *-se* –, é necessária a eliminação dos *Knockouts*. Dessa maneira, como será mostrado, as categorias pessoa gramatical e área geográfica⁷ apresentaram *Knockouts*. Na primeira categoria não houve dados da segunda pessoa do plural e para a primeira e segunda pessoas do singular obtivemos, respectivamente, apenas uma ocorrência da variante *-ra*. Na segunda categoria, para as regiões de Zaragoza, Alicante, Asturias, Navarra, Las Palmas, Zamora e Albacete obtivemos 100% das ocorrências da variante *-ra*. Tendo em vista esse problema referente à análise dos dados, foi necessário tomar algumas decisões, que respondem a uma posição do próprio pesquisador diante dos resultados obtidos. Dessa forma, para solucionar os *Knockouts* e tentar chegar à rodada de peso relativo, há a possibilidade de eliminar o fator, caso ele, de fato, não se mostre relevante, ou agrupar os fatores de um determinado grupo. A fim de testar nossas hipóteses e chegar à rodada de peso relativo, reorganizamos os fatores com *Knockouts* e os solucionamos. Logo, três cenários foram testados, ou seja, três possibilidades foram consideradas no tratamento dos dados.

Em um primeiro momento da primeira rodada de eliminação dos *Knockouts* encontrados, a fim de se chegar ao valor do peso relativo, retiramos da rodada dos dados o fator *Conjugação*. A retirada deste fator cumpriu-se em função de que, na variável independente denominada *Estrutura verbal*, se verifica a ocorrência das variantes em estruturas simples (*fuese/-ra*) e compostas (*hubiese sido / hubiera sido*) e esta última está organizada prototipicamente por um verbo auxiliar de segunda conjugação (*haber*) seguido de um verbo principal em sua forma nominal de particípio (*sido/dicho/estado*), ou seja, todas as ocorrências na categoria “estrutura composta” se darão invariavelmente com verbos de segunda conjugação. Em outras palavras, o fator *Conjugação* incidiria apenas nas estruturas simples e neste primeiro momento queríamos verificar se, através da distribuição das ocorrências em estruturas simples e compostas, haveria

6 O *Knockout* é um termo empregado na análise estatística para referir-se às situações em que o fator controlado apresenta a frequência percentual de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente, conforme apontam Guy e Zilles (2007). Desse modo, nos contextos em que as variantes *-ra* ou *-se* apresentam os valores percentuais de 0 ou 100, entende-se que não há variação e o programa não pode apresentar pesos e frequências relacionados a este contexto. O *Knockout* constitui um problema analítico, dentro da perspectiva estatística, uma vez que não seria possível a descrição quantitativa da amostra geral.

7 Aqui utilizamos os termos “Região”, “Área geográfica” e “território” como sinônimos para nos referirmos às variedades delimitadas pelo caráter geográfico.

um comportamento diferente quanto ao nosso fator de aplicação, a variante *-se*. Ainda, neste primeiro momento de eliminação dos *Knockouts*, eliminamos o fator *Região* dentro da Espanha, visto que houve muitos *Knockouts* nesta categoria e pretendíamos fazer, em um primeiro momento, a distinção mais ampla entre América *versus* Espanha.

Em razão do *Knockout* na primeira e segunda pessoas do singular e do fato de que na segunda do plural não houve nenhuma ocorrência das variantes, reorganizamos a categoria *Pessoa gramatical*, recodificando os dados e privilegiando o traço de número. Consequentemente, agrupamos, por um lado, a primeira, segunda e terceira pessoa do singular e, por outro, a primeira e terceira pessoa do plural, como macrocategorias.

Nesse cenário, após a reorganização dos fatores controlados e a eliminação dos *Knockouts*, os dados foram submetidos ao tratamento estatístico de peso relativo. Nesta rodada, não houve a seleção de nenhum fator estatisticamente relevante capaz de condicionar a variação estudada. Dito de outra maneira, o programa entendeu que, da forma como as categorias foram parametrizadas por nós, nenhum resultado foi significativo para explicar o condicionamento da variação linguística.

Em uma segunda tentativa, eliminamos novamente a categoria *Conjugação* e mantivemos a *Estrutura verbal*; retiramos o fator *Varietade*, a oposição realizada entre Argentina *versus* Espanha, a fim de analisar a variação entre as variantes *-ra* e *-se* na variedade da Espanha especificamente, através das regiões/províncias da Espanha. No entanto, tendo em vista a quantidade de *Knockouts* nesta categoria, optamos por reorganizar, também, este fator. Desse modo, agrupamos as regiões: Asturias e Coruña, por um lado; e Alicante e Valencia por outro; mantivemos as regiões de Madrid; Barcelona e Cádiz; e eliminamos os territórios de Castela, Navarra, Zamora, Las Palmas, Zaragoza, visto que apresentavam apenas uma única ocorrência de uma das variantes. O modo como decidimos reorganizar o fator *Região/província* foi pensado em função da hipótese para esta categoria e essa organização se deu, na medida do possível, tentando respeitar o fator. Acreditávamos que em Asturias e Galicia teríamos uma significativa produtividade da variante *-se*, já que, de acordo com Sterck (2000), em sua pesquisa, foi encontrado um índice percentual de 50% das ocorrências da forma *-se* nessas duas regiões. No entanto, ao final da reorganização e eliminação dos *Knockouts*, ainda assim, não houve a seleção de nenhuma das variáveis independentes.

No terceiro momento, consideramos as duas possibilidades/cenários mencionados, ou seja, uma análise macro, considerando Espanha e Argentina, e uma análise micro, considerando apenas Espanha, dando ênfase na análise das estruturas simples e, desta vez, considerando o fator *Conjugação*. Em ambos os casos, atendendo apenas as estruturas simples, não houve a seleção de nenhum fator condicionante.

Considerando todas as tentativas de chegarmos à rodada de peso relativo, do modo como foi conduzida a pesquisa e pelo recorte que a realizamos, parece não haver, em termos estatísticos,

nenhum fator condicionante da variação investigada. Em outras palavras, em nossa análise, não houve a seleção, em nenhuma das rodadas, de nenhum fator considerado significativo pelo programa estatístico, ou seja, os fatores controlados não foram estatisticamente relevantes. Logo, não alcançamos chegar à última fase da análise estatística, que é obter o peso relativo dos fatores controlados e verificar a probabilidade de as variantes serem empregadas nos contextos controlados.

Em síntese, os dados foram codificados e submetidos ao programa *GoldvarbX*. Em princípio analisamos todos os dados e os submetemos à análise estatística. Em função dos *Knockouts* encontrados, foram realizadas algumas eliminações, amálgamas e recodificações, com o objetivo de tentarmos chegar à rodada de peso relativo. Em todas as combinações pensadas não foi possível obter resultados de nenhuma seleção específica de fatores condicionadores da variável dependente. Em outras palavras, não foi possível encontrar valores de peso relativo. Em função disso, vamos explorar, aqui, os resultados de nossa análise, em suas formas percentuais e em números absolutos.

Descrição dos dados: resultados quantitativos

Entre o período⁸ de 1 de maio de 2019 a 1 de outubro de 2019, levantamos todas as cartas de leitores publicadas nos respectivos jornais eletrônicos, correspondendo a um total de 1822⁹ cartas de leitores: 1142 da Argentina e 680 da Espanha. Desse modo, selecionamos todas as cartas de leitores que continham ocorrência(s) das formas verbais *-ra* e *-se* no pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol simples, estando este como forma verbal única - *pudiera* / *pudiese* – e composta, um verbo principal + auxiliar, pertencente ao mais-que-perfeito (“pluscuamperfecto”) - *hubiera podido* / *hubiese podido*. A tabela, a seguir, ilustra o total de ocorrências dessas formas verbais em relação ao conjunto de cartas em que as variantes apareceram.

Tabela 1 - Distribuição das cartas e das ocorrências encontradas nos dois periódicos analisados: *El País* e *La Nación*.

Periódicos	Ocorrências			Total de Cartas
	<i>-ra</i>	<i>-se</i>	Total de dados	
El País	136	20	156	118
La Nación	264	33	297	219
Total	400	53	453	337

Fonte: Travassos (2020, p. 85)

8 O período de construção do *corpus* de pesquisa se deu em razão do planejamento feito para o curso de Mestrado, segundo o qual, no intervalo apresentado (01/05/2019 – 01/10/2019), estava prevista a coleta e tratamento dos dados para a análise.

9 A desproporção do número de cartas nos jornais ocorre em função do número de publicações diárias, que variam entre 4 a 5 cartas diárias no *El País* e 9 a 10 cartas diárias no *La Nación*.

Verifica-se que, no total de 118 cartas, obtivemos o total de 156 ocorrências na variedade da Espanha, no periódico *El País*, respectivamente 136 ocorrências de *-ra* e 20 ocorrências de *-se*. Já a variedade argentina, no conjunto de 219 cartas, no periódico *La Nación*, obtivemos o total de 297 ocorrências, respectivamente 264 ocorrências de *-ra* e 33 ocorrências de *-se*. Logo, neste cenário, obtivemos o total de 453 ocorrências das variantes *-ra* e *-se*. Após o levantamento das ocorrências das variantes nas cartas de leitores enviadas para os dois periódicos, restringimos a seleção e filtramos todos os casos das desinências que se davam apenas em construções condicionais, visto que é nosso objetivo analisar a alternância entre *-ra* e *-se* nesse contexto. A delimitação do contexto controlado nesta pesquisa se deu em função de que em construções condicionais pode-se verificar o uso das variantes para expressar noções efetivamente subjuntivas, como a de *irrealidade*. Sendo assim, tendo em vista os contextos que não representam estruturais condicionais, do total de 453 ocorrências dessas formas, apenas 103, referentes às estruturas condicionais, foram consideradas em nossa análise. Nosso objetivo é analisar as variantes *-ra* e *-se* em orações condicionais para a expressão da noção de não-realidade.

Dados Gerais

Em nosso *corpus*, contamos com 103 ocorrências das variantes *-ra* e *-se*, extraídas de 337 cartas de leitores de dois periódicos: *El País* e *La Nación*. Partindo desses dados, a seguir, apresentamos a tabela referente à distribuição das variantes *-ra* e *-se* frente ao total de ocorrências encontradas.

Tabela 2 - Frequência percentual e absoluta frente ao total de ocorrências das formas simples e compostas de *-ra* e *-se*.

Ocorrências	<i>-ra</i>	<i>-se</i>
103	84 (81,6%)	19 (18,4%)

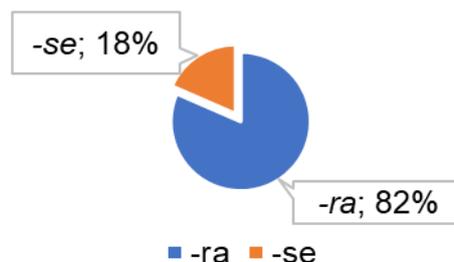
Fonte: Travassos (2020, p. 104)

Como se pode ver na tabela 2, a estratégia mais produtiva, na amostra, para expressar a noção de *irrealidade* nas orações condicionais, é a variante *-ra*. Em nosso *corpus*, obtivemos o total de 84 ocorrências da variante *-ra* e 19 ocorrências da variante *-se*, dentro do universo geral de 103 ocorrências. A primeira forma pode ser observada nos exemplos em (3); a segunda, nos exemplos em (4).

- (3) a. Si tuviera suerte y AF ganara la elección, el 11 de diciembre este decretaría (como lo hizo Cámpora con los guerrilleros) un indulto para todos los corruptos encarcelados o procesados, incluida Cristina. (La Nación, Homem, Argentina).
- b. Si ese momento llegara, es probable que los indignados, enfadados e irritados fueran los primeros en manifestar su contrariedad y frustración. (El País, Homem, Astúrias)
- (4) c. Si mucha gente hiciese lo mismo, tendríamos mucho para perder en este mundo globalizado. (La Nación, Homem, Argentina)
- d. Si tanto les preocupase la vida humana, ¿por qué no prohíben las armas de fuego? (El País, Mulher, Valência)

Ademais, os resultados gerais podem ser melhor visualizados no gráfico abaixo, que nos mostra os percentuais de cada variante.

Gráfico 1 - Frequência percentual frente ao total de ocorrências das formas simples e compostas de *-ra* e *-se*.



Fonte: Travassos (2020, p. 105).

Os dados gerais, apresentados em forma de tabela e gráfico, mostram-nos a predominância da variante *-ra* nas orações condicionais, em detrimento da variante *-se*, que se mostra pouco frequente na competição para a expressão de valores subjuntivos na língua espanhola, nesta amostra, o de *irrealidade*. A forma *-ra* apresenta o percentual de 81,6% frente ao total de ocorrências. De modo oposto, em nosso *corpus*, verificamos o percentual relativamente baixo, de 18,4%, da variante *-se*. Os nossos resultados gerais correspondem com o que esperávamos ao consultar outros trabalhos que buscaram investigar processo de variação entre tais formas, nos quais apontaram a predominância da variante *-ra* em detrimento da variante *-se* (ROJO; ROZAS, 2014; AROYO, 2005; STERCK, 2000; ALARCOS LLORACH, 1999; GILI Y GAYA, 1961; RAE, 931, 1973, 2010). Considerando o cenário empiricamente apresentado e o que nos diz a literatura da área, são notórios os altos índices de uso da variante *-ra* em detrimento do uso resiliente da forma *-se*.

Ainda que nenhum fator tenha sido considerado estatisticamente relevante, como foi mencionado, voltaremos a essa questão na discussão de nossos resultados. Por ora, a nossa preocupação será descrever os resultados quantitativos, em termos percentuais. Nas subseções a seguir, apresentaremos os resultados percentuais e absolutos dos fatores controlados na análise

da variação entre as formas *-ra* e *-se* do pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol em orações condicionais para a expressão da noção de não-realidade.

Estrutura verbal

Com este fator pretendíamos verificar se o uso das variantes *-ra* e *-se* estaria determinado em função de sua estrutura verbal. Foram considerados como estruturas simples os casos em que tais variantes são constituídas de um único verbo: *fuera* ou *fuese*, e compostas aqueles casos em que tais variantes são empregadas em estruturas com um verbo auxiliar seguido de um particípio: *hubiera sido* ou *hubiese sido*.

De acordo com a Real Academia Espanhola (2000, 2010), o uso das formas simples nas orações encaixadas de estruturas condicionais estaria relacionado à expressão do caráter semântico de *improbabilidade/potencialidade*; já o uso das formas compostas estaria relacionado ao caráter de *irrealidade*. Contudo, se considerarmos a configuração temporal das construções condicionais, segundo Montolío (2000), as estruturas simples, correspondentes ao pretérito imperfeito do subjuntivo, também expressariam o caráter de *irrealidade*, uma vez que a referência temporal se orienta em direção ao futuro, como ilustrado em (5). Montolío (2000) sustenta a ideia de que um mesmo esquema modo-temporal pode expressar duas noções de expectativas diferentes, como por exemplo a estrutura “*si*” + *imperfeito do subjuntivo* + *condicional*, que pode expressar tanto *improbabilidade*, se a referência temporal se orienta em direção ao futuro, ilustrado em (5a); ou como *irrealidade*, se a referência temporal é simultânea ao momento em que se produz o enunciado, ilustrado em (5b e 5c).

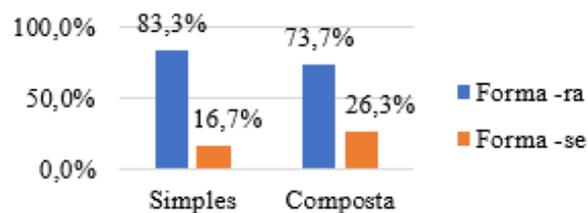
- (5) a. Si aprobáramos el próximo examen, podríamos acceder a esa plaza.
b. Si Javier Barden fuera estadounidense, sería un actor famoso en el mundo entero.
c. Si estuviéramos ahora en una pista de esquí, nos estaríamos divirtiendo muchísimo.

Montolío (2000) enfatiza que a correlação entre a noção semântica e o esquema de correlação modo-temporal parece inadequado. Portanto, neste trabalho, neutralizamos a distinção entre *potencial* e *irreal* e adotamos o critério das relações temporais que tais formas podem desempenhar, ou seja, o esquema de (-V) para anterioridade; (oV) para simultaneidade; e (+V) para posterioridade, em relação à origem (O), a enunciação. Entendemos que as cláusulas condicionais que expressam a noção de *irrealidade* são aquelas em que as relações temporais expressas pela encaixada se referem a um universo posterior (+V) ou simultâneo (oV) ao momento da enunciação. Logo, consideramos que ambas as estruturas compartilham da noção de *irrealidade*.

Ao considerarmos que a oração condicional estrutura uma relação entre duas realidades, dois mundos possíveis ou reais, construímos, na oração encaixada, um universo hipotético, real ou que supomos que seja real no momento da enunciação; já na oração matriz, construímos

um mundo criado em função do que se enuncia linguisticamente na encaixada. No exemplo em questão (5), podemos verificar que o “acesso ao cargo” (O+V) só poderá ser realizado em função de que sejamos “aprovados no exame” (O+V). No momento em que se enuncia (5), ambas as proposições referem-se a uma realidade que pode vir a ser construída no futuro (+V) e, logo, não são reais. Aplicado o esquema de Rojo e Veiga (1999), teríamos a seguinte estrutura vetorial: ((O+V), (O+V)). Sabemos que não aprovamos (ainda) o exame e que, portanto, não conseguimos (ainda) o cargo; se não passarmos no exame não conseguiremos o cargo. Desse modo, ao controlar a estrutura verbal em que se encontram as variantes, acreditávamos que as formas *-ra* e *-se* poderiam estar condicionadas em função do tipo de estrutura, se simples ou composta. Considerando os resultados obtidos para a variante *-se* em comparação aos obtidos para a forma *-ra*, o uso dessa forma, no *corpus* analisado, apresenta-se mais produtivo com as estruturas compostas, cujo resultado percentual é de 26,3% de ocorrências em contraste com 16,7% com as estruturas verbais simples. O gráfico a seguir ilustra os resultados percentuais obtidos.

Gráfico 2 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* nas estruturas verbais.



Fonte: Travassos (2020, p. 109).

Como se pode verificar, em ambas as estruturas a variante *-ra* mostra-se mais produtiva. Por outro lado, em comparação com as estruturas simples (16,7%), a variante *-se* parece ser mais registrada em estruturas compostas (26,3%). Desse modo, no gráfico 2, observamos que há a predominância da variante *-ra* em ambas as estruturas, 83,3% nas estruturas simples, ilustradas nos exemplos em (6), e 73,7% nas estruturas compostas, ilustradas nos exemplos em (7).

- (6) a. *Si Amancio Ortega, Juan Roig y los ocho que les siguen en la lista de ricos decidieran marcharse, resultaría que su decisión llevaría al resto de los españoles a situarse en un país muy igualitario.* (El País, Homem, Alicante, Elche)
- b. *Quizá si les empezara a afectar al bolsillo, se lo tomarían más en serio y en lugar de echar pulsos a ver quién es más, se centrarían en llegar a acuerdos en base a puntos de convergencia en los programas y planteamientos políticos.* (El País, Mulher, Madrid)
- c. *Si alguna autoridad o funcionario responsable negara mis dichos o intentara desdecirlos, cuento con fotos de cada una de las situaciones mencionadas, y con el testimonio de los vecinos.* (La Nación, Homem, Argentina)
- d. *Y si se quisiera profundizar, el 40% de los puestos deberían cubrirse obligatoriamente con beneficiarios de planes sociales.* (La Nación, Homem, Argentina)

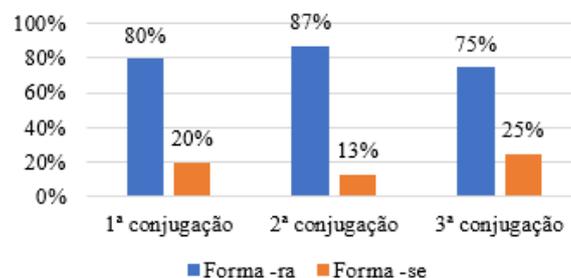
- (7) a. *Me pregunto qué habría sido de la Transición si en lugar del cuarteto formado por Fraga, Suárez, Felipe González y Carrillo los protagonistas hubieran sido Casado, Rivera, Sánchez e Iglesias.* (El País, Homem, Madrid)
- b. *Si el consenso logrado en aquella comisión se hubiera alcanzado en otras cuestiones de Estado, el país ya habría salido del estancamiento y la Filosofía, posiblemente también.* (El País, Homem, Corunha)
- c. *Si le hubieran pedido a ella el DNI, ¿se habría negado?* (La Nación, Homem, Argentina)
- d. *Las elecciones las ganó Cristina, pero el resultado habría sido muy peleado si no hubiera existido la opción Lavagna.* (La Nación, Homem, Argentina)

Paradigma de conjugação do verbo

Neste fator, foram desconsideradas as ocorrências das estruturas compostas, ou seja, dos casos em que se tem o verbo *haber* + *participio*. A exclusão das estruturas compostas se deu em razão do fato de que esta estrutura é prototipicamente formada por um verbo de segunda conjugação, ou seja, um verbo cuja terminação é *-er*.

O gráfico 3, a seguir, apresenta-nos a distribuição das ocorrências das variantes *-ra* e *-se* de nosso *corpus*, segundo a natureza da conjugação verbal, sendo, portanto, os verbos de primeira conjugação aqueles terminados em *-ar*; de segunda, em *-er*; de terceira, em *-ir*.

Gráfico 3 - Frequência percentual das ocorrências de *-ra* e *-se* segundo paradigma de conjugação.



Fonte: Travassos (2020, p. 111).

De modo geral, neste fator, os maiores percentuais encontram-se com a variante *-ra*, respectivamente 80% com verbos de primeira conjugação, 87% com verbos de segunda, e 75% com verbos de terceira; já a variante *-se* detém os percentuais de 20% na primeira conjugação, 13% na segunda conjugação e 25% na terceira conjugação. As ocorrências, da primeira, segunda e terceira conjugação, podem ser verificadas nos exemplos em (8), para o jornal *El País*, e (9), para o jornal *La Nación*.

- (8) a. *Tampoco veré cómo un partido político supera en votos a otro, si esto llegara a acontecer se trataría de un sorpasso.* (El País, Homem, Madrid)
- b. *Si desaparecieran, el país se quedaría parado.* (El País, Homem, Valência)
- c. *Si de pronto existiera un partido que pudiéramos denominar “Jubiparo”, con un programa de trabajo y pensión creíbles, podría alcanzar la friolera del 34% del voto.* (El País, Homem, Oviedo, Astúrias)
- (9) a. *Si solo nos diéramos cuenta de que cediendo un poco, muy poco, de lo nuestro se puede mejorar la vida entera de otro, tendríamos el éxito de nuestro país mucho más cerca.* (La Nación, Homem, Argentina)
- b. *A medida que venían a mi memoria imaginé que si pudieran ver el edificio en el que están, las lágrimas serían inevitables.* (La Nación, Homem, Argentina)
- c. *Desgraciadamente García Venturini falleció muy joven, pero es muy probable que si viviese y llegase al gobierno la fórmula Fernández-Fernández y sus adláteres de La Cámpora, se referiría a ellos con un término aún peor que kakistocracia.* (La Nación, Homem, Argentina)

O gráfico 3 nos mostra que, de modo geral, há o predomínio da variante *-ra* nos três paradigmas de conjugação verbal e que, em termos percentuais, não existem diferenças significativas de uso da variante *-se*, embora se mostre mais produtiva na terceira conjugação: ao considerarmos os resultados somente da variante *-se*, temos em primeiro lugar a terceira conjugação, com 25% das ocorrências; em uma segunda posição, com 20%, encontram-se as ocorrências de *-se* com verbos de primeira conjugação; e em último lugar, 13% com verbos de segunda conjugação. Nossa hipótese era de que a variante *-se* seria mais produtiva com verbos de segunda conjugação, uma vez que, ao considerar unicamente os verbos denominados “especiais”, ou seja, verbos irregulares, Sterck (2000) indicou que a variante *-se* seria mais produtiva com os verbos “*haber*” e “*ser*” e outros verbos da mesma categoria, como por exemplo “*tener*”. Contudo, nossos dados não coincidem com nossa hipótese, uma vez que o uso de *-se* se mostrou mais produtivo na terceira conjugação.

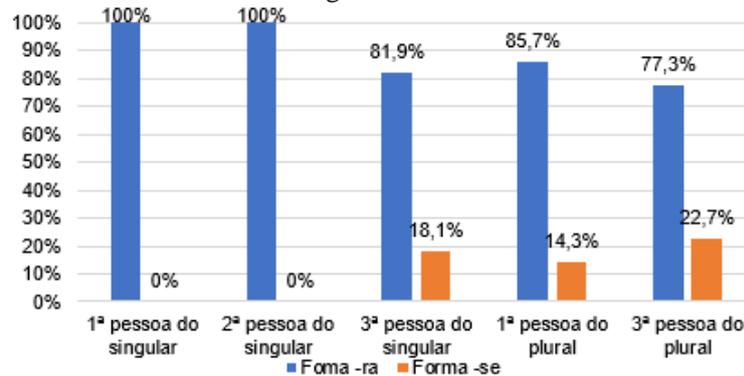
Considerando o exposto, acreditamos que, talvez, se aumentássemos o *corpus*, o cenário poderia ser diferente do que encontramos nesta pesquisa, visto que Sterck (2000) encontrou resultados significativos para a variante *-se* ao analisar as ocorrências individuais dos verbos irregulares em contraste com os regulares. Não realizamos o mesmo procedimento uma vez que o número de dados não permitiria realizar essa distribuição.

Pessoa gramatical

Analisamos, neste momento, a distribuição das variantes de acordo com a pessoa gramatical. O gráfico 4 ilustra os resultados encontrados em nosso *corpus*. Cabe lembrar que

não houve ocorrências da segunda pessoa do plural, ademais na primeira e segunda do singular ocorreu o que denominamos *Knockout*.

Gráfico 4 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* segundo a natureza da pessoa gramatical.



Fonte: Travassos (2020, p. 114).

A partir do gráfico acima, observamos a predominância da forma *-ra* em todas as pessoas gramaticais. Na primeira (10) e segunda pessoa do singular (11) houve apenas uma ocorrência, respectivamente, representando o total de 100% para cada categoria:

- (10) *Si yo fuera descendiente de Franco, lejos de enfadarme con el Gobierno socialista le estaría agradecido por elegir el cementerio de Mingorrubio como su destino final.* (El País, Homem, Madrid)
- (11) *Si lo incentivás -con tu voto-, pasás a ser su cómplice, pero con mayor responsabilidad aún, porque él no podría robar si vos le negaras el cargo al que lo encumbrás.* (La Nación, Homem, Argentina)

Na terceira pessoa do singular, houve o total de 81,9% das ocorrências da variante *-ra* (12) e 18,1% de *-se*, ilustrada em (13).

- (12) *Si esto fuera así, fácilmente en las siguientes, ante cualquier dificultad podríamos escuchar de nuevo la amenaza de repetir las elecciones, como viene siendo nuestra tradición.* (El País, Homem, Alicante)
- (13) *Si mucha gente hiciese lo mismo, tendríamos mucho para perder en este mundo globalizado.* (La Nación, Homem, Argentina)

Na primeira pessoa do plural, verificamos o total de 85,7% das ocorrências de *-ra*, ilustrada em (14), e 14,3% de *-se*, ilustrada em (15).

- (14) *Si todos, o al menos la mayoría, intentáramos ser “formidables”, otro gallo nos cantaríamos.* (El País, Homem, Zamora)
- (15) *Con el poso de sensatez que van dejando los años vividos, si pudiésemos volver atrás haríamos tantas cosas a la inversa o, por lo menos, de otra manera.* (El País, Homem, Valência)

Na terceira pessoa do plural, obtivemos o total de 77,3% das ocorrências em *-ra*, ilustrada em (16), e 22,7% em *-se*, ilustrada em (17).

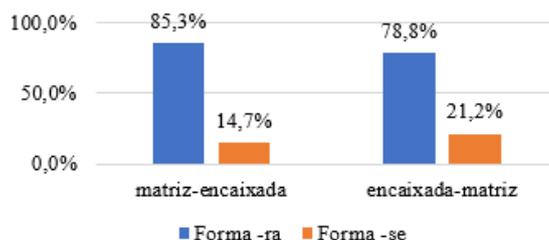
- (16) *Si estas reacciones fueran un anticipo del talante y los modos de un potencial futuro presidente, no parece haber elegido el modo más auspicioso para su presentación ante la sociedad.* (La Nación, Homem, Argentina)
- (17) *A lo mejor si se pusiesen de acuerdo en que gobernase la lista más votada, se resolvería el problema y los pactos se harían a posteriori, en relación con proyectos concretos.* (El País, Homem, Madrid)

Esperávamos que, de alguma maneira, na primeira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural houvesse os maiores índices de ocorrências da forma *-se*, visto que Sterck (2000) aponta que o uso desta variante é mais produtivo nesses contextos. Como se pode ver no gráfico 4, os nossos resultados coincidem parcialmente com nossa hipótese, visto que não obtivemos nenhum dado de *-se* na 1ª pessoa do singular, mas obtivemos 22,7% de *-se* na 3ª pessoa do plural, sendo essa a maior taxa encontrada. Em outras palavras, embora *-ra* tenha sido predominante, considerando estes resultados, observamos que, em nosso *corpus*, a variante *-se* se mostrou mais produtiva na terceira pessoa do plural, em contraste com as demais pessoas gramaticais.

Estrutura das cláusulas condicionais

Com este fator, pretendíamos observar o comportamento da ordem das estruturas condicionais, mais especificamente da posição que ocupava a oração encaixada, a fim de identificar se a ordem em que a encaixada e a matriz apareciam condicionaria o uso de uma ou outra variante, uma vez que tais formas podem ser empregadas em ambas as posições (GILI Y GAYA, 1961; RAE, 2010). Logo, a fim de verificar se talvez a estrutura poderia contribuir para o aparecimento das variantes, obtivemos os resultados apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* segundo a ordem da estrutura condicional.



Fonte: Travassos (2020, p. 116).

O gráfico acima nos mostra que, tanto na estrutura matriz-encaixada, ilustrada em (18), quanto na estrutura encaixada-matriz, ilustrada em (19), há a preferência pela variante *-ra*. A variante *-ra* na primeira estrutura é usada em 85,3% das ocorrências, correspondendo ao total de 29 casos. Na segunda estrutura, *-ra* é utilizada em 78,8% das ocorrências, correspondendo ao total de 52 casos.

- (18) *Sería recomendable que la izquierda abertzale reflexionara sobre los sentimientos de humillación, indignación e impotencia que sentiría, si tras la excarcelación de un miembro del Batallón Vasco Español, las fuerzas más reaccionarias de la derecha española realizaran actos similares.* (El País, Homem, Madrid)
- (19) *Si el país fuera una empresa, estaría quebrado.* (La Nación, Homem, Argentina)

Levando em consideração os números absolutos das ocorrências das estruturas encaixada-matriz e matriz-encaixada, é interessante notar que o resultado deste fator vai em direção ao que Montolío (2000) argumenta sobre as orações condicionais de modo geral. Segundo a autora, pautada no universal 14 de Greenberg (1996), a estrutura mais comum das cláusulas condicionais seria a anteposição da oração encaixada, geralmente introduzida por “si”, diante da matriz, o que de fato ocorre neste trabalho, com o total de 66 casos da estrutura encaixada-matriz. Sendo assim, a estrutura encaixada-matriz, para a autora, constituiria um esquema não marcado e mais habitual, uma vez que a função da encaixada seria produzir uma realidade com a qual se interpretaria a informação que segue na matriz. Logo, o *corpus* analisado neste trabalho aponta que a estrutura mais produzida, de fato, é a que a autora postula, ou seja, encaixada-matriz, em detrimento dos 34 casos da estrutura matriz-encaixada. Ainda, o gráfico 5 nos mostra que a variante *-se* alcançou o índice de 21,2% das ocorrências nas estruturas encaixada-matriz e o índice de 14,7% nas estruturas matriz-encaixada. Desse modo, podemos dizer que, embora a variante *-ra* seja proeminente em todos os contextos, a variante *-se* é mais produtiva nas estruturas encaixada-matriz, em contraste das estruturas matriz-encaixada.

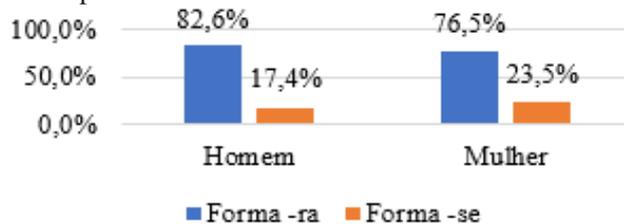
Considerando o nosso objetivo ao controlar este fator, observamos, talvez, a explicação deste fenômeno de variação possa estar relacionada ao nível discursivo/textual, e não meramente a aspectos gramaticais fixos, pelo menos no que se refere à alternância dessas variantes em orações condicionais, uma vez que o maior índice da variante *-se* ocorre nas estruturas encaixada-matriz e, segundo Montolío (2000), esta ordem da estrutura estaria atuando em função do critério discursivo/textual e refere-se à tendência de topicalização da condição, uma vez que representaria uma informação já conhecida ou introduzida no discurso ou presente implicitamente na consciência do interlocutor. Outro fator que favoreceria a estrutura encaixada-matriz seriam os contextos em que as orações encaixadas formam uma unidade prosódica independente, separadas da matriz por uma pausa. Na escrita essa pauta é representada pela vírgula, como se pode ver no exemplo (19).

Isto posto, embora este fator revele um aspecto geral em que tais formas ocorrem, isto é, incidem sobre a estrutura das condicionais e não sobre a alternância *-ra* e *-se*, poderíamos averiguar, em trabalhos futuros, o comportamento desta variação considerando outros aspectos linguísticos-textuais sob um recorte menor, ora considerando exclusivamente a ordem encaixada-matriz, ora a ordem matriz-encaixada, propondo um contraste entre tais estruturas.

Gênero

O *corpus* que elaboramos permite o controle do fator gênero. Desse modo, no gráfico a seguir, apresentamos a distribuição das variantes *-ra* e *-se* segundo este fator.

Gráfico 6 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* segundo o gênero.



Fonte: Travassos (2020, p. 118).

A partir da leitura dos resultados, verificamos que, em primeiro lugar, a variante *-ra* é mais utilizada por homens: obtivemos o percentual de 82,6% de ocorrências desta variante, correspondendo ao total de 71 casos; em segundo lugar, verificamos o percentual de 76,5% de uso da variante *-ra* por mulheres, equivalente ao total de 13 casos desta forma no universo de 17 ocorrências. Atendendo aos resultados percentuais exclusivos da variante *-se*, identificamos 23,5% das ocorrências com as mulheres e 17,4% com os homens. Nesse cenário, em nossa amostra a variante *-se* é mais utilizada por mulheres do que por homens.

Nesse sentido, é interessante notar que os nossos resultados mostram um cenário oposto ao de Kempas (2011), ao analisar esta variação na modalidade escrita da Espanha. De acordo com o autor, embora a variante *-ra* predomine em ambos os sexos (homens, 65,2%; mulheres, 92,9%), em relação à variante *-se*, a produtividade desta forma ocorreria mais com homens (34,8%) do que com as mulheres (7,1%). Dessa maneira, os nossos resultados mostraram um cenário inversamente oposto, ou seja, a maior produtividade da variante *-se* estaria localizada nas cartas de mulheres.

Ademais, a partir destes resultados, nos questionamos sobre as diferenças encontradas entre a modalidade escrita e a modalidade falada, segundo o gênero. Sterck (2000) aponta que não há diferenças significativas entre as variantes *-ra* e *-se* na modalidade falada; em contrapartida, Rojo e Rozas (2014) apontam que, embora haja a predominância da variante *-ra* em ambos os sexos (homens, 67,23%; mulheres, 80,93%), ao considerar os percentuais das ocorrências da variante *-se* na modalidade falada, esta forma é mais produtiva com homens (32,77%), do que com mulheres (19,07%).

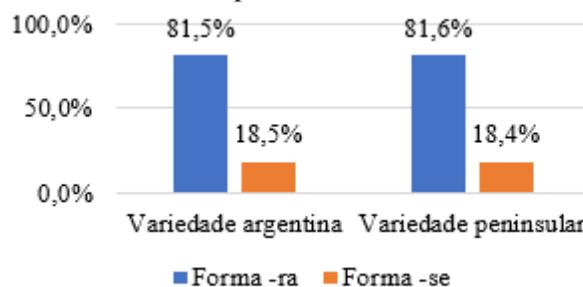
Tendo em vista as diferenças encontradas, na modalidade escrita e na modalidade falada, de modo geral, não parece haver diferenças significativas, sob o ponto de vista do gênero dos falantes/escritores, uma vez que a forma *-ra* é a que predomina tanto com as mulheres quanto com os homens. Isto nos leva a prosseguir a discussão, que será tratada mais adiante, sobre até onde nos encontramos diante de um fenômeno efetivamente variável, ou, ainda, se existe variação entre tais formas, visto que os resultados apenas contribuem para afirmar que, no

espanhol atual, a variante *-ra* é a que detêm os maiores índices de produção e a variante *-se* não parece se comportar de forma diferente em função de fatores gramaticais e sociais.

Variedade do espanhol

Com o objetivo de observar o comportamento das variantes *-ra* e *-se* em duas áreas geográficas distintas e tendo em conta que o *corpus* nos oferece esse recurso, controlamos o fator geográfico, que corresponde a duas variedades da língua espanhola. No gráfico, a seguir, apresentamos os resultados.

Gráfico 7 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* segundo a variedade do espanhol escrito.



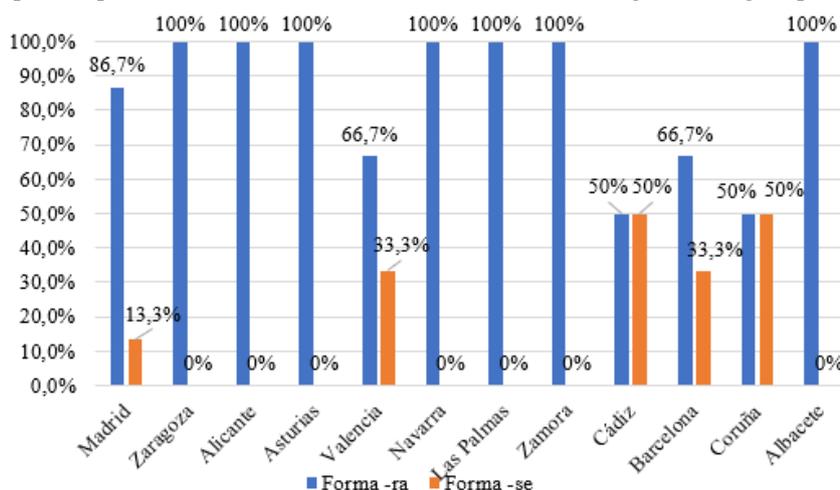
Fonte: Travassos (2020, p. 120).

Os dados nos mostram que, sob o ponto de vista da variedade/área geográfica analisada, isto é, Espanha e Argentina, a distribuição das variantes *-ra* e *-se* se mostra equiparada, com a diferença mínima de 0,1%, tanto em relação à variedade, quanto em relação à variante. Assim sendo, verificamos que há, de modo geral, a predominância da variante *-ra* em ambas as variedades. Na variedade argentina 81,5% das ocorrências correspondem à variante *-ra*, e na variedade da Espanha, 81,6%. Já em relação às ocorrências da variante *-se*, tampouco identificamos diferenças significativas que possam apontar a produtividade, em maior ou menor grau, nas variedades analisadas. Na variedade argentina, 18,5% das ocorrências são de *-se* na amostra analisada, e na variedade da Espanha, 18,4%. Nossa hipótese era a de que, como apontado por Sterck (2000), os maiores índices de uso da variante *-se* estariam localizados na variedade da Espanha em comparação com a variedade argentina. Contudo, como se pode verificar no gráfico 7, ambas as variedades apresentam índices muito próximos da variante *-se*. A partir destes resultados, embora estejamos tratando de variação diatópica, nos questionamos se não existiriam diferenças de outras naturezas, como em relação ao estilo e formalidade no uso das variantes *-ra* e *-se*, visto que, segundo Sterck (2000, p. 103), a variante *-se* mantém-se especialmente em variedades normativas e conservadoras, sendo o espanhol escrito de Castela uma dessas variedades. Considerar tais fatores em análises futuras pode apontar novas perspectivas deste fenômeno de variação, uma vez que, no *corpus* analisado, não há diferenças que apontem para um comportamento diferenciado deste fenômeno na modalidade escrita.

Região/província¹⁰

Uma vez que a configuração do *corpus* analisado nesta pesquisa permite controlar, ademais das regiões maiores, Argentina e Espanha, também as áreas geográficas da variedade da Espanha, apresentamos, no gráfico a seguir, os resultados referentes à distribuição das variantes *-ra* e *-se* dentro do recorte da variedade espanhola. Ressaltamos para o fato de que os dados referentes à variedade argentina não foram considerados neste momento e que, nesta categoria, houve muitos *Knockouts*.

Gráfico 8 - Frequência percentual das ocorrências das formas *-ra* e *-se* segundo a região/província da Espanha.



Fonte: Travassos (2020, p. 122).

No gráfico 8, verificamos que nas regiões de Zaragoza, Alicante, Asturias, Navarra, Las Palmas, Zamora e Albacete houve a predominância exclusiva da variante *-ra* na amostra analisada, com 100% das ocorrências. Dessa maneira, na amostra analisada não houve registro de variação nessas áreas geográficas. É possível que, se aumentássemos o *corpus*, registraríamos a alternância de tais variantes nas regiões em que houve apenas o uso da variante *-ra*. Por outro lado, em relação às áreas geográficas em que identificamos a alternância das formas, na região de Madrid observamos que 86,7% de ocorrências correspondem ao uso da variante *-ra* e 13,3%, de *-se*; na região de Valencia 66,7% de ocorrências são de *-ra* e 33,3% de *-se*; em Cádiz, 50% de *-ra* e 50% de *-se*; em Barcelona 66,7% dos dados são da variante *-ra* e 33,3% da variante *-se*; e na região de Coruña 50% dos casos correspondem ao uso de *-ra* e 50% de *-se*.

Segundo Sterck (2000), no que diz respeito à variante *-se* na modalidade escrita de cinco regiões da Espanha, nos territórios de Castela (68,83%) e Asturias-Galicia (50%) encontram-se os maiores índices de ocorrência da variante *-se*; por outro lado, as regiões de País Vasco (38,46%), Catalunha (35,90%) e Andaluzia (34%) são as que menos fazem uso dessa variante. Considerando esses resultados, acreditávamos que nas regiões de Asturias, Coruña e Madrid a variante *-se* poderia ser mais produtiva, no entanto, isso não foi verificado na análise.

10 Considerando o fator geográfico, apenas o periódico *El País* permite o controle das áreas geográficas/territórios dos quais os autores das cartas são oriundos; já o periódico *La Nación* não fornece essas informações, impossibilitando, assim, o controle geográfico no interior da variedade argentina.

Ao controlar o fator região, de modo geral, os maiores números de casos da forma *-se* se deram nas regiões de Madrid, com duas ocorrências; Valência, com duas ocorrências; Barcelona, com apenas uma ocorrência; Corunha, com apenas uma ocorrência. Logo, não foi possível estabelecer tendências gerais, uma vez que o número de dados que foram encontrados no *corpus* analisado não é significativo. Seria, assim, necessário fazer um levantamento maior de dados para a análise e discussão do fenômeno. Por fim, chegamos à conclusão de que o fator região também não parece explicar a alternância entre as variantes *-ra* e *-se* em estruturas condicionais.

Breve discussão dos resultados

Com o objetivo de apresentar uma discussão e reflexão iniciais em torno dos resultados obtidos em Travassos (2020), propomos, neste momento, a retomada de alguns conceitos que nos foram úteis com base no modelo teórico de nossa investigação. Ademais, discorreremos, também, sobre o embate entre Labov (1978) e Lavandera (1978) referente à aplicação de um modelo teórico inicialmente pensado para a fonologia – a sociolinguística – e posteriormente aplicado aos outros níveis da língua, a morfossintaxe, por exemplo. Neste cenário, levamos essa discussão adiante e nos questionamos sobre a viabilidade da aplicação do modelo sociolinguístico para o estudo da alternância entre duas desinências verbais que, a princípio, acreditamos que compartilhem do mesmo valor “referencial” e “funcional” e que poderia ser caracterizada como um fenômeno de alomorfismo na língua. Portanto, com base em nossos resultados e no que diz a perspectiva geral do estudo dessas variantes, verificamos que, ao menos nos moldes em que aqui fizemos, uma análise efetivamente sociolinguística não foi suficiente para dar conta de explicar o comportamento e a alternância das formas *-ra* e *-se* em orações condicionais do espanhol atual. Desse modo, em relação à discussão que apresentaremos brevemente, a seguir, entre Lavandera (1978) e Labov (1978), destacamos uma questão principal: é possível estender a noção de regra variável para além da fonética?

A sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994) parte do princípio de que existe na língua uma heterogeneidade ordenada para sustentar a ideia de que as línguas variam e, eventualmente, mudam. Para esta área da linguística, as línguas variam porque existem formas com o mesmo valor de verdade, referencial e funcional, que competem para expressão de determinados significados na língua e que são condicionados por fatores linguísticos e sociais. De outro modo, dizemos que A e B competem para a expressão de um significado X. Como consequência do processo de variação existente entre as formas na língua, quando duas formas coexistem ou competem para a expressão de um mesmo valor de verdade, ditas formas linguísticas podem ou não deixar de existir, à medida que uma forma inovadora se sobrepõe a uma forma conservadora. De outro modo, dizemos que A, variante inovadora, se sobrepõe a B, variante conservadora, na competição para a expressão de um significado X. Esta dinâmica é o que denominamos de mudança linguística em progresso,

visto que há uma variante que detém a predominância de uso para expressar um significado X. Logicamente, a mudança efetiva ocorre quando uma das variantes cai em desuso e deixa de ser utilizada. Considerando a heterogeneidade ordenada, na língua há regras categóricas, que sempre se aplicam da mesma maneira, e regras variáveis, condicionadas por fatores linguísticos e sociais. Em termos estatísticos, as regras categóricas são aquelas que operam com frequência de 100%; e regra variável, aquela que opera com frequência de 5-95%. O intervalo entre as duas regras é o que, estatisticamente, chamamos de regra semi-categórica, aquela que opera com frequência de 95-99%. À vista disso, entende-se que a alternância entre formas linguísticas para a expressão de um mesmo significado corresponde ao fenômeno de regra variável, ou seja, variação linguística.

Conforme se pode verificar no levantamento apresentado por Pérez Torres (2014), desde o início do século XVI a variação entre as formas *-ra* e *-se* do pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol opera através de regras variáveis, ou seja, até os dias atuais verifica-se a coexistência de tais variantes operando sob a frequência de 5-95%. Isto posto, nos engajamos na investigação do processo de alternância entre as variantes *-ra* e *-se* em orações condicionais para a expressão da noção de *irrealidade/contrafactualidade* a fim de identificarmos se no recorte que realizamos encontraríamos algum fator que condicionaria o uso de uma forma ou outra. Desse modo, considerando o princípio de regra variável e de condicionamento linguístico aplicado neste trabalho (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994), não parece haver fatores que condicionam o uso das variantes linguísticas estudadas, ao menos nos dados extraídos de nossa amostra. Desse modo, como explicar este fenômeno, se partimos da ideia de que não existe a aleatoriedade na língua?

Lavandera (1978), tece algumas críticas sobre o modelo sociolinguístico de Labov (1972). Segundo a autora, a análise quantitativa não constitui em si uma análise definitiva do fenômeno linguístico e, entendendo a importância da contribuição deste modelo, aponta que não é adequado estender, no atual estado da pesquisa sociolinguística, a outros níveis de análise de variação a noção de variável sociolinguística, originalmente desenvolvida com base em fenômenos fonológicos. Lavandera argumenta que fora do âmbito fonológico, as variantes têm diferentes *status*, uma vez que não apresentam uma única referência funcional, devendo, portanto, recorrer a outros aspectos para definir a variável dependente. Logo, ao levantar a discussão no âmbito da variação sintática principalmente, Lavandera (1978) defende que “[o]s estudos quantitativos de variação que lidam com a alternância morfológica, sintática e lexical, sofrem da falta de uma teoria articulada de significados”¹¹.

Diante das críticas de Lavandera, Labov (1978), em certa medida, admite que haveria problemas analíticos ao considerar a aplicação do modelo sociolinguístico para além do nível

11 Do original, em inglês: “The quantitative studies of variation which deal with morphological, syntactic, and lexical alternation suffer from the lack of an articulated theory of meanings.” (LAVANDERA, 1978, p. 171). Tradução nossa.

fonológico. Dessa maneira, Labov (1978) articula uma estratégia para sustentar o princípio de regra variável e excluir eventuais problemas de análise, na qual aponta que haveria de se estabelecer a variável linguística, aplicando o critério em que se define o valor de verdade a partir do qual é expresso o mesmo estado de coisas. Desse modo, Labov (1978) flexibiliza o conceito de “valor de verdade” e estende a noção para “valor básico referencial”. A partir disso, é preciso delimitar seu contexto de variação e eliminar os contextos em que as variantes apresentam valores diferentes do que se pretende analisar, os contextos em que não há alternância das variantes analisadas e os contextos em que apenas uma das variantes é utilizada. Em outras palavras, os recortes mencionados referem-se à delimitação e recorte do objeto investigado, a variável linguística, e a delimitação do que este objeto expressa, seu valor básico referencial.

Retomando nosso objeto de pesquisa, neste trabalho, o recorte realizado foi a alternância das variantes *-ra* e *-se* do pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol em orações condicionais para a expressão da noção de *irrealidade/contrafactualidade*. Eliminamos de nossa análise os contextos em que tais variantes expressam outras noções subjuntivas (desejo, possibilidade, probabilidade) e, tendo em vista os usos etimológicos da variante *-ra*, outros valores indicativos (de condicional, de passado, de passado anterior em um ponto passado). Ainda assim, não foi possível chegar a uma explicação do comportamento de tais variantes em orações condicionais. Apenas confirmamos o que a literatura já nos dizia: a variante *-ra* é a que predomina, de modo geral, para a expressão de noções subjuntivas, neste caso a noção considerada é a de irrealidade.

Ainda que tenhamos seguido todas as etapas e recortes orientados pela sociolinguística, parece-nos que o modelo sociolinguístico não deu conta de explicar a alternância de tais formas, ao menos da maneira como aqui fizemos. Sendo assim, como explicar duas formas que alternam e compartilham da mesma referência semântica? Existe variação livre de condicionamento? Ou, ainda, será que efetivamente expressam o mesmo caráter referencial, como *Lavandera* nos leva a pensar, a partir de seu questionamento? Que *status* as variantes *-ra* e *-se* desempenhariam na língua espanhola?

Oliveira (2009), a favor dos que defendem que o modelo sociolinguístico pode ser aplicado para além da fonologia, analisa as formas de passado “*dejó*” e “*ha dejado*” da língua espanhola na modalidade escrita e defende que também é possível analisar variantes linguísticas no plano da morfologia. Oliveira (2009) reconhece a possibilidade de se admitir que duas ou mais formas morfossintáticas desempenham uma mesma função, ou seja, apresentam o mesmo significado referencial, seguindo os procedimentos postulados por Labov (1978). Com isso, nos perguntamos, além da referência funcional que desempenham na língua espanhola, qual é a diferença entre analisar a alternância das variantes *-ra* e *-se* e as variantes “*dejó*” e “*ha dejado*”? Tendo em mente que uma está no campo da morfologia e outra da morfossintaxe, quais implicações podem resultar desta diferença? E por que, neste último fenômeno de variação, é possível identificar os contextos em que há o favorecimento de uma ou outra variante, porém na alternância de *-ra* e *-se* não conseguimos encontrar condicionamento?

Em primeiro lugar, acreditamos que o fato de, em nosso trabalho, não termos encontrado resultados que dessem conta de explicar a alternância entre as formas *-ra* e *-se* está relacionado com a própria configuração da variável dependente. Não estamos investigando um fenômeno efetivamente morfossintático; tampouco se aproxima da configuração das variáveis fonológicas. A nossa variável dependente analisada está localizada no nível da morfologia, mais especificamente no nível do morfema, na desinência modo-temporal. Portanto, seria necessário aplicar outros métodos e abordagens de análise, como, por exemplo, testes de percepção, uma vez que a escolha dessas variantes poderia estar influenciada pelo grau de *irrealidade* e pelo grau de formalidade que lhes é atribuído. Talvez a análise de percepção e estilo possa contribuir para o entendimento maior deste processo de variação.

Em segundo lugar, acreditamos que, sob o ponto de vista histórico da sociolinguística, metodologicamente, estaríamos no período que Eckert (2012) vai denominar de primeira “onda”. Segundo Eckert (2012), estudos sociolinguísticos podem ser agrupados em três “ondas” que não se substituem ou se sucedem, trata-se da configuração na qual a variação é considerada. A primeira onda dá início aos trabalhos sociolinguísticos e atua sob a perspectiva da correlação ampla entre as categorias sociais e as categorias linguísticas, buscando por meio disso a caracterização linguística individual dos falantes. A segunda onda atua no âmbito menor das comunidades linguísticas e está caracterizada pelas pesquisas etnográficas, considerando com maior profundidade as categorias sociais. A terceira onda atua através da combinação da primeira e da segunda onda, considerando no lugar da categoria maior (a comunidade de fala), a categoria menor (a comunidade de prática), que diz respeito às relações de um dado grupo de falantes que se unem em torno de um mesmo objetivo e compartilham das mesmas referências linguísticas e sociais. Considerando as três ondas, acreditamos que, de fato, uma abordagem que se oriente do micro para o macro social, como a terceira onda da sociolinguística, possa contribuir para o entendimento deste fenômeno. O *status* social e linguístico que as variantes detêm é o fator que deve ser considerado com primazia.

Por fim, embora as possibilidades alternativas não sejam excludentes, estamos mais inclinados para a primeira possibilidade. De fato, acreditamos que estudos que considerem a perspectiva individual do falante possam contribuir para o entendimento deste processo de variação. Por outro lado, é possível que, para entender esta alternância, é necessário repensar o objeto de estudo, a configuração da variável dependente, bem como o método de análise. Ainda, haveríamos que considerar uma última possibilidade. É possível que estejamos diante do fim de uma mudança linguística em progresso, considerando os últimos quatro séculos de coexistência dessas duas variantes. Desse modo, a coexistência dessas duas formas nos leva a duas situações: a primeira é o uso especializado de tais variantes, como ocorreu com a variante *-ra* em seus atuais usos etimológicos que competem com as formas canônicas de passado; a segunda situação é o desaparecimento de uma dessas variantes. De fato, há a predominância da variante *-ra*, em detrimento da variante *-se*. Porém, como explicar o uso de *-se* e não de *-ra* dentro de um mesmo recorte?

Considerações finais

Após uma análise estatística, não foi possível verificar, no *corpus* analisado, nenhum fator que condicionaria a alternância entre as formas *-ra* e *-se* para a expressão de noções subjuntivas, especificamente a noção de *não-realidade* presente nas cláusulas condicionais. Visto de outra forma, neste trabalho, a ausência de resultados significativos é também um resultado interessante e nos faz repensar a trajetória de pesquisa. Não descartamos que é possível que os resultados obtidos estejam respondendo às decisões por nós tomadas e sejam correlacionados a diversos aspectos, entre eles: o modo como constituímos nosso *corpus*; a delimitação do contexto de variação: talvez devêssemos conjugar outros contextos além das estruturas condicionais; a configuração da variável dependente; a configuração das variáveis independentes; o fato de termos realizado uma pesquisa comprobatória e não exploratória etc. São necessárias, assim, novas articulações teóricas e metodológicas para que possamos compreender melhor e com mais clareza o comportamento dessas variantes na língua espanhola. Talvez, a própria configuração da noção de variável linguística e do valor referencial/funcional adotado neste trabalho deveria ter sido especificada para a aplicação em um nível menor de análise, o da morfologia.

Com a realização deste trabalho sobre a variação na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo em orações condicionais no espanhol para a expressão da noção de irrealidade, esperamos ter contribuído para a reflexão sobre o fenômeno na língua espanhola e, também, para a necessidade do desenvolvimento de novas investigações, que contem com metodologias mais refinadas que possam trazer novas luzes ao debate. Por fim, tendo exposto os resultados desta pesquisa juntamente com outros trabalhos que se empenharam em explicar o processo de variação entre as formas *-ra* e *-se*, não encontramos em nossos dados nenhum indicador que explique claramente o que subjaz o funcionamento deste fenômeno variável. Logo, após todo o trajeto percorrido, a questão primária que nos levou a caminhar até este momento permanece em evidência: como entender a variação entre duas desinências modo-temporais que alternam na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo espanhol?

REFERÊNCIAS

AGUILAR, R. C. *Sobre la historia del subjuntivo español*. Separata de Actas de la Sociedad Española de Lingüística XX aniversario. Tenerife, 2-6 de abril de 1990.

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

ARROYO, J. L. B. *Sociolingüística de español: desarrollos y perspectivas en el estudio de la lengua española en contexto social*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2005.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V.. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999.

ECKERT, P. *Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation*. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, n.41, 2012, p. 87-100. Disponível em: < <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-anthro-092611-145828> >. Acesso em: 16 de março de 2021

GILI Y GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: SPES, 1961.

GREENBERG, J. H. *Universals of language*. Cambridge: Mit Press, 1963.

GUY, G. R.; ZILLES, A.. *Sociolinguística quantitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KEMPAS, I. *Sobre la variación en el marco de la libre elección entre cantara y cantase en el español peninsular*. Moenia, 17, 2011, 243-264. Disponível em: < <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/7332> >. Acesso em: 16 de março de 2021.

LABOV, W. 1972. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania.

LABOV, W. *Principles of linguistics change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. Sociolinguistic Working Paper, n° 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

LAVANDERA, B. *Where does the sociolinguistic variable stop?* Paper presented at Linguistic Society of America Meeting. Chicago, 1977. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S0047404500005510> >. Acesso em: 16 de março de 2021.

MONTOLÍO, E. Las construcciones condicionales. In.: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999, p. 3643-3737.

OLIVEIRA, Leandra Cristina de. *A noção de regra variável na morfossintaxe: um estudo das formas verbais espanholas “dejó” e “ha dejado”*. In: Working paper em linguística, vol. 10 (2). Florianópolis: UFSC, 2009, p. 21-33. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2009v10n2p21> >. Acesso em: 16 de março de 2021.

PENNY, R. *A history of Spanish language*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1973.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Libros, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1931.

ROJO, G. *Me pidieron que reseñara/reseñase el libro que Bosque publicara/publicase en 1980*. Universidad de Santiago de Compostela, 2011.

ROJO, G. *Sobre la distribución de las formas llegara y llegase en español actual*. Ediciones Universidad da Coruña, 1996.

ROJO, G.; ROZAS, V. V. Sobre las formas en -ra en el español de Galicia. In: ENRIQUE-ARIAS, A.; GUTIÉRREZ, M. J.; LANDA, A.; OCAMPO, F. *Perspectives in the Study of Spanish Language Variation: Papers in Honor of Carmen Silva-Corvalán*. Universidad de Santiago de Compostela, 2014. Disponível em: < https://www.academia.edu/download/47708332/Perspectives_in_the_Study_of_Spanish_Language_Variation.pdf >. Acesso em: 16 de março de 2021

ROJO, G.; VEIGA, A. El tiempo verbal: los tiempos simples. In.: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999, p. 2867-2934.

SANKOFF, D., TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. S. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: < <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html> >. Acesso em: 16 de março de 2021.

STERCK, G. *Gramática española: enseñanza e investigación: registros y áreas geográficas en lingüística: valores y usos de las formas verbales en -ra, -se, -ría y -re*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: < <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html> >. Acesso em: 16 de março de 2021

PÉREZ TORRES, R. *Aproximación a la distribución diacrónica de las formas de pretérito imperfecto de subjuntivo (-ra y -se) en el español de España*. Facultad de Filología de la Universidad de Santiago de Compostela, 2014. Disponível em: < <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/13081> >. Acesso em: 16 de março de 2021

TRAVASSOS, D. B. de J. *A variação na realização do pretérito imperfeito do subjuntivo em orações condicionais*. Dissertação de Mestrado em Letras Neolatinas (Língua espanhola). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <http://posneolatinas.letras.ufrj.br/index.php/dissertacao-2020-david-batista-de-jesus-travassos/> >. Acesso em: 16 de março de 2021

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial 2006 (1968).



FENÔMENOS DA INTERFACE MORFOLOGIA E FONOLOGIA NO PORTUGUÊS DO BRASIL: EVIDÊNCIAS PARA A NOÇÃO DE CICLO DERIVACIONAL

PHENOMENA OF THE MORPHOLOGY AND PHONOLOGY INTERFACE IN BRAZILIAN PORTUGUESE: EVIDENCE FOR THE NOTION OF DERIVATIONAL CYCLE

Jaqueline dos Santos Peixoto¹

RESUMO

Investigamos a interação entre Fonologia e Morfologia no português do Brasil (PB). Para tanto, examinamos fenômenos do sistema fonológico segmental e prosódico para descobrir em que medida eles podem ser referência para outros fenômenos. A ideia é a de que o mapeamento entre fenômenos fonológicos diferentes sustente a existência de domínios gramaticais de aplicação de regras. Em uma abordagem já tradicional, a Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1982a, 1985) se ocupa da interação entre as regras fonológicas e os demais módulos da gramática. Ao se ocupar dessa interação, a Fonologia Lexical (FL) permite identificar domínios gramaticais de aplicação de regras. Cabe à noção de domínio mostrar como fenômenos de mudança estrutural são determinados por contextos gramaticais. Conforme essa interação, as regras serão lexicais cíclicas e pós-cíclicas, e pós-lexicais (BOOIJ; RUBACH, 1987). Assim, as diferentes propostas para o acento e o ritmo no PB permitem tratar o primeiro no domínio das regras lexicais cíclicas e o segundo entre as regras pós-lexicais. As diferenças encontradas entre o fenômeno de epêntese vocálica nas variantes cultas e populares do verbo e no nome são explicadas à luz dos domínios lexicais cíclicos e pós-cíclicos. Já independência entre a neutralização das vogais médias pretônicas e a estrutura interna da palavra é consequência de sua natureza lexical pós-cíclica, o que não significa que, mesmo não interagindo com a estrutura da palavra, esse fenômeno não forneça evidências da existência de diferentes domínios de ocorrência de regras gramaticais. A escolha teórica se deve por permitir a unificação de operações gramaticais e sonoras por meio da ideia de ciclo derivacional. O confronto entre as propriedades do acento morfológico e rítmico será feito a partir da autonomia entre o acento primário e secundário (ROCA, 1986); da organização das regras fonológicas sob e fora do controle da Morfologia (HALLE; VERGNAUD, 1987); e da tipologia dos padrões acentuais das línguas naturais (HAYES, 1995).

Palavras-chave: Morfologia; Fonologia; Ciclo Derivacional; Processos Fonológicos; Português do Brasil.

1 Professor Associado II, Departamento de Letras Vernáculas/Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jaquepeixoto@yahoo.com.br.

ABSTRACT

We investigate the interaction between Phonology and Morphology in Brazilian Portuguese (BP). For that, we examine the phenomena of the segmental and prosodic phonological system to find out to what extent they can relate to other phenomena. The idea is that the mapping between different phonological phenomena supports the existence of grammatical domains of rule application. In an already traditional approach, Lexical Phonology (KIPARSKY, 1982a, 1985) deals with the interaction between phonological rules and the other modules of grammar. When dealing with this interaction, Lexical Phonology (LP) allows for the identification of grammatical domains of rule application. The notion of domain shows how structural change phenomena are determined by grammatical contexts. According to this interaction, the lexical rules will be cyclical and post-cyclical, and post-lexical (BOOIJ; RUBACH, 1987). Thus, the different proposals for the accent and rhythm in BP allow for addressing the first in the domain of cyclical lexical rules and the latter in post-lexical rules. The differences found between the phenomenon of vowel epenthesis in the standard and popular variants of the verb and in the noun are also explained in light of the cyclic lexical domain and post-cyclic lexical domain. The independence between the neutralization of mid-vowels and the internal structure of the word is due to its post-cyclical lexical nature. That does not mean, however, that this phenomenon does not provide evidence of the existence of different domains of occurrence of grammatical rules even if it does not interact with the internal structure of the word. Our theoretical choice is explained by the fact that it allows for the unification of grammatical and sound-related operations through the idea of derivational cycle. The opposition between the properties of the morphological and rhythmic accent will be achieved from the independence between the primary and secondary accents (ROCA, 1986); from the organization of phonological rules within and outside the control of Morphology (HALLE; VERGNAUD, 1987); and from the typology of accent patterns of natural languages (HAYES, 1995).

Keywords: Morphology, Phonology, Derivational Cycle, Phonological Process, Brazilian Portuguese.

Introdução

Nosso objetivo com este trabalho é analisar fenômenos da gramática do português do Brasil (PB) representativos da interação entre Morfologia e Fonologia. Para tanto, reunimos diferentes fenômenos do sistema fonológico segmental e prosódico, a fim de descobrir em que medida esses fenômenos têm como referência outros processos gramaticais da língua. Pretendemos mostrar como o mapeamento de fenômenos fonológicos de diferentes naturezas possa ser esclarecedor da importância da noção de domínio gramatical e de ciclo derivacional, na explicação desses fenômenos. A abordagem a essas duas noções é feita por meio da Fonologia Lexical (FL), cujo surgimento é marcado pela incorporação de avanços alcançados nos estudos morfológicos da Gramática Gerativa.

Em uma abordagem que já se tornou clássica, a Fonologia Lexical, apresentada inicialmente em Kiparsky (1982a), e desenvolvida em Kiparsky (1985), se ocupa da interação entre as regras fonológicas e os demais módulos da gramática, em especial a Morfologia. Ao se ocupar da interação entre o módulo gramatical (Morfologia e Sintaxe), responsável pela

formulação da mensagem, com o módulo sonoro (Fonologia), responsável pela sua articulação, a FL permite identificar diferentes domínios linguísticos de aplicação de regras fonológicas. Cabe, então, à noção de domínio mostrar como as ocorrências de fenômenos de mudança sonora são determinadas pelos contextos gramaticais em que acontecem. Conforme as propriedades dessa interação, as regras da FL serão lexicais cíclicas, lexicais pós-cíclicas e pós-lexicais (BOOIJ; RUBACH, 1987).

As diferentes propostas sobre o acento e o ritmo no português do Brasil (COLLISCHONN, 1993; BISOL, 1994; LEE, 1995; WETZELS, 1994, 2002), algumas divergentes, outras convergentes, permitem tratar o acento primário no domínio das regras lexicais cíclicas e o acento secundário no domínio rítmico das regras pós-lexicais da língua. As diferenças encontradas entre o fenômeno de epêntese vocálica nas variantes cultas e populares do verbo e no nome são explicadas à luz dos domínios lexicais cíclicos e lexicais pós-cíclicos. Já a independência entre o fenômeno de neutralização das vogais médias pretônicas e a estrutura interna da palavra não significa que a neutralização não seja relevante para esclarecer a existência de diferentes domínios de aplicação de regras. Nesse sentido, a ordenação da neutralização das vogais médias pretônicas após a regra de acento lexical é esclarecedora da natureza primária e secundária dos afixos do português do Brasil. Esses fenômenos por nós reunidos permitem, a nosso ver, evidenciar a interação entre Morfologia e Fonologia, esclarecendo, inclusive, como regras gramaticais ocorrem, e têm suas propriedades determinadas, nos diferentes domínios estruturais.

A interação entre regras morfológicas e fonológicas na gramática do PB é investigada por meio, sobretudo, dos pressupostos da Fonologia Lexical. Já o estudo do acento e do ritmo da língua terá como base diferentes versões da Teoria Métrica do Acento, apresentadas nos trabalhos de Roca (1986), que propõe, em sua análise do espanhol, a autonomia entre o acento primário (lexical) e o acento secundário (rítmico); Halle e Vergnaud (1987), que, ao representarem o acento no plano autossegmental, propõem uma distinção entre regras fonológicas cíclicas e não cíclicas – distinção essa motivada pelos objetos formais fornecidos pela Morfologia; e Hayes (1995), que, ao fornecer as bases paramétricas para uma teoria do acento métrico, baseadas na Lei Trocaico-Iâmbica, apresenta uma tipologia dos padrões acentuais das línguas naturais.

O Léxico do português do Brasil

A investigação de fenômenos gramaticais que dependem da interação entre Morfologia e Fonologia passa necessariamente pelos avanços alcançados pelas teorias linguísticas que lidam com a ideia de que regras gramaticais e sonoras ocorram em diferentes níveis de organização hierárquica. A ideia de que as regras linguísticas estejam hierarquicamente organizadas já estava presente mesmo que de forma implícita em Pânini². Para mostrar como os fenômenos

2 Gramático hindu que teria vivido em um período localizado entre os séculos 600 a.C e 300 a .C.

que dependem da interação entre Morfologia e Fonologia no PB revelam diferentes domínios de aplicação de regras, citamos os avanços alcançados no âmbito da Fonologia na Gramática Gerativa. Esses avanços estão relacionados à noção de ciclo derivacional. Entre os avanços da Fonologia Gerativa, está a hipótese de que as regras morfológicas se ordenem em níveis no Léxico (SIEGEL, 1974). A hipótese de ordenação de níveis (*Level Ordering Hypothesis*) incorpora a proposta de que a afixação ocorra em dois blocos ordenados linearmente. No primeiro bloco, estão os afixos de Classe I, caracterizados tanto por desencadear quanto por sofrer processos fonológicos. Os afixos desse nível costumam aparecer mais próximos da base³ (raiz ou radical)⁴ à qual se associam. Por isso, são separados da base pelo símbolo + (fronteira de morfema). No segundo bloco, estão os afixos de Classe II, caracterizados por serem fonologicamente neutros. A neutralidade fonológica dos afixos deste nível é reveladora do fato de costumarem aparecer em uma posição mais externa à sua base (raiz ou radical). Por isso, tais afixos são representados em termos fonológicos separados de sua base pelo símbolo # (fronteira de palavra). Ora, no âmbito dos desdobramentos da Fonologia Gerativa, a distinção entre afixos de Classe I e Classe II é equivalente àquela existente entre afixos de limite formativo (*formative-boundary*) e de limite de palavra (*word-boundary*) (CHOMSKY; HALLE, 1968); afixos de Nível I e Nível II (PESETSKY, 1979; KIPARSKY, 1982a); e afixos de Estrato I e Estrato II (HALLE; VERGNAUD, 1987). Particularmente, a proposta de que regras de interação entre Morfologia e Fonologia se apliquem de modo ordenado na gramática é desenvolvida pela Fonologia Lexical, uma teoria apresentada inicialmente em Kiparsky (1982a) e desenvolvida em Kiparsky (1985). A Fonologia Lexical se ocupa da interação entre as regras fonológicas e os demais domínios da gramática, em especial a Morfologia. Sua principal proposta é a de que as regras fonológicas se aplicam em dois pontos da gramática: no Léxico e na Sintaxe. As regras fonológicas presentes no Léxico são lexicais e aplicam-se após a formação de palavra, em ambiente derivado. Já as regras fonológicas presentes na Sintaxe são pós-lexicais e aplicam-se fora do Léxico, no componente responsável pelas regras de estrutura frasal.

O modelo da Fonologia Lexical registra que o ordenamento de regras fonológicas interagindo com regras morfológicas segue a organização interna do Léxico na língua. As palavras são, assim, formadas em um módulo próprio na gramática. O papel desse módulo é formar as palavras que entrarão no módulo sintático. O Léxico é constituído de uma lista de itens, de níveis linearmente ordenados de regras morfológicas, e de uma lista de regras fonológicas ordenadas pelos níveis de formação de palavras. Cada nível do Léxico está associado a um conjunto de regras fonológicas cujo domínio de aplicação é definido pela Morfologia. A consequência é a de que cada saída (*output*) de uma regra morfológica é submetida às regras fonológicas próprias desse nível. A Fonologia Lexical também prevê a aplicação de regras fonológicas fora do módulo Lexical, isto é, na saída das palavras

3 O termo base se refere aqui a qualquer lexema, seja uma forma presa ou livre, à qual se liguem afixos.

4 Os termos raiz e radical são usados como sinônimos por nós.

do Léxico para a Sintaxe. Um aspecto importante desse modelo, que explica as diferenças das propriedades encontradas entre as regras que dependem da interação entre Morfologia e Fonologia no PB, é a noção de ciclo. As regras da Fonologia Lexical são intrinsecamente cíclicas. Regras cíclicas são regras fonológicas que se aplicam em domínios gramaticais criados pelas regras morfológicas. Os domínios cíclicos, ou seja, os domínios de aplicação de regras fonológicas cíclicas, são identificados pela estrutura interna da palavra. Uma de suas características é falhar sua aplicação em domínios identificados como não cíclicos. Outra característica é ocorrer nos níveis mais internos do Léxico. Assim, regras cíclicas somente são aplicadas em domínios morfológicos cíclicos, isto é, domínios que levam em consideração a estrutura interna da palavra, ocorrendo repetidamente em muitas esferas, a partir das camadas menores, mais internas (profundas), até chegar às camadas maiores, mais externas (superficiais). Essas regras se opõem àquelas que são aplicadas em domínios morfológicos não cíclicos, isto é, domínios que não levam em consideração a estrutura interna da palavra, ocorrendo uma única vez na palavra completamente formada no final de todo o procedimento. O fato de existirem regras fonológicas que ocorrerem somente em domínios morfológicos derivados por certos afixos permite classificar os afixos em cíclicos e não cíclicos. Os afixos cíclicos se caracterizam por ocorrerem mais próximos à raiz, afixando-se comumente a uma base primitiva. Outra característica é representarem processos de formação menos produtivos ou mesmo lexicalizados. A falta de produtividade e a lexicalização explicam o fato de os afixos cíclicos ocorrerem de forma mais restrita, selecionando em termos morfológicos as bases em que ocorrem, e exibirem com frequência significados especiais⁵. Por fim, os afixos cíclicos não preservam as fronteiras internas da palavra, uma vez que estão sujeitos à Convenção de Apagamento de Colchetes (*Bracket Erasure Convention*). Essa convenção é importante para garantir entre outras situações que a palavra derivada se torne inerte em termos fonológicos ao final de cada nível do Léxico, não podendo, assim, ser afetada pelas regras cíclicas seguintes, e passando a ser tratada como não derivada. Os afixos não cíclicos, por sua vez, se caracterizam por ocorrerem mais distantes da raiz, afixando-se a uma base já derivada. Representam processos mais produtivos de formação de palavras, não tendendo a

5 Uma diferença semântica estabelecida pelas regras lexicais cíclicas (Nível 1) e lexicais não cíclicas (Nível 2) pode ser exemplificada por formações de verbos denominais instrumentais. Kiparsky (1982b) mostra que verbos denominais instrumentais formados por afixos pertencentes ao Nível 1 perdem mais facilmente a relação referencial com o nome que os originou. Já verbos denominais instrumentais formados por afixos pertencentes ao Nível 2 tendem a conservar a relação referencial com o nome. Verbos como **martelar**, **remar**, **ancorar**, **pentear**, **escovar**, **embarcar** seriam formados no Nível 1 do Léxico, podendo, por isso, aparecer com um complemento sem relação referencial com o nome que os originou – o que mostraria o afastamento do seu uso canônico. Já verbos como **engraxar**, **selar**, **enlatar**, **abotoar**, **aparafusar** seriam formados no Nível 2 do Léxico, exigindo então que os complementos com os quais apareçam mantenham relação referencial com o nome que os originou – o que mostraria a preservação do seu uso canônico. A razão para a diferença semântica observada entre os afixos cíclicos e não cíclicos seria que o primeiro tipo ocorre mais próximo à base, permitindo que múltiplas interpretações possam ser obtidas, já o segundo tipo, por ocorrer mais longe de uma base já formada por regras lexicais anteriores, tem sua interpretação vinculada à palavra à qual se adjunge. Os afixos cíclicos negociam o seu sentido com a base, dando origem ao que Saussure chamou de arbitrariedade do signo, enquanto os afixos não cíclicos não têm esse poder de negociação, mantendo o significado composicional.

apresentar restrições morfológicas em relação à base com a qual ocorrem, e costumando ser também semanticamente mais gerais e expressando significados não concorrentes com os afixos cíclicos. Diferentemente dos afixos cíclicos, preservam as fronteiras internas da palavra, uma vez que não estão sujeitos à Convenção de Apagamento de Fronteiras. Afixos cíclicos também se opõem aos afixos não cíclicos pelo fato de que, enquanto estes não podem fazer referência às fronteiras internas da palavra, aqueles podem fazer referência à estrutura interna das palavras.

A explicação da ordenação de regras fonológicas do PB interagindo com regras morfológicas requer uma proposta de organização do Léxico da língua. Para tanto, assumimos a proposta de Peixoto (2011), segundo a qual o Léxico do PB seria organizado em três níveis. O Nível 1 encerra o ciclo mais interno que, entre suas características, está a preparação da palavra para receber os demais afixos (flexionais e derivacionais) e a aplicação de regras fonológicas que têm como domínio a raiz (radical). Os próximos ciclos do Nível 1 são aqueles em que ocorre a aplicação de regras fonológicas cíclicas, isto é, regras fonológicas sensíveis à estrutura interna da palavra. Pertencem a este bloco os afixos primários do português, afixos estes que, ao interagirem com o acento de palavra, representam domínios cíclicos de aplicação de regras fonológicas. Os afixos primários do português costumam interagir pelo menos de duas formas com a regra de acento lexical. Os afixos primários acentuados no Léxico costumam portar o acento da palavra, enquanto aqueles não acentuados em sua representação subjacente tendem a determinar a posição de localização do acento a partir de si. Qualquer que seja a situação, os afixos primários apagam os acentos atribuídos nos ciclos mais internos da palavra. O Nível 2 é aquele em que são aplicadas as regras fonológicas não cíclicas, isto é, as regras fonológicas insensíveis à estrutura interna das palavras. Pertencem a esse nível os afixos secundários do português e os processos composicionais, cuja característica é representarem domínios não cíclicos da regra de aplicação de acento lexical na língua. O fato de não representarem domínios cíclicos explica a preservação dos acentos anteriormente atribuídos. O Nível 3 é caracterizado como aquele onde ocorrem os processos flexionais da língua.

A organização dos morfemas do PB em blocos ordenados de regras leva em consideração a sua interação com a posição do acento lexical das palavras da língua. Os morfemas primários, cuja característica é interagir com as regras de acento de palavra e desencadear processos fonológicos não automáticos, isto é, processos fonológicos desencadeados pela estrutura morfológica da palavra, aparecem, juntamente com os morfemas classificadores⁶, separados da base pelo símbolo de fronteira +. Os morfemas secundários e os processos composicionais, que desencadeiam regras fonológicas automáticas, isto é, que se aplicam de maneira independente a todas as formas que atendam a alguma condição estrutural, aparecem separados de sua base pelo

6 Peixoto (2011) justifica a opção de tratar a vogal temática – um elemento de classe que distribui as palavras da língua em tipos morfológicos – entre as regras lexicais de nível mais interno pelo fato de esse elemento preparar a palavra para receber os demais afixos (flexionais e derivacionais) da língua. Trata-se de um afixo de fronteira de raiz/radical.

símbolo de fronteira #. Os morfemas terciários, que encerram todos os processos associados à flexão regular, também aparecem separados de sua base pelo símbolo de fronteira #.

O modelo de interação entre regras fonológicas e morfológicas proposto pela Fonologia Lexical exige que toda derivação percorra todos os níveis de organização do Léxico da língua. A derivação percorrerá inclusive os níveis em que nenhuma regra morfológica é aplicada. Outra exigência da Fonologia Lexical é a de que cada nível constitua um item lexical pleno próprio da língua. Esse modelo também prevê que as regras fonológicas se apliquem em dois pontos da gramática: Léxico e Sintaxe. As regras fonológicas presentes no Léxico são lexicais e aplicam-se no contexto das regras morfológicas, em ambiente derivado. Já as regras fonológicas presentes na Sintaxe são pós-lexicais e aplicam-se fora do Léxico, no componente frasal. Pulleyblank (1986) resume, então, assim, as propriedades das regras lexicais: (i) referem-se à estrutura interna das palavras; (ii) não podem ser aplicadas entre palavras; (iii) são cíclicas, interagindo com regras morfológicas, e podendo ser reaplicadas ao final de cada processo de formação de palavra, em conformidade com a Condição de Ciclo Estrito (*Strict Cycle Condition*); (iv) estão sujeitas ao Princípio da Preservação da Estrutura (*Structure-Preserving Principle*); (v) podem ter exceções; (vi) devem preceder a aplicação das regras pós-lexicais. Diferentemente, ainda segundo Pulleyblank, as regras pós-lexicais: (i) não se referem à estrutura interna das palavras; (ii) podem ser aplicadas entre palavras; (iii) não são cíclicas, aplicam-se no componente sintático; (iv) não estão sujeitas ao Princípio da Preservação da Estrutura; (v) não podem ter exceções; (vi) devem ser precedidas pelas regras lexicais.

As regras lexicais acima se dividem, ainda, em cíclicas e pós-cíclicas. As regras lexicais cíclicas se caracterizam por interagir com a estrutura interna da palavra, isto é, com a Morfologia. Já as regras lexicais pós-cíclicas se caracterizam por serem aplicadas à palavra já formada, isto é, depois de todos os processos de formação de palavras, mas antes da saída para a Sintaxe. As regras que se aplicam na saída do Léxico para a Sintaxe são todas pós-lexicais. A explicação da influência de regras gramaticais na realização de processos fonológicos segmentais e prosódicos do PB requer que lidemos com esses três tipos de regras: (i) regras lexicais cíclicas: regras que interagem com a estrutura interna da palavra, isto é, com a Morfologia; (ii) regras lexicais pós-cíclicas: regras que se aplicam à palavra já formada, antes de sua saída para a Sintaxe, sem interagir com sua estrutura interna; e (iii) regras pós-lexicais: regras que se aplicam na saída do Léxico para a Sintaxe (BOOIJ; RUBACH, 1987).

As próximas seções são dedicadas às diferenças de propriedades encontradas entre as regras do acento e do ritmo, ao fenômeno de epêntese vocálica no nome e no verbo, e às características exibidas pela neutralização das vogais médias pretônicas. Defendemos que as diferenças de propriedades observadas entre os fenômenos reunidos neste trabalho exigem um modelo de gramática que permita a iteração entre Morfologia e Fonologia a partir da noção de ciclo derivacional. Nesse sentido, nossa escolha pela Fonologia Lexical, uma teoria em que as regras morfológicas ocorrem em blocos ordenados no Léxico, permite apreender a interação entre Morfologia e Fonologia, colocando as regras fonológicas entre as regras lexicais e pós-lexicais da gramática.

O acento morfológico e rítmico do Português do Brasil

O PB é uma língua que combina acento primário morfológico e acento secundário rítmico. O acento primário ocorre no domínio das regras lexicais cíclicas da língua. Já o acento secundário ocorre no domínio das regras pós-lexicais. O primeiro interage com as regras lexicais (Léxico e Morfologia), enquanto o segundo interage com as regras pós-lexicais (Sintaxe). Há muitas propostas para o acento primário do PB. Bisol (1994) e Wetzels (1994, 2002) defendem uma regra de acento lexical motivada pelo peso silábico, enquanto Lee (1995) dispensa o peso em favor da sensibilidade à categoria lexical. Diferentemente do que acontece com o acento de palavra, parece haver consenso sobre a natureza rítmica do acento secundário. Os trabalhos sobre o acento secundário da língua costumam concordar sobre a sua natureza silábica e a sua independência em relação ao acento lexical (COLLISCHONN, 1993; LEE, 1995).

A literatura sobre os padrões acentuais registra a diferença entre acento e ritmo, mostrando que o primeiro é controlado por afixos e raízes, servindo para elucidar, inclusive, a estrutura interna da palavra, e o segundo é controlado por fatores rítmicos como o peso silábico, a duração, a alternância acentual e a distância do acento em relação às margens da palavra. Com base na Teoria Métrica desenvolvida por Halle e Vergnaud (1987), Roca (1986) propõe que o acento secundário em espanhol seja atribuído independentemente do primário. A independência entre o acento primário e secundário é possível porque Halle e Vergnaud (1987) propõem que o acento primário possa ser projetado em diferentes planos autossegmentais. Cada plano autossegmental pode representar um domínio cíclico de ocorrência da regra de acento ou um domínio não cíclico de ocorrência dessa regra. Domínios cíclicos promovem a iteração do acento projetado no plano autossegmental atual e o acento projetado no plano autossegmental anterior. Já domínios não cíclicos da regra de acento não interagem com o acento projetado pelo plano autossegmental anterior. Contrastando com a característica lexical do acento primário, em Halle e Vergnaud (1987), o acento secundário é localizado por meio de um conjunto de parâmetros binários responsáveis pela geração de constituintes não limitados (*unbounded*), constituintes com cabeça final à direita/esquerda; constituintes limitados (*bounded*), constituintes binários com cabeça à esquerda/direita; e um constituinte ternário, constituinte sem cabeça final. Hayes (1995) avança em relação ao inventário de constituintes métricos, propondo um conjunto universal de constituintes assimétricos, com base na Lei Trocaico-Iâmbica. Formulada a partir de critérios de avaliação extralinguística como a música e a poesia, a Lei Trocaico-Iâmbica prevê que elementos que contrastem em termos de intensidade formem naturalmente agrupamentos com proeminência inicial, e elementos que contrastem em termos de duração formem naturalmente agrupamentos com proeminência final. Em sua versão forte, essa Lei exclui a convivência entre troqueus e iambos, em uma mesma língua, e a existência de iambos silábicos, integrando, dessa forma, o inventário assimétrico de constituintes métricos universais: o troqueu silábico ($[\sigma \sigma]$); o troqueu moraico $[\sigma \mu \sigma \mu]$; $[\sigma \mu \mu]$; e o iambo ($[\sigma \mu \sigma \mu]$; $[\sigma \mu \sigma \mu]$; $[\sigma \mu \mu]$).

O acento morfológico do Português do Brasil

O PB é uma língua que combina diferentes estratégias para a localização do acento (proeminência) na palavra. Apresentamos, com base em Peixoto (2011), uma proposta para o acento lexical (acento primário) do português do Brasil à luz da Morfologia. Defendemos que o sistema acentual morfológico do PB seja o resultado da interação entre o acento e os afixos primários (afixos de Classe I) e secundários (afixos de Classe II). Os afixos de Classe I possuem como característica provocar alguma mudança no acento da base à qual se associam, como, atrair o acento para a sílaba imediatamente anterior a si. Tais afixos costumam aparecer mais próximos à raiz da base à qual se relacionam. Já os afixos de Classe II não desencadeiam mudança no acento de sua base, nem interagem com processos fonológicos. Esses afixos costumam figurar mais distantes da raiz à qual se associam.

A noção de ciclo derivacional, segundo a qual as ocorrências de regras fonológicas espelham a estrutura interna da palavra, é aqui empregada para explicar o comportamento dos afixos primários e secundários do português do Brasil em relação ao acento lexical da língua. Seguindo a proposta da Fonologia Lexical, em suas diferentes versões (SIEGEL, 1974; KIPARSKY, 1982a, 1985; HALLE e VERGNAUD, 1987), os morfemas cíclicos do português são identificados como aqueles que projetam estrutura métrica em um nível diferente do plano métrico de outros morfemas. Ao projetar um plano métrico próprio e diferente, os afixos primários do PB portadores de acento subjacente interagem com o acento atribuído em ciclos derivacionais anteriores, determinando a mudança de localização da proeminência lexical, como ocorre com as palavras derivadas abaixo:

Quadro 1: Derivação do acento lexical cíclico

Afixo	Base	Forma derivada
/+udo/	* nariz	narigudo *
/+ozo/	* amor	amoroso *
/+eNto/	* nojo	nojento *
/+al/	* centro	central *
/+aʒeN/	sacana	sacana gem *

No quadro acima, o primeiro ciclo compreende o nível mais interno caracterizado pelas regras fonológicas que se aplicam à raiz/radical e pela regra que associa a vogal temática à sua base. O *output* representa o final da derivação, momento em que a Convenção de Apagamento do Acento (*Stress Erasure Convention*)⁷ – um princípio da Gramática Universal que requer que o acento atribuído no ciclo anterior seja apagado no início de cada novo ciclo que represente um domínio de aplicação da regra de atribuição de acento – já se aplicou. O segundo ciclo, omitido por nós, corresponde ao momento em que a afixação do morfema primário tem como resultado a criação de uma nova estrutura métrica, localizada em um plano diferente da estrutura métrica da base (afixo cíclico). O segundo nível, também omitido por nós, é aquele em que a associação dos afixos secundários da língua a um radical resulta na projeção de uma nova estrutura métrica localizada no mesmo plano da estrutura métrica da base (afixo não cíclico). Uma derivação mais completa de palavras formadas por morfemas cíclicos e não cíclicos do PB é mostrada a seguir:

Quadro 2: Derivação do acento lexical cíclico e não cíclico

Natureza do Afixo	Afixo Cíclico	Afixo Não Cíclico
Afixação Primária		
1º Ciclo	* cheiro	* feliz
2º Ciclo	* cheiroso *	
Afixação Secundária		* * felicidade
Output	cheiroso *	* * felicidade

Os afixos primários não acentuados no nível de representação subjacente não aparecem portando o acento lexical, mas determinam a sua posição de localização a partir de si. Em geral, exigem que o acento de palavra seja localizado antes deles. O fato de não portarem acento não impede que os afixos primários não acentuados projetem estrutura métrica em um plano diferente do plano métrico projetado pela base (raiz ou radical); assim:

7 HALLE; VERGNAUD, 1987.

Quadro 3: Derivação do acento lexical cíclico em afixos primários não acentuados

Afixo	Base	Forma derivada
/+vel/ ⁸	* perecer	perecível *
	* presidente	presidenciável *
/+iko/	* história	histórico *
	* álcool	alcoólico *

A interação entre os afixos primários com o acento de palavra é o que nos permite classificá-los como domínios cíclicos para a aplicação de regras fonológicas. Outra característica dos afixos do Nível 1 de formação de palavras é aparecerem mais próximos da raiz (radical) à qual se associam. Os afixos primários do PB /+udo/, /+ozo/, /+eNto/, /+al/, /+azeN/, /+vel/ e /+iko/ pertencem ao segundo ciclo do Nível 1 das regras da Fonologia Lexical. As regras desse nível têm como característica interagir com as regras de acento de palavra e desencadear processos fonológicos não automáticos, isto é, processos fonológicos desencadeados pela estrutura morfológica da palavra. Os afixos do Nível 1 também têm como característica aparecerem mais próximos à raiz/radical à qual se associam. Graças à sua natureza primária, esses afixos são representados separados de sua base pelo símbolo + (fronteira de morfema).

Diferentemente dos afixos supracitados, os morfemas a seguir não interagem diretamente com o acento atribuído nos ciclos anteriores dos processos de formação de palavra. A natureza recessiva⁹ desses afixos explica o porquê de não representarem domínios cíclicos para a

8 Em Peixoto (2011), recorremos à existência de formas derivadas como **amar** → **amável**, **perecer** → **perecível**, **preferir** → **preferível**, por um lado, e **presidente** → **presidenciável**, **ministério** → **ministeriável**, por outro lado, para sustentar nossa opção de não tratar as formas **-vel** e **-avel** como dois morfemas diferentes. Além de possuírem a mesma função semântico-gramatical, as duas formas aparecem em distribuição complementar, o que aponta para uma situação de alomorfa caracterizada pelo fato de o alomorfe **-avel** ocorrer preferencialmente em bases nominais. Mantemos a decisão de tratarmos **-vel** e **-avel** como o mesmo morfema. A razão para mantermos essa decisão é, em derivados deverbais de primeira conjugação (**amável**, **agradável** e **louvável**) e em derivados deverbais de segunda e terceira conjugações (**preferível**, **transferível**, **combatível**), as vogais **-a/-i**, que aparecem junto ao sufixo **-vel**, serem índices da classe dos verbos que serviram de base para as novas formações de palavras. Nos verbos de primeira conjugação, a vogal temática mantém a mesma realização fonética nos derivados deverbais. Já, nos verbos de segunda conjugação, a vogal temática se torna homófona ao índice de classe dos verbos de terceira conjugação. Quanto à vogal que aparece junto ao mesmo sufixo em derivados como **presidenciável** e **ministeriável**, não é possível atribuir a função de índice de classe verbal. O melhor é tratar a sequência **-avel** como um alomorfe do morfema **-vel**, criado por força da pressão de regularização com os derivados deverbais dos verbos de primeira conjugação. O alomorfe **-avel** ocorre em bases que sejam substantivos que denotem cargos ou funções.

9 Afixos recessivos ou neutros não interagem com o acento da palavra.

aplicação de regras fonológicas. Sua característica é não desencadear uma mudança necessária no acento da base à qual se associam. A explicação para o seu comportamento fonológico está no fato de serem afixos não cíclicos do português, isto é, morfemas que projetam estrutura métrica no mesmo plano acentual do radical ao qual se ligam. O efeito da natureza recessiva desses afixos é o acento atribuído no ciclo anterior aparecer no *output* do domínio morfológico seguinte. Pela sua natureza morfofonológica, esses afixos pertencem ao Nível 2 do Léxico do português, sendo, por isso, representados separados de sua base pelo símbolo # (fronteira de palavra). Ver a seguir:

Afixo	Base	Forma derivada
/#zino/	* café	** cafezinho ¹⁰
/#meNte/	* feliz	* * felizmente
/#dade/	* feliz	* * felicidade
/#iSmo/	* Marx	* * Marxismo

Esses morfemas se comportam como afixos secundários nos processos morfofonológicos, não exibindo características ou falhando na realização de processos fonológicos cíclicos. Há uma preferência na literatura produzida sobre o acento em português de tratar alguns desses morfemas como membros de um composto, especialmente no que diz respeito aos afixos /#zino/ e /#meNte/. Assim, por exemplo, a observação de que as palavras formadas por /#zino/ e /#meNte/ mantêm o acento primário, enquanto palavras formadas por /+ino/ e /+isimo/ não preservam esse acento, leva Collischonn (1993) a tratar esses dois tipos de afixos de modos diferentes. Os morfemas /-zino/ e /-meNte/ são tratados pela autora como membros de um composto, recebendo acento lexical independente da base à qual se afixam. Esse acento seria reforçado por uma regra final de acento frasal. Já /-ino/ e /-isimo/ são tratados como afixos da base, sendo, então, domínios cíclicos para a aplicação de regras fonológicas como o acento. Collischonn (1993) inspira sua proposta de tratamento diferenciado de /-zino/ e /-meNte/, por um lado, e /-ino/ e /-isimo/, por outro lado, no trabalho de Roca (1986). Para esse autor, uma das características prosódicas do sufixo **-mente** do espanhol é permitir a colisão acentual – um fenômeno que seria, em princípio, restrito ao acento secundário dessa língua. É importante esclarecer que as diferenças existentes entre os membros de compostos e morfemas secundários são mais de ordem morfológica do que fonológica (ALLEN, 1978). Os membros de compostos, por exemplo, não se juntam a bases que já tenham recebido afixos primários ou secundários. Não obstante, à semelhança dos processos de formação de palavras com morfemas secundários, os

10 A colisão acentual que ocorre em **cafezinho** confirma a natureza secundária do sufixo /#zino/, que se comporta como membro de um composto, preservando seu acento, e não interagindo com o acento lexical da outra palavra.

processos de formação de compostos não condicionam, nem sofrem processos fonológicos não automáticos. De qualquer forma, o que importa para nós são as características morfoacentuais dos afixos primários e secundários. Com base no comportamento morfoacentual próprio desses afixos, é possível localizar os morfemas /#ziŋo/ e /#meNte/, e /#dade/ e /-iSmo/, presentes no quadro acima, entre os afixos secundários do PB.

As características reveladas pelos afixos supracitados indicam que eles representam domínios não cíclicos para a regra de acento primário, projetando estrutura prosódica no mesmo plano métrico de outros morfemas. Além de não representarem domínios cíclicos para o acento de palavra, tais afixos aparecem mais distantes de sua base. Diante disso, constituem afixos secundários do PB. A neutralidade acentual desses afixos parece se associar à característica de tenderem a aparecer em uma posição mais externa à base a que se adjungem. Por isso, devem ser representados separados de sua base pelo símbolo # (fronteira de palavra). Não por acaso, as propriedades fonológicas exibidas pelos morfemas que se comportam como afixos secundários são compartilhadas por processos composicionais de formação de palavras, cujos membros são raízes próprias da língua.

O Acento rítmico do Português do Brasil

Trabalhos que abordam ou tratam do acento secundário do PB costumam concordar sobre sua natureza rítmica, caracterizada pela sua insensibilidade ao peso silábico, sua independência em relação ao acento lexical e sua iteratividade (COLLISCHONN, 1993; LEE, 1995; BISOL, 2003). Seung-Hwa Lee (1995), por exemplo, propõe uma análise em que o acento secundário seja insensível ao peso silábico e sua localização ocorra no nível pós-lexical, nível em que se aplicam as regras fonológicas insensíveis à estrutura interna das palavras. A proposta de Lee para o acento secundário do português do Brasil é a seguinte: (a) construa constituintes binários, iterativamente; (b) cabeça à esquerda; (c) direção de análise: direita para a esquerda; (d) pé degenerado é completamente proibido, ou se torna opcional pelo aparecimento do efeito datílico.

As representações a seguir, retiradas de Lee (1995), mostram a aplicação da regra de acento secundário do PB. Nessas representações, o negrito recai sobre a sílaba portadora de acento lexical, e o sublinhado indica as sílabas que recebem acento secundário.

(*) palavra	(*) palavra
(* .)(* .)(* .)(*) ¹¹ pé	(* .)(* .)(*) pé
<u>In</u> .dis. <u>po</u> .ni. <u>bi</u> .li . da .de	dis. <u>po</u> .ni. <u>bi</u> .li . da .de

11 Lee (1995) propõe que o acento lexical seja localizado por meio de uma regra de sensibilidade à categoria lexical. Segundo essa regra, o domínio identificado como nível alfa é responsável por projetar: (a) no caso não marcado, um constituinte binário, com cabeça à direita; e (b) no caso marcado, um

As representações acima mostram que o acento secundário é atribuído independentemente do acento primário. A alternância rítmica registrada pelas grades métricas projetadas por **indisponibilidade** e **disponibilidade** exemplifica plenamente a aplicação da regra de acento secundário formulada por Lee.

Diferentemente do acento morfológico, o acento rítmico permite a formação de pés degenerados e de colisão acentual. A reparação do pé degenerado pode ser feita por meio da formação do pé dátilo. O dátilo corresponde na métrica latina à sequência de uma batida longa e duas batidas breves. Sua formação elimina o pé degenerado projetado pelo acento rítmico. A reparação do pé degenerado por meio do “efeito datílico” na projeção da grade métrica do acento secundário do PB é, assim, exemplificada por Lee (1995):

Reparação do pé degenerado e efeito datílico	
Acento em colisão	Apagamento de acento em colisão
(*) palavra	(*) palavra
(*) (* .) (* .) (*) pé	(* . .) (* .) (*) pé
<u>dis</u> . <u>po</u> . <u>ni</u> . <u>bi</u> . <u>li</u> . <u>da</u> . <u>de</u>	<u>dis</u> . <u>po</u> . <u>ni</u> . <u>bi</u> . <u>li</u> . <u>da</u> . <u>de</u>

Outra proposta de análise para o acento secundário em português é fornecida por Collischonn (1993, 1994), a partir da Teoria Métrica presente em Halle e Vergnaud (1987). Assim como Lee (1995), Collischonn localiza a regra de acento secundário entre as regras do componente pós-lexical. Também para a autora se trata de uma regra de acento insensível ao peso. A regra proposta por Collischonn (1993) para o acento secundário da língua é a seguinte: (a) sobre a **linha 0**, construa constituintes binários da direita para a esquerda; (b) os constituintes da **linha 0** são de cabeça à esquerda, projetada sobre a **linha 1**¹².

A localização do acento secundário do PB pressupõe que o acento primário já tenha sido atribuído anteriormente, entre as regras lexicais da língua. A proposta de Collischonn (1993) de

constituente binário com cabeça à esquerda. Ora, a aplicação dessa proposta em **disponibilidade** tem como consequência a formação de um pé degenerado no domínio do acento primário. Isso ocorre porque o nível alfa representa o domínio da raiz. Uma solução para desfazer o pé degenerado no domínio do acento primário é incorporar a sílaba com a vogal temática ao pé projetado pelo acento lexical. Contudo, essa solução gera dois inconvenientes para a proposta. O primeiro inconveniente é a formação de um constituinte trocaico no domínio do não verbo – o que viola a regra do acento do nome, que prevê a formação de constituintes iâmbicos no caso não marcado. O segundo inconveniente é estender o domínio da regra do não verbo à vogal temática – o que viola a regra do acento do nome, que prevê a formação de constituintes métricos antes desse domínio. A sílaba que contém a vogal temática somente é incorporada à representação no nível métrico seguinte, em conformidade com o Princípio de Adjunção do Desgarrado (Stray Adjunction), formulado por Liberman e Prince (1977).

12 Em Halle e Vergnaud (1987), a **linha 0** representa os elementos portadores de acento, neste caso, a sílaba; e a **linha 1**, somente as sílabas acentuadas.

o acento secundário ser ordenado entre as regras pós-lexicais é motivada em sua participação com outros processos pós-lexicais. Entre os processos pós-lexicais dos quais o acento secundário participa, está a ressilabificação provocada por fenômenos de fala conectada como elisão, degeminação e ditongação. A participação do acento secundário entre os processos de fala conectada é confirmada por Bisol (2003). Trabalhando no quadro da Fonologia Prosódica, a autora investiga a ocorrência de elisão, degeminação e ditongação entre as palavras. A conclusão alcançada a partir de Bisol (2003) a respeito da participação do acento secundário nos fenômenos de fala conectada vai ao encontro Collischonn (1993).

A fala conectada compreende fenômenos fonológicos que ocorrem na junção das palavras. Os fenômenos fonológicos de junção são chamados na literatura linguística de sândi externo. O termo sândi é emprestado da gramática do sânscrito no contexto dos estudos histórico-comparativos iniciados no século XVIII e mais propriamente desenvolvidos no século IX. Esse termo é empregado na gramática hindu do sânscrito para se referir a fenômenos de alteração fonológica ocorridos em junções (fronteiras) de morfemas e palavras. As alterações fonológicas de diferentes naturezas internas às palavras representam casos de sândi interno. As alterações entre palavras exemplificam o chamado sândi externo. A distinção entre os contextos onde o fenômeno de sândi ocorre remonta à gramática de Pânini. A literatura produzida a respeito da fala conectada no PB registra como fenômenos de sândi externo a geminação, a degeminação, a elisão, a ditongação, a ligação (*liaison*) e a haplologia. Particularmente, os fenômenos que envolvem sequências como $V_i\#V_i$ ¹³ ou $V_i\#V_j$ ¹⁴ são favorecidos em posições não proeminentes dos grupos de força expiratória. Esse favorecimento revela a existência de uma restrição de proeminência prosódica, segundo a qual sequências do tipo $V_1\#V_2$, em que as duas vogais adjacentes não portam acento, favorecem a ocorrência de fenômenos de junção de palavras. Particularmente, essa restrição prosódica atua de diferentes formas conforme a natureza primária e secundária do acento. A elisão, um fenômeno de perda de V_1 em uma sequência $V_1\#V_2$, em que V_1 é diferente de V_2 , é bloqueada nas situações em que V_2 seja portador de acento de lexical (respósta óbvia; *respóstóbvia)¹⁵. Contudo, a presença de acento secundário na sílaba que tem esse vogal como núcleo não impede a ocorrência do fenômeno (Sánta izabél¹⁶; Sántizabél)¹⁷. A degeminação, um processo de crase em uma sequência $V^1\#V^2$, em que V^1 é igual a V^2 , também é bloqueada nas situações em que V^2 seja portador de acento de lexical (menína alta; *méninálta)¹⁸. Da mesma forma, a presença de acento secundário nessa vogal não impede a sua ocorrência (cóntra-àtacánte; cóntratacánte)¹⁹. Por último, a ditongação, um fenômeno em que as vogais de uma sequência $V^1\#V^2$, em que V^1 corresponda à vogal alta

13 $V_i\#V_i$ = sequência de duas vogais iguais em fronteira de palavra.

14 $V_i\#V_j$ = sequência de duas vogais diferentes em fronteira de palavra.

15 ´ = acento primário; * = agramaticalidade.

16 ` = acento secundário.

17 Dados de Collischonn (1993).

18 Dados de Bisol (2003).

19 Dados de Collischonn (1993).

anterior [i] ou posterior [u], passam a integrar a mesma sílaba, é o único dos três fenômenos de junção entre palavras que não é bloqueado seja pela presença de acento primário em V^2 , seja pela presença de acento secundário nessa vogal. No caso da ditongação, o acento primário ou o secundário tratam como membros de uma mesma sílaba elementos originariamente em hiato. A sua consequência é o surgimento de ditongos pós-lexicais crescentes em PB²⁰.

As propriedades reveladas pelo acento secundário do PB sustentam sua natureza rítmica e sua ordenação entre os processos fonológicos pós-lexicais da língua. Diferentemente do acento primário, em que há uma discussão sobre a sensibilidade ao peso da sílaba, há consenso sobre a insensibilidade silábica do acento secundário. A natureza iterativa da regra responsável pelo acento secundário e não iterativa da regra responsável pela atribuição do acento primário é outra propriedade que opõe os dois tipos de acento. A independência do acento secundário em relação ao primário, já que a regra responsável pelo primeiro é independente da regra responsável pelo segundo, é outro aspecto que confirma a diferença do domínio gramatical em que ocorrem os dois acentos. A direção de aplicação da regra dos dois acentos também aponta para a diferença de domínio prosódico entre eles. O acento primário tem como domínio a margem direita da palavra, enquanto o acento secundário tem como domínio prosódico a margem esquerda da palavra, com seu domínio se estendendo até o acento primário.

Epêntese vocálica no nome e no verbo do Português do Brasil

As diferenças encontradas entre os fenômenos de epêntese vocálica no nome e no verbo do PB também são esclarecedoras, a nosso ver, das diferenças de domínio morfológico lexical cíclico, lexical pós-cíclico e pós-lexical dos processos fonológicos da língua. Essas diferenças confirmam a hierarquização das regras fonológicas em estratos fornecidos pelos níveis internos e externos das palavras. A epêntese é um fenômeno que no PB conserta sequências de vogais em hiato e desfaz grupos consonantais. A inserção de segmentos no interior da palavra como estratégia de reparação de sequências mal formadas ou desfavorecidas pelas características fonotáticas da língua é um processo presente tanto na diacronia da língua portuguesa, em seu processo de mudança linguística, quanto atuante na sincronia atual.

O processo de evolução fonológica do português é marcado pela epêntese da vogal [i], no contexto da vogal tônica /e/, quando essa forma um hiato com as vogais /a/ ou /o/. Nos

20 O PB apresenta encontros vocálicos lexicais pós-cíclicos decrescentes ([vaɪ 'dadʒɪ] ~ [va.'i.dadʒɪ] ' vaidade'; [proɪ'bidɔ] ~ [pro.'i.bidɔ] 'proibido') e crescentes ([fi.'ew] ~ ['fiɛw] 'fiel'; [su.'ax] ~ ['sɔax] 'suar'); e encontros vocálicos pós-lexicais crescentes ([ʒɔvɛjɐ'migɔ] 'jovem amigo'; [dɔ'ɣwvarɔ] 'do Álvaro') (PEIXOTO, 2011). Nos encontros vocálicos lexicais pós-cíclicos caracterizados pelo encontro de duas vogais em sílabas diferentes, em que V_2 pode ou não portar acento lexical, a preferência parece ser a produção do ditongo decrescente à formação do hiato. Nos encontros vocálicos lexicais pós-cíclicos caracterizadas por V_1 ser uma vogal alta anterior [i] ou posterior [u] e V_2 portar acento lexical, a preferência parece ser o hiato à formação do ditongo crescente. E, nos encontros vocálicos pós-lexicais caracterizado por V_1 não receber o acento lexical, a preferência parece ser a formação do ditongo crescente.

nomes da língua, a epêntese de uma vogal assilábica [i] é responsável por desfazer sequências de vogais em hiato (V.V) em palavras como **ideia** e **veia**, por um lado, e **cheio** e **feio**, por outro lado. Já nos verbos terminados em **-ear**, como **passear**, **manusear**, **florear**, o mesmo processo tem como característica a inserção da vogal assilábica palatal para desfazer o hiato seja em suas formas verbais flexionadas (manusear→manuseias; passear→passeiam; florear→floreio; ansiar→anseia), seja em suas formas nominais derivadas (manusear→manuseio; passear→passeio; florear→floreio; ansiar→anseio).

Peixoto (2011) mostra que a epêntese de uma vogal assilábica [i] responsável por desfazer sequências de vogais em hiato (V.V) é resultado da interação entre regras fonológicas e morfológicas responsáveis pela criação dos ditongos lexicais pós-cíclicos do PB. A falta de interação entre a regra de acento lexical e a epêntese da vogal anterior alta assilábica [i] é uma das evidências da natureza lexical pós-cíclica da regra de epêntese. Outra evidência é a produtividade desse tipo de ditongo. A vogal anterior alta é inserida automaticamente em todas as palavras lexicais da língua que atendam à condição fonológica para a sua presença. Também segundo Peixoto, a epêntese de uma vogal posterior alta assilábica [u] é responsável pela criação de ditongos lexicais pós-cíclicos em algumas variedades do PB. As condições de inserção de um segmento vocálico posterior assilábico ([^hbou.ue] ‘boa’; [^hkou.ue] ‘coa’; [pe^hsou.ue] ‘pessoa’) são as mesmas que atuam para inserção do segmento vocálico anterior assilábico. Peixoto (2011) oferece, assim, a mesma explicação para os ditongos presentes em palavras como **ideia**, **teia**, **veia**, que são reforçados pela escrita, e para os ditongos presentes em **boa**, **coa**, **pessoa**, que não são reforçados pela escrita.

No português do Brasil, oclusivas em posição de coda silábica interna à palavra são conservadas ainda hoje na modalidade escrita de palavras de origem erudita. Contudo, palavras como **compacto**, **apto**, **ritmo**, **advogado**, **pneu**, **opcional**, por um lado, e **optar**, **adaptar**, **raptar**, **captar**, por outro lado, são pronunciadas com a inserção de uma vogal [i] breve ou em alguns casos de uma vogal [e] (variante regional)²¹. Seja no nome, seja no verbo, a falta de coincidência entre o acento e a vogal inserida, para atender às restrições de silabificação do PB, é mais uma evidência de que o fenômeno de epêntese se localiza entre os processos fonológicos lexicais²² pós-cíclicos da língua. Particularmente, na variedade culta do PB, verbos com oclusivas em posição de coda costumam ser rizotônicos, isto é, o acento lexical costuma aparecer na raiz de suas formas verbais flexionadas. Contudo, em variedades populares da língua, é possível encontrar formas flexionadas desses verbos com o acento coincidindo

21 A produtividade da inserção da vogal [i] para desfazer os grupos consonantais autoriza identificá-la como elemento vocálico epentético *default*. Já a vogal [e], que aparece em alguns dialetos antes de vogal tônica média, é resultado de um processo de harmonização vocálica com a família de traços [aberto] da vogal médio-fechada da sílaba tônica da palavra. O resultado desse processo de harmonização vocálica é a ocorrência de variantes como [^hpeneu] ‘pneu’; [adevo^hgado] ‘advogado’.

22 Trabalhando no quadro da FL, Migliorini e Massini-Cagliari (2011) também situam a regra de epêntese do PB entre os fenômenos lexicais, por reparar sequências segmentais desfavorecidas internamente às palavras.

com a vogal epentética. A variação na pronúncia de verbos com oclusiva em coda interna à palavra, exemplificada por ocorrências como [a'dapitʊ] (variante culta) e [ada'pito] (variante popular), neste caso, é explicada pela diferença de localização da regra de epêntese, se lexical pós-cíclica (variante culta), se lexical cíclica (variante popular). No primeiro caso, a epêntese não interage com a regra de acento – o que permite localizá-la depois da acentuação, entre os fenômenos lexicais pós-cíclicos –, no segundo caso, a epêntese interage com a regra de acento – o que permite localizá-la antes da ocorrência de acentuação, entre os fenômenos lexicais cíclicos.

As duas derivações a seguir contêm nossa proposta para as formas flexionadas de verbos de origem erudita no PB. A primeira derivação apresenta uma proposta para a ocorrência da variante culta [ˈɔpito], e a segunda, uma proposta para a ocorrência da variante popular [ɔ'pito]. As duas variantes representam formas do verbo **optar** conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Os caminhos derivacionais percorridos pelas duas variantes registram o momento do Léxico do PB em que ocorre a interação entre o fenômeno de epêntese vocálica e o acento no verbo. As duas derivações também revelam como a diferença de ordenação de regras fonológicas em domínios gramaticais diferentes causa a variação na saída da palavra do Léxico para a Sintaxe. Assim, para a derivação da variante culta no Léxico do PB, propomos²³:

(i) [[opt]a]→[[op.t]a]→[op.ta]→[[op.ta] SFXnulo]presente do IND.→ [[[op.ta] SFXnulo] presente do IND o]→[[[optø²⁴] SFXnulo]presente do INDo]→[[[op.t] SFXnulo]presente do IND o]→[op.to]→[ˈop.to]→[ˈopi.to]→[ˈopi.to]

Diferentemente do nome, que tem a sua regra de acento ordenada no nível mais interno do Léxico do PB, a atribuição de acento no verbo ocorre no nível mais externo do Léxico da língua. Talvez essa diferença de domínio gramatical seja a causa de em variedades populares o acento no verbo poder interagir com o fenômeno de epêntese vocálica. Na derivação em (i), a formação do verbo **optar** na primeira pessoa do singular do presente do indicativo percorre os níveis mais internos do Léxico até chegar ao Nível 3, responsável pelos processos flexionais. São relevantes para a derivação da variante culta de **optar**, respectivamente, a regra de adjunção da vogal temática, as regras de silabificação e a Convenção de Apagamento dos Colchetes, que ocorrem no Nível 1 do Léxico; as regras de adjunção do sufixo de modo-tempo e adjunção do sufixo de número-pessoa, a regra de elisão da vogal temática, a regra de ressilabificação, a Convenção de Apagamento dos Colchetes, e a regra de acento, que ocorrem no Nível 3 de Léxico; e a regra de epêntese lexical pós-cíclica, que ocorre antes da saída da palavra para a sintaxe. A regra de adjunção da vogal temática no primeiro ciclo do Nível 1 prepara a palavra para receber os morfemas flexionais no Nível 3. As regras de adjunção dos morfemas flexionais são responsáveis pela afixação dos sufixos de número-pessoa e de modo-tempo no verbo. A regra de ressilabificação está ordenada após a adjunção dos afixos flexionais. Cabe a essa regra integrar à estrutura silábica da palavra já formada, nos níveis anteriores do Léxico, as alterações causadas pela adjunção dos sufixos de modo-tempo e

23 SFX = sufixo; IND = indicativo.

24 ø = elisão da vogal temática.

de número-pessoa, e pela elisão da vogal temática. E, por fim, ainda no Nível 3, ocorre a regra de localização do acento primário do verbo. Essa regra é aplicada antes da ocorrência das regras lexicais pós-cíclicas, entre as quais está uma regra de epêntese vocálica.

A derivação da variante popular do verbo **optar** conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo é dada a seguir:

(ii) [[opt]a]→[[op.t]a]→[op.ta]→[[op.ta] SFXnulo]presente do IND.→ [[[op.ta] SFXnulo] presente do IND o]→[[[op.t ø] SFXnulo]presente do IND o]→ [[[opti] SFXnulo]presente do IND o]→[[[o.pi.t] SFXnulo]presente do IND o] →[o.pi.to]→[o'pi.to]

Para a derivação da variante popular [o'pito] são relevantes, respectivamente, a regra de adjunção da vogal temática, as regras de silabificação e a Convenção de Apagamento dos Colchetes, presentes no Nível 1; as regras de adjunção do sufixo de modo-tempo e adjunção do sufixo de número-pessoa, a regra de elisão da vogal temática, a regra de epêntese, a regra de ressilabificação, a Convenção de Apagamento dos Colchetes, e a regra de acento, pertencentes ao Nível 3. A causa da diferença entre as derivações das variantes culta e popular de verbos como **optar** é a presença nesta última de uma regra de epêntese ordenada antes da regra de ressilabificação, que prepara a palavra para o recebimento do acento primário. É graças a essa diferença no ordenamento de regras que a vogal epentética se torna visível para o recebimento do acento lexical.

As diferenças aqui identificadas no ordenamento da regra de epêntese vocálica no nome e nas variantes cultas e populares do verbo evidenciam, mais uma vez, a importância da noção de ciclo derivacional. A diferença de ordenação entre as regras de acento e epêntese nas duas categorias lexicais investigadas mostra que mesmo regras presentes no mesmo domínio de aplicação podem ser de diferentes naturezas. A ordenação da regra de epêntese depois da regra de acento é responsável pela produção do fenômeno de ditongação no domínio lexical pós-cíclico em nomes como ['fei. iu]²⁵ 'feio', ['bou.ue] 'boa', e em variantes cultas como [a'dapitu] 'adapto', ['optu] 'opto'. Já a ordenação da regra de epêntese antes da regra de acento é responsável pela produção de variantes populares como [ada'pitu] 'adapto', [o'pitu] 'opto', no domínio lexical cíclico do verbo.

A neutralização das vogais médias no Português do Brasil

Outro fenômeno que contribui para revelar a hierarquização das regras fonológicas, e sua interação com domínios morfológicos, é a neutralização das vogais médias pretônicas do PB.

25 A repetição do segmento intercalado pela fronteira silábica expressa na representação fonética a sua natureza ambissilábica. A novidade dessa representação é registrar que a vogal epentética responsável pelo fenômeno de ditongação lexical pós-cíclico possa sofrer um processo de geminação. A geminação, nesse caso, é localizada no domínio pós-lexical em razão de: (i) falta de restrição de segmentos geminados no domínio lexical; (ii) ausência de vogais e consoantes geminadas fonológicas; (iii) ocorrência de geminação consonantal e vocálica na Sintaxe como um fenômeno de fala conectada, seja pela adjacência entre segmentos iguais (['novus.sa'patu] 'novos sapatos'; ['kada.a'migu] 'cada amigo'), seja pela repetição do segmento (['pai.ia'migu] 'pai amigo') (PEIXOTO, 2011).

Coube a Camara Jr. a tarefa de associar o inventário fonológico de vogais de nossa língua à proeminência relativa na palavra. A proeminência relativa das vogais nas palavras morfológicas do português possui papel fundamental para a redução desses segmentos fonológicos. Por palavras morfológicas, entendemos os vocábulos formais caracterizados pela ordem fixa de suas subunidades e pela coesão e integridade de seus elementos constitutivos. A ordem fixa dos elementos constitutivos da palavra é revelada pela previsibilidade com que morfemas ocorrem sempre na mesma sequência. Alterações na ordem dos elementos formativos de palavras de uma língua particular causam a agramaticalidade da palavra. A coesão dos elementos que constituem a palavra aparece na impossibilidade de esses elementos serem separados, ou atingidos de modo independente, por alguma regra morfológica (derivacional ou flexional) ou mesmo sintática (derivação de sentenças passivas, interrogativas, de alçamento etc.). A integridade com que os formativos são alvo de regras gramaticais revela que são elementos constitutivos da mesma palavra, à semelhança do que acontece com os constituintes de um mesmo sintagma na Sintaxe. Um bom exemplo do papel dos critérios de ordem e coesão na elucidação da estruturação dos elementos que integram as palavras é fornecido por aquelas formadas pelos morfemas /-zijo/ e /-ito/. A característica de as palavras constituídas por esses morfemas em português apresentarem afixos de plural tanto na base primitiva quanto no próprio formativo diminutivo é evidência da preferência de se tratar tais elementos como palavras morfológicas próprias na língua, na medida em que exibem independência em relação à estruturação interna da palavra (pastel→pastezinhos; flor →florezitas). As propriedades gramaticais e fonológicas desses dois afixos permitem identificar entre eles e a base à qual se associam uma fronteira de palavra. Suas propriedades permitem colocar esses dois morfemas entre os elementos que participam dos processos de formação de palavras do Nível 2 do Léxico. Nesse mesmo sentido, a neutralização das vogais átonas pretônicas pode ajudar a identificar a natureza da fronteira que ocorre entre a base e o afixo na formação de palavras. A consequência é o esclarecimento da estruturação interna da palavra e do momento do Léxico em que acontece a adjunção do afixo.

A relevância do processo de neutralização das vogais médias pretônicas na elucidação da natureza morfofonológica dos afixos em português é comprovada pela interação dos processos de formação de palavras e a redução do sistema vocálico. Os dados mais abaixo mostram que palavras relacionadas morfológicamente diferem em relação ao vocalismo, conforme a posição sobre a qual recaia o acento primário na palavra primitiva e na palavra derivada. Os dados registram que palavras relacionadas em termos morfológicos divergem quanto ao timbre aberto e fechado das vogais médias anterior e posterior, respectivamente: m/ɛ/l→ m[e]lado; p/ɔ/rta→ p[o]rteiro. A explicação para o que ocorre nos dados a seguir é as vogais médias anterior e posterior virem a ser abertas ou fechadas conforme a proeminência relativa da sílaba onde aparecem na palavra. Essa explicação responde em parte à pergunta sobre a razão de palavras relacionadas em termos morfológicos poderem diferir quanto ao seu vocalismo. A outra parte da resposta à pergunta sobre a razão da falta de coincidência no vocalismo médio de palavras morfológicamente relacionadas recai sobre a natureza cíclica dos morfemas envolvidos.

Os dados a seguir exemplificam a falta de coincidência entre as vogais de palavras relacionadas, em termos morfológicos, discutida acima. Em virtude de ocorrer em um domínio lexical cíclico, a vogal médio-aberta da base é representada entre barras inclinadas, ou seja, como um fonema. Já a vogal médio-fechada que ocorre no domínio lexical pós-cíclico é representada entre colchetes, ou seja, como uma variante fonética da língua.

Base	Forma derivada
Vogal em posição tônica	Vogal em posição pretônica
m/ɛ/l	m[e]lado
p/ɛ/	p[e]dal
p/ɔ/rta	p[o]rteiro
b/ɛ/lo	b[e]leza
f/ɛ/rro	f[e]rrugem
m/ɔ/da	m[o]dista

A independência entre a regra de neutralização das vogais médias pretônicas e a estrutura interna da palavra não significa que o fenômeno em causa não participe das regras da Fonologia Lexical da língua. Como as demais regras da Fonologia Lexical, a neutralização das vogais médias pretônicas é um fenômeno pertencente ao Léxico. A diferença entre ela e outros fenômenos da Fonologia Lexical do português é devida à sua ordenação entre as regras lexicais pós-cíclicas. Diferentemente das regras lexicais cíclicas, que interagem com a estrutura interna da palavra, as regras lexicais pós-cíclicas ocorrem na palavra já formada, antes de sua saída para a Sintaxe. A neutralização pode, então, ser ordenada após a regra de acento que ocorre sempre ao final das regras morfológicas nos três níveis do léxico do português do Brasil, conforme seção 2. **O Léxico do Português do Brasil**. Particularmente, a ocorrência da regra de neutralização fonológica, no contexto dos sufixos acima, é evidência de que os morfemas como /+ado/; /+al/; /+eiro/²⁶, /+eza/, /+uʒeN/ e /+iSta/ constituem domínios morfológicos cíclicos de aplicação de regras fonológicas do PB. Ao serem adjungidos à sua base, esses morfemas interagem com a estrutura morfofonológica da palavra formada no ciclo imediatamente anterior.

A ordenação da neutralização das vogais médias após a regra de acento é esclarecedora da natureza dos afixos da língua. Na seção 2. **O Léxico do Português do Brasil**, defendemos que os afixos do português possam ser classificados em primários e secundários, conforme suas propriedades morfofonológicas, e com base nos pressupostos da Fonologia Lexical. Os afixos primários representam domínios cíclicos para as regras fonológicas sensíveis à estrutura interna da palavra. Já os afixos secundários se caracterizam por não causarem mudanças na palavra à qual se associam. As diferenças de propriedades morfofonológicas existentes entre os afixos primários e secundários permitem compreender a neutralização das vogais médias pretônicas como um fenômeno que só acontece com os afixos que, ao imprimirem mudanças à sua base, interagem com o acento lexical. Para ilustrar a diferença de comportamento entre

26 Ver Peixoto (2011) a respeito da proposta de derivação /√+ario/ → [√+eiro].

os afixos primários e secundários da língua, e como essa diferença interfere no fenômeno de neutralização, recorreremos aos sufixos /+eza/ e /+eiro/; e /#zino/ e /#mente/.

Os sufixos /+eza/, formador de substantivos abstratos a partir de adjetivos, e /+eiro/, que forma substantivos que denotam diferentes significações, interagem com o acento lexical do radical ao qual se ligam. A consequência da mudança do acento, causada por esses dois sufixos, é a perda de oposição entre as vogais médias, presentes nas formas derivadas mostradas abaixo.

/+eza/		/+eiro/	
b[ɛ]lo	b[e]leza	p[ɛ]dra	pedr[e]iro
p[ɔ]bre	p[o]breza	p[ɔ]rta	p[o]rteiro

O sufixo /#zino/²⁷, que expressa grau diminutivo do nome, e o sufixo /#mente/, que forma advérbios a partir de adjetivos, preservam a oposição entre as vogais pretônicas. A preservação da oposição de timbre dessas vogais nas palavras formadas por esses dois afixos é evidência de que eles não causam mudanças no acento das palavras que representam suas bases.

/#zino/		/#mente/	
caf[ɛ]	caf[ɛ]zinho	b[ɛ]lo	b[ɛ]lamente
s[ɔ]l	s[ɔ]lzinho	p[ɔ]bre	p[ɔ]baramente

As diferenças no comportamento morfofonológico dos afixos /+eza/ e /+eiro/, por um lado, /#zino/ e /#mente/, por outro lado, confirmam que se trata de morfemas que pertencem a diferentes níveis do Léxico do português. As propriedades morfofonológicas dos sufixos /+eza/ e /+eiro/ indicam que pertencem ao Nível 1 do Léxico, sendo dois afixos primários, enquanto as propriedades morfofonológicas dos sufixos /#zino/ e /#mente/ indicam que pertencem ao Nível 2 do Léxico, sendo dois afixos secundários. A interação entre os dois primeiros tipos de afixos com a regra de acento primário, e a consequente mudança no vocalismo da palavra, comprova que são dois domínios gramaticais de regras fonológicas cíclicas. Da mesma forma, a falta de interação entre os dois segundos tipos de afixos com a regra de acento primário, e a consequente conservação do vocalismo da palavra, comprova que não são dois domínios gramaticais de regras fonológicas cíclicas. O comportamento semântico sustenta também a ocorrência desses dois pares de afixos em níveis diferentes do Léxico. Os afixos primários têm como característica semântica interagir com a significação da palavra com a qual entram em processo de formação, podendo modificar o seu sentido. Os afixos secundários, por sua vez, costumam ser mais conservadores em relação à significação da palavra com a qual entram em processo de formação. A observação das ocorrências desses dois pares de afixos nos dados acima comprova a diferença no seu comportamento semântico. Entre os afixos primários, o sufixo /+eza/ possui natureza puramente gramatical, modificando a classe da palavra e imprimindo alteração morfofonológica

27 Apesar da relação morfológica existente entre os afixos /-zino/ e /-ino/, que é a mesma de /-zito/ e /-ito/, eles possuem propriedades morfofonológicas diferentes na gramática do PB. As diferenças de propriedades morfofonológicas são a causa de o afixo /-zino/ pertencer ao Nível 2 do Léxico, e o afixo /-ino/, ao Nível 1.

(nobreN→nobrezaA; beloN →belezaA; pobreN→pobrezaA), enquanto o sufixo /+eiro/, além de sua natureza gramatical, provoca alteração semântica na palavra, podendo significar agente profissional (leite→leiteiro, pedra→pedreiro), locativo (cinza→cinzeiro, açúcar→açucareiro), agentes vegetais (caju→cajueiro; abacate→abacateiro) etc. Entre os afixos secundários, os sufixos /#zijo/²⁸ e /#mente/ possuem o mesmo comportamento, não imprimindo modificações semânticas às bases às quais se associam, nem provocando alterações morfofonológicas. Todas essas características são explicadas à luz do fato de os afixos primários /+eza/ e /+eiro/ pertencerem a um estrato mais profundo do Léxico (Nível 1), adjungindo-se a uma raiz, enquanto os afixos secundários /#zijo/ e /#mente/ pertencerem a um estrato mais superficial (Nível 2), adjungindo-se a uma palavra já formada.

A investigação da neutralização das vogais médias pretônicas no contexto de formação de palavras é mais um fenômeno da gramática do PB que contribui aqui para evidenciar a importância da noção de ciclo derivacional a partir da hierarquização das regras fonológicas. A ordenação da regra de neutralização das vogais médias pretônicas após a regra de acento lexical, que ocorre ao final de cada nível do Léxico, permite entender a razão de palavras relacionadas morfologicamente apresentarem diferenças em relação ao seu vocalismo. As diferenças encontradas no vocalismo desses tipos de palavras são consequência da natureza cíclica e não cíclica dos morfemas que se juntam a elas em seus processos de formação. A neutralização assim contribui para sustentar a importância da noção de domínio na gramática. Não por acaso, as propriedades semânticas das palavras com relação morfológica também encontram aqui explicação a partir da noção de ciclo derivacional.

Considerações finais

Ilustramos a importância da interação entre Morfologia e Fonologia na compreensão de fenômenos gramaticais do Português do Brasil. Para tanto, buscamos na gramática do PB fenômenos cujas características demandem a compreensão dessa interação. Nesse sentido, investigamos as propriedades de um conjunto de fenômenos cuja explicação depende de uma concepção de linguagem que incorpore em seu *design* a interface entre os módulos da gramática. Para tanto, confrontamos as características do acento lexical e rítmico do PB; comparamos o fenômeno de epêntese vocálica no nome e no verbo; e tratamos a neutralização das vogais médias pretônicas. Para a investigação desses fenômenos, e apreensão de suas consequências na gramática do português, mostraram-se relevantes as noções de domínio gramatical e de ciclo derivacional. A noção de domínio gramatical permitiu compreender os efeitos da hierarquização

28 Diferentemente do sufixo /#zijo/ que não interage com o significado da base, o sufixo /+ijo/, morfologicamente relacionado àquele, imprime mudança de significado, como exemplificam **calcinha** (peça do vestuário íntimo feminino), **camisinha** (preservativo), **coxinha** (tipo de salgado). A diferença semântica entre /#zijo/ e /+ijo/ é mais uma evidência de que os dois afixos pertencem a níveis diferentes do Léxico do PB.

da aplicação das regras em diferentes momentos da gramática. Já a noção de ciclo derivacional nos permitiu compreender a importância das diferenças na natureza das regras fonológicas, conforme o momento em que ocorram. A noção de domínio gramatical expressa a necessidade de ordenamento intrínseco entre as regras da gramática, enquanto a noção de ciclo derivacional expressa o fato de os fenômenos linguísticos ocorrerem em diferentes fases. Particularmente, a noção de fase tem sido usada em desenvolvimentos teóricos atuais da Gramática Gerativa para permitir que operações gramaticais ocorram no mesmo domínio, operando por fase. A unificação de operações gramaticais em uma mesma fase nada mais é do que uma recuperação do conceito de ciclo derivacional, presente na história da Gramática Gerativa.

Os fenômenos da gramática do PB aqui investigados demonstraram a necessidade de unificação de operações morfológicas e fonológicas pela ideia de ciclo derivacional e pelas propriedades características de regras cíclicas e não cíclicas. A proposta de que as regras fonológicas que interagem com a estrutura interna das palavras constituam domínios cíclicos ou fases, uma vez que desencadeiam e sofrem processos fonológicos, enquanto aquelas que não interagem com a estrutura interna da palavra não constituam domínios cíclicos ou fases, uma vez que são inertes em termos fonológicos, tem consequências inclusive sobre o significado lexical. Os afixos que constituem domínios cíclicos de regras lexicais interagem com o significado da raiz ou radical à qual se adjungem, estando mais sujeitos à produção da variação semântica, enquanto os afixos que constituem domínios não cíclicos para as regras lexicais não interagem com o significado da raiz ou radical à qual se adjungem, não estando assim sujeitos à produção da variação semântica.

Com a investigação de fenômenos de interface entre as diferentes áreas de estudo gramatical, expusemos a necessidade de desenvolvimento de modelos teóricos que sejam capazes de apreender a interação entre os tradicionais componentes da gramática. Somente por meio de teorias linguísticas que incorporem a ideia de interação entre as operações gramaticais, particularmente, neste trabalho, entre Morfologia e Fonologia, é possível compreender as propriedades da linguagem humana. Nossa opção por uma teoria particular é assim compreendida naturalmente, na medida em que se trata de um modelo teórico que incorpora em sua formulação a interação entre Morfologia e Fonologia, ao mesmo tempo em que permite apreender os limites impostos na interpretação semântica das palavras formadas.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, M. *Morphological investigations*. PhD dissertation, University of Connecticut, 1978.
- BISOL, L. Sandhi in Brazilian Portuguese. *Probus* 15, 177-200, 2003.
- BISOL, L O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 29, no 4, p. 25-36, dezembro, 1994.

- BISOL, L. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (23): 83-101, Jul./Dez., 1992.
- BOOIJ, G.; RUBACH, J. Postcyclic versus Postlexical Rules in Lexical Phonology. *Linguistic Inquiry*. Vol. 18, No. 1, 1-44 (44 pages), 1987.
- CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 33ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.
- CASALI, R. F., Vowel elision in hiatus contexts: which vowel goes? *Language* 73:3, 493-533, 1997.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. London, England, 1968.
- COLLISCHONN, G. *Um estudo do acento secundário em português*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- COLLISCHONN, G. Acento secundário em português. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 29, nº 4, p. 43-53, dezembro, 1994.
- HALLE, M.; VERGNAUD, J. *An essay on stress*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press, 1987.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.
- KIPARSKY, P. Some consequences of Lexical Phonology. *Phonology Yearbook* 2.83-138, 1985.
- KIPARSKY, P. Lexical Phonology and Morphology. In: *Linguistics in the Morning Calm*, ed. by I. S. Yang, 3-91. Seoul: Hanshin. Abridged version published as “From Cycle to Lexical Phonology” in the structure of phonological representations (part I), ed. by N. van der Hulst and N. Smith, 131-75. Dordrecht: Foris, 1982a.
- KIPARSKY, P. Word-Formation and the lexicon. In: F. Ingemann (ed.) *Proceedings of the Mid-America Linguistics Conference*. Lawrence, Kansas, 1982b.
- LEE, S. *Morfologia e Fonologia Lexical do português do Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem/Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry* 8, 249-336, 1977.
- MIGLIORINI, L.; MASSINI-CAGLIARI, G. A epêntese vocálica no português brasileiro: regra lexical ou pós-lexical? *Todas as Letras Q*, v. 13, n. 1, 2011.
- PEIXOTO, J. dos S. O ditongo em português: história, variação e gramática. *Revista Lingüística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 7, número 1, junho de 2011.

PEIXOTO, J. O acento morfológico do português do Brasil. In: *XXIV Jornada Nacional do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE*, realizada de 04 a 07 de setembro de 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012.

PESETSKY, D. *Russian morphology and Lexical Theory*. MIT, 1979.

PULLEYBLANK, D. *Tone in Lexical Phonology*. Reidel, Dordrecht, 1986.

ROCA, I. Secondary stress and metrical rhythm. In: *Phonological Yearbook*, 3, p. 341-370, 1986.

SIEGEL, D. *Topics in English morphology*, PhD diss. MIT, Cambridge, Mass. 1974.

WETZELS, L. Uma avaliação dos argumentos contra a relevância do peso silábico na atribuição do acento primário no português brasileiro. In: *Seminário Internacional de Fonologia II*. PUCRS, Porto Alegre, Brasil. Abril, 2002.

WETZELS, L. Peso silábico e acento no português. In: *ABRALIN*, Salvador, 13-9-1994.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Fonologia e Morfologia Históricas da língua portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília, INL, 1973.



ANÁLISE DE EMPRÉSTIMOS SOB A ÓTICA DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA A DISTRIBUTED MORPHOLOGY BASED-ANALYSIS OF LOAN WORDS

*Isabella Lopes Pederneira*¹

*Rafaela do Nascimento Melo Aquino*²

*Miriam Lemle*³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar e apresentar a maneira pela qual palavras e construções sintáticas da língua inglesa são integradas na gramática dos falantes do português do Brasil, considerando a análise construcionista de Gramática Gerativa da Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997). A análise desses empréstimos é dividida em três partes: análise de palavras simples, compostas e de criações sintáticas nativas contendo um empréstimo. A hipótese é a de que uma análise baseada em raízes que se concatenam a morfemas forneça ferramentas mais precisas para analisar a incorporação de palavras emprestadas. Os resultados obtidos através das análises de dados mostram que há um padrão no processo de naturalização dos empréstimos na língua portuguesa: palavras simples e compostas, quando aportuguesadas, trazem apenas a raiz. Os contextos sintáticos das palavras da língua de origem sejam eles construções composicionais ou idiomáticas, uma vez integrados à raiz na língua alvo, podem alterar-se livremente a ponto de tornarem-se pontos de partida para novas construções sintáticas pautadas pela gramática do português. Esses resultados de incorporação de palavras emprestadas do inglês no português confirmam a hipótese do modelo teórico da Morfologia Distribuída no que diz respeito à formação de palavras no âmbito geral.

Palavras-chave: Empréstimo; Morfossemântica de empréstimos; Construção composicional e idiomática; Novas construções sintáticas.

ABSTRACT

This study aims to analyze and show how words and syntactic structure of English are integrated into the grammar of Brazilian Portuguese speakers, considering a Generative Grammar constructionist analysis as Distributed Morphology (MARANTZ, 1997). The analysis of loan words and structure is split off into three parts: analysis of simple words, complex words and native syntactic creations containing a loan. The hypothesis is that an analysis based on roots merging morphemes provides more precise tools to analyze an incorporation of loan words. It can be noted that there are recurring regularities in the integration of loan words into Portuguese language: simple and compound words, when they become Portuguese words, they import only the root. The syntactic contexts of words from the source language are either compositional or idiomatic constructions, once integrated into the root in the target language, they can change and become a starting point for new syntactic constructions driven by the Portuguese grammar. These results of incorporation of loan words from English into Portuguese confirm the hypothesis of the theoretical model of Distributed Morphology as regards word formation in the general scope.

Keywords: Loan words; Morphological adaptation; Compositional and idiomatic constructions; New syntactic constructions.

1 Professora Adjunta, Departamento de Letras Vernáculas/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, isabellapederneira@letras.ufrj.br

2 Doutoranda em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal do Rio de Janeiro. rafaelanmaquino@ufrj.br

3 (In Memoriam) Professora Titular Emérita. Programa de Pós-Graduação em Linguística/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Quando duas línguas entram em contato, as palavras podem ser emprestadas de uma língua para outra. Os empréstimos lexicais são, de longe, o fenômeno de contato entre línguas mais comumente atestado. Thomason (2001), por exemplo, afirma que, invariavelmente, em uma situação de empréstimo, os primeiros elementos estrangeiros a entrarem na língua de empréstimo são palavras e, com base em uma pesquisa interlinguística de empréstimos lexicais em 41 línguas, Haspelmath (2009) afirma que provavelmente nenhum idioma no mundo é totalmente desprovido de empréstimos.

Os empréstimos podem ser estudados a partir de diferentes perspectivas, focalizando diferentes submódulos da gramática. Além disso, são fenômenos importantes, pois apresentam evidências para a nossa compreensão sobre a estrutura gramatical das línguas e para a teoria da mudança linguística do ponto de vista gerativista. Algumas das principais questões que surgem no estudo dos empréstimos incluem: definição; capacidade de empréstimo; surgimento e adaptação; estratificação lexical; e papel dos fatores extralinguísticos.

Neste artigo, o objetivo é analisar os mecanismos pelos quais palavras do inglês se integram à gramática dos falantes nativos do português brasileiro, a fim de verificar os mecanismos de formação de palavras envolvidos nesse processo. A fundamentação teórica é a Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997, HARLEY; NOYER, 1999), uma vertente da gramática gerativa cuja característica essencial é a extensão da sintaxe até dentro das palavras com base na observação empírica de que existem palavras complexas cuja complexidade inclui mecanismos tais como os encontrados na sintaxe de sintagmas e sentenças, como concatenar, copiar e mover. O fenômeno que queremos compreender é aquele em que, na interação entre pessoas que falam línguas diferentes, peças lexicais que pertencem a uma língua A e pautam-se pela gramática da língua A, ou seja, o mecanismo mental dos falantes dessa língua, ao serem tomadas de “empréstimo” pelos falantes da língua B, serão integradas nas computações linguísticas da gramática que está na mente desses falantes.

A proposta deste estudo é a de fazer um levantamento de dados de empréstimos no português brasileiro de palavras e expressões do inglês, comparando o estatuto gramatical e os significados na língua de origem e no português. Para efetuar essa tarefa, buscamos os dados no Google e em diferentes dicionários, sendo os principais o *Dicionário Aurélio* para o português e o *Oxford Dictionary of English* para o inglês. Houve também, para exemplos do português, o uso da introspecção.

Neste trabalho, as propriedades relevantes das palavras e expressões no ponto de partida e no ponto de chegada (língua-alvo, português) serão a forma fonológica, os contextos sintáticos, a categoria gramatical e a leitura semântica dessas formas. O conhecimento da forma fonológica da palavra em inglês estará sendo assumido, e a transcrição ortográfica é a que será

utilizada, considerando que o leitor seja capaz de recuperar a representação fonética a partir da ortografia. Aliás, estaremos assumindo que a representação mental da palavra estrangeira, ou melhor dizendo, ex-estrangeira, pelos falantes brasileiros, já está adaptada à fonologia do português, ainda que, na escrita, algumas vezes, a ortografia não esteja foneticamente adaptada ao português.

Desta maneira, através desta metodologia de análise e fundamentação teórica, acreditamos que será possível fornecer pistas de como ocorrem as adaptações dos empréstimos lexicais através dos recortes morfológicos de palavras e expressões e de como são negociados e renegociados significados em casos de palavras e expressões emprestadas.

Fundamentação teórica

A fim de compreender a incorporação de palavras emprestadas, considerando que as línguas particulares possuem mecanismos particulares de formação de palavras, é preciso que tenhamos uma separação conceptual muito clara entre as noções de palavra e raiz, já que se tratam de conceitos-chave para o entendimento dos mecanismos de incorporação e formação de palavras novas nas línguas.

Na Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994, MARANTZ, 1997; HARLEY; NOYER, 1999, entre outros), a primeira ideia importante é que a separação entre morfologia e sintaxe fica obliterada, com a sintaxe passando a ser considerada como prosseguindo até “lá embaixo”, nos nós terminais, no interior das palavras. A primeira justificativa disso é a composicionalidade semântica de palavras complexas, tais como *indivisibilidade*, *modernização*, *contabilizar*, *nacionalismo*. A segunda justificativa é a possibilidade de a leitura semântica incidir em uma fase tardia na derivação de uma palavra. Por exemplo, a estrutura do nome “safadeza” é [[[safa]vd]aeza]n. Existe uma idiomatização na camada do adjetivo “safado” em relação ao verbo “safar”, mas a relação semântica entre o nome “safadeza” e o adjetivo “safado” é composicional. Vemos, assim, que leituras composicionais e leituras idiomáticas (ou não composicionais) podem até mesmo alternar no interior de uma mesma palavra. Esse tipo de exemplo constitui uma forte evidência de que a sintaxe vai até o interior das palavras e que essas não são as menores peças nas quais os significados arbitrários recaem, sendo necessário assumir que há a possibilidade de arbitrariedade em peças abstratas menores (MARANTZ, 1997, 2001, 2013).

Na MD (MARANTZ, 1997, 2001), defende-se que a negociação do significado em palavras ocorre quando o primeiro morfema categorizador é juntado à raiz. Desse modo, outra conclusão importante da teoria diz respeito à afirmação sobre o que precisa ser listado: peças morfossintáticas abstratas, itens de vocabulário e palavras com significados especiais. Nesse sentido, na MD assume-se um modelo de gramática no qual não há uma separação entre o Léxico pré-sintático (i.e repositório de itens lexicais utilizados pela sintaxe) e a sintaxe, como em

modelos lexicalistas da Gramática Gerativa. As informações necessárias para o preenchimento da estrutura sintática gerada pelo sistema computacional estão alocadas em diferentes listas. Tais listas são acessadas por esse sistema em diferentes momentos da derivação. Passaremos, a seguir, a ilustrar cada uma dessas três listas.

A Lista de *peças morfossintáticas abstratas* (Lista 1) é aquela em que estão contidos os morfemas abstratos com os quais a sintaxe opera. Esses morfemas são divididos em traços funcionais abstratos e raízes. Os traços abstratos presentes na Lista 1 possuem feixes de traços sintático-semânticos disponibilizados pela GU (Gramática Universal). Dessa maneira, essa Lista é necessária para dizer que há algo em comum entre “cantava”, “comia” e “punham”: o tempo expresso em cada uma dessas formas verbais, o imperfeito do indicativo. Outros exemplos de traços abstratos são: pessoa, número, gênero, caso, nominalizadores, verbalizadores, adjetivadores, apassivador etc. É importante ressaltar que esses itens abstratos não carregam informações fonológicas, sendo preenchidos somente por traços sintáticos, semânticos e morfológicos.

Nessa lista, conforme Marantz (1997), também são listadas as raízes. Assume-se, então, que *raízes* são peças atômicas, esvaziadas de informações sintáticas ou funcionais, cuja realização fonológica ocorre em um estágio mais tardio da derivação (*late insertion*). (MARANTZ, 1994; ARAD, 2003 etc.). Nesse sentido, pelo fato de as raízes não serem definidas pela sua classe gramatical, podem ocorrer em diferentes contextos sintáticos e, assim, receberem diferentes interpretações. Para isso e para que as raízes possam ser inseridas na derivação, portanto, é necessário relacioná-las sintaticamente a um nó categorizador (*n*, *v* ou *a*). (HALLE & MARANTZ, 1994; MARANTZ, 1997, 2001; HARLEY & NOYER, 1999; EMBICK & NOYER, 2007).

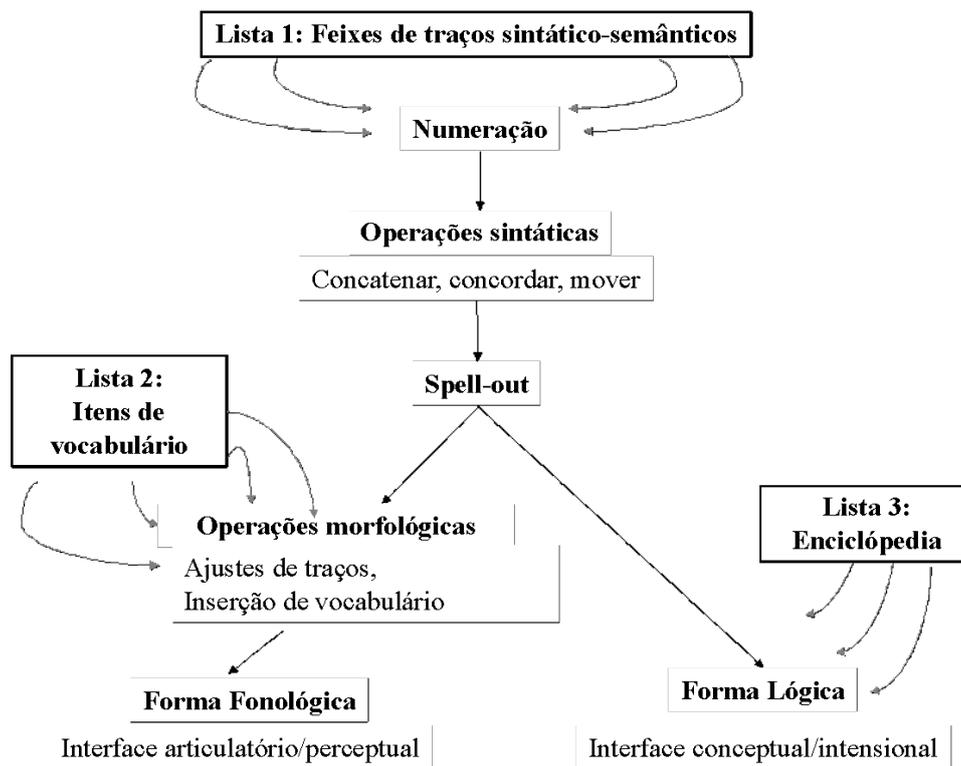
Diante disso, diferentemente das assunções de modelos lexicalistas (e.g. CHOMSKY, 1995), o modelo não lexicalista da MD afirma que as palavras não saem de um Léxico pré-sintático dotadas de todos os seus traços fonológicos, formais e lógicos, mas são geradas sintaticamente, de modo que as peças morfossintáticas abstratas são concatenadas no decorrer da derivação sintática, e os traços morfossintáticos e semânticos que os nós terminais carregam consigo funcionam como instruções para os traços fonológicos inseridos a partir do acesso à lista 2. (HALLE & MARANTZ, 1994) Essa hipótese é pautada pelo axioma da *Inserção Tardia*, segundo o qual a expressão fonológica dos nós funcionais ocorre pós-sintaticamente.

A segunda lista (Lista 2) contém as peças vocabulares (ou *Itens de Vocabulário*) que representam fonologicamente os itens da Lista 1, como, por exemplo, o *-va* em *cantava*, o *-s* em *bolas*, o *-eza* em *beleza*, o *-mento* em *pagamento*, *-izar* em *martirizar*, o *a-* inicial em *amaciar*, o *-inha* em *casinha* etc. Essa lista é acessada quando a estrutura sintática é enviada, após o *spell-out*, para a PF.

A Lista 3, a *Enciclopédia*, descreve as informações sobre o mundo exterior, associadas a peças lexicais e expressões, como, por exemplo, *caninha*, *salpicão*, *competência*, *passar*,

levar, banho-maria, chutar o balde, cara de pau. Esse modelo teórico pode ser representado graficamente como na figura abaixo:

Figura 1: Modelo de gramática da Morfologia Distribuída



Fonte: Harley (2012, p. 2153)

Esse modelo, embora descreva as conexões entre diferentes estágios da geração de sentenças, não deve ser interpretado literalmente como um retrato da ordem dos eventos dentro do nosso cérebro. O modelo pressupõe que os traços abstratos sejam a matéria-prima da sintaxe. A formação de uma sentença é chamada de “derivação”, um termo teórico que descreve um processo gerativo que conduz a formação das unidades da língua. É importante compreender que as operações sintáticas inscritas no modelo acima da Lista 1 lidam com objetos abstratos. A seta à esquerda representa o caminho para a implementação fonológica desses traços abstratos (*spell-out*). A conexão entre a Lista 1 e a Lista 2 é justamente a concretização fonológica ou gestual (em língua de sinais) dos traços abstratos. A seta que leva da Lista 1 à Forma Lógica representa a construção da parte dos significados que depende apenas da informação estrutural. Por exemplo, tomemos o PP [Ni de Nj]. Essa estrutura é gramatical. No entanto, se a preenchemos com [N+concreto de N+animado] teremos a leitura de posse, ou seja, Nj possui Ni, como no PP “casa de João”. Mas, se a preenchemos com [N+concreto de N+substância], a leitura será Ni é composto de Nj, como em “casa de madeira”. É importante notar que as restrições de posse ou composição física da matéria transcendem a gramática, ou seja, a gramática gera formas que não podem ser adequadamente usadas devido a fatores extralinguísticos (comparar *casa de João* com *casa de vento*; *casa de madeira* com *casa de água*).

No que diz respeito ao estudo dos empréstimos de palavras do inglês para o português, consideraremos que a peça importada é uma pura raiz e, no português, fazemos a categorização

e as operações gramaticais pertinentes à formação de palavras do português. É importante ressaltar que essas categorizações que ocorrem na língua-alvo podem ser fonologicamente nulas. A parte interessante deste estudo é justamente ver os mecanismos gramaticais que acontecem no português a partir dessas raízes importadas.

Nas próximas seções mostraremos diferentes exemplos dos possíveis mecanismos linguísticos para a integração da palavra emprestada na língua alvo. Na seção 2 – Reduções na variação de classes morfológicas –, a seguir, observaremos empréstimos cujos contextos sintáticos foram reduzidos no português. Na seção 3, os exemplos terão como foco a observação do comportamento morfossintático dos empréstimos de adjetivos. Na seção 4, veremos casos de palavras reidiomatizadas, ou seja, que receberam um novo significado arbitrário, desconsiderando possíveis peças morfológicas da palavra emprestada. Na seção 5, mostraremos casos de empréstimos em que os nomes foram verbalizados e como ocorrem essas verbalizações em termos de morfemas e peças vocabulares necessárias. Na seção 6, veremos casos de empréstimo da estrutura sintática [n+n]. Na seção 7, apresentaremos brevemente empréstimos de advérbio. Para finalizar o artigo, na seção 8, apontamos as nossas considerações sobre os conjuntos de exemplos apresentados, bem como suas reverberações em termos teóricos e de como podemos entender um pouco melhor o mecanismo de empréstimo de palavras através da Morfologia Distribuída.

Reduções na variação de classes morfológicas

Em todas as línguas, existem famílias de palavras que consistem em conjuntos de palavras que compartilham a mesma raiz, como em *gerar*, *gerativo*, *gerativismo*, *geração* e *gerador*. O propósito deste estudo é verificar a dimensão da correspondência entre palavras em português e inglês com compartilhamento interlinguístico de raiz perceptível para o falante da língua alvo. Alguns exemplos têm como fonte o trabalho apresentado por Jotta (2012). O primeiro grupo de empréstimos caracteriza-se pela redução dos contextos sintáticos na passagem do inglês para o português:

Look

No inglês, *look* aparece nos contextos de verbo: *He looked at me* (ele olhou para mim); *He looks tired* (ele parece cansado) e nos contextos de nome: *Let me take a look at this page* (deixe-me dar uma olhada nesta página); *He throwed a bad look at me* (ele me olhou com cara feia); *this navy look is amazing* (esse look de marinheiro está legal).

No português do Brasil, porém, somente um dos contextos sintáticos nominais foi aproveitado do inglês, o com significado de moda. Em relação ao comportamento morfossintático, a palavra *look* combina-se com o *-s* de plural e com o sufixo diminutivo *-inho/-zinho*, como no exemplo achado no Google “*Vou montar um lookezinho com ele no final de semana*”. A morfologia desse uso do empréstimo – o sufixo diminutivo – evidencia que a palavra já faz parte do léxico do português.

Paper

O nome *paper* em inglês é usado em diferentes condições: *the boy made a paper airplane* (o menino fez um avião de papel) e *He wrote a paper about Greek verbs* (ele escreveu um artigo sobre verbos do grego). Esse mesmo nome foi verbalizado em inglês: *I will paper my bedroom wall* (vou colocar papel de parede no meu quarto).

Em português, o vocábulo *paper*, conforme o *Dicionário Aurélio*, foi importado a partir de apenas uma das suas estruturas em inglês: a nominal com leitura de *artigo acadêmico*, como exemplificado pela sentença *o paper é produzido para divulgar resultados de pesquisas científicas*⁴. As evidências de que o vocábulo *paper* foi incorporado no português brasileiro estão no fato de que há pluralização “*os papers*” e formas diminutivas, como em “*ficamos tentados a escrever um paperzinho sobre aquele capítulo*”⁵.

Slide

No inglês, os contextos nominais dessa forma podem ter os significados profundamente relacionados às diferentes noções do verbo *slide* em sua base, como, por exemplo, a noção *escorregar* no contexto *I put my two year-old on the slide; he went frmmmm!*⁶ (Eu coloquei meu filho de dois anos no *escorrega*, e ele, zum!).

No português, no entanto, o vocábulo *slide* ocorre em um contexto nominal, significando ‘página destinada à projeção’ ou ‘imagem fotográfica destinada à projeção’, sem a noção de ‘escorregar’. Nesse caso, notamos com a análise da falta de conteúdo eventivo no vocábulo em português que, diferentemente do que ocorre na língua inglesa, a forma *slide* em português não apresenta uma estrutura complexa do nome *slide* formado a partir do verbo *to slide*, configurando-se, portanto, como uma palavra gerada por uma nova raiz. Além disso, é possível através das formas pluralizada e diminutiva observar que, assim como os exemplos anteriores, o vocábulo *slide* já faz parte do PB vernacular. Observe esses casos nos contextos sintáticos “10 Dicas do PPT para tornar seus slides mais eficazes”⁷ e “Por isso criamos esse slidezinho explicando os melhores cuidados que você pode ter com seu cap.”⁸

Feeling

Em inglês, o verbo *to feel* possui o nome derivado *feeling*. Em inglês, o nome *feeling* tem significado abrangente (sentimento, pressentimento, sensibilidade). No entanto, em português

4 Exemplo retirado de <https://sosmonografias.webnode.com.br/news/paper-o-que-e-e-como-fazer/> em 29 dez. 2020.

5 Exemplo retirado de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v42n1/v42n1a09.pdf> em 26 mai. 2021.

6 Exemplo retirado de <https://pt.bab.la/dicionario/portugues-ingles/slide> em 29 dez.2020

7 Exemplo retirado de <https://fabricadecursos.com.br/blog/academia-143-10-dicas-do-ppt-para-tornar-seus-slides-mais-eficazes/> em 01 jun 2021

8 Exemplo retirado de <https://capishcaps.com/modo-de-uso/> em 01 jun 2021

esse nome ocorre com uma abrangência semântica muito menor do que a do inglês, uma vez que o nosso *feeling*⁹ significa ‘pressentimento’¹⁰ e não as demais possibilidades do nome em inglês. A forma diminutiva no exemplo “Tô com um feelingzinho de que *Os 7 de Chicago* vai levar o Oscar de Melhor Filme¹¹” demonstra que esse vocábulo já faz parte do português vernacular.

Flash

A palavra *flash* em inglês tem possibilidades de categorização como nome, verbo e adjetivo, além de ter significados variados (e.g. “brilhar”, “agir”, “instante”, “jato de luz”, “o momento” etc.). Em português, contudo, a palavra *flash*¹² foi importada somente como nome e possui os seguintes significados: o de “luz forte para fotografia”, como na sentença “Desliguem o *flash* da câmera quando forem tirar foto”, o de “memória súbita” como em “as lembranças vieram como flashes” e, no campo jornalístico, o de ‘uma notícia rápida’.

Closet

Em inglês, o nome *closet* (quarto fechado/pequeno para guardar coisas, geralmente roupas¹³) é derivado do verbo *to close* (fechar), apresentando, então, a seguinte estrutura morfossintática: $[[\sqrt{v} + v]v n]n$. Em português, no entanto, o nome *closet* não tem verbo em sua estrutura, sendo uma palavra gerada pela concatenação da raiz emprestada \sqrt{CLOSET} e um nominalizador não realizado fonologicamente: $[\sqrt{v} + n]n$, e só tem a leitura de “armário embutido”. Esse vocábulo, assim como outros nomes do português vernacular, também ganha forma pluralizada: “Closets de gesso são práticos para ganhar espaço”¹⁴ e forma diminutiva: “Com 110 m atrás da cama dá para fazer um closetzinho.”¹⁵.

Script

A palavra *script* é de origem latina (*scribo*), mas chegou ao português via inglês e a evidência está na forma fonético-fonológica e na escrita. Palavras derivadas do latim com *onset s-* foram incorporadas adaptadas à fonologia do português, como em *scribere* – escrever. A língua inglesa faz

9 Exemplo retirado de: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-que-e-feeling-e-seu-papel-na-tomada-de-decisoes/> em 26 mai. 2021

10 Conferir entrada no *Dicionário Priberam*: <https://dicionario.priberam.org/feeling>

11 Exemplo retirado de https://twitter.com/_PedroGuedes_/status/1369350702632468483 em 01 jun 2021

12 Conferir entrada no *Dicionário Priberam*: <https://dicionario.priberam.org/flash>

13 Conferir entrada no Cambridge Dictionary: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/closet>

14 Exemplo retirado de: <https://www.vivadecora.com.br/revista/closet/> em 1 jun 2021

15 Exemplo retirado de: https://ko-kr.facebook.com/SimplesDecoracao/photos/pb.340679475968065.-2207520000../3694709747231671/?type=3&eid=ARC0K5w_czdK2yYAFzdQ96hqjwQ3lSZgNVm2WdenAb-nOdeUrc74Ra8KWucZnM7ql6LROQcUnOA-J9r7 em 1 jun 2021

uso do nome *script* com a noção de fonte; e foi criado um verbo a partir deste nome, como em *it was perfectly scripted and beautifully acted* (isso foi perfeitamente transcrito e muito bem representado).

A língua portuguesa privilegia a noção de organização de eventos, falas ou partes de um texto. O verbo *scriptar*, derivação do nome *script*, já está sendo usado no jargão de bloggers e twitters. Observamos, nesta seção, que, no conjunto morfológico de famílias de palavras emprestadas, não é necessário que a língua-alvo importe todo o conjunto de formações e usos possíveis da raiz *scrib-/script-*. O fato de termos sintaxe nas palavras facilita que as novas concatenações de morfemas e peças vocabulares possam apresentar categorizações com significados diferentes a cada nova formação.

Se, nesta seção, nosso foco de apresentação de dados foi mais abrangente, mostrando como as categorizações de raízes ocorrem na passagem de uma língua para a outra, na próxima, mostraremos, mais especificamente, como se comportam os adjetivos, quando o foco é o fenômeno extralinguístico do empréstimo.

Empréstimo de adjetivo

Nesse grupo apresentamos exemplos de adjetivos emprestados. Dentre esses casos, no que diz respeito ao comportamento morfossintático desses vocábulos, observamos a possibilidade de manutenção da posição prenominal e a adequação às regras gramaticais do português para os adjetivos. Vamos aos exemplos:

Big

No inglês, *big* aparece em contexto de adjetivo (*big nose* – nariz grande) e advérbio, como em *failed big at the box office* (se frustrou muito na bilheteria). No português, o adjetivo *big* preserva a função de modificador que tinha na língua de origem, como em: foi uma *big* decepção, *big* (de um) problema, *big* festa, *big* porre e *big*s peitos. É importante ressaltar que, embora a posição sintática seja mantida, o adjetivo, quando incorporado à morfossintaxe do português, adquire as marcas de adjetivo da língua portuguesa, podendo ser pluralizado, como o exemplo “*big*s peitos” demonstra.

Diet

Na língua inglesa a palavra *diet* aparece em contexto nominal como em *My doctor ordered me a special diet* (meu médico me recomendou uma dieta especial), e também adjetivo, como em *A diet coke, please* (uma coca dietética, por favor). Há também o verbo *diet*: *how to diet properly* (como fazer dieta adequadamente).

Na língua portuguesa, a palavra entrou somente como adjetivo, como em “*Dois guaraná*s *diets*”. Nesse caso, o adjetivo não mantém a posição pré-nominal, como na língua de origem e conforme observamos no exemplo anterior, mas adquire as propriedades gramaticais dos adjetivos dessa língua.

Light

A palavra *light* em inglês funciona como nome, verbo e adjetivo, como visto, respectivamente, nos sintagmas “*the light of the sun*” (a luz do sol), “*only one of the table lamps was light*” (somente a lâmpada da mesa estava *acesa.*), “*the bedrooms are light* (os quartos são iluminados)”. Como adjetivo, esse vocábulo apresenta diferentes significados na língua inglesa: *iluminado, leve, fácil* etc.

Em português, o item *light* está como adjetivo, como se pode ver pelo uso: *Eu só tomo bebidas lights*, e o significado atribuído a ele diz respeito a *um ingrediente reduzido em algum alimento*. No caso do exemplo apresentado, o adjetivo indica que o valor calórico da bebida é mais baixo que o normal. Há ainda a possibilidade do significado *leve/fácil* para *light*, em português brasileiro, como no exemplo *hoje a aula vai ser bem light*.

Show

Em inglês, a palavra *show* funciona como verbo e nome. O empréstimo *show*, no português, aparece na sua forma nominalizada, e é combinado com os sufixos *-aço* e *-inho/-zinho*, como em: que *showzaço*, foi um *showzinho*, ela vai dar um *showzinho*; nessa última frase *showzinho* tem um valor semântico idiomático, pois não denota o período do *show*; nesse caso, *showzinho* significa *dar chiquete, fazer barraco*. O salto do nome para adjetivo já ocorreu, como podemos constatar pelo exemplo tirado do Google: *uma camiseta mais show que a outra*.

O mais interessante aqui é notar o quanto as categorizações nas formações de palavras emprestadas também sofrem alterações, quando passam a fazer parte da gramática da língua-alvo. As categorizações de adjetivos observadas acima possuíam, na língua de origem, uma variação muito maior de contextos gramaticais possíveis, muito em função de como a língua inglesa implementa fonologicamente os morfemas. Ao contrário do que o senso comum poderia julgar, os empréstimos não são uma submissão da língua-alvo à língua de origem dessas palavras, já que, como temos observado até agora, a incorporação dessas palavras passa, necessariamente, pelas regras do português, tornando, inclusive, uma palavra em uma mera raiz, para que ela integre a gramática da língua. Se do ponto de vista da implementação fonológica de peças morfológicas podemos observar a sistematização proposta pela Morfologia Distribuída, o que podemos dizer sobre a negociação semântica de palavras emprestadas? Na próxima seção, observaremos como esse fenômeno pode ser abordado, seguindo o mesmo modelo e metodologia de observação e análise dos dados.

Reidiomatizações

As construções linguísticas tais como palavras, sintagmas ou sentenças podem ter significados composicionais ou idiomáticos. Dizemos que os significados são composicionais,

quando são resultado de cálculo regular de suas partes componentes. Por outro lado, temos os significados idiomáticos, quando o resultado não é calculado item a item morfológico ou sintático. Por exemplo, a palavra *restaurante* não é regularmente derivada do verbo *restaurar*. Pode-se, nesse caso, assumir que o primeiro categorizador do nome *restaurante* é o nominalizador *-nte*, desconsiderando a camada verbal. Nesse caso, temos uma idiomatização.

Esta maneira de negociar significados é a mesma que observamos em expressões idiomáticas, tais como *pendurar as chuteiras*, quando significa *aposentar-se*. No que diz respeito aos empréstimos, além de haver a redução de categorização vista nos exemplos acima, podemos ainda observar casos de uma especialização semântica, que chamamos aqui de “reidiomatização”, inexistente em inglês e totalmente específica e licenciada no português, conforme, dentre outros muitos exemplos, alguns que selecionamos abaixo demonstram.

Point

Essa palavra funciona, em inglês, como nome e verbo. Em português, no entanto, o empréstimo atingiu somente a palavra na categoria de nome, e, já nessa língua, ela recebe o significado de *lugar socialmente muito conhecido e frequentado*, que não existe em inglês, conforme demonstrado pelo exemplo “Esse restaurante é o melhor point da cidade”.

Night

Em inglês, a raiz da palavra *night* ocorre em estrutura nominal e em contexto adverbial, conforme os exemplos *a moonless night* (uma noite sem luar) e *investments that won't keep us awake nights with worry* (investimentos que não nos deixarão acordados à noite com preocupação)¹⁶ demonstram. Em português, o empréstimo do nome foi instanciado com o significado ‘noitada’, que não existe em inglês, como o exemplo “Pra você que gosta de curtir, dançar e beber na night”¹⁷ demonstra.

Outdoor

Em inglês, *outdoor* é um adjetivo cujo significado é *ao ar livre*, como demonstra a expressão *outdoor restaurant* (restaurante ao ar livre). Em português, a expressão *outdoor advertising* (propaganda ao ar livre) tem a sua estrutura sintática reanalisada: modificador-núcleo para núcleo-modificador, e somente a raiz de *outdoor*, que passa a ser classificada como nome, é mantida. O empréstimo do adjetivo foi instanciado em português como nome com significado *cartaz de rua*, inexistente em inglês.

16 Exemplo retirado do Google.

17 Exemplo retirado de <https://www.londrinatur.com.br/noticia/principais-baladas-em-londrina/> em 1 jun. 2021

Esses exemplos nos dão clareza sobre o lugar da negociação do significado de palavras, que é bem delineada na Morfologia Distribuída. Na regra geral, o ponto de incidência da arbitrariedade saussureana é quando há a concatenação da raiz com o primeiro morfema categorizador. A consequência disso é que as palavras acima, quando inseridas em um contexto de categorização sintático-morfológica na língua portuguesa, podem ter seus significados renegociados, resultando em idiomatizações e reidiomatizações.

Na próxima seção, o foco será na formação de palavras complexas, tais como os verbos denominais, sendo os nomes emprestados do inglês, formando verbos com peças vocabulares do português.

Empréstimos do inglês com verbalização dos nomes

Este fenômeno, mais uma vez, ratifica a importância dos mecanismos gramaticais na incorporação e formação de palavras novas. Veremos que os critérios e ferramentas de formação são os mesmos encontrados em qualquer nova formação de palavras, como as que encontramos em Guimarães Rosa em palavras como *brincação* e *tratantagem* (SILVA, 2011). Essas palavras, ainda que tenham processos de formação distintos: enquanto, em *brincação*, há uma troca de sufixo, ou seja, o item de vocabulário aplicado para implementar fonologicamente o morfema nominalizador foi alterado; em “*tratantagem*”, há uma extensão do uso do sufixo *-agem* a uma base com a qual não era usado. A forma *tratante* não é nominalizada por *-agem*, mas essa possibilidade é prevista na língua.

A troca do item de vocabulário a ser usado para implementar o categorizador nominal em “*brincação*” segue um modelo bastante produtivo, como vemos em:

[[[brinc]√ a]v ção]n

[[[malh]√ a]v ção]n

[[[separ]√ a]v ção]n

Guimarães Rosa teve, neste caso, a percepção de que o sufixo *-ção* aparece no mesmo contexto sintático do sufixo *-(d)eira*, como vemos em [[[chor]√ a]v deira]n

[[[beb]√ e]v deira]n

[[[cans]√ a]v eira]n

Essa alternância de sufixo na geração de nomes deverbais só é possível por conta da identidade de estrutura sintática. Ao perceber isso, o autor teve a possibilidade de inovar. Diante dessa regra operacional, podemos repeti-la, recriando as palavras acima com a troca de sufixo, de modo que as formas *choração*, *bebeção* e *cansação* sejam possíveis, com especificidades de significados coerentes com uso na obra do autor e no português brasileiro. As descobertas

morfológicas de Guimarães Rosa não só permitiram a ele saber quais formas criar, mas também quais formas não criar. A troca do sufixo *-eira* pelo sufixo *-ção* não seria possível num contexto em que o nominalizador se prenda a um adjetivo, uma vez que a tal base pode-se ligar *-eira*, mas não *-ção*. Assim, formas agramaticais como as apresentadas a seguir não ocorrem nas obras do autor: *doidação, *malucação. O mesmo processo observamos no fenômeno de empréstimo de palavras e expressões.

Backup

Na língua inglesa, a unidade complexa *backup* está nominalizada, e significa ‘suporte extra’, cobrindo também a noção de ‘cópia de segurança do computador’. Esse nome pode ser verbalizado como em *include the Information Store that I already backed up at another DAG backup* (inclua o armazenamento de informação que eu já becapeei em outro backup DAG).

Para o português, foi trazido somente o nome *backup* com o significado de ‘cópia de segurança do computador’, e, no português, esse nome ganhou gênero masculino, pode ser usado no plural, como em *Eu fiz três becaques hoje*, e foi gerado o verbo *becapear*, como em: *Já becapeou esse capítulo?* E o particípio com valor adjetivo, como em *meus arquivos foram becapeados*.

Upload

Em inglês, o verbo *to upload* significa *transferir dados do computador para a internet*. Esse verbo foi nominalizado e significa *transferência de dados do computador para a internet*. Em português, o nome *upload* foi o primeiro a chegar, significando ‘postagem e armazenamento de arquivos na internet’. O verbo *upar* já é encontrado em português, e significa *postar algo na rede*, como em: *como upar uma foto no Twitter?* Precisamos ainda entender o motivo da forma verbal utilizada no português ser *upar* e não *uploadear*, já que temos na língua formas como *downloadear*, proveniente de *download*. Talvez pela falta de consciência da composição de duas palavras *up + load*.

Upgrade

Na língua inglesa, o verbo *to upgrade* é usado comumente no contexto de computação, significando ‘atualizar’ um aparelho eletrônico ou software. O verbo *upgradear* foi encontrado no Google e utilizado com os argumentos: *programa de computador, guitarra e vida*. O particípio passado desse verbo concorda com o sujeito em gênero e número, como qualquer outro adjetivo da língua portuguesa, como em *computadores upgradeados*.¹⁸

18 Exemplo retirado de: <https://www.hardmob.com.br/threads/685644-Luluzinha-Club-Computador-All-in-One-Lenovo-AIO-510-Intel-Core-i3-4GB-1TB-R-227900> em 26 mai. 2021.

Check-up

Em inglês o nome *check-up* (análise aprofundada), é derivado do verbo *to check* (analisar, checar). Em português, já surgiu o verbo *checapear*, conforme o modelo de pares do tipo *lisonja/lisonjear*, *bronze/bronzeear*, *bronca/bronquear*, *capa/capear*, *par/parear*. O uso do sufixo *-ear* (repetição do evento) na forma verbal desse empréstimo revela que houve consciência pelo falante de português de que um *check-up* é constituído por um conjunto de exames médicos.

Drink

Na língua inglesa o verbo *drink*, quando em contexto transitivo, significa *beber qualquer bebida*, e, quando intransitivo, significa *ingerir bebida alcoólica*: *I drink coffee every morning* (eu bebo café todas as manhãs); *he drinks a lot* (ele bebe muito). *Drink* como nome significa bebida ou bebida alcoólica, segundo o contexto. No contexto sintático *have a drink*, o nome *drink* significa bebida alcoólica. A partir dessa análise, podemos dizer que foi a partir deste contexto de uso - *have a drink* (que implica bebida alcoólica) - que surgiu o nome *drink* na língua portuguesa.

Link

A regência do verbo *to link* em inglês é DP _ to DP, e significa ‘ligar, conectar’. O nome *link* significa ‘ligação, conexão’. Em português, o nome *link* foi o primeiro a chegar, significando um endereço encontrado somente na internet ou ‘ligação’ de maneira geral, como em *link de ideias*. O verbo *linkar* já é encontrado em português, e, diferentemente do verbo *link* no inglês, significa ‘postar algo na rede’, como em *Vamos linkar tudo para o youtube*.

Scanner

Na língua inglesa o verbo *to scan* (decompor, esquadrihar, escandir) é nominalizado pelo sufixo *-er*, e o nome recebe uma leitura composicional – qualquer aparelho que decomponha ou esquadrinhe. Em português, a primeira importação foi a do nome *scanner* (somente para impressora), e o verbo *escanear* veio depois, já que existe uma marca verbal acrescentada ao nome *scanner*, significando *captar imagens no scanner para enviá-las ao computador*, um significado bem mais restrito do que aquele do verbo *scan* em inglês.

Spray

A palavra fonológica *spray* em inglês é categorizada como verbo, correspondendo ao significado *ejetar líquido no ar sob pressão na forma de pequenas gotas*, ou seja, *borrifar*. Recategorizada como nome, significa composicionalmente, *o resultado do ato de borrifar*, ou seja, o esguicho.

O empréstimo *spray* em português foi feito somente a partir do nome em inglês. Esse nome, em português, significa ‘qualquer líquido esguichado no ar’, para fins de distribuir protetor solar, manter os cabelos em ordem, imobilizar infratores com *spray* de pimenta, molhar plantas, matar insetos. No Google, foram encontrados diversos exemplos de *espreiar* com significado distinto do verbo *spray* em inglês, como em receita culinária: *espreiar um tabuleiro com um pouco de manteiga; vou espreiar um pouco de sabonete líquido na minha mão*. O evento no mundo representado no verbete de *spray* em inglês e o evento no mundo representado no verbete de *espreiar* não são iguais: as *gotículas sob pressão* do inglês desaparecem, e persiste apenas a noção de *espalhar* substituindo a de *esguichar*.

Trash

O empréstimo nominal de *trash* teve como ponto de partida o componente nominal do inglês *trash*. Em português esse nome é utilizado para se referir a bares populares ou tipo de roupa. O verbo *trashear*, por sua vez, se distancia desse significado, passando a significar divertir-se nesse tipo de lugar *trash*.

Podemos notar que está sendo revelado um padrão nos empréstimos. Quando na língua inglesa existe um par tal que um verbo fica nominalizado, e o nome resultante é importado para o português, esse nome em português dá origem a outro verbo o qual difere do verbo em inglês. Esse método de análise de incorporação e formação de verbos denominais é mais plausivelmente compreendido através de um modelo construcionista de gramática que considere mecanismos sintáticos para a derivação lexical.

Empréstimos do inglês: estrutura sintática [n +n]

Até agora, observamos palavras simples e complexas que ocorrem no conjunto de empréstimos da língua inglesa no português brasileiro. Agora passaremos a ilustrar exemplos de palavras compostas e de como são incorporadas na língua-alvo, considerando que a língua de origem possui uma ordem linear de núcleo final, enquanto a língua final tem a configuração de língua de núcleo inicial. O foco principal aqui é a negociação do significado, considerando ou não a contribuição das partes internas do composto.

Office boy

Neste empréstimo, temos um caso em que o significado da expressão na estrutura da língua inglesa esteve ativado quando foi feita, em português, a abreviação para *boy*, pois a parte que sobreviveu, *boy*, o núcleo da expressão em inglês, carrega, em português, o significado da expressão inteira.

Street dance

Neste empréstimo, a propriedade semântica da palavra inglesa ‘dança de rua’ foi eliminada e sobreviveu a caracterização pelos passos específicos.

Pet shop

Neste empréstimo, ao entrar na língua portuguesa, a expressão *pet shop* não está sendo percebida como bimorfêmica pelos falantes de português, embora o significado em português corresponda ao do composto em inglês.

Babysitter

Alguns falantes de português chamam de *babysitter* (moças com um contrato a longo prazo), como era no Brasil o contrato da profissão de babá. Talvez a troca do termo *babá* por *babysitter* tenha se originado na crença de que o termo estrangeiro valorizaria os padrões desta cuidadora.

Pitbull

Pesquisando a origem da palavra *pitbull*, fica-se sabendo que, no século XIX¹⁹, esses e outros animais eram, para fins de divertimento, colocados dentro de um poço e postos a lutar uns contra os outros até a morte. A leitura dessa palavra pelo falante nativo de inglês que conhecia esse tipo de espetáculo incluía a informação de que *bull* significa ‘touro’ e *pit* significa ‘poço’, e o composto era decodificado composicionalmente. Para os falantes que desconhecem o espetáculo da rinha mortal, esse composto tornou-se totalmente opaco semanticamente, ou seja, idiomatizado.

O falante de português, por sua vez, decodifica a palavra *pitbull* como uma única unidade com o significado de ‘raça de cachorro’. A partir dessa idiomatização, falantes de português estão reanalisando o empréstimo nas suas duas metades *pit* e *bull*, encaixando-o na estrutura do português [n + n] (*peixe-boi*, *ferro-gusa*) e reutilizando a parte *pit* como núcleo das expressões debochadas como *pit-sogra*, *pit-namorado*, *pit-pai*, *pit-babá*, *pit-bicha* e *pit-bebê* (ALMEIDA & GONÇALVES, 2013). Nessas expressões, a parte *pit* é o núcleo e a segunda funciona como modificador.

Hamburger

A palavra *hamburger*, em inglês, vem como empréstimo da expressão alemã *hamburg steak* (bife de Hamburgo). Em inglês, o nome *hamburgo* é interpretado como o núcleo da

19 Conferir em https://pt.wikipedia.org/wiki/American_pit_bull_terrier

expressão e passa a denominar ou a carne ou o sanduíche (*hamburger*)²⁰, perdendo o significado de cidade. Em português, há o empréstimo do nome, que denota, assim como em inglês, um tipo de sanduíche de carne.

Cheeseburger

Na língua inglesa, o nome *hamburger* ganha uma versão mais curta: *burger*. Essa versão passa a ser usada para formar outras palavras, como, por exemplo, o vocábulo *cheeseburger*²¹. Esse item é lido semanticamente tendo o componente *burguer* como núcleo e o componente *cheese* como modificador. Essa relação sintática também ocorre em casos como *vegan burger* e *bean burger*.

Em português, observa-se uma invenção sintática recente: *Xis-tudo*. Isso se refere a um grande sanduíche contendo um pouco de tudo (pão, carne, alface, tomate, queijo, presunto, ovo, bacon). Estruturalmente, os falantes estão lendo essa palavra de modo que o núcleo é o *Xis* e o *tudo* é o modificador. Nessa invenção, a relação sintaxe/semântica do inglês foi invertida no português, uma vez que em inglês *cheeseburger* tem o núcleo na segunda palavra e em português *Xis-tudo* e *Xis-salada* têm o núcleo em *Xis*, a primeira palavra. Ou seja, nós entendemos que se trata de um *Xis* feito de tudo, com todos os ingredientes disponíveis. Nesse caso a criatividade do importador do empréstimo está muito clara, pois ele brincou com a palavra inglesa *cheese* que significa *queijo*, privando-a do seu significado, e além de dar-lhe outra referência, *Xis*, completamente diferente, deu-lhe também um papel sintático diferente, pois o nosso *Xis* é núcleo e *cheese* na expressão inglesa *cheeseburger* é modificador de *burger*. A comicidade dessa inversão de ordem dos papéis semânticos entre o português e o inglês é incrementada pela homonímia entre *cheese* e *xis* em *cheeseburger* e *Xis-tudo*, respectivamente.

Essa família de dados nos fornece uma demonstração de que as estruturas linguísticas produzidas na língua portuguesa resultam muito mais de jogos estruturais na gramática do que da introdução dos fatos culturais da arte culinária nas invenções linguísticas.

Test drive

No inglês, o núcleo do composto *test drive* é *drive*, ou seja, uma ação de dirigir um carro para testá-lo. Já o núcleo de *test drive* em português é *test*, um teste aplicado a um ato de dirigir carro, considerando que a ordem do português é núcleo inicial e temos a expressão pluralizada *testes drives*²².

20 Conferir em <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/hamburger>

21 Conferir em <https://www.etymonline.com/word/hamburger>

22 Exemplo retirado de <https://portogente.com.br/noticias-corporativas/113623-Por%20que%20%C3%A9%20importante%20realizar%20testes%20drives%20antes%20de%20comprar%20um%20ve%C3%ADculo?> em 26 de mai. 2021.

Assim como, em *cheese sandwich*, *cheese* modifica *sandwich*, em *test drive*, *test* modifica *drive* em inglês. Em português, assim como em *Xis-tudo*, *tudo* modifica *Xis*, em *test drive*, *drive* modifica *test*. A importância semântica da palavra *drive* em português é secundária, porque ela está em posição de modificador e não na posição de núcleo. Uma demonstração pitoresca do caráter semântico secundário da palavra *drive* é que a expressão *test drive* está servindo para fazer referência à primeira testagem de namorada, receita de comida, aparelhos eletrônicos, programas de computador e tudo o mais.

Shopping mall/center

Cabe notar que no empréstimo *shopping mall/center*, que se tornou, em português, *shopping*, foi deletada a segunda palavra, que pode ter acontecido, porque a primeira é lida como núcleo da construção.

Reality show

Na língua inglesa, a expressão *reality show* significa literalmente *demonstração da realidade*; a seguir passou a significar programas televisivos que vasculham detalhes da vida de pessoas, famosas ou não, um significado não composicional. O português importou somente o significado idiomático do composto nominal.

Playboy

Na língua inglesa, a expressão *play boy* significa literalmente *menino brincalhão*; a seguir passou a significar ‘meninos ricos que dedicam seu tempo a festas, compras e namoros fúteis’. Em português, o empréstimo está limitado ao significado idiomático. Assim como nos exemplos acima, em *play boy* desaparece o *boy*, porque pela leitura convidada pela gramática do português, *boy* é o modificador, e, portanto, é dispensável.

Playground

Na língua inglesa, a expressão *play ground* significa literalmente *ground para play*, ou seja, área para brincar. Assim como nos exemplos acima, em português, em *play ground* desaparece o *ground*, porque pela leitura predominante na gramática do português, *ground* passa a ser lido como o modificador, e, portanto, pode ser omitido.

O resultado dos dois últimos empréstimos examinados - *play boy* e *play ground*, após a omissão da segunda palavra, é uma palavra estranhamente polissêmica, *play*, que significa ‘meninos ricos que dedicam seu tempo a festas, compra de roupas caras e namoros’ e também ‘área externa para crianças brincarem’.

Quando o significado da construção em inglês é idiomático, ela entra no português como unidade indivisível do ponto de vista semântico. Ainda neste caso, temos o termo *riocard*, que obviamente é uma criação nativa, na qual o modelo sintático é [n1 + n2] com o núcleo semântico em n2. A contribuição semântica do n1 é a de qualquer modificador. Essa estrutura é bem absorvida em português, pois temos, em português, construções como *velha-guarda*, *alto-escalão*, *livre-atirador* e *piano-bar* todas elas construções em que a ordem da semântica é modificador-núcleo.

Nesses inúmeros casos de incorporação de compostos do inglês no português, observamos uma completa falta de isomorfia entre os mecanismos utilizados em uma língua e noutra ao tratar a formação e derivação dessas palavras.

Para finalizar o compartilhamento e análise de dados, vejamos, brevemente, um par que se comporta como advérbio na língua-alvo e que possui recortes internos diferentes nas duas línguas, embora o significado final seja compartilhado.

Empréstimo de advérbio

Em inglês, os significados de *on-line* e *off-line* relativos a qualquer sistema de transportes precederam, evidentemente, os significados relativos à internet. Em português, essas duas palavras referem-se a um modo de atividade na rede de internet. Aparentemente, os falantes de português percebem que essas duas palavras – em português, advérbios – são antônimas. Essa antonímia é percebida pela semântica, e podemos supor que o falante formule uma hipótese pela qual o contraste semântico seja atribuído às sílabas iniciais (talvez prefixais) diferentes nesses dois advérbios, ainda que não atribua um significado regular a essas sílabas.

Considerações finais

Decorrente da apresentação das construções e breves análises morfossemânticas apresentadas, podemos observar que, no processo de importação de palavras, as coisas se passam como se em um breve contato entre um falante da língua A e um falante da língua B, o falante de B adotasse um segmento fonológico da língua do falante A, utilizado num determinado contexto sintático, e depois desse instante efêmero o falante de A torna-se irrelevante e, a partir daí, todos os processos sintáticos possíveis passam a ser pautados pela gramática do português.

O que vimos no estudo dos empréstimos de palavras simples foi que o que chega na língua portuguesa a partir do inglês é, em cada caso de empréstimos, uma parte apenas das possibilidades categoriais e contextuais da palavra na língua de origem. Vimos isso nos exemplos *closet*, *paper*, *feeling*, *point*.

Vimos também que na maioria das vezes o uso das palavras importadas é inovador em relação ao da língua de origem. Essa situação foi encontrada nas palavras *night*, *outdoor*, *show*. A inovação pode consistir também na criação de um derivado na língua alvo, como em

upgreidear, checapear, linkar, escanear, espreiar, que são verbos formados já no português a partir dos seus respectivos nomes (*upgrade, check-up, link, scanner e spray*).

A análise dos empréstimos de compostos sintáticos é mais reveladora ainda sobre a prioridade epistemológica do falante importador dos empréstimos. Vimos que os falantes deletam, idiomatizam, redecompõem, invertem a ordem linear de peças funcionais e criam, a partir de expressões idiomáticas, novas expressões com leitura composicional das peças estrangeiras.

O uso da língua nativa pelo falante que incorpora empréstimos se assemelha ao uso da Gramática Universal pela criança no seu processo de aquisição de língua, processo este muito semelhante ao que encontramos nos estudos sobre mudança linguística em Gramática Gerativa.

Foi possível compreender a opção pela alternativa teórica do modelo construcionista de Gramática Gerativa – A Morfologia Distribuída – já que as análises estão pautadas na predição de que a formação de palavras compartilha os mecanismos de formação de unidades maiores que a palavra nesse modelo teórico. Além disso, esse arcabouço teórico nos fornece pistas mais precisas sobre a negociação dos significados em palavras, o que explica particularidades que ocorrem nesse âmbito, quando focalizamos as palavras emprestadas nas línguas, bem como os caminhos que percorrem o fenômeno da categorização de palavras, no sentido mais amplo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. L.; GONÇALVES, C. A. V. Mudanças tecno-econômicas e seus reflexos no português brasileiro: as formações lexicais com partículas do inglês. In: SILVA, A. S.; MARTINS, J. C.; MAGALHÃES, L.; GONÇALVES, M. (orgs.). *Comunicação política e econômica: dimensões cognitivas e discursivas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 397-408.

ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory* 21(4). 737–778. 2003.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Current Studies in Linguistics. MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 1995

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Positivo Soluções Didáticas, 5a ed. 2010.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], Priberam Informática, S.A, 2008-2021.

EMBICK, D; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In. RAMCHAND. G; REISS, C (eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Oxford University Press. pp.289-324, 2007.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.) *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 111-176.

HALLE, M.; MARANTZ, A. 'Some key features of Distributed Morphology.' In ed. CARNIE, A; HARLEY, H.(eds.), *MITWPL 21: Papers on phonology and morphology*. MITWPL, Cambridge, 275-288, 1994.

HARLEY, H. Semantics in Distributed Morphology. In MAIENBORN, C., VON HEUSINGER, K.; PORTNER, P. (eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, v. 3. p. 2151-2172. Berlin: Mouton de Gruyter. 2012

HARLEY, H.; NOYER, R. Distributed Morphology. *GLOT 4.4*, April, p. 3–9, 1999.

HASPELMATH, M. Lexical borrowing: Concepts and issues. In HASPELMATH, M.; TADMOR, U. (eds). *Loanwords in the world's languages: A comparative handbook.*, 35–54. Berlin: de Gruyter. 2009.

JOTTA, D. Empréstimos linguísticos: significados e formas. Trabalho apresentado no *XI Seminário de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLing/UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 201–225, University of Pennsylvania, 1997.

MARANTZ, A. A late note on late insertion. In KIM et. al (eds), *A festschrift for Dong-Whee Yang: Explorations in generative grammar*. Hankuk Publishing Co., Seoul, pp. 396-413. 1994.

MARANTZ, A. Words. *20th West Coast Conference on Formal Linguistics*, 2001.

MARANTZ, A. Verbal argument structure: Events and participants. *Lingua*, v. 130, p. 152 – 168, Junho 2013.

Oxford Dictionary of English. Oxford University Press, 2009-2021. MobiSystems, Inc.

SILVA, E. L. *Estudo do mecanismo de criação neológica na obra de Guimarães Rosa*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de Letras - Programa de Pós-graduação em Linguística, 2011.

THOMASON, S. *Language contact: An introduction*. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press. 2001.



O ENSINO DE MORFOLOGIA – UMA ABORDAGEM 3C: CRÍTICA, CRIATIVA E CONTEXTUALIZADA

THE TEACHING OF MORPHOLOGY – A 3C APPROACH: CRITICAL, CREATIVE AND CONTEXTUALIZED

Tiago Vieira de Souza¹

RESUMO

Não é de hoje que professores e pesquisadores buscam meios para promover um processo de ensino-aprendizagem significativo para os alunos, sobretudo no ensino básico. A cada dia que passa, os discentes estão cada vez mais inseridos na era digital e, além disso, estão cada vez mais críticos e engajados socialmente. Com todo esse contexto, defendemos, neste artigo, que o ensino de língua portuguesa não pode ser visto de forma estanque da realidade em que o aluno vivencia. Dessa forma, focalizando no ensino de morfologia nas aulas de língua portuguesa do Ensino Médio, propomos uma discussão sobre como a área da gramática que estuda os processos de formação de novas palavras poderia ser abordada de forma significativa, crítica, reflexiva e funcional para os nossos alunos. Para isso, embasamo-nos na discussão feita por Gonçalves (2016) no capítulo “Por que criamos palavras novas?” do livro *Atuais tendências em formação de palavras* e, também, na discussão feita por Basílio (1987) quando a autora apresenta algumas funções que explicam o porquê dos falantes criarem novas palavras. Além dessas referências, lançamos mão das reflexões estabelecidas por autores como Franchi (2006) e Basso & Oliveira (2012), que defendem a importância de um ensino investigativo, ou seja, um ensino que promove o “fazer ciência”. Ainda na discussão sobre ensino, observamos o que preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), bem como Vivas *et al.* (2017) para, então, confrontar essa discussão com a forma como os livros didáticos abordam os conteúdos de morfologia. Com a discussão feita neste artigo, pretendemos oferecer subsídio aos professores para que consigam promover uma aula em que os alunos consigam interagir, descrever e fazer reflexões sobre dados que podem aparecer em suas rotinas; isso geraria uma aproximação e interesse dos estudantes em relação ao objeto de estudo analisado em questão.

Palavras-chave: Morfologia; Ensino de gramática; Ensino médio.

ABSTRACT

A long time ago teachers and researchers have been looking for ways of promoting a significant teaching-learning process to their students in elementary school. Throughout time, students are each more inserted in digital era and they are also more critical and socially engaged. In this context, we defend in this paper that the teaching of Portuguese cannot be treated apart from the students' reality. Thus, focused on teaching of Portuguese in High school, we propose a discussion about how grammatical aspects related to the teaching of morphology (word formation process) should be taught in a significative, critical, reflexive and functional way. For this, the reflections proposed here are based on Gonçalves (2016), Basílio (1987), Franchi (2006), Basso & Oliveira (2012) and Vivas *et al.* (2017). According to this paper, we try to help teachers to promote a Portuguese class in which students can interact, describe and do reflections about examples that they can find in their daily lives. This could make students be interested in the studies of morphology

Keywords: Morphology; Teaching Grammar; High School.

1 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tiagovieira@letras.ufrj.br.

Introdução

Com o desafio de atrair a atenção dos alunos para o estudo da língua portuguesa, os professores se veem cada vez mais impelidos a buscarem por formas criativas e significativas de ensinar a língua materna. No entanto, muitas vezes, o docente não consegue fugir do tradicionalismo preconizado pela Gramática tradicional (GT) e, por isso, acabam reproduzindo apenas aquilo que está presente nos livros didáticos. Quando olhamos para os capítulos dos livros voltados ao ensino de morfologia, pouco percebemos uma análise mais cuidadosa dos dados, ou seja, essas seções dos livros didáticos tratam de um ensino mais estrutural da formação de palavras e isso acontece de forma estanque, através de exercícios classificatórios e metalinguísticos.

Nessa perspectiva, Vivas *et al.* (2017, p. 206) discutem que, em muitos materiais didáticos e GTs, é possível encontrar “muitos ruídos nas descrições [...] que podem vir a causar alguns problemas na transmissão de conteúdos de morfologia”. Dessa forma, os autores discutem alguns aspectos presentes nesses materiais que explicam essas lacunas no ensino de língua portuguesa no Ensino Médio, a saber: (a) tradicionalismo², (b) falta de hierarquia entre critérios de análise linguística, (c) língua como sistema estático, (d) falta de problematização e (e) falta de relação com o texto.

De forma geral, os livros didáticos baseiam-se nas GTs para descreverem o funcionamento da língua portuguesa; no entanto, diferentemente destas, aqueles têm um compromisso com o ensino. Portanto, defendemos que os materiais que são usados como base para o ensino da língua materna deveriam apresentar fenômenos e exemplos contextualizados a fim de aproximar o objeto de estudo do discente. Enquanto professores, ao fazermos isso, estaremos propiciando um ensino inserido na realidade do aluno e, com isso, o aluno verá significado e funcionalidade em seu processo de ensino-aprendizagem.

Neste artigo, reflete-se sobre como o ensino de morfologia tem acontecido ao longo do tempo e tenta-se responder a questionamentos como: ‘é possível fugir do tradicionalismo nas aulas de morfologia?’; ‘existe a possibilidade de ensinar morfologia associada ao texto?’; ‘como apresentar o conteúdo de morfologia estabelecendo uma relação com a língua em uso?’. A nossa hipótese é que sim, é possível promover um ensino de morfologia com base em uma abordagem crítica, criativa e contextualizada.

Para isso, o presente artigo está dividido da seguinte forma: na seção 1, “Revisão de literatura sobre o ensino de morfologia”, fazemos uma breve discussão sobre as dificuldades encontradas no ensino de morfologia com base no que é discutido em Vivas *et al.* (2017), além de

2 O tradicionalismo aqui referido diz respeito a um aprendizado mnemônico dos conceitos. Nesse contexto, encontram-se muitos materiais que utilizam exemplos cristalizados (considerados como protótipos de uma classe) para explicar as noções linguísticas. Com esse tradicionalismo, as atividades propostas são quase sempre sem preocupação com a língua em uso (VIVAS *et al.*, 2017).

analisarmos, de forma breve e preliminar, o livro didático de Abaurre *et al.* (2008), já que esse é um livro muito utilizado no ensino médio de escolas públicas; na seção 2 “O que é previsto pela BNCC? O que dizem os autores que discutem ensino?”, apresentamos o que a Base Nacional Comum Curricular preconiza em relação ao ensino de língua portuguesa e completamos a discussão com o que é apresentado por Franchi (2006) e Basso & Oliveira (2012); na seção 3 “A parte prática: por que criamos palavras novas?”, apresentamos um exemplo de discussão e contextualização do conteúdo de morfologia que pode ser utilizado para introduzir a matéria de forma crítica, criativa e contextualizada.

Revisão de literatura sobre o ensino de morfologia

Com base na discussão feita por Vivas *et al.* (2017), o tradicionalismo recorrente nos materiais didáticos³ e, por consequência, nas aulas de língua portuguesa, está relacionado ao uso de “elementos cristalizados e canônicos” na língua (VIVAS *et al.*, p. 207). Assim, nesse contexto, os autores dos livros didáticos acabam focalizando em exemplos cristalizados e canônicos e, com isso, apresentam listas e mais listas de exercícios de fixação, não refletindo, assim, sobre exemplos mais pragmáticos. Como prova disso, Vivas *et al.* (2017) criticam o fato de sempre os mesmos exemplos figurarem em obras diferentes ao longo dos anos. Nas palavras dos autores,

Formas como ‘planalto’, ‘beija-flor’, ‘passatempo’, ‘vinagre’, ‘fidalgo’, ‘girassol’, ‘embora’ e ‘aguardente’ são elementos de um grupo que sempre está presente nas seções destinadas à composição. Outros exemplos como ‘amor-perfeito’ (planta violácea, ornamental) e ‘gentil-homem’ (homem nobre, fidalgo), nos mostram que os referentes certamente já nem fazem parte do contexto de uso dos alunos, resultando em um grau máximo de afastamento e de anacronia. (VIVAS *et al.*, p. 207).

Em relação à falta de hierarquia de critérios, os autores discutem que, por uma necessidade de “enxugamento” do conteúdo com fins didáticos e pedagógicos, os materiais acabam por definir processos e formativos de maneira a confundir os critérios semântico, fonológico e morfológico que deveriam estar presentes nessas definições e explicações. Assim, os autores afirmam que

[u]m dos grandes problemas encontrados é a tentativa de ensino de uma morfologia apenas pela morfologia, sem considerar o uso. Isso acarreta a separação dos níveis fonológico, morfológico e semântico, fazendo parecer que lidamos com níveis de análise linguística totalmente desconectados, que apenas em pequenos momentos se encontram. (VIVAS *et al.*, p. 209, grifo dos autores).

3 Vivas *et al.* (2017, p. 207) apresenta a seguinte discussão: “Entende-se que um exemplo cristalizado seja qualquer palavra que tenha nenhuma ou baixa utilização com relação à produção e à criatividade, como é o caso dos compostos ‘boquiaberto’, ‘pernilongo’ e ‘vinagre’.” Assim, os autores chegam a conclusão que “o apeço por apresentar fenômenos linguísticos a partir de exemplos tradicionais e arcaicos distancia os alunos de uma língua dinâmica que está à disposição das necessidades comunicativas cotidianas”.

Sobre a questão de a língua ser tratada como sistema estático, Vivas *et al.* (2017) questionam a omissão dos processos fonológicos nos livros didáticos. Para os autores, eles deveriam ser considerados como relevantes para que os alunos entendessem alguns processos morfológicos. Dessa forma, os alunos conseguiriam ver, de forma mais clara, as mudanças na língua decorrentes do “dinamismo das situações de fala” (VIVAS *et al.*, p. 214). Um exemplo disso é quando os autores, ao analisarem o livro didático de Abaurre (2008, p. 328), percebem que a definição da classe dos radicais é feita de forma muito rasa e que a exemplificação acontece com base “apenas através do radical com livre curso na língua ‘feliz’.” (VIVAS *et al.*, p. 214). Além disso, reconhecem que, no livro analisado, é mostrada a coerência semântica do radical ‘feliz’ “nas formações em que aparece, ‘como *felic* + *-i-* + *-dade*, *felic* + *-itar*, *feliz* + *-mente*’, e nem sequer menciona a variação fonética dentro do radical nos dois primeiros exemplos.” (VIVAS *et al.*, p. 214-215, grifo dos autores).

Outra questão apresentada pelos autores é a falta de problematização dos dados, em que, quase sempre, não há espaço para a análise da produtividade e criatividade do falante no que se refere às novas formas linguísticas (VIVAS *et al.*, p. 216). Além dessa falta de problematização, Vivas *et al.* (2017) defendem que há uma falta de relação dos dados com o texto. Eles afirmam que

[é] problemática a separação dos processos morfológicos e texto, de forma que as estratégias utilizadas pelos falantes ao formar palavras não parecem ter relação com produções textuais. A relação do texto com funções da formação de palavra fica quase esquecida de modo que o ensino de morfologia nas escolas acaba se voltando exclusivamente para o que acontece dentro da própria morfologia, sem relação com o uso da língua (VIVAS *et al.*, p. 220).

No livro *Português: contexto, interlocução e sentido* (ABAURRE *et al.*, 2008), encontramos uma pequena introdução ao estudo da morfologia de forma pouco contextualizada. Na página 326, as autoras apresentam a tirinha de Edgar Vasques reproduzida abaixo em (1):



Disponível em <<https://www.tecconcursos.com.br/questoes/593787>>. Acesso em 14/12/2020

Após a leitura da tirinha, o aluno lê algumas perguntas de contextualização, a saber: “1. O sentido da tira é construído pela oposição de dois termos. Quais são eles? Explique o sentido de cada um.”, “2. O que está sendo criticado pela tira?” e “3. A crítica é construída pela mudança do significado de uma palavra obtida por uma pequena alteração de sua forma. Como

essa alteração modifica o sentido da palavra?”. Com esses questionamentos, o material dá um enfoque maior à questão da forma do vocábulo, o que se pode ver nas perguntas 1 e 3. Além disso, no início do capítulo, as autoras colocam como objetivos que os alunos saibam ao final do estudo: saber “o que são morfemas”; “o que são afixos” e “como os elementos mórficos determinam o sentido das palavras”. Nessa perspectiva, podemos, ao menos, perceber que existe consistência no que é defendido por Vivas *et al.* (2017) em relação à falta de hierarquia de critérios⁴, pois o livro acaba focando apenas nos critérios morfológico e semântico, ou seja, forma e sentido. É importante ressaltar, neste ponto, que, com a análise prévia do material de Abaurre *et al.* (2008), focalizamos em como é feita a introdução do conteúdo de morfologia, pois, neste artigo, intentamos oferecer subsídios para que o professor consiga introduzir os estudos desse campo da gramática de forma crítica, criativa e contextualizada.

Depois dessa breve contextualização, as autoras (ABAURRE *et al.*, 2008) começam a definir o que são palavras, morfemas, bem como as classificações dos morfemas. Após todas essas definições e exemplificações (exemplos apresentados em listas e tabelas), o material apresenta mais dois capítulos para tratar dos processos de formação de palavras. Nesses capítulos, as autoras ainda utilizam listas e tabelas; no entanto, apresentam exemplos um pouco mais contextualizados (em tirinhas). A percepção de uma tentativa de contextualização é até louvável; porém, a discussão dos dados não é tão aprofundada e, por isso, os exercícios acabam focando nas classificações e não em uma reflexão em relação à língua em uso. Dessa forma, acabamos vendo que o tradicionalismo, a língua como objeto estático de estudo e a falta de problematização dos dados são questões que vão sendo propagadas regularmente no ensino de língua portuguesa.

Em relação à falta de relação com o texto (VIVAS *et al.*, 2017), é possível perceber que, no livro didático em questão, há uma tentativa de abordar o ensino da morfologia em uma perspectiva mais textual. Nas páginas 339 e 340, as autoras apresentam os textos “*O primeiro-ombro*” e “*O craque-galã e a primeira-filhinha*” publicados pelas revistas *Época* e *Veja*, respectivamente. Ao reproduzirem esses textos, as autoras trabalham, nas questões, em como os compostos utilizados nos títulos retomam palavras que aparecem posteriormente no decorrer do texto. Essa abordagem é interessante, mas, em nenhum momento, na parte da explicação e discussão dos processos de formação de palavras, foi explicitado aos aprendizes que compostos podem ser utilizados para fazer referência a outros termos e expressões no texto.

4 Vivas *et al.* (2017, p. 209) discutem a falta de hierarquia de critérios em relação aos níveis fonológico, morfológico e semântico. Assim, discutem que “um dos grandes problemas encontrados é a tentativa de ensino de uma morfologia apenas pela morfologia”, o que diz respeito a um ensino sem levar em consideração o uso da língua. Dessa forma, Vivas *et al.* (2017, p. 209) apresentam que “isso acarreta a separação dos níveis fonológico, morfológico e semântico, fazendo parecer que lidamos com níveis de análise linguística totalmente desconectados, que apenas em pequenos momentos se encontram”.

Com isso, reforçamos a importância de promover um processo de ensino-aprendizagem que evite, ao máximo, deixar lacunas, espaços em branco, nas mentes dos aprendizes. Quando falamos sobre não deixar lacunas, defendemos a importância de o ensino ser completo, funcional, crítico, criativo e contextualizado. Em outras palavras, defendemos que haja: a fuga ao tradicionalismo, a hierarquia entre critérios de análise linguística, uma visão da língua como sistema dinâmico e variável, que haja a problematização e reflexão dos dados apresentados e que o ensino da morfologia seja embasado no texto.

O que é previsto pela BNCC? o que dizem os autores que discutem ensino?

Em relação ao ensino de língua portuguesa, é muito importante que o professor promova oportunidades para que o aluno reflita sobre o uso da língua materna de forma contextualizada, pois o aluno está inserido em um contexto social. Desse modo, é primordial que o aluno perceba que a morfologia está além das listas e tabelas apresentadas pelas gramáticas tradicionais e pelos livros didáticos; ela está a serviço do falante para cumprir diversas funções em relação ao uso da língua.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento que reorienta o ensino escolar, estabelece algumas competências gerais a serem desenvolvidas, pelos alunos, no processo de aprendizagem. Segundo esse documento, competência é definida como

a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 8).

Além dessa competência geral, destacam-se, abaixo, algumas das habilidades específicas da área de *Linguagens e suas tecnologias – Língua Portuguesa* que embasam a discussão mais prática que orientamos na próxima seção. Para esse embasamento, é válido ressaltar que as habilidades aqui destacadas se referem aos diversos campos de atuação social, dentre eles: o campo da vida pessoal, campo de atuação na vida pública e campo jornalístico-midiático. Assim sendo, o discente realiza as práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica, e desenvolve as habilidades transcritas no quadro a seguir:

Quadro 1: Habilidades da BNCC da área de Linguagens e suas tecnologias – Língua Portuguesa

(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na recepção, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor previsto, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.). (BRASIL, 2017, p. 498).

(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção. (BRASIL, 2017, p. 499).

(EM13LP10) Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas. (BRASIL, 2017, p. 499).

(EM13LP22) Analisar o histórico e o discurso político de candidatos e de partidos, como também propagandas políticas e programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões fundamentadas. (BRASIL, 2017, p. 505).

(EM13LP42) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, *gifs*, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais. (BRASIL, 2017, p. 512).

Fonte: Elaboração própria

Tais habilidades foram selecionadas para possibilitar “uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (BRASIL, 2017, p. 481).

Nesse contexto, ainda, com o intuito de apresentar uma proposta de ensino diferenciado, em contrapartida a um ensino descontextualizado que, infelizmente, tem se perpetuado não só nas aulas de língua portuguesa ao longo de muitos anos, é fundamental entender que se tratarmos a língua materna como objeto de estudo, ou seja, em uma perspectiva mais científica (BASSO & OLIVEIRA, 2012), o aluno conseguirá entender que tem papel ativo no processo de aprendizagem (FRANCHI, 2006).

Dessa forma, podemos citar as palavras de Franchi ao defender que, muitas vezes, no ensino de língua portuguesa nas escolas

(...) não há nenhuma conexão possível entre gramática e uso, entre gramática e produção e compreensão de textos: os estudos gramaticais nas escolas operam sobre objetos mortos ou sobre guardados de museus (resguardado o interesse, em outro momento e em outra forma, de se refazer a memória cultural e histórica da linguagem). (FRANCHI, 2006, p. 80)

Tomando essa citação como base, podemos entender que o ensino de gramática, em especial o estudo de morfologia, no Ensino Médio, costuma ser feito de forma descontextualizada. Além

de não se pensar na relação entre morfologia e texto, os materiais didáticos e muitos professores não abordam as mudanças que ocorrem nesse componente da língua e nem atentam para a criatividade do falante na produção de novos dados a partir de padrões que domina.

Como tentativa de mudança dessa perspectiva no ensino de língua materna, o professor deve encarar o ensino da língua portuguesa como uma ciência, assim como Basso & Oliveira (2012) abordam o ensino de linguística como uma ciência nas aulas de português. Dessa forma, concordamos com os autores quando defendem que:

A reflexão crítica sobre as línguas terá, acreditamos, reflexos positivos não apenas na leitura e escrita, mas na nossa identidade, restaurando uma dignidade que nos foi usurpada pelo ensino da Gramática Tradicional e que nos deu como efeito colateral o complexo de inferioridade frente à nossa língua que mencionamos acima e uma miopia frente ao que pode se estudar numa língua. (BASSO & OLIVEIRA, 2012, p. 36).

Assim, concordamos que nós, enquanto professores e pesquisadores, temos a responsabilidade de repensar a forma como estamos lidando com o ensino de língua portuguesa na educação básica. Sabemos que não existe receita mágica e, sabemos também, que este artigo está longe de resolver todos os problemas enfrentados na realidade do ensino de língua materna. No entanto, ao entendermos a importância de um ensino contextualizado, criativo e crítico no processo de aprendizagem do aluno, estaremos aproximando o objeto de estudo, que no nosso caso é a língua portuguesa, da realidade vivenciada por eles (como abordado no quadro 1 apresentado nesta seção).

Na próxima seção, abordamos, de forma mais prática, um exemplo de análise bem contextualizada que pode servir de exemplo para o professor criar o seu próprio material de introdução ao ensino de morfologia.

A parte prática: por que criamos palavras novas?

Baseados no que discute Vivas *et al.* (2017), na revisão de literatura feita neste artigo sobre os materiais didáticos e, também, no que é defendido pela BNCC e por autores renomados na área de Ensino, apresentamos uma possibilidade de como um professor de língua portuguesa pode introduzir o estudo da morfologia nas aulas do Ensino Médio.

Essa proposta não intenta dar conta de todo o processo de ensino-aprendizagem da área da gramática reconhecida como morfologia, mas, como dito anteriormente, nosso intuito é apresentar uma possível contextualização que pode ser feita ao introduzir a morfologia aos alunos. Para isso, embasamo-nos em Gonçalves (2016), no capítulo “Por que criamos palavras novas?”. Na medida em que formos discutindo o que é descrito no capítulo de Gonçalves (2016), apresentaremos possíveis análises textuais – baseadas nos gêneros textuais *tweets*, capas de revistas e manchetes. Os exemplos escolhidos tratam de (a) como as pessoas avaliam o governo

do atual presidente do Brasil, Jair M. Bolsonaro; (b) da pandemia do novo coronavírus e (c) da relação que as pessoas e veículos de imprensa estão fazendo entre o governo Bolsonaro e a pandemia da covid-19.

Gonçalves (2016), em seu capítulo “*Por que criamos palavras novas?*” apresenta cinco possíveis respostas a essa pergunta. Resumidamente, essas respostas são: (a) para nomear novas experiências; (b) para expressar uma ideia numa classe de palavras diferente; (c) para fazer o texto progredir; (d) para expressar ponto de vista e (e) para se identificar com um grupo. Nessa perspectiva, o autor reflete que,

de tempos em tempos, aparecem novas palavras, seja, por exemplo, na linguagem científica, cunhando uma nova tecnologia (como *nanofiltração*, ‘processo de separação por micromembranas’), seja nas novelas (como *choquei*, termo usado pelo personagem Cássio em *Caras & Bocas*, 2009, para expressar surpresa) [...] Já se deu conta de expressões novas usadas em bordões [...] como *copiou?*, usado pela personagem de Walter Breda na novela *América*, 2005)? Já percebeu que, no nosso dia a dia, usamos formas novas para nos referirmos, de forma expressiva ou não, a pessoa ou coisas (como *roupitcha*, *corpitcho*)? (GONÇALVES, 2016, p. 11, grifo do autor).

Dando sequência à série de perguntas levantada pelo autor, acrescentamos uma a seguir: Imagina o aluno percebendo que novas palavras são criadas a todo o momento para atender a demanda do falante que é inserido em um contexto e em uma sociedade?

Se todos os professores de português refletissem sobre essa pergunta, o ensino da língua materna seria, como defendemos no título do artigo, 3C: crítico, criativo e contextualizado. Assim, ao ensinar morfologia, o professor poderia fazer esse questionamento com os alunos: “Por que criamos palavras novas?”. A partir de então, os alunos podem contribuir de acordo com as suas próprias percepções. Dessa forma, o professor pode registrar as respostas dos alunos no quadro e, em seguida, ir sistematizando as contribuições dos aprendizes de acordo com as respostas apresentadas por Gonçalves (2016). É importante ressaltar que o professor não precisa ficar preso à divisão feita por Gonçalves (2016); esta é apenas uma ideia de contextualização de aula.

Para entendermos um pouco o que Gonçalves (2016) propõe, veremos, a seguir, nas subseções do presente tópico, as cinco respostas apresentadas por ele. Ademais, ressaltamos, aqui, que utilizamos os mesmos subtítulos apresentados por Gonçalves (2016).

Primeira resposta: para nomear novas experiências

A primeira resposta dada por Gonçalves (2016) diz respeito a nomear novas experiências, ou seja, “aparecem palavras novas quando novos fenômenos ocorrem ou quando surge um conceito diferente ou, ainda, um objeto é inventado” (GONÇALVES, 2016, p. 12). Nesse ponto, é importante lembrarmos de que, mesmo que o falante crie novas palavras, ele precisa dar a ela “feição fonológica própria à nossa língua” (GONÇALVES, 2016, p. 12). Assim, Gonçalves (2016) apresenta exemplos de estrangeirismos como *bullying*, *nerd*, *blog* etc. em que o falante só percebe

que se trata de empréstimos na hora da escrita (pois, na fala, acabam por pronunciar de forma a se encaixar nos padrões fonológicos da nossa língua materna). Além dos estrangeirismos, o autor apresenta exemplos de novas formações como “chapeiro” (‘aquele que trabalha na chapa, fazendo, por exemplo, hambúrgueres’) e “cachorreiro” (‘aquele que passeia com cachorros’). O que é válido ressaltar é que, nesses últimos exemplos, seria interessante deixar o aluno perceber a presença do sufixo *-eiro* sendo usado com o fim de designar ofícios (mesmo não usando a metalinguagem “sufixo”; lembremos que essa proposta constitui uma introdução aos estudos da morfologia).

De acordo com Basílio, a função primordial da criação lexical é fornecer “novos rótulos para novas categorizações, ou seja, efetuar novas denominações” (BASÍLIO, 1987, p. 67). Nessa perspectiva, segundo Basílio, quando nomeamos novas experiências, estamos exercendo a função de rotulação. Essa função pode ser vista nos exemplos (3), (4) e (5) abaixo:

(3)



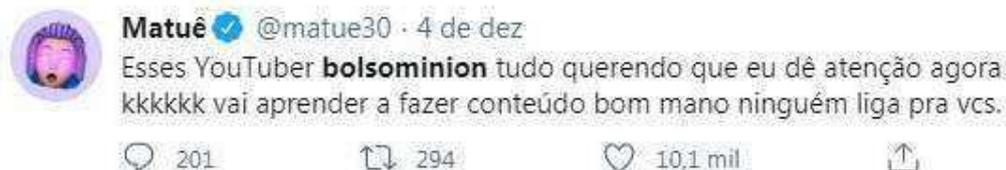
Disponível em: <https://twitter.com/motionlessbat/status/1336808800381247489>

(4)



Disponível em: <https://twitter.com/parma888bet/status/1335626491317678080>

(5)



Disponível em: <https://twitter.com/matue30/status/1334877730966474757>

Nos exemplos acima, vemos a palavra “bolsominion” sendo usada para nomear/classificar o grupo de pessoas que agem de forma parecida com o presidente Jair M. Bolsonaro. Para além da questão da rotulação, pode-se perceber que o termo em questão é um cruzamento vocabular entre as palavras Bolsonaro e *minion*.

De acordo com o site significados.com.br, *minion* “é um termo do idioma inglês e que pode ser traduzido para a língua portuguesa como ‘capanga’, ‘criado’, ‘servo’ ou ‘lacaio’..”. Além disso, o site aponta que esse “termo é normalmente utilizado para descrever os servos, escravos ou subordinados que são atrapalhados ou incapazes de executar as ordens comandadas pelo seu superior ou chefe.”

Em relação ao cruzamento vocabular, Gonçalves (2019) o define como “um processo não concatenativo de formação de palavras consistente na fusão de duas bases, como ‘sapatênis’ (junção de ‘sapato’ com ‘tênis’, ‘tipo de calçado’) [...]” (GONÇALVES, 2019, p. 152). Na esteira da definição de cruzamento vocabular, encontramos três grandes grupos de processos de formação de palavras (GONÇALVES, 2019), mas descreveremos apenas dois deles, pois o terceiro subprocesso, de acordo com Gonçalves, Andrade & Almeida (2010), é considerado um caso de reanálise (substituição sublexical). Assim, o primeiro grupo é o conhecido como entranhamento lexical, quando duas palavras se fundem interpondo uma à outra. Assim, fonologicamente, “as duas bases são literalmente superpostas, de modo que um ou vários segmentos são compartilhados” (GONÇALVES; ANDRADE; ALMEIDA, 2010, p. 152), como se vê em ‘aborrescente’ (aborrecer + adolescente), ‘criança’ (criança + onça) etc.. O segundo subprocesso de cruzamento vocabular é a combinação truncada, que, de forma geral, une duas partes que não compartilham material fonológico. Nesse processo, na junção das duas palavras, a maior sofre truncamento (redução) e a menor se concatena a ela (‘futevôlei’). No entanto, quando ambas as palavras apresentam correspondência em relação ao número de segmentos, as duas sofrem uma redução (‘portunhol’). Comparando os dois subprocessos do cruzamento vocabular vistos até então, Gonçalves afirma que os casos de combinação truncada “são mais designativos que expressivos, ou seja, neles predomina a função de rotulação, enquanto no entranhamento sobressai a função atitudinal.” (GONÇALVES, 2019, p. 153).

Nos exemplos (3), (4) e (5) dos *tweets* reproduzidos, vemos os falantes utilizando o termo “bolsominion” com a função de rotulação. Dessa forma, os exemplos chamam de bolsominion pessoas que não checam a veracidade dos fatos (que acreditam e propagam *fakenews*), pessoas sexistas e pessoas que querem chamar atenção nas redes sociais, respectivamente.

Segunda resposta: para expressar uma ideia numa classe de palavras diferente

Segundo o autor, “palavras novas também são criadas para adequar sintaticamente o conteúdo de outra. Dito de outra maneira, unidades lexicais podem ser cunhadas para efetuar uma mudança de classe, ao mesmo tempo em que veiculam informação nova” (GONÇALVES, 2016, p. 14). Com isso, ele exemplifica utilizando os dados de formação de verbos a partir de termos do inglês, como *deletar*, *clicar*, *zapear* etc.

Diante disso, Gonçalves explica que estamos diante da função de adequação categorial, quando, em síntese, estamos expressando uma ideia nova em uma classe de palavras diferente da palavra originária. Assim, o autor, na página 16, apresenta uma tabela que explica as possíveis alterações categoriais no âmbito da formação de palavras, a saber: verbos que passam a substantivos; verbos que passam a adjetivos; substantivos que passam a adjetivos; substantivos e adjetivos que passam a verbos; adjetivos que passam a advérbios e, por último, adjetivos que passam a substantivos.

Nesse âmbito, vale ressaltar que o professor não precisa, ainda, tocar no assunto de derivação; é relevante, no entanto, que o professor deixe os alunos perceberem que novas palavras são criadas a partir de palavras já existentes e, com isso, os alunos até podem perceber o comportamento da mudança de classe gramatical, diante de exemplos como: inibir (V) – inibição (S); gerenciar (V) – gerenciável (Adj); Canadá (S) – canadense (Adj); flor (S) – florescer (V); feliz (Adj) – felizmente (Adv); esquisito (Adj) – esquisitice (S).

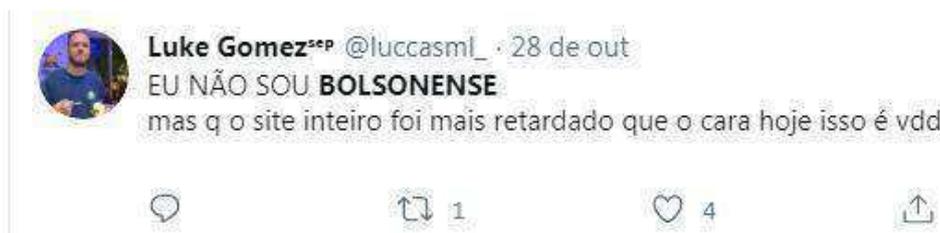
Com base nos exemplos de *tweets*, imagens (6) a (11), encontramos exemplos de criação de novas palavras com a mudança de classe gramatical da palavra de origem. Todos os exemplos abaixo partem do substantivo ‘Bolsonaro’ para classes diferentes, a saber: em (6), (7), (8) e (9), temos substantivos que passam a adjetivos, e, em (10) e (11), temos substantivos que passam a verbos.

(6)



Disponível em: <https://twitter.com/Barreto269/status/1276584979636662272>

(7)



Disponível em: https://twitter.com/luccasm1_/status/1321575838790410240

(8)



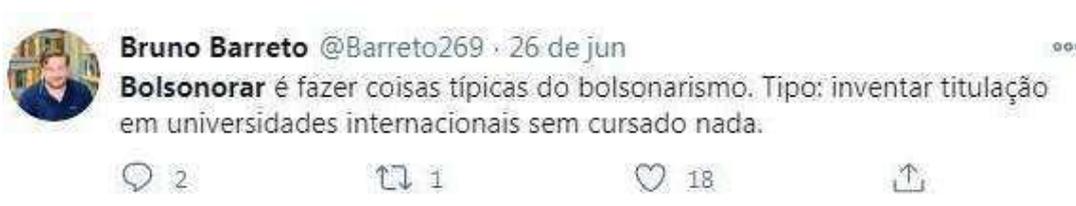
Disponível em: <https://twitter.com/glaucoalexander/status/1171397318786129920>

(9)



Disponível em: https://twitter.com/iagocoutinho_/status/709106472551116800

(10)



Disponível em: <https://twitter.com/Barreto269/status/1276584981087899650>

(11)



Disponível em: <https://twitter.com/JaniceAscari/status/1042202577046319105>

Com base nesses exemplos apresentados (ou em outros exemplos que o professor pode separar para apresentar aos alunos), é relevante mostrar que a mudança categorial também está relacionada a questões semânticas. Em outros termos, é importante mostrar que “processos derivacionais sempre apresentam função semântica, mesmo quando sua função primordial é a sintática” (BASÍLIO, 1987, p. 69). Nos exemplos citados, podemos perceber que nenhum dos termos criados apresenta sentido positivo.

Outra observação a ser feita é que Gonçalves (2016) ressalta que os processos de formação de palavras como um todo podem apresentar mais de uma função, que pode ser de natureza semântica, sintática ou discursiva. Desse modo, Gonçalves faz referência ao estudo de Rodrigues (1993) que analisa a produtividade do sufixo *-vel*, que pode formar adjetivos ou verbos (ambos os processos tendo um substantivo como ponto de partida). Com base nisso, podemos defender que o dado “bolsonável” em (8) e (9) apresenta tanto a função de adequação categorial, quanto a função de rotulação.

Terceira resposta: para fazer o texto progredir

Em uma perspectiva mais textual, até mesmo para colocar em prática o que preconiza a BNCC, os professores de língua portuguesa precisam buscar exemplos contextualizados em gêneros textuais. Até o momento, temos trabalhado com os *tweets*; nesta seção, no entanto, exemplificaremos a importância da morfologia em relação à progressão textual nas capas da revista *Isto é*, edições 2601 e 2653, e em manchetes.

Pouco se discute a relação da morfologia com o texto e, por isso, defendemos a importância de apresentar os dados de forma contextualizada. Isso deve ser feito não para o professor usar o texto como pretexto, ou seja, a partir da leitura do texto, propor uma atividade meramente classificatória (com o uso da metalinguagem). Não que esse tipo de exercício seja um problema, mas defendemos que o ensino não deve ser meramente metalinguístico. Com isso, ao apresentar o texto, o professor pode abordar o uso das classes gramaticais, ou até mesmo termos criados a partir dos processos de formação de palavras que, no texto em análise, estejam sendo utilizados como forma de coesão referencial (KOCH, 1990), por exemplo.

Nesse âmbito, a morfologia pode ajudar na progressão temática do texto; com o uso de mecanismos de retomada, o escritor consegue manter o texto coeso e claro. Com isso, defendemos que a referenciação é uma atividade sociocognitiva-interacional realizada por sujeitos sociais (KOCH, 2001) e que os referentes não espelham fielmente o “mundo real”, sendo construídos interativa e discursivamente no interior dessa atividade (KOCH; MORATO; BENTES, 2005).

Para entendermos melhor a questão da função textual, vejamos as duas capas da revista *Isto é* separadas para a análise neste artigo.

(12)

FANFARRÃO
O presidente Jair Bolsonaro tripudia da vida dos outros, despreza a vacina e arma um circo político de mentiras, em escárnio absoluto que provoca a repulsa nacional



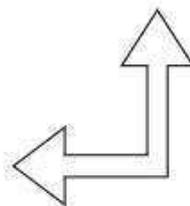
**INCONSEQUENTE
IRRESPONSÁVEL
E INSANO**

Até que ponto pode chegar um presidente no **desrespeito e descaso para com os brasileiros**, de quem debocha e faz pouco caso com ataques homofóbicos



Disponível em: <https://istoe.com.br/capa-de-istoe-sobre-bolsonaro-viraliza-nas-redes-sociais/>

(13)



Disponível em: <https://istoe.com.br/edicao/2601/>

Nos exemplos (12) e (13) acima, podemos ver o exemplo da anáfora direta que é marcada pela correferencialidade, isto é, quando mais de uma expressão referencial designa o mesmo objeto de discurso. Destaque-se que o mecanismo referencial da anáfora direta vai muito além do simples sentido de repetição ou da localização de referentes no texto. Segundo Koch (2002, p. 81), o processo anafórico corresponde ao estabelecimento de “uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva”. Tomadas sob a perspectiva sociocognitivo-

interacional, as anáforas diretas (correferenciais) podem também ser apresentadas por meio da substituição (nominal e/ou pronominal) ou mesmo por meio da elipse (ou anáfora zero) – indicada por um \emptyset (zero) –, designando o apagamento do termo anafórico.

Ademais, na manifestação da anáfora direta, ocorre a reativação de referentes prévios, podendo-se dizer que o elemento anafórico depende da existência do referente anterior, sem o qual o segundo elemento não é suficientemente compreendido/interpretado.

Percebendo o uso da anáfora direta nas capas apresentadas neste artigo, vemos que, em (12), os adjetivos “fanfarrão”, “inconsequente”, “irresponsável” e “insano”, bem como o substantivo “presidente” são utilizados para retomar o termo “Jair Bolsonaro”. Dessa forma, é possível notar a manutenção de uma cadeia referencial (MARCUSCHI, 2001). Além dessa análise, não podemos deixar de fora o conteúdo imagético apresentado na capa da revista, pois, para uma interpretação completa, o leitor precisa levar em consideração os recursos multissemióticos. Com a imagem, temos a confirmação de que o foco está no objeto de discurso Jair M. Bolsonaro e, além disso, a imagem o apresenta como vilão. Essa informação é ativada por meio do conhecimento de mundo do leitor ao perceber que o presidente está sendo representado como o Coringa, vilão do filme do *Batman*. Dessa forma, todo o processo de referenciação tem o sentido completo, pois os adjetivos denotam sentido negativo à atuação do atual presidente. Prova dessa leitura é a manchete (14) da revista *Fórum* publicada em 13 de novembro de 2020, em que “Bolsoringa” é um cruzamento vocabular com a função de rotulação, mas também com a função textual de fazer referência ao presidente Jair M. Bolsonaro, especificamente em relação à imagem da capa da revista *Istoé*. Além dessas duas funções, ainda poderíamos dizer que, no dado “Bolsoringa”, existe a presença da função atitudinal, função que ainda discutiremos neste artigo.

(14)

“Bolsoringa”: Istoé satiriza Bolsonaro em capa que viraliza nas redes

Foto: A capa da revista Istoé, de novembro de 2020, com o presidente Jair Bolsonaro retratado como o vilão Coringa do filme Batman. A imagem é acompanhada por um texto que diz: “Bolsoringa: o presidente é um vilão”.

Disponível em: <https://istoe.com.br/edicao/2601/>

Na imagem (13), o termo “Bolsonaro” é retomado pelo sintagma nominal “um leão fora de controle”, pelo adjetivo “destemperado” e pelo substantivo “presidente”. Além disso, mais uma vez, reforçamos a importância de se atentar aos recursos multissemióticos, que, também, acabam passando uma mensagem. No exemplo em questão, vemos a referência ao filme “O rei leão” da *Disney* e, além disso, a fonte utilizada em “Bolsonaro” é a mesma utilizada quando se escreve “Walt Disney”.

Com essa análise preliminar, mostramos que o professor pode mostrar a importância de se usar diferentes palavras pertencentes a diferentes classes gramaticais para criar uma progressão

temática no texto escrito. Além disso, esse tipo de análise é de suma importância, pois cria, no aluno, o hábito de ler criticamente os textos que circulam os contextos sociais.

Quarta resposta: para expressar ponto de vista

Gonçalves (2016) defende que novas palavras podem ser criadas com o fim de expressar o ponto de vista do falante. Com base nisso, o autor chama de função atitudinal aquela “pela qual se externalizam as atitudes e crenças do emissor e a necessidade que se tem de expressar ponto de vista, seja uma impressão positiva (como em *corpitcho*, ‘corpo atraente, escultural’) ou negativa (*timeco*, ‘time ruim, de atuação pífia’).” (GONÇALVES, 2016, p. 23-24).

Nessa perspectiva, o autor descreve a função atitudinal com base no uso de afixos que, ao serem utilizados, podem expressar uma conotação positiva ou negativa na palavra criada. Na análise deste artigo, lançamos mão de exemplos de cruzamentos vocabulares que acabam sendo mais produtivos no tipo de *corpus* analisado neste trabalho.

No exemplo (15) abaixo, os falantes criaram, com a função de rotulação, os substantivos “Bozonaro” e “Micheque”. No entanto, por mais que os dados representem a função de rotulação, eles apresentam, também, a função atitudinal, pois, ao reproduzirem esses vocábulos, os falantes demonstram reprovação em relação ao atual governo e as atitudes tomadas, nesse caso pelo presidente Bolsonaro e sua esposa Michelle Bolsonaro.

(15)



Disponível em: <https://twitter.com/EstherTheodoro/status/1336128929384570881>

No exemplo em questão, o perfil do *twitter* critica a exposição inaugurada com as roupas do presidente e da Michelle Bolsonaro usadas na posse de 2019. Com tom de reprovação e com o intuito de criticar essa atitude, o perfil utiliza o cruzamento vocabular Bozo + Bolsonaro = Bozonaro e Michelle + Cheque = Micheque. Em relação ao último cruzamento, os falantes dizem

respeito, de forma crítica, à situação em que Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, e sua mulher, Márcia Aguiar, depositaram R\$ 89 mil em cheques na conta de Michelle Bolsonaro.

Outro dado que pode ser usado para exemplificar a função atitudinal é a famosa fala do presidente Bolsonaro ao referir-se à covid-19 como uma “gripezinha”, como pode ser visto em (16) abaixo.

(16)



Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/frases-bolsonaro-coronavirus.ghtml>

Ao chamar a doença causada pelo novo coronavírus de ‘gripezinha’, o presidente utiliza o sufixo *-inha* com a função atitudinal, ou seja, expressa, em um tom pejorativo, o juízo de valor estabelecido por ele mesmo. Nesse caso, vemos que o que está em jogo “é a atitude subjetiva do emissor” (GONÇALVES, 2016, p. 23) em relação à pandemia da covid-19.

Quinta resposta: para se identificar com um grupo

Nesse âmbito, Gonçalves (2005a, p. 87) analisa como função indexical “a capacidade de uma forma veicular informações relevantes acerca de estilos vocais específicos”. Além disso, Gonçalves (2011a, p. 64) afirma que “[...] determinadas estratégias podem funcionar como uma espécie de ‘sistema de sinalização’, revelando o perfil sociolinguístico do usuário.”

Como exemplos, o autor apresenta alguns processos de formação de palavras que apresentam função indexical, dentre eles “construções X-aço, como *golaço*, *cansadaço* e *afinzaço*, parecem estar mais associadas à fala masculina” e “alguns usos do diminutivo são mais frequentes na fala infantil e na fala feminina, sendo pouco comuns na fala de homens (*beicinho*, *soninho*, *cansadinho*).” (GONÇALVES 2016, p. 27).

Neste artigo, defendemos que todos os dados apresentados até então – exemplos (3) ao (16) – representam, também, a função indexical, visto que todos eles se configuram como dados utilizados e propagados por pessoas que, de alguma forma, se opõem ao atual governo. Com isso, ao vermos um falante reproduzindo “Bozonaro”, “Micheque”, “Bolsoringa”, “bolsominion”, entre outros exemplos, percebemos, de imediato, que o falante em questão faz parte de um grupo insatisfeito com a atual gestão do presidente Bolsonaro.

Considerações finais

Como já dito ao longo do artigo, sabemos que a discussão realizada aqui está longe de resolver todos os problemas enfrentados pelos professores de língua portuguesa do ensino básico. Sabemos que muitos são os problemas, dentre os quais alguns que foram abordados neste trabalho, a saber: o tradicionalismo, a falta de hierarquia entre critérios de análise linguística, a língua como sistema estático, a falta de problematização dos dados e a falta de relação com o texto (VIVAS *et al.*, 2017).

As reflexões e discussões feitas neste artigo servem como subsídio aos professores e pesquisadores que, de alguma forma, querem repensar o ensino de língua portuguesa, sobretudo com ênfase no ensino de morfologia. O intuito deste trabalho foi levantar possíveis discussões que podem ser levadas para a sala de aula para que o ciclo de um ensino descontextualizado, que tem sido perpetuado ao longo dos anos, seja quebrado.

Por mais que tenha sido uma proposta preliminar e que não tenha sido aplicada em uma sala de aula, vemos que as discussões levantadas aqui colocam em cheque um ensino descontextualizado e que não reflete a língua em uso, uma vez que os exemplos mostrados são contextualizados, apresentam relação com o texto (retirados de textos reais) e geram uma possibilidade para uma reflexão problematizadora (já que vemos dados que podem ser associados à função atitudinal (GONÇALVES, 2019).

No entanto, mesmo diante desse grande desafio, acreditamos que, com muita força de vontade, pesquisas científicas, criação de materiais extras e de sequências didáticas que desenvolvam o conteúdo de forma contextualizada, crítica e criativa, os professores podem inovar e fazer história.

Quando inovamos, marcamos os alunos. Quando inovamos, facilitamos o processo de ensino-aprendizagem. Quando fugimos do tradicionalismo e mostramos que a língua é dinâmica e que os falantes são criativos, conseguimos atrair a atenção dos aprendizes e, com isso, geramos um ambiente propício a um ensino significativo, funcional, crítico e contextualizado.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M.; PONTARA, M. *Português: contexto, interlocução e sentido*. Vol. 1. São Paulo: Moderna, 2008.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASSO, R. M.; OLIVEIRA, R. P. FEYNMAN. *A Linguística e a Curiosidade*, Revisitado. In: *Matraga* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 19, n. 30, p. 13-40, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”?*. São Paulo: Parábola, 2006.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e derivação em Português*. 1. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005a.

GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, C. A. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios da lingu@gem*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 63-94, 2011a.

GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português. *Linguística* (Rio de Janeiro), v. 6, p. 64-82, 2010.

KOCH, I. V. *Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, I. V. Linguística Textual: Quo Vadis?. *Revista Delta*, v. 17, edição especial, p. 11-23, 2001.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

MARCUSCHI, L. A. *Da Fala para a Escrita: Atividades de Retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, A. Adjetivos em -vel: um estudo dos processos de formação. *Cadernos Pedagógicos e culturais/Centro Educacional de Niterói*. Niterói, v. 2, n. 1, pp. 139-49, 1993.

VIVAS, Vítor de Moura *et al.* Morfologia e Ensino: Novas abordagens voltadas para o Ensino Médio. In: GONÇALVES, C. A.; HIGINO DA SILVA, N. (Orgs.). *Novos Horizontes da pesquisa em Morfologia*. Campinas: Pontes Editores, p. 147-79, 2017.



A MORFOLOGIA FAZ SENTIDO: INTEGRAÇÃO ENTRE TEXTO, LEITURA E ANÁLISE MORFOLÓGICA

THE MORPHOLOGY MAKES SENSE: INTEGRATION BETWEEN TEXT, READING AND MORPHOLOGICAL ANALYSIS

Vitor de Moura Vivas¹

Margareth Andrade Morais²

RESUMO

As funções e motivações apresentadas por Basílio (1987, 2011) sinalizam para a perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, estudada, principalmente, pelas teorias de texto e discurso. Conforme Koch (2005) e reiterado por diversos autores, as escolhas linguísticas não são neutras e evidenciam um projeto de dizer. Nesse sentido, nosso objetivo é apresentar uma proposta de atuação em que um tópico recorrente no ensino de morfologia – a nominalização – seja estudado tendo em vista seus efeitos de sentido e função na construção textual. Como demonstraram Souza e Gonçalves (2018), a interface entre morfologia e a Linguística Textual revela uma relação muito próxima entre o plano morfológico e o plano textual. Assim, com base no conceito de referenciação (cf. Cavalcante, 2011), as nominalizações serão vistas como processo importante para construção da coerência e da argumentação por sua capacidade de rotular/sumarizar porções textuais. Além disso, pretendemos apresentar como essa interface pode ser associada ao ensino de leitura e aos gêneros textuais e seus aspectos discursivos, como intencionalidade, orientação argumentativa e finalidade, por exemplo. É nesse contexto que surge a motivação para a discussão aqui proposta, como forma de incentivar um trabalho mais qualificado com a leitura em sala de aula, oferecendo sugestões para isso. Para tanto, analisaremos um editorial, examinando como as nominalizações colaboram para coerência textual e compreensão global do texto e para a construção da argumentação no editorial analisado.

Palavras-chave: Morfologia; Texto; Leitura; Construção argumentativa.

ABSTRACT

The functions and motivations presented by Basílio (1987, 2011) signal to the sociocognitive and interactional perspective of language, studied, mainly, by the theories of text and discourse. According to Koch (2005) and reiterated by several authors, the language choices are not neutral and show a project to say. In this sense, our objective is to present a proposal for action in which a recurrent topic in the teaching of morphology - nominalization - is studied in view of its effects of meaning and function in textual construction. As Souza and Gonçalves (2018) have already demonstrated, the interface between morphology and Textual Linguistics shows a very close relationship between the morphological plane and the textual plane. Thus, based on the concept of referencing (cf. Cavalcante, 2011), nominalizations will be seen as an important process for building coherence and argumentation due to their ability to label / summarize textual portions. In addition, we intend to present how this interface can be associated with the teaching of reading and textual genres and their discursive aspects, such as intentionality, argumentative orientation and purpose, for example. It is in this context that the motivation for the discussion proposed here arises, as a way to encourage a more qualified work with reading in the classroom, offering suggestions for this. In order to do that, we will analyze an editorial, examining how the nominalizations collaborate for textual coherence and global understanding of the text and for the construction of the arguments in the analyzed editorial.

Keywords: Morphology; Text; Reading; Argumentative construction.

1 Professor de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, vitor.vivas@ifrj.edu.br

2 Professora de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, margareth.morais@ifrj.edu.br

Palavras iniciais

Neste artigo, pretendemos pensar a articulação morfologia-texto visando ao entendimento de como estratégias morfológicas podem estar a serviço da construção de sentidos nos textos em que ocorrem. Partimos do pressuposto de que fenômenos morfológicos como nominalizações, processos de formação de palavras, dentre outros recursos, podem ser estudados tendo em vista o efeito de sentido que atribuem aos textos. No entanto, os processos morfológicos, em muitos livros didáticos, ainda aparecem descritos em frases soltas sem que sejam explorados seus efeitos discursivos. Nesse sentido, verifica-se que ainda parece ser um desafio para o professor realizar a articulação entre morfologia e sua aplicação nos textos. Segundo Vivas et al.:

devemos sempre 1) atentar para o(s) significado(s) que cada expediente morfológico apresenta; 2) explorar a maneira como os falantes se colocam na língua através da expressividade positiva ou negativa; e 3) evidenciar que eles podem se identificar como fazendo parte de um grupo, de uma classe. (VIVAS et al., 2019, p. 132)

É com a finalidade de atingir esses objetivos, portanto, que se insere a proposta de interface aqui delineada. Tendo em vista que toda estrutura morfológica é utilizada com uma intenção discursiva e situada num texto, partimos da análise das nominalizações para demonstrar como tal recurso está intimamente ligado à construção textual do editorial e atua na manifestação da coerência e na construção do ponto de vista.

Em alguns manuais didáticos, por vezes, a morfologia é estudada de forma descontextualizada com vista a uma abordagem de aspectos específicos de determinado componente linguístico. No entanto, a manifestação dos itens da língua ocorre situada em textos, de modo a atender aos propósitos comunicativos dos interlocutores. Assim, para além de questões teóricas, a proposta deste trabalho almeja fomentar práticas para um ensino de língua portuguesa mais produtivo e adequado ao que apregoam os diferentes documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo.

De acordo com o aporte teórico da Linguística de Texto - *cf.* Koch (2005), Marcuschi (2008), Cavalcante (2011), entre outros -, o processo de referenciação é uma prática discursiva que pressupõe uma interação entre os sujeitos do discurso, responsáveis por escolhas significativas para representar os referentes de acordo com a sua proposta de sentido. Esse conceito reitera, portanto, a íntima relação entre coesão e coerência, uma vez que só é possível identificar os objetos de discurso retomados ou antecipados a partir de associações cognitivas. Com base nesses pressupostos, pretendemos, neste artigo, apresentar a integração entre texto e morfologia, analisando as nominalizações como elementos centrais na construção da coerência e da orientação argumentativa de um editorial com temática política.

Para cumprir esses objetivos, iniciamos expondo os fundamentos teóricos e os pontos convergentes entre os estudos no âmbito da morfologia e da Linguística de Texto. As reflexões e

os desdobramentos advindos dessas bases teóricas são examinados, posteriormente, no editorial extraído da *Folha de São Paulo* em março de 2019.

Leitura, construção de sentidos e referenciação

Para a Linguística de Texto (LT), o principal atributo da língua não é transmitir informações, mas inserir “os indivíduos em contextos sócio-históricos e permitir que se entendam” (MARCUSCHI, 2008, p. 67). Desse modo, o texto precisa ser visto como processo. Assim, cada leitor fará seu levantamento de hipóteses para compreendê-lo, dependendo de seus conhecimentos linguísticos, interacionais, contextuais, intertextuais e de mundo (cf. KOCH, 2005).

Dessa forma, conclui-se que a atividade de leitura é estratégica e depende de graus de percepção de aspectos inferenciais e referenciais. São essas estratégias que articulam conhecimentos prévios e possibilitam o levantamento de hipóteses durante a leitura, integrando tanto aspectos textuais como “extratextuais”. Isso significa dizer que todos esses elementos são passíveis de leitura e colaboram para a construção de sentidos nos diferentes textos. Segundo Marcuschi (2008, p. 95), “não se pode imaginar o texto como se tivesse um dentro (cotextualidade) e um fora (contextualidade)”.

Essa concepção sociointeracional e cognitiva de texto e leitura abarca a noção de referenciação como uma prática discursiva, situada, que pressupõe uma interação entre os sujeitos do discurso. Tais sujeitos discursivos são responsáveis pela realização de escolhas significativas na elaboração dos referentes tendo em vista seus propósitos comunicativos, de acordo com o gênero textual escolhido. Em linhas gerais, toda atividade comunicativa, quer escrita, quer oral, só é possível por meio dos gêneros. Desse modo, pode-se afirmar que os gêneros são práticas sociocomunicativas, “profundamente vinculad[a]s à vida cultural e social” (MARCUSCHI, 2008, p. 19). Por esse motivo, a escolha e o uso de um dado gênero estão ancorados no contexto de produção, tendo em vista os propósitos e objetivos dos sujeitos discursivos que interagem na cena enunciativa.

Com base em Cavalcante (2011), a referenciação pode ser definida sumariamente como uma atividade textual-discursiva de construção e reconstrução de referentes ou objetos de discurso, sendo esta fundamental para a recuperação da coerência textual. O processo de referenciação, portanto, diz respeito ao conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, que os interlocutores realizam, ao passo que a interação comunicativa se desenvolve, com o objetivo de (re)significar as experiências vividas, com base na construção partilhada dos objetos de discurso, que asseguram a construção de sentidos. O conceito de referenciação revela ainda a íntima relação entre coesão e coerência, uma vez que só é possível identificar os objetos de discurso retomados ou antecipados a partir de associações cognitivas.

Assume-se aqui a noção de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), segundo os quais a recategorização é um processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes, de crucial importância para a orientação argumentativa do texto. Em outros termos, os objetos discursivos vão mudando ao longo do texto por meio de acréscimos de atributos e de diversas marcas estratégicas, capazes de remodelar a imagem do referente construída pelo interlocutor, a fim de indicar seu propósito argumentativo ou ocultá-lo. Isso quer dizer que o processo de reconstrução do referente acontece na proporção em que os variados índices ajudam o interlocutor a compor novos sentidos e novas referências, diante do desenvolvimento textual.

Dentro dessa perspectiva, as estratégias de referenciação consistem na introdução dos referentes no texto, passíveis de serem retomados por uma estratégia anafórica, que pode ser retrospectiva ou prospectiva. Quando há a correferencialidade, diz-se que se trata de uma anáfora direta e, quando não é possível identificar essa relação correferencial, verifica-se uma anáfora indireta. Há ainda um outro tipo de anáfora, que estaria entre esse *continuum* correferencialidade – não correferencialidade: as chamadas anáforas encapsuladoras. Segundo Conte (2003), essas anáforas têm um papel de sumarizar/resumir porções do cotexto ao mesmo tempo em que podem atribuir um rótulo a essas porções, estabelecendo uma avaliação. Por essa razão, pressupõem inferências na sua interpretação, não sendo uma estratégia de correferencialidade como a anáfora direta.

Neste trabalho, examinaremos, especificamente, as anáforas encapsuladoras. Tais elementos correspondem a uma forma particular de anáfora, pois não retomam uma expressão específica do texto, como no caso da anáfora direta, mas resumem um conjunto de informações dispersas no texto. O encapsulamento resume proposições, englobando-as em uma expressão referencial que pode ser representada por um sintagma nominal ou expressão pronominal. Em muitos casos, essas expressões vêm acompanhadas de determinantes, como adjetivos, que contribuem para uma determinada configuração argumentativa.

Segundo Koch (2005, p. 68), as expressões nominais encapsuladoras podem nominalizar fatos, atividades, estados, eventos, e, geralmente, vêm acompanhadas de modificadores e/ou determinantes. No trecho abaixo, o sintagma nominal “a receita” sintetiza a porção do texto anteriormente expressa:

(1) O ministro Vélaz prometeu combater a ‘doutrinação’, mas quer despejar propaganda oficial nas salas de aula. **A receita** já foi usada no regime militar e no Estado Novo (Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/circular-do-ministro-da-educacao-etipica-de-ditaduras.html>. Acesso em 13/03/2019)

Com essa estratégia, o enunciador promove um movimento duplo, para trás e para frente, resumindo a porção anterior e iniciando um novo tópico no discurso. O sintagma sublinhado “empacota” as informações precedentes, rotulando-as, pois, ao usar o nome ‘receita’, o autor indica que a promessa do ministro não se trata de uma nova ideia, mas de prescrições já

conhecidas. Assim, além do papel na progressão textual, há ainda um julgamento embutido na escolha desse nome.

Partiremos, então, das nominalizações como objeto central de análise para a integração aqui proposta, uma vez que a escolha desses recursos linguísticos usados na formação de novas palavras também passa pela construção colaborativa de sentidos. No entanto, demais pistas textuais, como verbos, adjetivos, dentre outros expedientes, serão também considerados em nossa análise. Os estudos, dentro da morfologia, também apontam para o fato de que a formação de palavras é também uma estratégia fundamental e frutífera para a manifestação de pontos de vista (BASÍLIO, 1987; 2011; GONÇALVES, 2002; 2011, dentre outros).

Relações entre morfologia e texto

Geralmente, utilizam-se expedientes morfológicos não para apenas apresentar novos significados ('livro' + -eiro → 'livreiro': função semântica) ou mudar a categoria gramatical de uma palavra ('rápido' + -mente → rapidamente: função categorial), mas também a fim de manifestar a visão de mundo do enunciador. Basílio (1987) apresenta essa possibilidade de indicar juízo positivo ou pejorativo através de formações morfológicas na língua com o termo função discursiva de atitude subjetiva (essa função também pode ser chamada de atitudinal ou expressiva).

Com a função de atitude subjetiva, o enunciador é capaz de expressar o seu juízo de valor para referentes no mundo através de marcas morfológicas. Como exemplo, pode-se citar o uso de diminutivo e aumentativo em muitos dados do português ('mulherzinha', 'bonitinha'; 'jogão', 'mulherão'; 'bobão'). Em diversos contextos, usam-se 'mulherzinha', 'bonitinha', 'bobão' de forma depreciativa e 'jogão' e 'mulherão' de forma apreciativa. Outra função apresentada pela autora é a textual, que costuma ocorrer em conjunto com outras funções; para, então, exemplificá-la, aborda a nominalização, evidenciando que nem sempre uma forma substantiva deverbal, por exemplo, pode ser substituída pela construção com o verbo.

Basílio (2011) revisita o tema e, para abordar o que motiva a utilização de padrões morfológicos de expansão lexical, descreve quatro motivações presentes na formação de palavras na língua: motivação semântica, motivação sintática/gramatical, motivação textual e motivação expressiva. Ocorre motivação sintática/gramatical quando a formação de uma palavra se deve a imposições sintáticas ou morfológicas num enunciado; a motivação semântica consiste na utilização de uma palavra por necessidades de nomeação (rotulação) de um referente. Quando existe a necessidade de retomar uma informação dada no texto e utiliza-se, por exemplo, uma forma derivada ou composta para esse fim, trata-se da ocorrência de motivação textual. Por fim, é possível manifestar uma impressão positiva ou negativa a um referente através de uma formação morfológica; nesse caso, a motivação é discursiva (expressiva).

A autora verifica que, muitas vezes, a formação da palavra é fruto de mais de uma motivação ao mesmo tempo; com relação aos substantivos formados a partir de verbos, por exemplo, Basílio afirma que esse padrão de criação de palavras

tem três motivações principais: a motivação semântica ou denotativa, que corresponde a utilizar o significado do verbo para denotar seres e entidades; a motivação gramatical, que corresponde à adaptação do verbo a contextos sintáticos que exigem um substantivo; e a motivação textual, de concretização sintática, que corresponde ao uso de um substantivo derivado do verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto (BASÍLIO, 2011, p. 34).

Ao abordar a formação de palavras por derivação sufixal com -udo ('narigudo'), -ento (nojento), -ice (chatice), -agem (malandragem), aliada à motivação gramatical de mudança de classe (formação de adjetivos a partir de substantivos nas palavras em -ento e -udo; formação de substantivos a partir de adjetivos nas palavras em -ice e -agem), verifica-se a motivação expressiva, já que se imprime uma visão negativa (pejorativa) nos dados. Pode-se, ainda, abordar, nesses dados, motivação semântica, visto que há criação de significados a partir do uso desses padrões de formação de palavras: a utilização de -udo e -ento consiste em novas formas de qualificar a partir da denotação do substantivo; já padrões com -ice e -agem são formas de rotular através do significado do adjetivo.

Na língua, sempre atuam essas quatro motivações e funções, sendo que às vezes algumas são mais proeminentes que outras. Além disso, os estudiosos podem dar ênfase a uma ou a outra a depender dos seus objetivos, do enfoque teórico, das características do corpus etc. Caso o trabalho tenha objetivos semânticos, pode não abordar alterações categoriais que ocorram em uma palavra; se a intenção for apenas a abordagem de ponto de vista do enunciador através do uso de formas linguísticas, a única motivação focalizada é a expressiva.

As funções e motivações apresentadas por Basílio sinalizam para a perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, estudada, principalmente, pelas teorias de texto e discurso. Conforme Koch (2005) e reiterado por diversos autores, as escolhas linguísticas não são neutras e evidenciam um projeto de dizer. Portanto, é fundamental observar a motivação textual/discursiva na formação de nomes complexos (SOUZA; GONÇALVES, 2018, p. 164), uma vez que as escolhas lexicais do enunciador evidenciam sua intencionalidade e seus propósitos comunicativos de ativação e (re)ativação de referentes.

Em trabalhos de morfologia, nem sempre é necessário abordar os dados em frases inteiras, muito menos em textos, visto que o enfoque pode ser a palavra, a marca morfológica; assim, também se podem buscar dados potenciais (possíveis) e não reais. Como a proposta deste trabalho busca atrelar os expedientes morfológicos a seus usos reais, que emergem em textos, usamos o arcabouço teórico da Linguística de Texto. Desse modo, a nominalização e o uso de tempos e modos verbais, por exemplo, são associados às pistas e às cadeias referenciais

que atuam na construção não só dos sentidos, de um modo geral, mas também na construção da avaliação sobre a política brasileira realizada pelo editorial. Dentro dessa perspectiva, a motivação textual e a discursiva, por exemplo, são vistas de modo integrado, de forma que a propriedade coesiva, inerente à motivação textual, e a manifestação de ponto de vista, indicada pela motivação discursiva, sejam estudadas conjuntamente. Dessa forma, tais motivações, vistas desse modo, são parte dos recursos empregados na construção do gênero e do seu propósito comunicativo.

Como já dissemos, pretendemos explorar algumas estratégias morfológicas em um editorial, desvendando a intencionalidade do enunciador no percurso do texto através da análise das estruturas morfológicas escolhidas e da leitura / interpretação do texto de uma forma integrada. Segundo Vivas *et al.*:

O professor precisa tentar explorar a morfologia no texto: é fundamental que se pautem o ensino de morfologia, tendo em vista as habilidades de leitura e produção. Além disso, não se pode perder de vista que o aluno é um ser pensante que se coloca na sociedade em interações a todo o momento, posicionando-se afetivamente, criticando, identificando-se com grupos. Tentar relacionar essas funções sociais e textuais é um desafio e está longe de ser simples; no entanto, certamente, é uma metodologia frutífera (VIVAS *et al.*, 2019, p. 143).

Souza; Gonçalves (2018) apresentam uma interface entre a morfologia e a Linguística Textual evidenciando que há uma relação muito próxima entre o plano morfológico e o plano textual. Segundo os autores, o falante, ao ser criativo através de estratégias morfológicas, está, na verdade, atendendo a necessidades comunicativas e textuais.

Podemos e devemos pensar na relação entre morfologia e texto com os mais diversos processos de formação de palavras. Acreditamos que, em todo processo de formação de palavras, há uma motivação textual e um olhar para a produção de sentido dos expedientes morfológicos pode evidenciar isso, como verificamos na próxima seção.

A análise de um editorial: intencionalidade e argumentação nas escolhas morfológicas

Antes de iniciar a análise, é importante pontuar algumas escolhas metodológicas que nortearam o trabalho. A fim de exemplificar a interface delineada nesta pesquisa, pensamos em escolher gêneros textuais cujos mecanismos linguísticos, como os encapsulamentos, fossem mais recorrentes. Além disso, era necessário também escolher um gênero fácil de ser encontrado e que pudesse propiciar ainda um trabalho pedagógico. Assim, analisando alguns textos de jornais, chegamos à escolha de alguns editoriais. Decidido o gênero, optamos, na análise, por priorizar os encapsuladores formados por nominalização. Essa escolha metodológica justificou-se pelo objetivo maior do trabalho de realizar uma articulação entre morfologia e texto; assim, partimos desse expediente morfológico na condução de nossa análise.

Segundo Basílio (1987), a nominalização é o conjunto de processos que formam substantivo a partir de outras classes, como adjetivos e verbos. A autora ressalta também que ocorrem múltiplas funções de modo simultâneo em processos de nominalização: função sintática, função semântica e função textual. Neste artigo, temos, como objetivo, explorar, principalmente, aspectos relacionados à função textual e à função atitudinal nas nominalizações do editorial.

Além dos processos de nominalização, também observamos, ainda que de forma mais geral, outros recursos linguísticos, como adjetivos, substantivos e demais pistas textuais. Procuramos, ainda tendo como base a promoção da interface entre morfologia e texto, examinar as formas verbais empregadas, tendo em vista seu papel na construção da argumentação. Analisamos, a partir das nominalizações e dessas outras formas escolhidas, o posicionamento argumentativo e a intencionalidade do enunciador e do jornal nas formações morfológicas e como se dá a construção da tessitura textual. Nosso objetivo, neste artigo, é apresentar algumas possibilidades de trabalho integrado entre essas duas áreas de pesquisa; não pretendemos esgotar os meios de análise dos recursos presentes nesse editorial.

Conforme pontuam Assis e Melo (2010, p. 4-5), “no espaço do jornal, a característica de ‘opinião’ é mais explícita nos editoriais, cuja intencionalidade está voltada para influenciar o pensar e interferir no devir dos leitores”. Esse gênero, portanto, apresenta como propósito comunicativo básico garantir a adesão do leitor ao ponto de vista explicitado pelo jornalista.

Os autores afirmam que os assuntos abordados nos editoriais estão vinculados aos acontecimentos sócio-históricos do momento, ou seja, aqueles que estão na ordem do dia, evidenciados naquele momento histórico. Os autores ainda defendem uma forma fixa para os editoriais constituída de um título, que pode resumir o conteúdo do texto ou funcionar como meio atrativo de chamar a atenção do leitor. O desenvolvimento, nesse sentido, parte de uma notícia sobre algum assunto, em geral, polêmico sobre política ou economia para, então, construir uma opinião sobre o assunto.

Os editoriais visam à manipulação de um destinatário de modo a levá-lo à incorporação, de forma inconsciente, da opinião do enunciador. Nessa direção, ao tratarmos de textos opinativos, de modo específico o editorial, objeto de análise deste estudo, é necessário observar também a amplitude persuasiva do texto e a forma como o discurso argumentativo vai sendo construído em relação ao discurso do interlocutor/leitor.

Amossy (2011, p. 130) entende que argumentação é “A tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário” ou a tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também de manifestar certos modos de se colocar/ser argumentativo ou persuasivo envolveria uma

tentativa de elaborar diferentes tipos de estratégia ou estratégias pelo uso de recursos lexicais e avaliativos, referenciais, intertextuais, composicionais.

Dessa forma, sendo um gênero com o objetivo central de persuadir o interlocutor e que se organiza por uma sequência argumentativa dominante, os recursos linguísticos empregados têm a sua composição articulada em torno de uma tese, como veremos mais a seguir:

O **disparate** do MEC³

O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão de competir, dia a dia, pela produção de **estultices**. Nessa acirrada contenda, que envolve áreas relevantes, o titular da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem merecido destaque.

Já em seu discurso de posse, **deixou** claro o tipo de **preocupação** comezinha e paranoica que **nortearia** sua atuação. **Atacou** uma fantasiosa ideologia de gênero que **estaria** a conspurcar a formação dos jovens do país e **disparou** contra o fantasma do marxismo cultural. No posto, o ministro pouco deixou ver, até agora, de seus planos para aspectos centrais do ensino do país —como elevar a qualidade do aprendizado e superar o gargalo do nível médio, para citar alguns.

Em vez disso, envolveu-se em **decisões** questionáveis, caso da nomeação de ex-alunos sem nenhum traquejo em gestão pública para postos relevantes da pasta. Num episódio constrangedor, acabou por exonerar um funcionário após a publicação de um edital que estabelecia critérios deficientes para a compra de livros didáticos.

Na coleção de **declarações** infelizes, disse que o turista brasileiro se comporta como um canibal, a furtar objetos de hotéis e aviões —um comportamento a ser corrigido, para ele, na escola. Também atribuiu erroneamente uma frase chula ao cantor Cazuza (1958-1990), o que ocasionou um pedido de desculpas à mãe do artista. (...)

A carta, revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo, solicitava que as cerimônias fossem gravadas em vídeo, o que demandaria autorização dos pais. Apresentava, ademais, um texto a ser lido nas ocasiões.

Tamanho disparate, que mais parece sátira ficcional de um movimento ufanista, não poderia deixar de provocar imediatas reações de repúdio. É espantoso que o ministro não as tenha previsto.

Diante da péssima repercussão, Vélez anunciou que reformularia a carta para suprimir a propaganda bolsonarista. Assumiu, parcialmente, um equívoco —foi o que mais fez neste início de gestão.

(https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/odisparatesource=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em fevereiro de 2019).

3 Destacamos, em negrito, as palavras que analisamos com mais atenção no texto.

O editorial escolhido, produzido pela Folha de São Paulo, aborda como tema decisões do ex-ministro da educação do Governo Bolsonaro, Ricardo Vélez, para, assim, tecer críticas áspers não só ao ministro, mas também a outros membros do governo. Esse posicionamento crítico é evidenciado logo no título: “O disparate do Mec”.

Destacamos, nesse título, a fim de dar conta da motivação textual, a propriedade resumitiva e axiológica desse sintagma nominal, que atua como uma anáfora encapsuladora prospectiva, pois rotula o texto a ser lido de modo avaliativo, gerando uma expectativa de leitura no interlocutor. Ao usar a forma ‘disparate’, caracterizam-se as ações do ministro e do MEC como ilógicas; ocorre função de atitude subjetiva nessa formação morfológica, visto que há uma impressão pejorativa na utilização dessa forma.

De acordo com Samaniego (2011, p.294), esse tipo de encapsulador funciona como uma “etiqueta discursiva”, já que constitui um nome que o falante utiliza para categorizar, não somente sua experiência de mundo, como, sobretudo, o reflexo dela no discurso. Ao ser delimitado e (re)categorizado pelo emissor, o conteúdo de um segmento discursivo pode ser compreendido como uma entidade do discurso. Além disso, ao converter segmentos ou trechos de informação apresentados no discurso em entidades discursivas manejáveis, as etiquetas discursivas favorecem a retenção da informação da memória do leitor, já que permitem integrar, em sua própria experiência e conhecimento do mundo, o conteúdo do discurso que está processando. Através da utilização da Linguística Textual, objetivamos, na análise, apresentar motivações textuais (Basílio, 2011) que ocorrem nas formações morfológicas, considerando o texto de modo global.

Como podemos ver no excerto abaixo, ‘produção de estultices’ é um outro encapsulador que desempenha um importante papel na organização desse editorial. Além de retomar o conteúdo argumentativo expresso no título, reforçando-o por meio de formações sufixais, esse sintagma sintetiza porções textuais que serão desenvolvidas nos próximos parágrafos do texto.

Em ‘produção’, forma-se um substantivo a partir do verbo ‘produzir’ (motivação categorial) e apresenta-se a ação de produzir como uma nomeação (motivação e função semântica). Segundo Basílio:

as palavras a que -ção se aplica designam eventos e situações representados no tempo e apresentam flexão de tempo/modo/aspecto e número-pessoa; e que as palavras produzidas designam eventos e situações sem a marca de representação no tempo, sem a flexão etc. e com a propriedade de acionar mecanismos de concordância de gênero e número. (BASÍLIO, 2011, p. 20)

Cabe também ressaltar a noção de iteratividade em ‘produção’: o MEC produz muitas estultices segundo o enunciador. Além disso, amplia-se uma ideia, já trabalhada no título, de que o MEC age de forma errada, absurda (motivação e função textual). Desse modo, podemos perceber como a formação desse nome contribui para o processo de recategorização desses referentes ao

longo do texto. Em outras palavras, vemos como ocorre a transformação de traços dos referentes, que não acontece em pontos precisos e nem depende somente das expressões referenciais.

Na palavra, ‘estultice’, utiliza-se um sufixo que exprime pejoratividade a bases: ‘chatice’, ‘idiotice’, ‘tolice’, ‘criancice’. É um sufixo que apresenta função atitudinal, já que aponta a visão negativa sobre aquilo que se fala; ressaltamos também que -ice é utilizado, muitas vezes, em substantivos que também carregam um sentido negativo: ‘tolo’, ‘bobo’, ‘chato’, ‘estulto’ etc. Conforme aponta Basílio (2011), nas formações em -ice, ocorrem três motivações (expressiva, sintática, semântica). Em ‘estultice’, forma-se um substantivo a partir do adjetivo ‘estulto’, passa-se a rotular um significado de qualificação e indica-se pejoratividade. Convém notar que se optou por ‘estultice’ no editorial e não por formas mais utilizadas atualmente como ‘tolice’, ‘burrice’, ‘idiotice’; essa estratégia parece-nos uma escolha mais polida do enunciador levando em conta o gênero, mas sem perder o ponto de vista crítico às ações do então ministro.

Fica evidente que a função semântica de nomeação pode estar a serviço de um posicionamento social/político e levar o aluno a entender isso faz com que ele possa ler melhor o texto. É importante mostrar que até mesmo a escolha de um sufixo pode estar associada ao projeto de dizer do texto e, no caso do editorial, faz parte do arranjo composicional argumentativo, cuja tese aponta para o descrédito das ações do ex-ministro Vélez. Verifica-se, então, uma quarta função em ‘estultice’: a função textual. Essa forma abre um novo arquivo mental, com uma acentuada carga axiológica, cumprindo, assim, uma importante função argumentativa na estruturação desse discurso, pois a palavra ‘estultice’, assim como ‘disparate’, é bem categórica na forma como o leitor deve interpretar/avaliar as ações do governo descritas no texto. Tais nomes, portanto, são escolhidos de modo a restringir as possibilidades de interpretação do interlocutor sobre tais fatos, fornecendo uma clara orientação argumentativa para a leitura.

(1) O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão de competir, dia a dia, pela produção de **estultices**. Nessa acirrada contenda, que envolve áreas relevantes, o titular da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem merecido destaque.

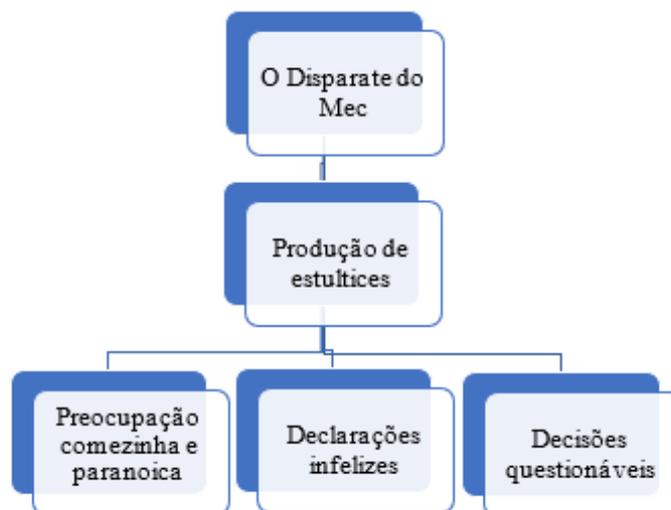
Esse encapsulador prospectivo – que sumariza e rotula porções textuais que ainda serão apresentadas – relaciona-se à organização e hierarquização das informações dentro do texto, o que comprova o papel fundamental desses mecanismos na coerência textual. Koch; Elias (2016, p. 95) afirmam que os encapsuladores podem funcionar como um importante recurso para “marcar o parágrafo do ponto de vista cognitivo”. É exatamente o que acontece nesse exemplo, pois as informações textuais conduzem a uma imagem mental dos objetos de discurso – que serão explicitados mais adiante – e já foram rotulados como ‘estultices’.

Ainda sobre o exemplo (1) (O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão), o uso do presente do indicativo contribui para apresentar o ponto de vista. Nesse editorial, assim como também acontece em outros gêneros cuja tipologia

textual argumentativa é predominante, a introdução faz um movimento de apresentar a tese, o ponto de vista, por meio do modo indicativo, que exprime a modalidade epistêmica da certeza, produzindo o efeito de sentido de verdade e realidade aos enunciados. Trata-se de um recurso argumentativo que evidencia um engajamento do enunciador sobre o assunto abordado.

Como veremos no esquema abaixo, os próximos parágrafos do texto também apresentam seu tópico discursivo sintetizado por um encapsulador, de forma a salientar os fatos que serão usados como argumentos para desacreditar as ações do MEC:

Fig.1: Cadeia referencial das nominalizações



No esquema acima, procuramos organizar a cadeia referencial gerada pelas nominalizações com função de encapsulamento no texto, embora saibamos que, na tessitura textual, as demais pistas, assim como informações sociocognitivas, também atuam na construção da coerência. Essa figura objetiva ilustrar de que modo, nesse editorial, as nominalizações atuam como uma trilha de leitura desse texto, sempre tendo em vista a construção da argumentação e a comprovação da tese proposta (a crítica às ações do Ministério da Educação). Destacamos, com essa imagem, como o encapsulamento, recurso comum em gêneros com proposta argumentativa, atua na composição desse editorial. Tais nominalizações consistem em um expediente morfológico empregado a fim de organizar os argumentos desse editorial.

Esse esquema privilegia os nomes (substantivos), que ocupam a posição inicial dos parágrafos em que ocorrem, a fim de que se possa visualizar a organização macrotextual promovida pelas nominalizações dentro desse texto. Desse modo, buscamos evidenciar que a motivação para criação desses nomes vai além da tarefa de evitar repetição de palavras, sendo um recurso relevante para a progressão textual. Ao funcionarem como encapsuladores, realizam um movimento de “costura” no texto, pois, ao mesmo tempo que retomam informações já mencionadas, instauram novos tópicos no discurso. Além disso, nesse editorial, a estrutura recorrente: nome + modificador nos encapsuladores também propicia um efeito argumentativo ao projeto de dizer do texto.

Na construção do texto, utilizam-se substantivos sem função atitudinal, como ‘preocupação’, ‘decisão’, ‘declaração’. Segundo Basílio (1987; 2011), nesses substantivos, há motivação/função sintática, semântica e textual. O enunciador, no editorial, preenche o sintagma nominal (SN) com adjetivos que apontam posicionamento negativo: ‘decisões questionáveis’, ‘declarações infelizes’, ‘preocupação comezinha e paranoica’. Em outras palavras, se o substantivo não apresentar um posicionamento mais evidente, escolhem-se caracterizações para realizar essa função no editorial. Sendo assim, o enunciador pode demonstrar impressão negativa / pejorativa dentro do SN através de um adjetivo quando o substantivo não apresenta função atitudinal e há uma intenção de forte crítica no texto. Sendo pela formação de uma palavra ou não, a expressividade / atitude subjetiva do enunciador é representada também pela morfologia e só é possível analisar essas estratégias integrando morfologia e texto.

É fundamental que, ao ensinar argumentação, o professor aproxime o aluno dessas habilidades textuais, faça-o perceber as múltiplas formas de opinar/posicionar-se que existem. Entender as funções e motivações que existem na morfologia pode, então, auxiliar o aluno no processo de leitura e produção de textos.

O próximo trecho, além de exemplificar o uso do encapsulador ‘preocupação comezinha e paranoica’, do qual falamos acima, evidencia a articulação entre os tempos verbais e sua função na construção da argumentação:

(2) Já em seu discurso de posse, **deixou** claro o tipo de **preocupação** comezinha e paranoica que **nortearia** sua atuação. **Atacou** uma fantasiosa ideologia de gênero que **estaria** a conspirar a formação dos jovens do país e **disparou** contra o fantasma do marxismo cultural.

O pretérito perfeito foi empregado pelo enunciador para apresentar o que seriam fatos, as ações do ex-ministro. De acordo com Gomes (2008), o modo indicativo é uma forma gramatical de expressar o saber ser (o verdadeiro) ou o crer ser (a certeza); assim, é marcada, no discurso, a crença do enunciador sobre o que está sendo dito. O uso de “deixou claro” e “atacou uma fantasiosa ideologia de gênero” ilustram essa relação de crença, certeza sobre essas ações do ministro. É um movimento comum em editoriais, como citou Assis e Melo (2010), partir de notícias, algo que tenha acontecido recentemente, para, em seguida, construir o ponto de vista a ser defendido.

Vale destacar o arranjo linguístico empregado na construção sintática: “atacou uma fantasiosa ideologia de gênero”. Ao passo que o verbo denota uma ação concreta, à qual se imputa um valor de verdade representado na escolha do modo indicativo, o adjetivo ‘fantasiosa’ desqualifica o alvo sobre o qual recai a ação verbal. Em outras palavras, significa dizer que as ações do ex-ministro podem ser lidas como sem utilidade, ineficientes.

Mais uma vez, a atitude negativa do enunciador é apresentada pelo adjetivo dentro do SN. Ocorre motivação / função categorial e motivação / função semântica nesse adjetivo, visto que se passa a qualificar com o significado de fantasia, formando-se um adjetivo a

partir de um verbo. A impressão negativa está mais relacionada ao significado da base que ao sufixo na palavra ‘fantasiosa’; de qualquer forma, verifica-se que uma atitude negativa ao se utilizar o constructo: a ideologia do ministro é uma fantasia, algo inventado, não condiz com a realidade.

Somente em algumas passagens, emprega-se o futuro do pretérito, expressando a modalidade epistêmica de valor hipotético (um não saber ser) ou mesmo significando, metaforicamente, dúvida, descrença (um não crer ser ou crer não ser), em relação à informação dada, como ocorre nas passagens acima. Nesse editorial, a escolha desse tempo auxilia na construção de uma desconfiança/descrédito sobre as ações do ministro / Ministério.

O emprego dessas formas verbais, assim como de substantivos, adjetivos e certas construções sintáticas vão cumprir o papel de modalizadores. No caso das passagens anteriormente citadas, esses elementos podem ser pistas do julgamento efetuado pelo enunciador em relação aos eventos discutidos. Desse modo, essa alternância entre enunciados modalizados como certos, verdadeiros, e enunciados modalizados como hipotéticos, ou mesmo falsos, busca promover uma maior adesão do interlocutor à tese construída no texto, uma vez que fornece indicações sobre os enunciados em que se deve crer e aqueles dos quais se deve duvidar, fazendo saber quais valores devem ser assumidos e quais devem ser rejeitados.

Acreditamos que a Linguística Textual pode ser muito frutífera para o entendimento das motivações (semânticas, textuais, sintáticas e discursivas) presentes nas estratégias morfológicas, assim como a morfologia é muito bem-vinda no desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos. Em outras palavras, o casamento entre morfologia e Linguística Textual abre possibilidades teóricas, mas também metodológicas. A seguir, apresentamos algumas estratégias a fim de desenvolver essa integração entre as áreas em sala de aula.

Propostas para o ensino da integração morfologia-texto

Nesta seção, sistematizamos, em linhas gerais, algumas sugestões para o ensino de língua portuguesa, com base não só no que foi discutido aqui, mas também em trabalhos importantes, como Santos, Cuba Riche e Teixeira (2012), Koch e Elias (2016). Convém destacar que não apresentamos exercícios ou questões prontas, mas algumas orientações sobre o que pode ser feito em sala de aula. Acreditamos ser mais produtivo indicar sugestões de abordagens pedagógicas, ampliando o repertório de possibilidades para o trabalho docente.

Em relação aos usos linguísticos, a escolha lexical de substantivos, adjetivos, determinados afixos, por exemplo, revela a intencionalidade do enunciador ao empregar tais formas, demarcando a orientação argumentativa dos textos. As estratégias utilizadas pelo enunciador, ao empregar e formar palavras complexas, têm ligação com os propósitos comunicativos dos

textos, indo além da simples questão de “evitar repetição de palavras”. As nominalizações, como vimos na análise, cumprem uma dupla função de organização textual. Em muitos casos, ocupam a posição sintática de sujeito, o que consiste em mais uma possibilidade de atrelar aspectos morfossintáticos à construção textual.

Em relação ao trabalho com o editorial analisado, seria interessante mobilizar os alunos para atividades pré-textuais, em que eles pudessem tecer hipóteses de leitura. Assim, por exemplo, pode ser realizada a leitura do título e as possíveis interpretações para as quais ele encaminha, discutindo o que significa o termo *disparate*, a que possível episódio recente o título “O disparate do MEC” pode estar fazendo referência, dentre outras estratégias. Além disso, em textos jornalísticos, que costumam ser bastante atrelados ao contexto imediato de produção, verifica-se uma oportunidade para trabalhar a relação entre texto/contexto/coerência, observando a importância do contexto em que o editorial se insere para a relevância de sua publicação.

Em gêneros argumentativos, essa questão ganha destaque, pois os textos jornalísticos, em especial os opinativos, costumam ser publicados tendo em vista o debate que está acontecendo na sociedade. Uma publicação de um editorial cuja polêmica já tenha se encerrado ou seu debate já esteja enfraquecido, certamente, não surte o efeito desejado pelo jornal. Ademais, os próprios argumentos, exemplos, figuras públicas citadas podem se alterar ao longo do tempo. Todos esses fatores têm ligação direta com a construção da coerência, sendo questões que devem, inclusive, ser consideradas pelo professor no momento de escolher o texto a ser trabalhado.

Como se trata de um texto argumentativo, um percurso de leitura relevante é identificar tese e argumentos empregados. Este trabalho pode ser feito oralmente ou com destaque, no próprio texto, de trechos que contenham a tese e os argumentos apresentados. Nesse sentido, no caso do editorial analisado, podemos destacar as nominalizações que englobam os tópicos discursivos dos parágrafos, demonstrando como tais formas contribuem na organização do texto e auxiliam na leitura.

Isso pode ser feito, por exemplo, ao demonstrar a função argumentativa dos encapsuladores e como tais itens favorecem o posicionamento do locutor, tentando engajar o interlocutor. Além disso, é interessante demonstrar como essas formas direcionam a atenção do interlocutor para certos pontos da estruturação textual. Outra possibilidade é levar o aluno a perceber quais porções do texto esses nomes sumarizam e como viabilizam as remissões tanto retrospectivas quanto prospectivas. Isto é, o duplo movimento de retomarem informações já enunciadas e, de modo sintético, apontarem para outro momento no texto, para um novo tópico no discurso. Essas sugestões devem funcionar como parâmetros para avaliar a compreensão leitora dos alunos ao verificar se eles conseguem (ou não) perceber esses movimentos na configuração textual.

Essa estrutura argumentativa deve ser sistematizada em sala de aula, justificando, para os alunos, a sua importância em um texto cuja tipologia argumentativa é predominante, destacando, inclusive, a importância da temática (no caso, política) para construção desse gênero e sua

relevância no jornal. Além disso, é possível associar o gênero editorial ao contexto de publicação, considerando aspectos como público-alvo e suporte (meio pelo qual o texto foi publicado).

Outro elemento essencial na configuração do gênero é o estilo, que pode ser estudado, por exemplo, por meio de elementos linguísticos como encapsulamentos e escolha de tempo/modo verbal, como visto na análise, e articuladores argumentativos. Dessa forma, ao trabalhar as estratégias argumentativas do texto em destaque, haverá uma união entre as práticas de leitura e análise linguística.

Essa união fica mais clara ao destacarmos o emprego das nominalizações e das formas verbais, como vimos na análise, e seus efeitos de sentido e atuação na construção desse gênero. Como vimos, os recursos linguísticos não são escolhidos de modo aleatório e sim com a intenção de atender os propósitos comunicativos dos textos. Assim, é possível cumprir com um conteúdo programático do currículo de língua portuguesa, o estudo da morfologia, sem perder de vista o trabalho com a leitura e a construção da coerência nos diferentes textos. Vale ressaltar que esse trabalho não deve ser visto como um item curricular à parte, mas como uma prática constante.

Em relação à prática de produção textual, é necessário trabalhar outros textos para que os alunos percebam a sistematicidade na caracterização do gênero editorial. Caso seja efetuado um trabalho continuado, podem ser solicitadas produções textuais de textos argumentativos, como o próprio editorial ou um artigo de opinião, por exemplo, acerca de um tema polêmico, definindo onde esse texto será publicado (um blog da escola, alguma rede social), quais as características desse suporte, a que público estaria destinado. Também é necessário destacar, na busca da sistematicidade do trabalho pedagógico, quais elementos linguísticos constroem esse texto e como colaboram para a argumentação. Na prática de produção de textos, é importante levar os alunos a um uso consciente dos elementos linguísticos; por isso, a sistematização faz-se necessária.

No caso do editorial analisado, por exemplo, são bem evidentes as estratégias e recursos que marcam o posicionamento crítico do enunciador, como vimos na escolha dos nomes e dos processos de formação de palavras, por exemplo. No entanto, esses usos podem variar a depender do jornal/site, tema, suporte, dentre outros aspectos. Esses fatores são importantes e justificam a importância de um trabalho mais estruturado com o gênero antes da etapa de produção.

Em síntese, para o trabalho com editorial (ou com outro texto argumentativo), devem-se empregar os seguintes passos a fim de alcançar uma prática que promova articulação entre morfologia e texto e também possa unir leitura e análise linguística:

Quadro 1. Sistematização das possibilidades de articulação entre texto e morfologia no editorial

Atividade	Estratégias possíveis
Prática de leitura	<ul style="list-style-type: none">• Análise do título e seu possível encaminhamento argumentativo; destaque da estrutura argumentativa, com identificação de tese e argumentos.• Relação entre texto e contexto, a relevância do contexto de produção para gêneros do jornal e sua relação com a coerência.
Análise linguística	<ul style="list-style-type: none">• Destaque das nominalizações como elemento importante na construção da coerência e da orientação argumentativa;• Abordagem da motivação para a criação de novas palavras na língua relacionada aos propósitos textuais/discursivos.• Verificação do uso de formações sufixais e outras construções morfológicas; as motivações (textuais, sintáticas, semânticas e discursivas) para escolha de determinados processos de formação de palavras; evidências de como estratégias morfológicas podem marcar o posicionamento do enunciador;• Análise de como advérbios, adjetivos, tempos e modos verbais empregados contribuem para modalização, subjetividade e argumentação do discurso jornalístico;• Enfoque no uso de estratégias argumentativas, assim como as demais pistas textuais, de forma mais ampla: por exemplo, a constituição de sintagmas nominais (substantivos, adjetivos, locuções adjetivas etc.) e verificação de como a intencionalidade é marcada por escolhas morfológicas nesses sintagmas.

Como já foi dito anteriormente, reforçamos que não pretendemos esgotar as possibilidades analíticas e práticas do trabalho com o editorial. É preciso, dentro desse contexto, ampliar o trabalho com mais textos, inclusive de outros gêneros textuais, a fim de apresentar novas possibilidades para um ensino mais produtivo de expedientes morfológicos e sua relação com produção e leitura.

Considerações Finais

Reiteramos, para finalizar, o objetivo principal desse trabalho de destacar como o uso das nominalizações sinaliza que o nível morfológico pode apresentar estreita correlação com motivações textuais/discursivas. Assim, questões cognitivo-discursivas, como o encapsulamento anafórico, por exemplo, evidenciado pelo recurso da nominalização, é uma das marcas desse imbricamento entre morfologia e texto.

É importante, portanto, que os discentes tenham uma experiência de análise de textos mais criteriosa e deixem a impressão de que se trata de uma disciplina de “achismos”. Isso só é possível por meio de um trabalho articulado entre habilidades epilinguísticas (reflexão sobre o uso) e metalinguísticas (reflexão voltada para a descrição) (SANTOS; RICHE; TEIXEIRA, 2012, p.77). A relação entre os expedientes morfológicos e a construção dos textos é uma forma concreta de refletir sobre o uso dos recursos linguísticos a partir da análise de casos particulares identificados em diferentes gêneros textuais. Esperamos, assim, que muitas propostas de articulação entre morfologia-texto sejam desenvolvidas pela academia e, principalmente, colocadas em prática “no chão das salas de aula”; sem dúvidas, essa metodologia pode ampliar as habilidades textuais e de análise linguística dos alunos.

Referências

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

ASSIS, F.; M. MELO. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CONTE, M. Encapsulamento Anafórico. In.: CAVALCANTE, M. *et. al.* (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

GOMES, R. A modalização em reportagens jornalísticas. In: Diadorim: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, 2008, p. 207-221.

GONÇALVES, C. A. V. Morfopragmática da intensificação sufixal em português. *Revista de Letras*, v.1, n. 24, p. 43-50, 2002.

GONÇALVES, C. A. V. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, C. A. V. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, I.; ELIAS, W. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

SAMANIEGO, A. *La categorización de entidades del discurso en la escritura profesional*. Tese de Doutorado, Departament de Filologia Hispanica, Universitat de Barcelona, 2011, 630 p.

SANTOS, L.W; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, E. R. F.; GONÇALVES, C. A. V. Linguística Textual e Morfologia. In: SOUZA, E. R. F.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Org.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 144-188.

VIVAS, V. M. *et al.* A. Ciência, texto e criatividade: como ensinar os processos de formação de palavras?. In: SIQUEIRA, S.; XAVIER, G. (Org.). *Reflexões sobre leitura, língua e sociedade na educação básica*. Rio de Janeiro: Litteris, 2019, p. 125-145.